This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

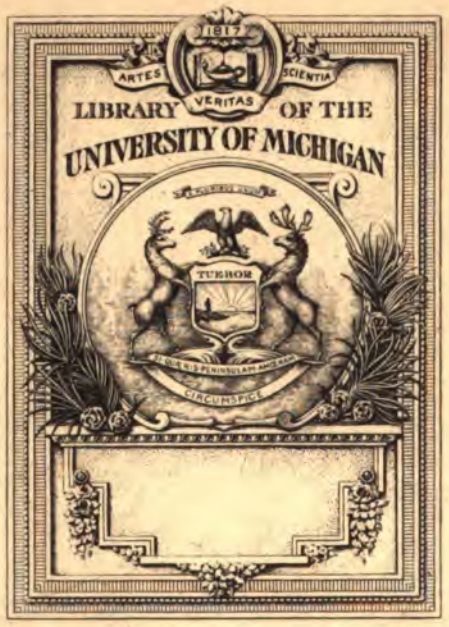
- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`


1817
ARTES
VERITAS
SCIENTIA
LIBRARY OF THE
UNIVERSITY OF MICHIGAN
TUEBOR
SI QUAERIS PENINSULAM AMOENAM
CIRCUMSPICE

F
3.
.I

ESTADO DE SÃO PAULO

Revista do Instituto

Historico e Geographico

VOLUME I

SUMMARIO

I. *A denominação «Serra da Mantiqueira»*, pelo dr. Orville A. Derby.

II. *Origens republicanas do Brazil*, pelo dr. Domingos Jaguaribe.

III. *Discurso* do dr. João Monteiro, lido na sessão do dia 4 de Julho de 1895 em homenagem á Independencia dos Estados Unidos.

IV. *Actas das sessões*, até a decima terceira.

1895

Typ. d' O Municipio - Rua do Rosario, 5

S. PAULO

Ao leitor

A historia de S. Paulo é a propria historia do Brasil.

A necessidade de uma associação que promovesse os meios de estudar tantos documentos com os quaes se póde vir a conhecer a origem dos mais importantes feitos dos nossos antepassados, ou esclarecer noções erroneas sobre factos que merecem ser devidamente conhecidos, era uma destas lacunas que se afigurava difficil de ser preenchida.

Felizmente a nossa iniciativa foi coroada do melhor exito e estamos actualmente gozando do mais util convivio dos nossos homens de lettras, que concorrem com suas luzes para assegurar ao Instituto Historico a mais brilhante carreira.

A « Revista do Instituto » é já uma prova de que o trabalho fortifica-se no estudo da historia, que tem valor inestimavel, e muito pode servir para que os moços aprendam a conhecel-a e bem assim para que outros estudiosos companheiros possam no futuro continuar

a obra, que é bem pequena, em relação a importancia do assumpto.

Todavia o molde fica traçado, restando a outros modifical-o e aperfeiçoal-o até que a nossa historia seja a fiel interprete dos acontecimentos, e o ensinamento util dos patriotas.

O Instituto Historico, iniciando a publicação da primeira parte da «Revista» com alguns trabalhos approvados pela assembléa geral, afim de serem publicados, continuará a publicação de outros que já foram lidos. E' tão interessante o assumpto destas publicações, que será certa a procura da «Revista» para leitura dos que desejam conhecer o modo sério e consciencioso pelo qual o Instituto vae-se desempenhando dos seus patrioticos intuitos.

Aos leitores compete julgar se nos desempenhamos dignamente do encargo.

Orville A. Derby

A denominação "SERRA DA MANTIQUEIRA"

A DENOMINAÇÃO "SERRA DA MANTIQUEIRA"

(Orville A. Derby)

A palavra «serra» que, pelo menos na linguagem popular do Brazil, tem supplantado quasi todos os outros termos da nomenclatura orographica, acha-se empregada com duas significações bem diversas. A primitiva e mais correcta, suggerida pela semelhança ao instrumento do mesmo nome, é applicada a um conjuncto de montanhas constituindo um macisso composto de diversos picos, como a serra dos Orgãos; ou a uma cadeia ou systema de montanhas, ou cordilheira, como a Serra do Mar. A outra significação refere-se a montanhas isoladas ou aos membros de um systema de montanhas consideradas isoladamente. Bem á vista da cidade de São Paulo temos exemplos desta dupla significação na Serra da Cantareira, um macisso composto, e na Serra de Jaraguá, um pico, ou montanha isolada, pertencendo as duas ao systema, ou cordilheira, da Serra da Mantiqueira.

Na linguagem popular, que tem fornecido a maior parte das denominações geographicas, é a segunda significação que predomina. Qualquer desigualdade da superficie de certa importancia recebe o nome de serra, e sendo generalisada para abranger mais de uma feição topographica, é raro que

o mesmo nome seja applicado a mais de uma secção limitada de um systema montanhoso, como, por exemplo, a que a vista abrange de um ponto dado. Os nomes systematicos em regra geral não são dados pelo povo, mas pelos geographos que, reconhecendo a necessidade de uma denominação geral para incluir todos os membros de uma mesma cadeia ou systema, ou inventam termos novos, como sejam Serra do Espinhaço, Serra das Vertentes, etc., ou dão maior extensão aos nomes que entre o povo têm applicação limitada e local. E' só quando o povo começa a se preoccupar com noções geographicas, ou quando uma feição topogrophica adquire importancia excepcional por sua riqueza natural ou por marcar uma divisão politica, que ha tendencia na linguagem popular a generalisar os nomes dando maior extensão ás denominações locaes.

No Brazil a Serra da Mantiqueira é um dos poucos exemplos de um nome popular se tornar systematico, e isto não sómente entre os geographos como tambem entre o povo. Este ultimo facto se explica pela importancia dada a esta cadeia de montanhas na demarcação das duas Capitanias de São Paulo e Minas Geraes. Nos mappas do seculo passado, tanto de Minas como de São Paulo, o unico nome systematico que se encontra é este da Serra da Mantiqueira, e em documentos de 1740 a 1750 vê-se que o termo foi tambem empregado entre o povo mais ou menos conforme o seu uso entre os geographos, e não com limitação a uma parte determinada do systema.

Nos primeiros mappas em que se encontra o nome de Mantiqueira, este abrange toda a cadeia desde as visinhanças de São Paulo até as de Barbacena, de modo que não se póde determinar nelles a posição da primitiva Serra da Mantiqueira. Na epocha da confecção destes mappas (1765-1767), a serra nelles representada era cortada por tres estradas que do litoral davam ingresso na Capitania de Minas

Geraes. Eram estas a estrada do Rio de Janeiro pelo valle do Parahybuna para Barbacena, etc.; de Guaratinguetá para São João d'Elrei, e de São Paulo para o valle do Sapucahy, passando por Atibaia. Esta ultima tinha sido aberta depois da descoberta das minas de Sant'Anna do Sapucahy em 1746, quando o nome de Serra da Mantiqueira já estava muito em evidencia nas contendas entre as duas Capitanias sobre limites. A questão da origem e emprego primitivo do nome é portanto limitada ás duas estradas mais antigas de Barbacena e Guaratinguetá.

A primeira menção do nome que se tem encontrado nos documentos officiaes é nos autos de posse que tomou a Camara da Villa de São João d'Elrei de diversas localidades no districto da Campanha do Rio Verde. Estes autos lavrados em fins de Fevereiro e principios de Março de 1743 affirmam a posse antiga da dita Camara «pela estrada geral que vai deste districto para a cidade de São Paulo até o alto da serra chamada Mantiqueira». Ahi o termo é applicado a uma serra na antiga estrada de São João d'Elrei a Guaratinguetá e, apparentemente em sentido limitado a esta localidade, não estando porém excluida a hypothese de que o nome já era generalisado, podendo neste caso ter-se originado na outra estrada, a do Rio de Janeiro a Barbacena. De facto no mappa do sul de Minas de 1765 ha nesta estrada o nome «Pé da Mantiqueira» não havendo nome geral para a cordilheira; e no mappa geral da Capitania de 1767 (os dous mappas são provavelmente do mesmo auctor, e nas partes correspondentes são quasi identicos) a mesma localidade tem o nome de «Rocinha da Mantiqueira», apparecendo tambem o nome systematico de Serra da Mantiqueira abrangendo toda a serrania entre São Paulo e Villa Rica.

É sabido que a primeira divisão entre as villas de Guaratinguetá e São João d'Elrei foi estabelecida no morro de Caxambú, onde a 16 de Setembro de 1714 a Camara daquella

villa collocou um marco de pedra e lavrou um auto formal de posse.

Quando mais tarde, em 1720, foi creada a Capitania de Minas Geraes, esta mesma divisa foi designada para separal-a da de São Paulo. Alguns annos mais tarde os habitantes de São João d'Elrei removeram o marco do morro de Caxambú collocando-o em outro ponto cujo nome não vem mencionado nos documentos archivados em São Paulo, porém era provavelmente o referido nos autos de 1743 com o nome de Serra da Mantiqueira. A duvida a respeito da identidade deste ponto provém da Provisão Regia de 23 de Fevereiro de 1731 que mandou ajustar de novo a divisão entre as duas villas de modo a dar mais largueza a Guaratinguetá, nada constando porém sobre a execução dada a esta ordem que provavelmente ficou letra morta.

Não estando conhecido actualmente o antigo marco da Serra da Mantiqueira e havendo diversas estradas que cortam a cordilheira hoje conhecida com este nome, é preciso determinar qual destas estradas seja a mais antiga para poder identificar a primitiva serra da Mantiqueira na estrada São Paulo e Minas.

Assim, pois, temos em meados do seculo passado o nome de Mantiqueira generalisado por toda a cordilheira, e tambem empregado como termo local em ambas as estradas. Sendo pouco provavel que o nome se originasse independentemente nas duas localidades, é de presumir que o nome local de uma das estradas se generalisou primeiro e que em virtude deste facto foi depois applicado na outra. Não é, porém, claro qual das duas estradas teve a primazia do nome, parecendo porém pelo testemunho dos mappas que esta deve caber á de Barbacena. Felizmente para tirar esta duvida e a outra já referida sobre a posição do antigo marco na estrada de São Paulo, temos o precioso opusculo de Antonil, intitulado «Cultura e Opulencia do Brasil» publicado em Lisboa em 1711, e por consequencia pou-

cos annos apenas depois da primeira abertura da estrada para Minas. Esta obra dá um roteiro minucioso da estrada de S. Paulo até Villa Rica com detalhes topographicos que permittem identificar quasi todas as localidades mencionadas. A parte deste roteiro que interessa ao presente estudo é o seguinte, sendo esta provavelmente a primeira vez que o nome Mantiqueira apparece impresso:

«De Guaratinguetá até o porto de Guaipacare, aonde ficão as roças de Bento Rodrigues, dous dias até o jantar.

«Destas roças até o pé da serra afamada de Amantiquira, pelas cinco serras muito altas, que parecem os primeiros morros, que o ouro tem no caminho, para que não cheguem lá os mineiros, gastam-se tres dias até ao jantar.

«Daqui começão a passar o ribeiro, que chaman passa vinte, porque vinte vezes se passa; e se sóbe as serras sobreditas: para passar as quaes, se descarregão as cavalgaduras, pelos grandes riscos dos despinhadeiros, que se encontrão: e assim gastão dous dias em passar com grande difficuldade estas serras; e dahi se descobrem muitas, e aprasiveis arvores de pinhões, que a seo tempo dão abundancia delles para o sustento de mineiros, como tambem porcos montezes, araras e papagaios.

«Logo passando outro ribeiro, que chamão passa trinta, porque trinta e mais vezes se passa, se vai aos pinheiros: lugar assim chamado, por ser o principio delles: e aqui ha roças de milho, aboboras, e feijão, que são as lavouras feitas pelos descobridores das minas, e por outros, que por ahi querem voltar. E só disto constão aquellas, e outras roças nos caminhos, e paragens das minas: e, quando muito, tem de mais algumas batatas. Porém em algumas dellas hoje, achão-se criação de porcos domesticos, galinhas, e frangões, que vendem por alto preço aos passageiros, levantando-o tanto mais, quanto he maior a necessidade dos que passão. E dahi vem o dizerem, que todo o que passou a serra de Amantiquira, ahi deixou dependurada, ou sepultada a consciencia».

O porto Guaipacare acha-se um pouco abaixo da actual cidade de Lorena. A antiga estrada, portanto, seguia de Guaratinguetá pela margem direita do Parahyba até abaixo de Lorena onde passou para a margem esquerda continuando pelo valle abaixo por uma distancia representada por tres dias de marcha, sendo a de Guaratinguetá ao porto representada por dous. As cinco serras muito altas referidas no roteiro são provavelmente contrafortes da serra que a estrada ia contornando na procura da garganta do Cruzeiro, onde hoje passa a Estrada de ferro «Rio e Minas», que é com effeito a mais baixa que se encontra nesta secção da Serra da Mantiqueira. O ribeirão que desce desta garganta ainda hoje conserva o nome de «Passa-Vinte», ao passo que o do lado opposto mudou o nome de «Passa-Trinta» para «Passa-Quatro».

A mesma obra de Antonil dá dous roteiros do Rio de Janeiro para Minas; um, o caminho velho, pelo porto de Paraty a Taubaté para ganhar o caminho acima descripto; e o outro, o caminho novo, pelo valle do Parahybuna, isto é, a estrada de Barbacena. Na descripção desta ultima não vem mencionado o nome da serra, e é provavel que nesta epocha não era conhecido nelle o nome de Mantiqueira. Seja como fôr, é evidente que o emprego do nome no caminho velho de São Paulo data da primeira abertura deste, e que dahi o nome tem-se espalhado, como uma mancha de azeite, sobre a cordilheira inteira. Como na linguagem popular dá-se o tratamento de serra ás secções ingremes das estradas, é provavel que primitivamente o nome «Serra da Mantiqueira» se referisse á garganta e não aos picos elevados ao lado.

E' digna de nota a forma primitiva da palavra «Amantiquira» que é provavelmente mais approximada do que «Mantiqueira» ao original nome indio, se é, como parece, de origem indigena. Ainda hoje os habitantes da serra dizem geralmente «Mantiquira». Um documento de 1790 conserva o «A» inicial dizendo «Amantiqueira». A forma Mantiquira

caha-se tambem no nome dado a um corrego nas vizinhanças da cidade de S. Paulo, tributario do Tieté, quasi em frente á Penha. (*) Seria interessante saber se este ultimo nome vem da extensão dada ao nome da serra ou se teve origem independente. A ultima hypothese parece a mais provavel, visto que em São Paulo é raro ouvir-se o nome de Mantiqueira applicado á serra ao norte, universalmente conhecida pelo nome de Serra da Cantareira.

Com a extensão do nome da Mantiqueira tem desapparecido, pelo menos dos mappas, muitos nomes locaes applicados aos diversos macissos ou secções do systema. Alguns destes nomes figuram nos mappas antigos, e quando fôr levantada topographicamente a região serão encontradas dezenas de outros conservados na linguagem popular das diversas localidades. Um systema montanhoso como o da Serra da Mantiqueira, no sentido lato em que é hoje empregado, con sistede macissos mais ou menos individuolisados alinhados em diversas series subparallelas. Na nomenclatura geographica ha grande conveniencia em conservar os nomes destes macissos cujas relações entre si

---

(*) O digno consocio, dr. Theodoro Sampaio me offerece gentilmente a seguinte suggestão que se submette á consideração dos entendidos na materia da linguistica indigena.

«A palavra *Mantiqueira*, antigamente pronunciada *Amantiquira*, pronuncia que ainda se conserva entre o povo de municipios vizinhos da serra, parece derivar-se da tupy — *amanty* ou *amandy* que significa *chuva*, e *uquire* que na lingua Tupy do Amazonas significa *dormir*. *Amantyquire* viria a significar, portanto, *dormida* ou *pouso da chuva*, o que bem se explica pela presença das nuvens quasi permanentes sobre o cume daquella serra.

O que corrobora ainda esta interpretação é a existencia de outros vocabulos de origem tupy contendo o mesmo elemento etymologico nas vizinhanças da mesma região, como *Buquira*, logar numa garganta da mesma serra, na estrada conhecida em outro tempo por *Caminho do Rio*, pouso de tropeiros, e que evidentemente se origina da palavra tupy *uquire* pronunciada *buquira*, que quer dizer *dormida*, *pousada*. O vocabulo *Cambuquira*, significando folhas tenras da abobora, ou os *brotos*, que são folhas fechadas e como que dormentes, vem tambem do tupy: *caa*, folha, *uquira*, que dorme, isto é: Cambuquira, ou *caauquira* quer dizer litteralmente *folha que dorme*».

só podem ser determinadas pelo estudo detalhado, topographico e geologico, do systema. Como estes macissos podem estar ligados entre si de diversos modos haverá, sempre que faltem conhecimentos topographicos minuciosos, divergencia de vistas sobre o emprego do nome systematico. E nos casos em que uma divisão politica corre por um systema montangoso, esta divergencia pode assumir grande importancia politica e social.

Ainda hoje os conhecimentos topographicos da região da Serra da Mantiqueira são tão imperfeitos que é impossivel dizer com rigorosa precisão onde é que começa ao norte e onde termina ao sul o systema, bem como a sua largura e o numero e disposição dos membros subordinados que a elle pertencem. Não é, portanto, de estranhar que tivesse havido a mesma incerteza a respeito da divisão politica por ella traçada. Um systema montanhoso de largura indefinida nunca póde constituir uma divisão politica. Esta tem necessariamente de ser uma linha seguindo por um ou outro dos membros do systema, e quando este membro for mal definido ou mal conhecido sempre haverá duvida a respeito. No caso presente o membro subordinado que serve de divisa é o que tem o mesmo nome do systema, isto é, o prolongamento natural da primitiva Serra da Mantiqueira nas vizinhanças da garganta do Cruzeiro. Deste ponto para o sul, na parte que corresponde á divisa das aguas entre o Parahyba e o Rio Verde, este membro é bem definido; porém depois na secção que corresponde ao Rio Sapucahy ha uma especie de bifurcação, e tem havido discussão sobre ser um ou outro dos ramos desta bifurcação o verdadeiro prolongamento da Serra da Mantiqueira. Hoje em dia o nome é geralmente applicado ao alto espigão que limita o valle do Parahyba, e, conforme os Mineiros, é este espigão que deve ser considerado como a Serra da Mantiqueira no sentido restricto em que é preciso empregar o termo quando se trata da divisa. Os Paulistas do valle do Parahyba, pelo contrario, mantiveram, pelo menos até o fim do primeiro quarto deste seculo, que o nome

proprio deste espigão era Serra do Parahyba, e que a verdadeira Serra da Mantiqueira era a ramificação mais para o oéste que limita os Campos do Jordão e que nos mappas antigos mineiros figura com o nome de Serra do Caim. Nesta questão muito discutida nas contendas sobre divisas no districto de Pindamonhangaba e do alto Sapucahy, a opinião mineira está mais de accordo com a nomenclatura que seria empregada por topographos sem preoccupações politicas. A nomenclatura mineira, porém, se afasta da topographica para incluir o Morro do Lopo que se acha n'uma ramificação, e não sobre o natural prolongamento topographico da primitiva Serra da Mantiqueira, que é o grande resalto que limita o valle do Parahyba até a grande volta em Guararema, e depois o valle do alto Tieté. Assim tanto a nomenclatura mineira como a paulista ambas baseadas sobre preoccupações politicas, se afastam da topographica. A actual linha convencional da fronteira na parte correspondente ao valle do Parahyba é resultante dos conflictos entre estes diversos modos de ver, e n'uma parte afasta-se notavelmente da linha natural topographica. Começando na garganta do Picú entre os dous picos altos do Itatiaia e Picú collocados sobre a Serra da Mantiqueira no sentido restricto deste nome, segue pelo cume desta serra até quasi em frente de Guaratinguetá onde a deixa para ganhar por uma linha irregular e mal definida a Serra do Caim dos antigos mappas para depois voltar por uma linha exquisita em zigzag para o cume da Serra da Mantiqueira no sentido topographico, ou a Serra do Parahyba dos antigos Paulistas, seguindo por esta até o pico da Pedra Sellada onde ha uma bifurcação abrangendo o valle do Atibaia, da qual bifurcação o ramo esquerdo deve conservar o nome de Mantiqueira, tomando outro nome o direito que a linha divisoria segue até o Morro do Lopo.

Nesta parte da fronteira as duvidas a respeito da divisa nasceram de differenças de nomenclatura e podem ser resolvidas por um apello franco e leal ao conhecimento topographico

do terreno, estando ambas as partes de accordo em traçar a divisa por uma certa distancia pelo cume da Serra da Mantiqueira. O desaccordo versa sobre o ponto onde a divisa devia deixar esta serra para se dirigir para o norte em procura do Rio Grande, que é o outro trecho não contestado da divisão. Conforme as idéas paulistas a divisa devia sahir da serra nas cabeceiras do Rio Sapucahyguassú e seguir pelo leito deste rio até a confluencia do Sapucahy com o Rio Grande. Conforme as idéas mineiras a divisa devia continuar pelo cume da Mantiqueira até o Morro do Lopo para d'ahi se dirigir para o norte de um modo que nunca foi claramente definido, estando na actualidade, porém, determinado pela evolução irregular dos limites de posse dos habitantes de um e outro Estado na zona contestada.

As duvidas a este respeito provêm da confusão que tem havido, e que ainda hoje persiste, entre a Serra da Mantiqueira em sentido restricto e o mesmo nome empregado como termo systematico. Como já foi referido, ha ainda incerteza sobre os verdadeiros limites topographicos do systema montanhoso da Serra da Mantiqueira. Atraz do grande resalto que define o systema pelo lado do valle do Parahyba existe um grande planalto montanhoso cujas feições topographicas só podem ser convenientemente classificadas depois do levantamento topographico detalhado e o estudo geologico de toda a região. Neste planalto acham-se representados e de certo modo fundidos uns com os outros, além do systema da Serra da Mantiqueira, dous outros mais ou menos distinctos, o da Serra do Espinhaço e o do Serra da Canastra. Ao norte do Rio Grande estes tres systemas são mais ou menos destacados e definidos pelos valles dos rios Doce e São Francisco; porém ao sul daquelle rio não é possivel, com os limitados conhecimentos de hoje, distinguir systema algum. A margem occidental do planalto se desfaz em espigões subparallelos entre si e a Serra da Mantiqueira (Serra do Parahyba), estendendo-se como dedos de uma mão entre

os valles tributarios do Piracicaba e Mogyguassú, até morrerem de encontro á planicie elevada não montanhosa do interior do Estado de São Paulo.

É possivel que todos os referidos espigões possam ser considerados como pertencentes ao systema da Serra da Mantiqueira, porém não ha possibilidade de referi-los a esta serra no sentido restricto em que é preciso empregar o nome quando se trata de divisas. Havendo ainda hoje confusão devida aos dous empregos do nome, não é de admirar que a houvesse na occasião de se tentar traçar por ahi a divisão das duas Capitanias. Com a idéa, baseada nas informações extremamente incompletas daquelle tempo, de que a Serra da Mantiqueira dobrando para o norte continuava em linha continua até o Rio Grande, e que a assim chamada Serra do Mogyguassú pertencia a esta linha, o Governador Gomes Freire de Andrade, mandou, em 1749, traçar a linha divisoria pelo cume desta serra imaginaria.

Se, como convinha, Gomes Freire de Andrade tivesse encarregado um engenheiro do levantamento da linha que elle mandou correr á bussola (agulhão), este logo se teria visto embaraçado em executa-lo estrictamente conforme a lettra das suas instrucções. Para alcançar a Serra de Mogyguassú, seguindo sempre pelo cume da serra, teria sido obrigado a deixar a Serra da Mantiqueira propriamente dita mais ou menos na altura da Pedra Sellada, para ir pulando de um espigão secundario para outro contornando as cabeceiras do Jaguary, Camandocaia e Mogyguassú, e depois a seguir pelo espigão entre este rio e o Pardo até a Serra do Mogyguassú. Seguir d'ahi pelo cume das serras seria ir cahir no pontal na confluencia do Mogyguassú e Pardo sem seguimento pelo cume das serras para o Rio Grande. A outra sahida, contrariando as instrucções, seria atravessar o valle do Rio Pardo para ganhar a linha de altos que divide as aguas do Mozambinho e Jacuhy das do Rio Pardo e Sapucahymirim. Ao advogado, Ouvidor da comarca do Rio das

Mortes, (*) a quem foi encarregada a divisão, estas minudencias topographicas e os mysterios do agulhão não offereceram difficuldades que não fossem, no momento, facilmente removidas por um traço de penna, ficando porém accumuladas e extraordinariamente multiplicadas para todas as auctoridades que se lhe seguiram durante seculo e meio. O introduzir elle na questão o Morro do Lopo e a estrada de São Paulo para Goyaz, facto que de nenhum modo pode ser justificado pelas suas instrucções e menos ainda pela disposição topographica do terreno, complicou de tal maneira a questão de limites que esta até hoje espera solução.

Na discussão supra a Serra do Mogyguassú das instrucções de Gomes Freire de Andrade tem sido identificada com a Serra de Caldas, um macisso meio destacado, de forma circular e caracter especial, que se eleva na margem do planalto montanhoso sem ligação immediata com o systema da Serra da Mantiqueira, nem com qualquer outro até hoje reconhecido. Este nome de Serra de Mogyguassú tem dado origem a grandes discussões, e com effeito não é uma designação popular nem uma designação geralmente acceita pelos geographos. Nos mappas em que se encontra o nome é muito evidente que

(*) A parte puramente technica da ordem dada ao Dr. Thomaz Rubim de Barros Barreto é a seguinte: -- «Chegando Vm. ao marco dito, que está no alto da referida serra da Mantiqueira, e servirá de balliza para a demarcação, do alto, em que elle se acha, se tirará uma linha pelo cume da mesma serra, seguindo toda até topar com a Serra de Mogi-guassú, e o rumo que pelo Agulhão se achar, fará Vm. expressar no termo da demarcação, a serra de Mogi-guassú se deve seguir como divisão dos ditos Governos até findar nos que se lhe seguirem, fazendo-se sempre pelo cume della a divisão, até topar no Rio Grande, etc».

Chegando o Dr. Thomaz Rubim, não ao marco indicado, porém no arraial de Santa Anna do Sapucahy, pelo caminho de São João d-El-Rei donde nem por um oculo podia elle avistar a Serra da Mantiqueira, foi alli lavrado o celebre auto de demarcação. Os rumos que deviam ser achados pela bussola (Agulhão) foram commodamente substituidos pelas declarações juramentadas dos «homens mais practicos e de verdade que poderão descobrir se» estando já descobertas, desde São João d'El-Rei, a verdade e a practica de grande parte d'elles, visto serem officiaes daquella villa a terça parte, pelo menos, dos signatarios do auto.

este figura por motivos politicos e não geographicos; porque estes mappas não dão nomes ás montanhas senão quando estas entram em questões de limites. Na reunião de 12 de Outubro de 1765 da Junta do Rio de Janeiro para tratar dos limites das duas Capitanias, os melhores conhecedores da região (incluindo neste numero o proprio conselheiro de Gomes Freire de Andrade, o guarda-mor das minas Pedro Dias Paes Leme) declararam que não havia serra alguma com este nome, julgando alguns delles que Gomes Freire de Andrade queria se referir á Serra de Dumbá na região de Jacuhy. Diversos mappas posteriores a esta data trazem, porém, o nome e uniformemente na posição da Serra de Caldas, mas com a circumstancia já notada de ser esta quasi a unica serra distinguida com nome. Os mappas mais modernos e mais minuciosos, em que quasi todas as serras vêm com os nomes pelos quaes são localmente conhecidas, não trazem o de Mogyguassú.

Embora seja evidente que a identificação da Serra de Mogyguassú com a de Caldas nos mappas antigos é uma simples hypothese dos seus auctores sem conhecimento da designação local, ha fundados motivos para se acreditar que seja acertada. Na epocha, em que o nome foi empregado por Gomes Freire de Andrade, a região só era conhecida vista de longe, da estrada de Goyaz que a sahir da villa de Mogyguassú fraldeia o macisso de Caldas na parte hoje conhecida pelos nomes locaes de Serra do Caracol e Serra dos Poços de Caldas. Ninguem tinha penetrado nestas serras, e é provavel que nem tivessem nome proprio. Gomes Freire de Andrade, querendo designar uma serra nesta região como balisa da sua demarcação, e sabendo que perto de Mogyguassú se avistava uma serra alta á direita da estrada, naturalmente lhe applicou o nome da villa ou rio mais proximo. A supposição de que esta serra formava parte da Mantiqueira era, com os conhecimentos da epocha, muito natural, tendo mesmo persistido até uma epocha relativamente recente.

ORIGENS REPUBLICANAS DO BRASIL

ANTES DO XIX SECULO

DEDICADO

ÁS VICTIMAS DA PREPOTENCIA DOS GOVERNOS

(Dr. Domingos Jaguaribe)

PARTE I

Para avaliar de quanta oppressão se fez cercar a organisação do Brasil pela metropole, é preciso saber-se que ao lado do esforço para aniquilar os homens patriotas, esteve sempre o trabalho paciente dos educadores do povo, escolhidos pelo governo portuguez.

Esta lucta dos sordidos interesses coloniaes offerece o triste espectaculo de uma população laboriosa ter vivido á mingua, no meio da terra mais rica do mundo!

Educando os trabalhadores só para pagar o *dizimo*, o *quinto*, a *derrama*, e quantos outros conluios se faziam para que o povo estivesse sempre convencido do muito que devia ao Rei, pela concessão que se lhe fazia de o deixar viver, o governo da Corôa não era entretanto menos oppressivo para os seus proprios delegados, algozes dos subditos. Pombal tratava os agentes de nomeação, fazendo-os méros instrumentos de dilação do crime em nome da lei, que abrigava á sua sombra todos os actos do governo, verdadeiras estorções, com aquelle lindo rotulo.

O Ministro de D. Maria I, Martinho de Mello Castro, obteve o celebre alvará regio de 5 de Janeiro de 1785, no qual se ordenava « Que fossem destruidas todas as fabricas que hou-

vessem no Brasil e todos os estabelecimentos industriaes, e que se fizesse uma devastação a ferro e fogo, para que fossem cobrados os impostos atrazados»!

Não ha meio mais efficaz de fazer nascer a liberdade do que dominar uma terra virgem pela tyrannia.

Minas Geraes, onde o clima ameno e a altitude das serras dão ao homem uma robustez e vitalidade que lhe imprimem o sangue puro e oxygenado nas veias, por isso mesmo que era o lugar mais prospero, tambem foi o mais explorado.

A observação nos ensina que assim na terra como na sociedade, todos as vezes que não se aproveitam os elementos naturaes da riqueza, seja da natureza bruta ou da animada, estes elementos se voltam contra o homem, como que bradando contra elle pela sua inepcia.

É assim que vemos, junto das mangueiras ou curraes onde a superabundancia da esterqueira accumulada se perde, quando não é aproveitada para hortaliças e culturas, nascer a cicuta, veneno terrivel com o qual os tyrannos de Athenas mandaram matar Socrates no anno de 468, antes de Jesus Christo.

Tambem os povos quando soffrem o martyrio, a perseguição, a fome, a falta de dinheiro, a crueldade da lei, fazem brotar a revolução, veneno benefico quando acaba com a tyrannia.

O uso bom ou máu desta droga, tem sido sempre a origem dos males que não se extinguem senão com a cultura, o trabalho, a justiça e a liberdade.

Descoberto o veneno, é preciso descobrir o antidoto!

Tirai do homen a consciencia, o que fica é nada.

Tirai do governo a Justiça; o que fica é a força bruta, é a tyrannia, porque o governo em si é sempre o representante do mando, que está para a sociedade como o instincto está para os animaes.

A educação, que faltava ao governo da metropole, refinava os espiritos dos algozes e das victimas, cada um em sentido opposto ao outro.

O governador de Minas, Luiz da Cunha e Mello, apertou quanto poude as suas victimas, mas o marquez de Pombal observou que elle viéra pobre ao Brasil e voltára rico para o Reino.

Não se fez demorar uma denuncia contra o ladrão que, recem-chegado a Lisboa, foi logo condemnado a pagar 90 mil cruzados, embolsados criminosamente em Minas.

A rapacidade dos delegados igualava a *sacra fames auri* dos governos. (1)

A gloriosa inconfidencia teve um berço digno.

O ouro que ia do Brasil constituia a origem da fortuna, e aqui se acharam estas novas fontes de riqueza que se julgavam inextinguiveis por sahir do solo, e perennes, por serem adquiridas com o povo, esta eterna victima do despotismo dos poderosos, que se servem della como os rios das aguas das suas nascentes, para engrossarem as caudaes das inundações que fazem a devastação e a miseria, e depois que seccam, deixam no ar os miasmas mais deletereos que se encarregam de matar os que vêm observar os estragos feitos na superficie da terra.

Razão teve o mallogrado mestre e grande escriptor portuguez Oliveira Martins, quando escreveu, apreciando as riquezas que iam do Brasil: Poude D. João V dar largas á sua ostentação fradesca, e o Marquez de Pombal reconstruir não só Lisboa, mas todo o Reino».

Para manter o direito de cobrar os dizimos, verdadeiras tisanas com as quaes Portugal curava todas as enfermidades do seu thesouro, era preciso manter um exercito, a titulo de garantia do povo!

Em 1775 foi feito um recrutamento n meio da escassa população livre.

Seis mil homens foram recrutados em Minas Geraes, provindo dessas prisões de innocentes, adoçadas com o nome de

(1) O Padre Antonio Vieira, consultado pelo Rei si convinha dividir em duas partes a administracção do Brasil, respondeu — que era melhor conserval-a unificada porque era mais difficil encontrar dois homens de bem do que um, e menores males causava um ladrão do que dois. (Carta do Padre Vieira.)

recrutamento, tanto horror para o povo que ainda hoje o mineiro é refractario ao serviço militar, e foi alli que se tornou popular esta phrase do povo: — Deus é grande, mas o matto é maior. (1)

O Decreto de D. João III para colonisar o Brasil, é talvez o documento mais vergonhoso que se póde ler em lingua portugueza, ei-lo:

« Attendendo El-Rei que o Brasil precisa de novo ser povoado, ha por bem decretal-o couto e homisio para todos os criminosos que nelle quizerem ir morar, ainda que já condemnados em sentença até em pena de morte, exceptuados sómente os criminosos de heresia, trahição, sodomia e moeda falsa. » !!!

Por outros quaesquer crimes não serão de modo algum incommodados. » !!! (2)

A este tempo alguns pais humanos mandaram seus filhos estudar na Europa; desde então, estes moços, indignados com o modo perverso, cruel e tyrannico, que tornava tão precaria a vida do cidadão, de modo que o escravo era um ente feliz, comparado com o cidadão que pensava, principiaram a organisar as idéas revolucionarias, que mais tarde deviam fazer do Brasil uma Republica.

Pense-se nas palavras do Padre Anchieta, em uma de suas cartas, publicadas na Chorographia do Brasil por Mello Moraes, na qual diz aquelle varão illustre ao Provincial da Companhia de Jesus:

« Parece-me coisa muito conveniente mandar Sua Alteza algumas mulheres, que lá tem pouco remedio de casamento

(1) Quando se fez a guerra do Paraguay, por méro capricho do imperador que quiz civilisar e libertar aquelle povo infeliz, esquecendo-se de que havia no Brasil um milhão de escravos para se libertar, os mineiros foram os que mais deserções fizeram, e os que menos soldados deram para a guerra. Estas informações obtive-as de um audictor de guerra. --

(2) Os governos ineptos tem nos seus proprios actos o castigo; as leis sociaes como as leis no mundo physico têm determinado fatalismo na sua marcha, infringidos os principios basicos de toda sociedade organisada, a propria natureza humana incumbe-se de reparar as faltas dos governos. O facto de ter sido o Brasil declarado couto de criminosos e terra de degredo, trouxe ao seu seio elementos de rebeldia contra o seu governo. Estes elementos maus, trazidos do reino pela resistencia offerecida ás leis, se melhoraram consideravelmente no meio americano, mas lançaram germens poderosos contra as autoridades representantes do poder que os condemnára.

a estas partes, porque casariam todas muito bem, comtanto que não tenham de todo perdido a vergonha de Deus e do Mundo.» (1)

Tres seculos se haviam decorrido sem que o novo mundo désse outras provas de sua grandeza, que não fossem o oiro, as pelles dos animaes selvagens, as cascas das arvores para as tinturarias européas e os preciosos diamantes.

A historia do Brasil colonial podia ser dividida em dois periodos:

O 1.º — Exploração das Minas. (2)

O 2.º — Exploração do captiveiro. (3)

Quanto mais se avançava no tempo, mais se recuava no progresso, e entretanto este producto do proprio tempo ficava intenso, embora latente, nas consciencias dos patriotas e dos martyres.

Era o Maranhão uma das capitanias mais ricas e populosas, e a grande Companhia do Maranhão fez mais conhecer o Brasil no velho mundo do que o governo portuguez que o ocultava para melhor exploral-o.

O decreto de D. João III, acima publicado, era a prova. Com uma tal sementeira o governo estava certo da colheita.

Accresce que a miseravel exploração da carne humana, fez com que os proprios senhores explorassem os filhos. (4)

Os fazendeiros ricos do Maranhão entraram em conflicto com o vulto grandioso do Padre Vieira, capaz só elle de encher uma epocha, de modo que nós chamaremos o seculo XVI, no Brasil—o seculo do Padre Vieira. Este heroe, tendo aberto lucta

---

(1) Apesar disto a mulher brasileira faz excepção ao mundo pelo culto intimo da virtude. As estatisticas feitas ultimamente pelos adeptos da escola antropologica criminal sobre a criminologia da mulher, encontrariam no Brasil muito pouco subsidio. A mulher brasileira concorre para a estatistica criminal de modo muito insignificante.

(2) Periodo mineral.

(3) Periodo agricola e monarchico.

(4) Vide «Herdeiros de Caramurú», Propaganda abolicionista, do autor, 1880.

contra o captiveiro dos indios, teve de ser forçado a retirar-se para Lisboa.

Lá elle escreveu as celebres cartas do Padre Vieira, modelos de eloquencia e sabedoria portugueza.

Logo os fazendeiros trataram de se organisar, e a estas contrariedades dos que se queixavam, juntaram-se as excessivas cobranças de impostos.

A população augmentada com o elemento francez, que viera primeiro ao Brasil para aquella capitania em 1590, não quiz se submetter e promoveu uma revolução.

Sem perderem de todo o respeito ao governo da metropole, estes homens visavam tornar-se os arbitros dos negocios do seu paiz, que mesmo na linguagem official elles chamavam Republica, e as manifestações de origem popular asseguravam ser para aquella fórma de governo popular que tendiam todas as tentativas que lhe davam um cunho nacional, patriotico e republicano.

Diz o doutor Joaquim Manoel de Macedo em sua «Historia do Brasil», á pag. 216: «mas lavrava o desgosto e a Companhia faltava aos seus compromissos a respeito dos africanos e agigantava os seus lucros, vendendo por um *maximum* elevado generos de ruim qualidade e em máu estado.»

Urdiu-se uma revolta de que foram chefes Manoel Beckman, portuguez e rico fazendeiro, e cabeças principaes Thomaz Beckman, irmão do precedente, e Jorge de Sampaio, que rompeu na madrugada de 26 de Fevereiro de 1764, sendo Balthazar Fernandes preso e deposto do governo, extincta a Companhia do Commercio, e expulsos os jesuitas por uma «Junta» chamada dos «Tres Estados»—cléro, nobresa e povo—que immediatamente se installou, distribuiu postos militares, proveu-se de meios de defesa e despachou Thomaz Beckman para Lisboa «afim de representar ao rei conforme as idéas da revolta.

Pode-se dizer que desde que se formou a sociedade brasileira ella não se submetteu jámais ao regimen da monarchia, sinão pela força. (1)

Documentos antiquissimos o attestam como o seguinte: Tendo sido nomeado, em 1641, Salvador Corrêa de Sá e Benevides governador da Capitania do Rio e São Paulo, aconteceu que o povo se desgostasse com a sua administração, allegando violencias, rigores e extorções, e como o governador partisse para São Paulo, deixando nomeado interinamente Thomé Corrêa de Alvarenga, (2) a quem o povo, querendo dar prova do seu desagrado, e resolvido como estava a não mais prestar obediencia senão ao eleito por elle povo, destituiu-o das altas funcções em que estava e bem assim depoz igualmente o proprio general Salvador Benevides, homem digno e que havia abrilhantado o governo colonial.

A acta que o povo revolucionario fez lavrar para constar este seu acto, em bem da Republica, prova que o povo se impacientava pela liberdade e que não supportava o dominio dos portuguezes, senão depois de esmagado pela força.

Sendo muito extensa a acta, nos limitamos a fazer os extractos que vêm ao caso.

«Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil seiscentos e sessenta, aos oito dias do mesmo mez e anno, nesta Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em casa da Camara della, onde se ajuntaram o povo desta Cidade e seu Des-

(1) A guerra hollandeza no Brasil foi um poderoso factor do espirito democratico, porque a metropole, entregando os brasileiros aos seus proprios recursos, os fez conhecer sua força contra uma nação poderosa e temida e poz em evidencia a fraqueza da metropole, pela remessa de recursos ridiculos e pelo desejo que teve, a conselho do Padre Vieira, de abandonar a Capitania de Pernambuco aos Batavos. Apezar do desejo manifestado no Reino nessa occasião, a guerra foi continuada com os proprios recursos brasileiros, nascendo em Pernambuco a idéa de independencia.

(2) O infortunio que acompanha os paizes explorados pela força e pela escravidão veio aggravar a sorte do povo com a epidemia da bexiga, que explodiu em toda a Costa do Brasil, em 1665.

Foi esta a data do apparecimento (Vid. Southey, vol. 4, pag. 286).

tricto, as cinco horas da manhã, e todos assim juntos na dita casa, como fóra e recinto della, fez vir os officiaes da Camara, que de presente servem, e que maguados, queixosos e opprimidos das vexações tiranias, tributos, fintas, pedidos, destituição de fazendas que lhe havia feito o general Salvador Corrêa de Sá e Benevides que governava esta praça, tratando só de suas conveniencias, sem attender ao bem commum delle, dito povo, descompondo aos homens, e a elles mesmos ditos officiaes da Camara de palavras injuriosas e affrontosas, com que todos se vião precipitados, vexados e opprimidos e que portanto recorreram a Thomé Corrêa de Alvarenga, que de presente estava governando, e vendo elle dito povo que os quatro procuradores que haviam enviado a Thomé Alvarenga, não surtiam effeito, vinham em pessoa pelas ditas rasões a excluir e remover, como com effeito excluem e removem ao dito General Salvador Benevides do cargo e posto de governador desta praça...»

«E logo foi approvado pelo povo que se chamasse a este Tribunal o dito Thomé de Alvarenga para declarar si estava por esta resolucção do povo, como a haviam já representado e queriam saber si a acceitava ou não, e como respondesse por escripto que não podia convir na remoção ou expulsão a bem da Republica, de que eu tabellião dou fé, o que ouvido e sabido pelo dito povo todo junto e congregado, todos a uma vóz aclamaram que elegiam e queriam, como com effeito disseram e elegeram por governador desta praça e seu districto ao Capitão Agostinho Barbalho Beserra, por ser pessoa em quem concorriam todas as qualidades e partes necessarias para o dito cargo, para que o governasse com justiça assim na guerra como na politica e foram juntos a casa do Capitão Beserra que mostrando escrupulo o povo disse que acceitasse, senão tinha que morrer. Declarando em fim que acceitava o cargo de Governador da Praça e seu destricto logo o dito povo em homenagem ao Capitão Beserra novamente o elegeo e aclamou.» (Vide R. Instituto Historico).

Cento e doze homens, além do Governador eleito e ecclesiasticos, assignaram esta acta.

Ora, se isso não é um dos meios revoluccionarios pelos quaes o povo usa de sua soberania para se fazer governado por si, como é da missão dos governos republicanos, não sabemos como se possa contestar o sentimento que animava estes patriotas, que, mal se constituindo em sociedade, já aspiravam lhe dar a fórma a mais livre.

Uma vez instalado o governo popular, foi lavrado o edital seguinte, publicado pelas ruas:

«Ouvi o Mandado que manda o povo desta cidade o seu nomeado, que toda a pessoa de qualquer qualidade que seja, parente ou não parente do General Salvador Benevides, criado, amigo, affeiçoado, que lhe quiser ir para a sua companhia irá manifestar ao senado da Camara, para se-lhe dar licença e toda a boa passagem que lhe for necessaria para se partir, para que dentro em dois dias o possam faser sem se lhe faser offensa alguma; e passado o dito praso se virem manifestar, e constando ao depois por qualquer via que alguem se cartêa com o dito General ou segue a sua vós, será preso e degradado para Angola, e haverá mais a pena que o povo lhe quizer dar.

Rio de Janeiro, 1 de Fevereiro de 1681.

E eu Antonio Ferreira da Silva, tabellião do publico judicial e notas dou fé manda-lo assim o dito povo.—*Antonio Ferreira da Silva.*»

No dia seguinte o povo, sabendo que alguns cidadãos se bandeavam para o general, convocou nova reunião e se lavrou uma acta na qual, além da destituição de alguns capitães, se nomearam outros.

Nesta acta se diz «que temendo o dito povo que houvesse alguma conspiração em damno desta Republica e contra o povo, nomeavam para coronel o mesmo que de presente serve, Francisco Sudré Pereira, para Sargento Mór Domingos de Faria, para Capitães Christovão Leite, Francisco Vargas, Mathias de

Mendonça, Matheus Corrêa Pestana, Manoel Maciel, Sebastião Pereira, Miguel Machado, Sebastião Coelho, Antonio Sardinha, Francisco Dermundo, Francisco Brito, Francisco de Macedo Freire e Francisco Martins Soares. »

Estas manifestações não conduziam, na verdade, a nenhum resultado pratico. Seria ignorar os limitados recursos da população brasileira e os poderosos agentes da força publica portugueza; mas nós as extractamos para mostrar bem claramente quanto o sentimento republicano era intenso e delle não duvidavam os proprios governadores, como veremos neste estudo.

Uma prova desta verdade achamos ainda na narrativa dos acontecimentos do Rio de Janeiro, durante o governo de Salvador Benevides, a qual se acha na bibliotheca do Rio, onde se vê que depois dos esforços ingentes para acalmar o povo, é o proprio chronista, narrando os acontecimentos passados em São Paulo, em apoio do General Benevides, que emprega a palavra republicana.(1)

Os documentos a que nos referimos, mostram portanto que em São Paulo havia republicanos.

A revolução do povo no Rio prova que elle conhecia como se chegava a ser republicano.

Os leitores verão de nossa exposição, em ordem chronologica dos acontecimentos, que em cada uma das capitanias os germens republicanos se faziam distinguir no meio do marasma em que vivia o governo.

---

(1) Expedida a carta, se juntaram os paulistas com os Republicanos á sua nobreza e prelados das religiões, para obterem a resolução do Governador que pretendia regressar para o Rio...

Embora á palavra Republicana não fosse dado naquelle o mesmo sentido que tem hoje, ella era, todavia, a expressão official propria para designar o povo brasileiro patriota, que não se submettia á influencia da metropole e por conseguinte realmente republicano.

As origens republicanas no Brasil são como os raios do sol que apparecem ao observador que entra nas trevas á procura de algum objecto que lhe é caro. (1)

(1) A corrente da democracia no Brasil foi muito avolumada pela legislação referente ás successões. A divisão da propriedade territorial e da fortuna movel pelos herdeiros tem poderosamente influido sobre as idéas republicanas, pelo nivelamento que produziu, impedindo a constituição de grandes riquezas, sempre prejudiciaes ao regimen das liberdades. Maiores seriam os beneficios produzidos por essa sabia legislação que ainda perdura sobre a indole, idéas e costumes do povo, si os legisladores actuaes impozessem como medida obrigatoria nas successões a subdivisão da propriedade territorial por todos os herdeiros, sempre que ella ultrapassasse um *minimum* legal. Por esta fórma chegariamos mais depressa á pequena propriedade sem o imposto territorial e deste modo se realisariam praticamente as manifestações do socialismo no nosso paiz, porque sendo o proprietario essencialmente conservador, subdividir é tornal-a ao alcance de todos.

Estamos convencidos de que com a politica e a liberdade, harmoniosamente associadas, nada temos que receiar do socialismo, como muito bem disse o grande escriptor Oliveira Martins em uma carta que tivemos a honra de receber e está publicada na Rev. Util. de 1894: «A vastidão das riquezas naturaes e a escassez relativa de população permettiram ao Brasil realisar typos e fórmas de organisação civil, a que se chama socialistas no velho mundo, e que por cá a tradição, os interesses creados e a exiguidade da riqueza, provocam commoções graves.»

PARTE II

Quando se pensa nos meios oppressivos do governo do Brasil e principalmente no tempo do regimen colonial, quando se considera a educação portugueza, cercada de um *despotismo paternal*, que degenerava em pancada á menor contrariedade, é que se avalia o merito destes patriotas republicanos, que surgiram ora no interior das provincias, ora nas capitaes, e que ao Sul e ao Norte do Brasil disputavam o seu ideal em paciente perseverança, no ignorado silencio da vida domestica, onde se educam os bons caracteres.

Minas foi o theatro das mais risonhas esperanças e tambem dos maiores supplicios.

Quando o ouro não chegava para as dissipações monarchicas, se fazia uma derrama no rico estado e a capital Villa Rica era o centro da indignação do povo, que achou em Felippe dos Santos, morto e esquartejado, o primeiro Martyr !

A religião explorada sob sua fórma mais indigna fez prender os padres companheiros de Tiradentes e os levou para as masmorras do Reino, para que morressem com os supplicios que a inquisição inventava e que só no velho Reino se sabia bem guardar e praticar.

Veiga Cabral, o companheiro de Fellippe dos Santos, tambem foi para lá, para que o povo do Reino tivesse occasião de aprender na applicação dos supplicios o modo de se punir a pretenção de ser livre no Brasil.

Estes rigores faziam brotar da terra opprimida, como um novo Cadmus, as legiões da victoria.

Abafava-se o crime de ser republicano, mas a idéa de Bernardo Vieira de Mello, apresentando em 1710 ao Senado da Camara de Pernanbuco um plano para se fazer uma republica como a de Veneza, nasceu mais fulgurante, em 1789, com as bandeiras de Tiradentes e depois com o ideal da Confederação do Equador e em 1835 com a Republica de Piratinim, evoluções da gloriosa tentativa de Tiradentes.

Estas idéas não morrem, mas para que ellas possam germinar, crescer e florescer, dando fructos, é preciso muita paz, muita justiça, muito progresso.

Si faltam estes elementos, falta tambem a athmosphera onde sómente ellas podem viver: *porque a liberdade é uma planta mimosa que não vive nem nos aridos desertos da intriga nem no dominio da corrupção.*

Mas si a despeito destes elementos se faz o sangue das victimas humanas apparecer e regar a terra, então este sangue para aquellas idéas o melhor propulsor, elle apressa o seu apparecimento mais rapidamente, por que fére a imaginação dos homens, que lhe serve de vehiculo.

A liberdade surge embravecida, tal como a onda quando atira os fracos bateis sobre as rochas.

A revolução franceza attrahia naturalmente para a França os homens livres da America. Entre elles não se póde deixar esquecidos os nomes dos tres distinctos brasileiros que faziam seus estudos em Montpellier e Bordeaux, os cidadãos José Joaquim de Maia, José Alves Maciel e Vital Barbosa.

Terminados os estudos de medicina em Montpellier e em Bordeaux, Maciel e Vital Barbosa foram para Minas, sua terra natal, afim de fazer a propaganda republicana.

Lamentamos que a mocidade brasileira não tenha ainda formado clubs com os nomes que incontestavelmente exerceram a maior influencia na propaganda das idéas republica-

nas do Brasil, e eram os dignos companheiros do immortal Tiradentes, que apesar de ter este nome, pela habilidade que empregou neste officio, era habil ourives e disso sim, fazia profissão. (1)

Narra o Senhor Oscar de Araujo em seu livro — «Idéas Republicanas» — que foi José Joaquim da Maia quem intentou correspondencia, em fins do seculo passado, com o grande Jefferson, que depois foi presidente da Republica Norte Americana.

Nós tivemos que averiguar o assumpto, e apezar de ter o conselheiro Lopes Netto mandado verificar na lista da matricula dos estudantes de medicina, em Montpellier, se havia algum estudante brasileiro, o que não foi confirmado, não temos a menor duvida em confirmar o facto, porque coincide a sua permanencia em França com a de Jefferson.

Os homens que tinham instrucção no Brasil, não podiam pretender annunciar os seus pensamentos, porque a delação andava atraz do homen, como a sombra do corpo. O celeberrimo alvará regio de 6 de Julho de 1747, prohibindo o uso da imprensa no Brasil, sob penas as mais severas, havia feito a ruina de alguns patriotas que ousaram mandar vir alguns typos, para o immenso prazer de verem em letras impressas as idéas que se aninhavam nos seus cerebros opprimidos.

Não podemos deixar de recordar neste estudo o esforço empregado pelo padre Viegas de Menezes, a quem se deve o haver conseguido do governador de Minas, Visconde de Condeixas, a permissão para ser interposto o seu valimento para a obtenção de revogação de tão cruel lei. Para prestar homenagem a este acto que marcou uma éra nas conquistas da civilisação, o padre, que como Tiradentes era habil ourives, gravou o frontespicio do jornal, onde appareciam as figuras do general gover-

(1) Tiradentes não era só habil ourives. Os primeiros estudos sobre a canalisação de agua potavel na Capital Federal foram por elle feitos para canalisação da agua da Carioca; não conseguiu levar a effeito suas idéas, mais tarde realisadas por D. João VI.

nador e da sua esposa. Humilhação desculpavel em tempos tão remotos, em que para se dar um passo para a frente era preciso retrogradar tanto!

Mas para que a imprensa apparecesse no Brasil era preciso algum sacrificio, e ella largamente tem reivindicado os males causados pelos oppressores.

O pseudonymo Vendek, de que elle se serviu, foi inventado para occultar o nome do distincto Dr. Maia.

Em seguida publicamos esta correspondencia, copiada dos archivos do Instituto do Rio, obtida pelo Sr. Lopes Netto.

O diplomata brasileiro Lopes Netto, quando ministro do Brasil em Washington, obtéve permissão para copiar as cartas dirigidas a Jefferson por um patriota brasileiro que se assignava Vendek, e que como já vimos era o doutor José Joaquim da Maia.

Estas cartas fazem parte dos documentos do archivo do ministerio dos estrangeiros de Washington, que por consentimento do governo americano foram copiadas, tendo sido verificadas as copias authenticas, legalisadas pelas respectivas secretarias. As cartas trocadas entre o grande republicano, que foi o terceiro presidente da republica, e o patriota brasileiro dão uma idéa tão fiel dos sentimentos republicanos dos brasileiros, que julgamos prestar um serviço á mocidade republicana transcrevendo-as, para que ella possa sempre achar no cumprimento do dever, em quaesquer circumstancias, um modelo digno.

As cartas de Jefferson eram dirigidas da Europa ao senhor John Jay, presidente do Congresso Americano.

As idéas manifestadas não só em relação ao Brasil, como a outros povos da America do Sul, provam que antes do XIX seculo, a tendencia de toda a America era unificar-se no regimen feliz da Republica.

Eis a copia da correspondencia :

Vendek a Thomaz Jefferson. — Senhor — Montpellier, 2 de Outubro de 1786. — Tenho um assumpto da maior impor-

tancia para communicar-vos; mas como o estado da minha saude não me permitte a honra de ir encontrar-vos em Paris, peço-vos digneis ter a bondade de dizer-me, si posso com segurança communicar-vol-o por carta, pois que sou estrangeiro, e por isso pouco inteirado dos usos do paiz.

Peço-vos perdão da liberdade que tomo e rogo-vos tambem que mandeis a resposta a Mr. Vigarens, conselheiro do Rei e professor de Medicina na Universidade de Montpellier.

Sou com todo o respeito, Senhor, vosso muito humilde e obdiente servo. — *Vendek.*

Vendek a Thomaz Jefferson. — Senhor — Acabo de receber a honra da vossa carta de 16 de Outubro e muito me penalisa não a ter recebido mais cedo; mas tive de ficar no campo até agora por causa da minha saude; e já que vejo que as minhas informações vos chegam ás mãos com segurança, vou ter a honra de communicar-vol-as. Sou brasileiro, e sabeis, que a minha desgraçada patria geme em atroz escravidão, que se torna todos os dias mais insupportavel depois da vossa gloriosa independencia, pois que os barbaros portuguezes nada poupam para tornar-nos desgraçados com medo que vos sigamos as pisadas, e como conhecemos que esses usurpadores, contra a lei da natureza e da humanidade, não cuidam sinão de opprimir-nos, resolvemos seguir o admiravel exemplo que acabais de dar-nos, e por conseguinte, quebrar as nossas cadeias e fazer reviver a nossa liberdade, que está de todo morta e opprimida pela força, que é o unico direito, que os europeus têm sobre a America.

Mas cumpre que haja uma potencia, que dê a mão aos brasileiros, visto como a Hespanha não deixará de unir-se a Portugal; e apesar das vantagens que temos para defender-nos, não o poderemos fazer, ou pelo menos não seria prudente aventurarmo-nos sem certeza de sermos bem succedidos.

Isto posto, Senhor, é a vossa Nação, que julgamos mais propria para ajudar-nos, não somente porque foi quem nos

deu o exemplo, mas tambem porque a natureza fez-nos habitantes do mesmo continente, e por conseguinte de alguma sorte compatriotas; pela nossa parte estamos promptos a dar todo dinheiro que fôr necessario e a manifestar a todo o tempo a nossa gratidão para com os nossos bemfeitores.

Senhor, aqui tendes pouco mais ou menos o resumo das minhas intenções e é para desempenhar esta commissão que vim á França, visto como eu não podia na America deixar de suscitar suspeitas naquelles que disso soubessem.

Cumpre-vos agora ajuizar si ellas são realisaveis; e no caso de quererdes consultar a vossa nação, estou habilitado para dar-vos todas as informações que julgardes necessarias.

Tenho a honra de ser, com a mais perfeita consideração, senhor, vosso humilde e muito obediente servo.

Em Montpelier, 21 de Novembro de 1786.—*Vendek.*

Thomaz Jefferson a Vendek.—Paris, 26 de Dezembro de 1786.—Senhor—Espero a cada momento fazer uma viagem pelas provincias meridionaes da França.

Demorei a resposta á vossa carta de 21 de Novembro, esperando poder annunciar-vos a data da minha partida, assim como o dia e o logar em que eu poderia ter a honra de encontrar-vos; mas até agora este momento não está decidido.

Todavia terei com certeza a honra de participarvol-o, e pedir-vos uma entrevista ou em Montpelier ou nas visinhanças.

Por emquanto tenho a honra de ser, com muito resdeito, senhor, vosso humilde e muito obediente servo. — *Th. Jefferson.*

Vendek a Thomaz Jefferson. — Senhor — A noticia que acabo de ter a honra de receber da vossa viagem a essa parte

da França, deu-me o maior prazer, e felicito-me por isto; porque eu via, que me era essencialissimo ter a honra de fallar-vos, e o estado da minha saude não me permittia fazer a viagem a Paris.

Si eu pudesse saber o dia da vossa chegada a Nimes e o vosso alojamento, não me privaria da honra de alli ir encontrar-me comvosco, o que estou prompto a fazer em qualquer outro logar que vos aprouver; e para isso não espero mais que as vossas ordens.

No entretanto lisonjeio-me de ser com o maior respeito, senhor, vosso muito humilde e obediente servo.

Em Montpelier, 5 de Janeiro de 1787.—*Vendek.*

Thomaz Jefferson a John Jay.—4 de Maio de 1787.

. . . . . .

Na minha viagem a esta parte do paiz, pude colher informações, que tomarei a liberdade de communicar ao Congresso.

Em Outubro proximo passado recebi uma carta datada de Montpelier 2 de Outubro de 1786, annunciando-me que o autor era um estrangeiro que tinha assumpto de mui grande importancia para communicar-me, e desejava que eu lhe indicasse o meio de levar avante o seu intento com segurança.

Assim fiz.

Pouco depois recebi uma carta, que passo a transcrever.

(Thomaz Jefferson transcreve aqui *ipsi-verbis* a carta de Vendek de 21 de Novembro de 1786, omittindo apenas a assignatura e mudando a palavra de *Monsenhor* por *Senhor*.

Como por aquelle tempo me tinham aconselhado as aguas de Aix, escrevi áquelle cavalheiro communicando-lhe a minha intenção, e accrescentando que eu me desviaria do meu caminho até Nimes, sob pretexto de vêr as antiguidades daquella cidade, si elle quizesse vir encontrar-me alli. Elle

veio, e o que se segue é o resumo da informação que elle me deu.

O Brazil contém tantos habitantes como Portugal.

Constam :— 1.º de portuguezes; 2.º brancos nacionaes; 3.º escravos pretos e mulatos; 4.º indios civilisados e selvagens.

Os portuguezes são poucos, casados alli pela maior parte; perderam de vista o paiz em que nasceram, assim como a esperança de tornar a vêl-o, e estão dispostos a tornarem-se independentes. Os brancos nacionaes formam o corpo da nação.

Os escravos são tão numerosos como a gente livre.

Os indios civilisados não têm energia, e os selvagens não se hão de intrometter.

Ha 40.000 homens de tropas regulares. A principio eram portuguezes; mas a medida, que foram morrendo, foram substituidos por naturaes, de fórma que estes compõem presentemente a massa das tropas, e o paiz póde contar com elles.

Os officiaes são em parte portuguezes, em parte brazileiros. Não se póde duvidar de sua bravura, e entendem a parada, mas não conhecem a sciencia da sua profissão.

Não têm inclinação para Portugal, nem energia para cousa alguma.

O clero é metade portuguez, metade brazileiro, e não se ha de interessar muito pelo movimento. A nobreza é apenas conhecida como tal. Não se ha de distinguir do povo em cousa nenhuma; os homens de lettras são os que mais desejam uma revolução. O povo não se acha muito na dependencia de seus padres; a maior parte sabe lêr e escrever, possue armas e está acostumada a servir-se dellas para caçar. Os escravos hão de acompanhar os senhores. Em summa, pelo que toca a revolução, a opinião do paiz é unanime, mas não ha quem seja capaz de conduzir uma revolução, nem quem queira arriscar-se á frente d'ella, sem o auxilio de alguma nação pode-

rosa, visto que a gente do paiz póde ser mal succedida. Não ha typographia no Brazil.

Considera-se alli a revolução Norte-Americana, como um precedente para ser imitado.

Os brazileiros contam que os Estados-Unidos muito provavelmente hão de prestar-lhes auxilio, e por uma variedade de considerações nutrem a nosso favor os mais fortes preconceitos.

O meu informante é natural do Rio de Janeiro, a presente metropole, onde elle mora, cuja cidade conta 50.000 habitantes.

Elle conhece bem São Salvador, a antiga Capital, assim como as minas de ouro que se acham no centro do paiz.

Tudo é favoravel á revolução, e como isto mesmo fórma o corpo da nação as outras partes hão de seguir o movimento.

No producto das Minas o quinto do Rei dá 13 milhões de cruzados ou meios dollars por anno [1].

O Rei tem outras pedras preciosas, o que lhe dá cerca de metade daquelle rendimento. O producto destas duas verbas rende-lhe por anno cerca de dez milhões de dollars; mas com o resto dos productos das Minas, que orça por 26 milhões, póde contar-se para effectuar a revolução.

Além das armas que existem nas mãos do povo, ha os arsenaes. Os cavallos abundam, mas uma parte sómente do terreno permitte o serviço da cavallaria. Precisariam de artilharia, munições, navios, marinheiros e officiaes, que estimariam receber dos Estados-Unidos, ficando entendido que qualquer serviço ou fornecimento seria bem pago. Têm elles carne fresca na maior abundancia, a ponto que ha lugares em que se matam os bois sómente para aproveitar o couro. A pesca da baleia é toda feita por brazileiros, não por portuguezes, mas em embarcações muito pequenas, de maneira que os pescadores não sabem manobrar navios grandes.

[1] O *cruzado forte* portuguez vale 800 réis e o meio dollar vale mil réis.

A todo o tempo hão de precisar que lhes forneçamos embarcações, trigo e peixe salgado.

Este peixe é um grande artigo, que recebem actualmente de Portugal.

Não tendo Portugal nem exercito, nem marinha, não poderia tentar uma expedição antes de um anno. A' vista dos elementos de que essas forças teriam de compor-se não haveria muito que receiar dellas, e, falhando o primeiro esforço é provavel que nunca Portugal tentasse o segundo. Ha mais: interceptada aquella fonte da sua riqueza, Portugal mal poderia tentar um primeiro esforço. A parte sensata da nação está tão persuadida disto que uma proxima separação é tida por inevitavel.

Reina entre brazileiros e portuguezes um odio implacavel. Para acalmal-o, um antigo ministro adoptou o meio de nomear brazileiros para alguns empregos publicos; mas os gabinetes que se seguiram voltaram ao antigo costume de conservar a administração nas mãos dos portuguezes.

Existem ainda nos empregos publicos alguns nacionaes antigamente nomeados.

Para a Hespanha tentar uma invasão pelas fronteiras do sul, estão ellas demasiado distantes do nucleo dos seus estabelecimentos, além de que uma empreza hespanhola nada teria de formidavel.

As minas de ouro acham-se no meio de montanhas inacessiveis a um exercito, e o Rio de Janeiro é tido como o porto mais forte do mundo, depois de Gibraltar.

Si a revolução fosse bem succedida, estabelecer-se-hia provavelmente um governo republicano, em um só corpo.

Durante toda a nossa entrevista tive o cuidado de fazer vêr ao meu interlocutor, que eu não tinha nem instrucções, nem auctoridade para dizer uma palavra a quem quer que fosse sobre este assumpto, e que podia sómente communicar-lhe as minhas idéas como simples particular. Dis-

se-lhe que na minha opinião não estavamos presentemente em estado de nos intrometter em uma guerra nacional; que desejavamos particularmente cultivar a amizade de Portugal com quem entretinhamos um commercio vantajoso; que todavia uma revolução bem succedida no Brazil não podia deixar de interessar-nos; que a esperança do lucro poderia attrahir-lhe certo numero de individuos em seu auxilio, e mesmo guiados por motivos mais puros, officiaes nossos entre os quaes não faltavam militares excellentes; que os nossos concidadãos tendo a faculdade de deixar individualmente o seu proprio paiz sem consentimento do governo, têm tambem a liberdade de ir para qualquer outra terra.

Pouco antes de receber a primeira carta do brazileiro, um cavalheiro informou-me que havia em Paris um mexicano, que desejava ter alguma conversa commigo. Em seguida procurou-me. A informação que colhi delle foi em substancia como vou dizer.

É natural do Mexico, onde moram os seus parentes.

Deixou o seu paiz na idade de 17 annos e mostra ter agora 33 ou 34.

Classifica e caracterisa os habitantes do Mexico como segue:

1.º Os naturaes da antiga Hespanha possuidores da maior parte dos empregos do governo, e que lhe são firmemente dedicados.

2.º O clero igualmente dedicado ao governo.

3.º Os naturaes do Mexico, geralmente dispostos a revoltarem-se, mas sem instrucção, sem energia e debaixo do dominio dos seus padres.

4.º Os escravos mulatos e negros, sendo os primeiros emprehendedores e intelligentes, os segundos bravos e de maxima importancia, qualquer que seja o lado a que se atirem, mas que ficarão provavelmente do lado dos seus senhores.

5.º Os indios domesticados que é provavel não tomarem parte por ninguem, e que não têm importancia.

6.º Os indios livres, bravos e formidaveis, si interviessem, o que não é provavel, por se acharem a grande distancia.

Perguntei-lhe o numero destas differentes classes, mas não soube responder. Pensa que a primeira é pouco consideravel, que a segunda fórma a massa da gente livre; a terceira é igual ás duas primeiras; a quarta ás tres precedentes; e quanto á quinta não póde fazer idéa do seu numero.

Parece-me que as suas conjecturas quanto á sexta, não assentavam em base solida.

Disse-me saber de fonte segura que na cidade do Mexico haviam 300.000 habitantes.

Mostrei-me ainda mais cauteloso com elle do que com o brazileiro. Disse-lhe que na minha opinião particular (sem estar auctorisado de proferir palavra sobre o assumpto) uma revolução bem succedida no Mexico, ainda estava muito longe; que eu receiava, que primeiro que tudo fosse preciso esclarecer e emancipar intellectualmente o povo; que, quanto a nós, si a Hespanha nos désse condições favoraveis ao nosso commercio e aplainasse outras difficuldades, não era provavel que abandonassemos vantagens certas e presentes, ainda que pequenas, por outras incertas e futuras, por maiores que fossem. Fui levado a ser cauteloso por haver observado que este cavalheiro frequentava intimamente a casa do embaixador hespanhol e que estava então em Paris commissionado pela Hespanha para fixar os limites com a França nos Pyrinéos.

Tinha ares de candura, mas esta podia ser fingida, e não pude julgar por mim mesmo o que elle era.

Levado pela associação de idéas e pelo desejo de dar ao Congresso uma apreciação geral das disposições das nossas conterraneas meridonaes, tanto quanto posso, accrescen-

tarei um artigo, que, por antigo e izolado, não julguei assaz importante para fazer delle menção quando o recebi.

Estareis lembrado, senhor, de que, durante a ultima guerra, os periodicos inglezes davam pormenores da rebellião do Perú.

Essas folhas duvidaram da veracidade da informação; mas a verdade é, que as insurreições eram geraes, e que o resultado ficou muito tempo indeciso.

Si o commodoro Jonhson, esperado então naquella costa tivesse alli levado 2.000 homens, estava acabado o dominio da Hespanha naquelle paiz.

Os peruanos precisavam sómente de um ponto de reunião, que este corpo teria formado. Faltando-lhes este, obraram sem harmonia e foram subjugados separadamente. Esta conflagração foi extincta no sangue.

Morreram de ambos os lados 200.000 pessoas; mas o que resta ainda dá alimento para novo incendio. Tenho esta informação de uma pessoa que estava na occasião no logar da acção, e cuja bôa fé, intelligencia e meios de saber as cousas, não deixam duvida sobre o modo porque se deram os factos. Observou, todavia, que o numero acima referido das pessoas que pereceram não passa de conjecturas, que elle pôde colher.

Importuno o Congresso com estes pormenores, porque, por mais afastados que estejamos, tanto em condição como em disposições de tomar parte activa nas commoções daquelle paiz, a natureza collocou tão perto de nós, que os seus movimentos não podem ser indifferentes aos nossos interesses ou á nossa curiosidade.

Consta-me que ha outro decreto deste governo augmentando os direitos sobre o bacalháo extrangeiro e o premio do francez, importado das ilhas francezas; mas não o tendo visto ainda, nada posso dizer de positivo a este respeito.

Espero que o effeito dessa medida fique anullado pela pratica que me consta existir nos bancos da «Terra Nova»

de pormos o nosso peixe nas embarcações francezas, ambas as partes repartindo o premio entre si, em vez de nós pagarmos o direito.

. . . . . .

Tenciono seguir amanhã para Bordeaux (pelo canal de Languedoc), Nantes, Lorient e Paris.

Tenho a honra de ser, com os sentimentos da mais perfeita estima e consideração, senhor, vosso muito obediente e muito humilde servo — *Th. Jefferson.*

PARTE III

Não se póde avaliar a extensão dos soffrimentos dos outros não se conhecendo bem os sentimentos de que estão animados.

Animados pela revolução franceza os patriotas brasileiros tinham pressa em mostrar que o espirito que animava a liberdade no velho mundo, era ainda mais intenso no meio da athmosphera tropical do Brasil.

Nascidos em logares ignorados, se juntavam entretanto os republicanos, tal como as aguas que fazem as origens dos grandes rios do mundo. O Amazonas e o Rio da Prata, tão grandes no seu majestoso curso eram, imagino, pequenos ainda para a comparação do grande ideal que elles sonhavam, tal como o admiravel plano exposto a Jefferson.

A imaginação não estava longe da realidade, porque ella tinha o Brasil, immensamente rico, para termo da comparação.

Era portanto licito que os patriotas republicanos de Minas, tendo á sua frente o mais modesto dos homens, um ourives, fizessem recahir sobre elle a chefia do movimento que caminhou como a religião christã, atravez do tempo, que tem sido o factor de sua grandeza.

Apreciemos na sua simplicidade historica o martyrio das victimas.

Olhando para a immortalidade, não viam os heroes brasileiros da inconfidencia a sepultura, nem o corpo das victimas que ella encerra, porque aquelles que se dedicam ao bem do genero humano, sem ambição de mando e de gloria, que só tratam de alcançar a felicidade dos seus patricios no futuro, porque o presente é cheio de miserias, hão de sobreviver tambem nos tempos, porque viveram muitos annos antes a vida que lhes estava destinada. (1)

Alimentando-se de idéas grandes, taes como a de libertar seus patricios, estes martyres se aquecnam ao sol da patria, vivificando todos os que se chegavam a elles, animados pelo calor dos tropicos, que produziu sempre, tanto quanto era preciso para desfazer os males que a metropole espalhava em tempestades.

---

(1) A Republica sonhada pelo Grande Heroe da conjuração mineira não se fez em 1789 porque houve um Judas Iscariote que se chamava Joaquim Silverio dos Reis. Mas antes que um seculo se completasse depois da execução de Tiradentes, o Martyr da liberdade, o 15 de Novembro de 1889, veio abalar pela base os fundamentos do Imperio, proclamando-se a Republica dos Estados Unidos do Brasil.

A prophecia dos conjurados, impressa na bandeira da futura Republica — que devia ter por divisa as seguintes palavras: «libertas quæ sera tamen», (liberdade ainda mesmo tardia) realisou-se 97 annos depois; mas elles, pagaram bem caro a sua tentativa, e, um delles, o mais audacioso e intrepido, aquelle que teve a honra, o valor, o heroismo e a coragem de confessar que era um dos conjurados, e que o fim da conjuração era banir do solo da patria o predominio da monarchia; aquelle que não tremeu e nem vacillou diante da sentença de morte, era o Alferes Joaquim José da Silva Xavier; era o Grande e Glorioso heroe da conjuração mineira.

A sentença condemnatoria que levou o grande patriota mineiro ao patibulo, foi lavrada nos termos seguintes:

SENTENÇA

«Portanto condemnam o réo Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes, alferes que foi da tropa paga da Capitania de Minas, a que com baraço e pregão seja conduzido pelas ruas publicas ao logar da forca e nella morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Villa Rica, aonde em o logar mais publico della, será pregada em um poste alto até que o tempo a consuma; o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregado em postes pelo caminho de Minas, no sitio da Varginha e Cebollas, onde o réo teve as suas infames praticas, e os mais nos sitios de maiores povoações, até que o tempo tambem os consuma.

Querendo escolher uma só victima, a quem se tiraria a vida emquanto, no desterro, os outros purgassem os seus crimes soffrendo miserias, o governo não fez sinão augmentar a aureola do grande Martyr, porque um ser que soffre por tantos outros, não póde deixar de se sentir engrandecer com as dôres na proporção dos bens pessoaes, que ellas geram!

Ah! Quantos têm ficado immortaes, não tanto pelo que escreveram como pelo que soffreram!

Sem os supplicios e as dôres não se santificam os grandes homens, nem suas idéas passam a ser o patrimonio e o alimento dos espiritos patrioticos que lhes succedem.

Como se poderia na livre America, nas altaneiras montanhas de Minas destruir a liberdade?

Quem ousaria arrancar as gigantes figueiras, perobas e giquitibaes das florestas tropicaes, que medem dois e tres metros de diametro em seus troncos!

Destruir os germens da liberdade em taes regiões é pretenção igual a que acabamos de indicar.

Com effeito, o governo se encheu da alegria que geram os festins do odio e de vingança; mas não vive só um anno quem vive para fazer o mal e o crime. A vida intima dos governos que supprimem a liberdade, é talvez a mais fertil de festins, de oppressões e tyrannias.

Foi nos pantanos Pontins de Roma que os Neros e os Caligulas fizeram trabalhar as victimas do catholicismo, que mortas pelos miasmas pestilenciaes, ficavam insepultas.

Aquelles que escondiam nos subterraneos das catacumbas de Roma os corpos dos martyres, mal podiam pensar que a

---

Declaram ao réo infame, infames seus filhos e netos, tendo-os; seus bens applicam para o fisco e camara real, e a casa em que vivia em Villa Rica será arrasada e salgada e que nunca mais no chão se edifique e não sendo proprio será avaliado e pago a seu dono pelos bens confiscados e no mesmo chão se levantará um padrão pelo qual se conserve em memoria a infamia deste abominavel réo.»

Nós agora dizemos: fazem hoje cento e tres annos que esta infame e abominavel sentença foi proferida contra o immortal Tiradentes.

justiça havia de fazer sahir destas profundas e tetricas galerias, a fé, e a verdade que os tyrannos julgavam destruir com as suas victimas, que afinal vieram dominar intellectualmente, não só Roma mas todo o mundo.

Não era muito para a nossa civilisação esperar um seculo!

Bem haja a acção bemfazeja daquelles que tiveram a tempera rija para as luctas que sustentaram e que no meio dos mais inaccessiveis lugares levaram a civilisação e plantaram as idéas da liberdade.

Hontem como hoje, bem hajam aquelles que não se julgam com direito aos bens dos que gozam, si não para promover, sem ambições, a felicidade de seus patricios!

A historia da Inconfidencia Mineira tem sido escripta por outros e já é conhecida dos moços estudiosos.

Não é nosso fim repetir o que já está na consciencia de todos, porém sim narrar o modo porque a justiça castigou as victimas. Copiámos dos documentos dos juizes o que elles julgaram ser uma sentença *exemplar*, porque nella se vê de que exemplo era capaz tal justiça.

Envenenado pela falsa dilação que os confessores levavam aos ouvidos de uns para outros presos, é provavel que a paixão e a fraqueza das victimas, tivessem feito as revelações que se queriam. A honra da descoberta, não é porém digna de ser commentada.

A Revista do Instituto Historico do Brasil, publicou em 1881, tomo XLIV, a memoria escripta por Joaquim Norberto, sobre *Tiradentes, perante os historiadores oculares* do seu tempo. No mesmo volume vem tambem os ultimos momentos dos inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão.

Deste trabalho copiámos a lista dos presos (tal como se contém nos autos).

«Lista dos cumplices na projectada revolução de Minas Geraes, e que foram sentenciados na Relação do Rio de Ja-

neiro em maior alçada, conforme as ordens de S. M. F., por ministros graduados nomeados pela mesma Senhora:

1º — O Alferes Joaquim José da Silva Xavier (O Tiradentes)
Enforcado.

2º — O Tenente Coronel Francisco de Paula.
Degradado para *Ancocha*.

3º — O Dr. Ignacio José de Alvarenga.
Degradado para *Dande*.

4º — O medico Dr. Domingos Vital Barbosa.
Degradado para *Santiago*.

5º — O Cap. José de Resende Costa. Pai.
Degradado para *Brissan*.

6º — José de Resende da Costa, Filho.
Degradado para *Cabo Verde*.

7º — O Sargento-Mór Luiz Vaz de Toledo.
Degradado para *Cambambe*.

8º — O Coronel Francisco Antonio.
Degradado para *Bihé*.

9º — O Dr. José Alves Maciel.
Degradado para *Mucango*.

10º — O Cirurgião Salvador José de Almeida.
Degradado para *Catalo*.

11º — O Ten. Coronel Domingos de Abreu.
Degradado para *Muxímbo*.

«Os dez acima foram igualmente condemnados á morte, porém foram perdoados e degradados para presidios respectivos por ordem de S. M. F.»

12º — O Doutor Thomaz Antonio Gonzaga, autor da «Marilia de Dirceu».
Degradado para *Pedras Negras*.

13º — Cap. Vicente Vieira da Motta.
Degradado para *Angola*.

14º — Cap. João Dias da Motta.
Degradado para *Angola*.

15º — Ten. Francisco José Ribeiro.
Degradado para *Angola*.

16º — Coronel José Ayres.
Degradado para *Angola*.

17º — Vigario Correia de Toledo.
Degradado para *Lisboa*.

18º — Pad. Manoel Rodrigues.
Degradado para *Lisboa*.

19º — Joaquim Faustino Soares dos Anjos.
Solto por ter descoberto a Conjuração do deputado secretario interino da R. Junta do Commercio.

«Todos os acima eram os cabeças da revolução, tinham leis já feitas, e embaixadores nomeados para irem pedir soccorro a diversas potencias, e a maior parte delles homens interessados e que estavam ao serviço de S. M. F.»

O denunciante destes hômens martyres chamava-se Coronel Joaquim Silverio dos Reis Leiria Guites!

Na vespera do Natal do anno 1790 chegaram ao Rio de Janeiro os dezembargadores Antonio Diniz da Cruz Silva, aggravante, Antonio Gomes Ribeiro, aggravista e Sebastião Xavier de Vasconcellos, Juiz da alçada, com carta do Conselho, para exercer o logar de Chanceler da Relação.

Os réos foram considerados como homens monstruosos e que inspiravam horror pelos seus crimes.

Em Janeiro de 1792 concluiram-se as conferencias e devassas.

José de Oliveira Fagundes foi o advogado encarregado de arrazoar a causa.

A sentença dos réos foi lida; dizia assim:

« Que sejam sentenciados e condemnados com pena ultima os cabeças da conjuração e os que começaram e mantiveram os *Conventiculos*:

« Que os sacerdotes réos fossem sentenciados segundo a qualidade de seus crimes, porém que a sua sentença não fosse declarada; e que retidos em prisão forte, esperariam a sua ultima e real determinação. »

O dia do julgamento foi solemne.

Sob a presidencia do conde de Resende, fecharam-se os Juizes ás 8 horas da manhã, e só as 2 horas da madrugada seguinte o dezembargador Francisco Luiz Alves da Rocha, como escrivão deputado, rodeiado dos inferiores, ministros da Justiça, e acompanhados de onze religiosos do Convento de Santo Antonio, fizeram todos entrada na sala dos julgamentos, para que os réos tivessem com a presença dos juizes e dos frades uma pallida idéa dos tormentos que os esperavam.

Os réos foram para a sala chamada *Oratorio*, todos algemados!! A guarda era de um aspecto terrivel, toda ella armada de fuzis embalados. E tudo isso, porque?!

Da sentença consta que os réos queriam levantar uma Republica livre e independente, cuja Capital seria a Villa de São João d'El-Rey.

Os réos sacerdotes eram: Luiz Vieira da Silva, conego, da Sé de Mariana; Carlos Corrêa de Toledo Piza, vigario da Freguezia de São José; Manoel Rodrigues da Costa, José Lopes de Oliveira e José da Silva Oliveira Rolim.

A bandeira da Republica teria como armas, tres angulos, allusão a Santissima Trindade, cujo mysterio era da maior devoção de Tiradentes, se bem que o réo Alvarenga quizesse o emblema seguinte: — Um indio quebrando as cadeias, com a lettra — *Libertas quæ sera tamen.*

As leis fundamentaes da Republica seriam escriptas por

Claudio Manoel da Costa, que aos horrores e soffrimentos da paixão, preferira o suicidio.

A senha para a revolucão seria :

Tal dia é o baptisado. (1)

O dia escolhido para se divulgar a senha era o da Derrama, mechanismo inventado pelo governo portuguez para haver o oiro do povo, extorquindo-o miseravelmente á sombra da lei, e por isso se tornava a medida mais odienta ao povo victima.

Alta noite deste dia, se gritaria em toda a Villa Rica : Liberdade.

O Coronel Francisco de Paula, á testa do seu regimento sahiria á rua.

Tiradentes intimaria o General que se rendesse e o povo tendo Alvarenga á frente, seguiria para Mariana e outras localidades, afim de proclamar-se a Republica.

Eis a summa do plano.

Os presos estiveram 3 annos incommunicaveis, e a miseravel justiça imaginando e inventando tôrpes dilações, que foram a causa do suicidio de Claudio M. Costa, não fazia sinão imputar a um o excesso de seus crimes por causa do depoimento dos outros, porque o fim manifesto era que elles, os martyres, para cumulo do infortunio, odiassem-se reciprocamente.

A religião que era aquella doce mãe espiritual que os unira e consolara, foi empregada torpemente para fazer este artificio!!

Os acontecimentos, iguaes na origem e no fim deste martirologio, acabaram por approximar as victimas.

---

(1) Talvez para imitar o pensamento destes martyres os republicanos portuguezes escolheram na mallograda conjuração do Porto em 1892 a senha «A criança nasceu.»

O governo tendo achado meios de se apossar do segredo, consentiu na expedição dos telegrammas sómente para o Porto, cassando-os para os outros lugares, e fez o barbaro morticinio e o desterro conhecido, no qual involveu tantos homens de caracter e lealdade, como não os tem iguaes o governo portuguez.

Que sublime scena, a do Pae Alvarenga, cahindo nos braços do filho desvellado!

Os soffrimentos prolongados haviam reduzido o velho a uma apparente estatua marmorea, onde a pallidez revelava os soffrimentos profundos da sua alma.(1)

Emquanto o pai deixava correr torrentes de lagrimas abraçando o filho, este animava o progenitor de seus dias com estas palavras para sempre memoraveis, narradas pelo frade confessor (Revista do I. H. 1881 pag. 175.)

« — Meu querido pai, ah! não desanimes, o que é o morrer? Acabam-se as fadigas, os trabalhos, os tormentos que tanto consternam a todos durante a vida. »

«Nós sempre havemos de morrer, ou mais cedo ou mais tarde; o genero da morte não nos deve intimidar. Não é injuria para nós morrer deste, ou daquelle modo; os homens não formarão a nossa sociedade depois que morrermos, nem a injuria poderá recahir sobre os nossos espiritos. A nossa familia receberá a aggravante noticia de morrermos enforcados, já acostumada a pensar na nossa infelicidade, e a Providencia, que lhe deu valor para soffrer a nossa estrepitosa prisão, a confortará na hora em que souber da nossa injuriosa morte:

Querido pae, sofframos, sofframos estes infortunios passageiros em desconto aos nossos occultos crimes; beijemos estas algemas, cinjamos estas cadeias; ellas podem aligeirar os passos no alcance de uma felicidade eterna, si as carregarmos em memoria da que carregou o nosso Redemptor. Ah! meu amado pai, o que é a vida? Aspiremos a immortalidade!»

Diz o padre, que apezar de suas pesadas algemas, o pai poude levantar o braço para abençoar o filho, e elle aproveitou-se desta circumstancia para obter de ambos uma verdadeira contricção!

---

(1) Admira que o escriptor Joaquim Norberto justifique esta derrama, como um direito legitimo!

Quando se soube do perdão, é ainda linguagem do chronista que queremos que fique aqui, porque tem-se glosado com falsas intenções estas palavras: todos os presos diziam a uma voz: «Governai-nos Senhora! vós nos captivastes.» Tambem o Christo quando foi preso e esbofeteado, disse ao seu algoz — «aqui tendes a outra face —»

Irrita os nervos lêr-se os commentarios feitos pelos escriptores, achando na resignação das victimas motivos de deleite á critica injusta e impiedosa que só comparamos com o acto de crueldade que os animaes carnivoros praticam com as suas presas brincando com ellas antes de as devorar! — Ah! zombão da ironia sublime! Alguns têm ousado dizer que Alvarenga foi um covarde.

Que Tiradentes pedindo para beijar os pés e as mãos do carrasco déra prova de covardia!...

Mas porque é que o Christo foi heróe dando a outra face ao algoz que o atormentava?!

Tres annos de martyrio, de confissões, de miserias e jejuns, não puderam fazer perecer as victimas.

Esta é a força que os animava, e é por isso que ellas sobrevivem aos que dizem que Tiradentes não foi um heróe, e aos que hoje que a Republica está formada, se fazem bons republicanos!

Para sermos fieis á historia transcrevemos as ultimas palavras de Tiradentes:

«Que agora morria cheio de prazer, pois não levava apoz si tantos infelizes, a quem contaminara, e que isto mesmo intentara elle nas multiplicadas vezes que fôra á presença dos ministros, pois sempre lhes pedira que fizessem delle só a victima da lei.»

Amanheceu o dia 21 de Abril que lhe abriu a immortalidade. Entrou o algoz para lhe vestir a alva, pedindo de cos-

tume que lhe perdoasse a morte que ia fazer e que a Justiça é que lhe movia os braços e não a vontade.

Foi então que voltou-se placidamente Tiradentes e disse ao desgraçado algoz:

« Oh! meu amigo, deixe-me beijar suas mãos e seus pés. »

« O que feito com demonstração de humildade, com a mesma despiu a camisa e vestiu a alva, dizendo:

« Que o seu Redemptor morrera por elle tambem assim. » (1)

Taes são as palavras immorredouras de um verdadeiro martyr e heróe; Jesus Christo a quem elle queria imitar, não o ultrapassou na bella ironia, unica arma que as victimas têm para fazer com que o echo de suas palavras passe a ser o grito da consciencia dos povos nas reivindicações sociaes, por onde a sociedade possa adquirir a justiça e a liberdade.

Tiradentes subiu os degráos da escada que o levava á forca, sem levantar os olhos que sempre conservou fixos no *crucifixo*, sem estremecimento algum; deu lugar a que o carrasco preparasse a corda, e por tres vezes pediu para que abreviasse a execução.

Em quanto esta grande alma se elevava á eternidade, a

---

(1) Convem aqui recordar o exemplo dado por Christo junto dos seus apostolos conforme a Escriptura.

«Levantou-se Jesus da mesa, e depondo a vestidura cingio uma toalha e deitou agua em uma bacia. Feito isso começou a lavar os pés dos seus apostolos e os enxugou com a toalha.

Pedro, o apostolo escolhido depois para ser o alicerce da Egreja Universal e da qual são successores os Pontifices da Divina Egreja, chocou-se com procedimento do mestre e disse-lhe: Pois Senhor vós me lavareis os pés? Jesus respondeu que elle não sabia o que se estava fazendo e de novo recalcitrando Pedro, aquelle lhe declarou que se não lhe lavasse os pés, não teria parte com elle. A isso Pedro de prompto disse que não só os pés, mas ainda as mãos e a cabeça daria para lavar» Com estas bellas e significativas palavras respondeu Christo: «O que está puro só precisa que lhe lavem os pés, e assim ficará todo puro. Vós estaes puros mas não todos.

humanidade humilhada via a miseria dos povos recitada nestas palavras do padre guardião do Convento de Santo Antonio:

«*In cogitatione tua regine detrahas quia et aves cœli portabunt vossem tuam et qui habet pennas dabit, sententiam.* Nem por pensamentos critiques o teu rei, porque as proprias aves levarão os tuas criticas e trahirão o teu pensamento.

Compare-se esta doutrina hypocrita com a linguagem do heróe, e ter-se-ha feito o maior elogio de Tiradentes.

Nós que adoptamos a doutrina de Spencer vemos que as comparações que a revolução social apresenta na sua incessante marcha para o progresso, têm uma força enorme: a lei dos acontecimentos sociaes se baseia na maxima da Escriptura:

Quem com ferro fére, com ferro será ferido.

É por isso que não podemos deixar de apreciar a circumstancia de ter sido empregado pelo governo Real para a solemnidade da condemnação de Tiradentes, toda a força composta dos seis regimentos e duas companhias de cavallaria, a qual pegou em armas para conter o povo e applaudir o enforcamento do resignado martyr:

O exercito que havia sido aproveitado para este fim como mais tarde o foi para pegar os escravos, revoltou-se contra este systema corruptor do poder monarchico, e apressou o advento da Republica no Brasil, fazendo com que o dia 15 de Novembro de 1889 fosse escolhido para synthese commemorativa das reivindicações sociaes.(1)

---

(1) Julgamos de bom parecer publicar a Carta que tivemos occasião de receber quando publicamos o nosso livro fazendo a propaganda do Brasil na Europa e apreciando os perigos do militarismo no Brasil, e porque um pensador profundo e escriptor insigne tenha achado que aos militares coube o modo de apressar a Republica, não é sem fundamento a leitura de tão precioso documento para a historia.

Lisboa, 7 de Janeiro.

Exm. Snr. — Estou ha muito em divida de agradecimento pelo offerecimento de seu livro *Influence de l'Esclavage et de la Liberté*, mas não queria escrever-lhe sem primeiro o ter lido.

O proprio ex-imperador promoveu a festa do centenario de Claudio Manoel da Costa feita pelo Instituto Historico do Rio de Janeiro.

A Assembléa Geral do Imperio em 1832, mandou entregar aos herdeiros os bens confiscados em Minas a todos os Inconfidentes de 1889.

Em 1894 o heroico berço do martyr, foi honrado com a estatua que deve perpetuar a sua memoria.

Ao passo que os Inconfidentes foram degradados e sua memoria considerada indigna e seus filhos infamados o povo repetiu em meio de hosannas—Vivas a Tiradentes, o prototypo da grandeza d'alma e não se lembra destes bipedes que com a forma humana deshonraram a justiça e a humanidade de seu tempo.

E' pela associação, o progresso, o trabalho e a paz com seus semelhantes, que o homem póde dominar a natureza. Não poderá ser digno de uma tão grande honra se não cultivar suas proprias faculdades.

Faço-o hoje e sinceramente lhe dou os meus parabens pela abundancia e pela descripção das idéas e informações accumuladas no seu livro, e se não posso deixar de lhe dar os meus parabens, esses parabens são tanto mais sinceros e vehementes quanto eu, quasi, senão sempre, concordo com as idéas do autor. A illusão *positivista* de fazer a felicidade do Brasil pelos governos militares, precipitou como não podia deixar de ser, essa parte da America Meridional no regimen commum das Republicas Hespanholas.

Por outro lado, a vastidão das riquezas naturaes e a escassez relativa da população, permittiram ao Brasil realisar typos e formas da organisação civil a que se chama socialistas na velha Europa e que, por cá, a tradição, os interesses creados, e a exiguidade da riqueza, provocam commoções graves.

Como quer que seja, eu creio no adagio que «Deus escreve direito por linhas tortas?» ou por outra «que todos os caminhos vão a Roma».

Creio que desta revolução o Brasil sahirá retemperado e fortalecido augmentando o peculio da sua experiencia com as penas dos soffrimentos inevitaveis, e a energia do seu braço com o exercicio duro das armas.

Disponha V. Ex.

Do seu,

Muito obrigado e venerador.

(Assignado) *Oliveira Martins.*

Tiradentes teve a intuição dessa grandeza, e os que o acompanharam comprehenderam os seus nobres sentimentos.

A monarchia marcou o dia de sua morte persuadida que seria o do seu esquecimento; mas a justiça social que se vivifica nas consciencias dos patriotas, engrandece este dia

Felizes os povos que na elaboração pacifica do progresso podem quebrar os grilhões dos seus pulsos e levantar os braços para bater palmas e entoar hosannas aos seus martyres immortaes.(1)

O escriptor Major Codeceira, em seu trabalho publicado para reveindicar a prioridade da idéa republicana no Brasil aos heróes que pagaram com a vida a ousadia de pensar em ter uma patria livre, é injusto para com Joaquim José da Silva Xavier — o Tiradentes.

Este facto não exclue as homenagens devidas áquelle grande prototypo da liberdade, a quem a lei, por um processo regular, condemnou á morte. E' a consagração do martyrio que se mede e se pratica na razão inversa do tempo e directa da acção.

Os factos dos morticinios dos brasileiros que antes de Tiradentes pensaram na Republica, foram antes assassinatos infamemente praticados á sombra da lei.

E' por isso que no nosso trabalho historico rendemos as homenagens devidas a Manoel Beckman, que em 16 de Janeiro de 1668 teve, na qualidade de vereador da camara municipal do Maranhão, a coragem de fallar em Republica.

Os factos porém provam que elle teve em vista a questão do captiveiro. A expulsão dos jesuitas promovida por elle prova que o seu ideal de liberdade tinha uma origem impura. O distincto sr. João Francisco Lisboa no seu livro *Apontamen-*

---

(1) A historia deste capitulo foi lida no dia 21 de Abril de 1895 em sessão magna commemorativa da data do anniversario da morte de Tiradentes, sendo as palavras do orador cobertas de prolongados applausos.

tos, noticias e observações para servir a historia do Maranhão trata do assumpto, e as referencias de outros historiadores nos obrigam a conclusão a que chegamos.

Quando o governador Gomes Freire de Andrade chegou ao Maranhão a 15 de Maio de 1684, todo o caracter republicano da revolta mudou e o infeliz Beckman, que foi na verdade um martyr das idéas liberaes do seu tempo, teve que pagar com a vida o crime de ter fallado em republicanos.

Thomaz Beckman seu irmão teve a mesma sorte e Jorge de Sampaio foi tambem condemnado e morto, sendo os seus companheiros desterrados, e o fiel Belchior Gonçalves, chamado *mister*, especie de escravo, condemado a açoites pelas ruas do Maranhão!!

Em seu livro *Relação Historica e Politica do Maranhão* Teixeira de Menezes descreveu Beckman como um homem perverso e sem as qualidades para merecer a apologia que outros lhe queriam fazer. Os documentos fornecidos por Beckman provam que não era a Republica o seu ideal, e que elle trabalhou para manter o captiveiro dos indios e assegurar á corôa de Portugal a sua permanencia, ainda que de sua altivez estejam cheias as paginas da historia. Quem lêr suas cartas encontrará o seguinte: «E não era de esperar que o principe, com politica e rigores levasse á desesperação vassallos tão fieis e benemeritos a quem a sua corôa devia tanto, e que atrozmente perseguidos podiam demaziar-se em seus excessos, buscando na protecção de algum rei extranho a justiça, quando lhes faltava a natural.»

Outro vulto benemerito para a idéa republicana foi Felippe dos Santos, que sublevou a Villa Rica, e deixou com o seu sangue o germen da liberdade que Tiradentes encarnou em sua modesta e virtuosa pessoa.

O Conde de Assumar, governador, é o primeiro a confessar no seu relatorio o «grande vulto que tomou a revolução».

O facto de ter sido condemnado á morte, e o modo porque foi assassinado, sendo seus membros amarrados em cavallos bravios que os deviam arrancar, em frente aos proprios algozes, é um facto que assegurou a primazia da idéa republicana a este martyr.

Acontece, porém, que os escriptores que para serem agradaveis á monarchia têm procurado tirar do martyr da liberdade, a quem as leis por um processo barbaro, indigno e reflector do tempo haviam escolhido para unico exemplo, a prioridade da idéa republicana, augmentam hoje este mesmo serviço que elle prestára á Republica!

Deixamos bem provado quanto elle fez, a sua habilidade na propaganda, suas viagens, seu papel modesto, mas por isso mesmo mais digno para inspirar confiança aos seus companheiros, que tendo aliás mais trabalhos anteriores e principalmente o da propaganda pela palavra, haviam dado a Tiradentes esta feição, que a lei mesma veiu conseguir, fazendo-o um martyr.

PARTE IV

Depois do XIX seculo

A revolução franceza deu aos homens de todo o mundo civilisado, os meios de conhecer a razão pela qual os povos se deixavam governar pelos Reis. A revolução economica que veiu ao mesmo tempo, fez com que passasse para os povos de origens saxonias a preponderancia no equilibrio do mundo, transformando-se as condições do trabalho e do trabalhador.

Os paizes novos, mais do que os outros, foram influenciados por esta dupla e salutar transformação, na qual os filhos dos europeus, vindos ao *novo mundo*, em poucos annos, ou voltavam ou ficavam como cidadãos destes paizes novos, provando que era nelles que o homem podia ser o auctor de sua propria fortuna, e tambem viver e ganhar, mais do que seus paes no mesmo espaço de tempo.

A vida intensiva e feliz se traduzia pelo dominio da natureza selvagem e pela conquista da terra e do espaço.

Deste modo a posse da terra passou a ser propriedade, e com ella se formaram as collectividades sociaes, que rapidamente se engrandeceram á sombra da liberdade.

Deste modo o homem foi muito cedo influenciado para o regimen republicano, que era aquelle que melhor permittia aos immigrantes realizar na America, estas fórmas socialistas, que na velha Europa não podem ser postas em pratica, sem provocar abalos profundos, perturbações graves e destruidoras,

e que aqui na America, são a propria essencia das leis e dos costumes.

Só esta circumstancia mostra a vantagem que ha na vida dos paizes americanos, que têm entretanto como unico elemento pernicioso, que serve de fermento ás agitações que perturbam a paz, a politica partidaria, geradora dos partidos, que sem idéas e sem programma só visam o poder, e quando não dispõem delle provocam todas as perturbações no interesse dos partidarios, que fazem as chapas para obter a governação dos Estados com um agrupamento, filho d'este jogo de eternos interesses, chamado politica.

Tempo virá, não longe, em que a evolução das idéas será no sentido de eliminar este systema pessimo, perigoso e desigual, que fére a felicidade dos que trabalham, porque nunca lhes permitte ter outro valor que não seja o de ser instrumento vil e cégo dos que os entretêm com illusorias esperanças, cargos de eleições para deputados, impostos e penalidades.

Apenas foram proclamados os direitos do homem pela revolução franceza, o Brazil principiou a receber os beneficios das idéas republicanas.

Descrever o modo como se originaram estas idéas, quaes os que cultivaram, em tempos tão criticos, as sementes importadas pela civilisação, é o assumpto deste modesto trabalho, que servirá para os archivos do Instituto Historico de São Paulo, cuja iniciativa tive e me foi dado vêr amparada pelos meus companheiros e socios.

Talvez que os patriotas possam-lhe dar circulação.

Foi sempre dos homens livres o dizer a verdade, e o melhor dos meios para se inocular no povo este doce sentimento foi a conferencia publica.

Foi assim que J. Christo operou a refórma social do christianismo contra o paganismo, foi por igual modo que se chegou r a revolução franceza, foi tambem com as conferencias

que no Brazil alguns homens instruidos conseguiram orientar nos tempos coloniaes e depois, as classes desprotegidas e o povo sedento de ensino.

Os athenienses tambem cultivaram este poderoso meio de instrucção, e em quanto os livros eram o privilegio dos padres e dos philosophos, o povo só por este meio poude chegar a ser soberano.

Felizes aquelles que na velhice de uma vida ignorada puderam morrer amparados pelas idéas republicanas com as quaes viveram!

Admira-se a constancia e lealdade á idéa sempre perseguida. O governo não consentia que a colonia produzisse nem os bons fructos das arvores da Europa, nem as idéas que pudessem levantar o espirito do abatimento em que jazia.

Criava-se os individuos como se faz com os perús, conservando-os sempre promptos para produzirem um bom alimento e davam má alimentação ao povo, para que elle não pudesse pensar nobremente.

O decreto regio ordenando que se arrancassem todas as arvores fructiferas que tivessem sido plantadas no Brazil e fizessem concurrencia com as da India, foi uma das medidas mais elogiadas no Reino.

O padre Vieira, já expulso do Maranhão, porque pretendia oppôr-se ao captiveiro, escreveu uma phrase que dá idéa da medida rigorosa do famigerado governo da metropole: «Só escapou, diz o sabio escriptor, a gengibre, e isso mesmo, por se metter pela terra a dentro.»

Foi semeando o odio e o aniquilamento que o povo aprendeu a comprehender a causa de seus infortunios, e justamente nos logares onde se faziam sentir a tyrannia e a oppressão, a reacção foi igual a acção.

E' justo, portanto, que nos refiramos a um documento authentico, no qual o Bispo do Maranhão, confessa o predo-

minio dos sentimentos republicanos do povo, e o pôz diante dos olhos daquelle que primeiro ousou dominal-o sob o fundamento de o emancipar de um jugo mais duro e cruel.

O Maranhão não havia adherido á Independencia do Brazil. Só mais tarde quando lá foi o Almirante Cockrane, esta parte do Brazil se annexou ao nascente imperio que galardeou o Almirante com o titulo de Marquez do Maranhão.

Eis como D. Pedro I se dirigiu ao bispo do Maranhão: «Meu caro Frei Joaquim — Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1823.

«Como o conheço desde que nasci e lhe conheço as suas virtudes, é a razão porque pégo na penna para dizer-lhe que trabalho para unir o Maranhão ao Imperio a que elle pertence, como provincia, dizendo-lhe que nisto faz um grande serviço ao Brazil e a mim que não desagrado a meu pae, que está captivo de vis carbonarios, que são todos contra a religião que professámos e que estão excommungados pelo chefe da Igreja, assim como todos os que os seguem e adherem ao seu governo.

«Espero que o bispo concorrerá quanto puder para o que lhe digo, visto as suas virtudes religiosas.

«Receba mil abraços e os puros sentimentos deste que o ama.

PEDRO.»

Por este documento se aprecia de que modo o filho tratou o pai, e tambem de quantos odios estava dominado Pedro I, contra a maçonaria que veiu a dar-lhe cabo dos dias quando elle foi atraz da preza que o pae, de quem elle assim fallava, achou prazer em legar-lhe.

Justa recompensa sem duvida para um tal filho biographo que apparece na historia, desenhando-se a si proprio.

Convém archivar para ensinamento dos leitores, a res- desabusada do frade, mas tão violenta na phrase

quanto insinuante nas deducções de um bispo, a quem o Imperador por sua vez insinuara os perigos porque passava a religião.

«Senhor:

«Penetrado dos mais puros sentimentos de respeito e gratidão, beijo as mãos augustas de S. Magestade pela distincta mercê com que se dignou honrar-me enviando'me uma carta de sua propria lettra, cheia de expressões as mais lisonjeiras e affectuosas.

«Esta carta, Senhor, escripta em 30 de Janeiro e que tinha por fim exigir a minha cooperação para o estabelecimento da Independencia do Brazil, representada a V. Magestade, tão interessante á vossa imperial corôa, e a mais vantajosa para o bem estar destes povos, foi-me entregue em 22 de Outubro, tempo em que já tinham decorrido quasi 3 mezes depois que ella fôra acclamada nesta provincia e que eu estava a retirar-me a Portugal para onde sou obrigado a fazer viagem dentro em poucos dias.

«Mas Senhor, acaso seria eu capaz de trahir meus concidadãos, a abjurar a patria que me viu nascer e legitimos direitos de V. Magestade?

«Um bispo tão devedor ao Sr. D. João VI e tão amante da augusta casa de Bragança, póde elle ter outros desejos, que não sejam a sua maior prosperidade e grandeza para assim patentear a Deus o seu dever e a fiel gratidão de que fôra sempre animado?

«Ah, Senhor! Independencia e desgraça são palavras synonimas entendidas no seu verdadeiro rigor; ellas se identificam, e vêm a significar a mesma cousa.

«Si V. M. tivesse previsto a alluvião de desgraças que têm incendiado este vasto territorio desde a Bahia até o Maranhão, e todos aquelles que ainda estão por vir, sendo mais desastrosa a actual ruina do throno de V. M., por certo que não teria co-

ração para assignar tantos decretos, feitos talvez de proposito para inteiro exterminio e perdição de milhares de seus vassallos. Estas provincias estão regadas de sangue dos pacificos europeus que a paixão do furor da baixa plebe atiçada pelos revoltosos demagogos, tem derramado impunemente para se apoderarem de seus bens, que tantos suores lhe custaram, jurando quasi todos a Independencia, e prestando a mais decidida obediencia a V. M. e assim mesmo não cessam de ser perseguidos e maltratados por bandidos e assassinos, que os obrigam a andar fugidos e a desamparar essas tristes familias, e procurar seguro asylo na America, França e na Inglaterra e muitos mais em Portugal.

«Em uma palavra, as lavouras estragadas, villas e aldeias arrasadas e outras despovoadas: eis os sasonados fructos que a Independencia tem conduzido a estas provincias e que a do Maranhão tem colhido, em pouco tempo, na maior abundancia.

«Esta desgraçada provincia, como era de tedas a mais habitada de europeus e por isso como fôra a ultima a render-se ao prestigio devastador, tudo se arremessou contra elle.

«Cockrane, que pareceu ao principio, enviado como anjo de paz, passou poucos dias a extrahir dos negociantes um cabedal incomparavel, deu o maior córte ao commercio, e foi o primeiro a arruinal-o.

«Seguiram-se os sertanejos do Pará e do Piauhy, aos quaes se aggregaram muitos da ralé deste pevo e todos estes com mira na rapina e no espolio dos europeus, não têm feito mais que devastar, perder e matar, tendo a seu favor aquelles de governança, que parecem estar animados do mesmo espirito ou pelo menos, semelhante em tudo.

«*Senhor, seja-me licito patentear a V. M. toda a verdade; si V. M. não quer ficar insultado, não ter quem lhe obedeça, —— a termo a tantos males, dê a mão a seu augusto pae, batalhe*

com elle a enterrar a Independencia, assim como enterrou a Constituição.

«Veja V. M. que o espirito dos povos é todo republicano e aquelles que os dirigem conhecem bem a fraqueza do Rio de Janeiro, e a nenhuma vantagem que de lá tiram; servem-se do nome de V. M. para reunirem a gente da plebe e ao primeiro rebate clamarão todos a uma voz: Vivam os republicanos unidos e acabe-se para sempre o imperador.

«Eu não fallaria com tanta franqueza si não estivesse ao facto destas cousas; e não tivesse notado os seus procedimentos que são todos filhos de suas malevolas intenções.» (1)

«Elles porém dispõe, como bem lhes parece dos bens dos empregados, honra e propriedade dos europeus, sem nada se importarem com as leis de V. M. a bem dos seus vassallos, permittem que por toda parte os estejam matando e roubando dando-lhes muita pancada; tem chegado a proferir que os hão de obrigar a sahir todos, ou reduzil-os a misera sorte de seus escravos.

«Finalmente acabou-se a paz, já não ha justiça nem esperança de havel-a tão cedo.»

«Ninguem vive socegado em sua casa, muitos preferem viver ao mar a bordo de algumas embarcações extrangeiras para na primeira occasião fugirem.

«Tal é, Senhor o bem estar destes povos que tanto prézo pelo que sempre me oppuz á Independencia, que jámais juraria porque temo a *Deus* e estimo a V. M. como estimo o seu augusto pae, e não quero a execração de minha patria e muito menos a de meus nacionaes, que são meus diocesanos bens queridos.

«Beijo as mãos respeitosamente a V. M. — Frei Joaquim de Nazareth.»

---

(1) Nós gryphamos estas palavras porque a confissão dos actos é a prova evidente da existencia da idéa republicana entre o povo, e da certeza de que Pedro I trahia a este mesmo povo.

Este documento é caracteristico de franqueza e dignidade. Este bispo foi propheta, lançou em rosto de Pedro I o ter renegado sua patria, para vir atraz d'uma coroa, em um paiz republicano, como elle confessa, dizendo que o povo unido bradaria: — Vivam os republicanos, morra para sempre o Imperador. Esta sentença era filha do conhecimento das idéas do povo, e ninguem com mais autoridade para fazer a revolução.

Jámais se ouviu fallar tão claro, e se aquelles que cercaram o throno e lhe deram vida, não fossem os protectores da escravidão, ter-se-hia proclamado a Independencia e Republica.

O documento que apresentamos e que faz parte dos archivos da Revista do Instituto Historico a pags. 243 e 244, do vol. de 1889, é a prova mais eloquente dos sentimentos republicanos do povo brasileiro, e tambem da altivez da linguagem fallada a um soberano.

O frade Nazareth, teve que ver, no fim de sua vida, que suas crenças na monarchia, eram uma destas cargas que só a educação obriga a se carregar, e da qual todo homem livre se liberta, quando é capaz de ter o espirito culto, a vida cheia de experiencia e desprendida de preceitos e sem outro pensamento que o da felicidade do genero humano.

Estas considerações nós as fazemos para render justiça a este honrado e leal portuguez, que voltou para o reino a beijar as mãos de D. João VI, depois de ter renunciado o bispado do Maranhão, visto não adherir á Independencia.

O frade Nazareth foi nomeado bispo de Coimbra, teve o pariato do Reino, o Condado de Arganil e o senhorio de Coja. A tudo isso este frade honrado renunciou, e fugindo de Portugal, disfarçado em marinheiro inglez para Liverpool, dahi veiu para o Maranhão em 1846, onde morreu em 1851.

Fosse nossa patria uma Republica e estamos certos de ue o frade, que fôra propheta, teria sido um excellente re-blicano.

Deixando as honras para vir morrer no Brasil, elle attestou a mais solemne confissão de arrependimento do que disséra contra os brasileiros.

O sabio Leão XIII acaba de dizer a Castellar, por occasião da visita deste grande cidadão republicano e a proposito da França:

«Tenho viva fé no governo da Republica, porque a fórma do governo nada importa, quando elle é bom.»

E' muito facil o elogio daquelles que pelo nascimento e heranças de collação nas altas posições se fazem grandes senhores; mas não se avalia quanto pode influir para a felicidade da patria, a conducta d'aquelles que passam a vida no trabalho, pagam o que compram, vendem o que adquirem, nunca abandonam a casa de suas familias e ensinam aos filhos, no meio das alegrias unicas que têm no lar, — o segredo de se contentar com pouco!

A vida do homem sertanejo, no retiro, tal como a praticaram os que se afundaram nos sertões, serve tão bem á virtude como a do cidadão que é investido dos altos cargos e os sabe honrar.

E' preciso reconhecer que não se preparam as posições eminentes sinão pela consciencia, e quem procede amando a liberdade, para ella vivendo e trabalhando torna-se muito mais digno do que tantos outros celebrados com o concurso da corrupção e do poder de que dispõem.

Cicero em seu *Tusculanos*, disse bem:

«Tirae a consciencia do testemunho interior que se presta ao vicio e o que fica é nada.»

PARTE V

Algumas vezes sabe-se mais da historia de um povo pelo que escrevem os estranhos do que os nacionaes.

Quando se proclamou a independencia do Brazil, as nações européas estavam reunidas no Congresso de Verona, onde a noticia chegou em Novembro de 1822.

Espalhou-se logo na Europa o feliz acontecimento, mas o velho Portugal, enviou diplomatas para todos os paizes amigos, afim de não consentirem e nem approvarem este acto.

Glosou-se, entretanto, a phrase que ficou celebre do pae dizendo ao filho e deste ao povo:

« Como é para bem de todos, fico. »

Para os brazileiros o juizo que se póde fazer da conducta de Pedro I, só será justo quando se ligar sua conducta ás duas datas — 7 de Setembro e 7 de Abril.

Portugal estava para com a antiga colonia como um polvo para os corpos em que applica uma de suas tenazes sugadeiras.

Sujeito á pressão de uma força que impellia o Imperador para a frente, ou elle teria que avançar tomando as causas dos patriotas, ou recuar para não mais pizar em terras brasileiras na qualidade de pretendente da corôa.

Comprehendido o momento de uma acção decisiva, o Imperador deu provas de amar a sua posição e portou-se como um interessado na defesa de um poder que lhe está confiado, mas tratou de associar ao maior numero, os elementos deste interesse, que na Colonia era a exploração da terra e das minas, como o infeliz escravo e para este fim tornou-se um defensor acerrimo do captiveiro.

Estas novas victimas da violencia e da força, tiveram tambem a sua epocha, e como nos tempos pagãos em que os Romanos só consentiam que se sepultassem os christãos nos subterraneos, e só nestes as victimas podiam celebrar as suas festas, assim tambem se fez aos miseros escravos, que tinham para leito a terra fria, quando não a tinham logo por sepultura!

Mas foi destes subterraneos que brotou a fé christã, que derrubou os potentados de Roma, como tambem foi deste leito de miserias que a monarchia viu levantar-se o espectro que, sem demorar, a demoliu.

Grande lição, sem duvida, para aquelles que julgam ser a liberdade do homem uma fonte de exploração, e quando a exploram não sentem no gozo deste hediondo commercio, o veneno que lhe prepara a ruina, quando não lhes atormenta a consciencia.

Não tendo Portugal se apressado em reconhecer a independencia do Brazil, ousou entretanto D. João VI mandar emissarios que chegaram ao Rio a 20 de setembro de 1823, a bordo do navio *Voador*.

O povo que não admittia dependencia alguma com a Reino, fez logo imponente manifestação exigindo de Pedro I, que no caso do navio não vir em missão especial para reconhecer, por meio dos representantes de D. João VI, a nossa independencia, não consentisse que ficasse siquer nas aguas do Brasil.

Os emissarios não tendo trazido esta missão, mas sim carta do *pae para o filho*, por tal modo irritavam o povo que este que-

brou logo o leme do navio e teria mesmo sacrificado os emissarios se D. Pedro não se désse pressa em decretar não só o não recebimento do navio, como a prisão dos emissarios a a bordo do mesmo.

A este tempo teve logar a reunião da primeira Assembléa Constituinte do Imperio.

As tendencias republicanas que constituiam em todas as provincias a grande força dos patriotas fez com que elles pensassem em organisar uma constituição livre capaz de fazer o povo se governar por si, de modo a poder, pela federação das provincias passar do regimen monarchico para o republicano, no dia em que as leis e o povo estivessem aptos ao fim que pretendiam, como era o desejo da maioria.

Desde o dia 3 de Maio de 1823 os conflictos appareceram, exigindo os deputados garantias á liberdade, não deixavam de pôr em evidencia suas tendencias revolucionarias.

Pedro I, que tinha então como consultor intimo, Lord Cockrane, deliberou a conselho deste dissolver o Congresso, para não ser elle mesmo dissolvido e dissolvida a monarchia.

E' para admirar que o visconde de Cayrú annotando a biographia de Jorge Canning, o ministro inglez, que prestou relevantes serviços á abolição do trafico, e cuja biographia foi escripta pelo seu secretario na mesma epocha dos acontecimentos da nossa independencia, diga: «que não havia republicanos no Brasil e sim patriotas liberaes.»

Entretanto é irrisoria esta observação pela origem, que é de um aulico e mesmo porque Jorge Canning em muitos documentos que acompanham a sua biographia declara que as tendencias do povo brasileiro eram para o governo republicano, e quem assegurava em documentos officiaes «que se Pedro I não se resolvesse a abandonar toda a dependencia de Portugal teria que ver o Brasil abraçar as idéas republicanas», não podia dizer senão o que elle sabia de certo,

isto é que as idéas dominantes do Brasil eram republicanas, e que o meio de os conter era dar lealmente a independencia, e fazer vida com os brasileiros.

Jorge Canning queria reconhecer o Brazil independente, mas com a condição de se proclamar a abolição. Infelizmente Pedro I e os Andradas não queriam isso.

Esta linguagem é a do diplomata emerito ; verdadeira, ella está de accôrdo com a opinião do Bispo do Maranhão, tambem amigo do Rei.

O mesmo visconde de Cayrú allega tambem, em uma nota que fez á biographia de Canning, em favor de suas opiniões «a circumstancia de haverem acceitado as honras de camareiros da Casa Imperial os cidadãos João Fernandes Lopes e João da Rocha Pinto, que haviam sido presos por causa da propaganda que faziam em favor da Republica. »

Ah! A corrupção!!

Deste facto só se póde concluir que estes homens eram fracos, e que obedecendo á politica corruptora dos Braganças só deram provas de que não foram tão dignos como tantos outros que morreram preferindo o trabalho honrado á hypocrita posição dos altos personagens que cedem as suas idéas, fingindo uma dedicação que não têm, afim de occuparem as boas posições.

Um dos actos que mais concorreram para acalmar a propaganda republicana em 1823, foi o decreto assignado por Carneiro de Campos em 19 de Setembro de 1823, acompanhando uma nota ao Conde de Rio Maior, emissario de D. João VI

A Assembléa Constituinte votou louvores á conducta do governo a respeito do navio *Voador*.

Fez mais, querendo restringir a acção de Pedro I, em quem não confiava, decretou que os actos da assembléa seriam leis, independente de sancção de Pedro I.

O golpe era de mestre, e mostra como os brazileiros pa-

triotas e republicanos estavam decididos a continuar a marcha evolutiva da Republica.

Portugal vendo que a Inglaterra não protegia a independencia do Brasil nomeou seu ministro em Londres o Conde de Villa Real, que actuava junto do governo inglez e das potencias colligadas sob o nome de Santa Alliança, cuja preponderancia cabia á Hespanha.

Estas duas forças oppostas actuavam para fazer a independencia do Brasil, mas a Inglaterra queria o Brasil separado completamente do Reino e as outras potencias attendiam a linguagem do diplomata portuguez que dizia, como se vê na biographia de Jorge Canning: «Convém empregar o credito das grandes potencias continentaes, que se haviam colligado, para opporem-se aos principios revolucionarios do Brasil, e garantir os direitos dos successores legitimos.»

E ainda n'este documento do adversario que se vê a certeza do valor dado ás idéas democraticas dos brasileiros.

Canning respondeu a esta nota diplomatica do seguinte modo: «Que seria bastante fazer saber esta situação a Portugal sómente, mas que a Grã-Bretanha, nunca admittiria o direito de se intrometterem as grandes potencias alliadas nos negocios das colonias; que o governo britannico declarara alguns mezes antes ao gabinete de Madrid que si a França e os alliados interviessem nos negocios das Colonias Hespanholas, a Grã-Bretanha daria immediatamente todas as providencias que contribuissem mais para salvar os seus interesses e que se fosse requerida a intervenção das potencias alliadas, entre o Portugal e Brazil, e si a Grã-Bretanha procedesse diversamente, dir-se-hia que se reconhecia a auctoridade de um tribunal arbitral, que os alliados queriam crear para regular os negocios da Europa.

Portanto a Grã-Bretanha não consentiria que elles exercessem sua influencia no novo mundo depois de ter constantemente condemnado semelhante supremacia no velho.»

Era fallar claro para quem não tinha muita força.

Não podendo obter pela justiça o que pretendia pela diplomacia, Portugal agarrou-se á perfidia e á manha.

Enviou ao Brasil o Sr. José Antonio Soares Leal, para tratar de negociações sem que disto désse aviso ao ministro em Londres, o qual alli foi afim de pedir a Inglaterra para servir de intermediaria em tal reconciliação.

Foi então que Canning, sabendo desta perfidia declarou em nota diplomatica :

« Que emquanto permanecer no governo em Portugal o Conde de Subserra, que fôra autor de tal perfidia não podia haver harmonia, fé, nem confiança de sorte alguma entre Portugal e Inglaterra. »

O que ia parecendo singular, era esta insistencia de D. João VI em se dirigir ao filho, já tendo acontecido o que se sabe com o navio *Voador*. Isso prova que procedia hypocritamente.

Feita esta nova embaixada, sempre, acompanhada de cartas *particulares* descobriam se as intenções que ambos tinham e que mais tarde o 7 de Abril veiu desmascarar. Os patriotas foram comprehendendo que a lealdade não dominava no governo, e quando a assembléa se reuniu os irmãos Andradas que eram chefes politicos, e tambem do governo, foram demittidos e desterrados !

O povo que não julga, senão pelo que vê, e a quem poucas vezes engana o bom senso, comprehendeu que Pedro I havia mantido a escravidão e os interesses da sua dynastia e que elle fôra logrado no apoio que déra para se fazer a independencia sem a republica. (1)

---

(1) Estudando-se bem os acontecimentos, vê-se esta conducta na biographia do Canning, e os Andradas que tudo podiam, logo que foram chamados ao poder, não quizeram concordar com a abolição. Deixando Pedro I com os fazendeiros e escravos, elles foram logo victimas do seu erro.

Perdendo a esperança de obter da Inglaterra o apoio desejado, o governo portuguez recorreu á Santa Alliança e á Austria, tendo tambem o apoio do Imperador da Russia, Alexandre I, para manter o Brasil unido ao imperio russo.

Deste modo estavam lançadas as cartas na mesa.

O parentesco de Pedro I, com o Imperador da Austria (pois elle era casado com a archiduqueza da Austria) foi invocado. Não se fez durante 2 annos senão este fermento da dymnastia de Bragança, que se agitou nas côrtes européas, de modo que para o pae ou para o filho ficasse sempre o direito de governar em ambos os paizes. Só este facto tira o merito de proclamação da nossa independencia por Pedro I. A comedia era engraçada, mas perigosa a execução.

Era duro para o pobre Portugal deixar a presa que elle tanto soube defender, elle que havia já expulsado os holandezes, dando provas de um valor, só digno dos Viriatos e dos Camarões!

Canning, porém, soube temperar o appetite dos soberanos de Bragança, declarando que «em todas as communicações que tivera com o governo brasileiro, nunca permittiu que se suppozesse que seria possivel a Grã-Bretanha reconhecer a sua independencia sinão debaixo da autoridade da dymnastia da familia real de Bragança».

O que se evidencia é o choque de interesses: os braganças atraz da perpetuidade de suas corôas, as nações atraz dos lucros que lhe dava a exploração da colonia do Brasil!

O povo, este ficava se formando nesta athmosphera de interesses, em que não era de somenos importancia a que os affligia com a escravidão, que torpemente os ricos exploravam no meio do povo victima.

Chegou-se até a criar viveiros, onde as mães procriavam para augmentar o numero dos escravos que os proprios paes vendiam!

Tambem os indios guyanazes tinham uma pratica se-

melhante, que consistia em fazer engordar os prisioneiros, dando a elles as suas mais lindas filhas, e quando da união provinham filhos, estes eram, depois de devoradas as victimas, nos dias de festa, tambem comidos, sendo que as mães tinham que saborear o primeiro boccado desta innocente victima, filha do prisioneiro escravo. (1)

A morte, tendo a faculdade de nivellar os grandes e pequenos, entra como factor importante na descoberta dos planos que alguns homens escrevem e ficam archivados nos papeis velhos, os quaes, depois da morte destes individuos, não servem muitos vezes nem para amparar o nome com o qual se abriga a reputação.

Nós tivemos uma prova deste nosso modo de pensar lendo as *Memorias praticas sobre os abusos geraes, e modo de os reformar e prevenir a revolução popular.*

Este trabalho foi ridigido no Rio, em 1814, por ordem do principe regente.

Muita gente dizia durante o regimen monarchico que no Brasil não havia espirito republicano.

Nós, porém, temos por costume, quando queremos tirar uma duvida, consultar os interessados.

Até com os animaes usamos e aconselhamos este modo de avaliar a importancia dos fenos e gramas que queremos acclimatar no paiz.

Pois bem, é o que vamos fazer para se avaliar das origens republicanas no Brasil, e já tivemos o melhor resultado deste methodo, estudando os actos das camaras, as representações do povo, as notas diplomaticas do Ministro da Inglaterra, lord J. Canning, as narrativas de lord Cockrane, a resposta do Bispo do Maranhão a Pedro I e tantos outros velhos documentos que neste trabalho vão citados, e por esta razão queremos tirar partido das revelações intimas com que os au-

(1) Southey — Historia do Brasil.

licos expunham á Corôa os meios de acabar com os perigos, sendo que estes consistiam só e exclusivamente em não se consentir que o povo se governasse por si.

Silvestre Pinheiro Ferreira foi o confidente esclarecido de D. João VI e do filho, o principe regente, e, quando apresentou a estes a resposta dos quesitos que fez e deu os planos para que se fortificasse a realeza no Brasil, teve a cautella de escrever em baixo deste seu trabalho o seguinte:

«NOTA—Tanto este aviso como os quesitos serão impressos debaixo de todo o segredo, na presença de um criado particular de V. A. R., só com o administrador de impressão regia e os artifices necessarios, queimadas ali mesmo as provas, desmanchadas as formas, e tirados unicamente os exemplares precisos para as seguintes pessoas:

Os conselheiros de Estado;

O Bispo Capellão-Mór;

Os titulares maiores de 30 annos.»

Estes papeis, porém, foram achados nas gavetas do pobre Silvestre, e logo levados para os archivos e entregues á collecção do Instituto Historico do Rio, onde podem ser lidos.

Na exposição que precedeu a representação do seu estudo, Silvestre Pinheiro diz, entre outras considerações:

«Por quanto não se trata simplesmente de saber em qual dos vastos dominios de sua real corôa convém mais que V. A. R. se digne de fixar sua residencia; trata-se de nada menos *que suspender e dissipar a torrente de males com que a vertigem revolucionaria do seculo, o exemplo de povos visinhos e a politica que vae devastando a Europa, ameaçam de uma proxima dissolução e de total ruina os estados de V. A. R.*»

Ora, não se póde deixar de reconhecer nas phrases que nós gryphamos o medo e o pensamento de que a Republica, este phantasma dos reis, que não intimida aos homens livres, apparecesse no Brasil.

Entre os planos que Silvestre Pinheiro apresentou para

fazer a felicidade do Brasil e extinguir a praga que *devasta a Europa*, isto é, a Republica Franceza, notamos o seguinte, do qual felizmente escapamos, porque seria ter muitos senhores juntos para tão poucos escravos.

« Lei sobre a nobreza e os grandes do Imperio do Brasil e do Reino.

« 1.º Que todos os dominios actuaes de sua real corôa serão dividido: em archiducados, marquezados, condados, viscondados, baronatos, regulando-se na fórma especificada na mesma lei os deveres da inspecção e protecção que cada um daquelles titulares tem de preencher junto de V. A. R., e bem assim os respectivos territorios, assim como as honras e vantagens que lhe deve competir e as formalidades de sua promoção. »

« 2.º Que vindo a vagar qualquer destes titulos, lhe succederá o grande, immediatamente inferior...

« 3.º Que ás baronias vagas lhe succederão os vassalos benemeritos... »

Ora ahi está um meio facil de aconselhar, porque naturalmente o rei reservaria para o conselheiro o melhor quinhão, e nós teriamos que vêr, não as 20 provincias do Brasil, mas uns 50 marquezados com seus subditos, e naturalmente com os seus escravos, porque delles não prescindiam os portuguezes, de modo que politicamente ficaria o paiz um viveiro de grandes duques e marquezes, physicamente um paiz doado aos aduladores, moralmente uma escravidão de brancos, feitos escravos dos grandes, mas tendo por compensação os pretos para seus escravos e a pobreza como apanagio deste systema.

Aos quesitos que em numero de 14 foram apresentados em fórma de ladainha, naturalmente para que todos dissessem — *Amen*, o que mais convem transcrever aqui é o seguinte :

« Perdida a esperança que unicamente alentava o povo

no meio de tantas desgraças, não haverá perigo de que a vertigem do seculo, o exemplo e as suggestões dos visinhos, o induzam na perigosa tentação de córtes, e com ellas em todos os horrores de que as revoluções no meio dia da Europa tem dado tão funestos exemplos?»

«Como se poderá conseguir a obediencia das capitanias do norte do Brazil?»

Tambem tem graça o quesito sobre o modo de povoar o Brasil:

«Como se póde organisar um systema de estabelecer povoações e de fazer vir colonos europeus com pouca despeza, sem despeza nenhuma, trazendo riqueza?

Como se póde trazer asiaticos, africanos, americanos civilisados, americanos bravos?» (1)

Depois destes quesitos só as instrucções dadas a Domingos Jorge Velho, para extinguir os Palmares, póde dar uma idéa da facilidade com que se promettia e da difficuldade com que se pagava.

Quem poderá reflectir sobre estes temores regios, sem vêr que elles assentavam sob a intima convicção de não se poder dar a liberdade ao povo, sem que elle della se utilisasse para acabar com os oppressores?

Quem duvidará que estas medidas que produziram dilatados annos de soffrimentos asseguravam ao povo brasileiro dias de reivindicação.

Quem não poderá concluir que só uma Republica honesta, justiceira e profundamente amiga da instrucção, da economia e da virtude e inimiga da politicagem, poder-se-ha firmar no Brazil?

Uma prova deste asserto está em que mesmo durante a monarchia, os homens que tiveram sempre por norma de con-

(1) Pela leitura destes quatro quesitos, se podem avaliar os intuitos do seu autor. eria achar riqueza de modo barato.

ducta dizer a verdade, amar profundamente a justiça e a patria mais do que os partidos, foram sempre o alvo de todas as homenagens populares.

Feijó, resignando o poder para favorecer elle mesmo a escolha de um senador serio, tornou-se digno da gratidão dos brasileiros, porque deu provas de possuir o sentimento da abnegação, que é a qualidade mais rara do homem politico.

Paranhos (Visconde do Rio Branco), foi outro cidadão amigo da liberdade, e que considerou á escravidão como uma anomalia a viciar todas as outras leis.

Taes homens tinham na sua vida o ideal da felicidade da patria e seriam dignos cidadãos da Republica.

Quando estas sementes eram cultivadas com tanto cuidado, o excesso do mal produziu o seu bem, verificando-se ainda uma vez o proverbio francez—«*A quelque chose malheur est bon*».

Convém aqui uma analyse:

Conforme se vê da biographia de Jorge Canning a que nos temos referido, escripta pelo seu secretario Augusto Granville Itapleton, foi só em 4 de Dezembro de 1823, que aquelle grande ministro soube das perfidias de Portugal, que enviava um questionario para os seus diplomatas obterem a approvação do mesmo, junto das potencias da Santa Alliança e da Austria.

Este questionario continha 15 artigos, dos quaes os 4 primeiros, não podiam soffrer alteração.

O 1.º dizia assim:

« O Brasil renunciará a sua independencia. »

A Inglaterra que nos auxiliando, não queria menos nos desfructar, vendo accedidas as suas exigencias, formulou tambem umas bases para o accôrdo entre o reino e o novo imperio.

Por este accôrdo, cujas instrucções foram dadas ao ministro da Inglaterra no Brasil, sr. Chambertani, «as duas

corôas, do Brasil e Portugal, se reuniriam na pessoa de Pedro I, depois da morte de D. João VI, e o governo dos dois reinos se devolveria ao chefe da casa de Bragança, em successão regular, com residencia alternada do soberano em Lisboa e no Rio de Janeiro.»

Pedro I não era extranho a tudo isso, mas homem sagaz, comprehendia que convinha guardar reserva e tirar proveito das circumstancias.

Quando alguem se julgava garantido com a amizade de Pedro I, podia ficar certo de que seria trahido, no meio de risos e abraços.

Não exageramos e os seus mais intimos amigos nos dão estes dados em linguagem positiva.

Para se vêr como se governava o Brasil, e como se tentavam os mais sérios negocios resolvidos pelo governo, para satisfazer ás exigencias do povo, transcrevemos uma das paginas das narrativas do marquez do Maranhão.

Tendo o governo em virtude de denuncia sabido que a náu de commando do almirantado, ancorado no Rio, estava com sommas fabulosas adquiridas pelo marquez do Maranhão, na occasião em que fizera a pacificação do Maranhão e Pará, ordenou Pedro I que se fizesse uma parada em Nitheroy, e que emquanto esta se realisasse se désse a mais rigorosa busca ao navio do almirante.

Avisado o almirante que se achava no Rio de que ia passar por esta desfeita, e que sua casa estaria cercada durante a busca, este digno official, que a altas horas da noite tivera este aviso dado por Madame Bonplande, mulher que conhecia os segredos do paço, procedeu como se vê de sua propria narrativa:

«Agradecendo a sua excellente amiga aviso tão opportuno, saltei por cima da parede de meu quintal, e só, caminho desembaraçado para a cavalherice, escolhi um cavallo, e não obstante o tardio da hora, parti para S. Christovam, palacio

do imperador, onde assim que cheguei requeri fallar com sua magestade.

Sendo meu pedido recusado pelo camarista de semana, de maneira que confirmava o que me annunciara Madame de Bonplande, disse: que visse ao que se arriscava, recusando-me a entrada, accrescentando que o negocio porque alli vinha podia ter as mais graves consequencias para S. M. o Imperador.

« Mas, tornou elle, S. M. ha muito tempo se foi deitar.

« Não importa, respondi eu, deitado ou não, quero vel-o em virtude do meu privilegio de ter accesso a elle a qualquer hora, e se o recusa permittir-m'o — lembre-se das consequencias.

« Porém S. M. não estava a dormir e como a camara real era immediata, reconheceu elle a minha voz, na altercação com o camarista.

« Sahindo ás pressas de seu quarto, n'um *deshabilli* que em circumstancias ordinarias houvera sido inconveniente, perguntou-me :.

« Que acaso podia alli trazer-me a taes horas da noite ? »

« A minha resposta foi que constando-me que as tropas estavam com ordem para uma revista destinada a ir á náu da capitania, em busca de suppostos dinheiros, vinha requerer a S. M. nomear immediatamente pessoas de confiança para me acompanharem a bordo, onde as chaves de quantas caixas a náu continha se lhe entregariam e se lhes abriria tudo para sua inspecção ; mas que se alguem de sua administração, antibrasileira, se aventurasse ir a bordo em perpretação do tencionado insulto, os que o fizessem seriam olhados como piratas e tratados como taes.

« Esteja V. M. certo de que não são mais inimigos meus do que são seus e do imperio, e uma intrusão tão injustificavel, é obrigação dos officiaes e da tripulação resistir-lhe.

« Bem, respondeu S. M., pareceis estar informado de tudo, mas a trama não é minha ; estando, quanto a mim, convencido de que se não acharia mais dinheiro do que o por vós mesmo já declarado.

« Supliquei então a S. M. para tomar por minha justificação taes medidas que satisfizessem o publico. De nenhumas ha precisão, respondeu elle. A difficuldade é como ha de tal revista dispensar-se. Estarei doente pela manhã, assim ide para casa e não penseis mais n'isso.

« Dou-vos a minha palavra de que não será ultrajada a vossa bandeira pelo procedimento contemplado.

« O desfecho da farça é digno de relatar-se.

« O imperador cumpriu a sua palavra e durante a noite achou-se de improviso doente. Como S. M. era realmente querido por seus subditos brasileiros, toda a gente de bem do Rio de Janeiro estava na manhã seguinte em caminho de palacio por saber da real saude e fazendo pôr os cavalos em minha carruagem, parti para o palacio tambem, afim de não parecer singular a minha ausencia.

« Entrando no salão, onde o imperador cercado de muitas pessoas influentes, estava a explicar a natureza de sua doença aos anciosos perguntadores, occorreu esse extranho incidente.

Dando com os olhos em mim, desatou S. M. sem poder conter-se, n'uma risada em que eu o acompanhei, julgando sem duvida os circumstantes, pela gravidade da occasião, que ambos tinhamos perdido o miolo. Os ministros pareceram attonitos, mas nada disseram.

S. M. guardou segredo, e eu calei-me ! »

Eis ahi uma bôa peça para a politica e para o theatro que deve tomar conta della, afim de que o povo possa aprender a instruir-se quando considera o modo porque é governado.

Como as aguas que fazem mover os engenhos do mundo, nascem em lugares solitarios e ignorados, assim tambem são [illegible] ens republicanas do Brasil.

Estes novos Marcos Antonios, do Brasil, ao inverso do Romano, não mediam a grandeza do povo pelo que elles recebiam, mas pelo que elles lhe davam.

Dahi provinha que o juizo que formavam era avaliado, não pela extensão dos males do povo, porém, sim pelos sentimentos que emprestavam a estes males !

PARTE VI

A este tempo tornou-se notorio o modo pelo qual os brasileiros tratavam os emissarios portuguezes, e o governo inglez mandou instrucções ao sr. Chambertaini, ministro no Brasil, para que, desvanecida a idéa de que Portugal rehaveria o Brasil pela força armada, fizesse com que os portuguezes abandonassem esta tentativa.

« A guerra, disse Canning, cessa de ser justa quando deixa de ser necessaria. »

E' singular esta doutrina que mais se coaduna aos indignos do que a um povo, que quando quer fazer a guerra a faz necessaria e portanto justa quando a julga necessaria!

Estando lord Amhert, em Fevereiro de 1823, prompto para partir para a India e tendo de tocar no Rio de Janeiro, indo a Bengala, julgou Canning que não devia perder a opportunidade de aproveitar tão habil emissario.

Foram dadas as seguintes instrucções, que por serem assaz honrosas, queremos deixar archivadas para vergonha dos que não quizeram logo abolir a escravidão no Brasil.

« A Inglaterra póde reconhecer a independencia do Brasil, mas para ter amizade com este paiz dependia de uma preliminar: — que fosse abolida a escravidão, porquanto existia uma differença obvia entre uma politica colonial e a inde-
ia, o intuito de uma colonia era a cultura e commercio;

e emquanto a mãi-patria cura-vos de sua defeza militar e maritima, sentiam-se menos os perigos e incommodos dos trabalhadores importados do que em um estado que depende inteiramente dos seus recursos internos. Um estado desta cathegoria não póde com segurança e dignidade confiar em uma população artificial, em vez de nacional. »

« Que pugnar o Brasil entre tantos estados de todo o continente americano pela continuação de um trafico condemnado solemnemente pela voz unida da America e da Europa, offenderia os seus interesses; assim como mancharia a reputação do imperio, que novamente defendia sua liberdade e independencia. Como colonia o Brasil não tinha responsabilidade separada, mas os estados cultos do mundo, qualquer que fosse a sua constituição politica, hesitavam bem em admittir em sua communhão uma nação que pela primeira vez aspirava ser tal, mas que conservava a nodoa do caracter nacional, de que estava isenta toda nação independente do mundo civilisado, com a unica excepção de Portugal. »

« Portanto a Grã-Bretanha só podia ter amisade com o Brasil quando elle tivesse abolido o trafico abominavel. »

A athmosphera que cercava os homens do Brasil, fóra e dentro da patria, estava muito carregada porque os portuguezes apertavam a independencia por fóra, e esta se fazia cada vez mais necessaria dentro do Brasil.

Estava então bem presente ao aspirito de todos, a bandeira dos Inconfidentes: *Libertas quæ sera tamen.*

Ninguem deixava de narrar aos seus filhos e aos amigos o supplicio inflingido a Felippe dos Santos, o martyr a quem a covardia e a tyrannia do verdugo conde de Assumar fez com que em Villa Rica, como elle dizia *ad perpetuam rei memoriam*, se sacrificasse aquelle republicano, mandando-se escolher dois bellos cavallos bravios, sendo então amarrado Felippe dos Santos na cauda dos possantes animaes, e logo fustigados estes com o estalar do chicote, sendo em pouco tempo espe-

dacado o corpo do martyr, na presença e no meio do regosijo do algoz e outros immundos observadores.

As ruas de Villa Rica receberam o sangue da victima, e logo nasceu no espirito de Tiradentes a idéa de vingança, da qual elle era apenas um fraco echo da opinião publica, que pedia vingança e liberdade.

Tiradentes morreu na forca, e quando se lhe tirou os ferros que ligavam as suas mãos aos pés, elle soube encarar a morte, de modo que pôde ainda proferir estas palavras memoraveis:

«Morro cheio de prazer, pois não levo após minha pessoa tantos infelizes a que contaminei, e que isso mesmo intentava nas multiplas vezes que fôra á presença dos ministros, pois sempre lhes pedira que fizessem sómente delle a victima da lei.»

Si foram assim trucidadas as victimas do despotismo com sua lei, não admira que o sentimento do mal produzisse a liberdade que pouco a pouco ganhou todos os espiritos e fez com que a idéa republicana, por isso mesmo que era opprimida e corrompida pelos poderosos, désse em resultado que mais tarde a Republica apparecesse, quasi sem esforço, como um fructo maduro cahido da arvore.

Como podia o povo esquecer a morte de Claudio Manoel da Costa, expirando na masmorra, no meio de crueis martyrios de Maciel e Alvarenga, morrendo no exilio africano, desta Africa da qual Portugal tirava os negros para virem soffrer o captiveiro, na terra onde aquelles heroes sonhavam com a liberdade!

O enforcamento em 1817 do General Gomes Freire de Andrade, em Lisboa, e mais 12 réus de *lesa magestade*, veio activar e fazer renovar a historia de tantos martyrios que o drama nefando de Villa Rica tornava sempre intenso e triste no espirito do povo.

E era em uma tal situação que a independencia era reclamada, e que o povo a exigia não mais como um meio de se libertar do reino, mas do rei.

Feita ella por D. Pedro I, as manhas, os subterfugios constituiram a sua norma de governo.

Os leitores já conhecem a historia do navio *Voador*.

Admira que o visconde do Cayrú, analysando este acto, num trabalho publicado na «Revista do Instituto Historico», ache inqualificavel o procedimento do povo quando quebrou o leme do navio *Voador*.

Com as noções actuaes do direito internacional, seria até ousadia pretender que fosse recebido por um paiz que acabasse de emancipar-se e cortava todas as relações de dependencias com a metropole.

Não admiro pois que o sr. Carneiro de Campos, nosso ministro, tivesse respondido ao sr. Conde de Souto Mayor:

«Pelo que toca ao procedimento havido, com a corveta portugueza *Voador* que V. Exc. trata de hostil e inhospito, cumpre observar que elle não foi mais que o fructo das circumstancias e do systema adoptado, visto que além de vir ella artilhada e petrechada, contra os estylos dos parlamentares, deixou de usar, quando caminhava e era opportuno, o signal proprio.»

Prova evidente do adiantado estado das idéas republicanas no Brasil é o facto confessado na biographia de Jorge Canning, escripta na mesma occasião (1822) em que se davam os acontecimentos. Neste documento se apreciam as duas opiniões dos diplomatas portuguez e inglez.

«Quando o Conde de Villa Real allegou os seus receios de que, a não ser mantida no Brasil a autoridade do rei de Portugal, as provincias brasileiras se formariam em *Republicas independentes*, disse Jorge Canning lhe parecer que a vista do que tinha acontecido, era assaz claro que a acclamação do titulo imperial de D. Pedro I, foi considerada pelas partes con-

tendoras no Brasil, como uma sorte de meio termo, entre a *conservação da antiga Monarchia e a instituição de uma fórma democratica de governo;* que portanto qualquer tentativa de recorrer a um dos extremos, restituindo a preponderancia a Portugal, ao que era antes da revolução, levaria ao extremo opposto o partido que tinha por alvo não só a independencia mas a separação; e que na discussão da alternativa, perder-se-hia o meio termo, sem remedio.»

Eis ahi a linguagem da verdade, ella brota expontanea dos corações sinceros, e jámais em toda a nossa historia pôde haver melhor prova das tendencias centralisadoras e observantes do poder do povo do que esta confissão do representante da dymnastia de Bragança, na occasião em que se discutia com o poderoso governo da Inglaterra as bases para o que devia ficar feito com o sello da força, porque o da liberdade tinha sido quebrado com o cadafalso de Tiradentes e de outros martyres.

Toda vez que em uma revolução se fizerem victimas desta natureza, sem que pelos processos da lei ellas soffram as consequencias de suas faltas, a idéa que os fez morrer, ganham por milhões em valor e energia.

Esta proposição real, e que se vê na historia confirmando mesmo as reivindicações que não estavam de accordo nem com as idéas do tempo, nem com as conquistas do povo, é a prova mais evidente do quanto é sagrado o direito da liberdade, quer elle pereça nas catacumbas de Roma, sob o alfange do paganismo, para explodir destes subterraneos em formas organisadas da sociedade civil e triumphante que destruiu todos os poderes que a haviam amordaçado, quer ella se chame revolução brasileira

A liberdade está para a sociedade como a electricidade para os corpos que a attrahem, é invisivel em suas causas, mas terrivel em seus effeitos. Sempre a mesma identidade, o mesmo poder, o mesmo cunho da natureza, equilibrando

os desvios e as differenças feitas pelo homem, que se julgando muito poderoso desconhece suas leis!

Parece bem confirmado este ponto das tendencias republicanas perfeitamente acceitas pelo povo. Fazendo-se echo dos desejos e direitos do povo, não para proclamar a nossa inteira liberdade, mas só a independencia do Brasil. Pedro I foi habil, porque na quantidade dos direitos elle tirou para si o melhor quinhão.

E todavia foi evoluindo que o Brasil pôde chegar dos annos 1822 aos 1888, em que fez cahir a praguejada escravidão que o interesse dos proprietarios explorava, com o da monarchia que entreteve os partidos liberal e conservador, fazendo os seus chefes Martinho de Campos e Cotegipe mostrarem-se irreconciliaveis na politica, mas intimos no interesse da escravidão.

Uma vez organisada a nossa independencia, não morreu a liberdade, e nas primeiras reuniões das assembléas promovia-se a abolição do trafico, mas então os poderes legislativo e executivo organisados de modo a poder amarrar as rodas do machinismo governativo, fingindo adaptar-se á influencia das idéas, não fizeram mais do que as abafar.

Nisto consentiu toda a força da monarchia, e nada é mais facil do que illudir, estando de posse do poder, os planos que se tem, seja para a destruir seja para fructificar.

Não fosse este o systema, não tivesse havido a escravidão e a republica não teria surgido auxiliada pelo patriotismo dos militares no meio da representação eleita por um ministerio que acabava de sahir das fontes olympicas como o raio de Jupiter, e entretanto viu baquear as suas forças e serem applaudidas as que surgiam com a Republica de 1889, como se não houvessem outros homens e outras idéas sinão as republicanas!

E' esta a verdade historica e por tal modo se impõe que achar-se-ha sempre a historia dos erros da monarchia, estu-

dando-se as conquistas e as origens republicanas, que agora aqui em traços largos fazemos.

Esta lição aproveitará a todos os governos porque ella é filha da logica e será sempre verdadeira em todo o logar em que a sociedade progredir, cercada da justiça e da liberdade.

Não podendo durante o periodo colonial se fazer representantes da Republica, o povo denominava a municipalidade com aquelle nome:—As camaras municipaes se reuniam nas cidades para tratar dos negocios da Republica, como ellas chamavam e escreviam sob esta rubrica as suas deliberações.

O procurador da Camara do Maranhão o sr. Guedes Aranha, em notavel documento, deixou archivado este modo de tratar os negocios da corporação, unica que estava ao alcance do povo.

Nos convites feitos aos eleitos se dizia sempre:

« *Convido-vos a vos reunir a tratar dos negocios da republica.* »

Quando as idéas, dominando o meio social em que viviam os patriotas, conseguiram abalar o throno, D. João VI não se illudiu, e como bom Bragança se agarrou á unica taboa de salvação que tinha, que era dar o menos, já que não podia dar o mais, e elle se tornou o conselheiro do filho.

Isso faz lembrar a fabula do naufrago que indo em uma taboa com um filhinho e um robusto solteirão, quando estavam todos prestes a se perder pelo peso, disse o pae ao seu companheiro bom nadador: «Pedro, olha que eu sou pae», ao que elle ouvindo, se precipitou n'agua, ficando assim salvos.

O illustrado Dr. Raugel Pestana em um notavel discurso proferido a 13 de Maio de 1882, disse: «Ha perfeita connexão entre a constituição social e a constituição politica, entre a constituição de um povo determinado pela evolução natural e a constituição politica determinada por essa mesma causa, mas sujeita a outras condições de momento viciosos m».

« A feição caracteristica da Constituinte reproduzia a tendencia para a federação. »

« Apenas um ou outro espirito atrazado convindo ainda nos preconceitos da educação da Universidade de Coimbra, procuravam conter este movimento. »

Era logico que com taes tendencias o novo imperador tinha que se fazer ou victima ou dirigente, e como se os applaudisse seria envolvido e suffocado por ella, preferiu cortar a questão dissolvendo a Constituinte, e dando uma constituição muito liberal, é verdade, mas que lhe dava os meios para tirar para si o que ella tinha de bom, e podia, como Jupiter fazer sempre fomentar as tempestades e as moderar por si mesmo.

E não contente com este poder moderador, elle fez brotar da sua vontade a semente que mais tarde veiu fructificar com o nome de Conselho de Estado, que tanto deleitou o seu filho, que tambem foi querido dos brasileiros por tantas virtudes que possuia, mas que por participar do mesmo mal d'origens teve que soffrer a ingrata sorte dos que governam em nome do principio hereditario, entre um povo que por causa da educação partidaria mal póde supportar o governo dos que elle mesmo elege, tal é a sua vontade de ser livre!

De facto era tão pura a origem das idéas republicanas no Brasil, que se não fosse a força do despotismo portuguez, e das predicas dos padres jesuitas, que ambos associados influenciavam no animo dos que elles escolhiam para vir para o Brasil, nós poderiamos dizer com os factos e a historia que só e exclusivamente a estas duas alavancas se deve o ter ficado aqui implantado o captiveiro africano, que se fez logo irmão gemeo do indigena e com esta negra mancha ficou misturada a semente republicana que só veiu a expurgar-se do mal que a invadiu, tal como *apilocesa* invadiu as uvas de Portugal, depois que se fez uma lavagem geral e bem desinfectada em cada arvore e semente.

O que é verdade incontestavel é esta evolução que se sente sempre abrindo caminho por si mesma, como as aguas, que fazem engrossar nossos grandes rios.

Assim tambem cresceu a idéa republicana.

Um magnifico resumo dos factos passados para assegurar o movel das idéas republicanas póde ser apreciado, devido á pena do erudito chefe republicano portuguez o Dr. Magalhães Lima, que como brazileiro de origem, mantém no velho reino as tradicções gloriosas dos que sempre trabalharam para fazer do Brazil uma republica digna deste grande paiz. Este artigo escripto para a *Republica Portugueza*, merece ser conhecido:

«A provincia cis-platina (actual Republica do Uruguay) revolucionou-se em 1826 e separou-se do Brasil em 1827, allegando que se houvera unido com a condição expressa de ser considerada um paiz confederado, e que a constituição unitaria, outorgada por Pedro I, havia quebrado esta condição.

E' conhecida a revolução do Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845, contra a tyrannia unitaria. A provincia separou-se um anno depois, a 12 de setembro de 1836. Mas na acta de proclamação da independencia, lavrada por uma assembléa de notaveis da nova republica, a 6 de novembro de 1836, na cidade de Piratinim (quer dizer rio do peixe branco), declarou-se que a separação era provisoria e que a republica voltaria livremente a fazer parte do Brasil, quando este adoptasse os principios do regimen federativo.

Em 1843, S. Paulo e Minas Geraes, com os seus principaes homens á frente (Vergueiro, padre Feijó, Raphael Tobias, Theophilo Ottoni, etc.), rebellaram-se contra o centro, sem se mostrarem ostensivamente republicanos, mas arvorando os principios da descentralisação.

Em 1848 Pernambuco, capitaneado por Nunes Machado e Pedro Ivo, o primeiro morto n'um combate e o segundo [illegible]ado por ordem do imperador, revoltou-se ainda con-

tra o centro, proclamando os mesmos principios descentralisadores.

Além destes teve o imperio muitos outros movimentos revolucionarios, de mais ou menos duração, mas obedecendo todos á indole dos antecedentes. Em 1829, em Pernambuco; em 1831, 4 de abril, na Bahia; em 1831, 6 e 7 de abril, no Rio de Janeiro, dando em resultado a abdicação do imperador; em 1831, 5 de maio, em Pernambuco; em 14 de maio no Pará; em 25 de maio, no Maranhão; em 7 d'agosto, no Pará; em 13 de setembro, no Maranhão; em 14 de setembro, em Pernambuco; em 7 de outubro, no Rio de Janeiro; em 14 de dezembro, no Ceará. Em 1821, 22 de março, em Minas; em 1833, 16 d'abril, no Pará; em 2 de dezembro, no Rio de Janeiro. Em 1832, no Matto Grosso. Em 1835, 7 de Janeiro, no Pará. Em 1837, na Bahia. Em 1838, no Maranhão. Em 1840, no Rio de Janeiro. Em 1844, em Alagoas.

Nos dias da independencia, segundo affirma Clemente Pereira, n'um discurso que fez ao principe regente, em 9 de janeiro de 1822, dia em que este pronunciou o celebrado «fico», havia um partido organisado, disposto a proclamar a republica federativa.

O proprio Clemente Pereira, conforme elle mesmo o confessou no parlamento, foi mais tarde accusado de haver pertencido a esse partido. Durante todo o tempo do primeiro imperio, de 1822 a 1831, e durante a regencia, que terminou em 1840, a maioria dos periodicos liberaes das provincias prégava abertamente a doutrina da republica federativa.

No segundo imperio, depois de supplantada a revolta de Nunes Machado, em 1848, de que já fallámos, e tendo o paiz entrado n'uma série de complicações externas—guerra contra Rosas, dictador de Buenos Ayres, 1851-52; guerra com a republica Oriental do Uruguay, 1863-64, guerra do Paraguay, 1865-70—houve um periodo de apparente repouso interno.

Terminada, porém, a guerra do Paraguay, e no mesmo anno de 1870, reuniram-se no Rio de Janeiro alguns dos mais distinctos representantes do espirito liberal, organisando o partido republicano federal, cujos incessantes e activos trabalhos nas principaes provincias, como S. Paulo, Rio Grande do Sul, Minas, Bahia, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Espirito-Santo, déram em resultado a proclamação da actual Republica, a 15 de novembro de 1889. Foram signatarios do importante manifesto que por essa occasião se distribuiu— os srs. Joaquim Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva, Francisco Rangel Pestana, Lafayette Rodrigues Pereira, Aristides Lobo e muitos outros. Este manifesto ainda hoje é considerado como o documento mais notavel do partido republicano. N'elle se fazia o processo da monarchia aproveitando os depoimentos dos primeiros corypheus do imperio.

A doutrina republicana era alli posta com firmeza e o principio federativo destacava com grande nitidez e clareza. Desde então foram eleitos varios deputados provinciaes e nacionaes por S. Paulo, Minas e Rio Grande. Todos os jornaes republicanos eram federalistas, sobresahindo, entre elles, a *Federação*, de Porto Alegre, a *Provincia de S. Paulo*, o *Paiz*, do Rio de Janeiro, etc.

E por tal fórma as tendencias federalistas se accentuavam no espirito dos republicanos brasileiros que o eminente publicista Assis Brazil, foi levado a affirmar, n'um dos seus notaveis discursos:—«que, se não fosse possivel proclamar uma republica federal, preferia conservar a monarchia; e, se a combatia, era principalmente por a reputar incompativel com o ideal federalista.»

PARTE VII

A Republica do Equador

A revolução que teve por fim fazer a republica do Equador tem seus prodomos e martyres. No dia 6 de Março de 1817 Pedro da Silva Pedroso no quartel do seu regimento promoveu a independencia do Brazil e a fórma republicana.

O povo applaudio a tropa e fez quebrar as armas regias e as corôas. Nas representações assignadas pelo povo se escluio o tratamento *V. Exc.*, que ficou substituido pelo de *Vós patriota*. Novas bandeiras foram inauguradas e em sessão solemne ellas foram benzidas. Existe no Instituto Historico o discurso do Deão de Olinda, o qual proferiu estas palavras:

«Patriotas, escudados por estas bandeiras não tenhais medo nem dos escravos do Norte nem dos sevandijas do sul; eu mesmo se vos faltar chefe serei a vossa frente, tendo-me por mais feliz morrer com homens livres, do que viver com escravos...»

O enviado do governo republicano teve que partir por terra para Alagoas, e fazendo ahi os proselitos seguiu em uma jangada para Bahia. Desde este tempo a jangada ficou tradiccional nos annaes da liberdade, que ella veio sanctificar depois que se aboliu a escravidão.

Chamava-se José Ignacio Ribeiro de Andrade este emissario que ficou conhecido pelo nome de Padre Roma. Este sacerdote mostrou-se digno da sua missão.

E' um facto caracteristico o de haverem sempre os sacerdotes sido os maiores amigos da liberdade e esta, entretanto

ser tão ingrata nas pessoas do seus representantes, para com o clero.

Muniz Tavares em sua «Historia dos Martyres Pernambucanos», diz que apparecendo a jangada no dia 26 de Março em frente a Itapoan, tornou-se suspeita por não querer entrar na bahia esperando a noite.

Patrulhas destacadas foram apprehender o Padre Roma, que defez-se das credenciaes, atirando-se ao mar.

Preso e encarcerado em segredo de justiça, o Conde dos Arcos creou logo uma commissão militar para o sentenciar summariamente. O Padre Roma compareceu algemado perante o tribunal, chamado de sangue. Interrogado se conhecia as pessoas para quem trazia as cartas, respondeu que não. E por isso foi condemnado á morte!

Ouvida a sentença, o Padre Roma mostrou-se digno e corajoso, e conforme narrou o seu confessor, as suas ultimas palavras foram estas que vêm no mesmo livro do Padre Dias Martins: « Custa-me a comprehender como a misericordia de Deus poderia salvar-me. Rendo porém graças a Deus por ter-me permittido tomar parte na revolução de Pernambuco, porque assim deixo de ser um condemnado eternamente ».

Chegando ao lugar denominado Campo da Polvora, onde devia ser fuzilado, voltou-se para os granadeiros e disse:

« Camaradas, eu vos perdôo a minha morte; lembrai-vos na pontaria, que aqui (pondo a mão no coração) é a fonte da vida. »

E' cheia de episodios a epopéa destes heroes, que no meio de uma população de escravos, tinham para chefes o Conde dos Arcos e outros potentados, e os tribunaes militares, os quaes um dia serão banidos na justiça dos homens pelos proprios briosos militares que devem ver em taes tribunaes as machinas infernaes da perversidade humana; entretanto estes homens ousavam confiar no povo ao qualse apresentavam para li- [illegible] a patria.

A justiça da Bahia mandou ao encalço dos cumplices. Domingos José Martins é preso no Porto das Gallinhas, conjunctamente com o padre Santo e mais outros companheiros; todos foram acorrentados á presença do general Cogominho sendo postos a ferros a bordo do navio *Carrasco*, que os levou á Bahia de S. Salvador.

José Luiz de Mendonça, companheiro daquelles que se achava escondido, sabendo que os que déssem abrigo aos condemnados seriam enforcados, envolveu-se em uma capa, tomou uma *cadeirinha*, vehiculo de conducção nobre na Bahia, e foi ao pateo do feroz Conde dos Arcos, onde sahindo, deixou cahir a capa e gritou, abrindo os braços: « Camaradas, eu sou o proscripto José Mendonça, atirae se quizerdes e matae-me. » Foi preso e posto a ferros a bordo.

O padre Almeida Costa, entrega-se á prisão depois de ir a sua casa onde disse a irmã D. Clara de Castro: « Mana, nada de chorar, estás orphã, tenho enchido meus dias, logo me vêm buscar para a morte, entrego-me a Deus e nelle te dou um pae que não morre; mas ajuda-me a salvar a vida de tantos desgraçados, aproveitemos a morte e imita-me. » Dizendo isso o padre que era o secretario do governo, entrou na secretaria onde estavam os autos e os destruiu na noite de 20 de Maio de 1817.

Arrancado dos braços da irmã, é mettido em grilhões e conduzido para bordo do *Carrasco*.

A 9 de Junho foram todos interrogados.

Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça, Dr. Manoel José Pereira Caldas e Dião Portugal, portaram-se dignamente.

O Padre Miguel Castro ficou conhecido pelo nome de padre Miguelinho.

Narra Codeceira que os empenhos para salvar este padre abalaram o Conde dos Arcos, que vendo a victima nada negar, disse: « Padre, não cuide que somos alguns barbaros,

«selvagens que só respiramos sangue e vingança; falle, diga alguma coisa em sua defeza.» O padre continuou silencioso e o Conde disse ainda: «O padre não teve inimigos,não seria possivel que elles lhe falsificassem a firma e com ella subscrevessem parte ou todos os papeis que estão presentes?» O padre respondeu: «Não, senhor, as minhas firmas são authenticas e por signal que em uma dellas o—*o*—do meu ultimo sobrenome, Costa, ficou metade por acabar, por falta de papel.»

No dia 11 foram todos sentenciado.

Ouvindo a sentença, José Luiz disse: «Juizes malvados! cegos e vis instrumentos da tyrannia, eu vos emprazo para os infernos.»

Na manhã do dia 12 de Junho de 1817 os tres martyres José Luiz, Martins e Miguelinho, revestidos de alva, pés descalços, algemados, sahiram da cadeia para a forca. Ahi Martins, voltando-se para os soldados disse: «Vinde executar as ordens do vosso sultão.»

O anniversario da morte destes heroes passa desconhecido como as aguas dos rios que correm nos lugares ignorados.

Os algozes aproveitam-se destas datas para formarem suas epopéas, como os industriaes d'aquellas aguas para moverem suas machinas.

Em 1817 houve tambem no Recife uma victima cearense, chamada Antonio Henrique Rabello. Conhecido como conspirador contra a monarchia, foi logo condemnado pelo tribunal militar e ao ir para a forca gritou: «Viva a patria!»

Sua cabeça por causa de ter sido o motivo de um tal grito, foi decepada e ficou por muito tempo exposta na ponte do Recife, até ser consumida pelo tempo. Esta execução foi feita a 5 de Julho de 1817.

O sangue excita o appetite dos tyrannos,como o das féras. Logo depois desta morte, foram feitas outras, entre ellas a do

padre Pedro de Souza Tenorio, José de Barros Lima e Domingos Theotonio Jorge. Narra Muniz Tavares no seu citado livro que ao subir a forca este ultimo, disséra: «Meus patricios, a morte não me aterra, aterra-me a incerteza do juizo da posteridade; eu deixo um filho, ensinai-lhe o caminho...» mas o carrasco o suffocou.

Todo o norte do Brasil ficou influenciado pelo espirito de independencia, e o rigor das leis fez mortes por toda parte. No Rio Grande do Norte Albuquerque Maranhão foi assassinado.

Os acontecimentos que fizeram approximar-se a liberdade foram sendo explorados em favor da corôa, que para não perder o Brasil, queria ao menos gosar das vantagens que o paiz podia dar-lhe.

Estes ligeiros traços que acabamos de fazer bem podem trazer a luz que a liberdade infelizmente ainda mal comprehendida póde permittir, fazendo-se assim com que o sentimento de partidarismo e politicagem, que tanto mal fez a liberdade, não reduza os seus heroes a meros fructos do tempo.

Ainda que a independencia tenha satisfeito as aspirações democraticas da época, alguns patriotas republicanos não se contentaram com a conquista feita e queriam ir mais adiante.

Tanto ao sul como ao norte do Brazil dominava este pensamento, e se bem que ao sul o movimento houvesse achado incremento pela facilidade de recursos do clima e da indole do povo, é preciso assignalar o esforço feito por Tristão Gonçalves, o patriota sob cuja ordem estavam alistados homens do valor do conhecido Frei Caneca e outros que pagaram com a vida a dura prova de serem republicanos no regimen que se inaugurava em 1822.

No capitulo VIII das Narrativas de Lord Cockrane, encima a descripção o pomposo titulo—*Governo Republicano proclamado em Pernambuco.* Transcrevemos o seguinte:

« Realmente Manoel de Carvalho Paes d'Andrade havia publicado suas proclamações, denunciando D. Pedro I como traidor, que propunha entregar o Brasil aos portuguezes.

« A revolução, diz Lord Cockrane, havia tomado raizes vigorosas no espirito democratico dos pernambucanos; não era cousa com que se brincasse.

« Havia-se proclamado a fórma republicana de governo, cujas vistas eram em mais vasta escala do que as proporcionadas á capacidade d'aquelles que as propunham, sendo sua esperança vã o constituir todas as provincias do Equador n'uma federação sob o modelo dos E. Unidos, projectos formulados por norte-americanos que residiam no Recife.

«Para promover este objectivo foram convidadas as outras provincias septentrionaes a repudiarem a auctoridade do Imperador e a formarem uma alliança sob o titulo de *Confederação do Equador*, sendo a consequencia que uma grande porção dos habitantes do Parahyba, do Piauhy, do Rio Grande do Norte e Ceará se declararam a favor do projecto.

Eis aqui a concordata das provincias revolucionarias:

« Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1824, terceiro da Independencia do Brasil e no dia 3 de Agosto do dito anno na sala das sessões do Governo de Pernambuco, estando presente o cidadão Quaresma Ferrão, por parte de S. Exa. o presidente Carvalho Paes de Andrade, e o Illm. Revd. Pad. Francisco da Costa Seixas, José Joaquim Fernandes Barros, o cidadão José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro, por parte da provincia do Rio Grande do Norte, em virtude do diploma datado de 16 de Agosto de 1824 e tambem os deputados commissionados pelo governador da provincia de Pernambuco para tratar por parte do seu governo, com o fim de pôr termo á dissensão de opiniões politicas, que tanto ha retardado o progresso do Brasil, da independencia e liberdade e ao mesmo tempo tratar de banir um espirito servil, que tende a escravisar o Brasil, por uma preten-

dida Constituição, dominando sobre a nação brasileira como a do Grão Senhor Ottomano.

A commissão do governo d'esta provincia e as illustres deputações supra mencionadas, tendo maduramente considerado estes materiaes concordam:

I. Que estas provincias de Pernambuco e Rio Grande se unam n'uma liga fraternal, offensiva e defensiva, afim de prestarem todas as suas forças contra qualquer aggressão do governo portuguez ou do Rio de Janeiro, para reduzir esta provincias a um estado de servidão.

II. Que a dita liga se estenderá ao estabelecimento de liberdade constitucional nas ditas provincias e a supplantar o espirito servil de que estão infeccionados e afastar assim a guerra civil fomentada pelas intrigas no Rio de Janeiro, cuja influencia penetra agora em todo o Brasil.

III. Que para assegurar o effeito deste facto o governo de Rio Grande formará um corpo de tropas e o postará nas bordas da provincia de Parahyba, para ser empregado segundo as necessidades o exigirem.

IV. Que este corpo de tropas será sustentado pela provincia de Pernambuco, mas será depois sustentado pela *Confederação do Equador*.

E para que o mesmo seja levado a immediato effeito, terá esta *concordata* pleno vigor, logo que seja assignada por S. S. Exs. os presidentes das ditas provincias do Rio Grande do Norte e Pernambuco. »

Assignados:

Padre Francisco da Costa Seixas.—José Joaquim Fernandes Barros.—José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro.—Basilio Quaresma Ferrão.— Manoel de Carvalho Paes de Andrade, presidente. Impresso na Imprensa Nacional.

Como se havia espalhado a noticia de que o almirante Cockrane o que queria era dinheiro, não duvidavam os revoltosos offerecer-lhes os meios que imaginavam; poderiam vir em seu auxilio, e para isso logo que chegou este chefe para abafar o movimento revolucionario o presidente mandou ao mesmo a seguinte carta que deve ficar archivada:

« Mylord — A franqueza é o caracter distinctivo dos homens livres; mas V. Exa. não a encontrou em suas relações com o governo Imperial. O não ter sido recompensado pela primeira expedição, offerece justificavel referencia de que nada receberá pela segunda.

« Tomo, portanto, a liberdade de assegurar a V. Exa. a somma de quatro centos contos de réis, como indemnisação por suas perdas.

«O serviço requerido a V. Exa. será o de acceitar a causa da *Confederação do Equador*, a qual é a adoptada pela maioria das provincias septentrionaes, cujo limite será o rio S. Francisco do Norte.

«Tenho a honra de ser de V. Exa. muito humilde criado, *Manoel de Carvalho Paes de Andrade.*»

O presidente revolucionario havia encommendado navios veleiros para os Estados-Unidos e os esperava ancioso, porque para uma cidade como o Recife, cortada de rios navegaveis o não ter os recursos para dominar as aguas, era o mesmo que não ter braços.

O panico porém, que o navio «*Pedro I*» (que era o do almirantado), produzira e a habilidade com que Cockrane tirava partido d'esta situação, dizendo que esperava 30 navios de guerra e fazendo espalhar outras noticias, produziram um effeito desastrado em uma cidade em que a lucta se tornava desigual, mostrando a consciencia dos luctadores o perigo de uma tal lucta, ainda que tivessem muito valor.

Com effeito, chegando 800 homens a bordo do *Piranga*, começando o ataque, o presidente Carvalho fugiu, indo

em uma jangada para bordo do *Tweed*, corveta britannica, que estava no porto.

O imperador D. Pedro I tinha-se entregado nas mãos dos partidarios que o povo chamava portuguezes, que governavam fazendo politica opposta aos Andradas, e havendo grande odio no norte do Brasil ao elemento portuguez, era difficil acalmar os homens que preferiam dar a vida a ficar submissos a uma tal escravadão.

Entretanto foi facil dominar com tão poderosos recursos os revoltosos e o general Abreu Lima poude tomar conta do governo do Recife, fugindo os revoltosos para o interior.

No Ceará principalmente, o movimento se tornára intenso e foram collocadas bandeiras republicanas na fortaleza e nas casas, onde reinava grande alegria.

Infelizmente a chegada de Lord Cockrane alterou, por tal modo o povo, que não tinha absolutamente na Capital recursos para luctar contra um bombardeio do qual foi logo ameaçado e a consequencia foi que rendeu-se o governo á intimação.

Tinha sido acclamado presidente da Republica no Ceará o heroe Tristão Gonçalves de Araripe, que soube desenvolver uma tenacidade que confirmou o titulo que lhe demos.

E' preciso não confiar na historia escripta pelos contemporaneos das victimas. O exemplo de Tristão Gonçalves, que como veremos mais tarde foi outro martyr da Republica, é mais significativo, porque ao passo que outros que estiveram sob seu commando têm seus nomes nas praças e ruas, elle foi ignorado.

E' preciso reconhecer que o senador Alencar, seu irmão, foi quem o metteu na chefia em que elle soube sustentar-se e morrer, tendo sido tambem senador e presidente do Ceará.

O illustrado Cons. Araripe, filho do grande heroe, teve que se conformar com a sorte do povo brasileiro e vindo a acceitar a Republica, elle que era um dos filhos da victima mais heroica

da Republica do Equador, veiu por uma coincidencia da sorte a ser o ministro que referendou o decreto dissolvendo a 1ª constituinte do governo republicano do Brasil. O seu digno que fez a revolução e a Republica do Equador, baseando-se justamente em haver Pedro I dissolvido a Constituinte do primeiro governo monarchico!

A historia deve pois ser encarada com a calma e a verdade, que nenhum poder do mundo póde fazer eternamente ficar occulta. A este respeito devemos notar que os documentos que publicamos n'este capitulo — Republica do Equador,—dão muita luz.

Nós temos o prazer de dar publicidade á proclamação feita pelo heroe Tristão Gonçalves. Este precioso documento não tem tido a circulação que merecia pelas causas que no cap. II e neste mesmo podem ser vistos.

O patriotismo e a acção caracterisam os feitos brilhantes do denodado presidente e martyr, tão mal comprehendido pelos homens do seu tempo e pelos seus proprios parentes e patricios.

Admira que o governo republicano do Ceará nada faça para levantar a memoria do nosso heroe, podendo ser que nós tambem sejamos tido por suspeitos, por causa de termos o mesmo sangue do martyr em nossas veias.

COPIA

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 29 DE ABRIL DE 1824.

Aos 29 de Abril de 1824 annos, n'esta cidade da Fortaleza, nas casas da Camara e paços do conselho, aonde se achavam o juiz presidente, pela lei, Joaquim Antonio de Oliveira, o vereador transacto Francisco Felix Bezerra de [illegible]erque, e o republicano Manoel Pereira Vianna, por

impedimento dos vereadores actuaes e o procurador do conselho José Antonio Machado, commigo escrivão ao adiante nomeado, sendo ahi appareceram o Illmo. e Exmo. governador das armas desta provincia do Ceará Grande, José Pereira Filgueiras cidadãos e officiaes militares, abaixo assignados, ahi pelo dito illustrissimo e excellentissimo senhor foi apresentada a falla seguinte que foi lida pelo R. P. Estevão da Porciuncula: «Senhores. Todos sabem que eu não sou orgulhoso e nem jamais me arrojei a offender-vos e muito menos ludibriar a pessoa alguma n'esta cidade. O meu genio e minhas maneiras de proceder, penso, teriam sido sempre uniformes até o ponto de já não poder soffrer insultos de homens, que eu mesmo (para o bem dizer), eu mesmo esforcei-me eleval-os, apezar de tudo, a grandes postos: esses ingratos conspiraram contra a minha vida, contra a vida dos vogaes do governo, contra a vida dos cidadãos benemeritos e pelo menos contra a integridade de nossas pessoas. Uma indiscreta compaixão embotou os fios das leis e deu azo a novas desordens. Em clubs e conventiculos secretos tramavam nova conjuração; quasi estive a ponto de ser victima da *paixão* digo traição, como muitos avisos me persuadiram: zombei ao principio, mas depois lembrou-me do triste acontecimento de 14 deste mez. Já que a nada se providenciava, arroguei a mim a prisão dos cabeças da conjuração; e por ultimo vi com horror os abysmos a que se pretendia arrojar a esta provincia inteira. O veneno subtil e mortal se espalhava dentro de pillulas doiradas; com expressões pomposas, rasgos brilhantes e com meios capciosos, procuraram illudir a minha ingenuidade e a singeleza dos povos. O presidente, depois de haver tomado posse do governo das mãos da camara, e do governo faccioso e illegal, no meio da tropa em tumulto nas trevas da noite, não duvidou negar esta fraqueza no officio que me dirigiu a 15 d'este mez. Este procedimento é muito feio e persuasivo da falta absoluta, não

sei de que! Espalhou duas proclamações, cujos fins eram sómente resplandecer o abominavel despotismo, e, chegando ao crime do mais abatido servilismo, avançou a esta escandalosa proposição: *O Imperador é a fonte de todo o poder.*— Com effeito, creio que nenhum brasileiro se arrojaria a tanta baixeza!!!

O Imperador mesmo conhece que a soberania reside no povo. E, se elle fallou no poder executivo, quem foi que conferiu este poder ao Imperador, senão a mesma nação? Não era este só o meio de que se valeu para nos lançar os ferros da escravidão? Atiladamente disseminando a discordia e desconfiança, chamava aos intrepidos defensores dos nossos direitos inimigos internos; porque temia que os cidadãos liberaes se haviam de oppôr ao novo systema, pelo qual se encadeavam as correntes para nos prender a todos nas masmorras da escravidão. Obedecemos, veneramos e cordialmente amamos a Sua Magestade Imperial C. e L., como primeiro chefe do Brasil; mas nós exigimos uma constituição liberal como nos prometteu, afiançou e muitas vezes tem jurado dar-nos. Eis porque nos chama inimigos industriosos, pondo-nos de má fé para com o povo, facil de seduzir e acostumado a obedecer. Ainda Sua Magestade Imperial C. não mandou jurar o projecto de constituição, e havendo cousas mais serias da obrigação do sr. presidente, elle não se esqueceu de remettel-o para esta camara fazel-o, ja se sabe, jurar por dez ou doze europeus ou brasileiros escravos. Esperando-se breve invasão de Portugal, e devendo nós rebatel-a com força reunida e em taes apertos lembrou-se o snr. presidente de convocar um conselho, no qual propoz si mandasse presidiar as fronteiras contra Pernambuco, negando-se-lhe todo o soccorro. Que fomento de guerra civil nestes tempos desgraçados! Que deshumanidade de um brasileiro? Que nos importam os negocios politicos de Pernambuco? [illegible] mal nos fez? Qual é o seu crime? Não acceitar um

tyranno, nomeado presidente pelo Imperador? Aborrecer um despota, que acabava de exercitar um sceptro de ferro e de roubar com escandalosos subornos contra a liberdade da mesma sua patria? Haviamos reduzir a fome os nossos irmãos, os nossos visinhos, donde hoje vem todo o principal commercio? E' por ventura esta a união tão recommendada nas proclamações de S. Ex.? Ellas são panegyricos de S. Magestade Imperial C. e introducções do snr. presidente no governo. Não sei porque fatalidade S. Ex. ainda não disse — *Viva a Nação Brasileira!* — Que total abandono? São estes os grandes bens que nos traz o Ex.mo snr. presidente? Finalmente, no curto espaço de treze dias o snr. presidente tem se feito suspeito e mesmo execravel aos povos. Os povos requerem a sua demissão, desgostosos dos principios de tal governo e eu fui obrigado a annuir ás suas requisições. Nestes termos torna-se necessario installar um governo, segundo as leis ou lançando-se mão das votações já reunidas de algumas das camaras interinamente, até que cheguem as demais da provincia ou como melhor conviér ao estado actual das cousas. São estes os puros sentimentos de um homem que sempre se tem dirigido nos negocios de sua patria sem outras vistas mais do que defender o seu direito sagrado, em abono dos quaes protesta derramar até a ultima gotta de sangue. Cidade do Ceará, 29 de Abril de 1824, 3.º da Independencia e do Imperio. José Pereira Filgueiras. E consultando toda a assembléa sobre os quesitos do seu manifesto, propoz-se que se mandasse ao Ex.mo presidente nomeado por Sua Magestade Imperial C. L. uma deputação para elle responder sobre os mesmos quesitos e foram nomeados para a mesma deputação o Rev. vigario Antonio José Moreira, o tenente-coronel Tristão *de Alencar* digo Gonçalves de Alencar Araripe, o capitão ajudante José Ferreira Lima, o advogado Miguel Antonio da Rocha Lima, o capitão Francisco José Pacheco de Medeiros, o tenente-coronel

José Ferreira de Azevedo e o sargento-mor Francisco Ferreira de Souza, os quaes dirigindo-se a sala do governo e sendo recebidos pelo mesmo Ex.mo presidente, propoz o Rev. vigario Antonio José Moreira, como presidente da mesma deputação, que o Ex.mo governador das armas, vendo a provincia em grande convulsão e temendo males incalculaveis sobre o estado politico da mesma, se viu obrigado a chamar as armas os cidadãos da mesma e convocando-os nos paços do conselho perante a Camara desta capital, fez recitar o seu manifesto já descripto na presente acta e exigindo de todos a sua espontanea deliberação, todos unanimemente responderam que convinha que o actual presidente nomeado por Sua Magestade Imperial C. L. desistisse da presidencia do governo, para evitar convulsões politicas e tranquillisar os povos, que a vista de seu governo, no curto espaço de 13 dias, mostrava querer escravisar a provincia, sujeitando-a ao antigo absolutismo, motivo de todo o movimento. E logo dito Ex.mo snr. respondeu que estava prompto a demittir-se do governo, comtanto que se lhe escrevesse o seu protesto. Avista, pois, desta resposta se concordou que se tratasse de nomear um presidente temporario para succeder aquelle, até que se reuna a votação dos collegios da provincia, já ha muito mandado proceder para conselheiros, que, o que tiver maioria de votos servirá de presidente na conformidade da lei. E procedendo-se com effeito a votos por todos os que se achavam na dita assembléa, sahio eleito o tenente-coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe com 88 votos que se julgou pluralidade o que feito compareceu o Ex.mo presidente demittido e apresentou o seu protesto e demissão por escripto, requisitando se mandasse inserir na presente acta, dando-se-lhe as copias necessarias, o qual é do theor e forma seguinte: (segue o protesto sem importancia e assignado pelo Presidente da Provincia Pedro José da Costa Barros, nomeado por dec. de 20 de Outubro de 1823). E nesta forma

houveram a sobredita Camara e assembléa esta sessão por finda e acabada, do que para constar mandaram lavrar a presente acta em que todos assignaram. E eu João Lopes de Abreu Lage, escrivão do senado da Camara o escrevi. Pedro José da Costa Barros, Joaquim Antunes de Oliveira, Francisco Felix Bezerra de Albuquerque, Manoel Pereira Vianna, José Antonio Machado, José Pereira Filgueiras. Com assignaturas da assembléa. O Escrivão da camara João Lopes de Abreu Lage.

COPIA

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO GRANDE CONSELHO PROVINCIAL

Aos 26 dias do mez de Agosto de 1824, 3.º da Independencia e 1.º da liberdade do Brasil e confederação das provincias unidas do Equador, nesta cidade da Fortaleza, capital do Ceará, na sala do governo onde se achavam o Exmo. sr. Presidente do governo da provincia, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, os vogaes do conselho, o Exmo. sr. Governador das armas, os srs. ouvidores das duas comarcas, o senado da camara desta cidade e das villas do Aquiraz e Mecejana, com os procuradores das demais camaras da provincia, presentes os Revs. parochos das freguezias e na sua falta os seus procuradores, os chefes dos corpos militares de 1.ª, 2.ª e 3.ª linha ou seus procuradores, os eleitores de parochia e no seu impedimento supplentes em maioria de votos, o clero, muitos officiaes militares, homens bons e povo, abaixo assignados, com a competente nota de seus postos e graduações e sendo ahi em voz alta e intelligivel, propoz o Exmo. sr. presidente: Que a vista dos perjurios de D. Pedro, princepe de Portugal (chamado Imperador do Brasil) estava roto nosso pacto social, tantas vezes assegurado por elle e outras tantas violado publicamente a face das nações, em affronta daquelles mesmos

povos, dos quaes elle de motu proprio havia tomado o titulo de defensor perpetuo, não lhes tendo sido até agora se não um oppressor encarniçado, não respeitando os fóros da liberdade do Brasil, quando despoticamente, e a força de armas, aboliu a assembléa geral constituinte da nação inteira, prendendo, degradando, ainda para reinos extrangeiros e despedindo com ignominia os seus representantes, arrogando a si o direito absoluto de legislar e constituir por si, como se viu do infame projecto de constituição, que não só deu, mas tambem mandou arbitrariamente jurar por todas as camaras das provincias do Brasil, reputando-nos escravos ou propriedade sua, contra as suas promessas e juramentos.—Que além de todos estes motivos do mais descarado despotismo, accresciam mil traições visivelmente apparecidas nos seus decretos, alvarás, avisos, manifestos e proclamações com que pretendia sujeitar-nos novamente ao dominio portuguez, não cumprindo assim as condições essenciaes pelas quaes havia subido ao throno. Attentas, pois, tantas circumstancias de justo resentimento do povos, (concluiu o sr. presidente) que a patria estava em perigo e era necessario salval-a do captiveiro apezar de todos os sacrificios da parte de seus filhos, pelo que o conselho deliberasse, lançando mão dos meios os mais promptos e energicos e mais plausiveis da sua segurança; e assim apresentou o sr. presidente um plano de nova forma de governo, para ser discutido livremente com immunidade de pessoa e de opiniões, de ser ou não approvado pelo congresso. E com effeito foram lidos doze artigos e a leitura de cada um delles ressoavam de todas as salas cheias de gente apinhoada vivas acclamações de — *apoiado* —, e um prazer geral se divisou no semblante de todo o congresso, dando-se uns a outros os parabens da sua mutua felicidade. Logo que foi approvado geralmente o plano offerecido, propoz o sr. presidente que o grande conselho elegesse presidente e secretario para assis- suas sessões na discussão da materia sem coacção

dos votantes; mas o congresso uniformemente elegeu o mesmo snr. presidente Tristão Gonçalves de Alencar Araripe para presidente e para secretario do grande conselho o padre Gonçalo Ignacio de Albuquerque Mororó. Desceu o sr. presidente desarmado, assim como tinha assistido ao acto, com o sr. governador das armas e grande parte da assembléa, para os quarteis da tropa de 1.ª linha, onde igualmente se achou o senado da Camara desta cidade, com o novo estandarte da liberdade, já de antemão preparado, e depois voltando todos dirigiram-se com o sr. presidente no centro da tropa, trazendo arvorado um estandarte igual ao da Camara, para a igreja, a render acções de graça ao Soberano Auctor da nossa felicidade e ahi benzeram-se as bandeiras *e o sr. presidente* digo e o sr. governador das armas foi pessoalmente entregar uma ao corpo de tropa reunida. No fim de um elegante discurso oratorio e patriotico, recitado pelo Rev. vigario da villa de Arronches, cantou-se um solemne *Te Deum* — ficando adiado para hoje o juramento dos Santos Evangelhos *voluntaria e solemnemente*, digo Evangelhos, cujo theor é o seguinte: «Eu F. juro aos Santos Evangelhos voluntaria e solemnemente defender e guardar a religião catholica e apostolica romana. Juro dar a ultima gotta de sangue para manter e ser fiel a confederação do Equador, que é a união das quatro provincias ao norte do cabo de Santo Agostinho e as demais que para o futuro se forem unindo, debaixo da forma de governo que estabelecer a assembléa constituinte. Juro fazer crua guerra ao despotismo imperial, que pretende usurpar os nossos direitos, escravisar-nos e obrigar-nos a fazer a união do Brasil com Portugal, a qual jamais admittiremos por nenhum titulo que seja. Juro emfim fazer guerra eterna a todo o despotismo, que se oppuzer á liberdade de nossa patria e igualmente juro obediencia ao governo Supremo Salvador. Assim Deus me ajude.» E reunidos todos novamente na sala do governo, com effeito prestaram o juramento na forma

acima dita em o livro dos Santos Evangelhos, apresentado pelo sr. presidente o qual o recebeu e prestou primeiro que todos das mãos do primeiro conselheiro do governo, o Exm. sr. Joaquim de Paula Galvão. E de tudo para constar mandou o Exm. sr. presidente lavrar a presente acta, auctorisando para o fazer no impedimento do secretario do governo, o padre Gonçalo Ignacio de Albuquerque Mororó, na qual todos assignaram com a competente nota.—Palacio do governo, em grande conselho provincial, aos 27 dias do mez de Agosto de 1824, 3.º da Independencia e primeiro da liberdade e confederação do Equador. Eu Francisco de Paula Andrade, segundo official da secretaria do governo, a escrevi. Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, presidente; o coadjuctor Joaquim de Paula Galvão, conselheiro; o Coronel José Feliz de Azevedo Sá, conselheiro; o vigario Antonio José Moreira, conselheiro; o coronel José Ignacio Gomes Parente, conselheiro; o governador das armas José Pereira Filgueiras; Francisco Miguel Pereira Ibiapina, escrivão deputado; Miguel Antonio da Rocha Lima, ouvidor interino da Comarca do Ceará; Gonçalo Ignacio de Albuquerque Mororó, secretario do governo; Bernardino Lopes de Sena, ouvidor do Crato; José da Costa Barros Jaguaribe, vigario de Monte-Mor Velho; Padre Joés Martiniano de Alencar, procurador da villa do Crato; Frei Alexandre da Purificação, por si e como procurador do parocho da villa da Granja; dr. Vicente Domingos Saporiti, physico da provincia; Francisco José de Salles Jerobeba, director da typographia nacional; capitão João Franklin de Lima, eleitor. (Contem 452 assignaturas afora as corporações e cidadãos representados por procurador.)

Nota. — Não transcrevemos as outras assignaturas por ser muito longo o trabalho.

Na reunião do Collegio Eleitoral para eleição dos deputados que deviam compôr o Supremo Conselho Salvador — eitos — (28 de Agosto de 1824) deputados :

[illegible]	355	votos
[illegible]	279	
Luiz Pedro de Mello e Cezar	236	»
Padre José da Costa Barros Jaguaribe	220	»
Ten. Col. Francisco Miguel Pereira Ibiapina	158	»
Marianno Gomes da Silva	154	»
Vigario Antonio José Moreira	126	»
Ten. Col. João da Costa Alecrim	108	»

Estes foram os deputados que deviam vir a Pernambuco, formar o Supremo Governo Salvador. Os poderes concedidos aos deputados eram os seguintes: O collegio eleitoral da provincia do Ceará autorisa aos seus deputados das provincias confederadas formarem em Pernambuco o Supremo Governo Salvador, gozando nelle de todos os poderes de legislatura, decretando tudo, quanto for a bem das provincias confederadas e até jurando e adoptando (se julgarem necessario) provisoriamente uma constituição, que sirva de base ao governo das provincias confederadas, debaixo tão sómente da unica clausula de sempre manterem a religião catholica romana e o systema *de governo democratico confederativo novamente adoptado* ».

Este chefe não podendo se conformar com as deserções dos batalhões commandados pelo chamado General das Almas, e por Bizarro, retirou-se para o Aracaty, onde contava por em marcha um numeroso exercito para dominar a Capital, e rehaver os fracos que a abandonaram.

Lorde Cockrane sabendo das deserções nos batalhões de Tristão Gonçalves, publicou um manifesto dando geral amnistia aos que, sendo chefes insurgentes ou não, deixassem as armas e promettendo dinheiro aos indios que abandonassem Tristão Gonçalves. Tristão Gonçalves vendo o perigo porque passava, não esteve entretanto por esta intimação e

preferio ir luctar pela republica que o acclamara presidente, a ceder a uma intimação humilhante, como se afigurasse a este spartano de puro sangue.

Uma vez que o presidente da nova republica fora organisar forças para combater o governo que Cockrane installava em nome do Imperador, o almirante publicou uma proclamação na qual punha á premio a cabeça do heroe Cearense!

Realmente a proclamação como o proprio Cockrane confessa a pag. 185 de suas narrativas : «Tenho o fim de dar uma recompensa sufficiente para indemnisar os indios que antes haviam sido sustentadores de Tristão Gonçalves Araripe, a se voltarem contra este para o aprehenderem, resultando desta ordem vir a ser morto com todos os seus sequazes.»

A evolução das idéas e dos costumes que tudo amenisa e aproxima na sua marcha incessante para a perfectibilidade humana, veio fazer com que mais tarde os herdeiros dos nomes que se excluiam, se unissem [1] e que o chronista que escreve estas linhas, que tambem tem nas veias o sangue do heroe, não tenha escrupulos em se referir ao nome Cockrane senão para reconhecer que este almirante foi uma victima da sorte que o atirou do velho mundo ao Brasil onde elle perdeu a unica opportunidade que tivera de ser verdadeiramente um heroe, e não um mero agente ganhador ao serviço do Imperador, que como elle confessa na exposição que vem no seu livro, «era o primeiro a querer desmoralisal-o, dando busca no seu navio, e botando-o como um ganhador ordinario.»

Convem aqui para esclarecimento da historia, pois que

(1) José de Alencar, o grande escriptor brasileiro, filho do senador Alencar que era irmão de Tristão Gonçalves Araripe, casou-se com D. Georgiana Cockrane, neta do Almirante Cockrane.

não temos visto em documento algum o facto seguinte que fomos conhecer sómente agora em nossa segunda viagem a Europa, e é o seguinte:

Lord Cockrane quando os inglezes combatiam contra Napoleão, foi o almirante em chefe da armada.

Aconteceu que elle levava a bordo um agente de negocios, e na Inglaterra como na França houve uma verdadeira febre de fazer fortuna no jogo da bolsa, de modo que, não se sabe como poude se metter a bordo de um navio de guerra, um agente de negocios.

Como os titulos da Inglaterra e de França constituiam a base das fortunas dos que jogavam na baixa, o agente fez chegar a noticia da victoria contra Napoleão alguns dias antes della realmente se ter alcançado.

Os jogadores que compravam os titulos inglezes naquelle tempo, chegados ao baixo preço de 15 francos, titulos do valor nominal de cem francos, ficaram milionarios.

Quando se soube do modo empregado para este escandaloso fim, o governo inglez não só fez com que Lord Cockrane fosse desterrado, como que perdesse o lugar de Lord.

Esta lei de excepção posta em pratica, foi mais tarde revogada quando por proposta de um lord inglez se fez justiça, depois da morte do almirante inglez.

Reabilitada a sua memoria e empossado o filho na herança a que têm direito os filhos mais velhos dos Lords inglezes, parece que não era isso um motivo para que o Lord que depois foi Marquez do Maranhão, não contasse elle mesmo as razões pelas quaes veio para o Chile e para o Brasil. Para reclamar dinheiro, publicou tão longa narrativa, mas para se rehabilitar, nada disse.

Apreciando as cousas que originaram as idéas republiblicanas no Brasil não era possivel esquecer o nome daquelle

que mais mal fizera a ellas, e que podia ter tomado a si a causa da Republica do Equador, vindo assim a fundar no Brasil uma gloriosa conquista de paz e liberdade que immortalisaria o seu nome, em vez de se ter feito um instrumento do Imperador e um reclamante de dinheiro, factos estes que tiraram de sua pessoa, não só a tradição dos seus feitos, como a idéa que o animava.

Para se vêr o esforço patriotico empregado por Tristão Gonçalves é preciso conhecer o terreno pisado por elle na lucta titanica que teve.

Este intrepido republicano foi um verdadeiro spartano, fez com poucas tropas em caminhos longiquos, marchas admiraveis, carregando peças de artilheria, as primeiras que transitaram nas estradas do Ceará, Piauhy e Parahyba.

Tendo mandado para Pernambuco Luiz Rodrigues Chaves afim de auxiliar as forças rebeldes, este seu emissario a frente dos indios foi peitado por Cockrane, e Tristão Gonçalves apenas soube disso partio com pouca gente, levando duas peças de artilheria, para ir se juntar a outras forças no Aracaty.

Chegando lá teve que se enfrentar com o seu infiel agente trahidor, feito chefe dos imperialistas! Chegando do lado esquerdo do Rio Jaguaribe que tem sua foz na Cidade do Aracaty, Tristão Gonçalves fez fogo sobre a cidade que se tinha rendido aos inimigos, e como o rio é muito largo, e Chaves havia mandado retirar todas as embarcações, não foi possivel ao heroe Cearense chegar immediatamente a cidade, onde os echos das balas da artilheria não produziram menor emoção nas consciencias dos patriotas Aracatyenses, que sentiram-se animados, vendo de novo perto de si o chefe querido. Chaves fugio vergonhosamente e Tristão Gonçalves fazendo passar a nado muita gente comsigo, toma a cidade do Aracaty! Este feito só, merece uma epopeia.

Tristão fez da Caza de Pamplona que era a mais importante, o seu quartel general, aprisionou um navio que estava consignado a esta caza, e mandando uma escolta commandada pelo capitão Tamanduá, a bordo do *Lexfort* (tal era o nome do navio inglez) este commandante forçou e abriu as escotilhas, tomou o dinheiro e os valores ahi depositados, não obstante o protesto do capitão do navio e veio entregar a Tristão oito contos de reis que achara.

Tristão exultando de contentamento, porque estava exhausto de recursos para manter as tropas, declarou ao seu exercito: «Com este dinheiro me queriam guerrear, com elle farei a sua guerra.»

No dia 20 de Outubro seguiu o presidente da Republica do Equador para o centro, porque passara pelo desgosto de saber da restauração de Pernambuco, e da chegada de Cokrane ao Ceará intervindo do modo porque já expressámos, para o matar.

O desanimo produzido nas fileiras do seu exercito foi indiscriptivel. O medo de uns, o desanimo de outros fez com que seus amigos augmentassem até o numero dos navios de Cockrane: dizia-se que se tinham avistado immensa frota do almirante em direcção ao Aracaty.

As noticias más são sempre de contagio perigoso e sabe-se quanto a imaginação nas occasiões de perigo serve como se fosse um vidro de augmento. Só Tristão não se acovardava, reagia animando os soldados, dando ordens e reunindo o conselho dos officiaes. Cada qual se mostrava mais firme, mas no dia seguinte, os que mais dedicação apregoavam, eram os que tinham covardemente desertado!

Combinado a retirada para o Cariry onde o chefe Filgueira defendia a republica na zona limitrophe do Piauhy e a Parahyba do Norte, Tristão poz-se em marcha, mas os acontecimentos que se passaram em Recife e na capital do Ceará

então em poder das forças imperialistas, apertavam cada dia o circulo das operações. Sendo perseguido por tropas que arrebanhavam os transfugas elle teve que luctar corpo a corpo e morrer como um bravo no dia 31 de Outubro de 1824, em Santa Rosa, lugarejo de sua terra natal. (1) Foi ao alvorecer d'este dia que sendo alcançado pelas tropas de Lord Cockrane, foi morto, sendo feito prisioneiro os seus poucos fieis companheiros.

O coronel Bezerra, outro bravo repulicano que defendia a zona que estava comprehendida entre Baturité e Sobral, foi preso no lugar chamado—Itães.

O Dr. Teberge, em uma nota que enviou ao Instituto Historico do Brasil diz que Tristão foi abandonado do proprio irmão o padre Alencar, e faz justiça ao caracter d'este martyr das idéas republicanas nestes termos: «Tristão teve á sua disposição os meios de fugir. Preferiu ficar com os seus camaradas. Foi um bello caracter, um homem de convicções, e sem duvida o que fez o mais interessante papel nesta malfadada republica. Estou que se elle não morresse, tinha que representar papel importante, porque tinha vontade forte, audacia, valor e firme convicção. O bravo Filgueiras teve a mesma sorte do seu leal chefe.

O velho padre Alencar foi mais feliz, pôde sobreviver a estas luctas e vir a ser senador, lugar onde prestou bons serviços ao paiz.

Agora copiamos algumas das observações do diario a que nos referimos :

29 de Maio de 1823

« Lê-se cartas do tenente coronel, José Bezerra de Menezes, participando que vinham tropas do Piauhy, mar-

(1) Ha uma coincidencia que reputamos notavel, é aquella que fez com que Tristão Gonçalves na sua proclamação allegasse que ia fazer a Republica do Equador por causa de ter sido dissolvida a Constituinte. Seu filho, o illustre conselheiro Araujo assignou o decreto de Deodoro, dissolvendo a outra Constituinte.

chando sobre Cratins, e que era urgente soccorro, porque as tropas que tinham vindo do Gunhamuns haviam sido derrotadas.»

28 Outubro 1823

Declarou-se que fora estabelecido um governo republicano no Icó promovido pelo sargento-mór Joaquim Fernando de Moura.»

18 Janeiro 1824

« E' neste dia que se recebe noticia da dissolucção da Constituinte sendo Tristão Gonçalves quem mandou a noticia.»

« Felicitou-se a Tristão por sua chegada a Icó.»

« Recebeu-se participação da Camara de Quixeramobim analysando a conducta de Pedro I, e nesta participação se declara o imperador e sua raça decahidas pela sua trahição, e declarando que Filgueiras deve tomar o commando das tropas.

Torna-se urgente organisar um Governo republicano estavel e liberal, que defenda os seus direitos com exclusão de qualquer familia.

Participa-se que a Camara nomeou um governo interino, tendo para chefe o capitão-mór José dos Santos Lima. »

19 de Agosto 1824

« Passou armamento para o Caryry. »

12 Setembro 1824

« Prepara-se a casa para receber o chefe republicano Tristão Gonçalves.»

23 Setembro

« Filgueira achava-se no Icó. E' marcado o dia 1.º de Outubro para ser proclamada a *Republica do Equador*».

1.º Outubro 1824

« Foi lida, approvada, lançada e jurada na Camara, com assistencia do povo, a acta da sessão do grande conselho da Fortaleza. »

Idem

« Foi lida na Camara a portaria do presidente da republica decretando um emprestimo forçado para suprimento da expedição de Pernambuco. Tocou ao Icó a parcella de 20 contos que o Ouvidor foi encarregado de cobrar, dando aos contribuintes as cautellas precisas para que taes quantias fossem pagas com juros quando houvesse dinheiro nos cofres. »

8 Novembro 1824

« Recebe-se participação da morte de Tristão Gonçalves, acontecida na manhã de 31 de Outubro em Santa Roza. » (1)

(1) Sendo descendente proximo deste grande patriota, talvez nossas considerações possam ser tomadas como filhas da doce satisfação de ter a familia tão illustre chefe republicano. Por esta razão nos limitamos a fazer as nossas referencias acompanhadas todas de documentos.

Lastimamos que outros não tenham escripto a biographia deste vulto que apparece com mais direito do que tantos outros a consagração da immortalidade. Quizeram que o illustrado Cons. Araripe fosse o autor da biographia do seu illustre progenitor, e como chronista, tenho nobre satisfação em fazer estas ligeiras referencias, por que minha Santa Mãe nasceu no theatro desta revolução, achando-se minha avó foragida, no Crato, nascendo minha mãe em uma casinha sobre um girau tosco.

PARTE VIII

Republica de Piratinim

Ao mesmo tempo que se espalhava no norte do Brasil o pensamento de autonomia e Republica, o Rio Grande do Sul, influenciado pela visinhança das Republicas do Prata, tornava uma realidade a idéa, proclamando a Republica de Piratinim.

O esforço e a prolongada lucta dos heroes Rio Grandenses, sustentados durante um decennio, constituem a pagina gloriosa da dedicação e das convicções populares.

Iniciada em 1835 em Porto Alegre, teve a revolução rapida generalisação em toda a provincia, tomando ao principio a fórma de uma sedição que bafejada pelo povo e abraçada pelos homens ricos, poude dominar o territorio florescente do Rio Grande do Sul, sendo proclamada em 1836 a Republica.

Em 1842 foi eleita a primeira assembléa da Republica. O desaccôrdo entre os deputados constituintes, reunidos quando ainda dominava a lucta e o Imperio não cessava de enviar fortes contingentes para debellar os seus inimigos, não permittiu que os actos desta assembléa fossem reduzidos a leis, impressas e sanccionadas.

Querendo apressar a organisação de um corpo social ainda embrionario, e medindo o valor dos homens pelo esforço titanico de tantas glorias adquiridas contra a Monarchia, os patriotas Rio Grandenses, attestaram valor, mas não conhecimento das leis sociologicas que guiam os corpos constituidos.

Logo que explodio a revolução, o presidente da provincia o dr. Fernandes Braga, fugiu, deixando abandonado o governo que cahiu logo em poder dos revoltosos que durante quasi déz annos dispuzeram da maior parte do territorio do Rio Grande do Sul, até que se findou a guerra no acampamento da Carolina, em Ponche Verde, a 28 de Fevereiro de 1845 rendendo-se as forças rebeldes ao general Barão de Caxias. O distincto escriptor dr. Tristão de Alencar Araripe em seu trabalho sobre a guerra civil do Rio Grande do Sul, não liga a este movimento o caracter que os Rio Grandenses e os Republicanos sempre lhe deram, isso é, de uma das mais energicas tentativas para a implantação da Republica no Brasil.

Mas quando se pensa na desproporção das forças organisadas por cidadãos patriotas contra um governo que tinha a seu lado todas as outras provincias do Brasil, não se pode deixar de reconhecer que tratou-se d'um plano organisado, para com o sacrificio da propria vida cada um de seus guias levar de vencida até alcançar a fórma republicana. Que mais digna pode ser a attitude destes bravos!

O nome que os monarchistas deram a Republica de Piratinim foi « revolução dos farrapos, » mas hoje que nós vivemos no feliz regimen da Republica, e que os militares apressando o advento das idéas republicanas deram tambem o seu predominio nos primeiros annos da organisação republicana do Brasil, o procedimento dos Rio-Grandenses está justificado, e o nome não pode mais ser tido como uma satira, mas sim como uma roupagem que traduz bem o martyrio e a dedicação dos patriotas.

O governo revolucionario tratou de nomear ministros, e estes praticavam todos os seus actos dictatoriaes, cercados do rigor que o periodo revolucionario exigia.

E' certo que sem processo algum, Onofre Pinto foi morto por Bento Gonçalves. José Pedroso, ministro do Go-

verno revoltoso, em novembro de 1842, mandou matar sem julgamento varios inimigos.

É certo que se fez o confisco dos bens destes inimigos, por serem taes actos emanados do ministro em seus decretos.

Entretanto, na revolta que acaba de ser dominada pelo marechal Floriano, com o apoio do exercito e do povo dos Estados do Rio, S. Paulo e Minas, quem é que ignora que o Barão do Serro Azul e o Barão do Batovi tiveram a mesma sorte e que quando se apurou a legalidade dos actos do governo o Congresso os achou dignos da situação que atravessava o paiz!

O digno doutor Alencar Araripe, conhecendo bem que a republica era o ideal destes revoltosos, não poude deixar de dar-lhes a justiça, dizendo á pag. 121 da Revista do Instituto Historico de 1880:

« As ideas republicanas estavam disseminadas na provincia e a propaganda della era acoroçoada pelos homens patriotas das republicas vizinhas, que sonhavam com o levantamento da provincia e sua união a ella »

A propaganda dos patriotas de 1835 produziu um partido que se intitulava federalista, tendo por bandeira a proclamação da Republica no Brazil, sob a fórma federativa. Cada provincia formaria um Estado independente, e todos unidos pelo vinculo da federação constituiriam um só corpo social

No intuito de propagar e fortalecer as ideias federativas no Rio Grande do Sul, esse partido organisou sociedades secretas sob o nome e apparencia de maçonaria, e ahi, com applausos, se discutiam as reformas projectadas e invectivavam se, como verdadeiras offensas e reaes attentados contra o direito da provincia, os actos do governo geral, embora justos e razoaveis »

Ora, é evidente que se este era o pensar dominante, o coronel Bento Gonçalves, que era um chefe tão popular, como foi mais tarde o legendario Ozorio, estava no seu direito de fazer a republica tal como a queriam os patriotas, e por isso não admira que em breve todos os municipios principiassem a adherir ao chefe querido, com excepção das villas do Rio Grande, S. José do Norte e Pelotas.

Procedeu-se á eleição, sendo eleitos presidente da Republica do Piratinim o coronel Bento Gonçalves da Silva e vice-presidentes Paulo Antonio de Fontoura, o coronel José Mariano de Mattos, coronel Domingos José de Almeida e Ignacio José de Oliveira Gomes.

Tendo Bento Gonçalves sido derrotado e preso na batalha de Fanfa, procedeu-se a nova eleição, sendo eleito e empossado o novo presidente, cidadão João Gomes, que organisou a Republica, creando para ella as mesmas leis do Imperio, as quaes deviam reger o seu governo.

Entre os mais importantes figurava o decreto de 6 de Novembro de 1836, estabelecendo o ministerio.

Para o interior foi nomeado o cidadão Domingos José de Almeida.

Para a Justiça — José Pinheiro de Ulhoa Cintra.

Para a guerra — o coronel José Mariano de Mattos.

Antonio Netto, David Canabarro e João Antonio foram nomeados Generaes da Republica.

A nova Republica decretou leis liberrimas e a nacionalisação dos estrangeiros.

Na propria sede do Governo imperial do Brasil havia republicanos. O exercito os tinha entre os mais sinceros.

Era no exercito que estavam os mais habeis generaes, e tanto entre os mortos como entre os que ainda vivem, nos seus corações sempre pulsou a liberdade da patria.

Presos Bento Gonçalves na fortaleza da Bahia e Onofre Pires na fortaleza de Santa Cruz no Rio, ambos conseguiram

[illegible] o Rio Grande do Sul fazer nova procla-
[illegible] Bento Gonçalves fugiu da prisão em 1.º
[illegible] e Onofre Pires fizera o mesmo em 1.º
[illegible] levando em sua companhia Affonso Côrte
[illegible] prova quantos auxiliares tinham no

[illegible] embro da Villa do Triumpho Bento Gon-
[illegible] amação e nomeia seus generaes Antonio
[illegible] rro, João Antonio, Domingos Crescencio,
[illegible] Manoel. Para honra das idéas republi-
[illegible] conhecer que foi no Rio Grande do Sul
[illegible] primeira imprensa republicana, orgam da
[illegible] im. Chamava-se *Povo* o novo orgam de-
[illegible] ceu em 1.º de Setembro de 1838.
[illegible] perseguido depois, mas appareceu ainda
[illegible] *Americano* em 1842 em Porto Alegre, e
[illegible] nome de *Estrella do Sul.*
[illegible] precisam de commentarios para indicar
[illegible] dos propulsores da liberdade em o Sul do

[illegible] ores vergonhas do Imperio foi sempre apoiar-
[illegible] ão dos infelizes negros. A republica, porém,
[illegible] ade.
[illegible] os escravos faziam e apoiavam os revoltosos
[illegible] Governo Imperial que os escravos, que fossem
[illegible] as armas na mão, soffressem o castigo de
[illegible] outes, para depois serem entregues aos seus
[illegible]
[illegible] comparar o caracter dos homens dos dois lados
[illegible] o governo legal da monarchia decretando esta

[illegible] o pezar que nos invade a alma por ter só agora descoberto esta
[illegible] que no tempo de nossa propaganda á favor da abolição, não po-
[illegible] este argumento, que felizmente aproveitamos ainda para apostrophar
[illegible] mente opprimiam os escravos.

Ora, é evidente que se este era o pensar dominante, o coronel Bento Gonçalves, que era um chefe tão popular, como foi mais tarde o legendario Ozorio, estava no seu direito de fazer a republica tal como a queriam os patriotas, e por isso não admira que em breve todos os municipios principiassem a adherir ao chefe querido, com excepção das villas do Rio Grande, S. José do Norte e Pelotas.

Procedeu-se á eleição, sendo eleitos presidente da Republica do Piratinim o coronel Bento Gonçalves da Silva e vice-presidentes Paulo Antonio de Fontoura, o coronel José Mariano de Mattos, coronel Domingos José de Almeida e Ignacio José de Oliveira Gomes.

Tendo Bento Gonçalves sido derrotado e preso na batalha de Fanfa, procedeu-se a nova eleição, sendo eleito e empossado o novo presidente, cidadão João Gomes, que organisou a Republica, creando para ella as mesmas leis do Imperio, as quaes deviam reger o seu governo.

Entre os mais importantes figurava o decreto de 6 de Novembro de 1836, estabelecendo o ministerio.

Para o interior foi nomeado o cidadão Domingos José de Almeida.

Para a Justiça — José Pinheiro de Ulhoa Cintra.

Para a guerra — o coronel José Mariano de Mattos.

Antonio Netto, David Canabarro e João Antonio foram nomeados Generaes da Republica.

A nova Republica decretou leis liberrimas e a nacionalisação dos estrangeiros.

Na propria sede do Governo imperial do Brasil havia republicanos. O exercito os tinha entre os mais sinceros.

Era no exercito que estavam os mais habeis generaes, e tanto entre os mortos como entre os que ainda vivem, nos seus corações sempre pulsou a liberdade da patria.

Presos Bento Gonçalves na fortaleza da Bahia e Onofre [illegible] a fortaleza de Santa Cruz no Rio, ambos conseguiram

Este facto está evidente em toda a historia, desde o tempo da grandeza dos Romanos.

Imitando o exemplo glorioso de Garibaldi, que auxiliado por João Gabarrone depois de haver recebido do commandante em chefe João Manoel de Lima carta de corso em 14 de Novembro de 1836, havia tomado uma embarcação brasileira, que ficou fazendo parte desta esquadra singular e heroica, o valente general David Canabarro a frente de 150 soldados espartanos marchou para Laguna, afim de conquistar este porto para a Republica do Piratinim que, dominando as lagôas dos Patos, a Lagôa-mirim, o Rio São Gonçalo, os rios Cohy, Taquary e Jucuhy, tinha um verdadeiro mar interior, com 150 leguas navegaveis mas sem meios de fazer com que os navios podessem livremente ahi entrar. Era o porto do salvamento da Republica.

Ao chegarem em Laguna, os heróes republicanos não tardaram em proclamar a Republica tambem na provincia de Santa Catharina; o commandante Vicente Villas-Boas, fugiu espavorido e o combate foi uma victoria para os republicanos que fizeram 77 prisioneiros, muitas mortes, e tomaram 4 escunas de guerra, 14 embarcações mercantes, 463 armas de infanteria, 16 boccas de fogo, 36.620 cartuchos emballados e muitas munições de guerra.

Proclamada a Republica neste rico territorio do Brasil, só comparavel ao sul da Europa no clima e producções, David Canabarro, reunido o conselho da Camara, officiou as outras municipalidades. Foi depois acclamado presidente da Republica o cidadão Vicente Ferreira dos Santos Cardoso.

Organisou-se ministerio composto de João Antonio de Oliveira Tavares e Antonio Claudino de Souza Medeiros.

José Garibaldi foi nomeado commandante da armada, augmentada com os navios tomados por sua bravura.

Só a idéa republicana poderia ter força para armar e dar victorias tão assignaladas com tão minguados recursos.

vergonhosa e infame medida, e os republicanos resistindo a ella, publicamos a resposta a este decreto assignado pelo presidente da republica do Piratinim:

«—Em virtude do decreto que inflinge castigo aos escravos que defendem sua liberdade e a da republica, ordeno que sejam punidos passando pelas armas tantos officiaes legalistas, quantos forem os soldados da Republica outr'ora escravos surrados pelas forças imperiaes.» (Vid. Hist. do Rio Grande do Sul, por Araripe.)

Só este acto merece uma epopeia que ainda esperamos ver escripta, antes de nossa morte!

Considere-se que heróes eram estes que assim obrigaram a uma nação inteira, a conhecer o que é a liberdade, quando ella tinha por si homens como Bento Gonçalves Bento Manoel e Garibaldi, que por si só foi a alma da marinha da nova Republica, e como unicos navios elle tinha lanchões!

Dir-se-ia que para se ver implantar no Brasil a Republica, qual novo Guilherme Tell o legendario heróe dos Suissos, Garibaldi, tambem sahindo d'uma lancha, foi para a terra dominar a tyrannia dos que queriam esmagar os homens livres.

Entretanto este homem que a Italia venera teve de ser um dos operarios das idéas Republicanas no Brasil e se estivesse mais moço e não houvesse sido surprehendido pela morte, não se teria limitado a fazer a união da Italia, elle a deixaria unida e Republicana como ella ainda terá de vir a ser, mas só quando o Papa identificado com o povo italiano puder ser o chefe dos republicanos e tambem o presidente da Republica Italiana. Este bello ideal está mais perto de nós do que se pensa.

As grandes reformas sociaes tem por executores muitas vezes aquelles que eram antes os representantes do partido contrario a ellas.

Este facto está evidente em toda a historia, desde o tempo da grandeza dos Romanos.

Imitando o exemplo glorioso de Garibaldi, que auxiliado por João Gabarrone depois de haver recebido do commandante em chefe João Manoel de Lima carta de corso em 14 de Novembro de 1836, havia tomado uma embarcação brasileira, que ficou fazendo parte desta esquadra singular e heroica, o valente general David Canabarro a frente de 150 soldados espartanos marchou para Laguna, afim de conquistar este porto para a Republica do Piratinim que, dominando as lagôas dos Patos, a Lagôa-mirim, o Rio São Gonçalo, os rios Cohy, Taquary e Jucuhy, tinha um verdadeiro mar interior, com 150 leguas navegaveis mas sem meios de fazer com que os navios podessem livremente ahi entrar. Era o porto do salvamento da Republica.

Ao chegarem em Laguna, os heróes republicanos não tardaram em proclamar a Republica tambem na provincia de Santa Catharina; o commandante Vicente Villas-Boas, fugiu espavorido e o combate foi uma victoria para os republicanos que fizeram 77 prisioneiros, muitas mortes, e tomaram 4 escunas de guerra, 14 embarcações mercantes, 463 armas de infanteria, 16 boccas de fogo, 36.620 cartuchos emballados e muitas munições de guerra.

Proclamada a Republica neste rico territorio do Brasil, só comparavel ao sul da Europa no clima e producções, David Canabarro, reunido o conselho da Camara, officiou as outras municipalidades. Foi depois acclamado presidente da Republica o cidadão Vicente Ferreira dos Santos Cardoso.

Organisou-se ministerio composto de João Antonio de Oliveira Tavares e Antonio Claudino de Souza Medeiros.

José Garibaldi foi nomeado commandante da armada, augmentada com os navios tomados por sua bravura.

Só a idéa republicana poderia ter força para armar e dar victorias tão assignaladas com tão minguados recursos.

primeiras campanhas entre os vossos valorosos concidadãos, e dos sublimes exemplos do amor patrio e de abnegação que delles recebi, eu fico verdadeiramente commovido!

E... esse passado de minha vida se imprime em minha memoria como alguma coisa de sobrenatural, de magico, de verdadeiramente romantico!

Eu vi corpos de tropas mais numerosos, batalhas mais disputadas; mas nunca vi em nenhuma parte homens mais valentes, nem cavalleiros mais brilhantes que os da bella cavallaria rio-grandense, em cujas filas principiei a desprezar o perigo e a combater dignamente pela causa sagrada das nações!

Quantas vezes eu fui tentado a patentear ao mundo os feitos assombrosos, que vi effectuar essa viril e destemida gente, que sustentou por mais de nove annos contra um poderoso imperio a mais encarniçada e gloriosa luta!

Não tenho escripto semelhante prodigio pela carencia de habilitações, porém a meus companheiros de armas por mais de uma vez tenho commemorado tanta bravura nos combates quanta generosidade na victoria, tanta hospitalidade quanto affago aos extrangeiros, e a emoção que minha alma, então ainda joven, sentia na presença e na magestade de vossas florestas, da formosura de vossas campinas, dos viris e cavalheirescos exercicios de vossa juventude corajosa; e, repassando pela memoria as vicissitudes de minha vida entre vós, em seis annos de activissima guerra e da pratica constante de acções magnanimas, como em delirio, brado: «Onde estarão agora esses belicosos filhos do continente, tão magestosamente terriveis nas batalhas? Onde Bento Gonçalves, Netto, Canabarro, Teixeira, e tantos valerosos que não lembro?!

Oh! quantas vezes tenho desejado nestes campos italianos um só esquadrão de vossos centauros avezados a car-

taram com sua presença a fé republicana. Bento Gonçalves leu o seu relatorio expondo as causas da demora da reunião da assembléa que havia eleito para seu presidente o padre Ildebrando de Freitas Pedroso.

Foi nomeada uma commissão para agradecer os relevantes serviços feitos a Republica do Brasil pelo seu presidente.

A Constituição da Republica Rio-Grandense não foi tão sympathica ao Brasil como o martyrio de Tiradentes, porque este morreu pela Republica do Brasil unido, grande e generoso como o fez a natureza; ao passo que os republicanos rio-grandenses queriam a separação do territorio constituindo-o em uma Republica aparte. O heroismo, porém, de tantos republicanos tem sido mal comprehendido, e os chefes politicos que tem dominado depois da proclamação da Republica de Piratinim só tem querido fazer politica, fazendo exigencias para aquella terra generosa, de modo a collocar sempre o direito da força contra a força do direito, e d'ahi vem que elles ficam fortes, mas o Estado fraco.

Cremos que será lida com interesse a carta que em seguida transcrevemos, dirigida pelo glorioso general Garibaldi a Domingos José de Almeida, ministro da malograda Republica de Piratinim, pai do actual deputado dr. Piratinino de Almeida.

Eil-a :

« J. Garibaldi a Domingos José de Almeida—Modena, 10 de setembro de 1859.

Meu estimadissimo amigo—Quando eu penso no Rio Grande, nessa bella e cara provincia; quando penso no acolhimento, com que fui recebido no gremio de suas familias, onde fui considerado filho; quando me lembro das minhas

primeiras campanhas entre os vossos valorosos concidadãos, e dos sublimes exemplos do amor patrio e de abnegação que delles recebi, eu fico verdadeiramente commovido!

E... esse passado de minha vida se imprime em minha memoria como alguma coisa de sobrenatural, de magico, de verdadeiramente romantico!

Eu vi corpos de tropas mais numerosos, batalhas mais disputadas; mas nunca vi em nenhuma parte homens mais valentes, nem cavalleiros mais brilhantes que os da bella cavallaria rio-grandense, em cujas filas principiei a desprezar o perigo e a combater dignamente pela causa sagrada das nações!

Quantas vezes eu fui tentado a patentear ao mundo os feitos assombrosos, que vi effectuar essa viril e destemida gente, que sustentou por mais de nove annos contra um poderoso imperio a mais encarniçada e gloriosa luta!

Não tenho escripto semelhante prodigio pela carencia de habilitações, porém a meus companheiros de armas por mais de uma vez tenho commemorado tanta bravura nos combates quanta generosidade na victoria, tanta hospitalidade quanto affago aos extrangeiros, e a emoção que minha alma, então ainda joven, sentia na presença e na magestade de vossas florestas, da formosura de vossas campinas, dos viris e cavalheirescos exercicios de vossa juventude corajosa; e, repassando pela memoria as vicissitudes de minha vida entre vós, em seis annos de activissima guerra e da pratica constante de acções magnanimas, como em delirio, brado:—Onde estarão agora esses belicosos filhos do continente, tão magestosamente terriveis nas batalhas? Onde Bento Gonçalves, Netto, Canabarro, Teixeira, e tantos valerosos que não lembro?!

Oh! quantas vezes tenho desejado nestes campos itaqui um só esquadrão de vossos centauros avezados a car-

[illegible] tarde por causa do tratado feito com a Albion [illegible] poderam se apossar do commercio do Brazil até [illegible] gradamente deslocar os portuguezes, e isso explica o [illegible] estes tinham ao Marquez do Maranhão Lord Co[illegible] que tantos serviços prestou a independencia, des[illegible] as artemanhas do elemento portuguez, mesmo de[illegible] que o chamado partido portuguez tomou conta de [illegible] Pedro I ao ponto de alcançar deste o desterro dos Andradas.

Estes patriotas brasileiros tiveram uma falta grave, que foi a de não fazer deste paiz em 1822 uma Republica sem escravos.

Pelos documentos que vem na biographia de J. Canning vê se que a elles se deve o não ser feita a abolição da escravidão,

Dominado o elemento perturbador da nossa independencia, acabado o fermento que produzia o elemento portuguez na esperança de fazer o Brasil voltar ao seu dominio teve o imperador Pedro I que se vêr com os que queriam governar com o povo e para o povo.

O 7 de Abril fez lhe vêr quanto se tinha enganado em pensar que com a estima do povo, se tem direito a não lhes dar satisfação pela liberdade que lhes falta, ou que lhe foi supprimida.

Seu filho D. Pedro II teve igual illusão, ainda que tarde, e quando iniciou o seu governo, sentiu bem que a idéa republicana devia cêdo ou tarde tomar conta do Brasil, (1)

(1) Isso mesmo elle nos declarou, quando tivemos a honra de lhe fallar sobre a necessidade de se acabar com os escravos, porque o partido republicano estava forte em S. Paulo, e era melhor que um governo desse esta grande lição de amor á liberdade Elle nos interrompeu, dizendo com bondade paternal: Sr. Jaguaribe, creia que se eu não fosse imperador, seria republicano, e se eu e minha familia soubessemos que eramos um embaraço a esta fórma de governo, eu e ella nos retirariamos. Esta declaração nós a fizemos, quando escrevemos em defeza da Republica na Europa em 1890 e tambem em nosso livro escripto para o mesmo fim em 1894 em Bruxellas: *La Influence de la liberté et de l'esclavage.*

PARTE IX

O Rio-Grande do Sul com este movimento salutar de patriotismo deixou tão profundas raizes no coração do povo guerreiro, que nos excessos de uma liberdade sem limites, aquelle Estado tem sido presa de caudilhos que exploram, ainda hoje, a natureza de um povo digno, mas que não tem tido verdadeiros chefes com orientação da ideia republicana federativa. Os chefes se engrandecem a custa da sua terra que elles tornam pequena e infeliz.

Canabarro foi, porém, um bom cidadão, intimamente ligado ao popular Garibaldi emquanto morou no Rio-Grande, e bebeu com este o chimarrão do Rio-Grande que elles apregoam com satisfação como uma bebida que faz amigos da liberdade os que d'ella usam.

Com as virtudes guerreiras de Garibaldi e Canabarro, poude-se alcançar victorias contra o governo legal, e ter-se-ia estabelecido difinitivamente a Republica de Piratinim, se houvesse mais cohesão no modo de se fazer a propaganda no Brasil, visto que o veneno do mal injectado pelo Duque de Palmella ficou em todo o Brasil.

Sabe-se do esforço feito por este diplomata para fazer com que cada provincia se emancipasse da tutella de Pedro I, por que assim, enfraquecidas, o velho reino podia vir a governal-as, contando com o sangue dos portuguezes que ficassem morando n'ellas e que, desde o Pará até o Rio Grande, estavam donos do commercio.

[illegible] ficiaes da força do meu commando, vos declaro [illegible] guerra civil que por mais de 9 annos devasta este [illegible] está acabada.»

Durante o imperio a acção do governo monarchico foi [illegible] de levantar os creditos do soberano, para que [illegible] ficasse tambem conhecido o Brasil.

Mas não ha maior decepção para um patriota que viaja no estrangeiro, como seja o ver quanto é desconhecido o Brasil.

O Imperador bom, justo, amigo do Brasil, apercebeu que com seu longo reinado elle contemporisou de mais com os escravocratas, procurou elevar todos os que se faziam republicanos, até alguns que por especulação se fizeram secretarios dos Clubs, foram logo promovidos a presidente do Conselho.

Outros foram elevados a altas posições, e por fim, não duvidou de entregar o poder áquelle que mais mal podia fazer as idéas republicanas.

Mas assim como viveu, morreu.

Os que vinham em seu auxilio apressavam a sua quéda como se uma lei fatal e ignorada estivesse a arrastar os obreiros da politicagem para a voragem da valla commum, na qual desappareceram.

Os que sobreviveram aos acontecimentos tambem se precipitaram no mesmo abysmo, e o que impressionou foi que alguns chegaram mesmo a exceder os velhos republicanos no zelo de fazer o enterro da monarchia e do Imperador.

Este facto faz lembrar o caso de Santa Clotildes, que tendo se casado com um rei protestante, este por não gostar do secretario da rainha que vivia a resar e a ouvir missas combinou com o administrador das cocheiras reaes, que quando lá enviasse um individuo a saber se «estava prompta a ordem» o fizesse metter nos fornos para que desapparecesse para sempre.

Terminadas as luctas, a ambição do mando engrandecida pela intriga local e a corrupção do imperio, fêz com que o chefe Bento Gonçalves fosse provocado por Onofre Pires, tendo ambos sido sempre amigos e desafiando aquelle a este, que era forte e muito possante, ao passo que era fraco e de pequeno porte o legendario Bento Gonçalves, aconteceu que em duello singular sem testemunhas, fosse morto Onofre Pires, o presidente querido que havia sabido fazer de um punhado de bravos um batalhão de heroes, ainda mais ganhou no conceito dos que admiram a bravura dos chefes immortaes.

Preso o presidente, o governo da republica o fez soltar allegando que a morte fora feita em defesa da honra.

Entre o barão de Caxias e os republicanos foi estipulada a paz que se firmou com as seguintes clausulas:

1.º Amnistia geral e plena para todos os que se envolveram nas luctas.

2.º Isenção do serviço militar e da Guarda Nacional para todos os que serviram a rebellião.

3.º Garantia das honras dos postos para cada um que os adquirira.

4.º Pertencerem os escravos que serviram na guerra ao Estado que os indemnisariam aos seus senhores.»

E' preciso dizer que a declaração solemne e categorica de David Canabarro, na proclamação feita quando se estabeleceu a páz, tem na sua singelesa muita eloquencia, por que ella não negou aos republicanos a gloria de se terem batido para fazer nossa patria mais cedo do que muitos queriam entrar no regimen geral da livre America.

Eis as suas palavras:

Concidadãos! Competentemente autorisado pelo magistrado civil a quem obedecemos e na qualidade de commandante em chefe e concordando com a maxima vontade de

NOTAS

Joaquim Norberto em seu trabalho intitulado «Tiradentes e os historiadores oculares de seu tempo»», fez sentir que o seu enthusiasmo se arrefeceu quando, estudando o patriota, elle teve de reconhecer que «os annos que passou na masmorra, segregado do mundo, o coloquio com os frades Franciscanos, que lhe transmudaram as idéas, os conselhos que lhe deram os seus juizes com fementidas promessas, tudo isso transformou o conspirado em um homem eivado de mysticismo.

«Prenderam um patriota, executaram?»

Esta argumentação é falsa porque para um espirito revolucionario a Religião é apenas um balsamo, para o patriota um instrumento, para o martyr um sonho.

As ultimas palavras de Tiradentes, ao subir a forca, revelam que sua alma estava cheia da fé com que iniciara a conspiração para libertar o Brasil.

Elle hoje vive com a justiça da posteridade no coração do povo pelo qual morreu e aquelles que têm dito que o martyr não teve valor algum, aquelles que não souberam honrar a liberdade que elle defendeu, têm sido ou representantes do governo, ou do povo na Republica, ou não passam de idolatras de um poder que só tem por fim o dominio da liberdade dos outros, no proprio proveito.

A'quelles, as suas consciencias servem de castigo, a estes o povo castigará.

Em ambos os casos a sua memoria perdura, porque os prejuisos e preconceito desappareceram. (1)

«Acabo de assistir á posse do novo presidente da Republica — Prudente de Moraes.

O acto foi solemnissimo e grandemente concorrido, presenciando-o não pude deixar de lembrar-me da scena que, no mesmo logar, contemplei em Julho de 1840, quando vi chegar e prestar juramento o Imperador, menino então declarado maior. Mal podia então imaginar, que passados 54 annos, alí viria tambem prestar juramento um presidente da Republica. Em meus sonhos de mocidade phantasiei sempre a republica no Brasil; mas depois de 1848 comecei a duvidar de vêl-a em meus dias, quando de subito élla surgiu. Vejo agora esses sonhos em fervente realidade que tão intensamente me satisfazem á alma e me alegram o coração. Deus fade bem a Republica em nossa terra, e findarei-contente os meus dias, alias já tão adiantados.»

(1) deixa o de ter interesse historico a carta que nos foi dirigida pelo Cons. filho do grande patriota Tristão Gonçalves.

[redacted]

DISCURSO

lido na sessão de 4 de Julho de 1895, do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, em homenagem á Independencia dos Estados Unidos

PELO

Dr. João Monteiro

Meus Senhores.

Escolhendo o dia de hoje, em que se completam cento e dezenove annos da definitiva declaração da independencia norte-americana, para, com caracter solemne, celebrar mais uma de suas sessões, o *Instituto Historico e Geographico de S. Paulo* teve a intenção de patentear publicamente a sua admiração pela patria de Washington, e prestar suas homenagens de respeitoso reconhecimento ao illustre presidente Cleveland, que ainda hontem replantou na nossa terra a sacrosanta arvore do direito, que alguns brasileiros parecia quererem á força arrancar do seio deste torrão uberrimo.

O nosso *Instituto* devia este applauso á maravilhosa Republica Americana — devia tambem este preito ao integerrimo magistrado que nos manteve nas *Missões*, de cujo direito estivemos quasi a fazer doação criminosa.

Republica e *Direito*—eis, pois, as duas estrellas, que na noite de hoje estão a scintillar no nosso ceo, como si fossem o alpha e o ómega, que da constellação americana viessem

cair na luminosa esteira do nosso Cruzeiro, sem igual nas constellações da intermina celeste esphera. Applauso e preito, que para corresponderem em grandeza á collossal grandeza do assumpto, igualarem em brilho ao esplendido fulgor daquellas duas incomparaveis quantidades sociaes, só precisariam passar por palavra mais eloquente do que a do orador, que exclusivamente o vosso affecto elegeu em hora de tremenda responsabilidade para elle.

Mas é tal o seu enthusiasmo pela Republica, a verdadeira, a pura Republica—ara santa em que sempre, em todos os passos de sua vida, depositou todas as crenças politicas de seu espirito—columna hebréa, que, menino, já debuxada via levantar-se nos incendidos arroubos de sua imaginação borbulhante, moço, festejou nas louras estrophes de sua lyra intima, homem, acompanhou religiosamente pelos areaes da vida, e ultimamente mais zelava ainda por que a estava divisando envolta na tetrica fumarada da anarchia politica; é tal o seu culto pelo Direito —que elle invariavelmente adora como os hellenos a Zeus, os mahometanos a Allah, os romanos ao humilde philosopho de Bethlem, os escravos a Spartacus, o polaco a Kosciusko, o hungaro a Kossuth, que é para elle a majestosa synthese do humano *Kosmos*—a manifestação mais activa, efficaz, harmonica e eloquente da soberania da razão — a propria razão de ser do homem como especie á parte na escala zoologica—que, senhores, a incompetencia do orador será attenuada pela sinceridade com que vai, por alguns minutos, tediar a vossa complacente attenção.

Si dos hellenos disse o mais illustre dos academicos que Portugal tem tido, *não haver povo, que mais do que elles tenham um logar assignalado nos fastos do progresso humano*, que diriamos nós dos norte-americanos, si houvera azo para vos fallar da inteira historia daquelle povo, que, com quarenta e dous milhões de habitantes, concretisa toda a escala da evolução humana em sua mais expansiva actividade? E na im-

possibilidade de desdobrar-vos, no breve termo de meia hora, a completa physionomia dos *invejados do Novo Mundo*, como lhes chama Elliott, o britannico, d'aquelles *incomparaveis engenhosos*, na expressão do gaulez Laboulaye, dos *predominadores do mundo*, na escaldada phrase de Castellar, o castelhano—com que linhas mais salientes farei a construcção do meu discurso? Filiando-me particularmente á indole do nosso *Instituto*, deverei traçar-vos o desenho geographico d'aquelle prodigioso solo, que do Lago Superior aos arrecifes da Florida, e de Nova York a S. Francisco, tem lagos que, como o Michigan, arremedam o mar; rios que, como o Mississipi, chegam a desafiar o Amazonas; bahias que, como a *Long Bay*, a *Massachusetts Bay*, a *Chesapeake Bay*, confundem-se com o proprio oceano que as forma; montanhas que, como as Appalachians, são para os Estados-Unidos o que os Himalayas o são para o Hindostão, os Andes para a nossa America; variedades geologicas inexgottaveis, a enriquecerem cresamente os proprios desertos das *great western plains*; inexhaurivel fertilidade de terras, como as do valle do Mississipi, onde, durante cincoenta annos successivos, cresceram copiosas colheitas de cereaes diversos sem que o homem lhes levasse o minimo cultivo; riquissima producção agricola vigoroso feno, succulento trigo, dourada avea, a *avena sativa* de Linneo, algodão unico no commercio internacional; fauna abundantissima, desde os mais humildes representantes da democracia animal, como o rato, o ultimo dos plebeos dammidhos, até os mais arrogantes dictadores da ferocidade brutal, como o jaguar, o terror dos carnivoros; mineralogia variada e riquissima: ouro, prata, cobre, ferro, chumbo, carvão de pedra, hoje o mais poderoso elemento da internacionalisação dos povos.... que sei eu! um mundo de riquezas physicas eternas? Deverei ainda lembrar-vos a historia dos *United States of America*? Que thesouro de uteis ensinamentos! quanta lição proveitosa, evidenciada na irresistivel logica

dos resultados praticos—imitavel, quando estes levaram direito ao caminho do bem estar social, repellivel, quando, oriundos da prevaricação governamental ou da deturpação moral do povo, por vezes estorvaram elles a marcha evolutiva da vida americana! E no supposto de vos rasgar aos olhos o magico scenario de tão opulenta historia, que feição me deverá ser a predilecta? Irei, como na historia dos grandes imperios das remotas antiguidades, mergulhar-me *na noute dos tempos* para buscar as origens do povo, que hoje, no meio da admiração universal, celebra o anniversario da sua independencia politica? Terei antes de sorprehendel-o já no momento de iniciar-se, com as primeiras immigrações, pelos seculos XVI e XVII, nos principios da já vetusta e, por isso, reformavel civilisação européa? Ou basta-me decantal-o na vigorosa pujança de sua constituição actual?

Mas, senhores, historiar a vida politica dos Estados Unidos equivaleria, como disse Story, a fazer o curso completo da historia da humanidade progressiva. *The history of mankind is all here*—repetiu Robertson, como si nesta unica linha tivesse o grande historiador da America tido a idéa de compendiar todos os passos da progressão historica universal.

E assim é.

A Hespanha e Portugal, pela afortunada caravella de Christovam Colombo, tinham plantado, nas virgens terras do novo continente, o marco material da posse, que Alexandre VI, por intermedio de Fernando e Izabel, lhes permittira que tomassem. Naquelles tempos de ingenua simplicidade, o reino da egreja estava tambem, e quiçá principalmente, assentado *in hoc mundo*. A palavra do Christo não passava de um versiculo biblico, etherea abstracção de mystica poesia.

A Inglaterra foi a primeira a protestar contra a famosa bulla de 1495: que direito tinha o papa de favorecer as côrtes de Castella e Aragão com o monopolio do novo mundo,

então livre como o proprio sopro do divino creador de todos os mundos ? Henrique VII, o primeiro da dymnastia dos Tudors, investiu João Cabot na mesma missão que Colombo recebera das mãos da Rainha Catholica, e com a descoberta da Terra-Nova, emergiu para a Grã-Bretanha o continente que hoje festejamos.

Era elle acaso alguma *res nullius ?* Não : centenas de milhares de indigenas ali assignalavam o primeiro periodo da vida collectiva, a primitiva cellula do organismo social : a industria pastoril debuxava os traços rudimentares da propriedade. A *tribu* ainda não cedera logar ao *estado.*

Depois, os indios das poderosas tribus da Virginia, da Nova Inglaterra, dos Iroquezes, ao norte, da nova Jersey, Pensylvania, Maryland, ao meio dia, e dos Creeks, Choctaws e Chickasaws, ao sul, para não fallar senão das mais activas e fortes, foram os primeiros a banhar-se, como disse Morgan em sua *Ancient Society,* na alvorada de uma organisação politica. A evolução seguia a linha da sua normalidade physiologica ; a biologia sociologica passava invariavel por uma das provas da theoria d'Espinas. Depois, na primeira decada do seculo XVII, as duas grandes Companhias de Londres e de Plymouth porfiaram no levantamento das mais ferteis e ricas regiões das possessões inglezas, e mediante bem encaminhada colonisação, trouxeram-lhes noções mais nitidas do direito, despertando a noção typica da propriedade pela funcção economica do capital.

O sentimento juridico já servia de base ás relações creadas no dominio da vontade livre. Era a evolução que ascendia, heterogenisando as actividades e os institutos consoante a multipla heterogenisação dos orgãos e das necessidades. O estado começára a patentear sua constructura anatomica pela accentuação do funccionamento regular de sua existencia necessaria. Mas só ao longe, ainda atufada na nebulosa de um

futuro incerto, levantavam-se os roseos albores da *nacionalidade*, supremo degráo da escala evolutiva.

A energica vitalidade americana, altamente apurada no vasto cruzamento de muitas e variadas raças e castas, que ali se talhavam em crenças religiosas, em principios politicos, em costumes e habitos, em côres e preconceitos, na massa enorme de mil factores diversos, subia de intensidade consciente, como que intimando o seculo XVIII a retirar de seus lagos, de seus rios e montanhas o ultimo annel da cadeia britannica. Com a decapitação de Carlos I fervera mais ebulitivamente o sangue da almejada liberdade no coração das colonias; a Virginia, sobre todas as outras, resistiu com altiva dignidade aos decretos do rei inglez, e a proposito da tentativa real para monopolisar, em proveito exclusivo da Inglaterra, a cultura do tabaco, teve o governo da metropole prova eloquente de que no novo mundo o sentimento da liberdade é tão indomavel como as proprias féras de seus desertos virgens.

As insolitas provocações de Guilherme de Orange e seus successores, as pesadas exigencias do Parlamento, a vexatoria regulamentação dos impostos, ás vezes levada até a mais cynica desfaçatez, como aconteceu com o *stamp tax*, o *sugar act*, e outros, tornando intoleravel o jugo da metropole, até então a custo supportado, foram o vendaval decisivo; e com a mesma altivez das gigantescas e indomaveis quedas do magestoso Niágara, a 4 de Julho de 1776 rebentou indomita, a lavar do solo patrio, quaes outras tantas nodoas aviltantes, os oppressores vestigios da cruel e orgulhosa realeza d'alem-Atlantico, a onda da soberania nacional.

Estava feita a independencia, e com esta, implantada a nacionalidade norte-americana. E' que, como dos arabes disse John Adams, que bem podiam elles vender á Inglaterra a propria actividade, mas nunca a soberania da Algeria, porque esta era da patria, puderam os inglezes longo tempo traficar sobre o trabalho americano, mas suffocar-lhe eterna-

mente a liberdade, não: esta era ali tão energica como a propria natureza. Tinha de ser como foi, e já onze annos antes o annunciara um dos mais fogosos oradores inglezes, o famoso Burke, que Laboulaye chama *o verdadeiro renovador da sciencia politica, aquelle que a retirou do mundo dos sonhos para fundal-a sobre a observação.* Em 1775, quando mais arrogante se tornára o odiado filho e successor de Jacques II, aquelle a quem, com a mesma facilidade com que um seculo mais tarde D. João VI de Portugal mandára que o filho puzesse sobre a cabeça a corôa do Brasil, dissera o famoso aliciador do parlamento, o devasso corruptor do grande Pitt, segundo a vibrante sentença de May, ao sentir visinho o termo do seu reinado de sessenta annos: Jorge, sêde rei!; quando aquelle temerario, que ainda enraivecido pela insolente emancipação americana, teve vinte annos depois a pasmosa insania de tentar reprimir a volcanica Revolução Franceza, procurava perturbar a natural evolução da liberdade das colonias, o fogoso Burke, apostrophando Jorge III, fazia-lhe vêr que, antes de governar uma colonia, preciso é lhe conhecer o caracter. E acrescentou: « No caracter dos americanos o amor da liberdade é o traço predominante, visto em todas as relações; e, assim como uma affeição ardente é sempre uma affeição ciosa, vossas colonias tornam-se suspeitosas, indoceis, intrataveis logo que percebem a menor tentativa de se lhes arrancar pela força ou se lhes subtrahir pela astucia a unica vantagem pela qual vale a pena viver. » E como a America, senhores, não podia morrer, fez-se a independencia, e com esta irrompeu de uma vez a vida americana.

Já vêdes, senhores, que o tempo não me chegára si eu tivesse de deter-me sobre qualquer dos grandes capitulos de tão grandiosa epopéa.

Eil-o agora, o nosos irmão do norte, a nos servir de guia na nossa nova vida republicana. Sob que aspecto nos apparecerá maior? Si fossemos obrigados a percorrer-lhe a historia

contemporanea, qual devera ser, repito, a linha predilecta? Estudal-a pela biographia dos seus maiores homens? pelo seu commercio? pela sua industria? pela sua jurisprudencia? pela sua instrucção? pela sua litteratura? pelo seu exercito e marinha? Mas cada um destes pontos daria para um discurso capaz de encher-vos a attenção inteira.

Seus grandes homens! Desde Washington até Cleveland, que luminosa galeria de varões illustres! Vede-os, os mais celebres, a passarem pelo infallivel tribunal da historia:

Jorge Washington, descendente de fervoroso realista do tempo de Carlos I, aprendera, nas decepções do seu antepassado, que se vira coagido, pelas violencias do fatal emulo de Cromwell, a emigrar para a Virginia, como é que o homem nascêra para ser livre: só elle bastaria para dar á Republica a seiva da liberdade. *Unquestionably the greatest man*, como delle affirmava Patrick Henry. *First in peace, first in war, and first in the hearts of his countrimen*, como reza a lenda virginiana, o primeiro presidente da federação americana tem na historia o logar dos grandes symbolos da humanidade. Foi, na eloquente expressão de Marshall, em sua *Life of Washington*, o Christo do seculo XVIII.

João Adams, de outra familia de emigrados, jurisconsulto eminente, como patenteára com o seu tratado sobre a *Canon Law and Feudal Law*, foi um dos mais activos propagandistas da independencia, e, ao lado de Franklin, Jay, Jefferson e Laurens, assentou as bases da tentativa de paz com a Inglaterra em 1782. Seu passamento assignala-se por uma coincidencia notavel: morreu no dia 4 de Julho da 1826, justamente quando se completava meio seculo da independencia, que elle tão cuidadosamente cultivou. A sua obra *Defence of the Constitutions of Government of the United States*, publicada em Londres, é ainda hoje um dos mais ricos mananciaes do direito publico moderno.

Thomaz Jefferson, que por maioria de um voto vencera

contra a re-eleição de Adams, era um talento de primeira ordem: philosopho e jurisconsulto de aprimorado cultivo, dispondo de invejavel fortuna e solida independencia, com copiosa instrucção do direito internacional, que particularmente cultivára como ministro na França, o terceiro presidente da Republica, e um dos productores da sua Constituição, é uma das mais bellas e impressionadoras figuras do seculo, que vai morrendo. E como o seu antecessor, morreu naquelle mesmo dia 4 de Julho de 1826, sorrindo ao quinquagesimo anniversario da sua *loved daughter*, como elle chamava a sua Constituição querida.

James Madison foi, na justa expressão de Story, *one the most eminent, accomplished, and respected of American statesmen*. Para deixal-o em plena luz na historia da civilisação, basta lembrar que elle, com Jay e Hamilton, redigiu o *Federalista*, o moderno evangelho da emancipação politica dos povos.

James Monroe, alistado, como cadete, no exercito revolucionario com dezoito annos apenas, sentiu que o amor pela America mandava-o que estudasse a jurisprudencia, e com Jefferson iniciou-se no conhecimento do direito. Tanto bastou para que em seu espirito, aperfeiçoado nas luctas diplomaticas que teve de sustentar na França e Hespanha, se formasse a idéa que o immortalisou. Re-eleito presidente em 1820, honrando a imponente popularidade que o aureolava, foi um dos seus primeiros actos o reconhecimento da independencia do Mexico e das republicas Sul-Americanas, logico prefacio da promulgação que se seguiu da chamada *Monroe's Doctrine*, cujas theses culminantes encheram a historia do seu nome. Na primeira se declarava que — *the American policy of neither entangling ourselves in the broils of Europe, nor suffering the powers of the Old World to interfere with the affairs of the New*—; na segunda, que—*any attempt to extend their system*

to any portion of this hemisphere, would be dangerous to our peace and safety.

Andrew Jackson foi o prototypo da energia executiva, posta em prova nas varias crises economicas que embaraçaram o seu periodo presidencial. Vetando varias leis vindas de grandes maiorias, vencendo reiteradas luctas, e afinal acabando com o *Bank of the United States*, Jackson foi um dos presidentes que mais honraram a popularidade americana.

Abrahão Lincoln, o segundo Washington da grande Republica, é a mais sympathica figura do mundo moderno. Washington subtrahiu a America do jugo metropolitano : fez uma patria—Lincoln, redimiu quatro milhões de escravos : fez uma nova humanidade. A democracia achou nelle a fie expressão da propria majestade.

E mais Andrew Johnson, Ulysses Grant, James Garfield, e finalmente Cleveland—eis ahi, senhores, quanto chegaria para glorificar o mundo.

O commercio americano ! mas nelle tem o mundo mercantil moderno o mais correcto modelo da actividade honestal que é a propria essencia, o principio vital desse Ashavero eterno. E tanto mais notavel é a superioridade da grande Republica neste assumpto quanto é certo não haverem os artigos da federação regulado explicitamente as relações mercantis. Haja vista o ultimo *meeting* de Annapolis, que promoveu a convenção de Philadelphia, onde se devia tratar da regulamentação do commercio com as nações estrangeiras, com os diversos Estados da União e com as tribus Indianas.

E si nos detivessemos, senhores, na apreciação da industria daquelle incomparavel povo ? Applicai bem o ouvido—tanto, que possa elle prodigiosamente vencer o Atlantico e chegar a Nova York, Washington, Chicago, Philadelphia, Nova Orleans, Columbia, Nova Jersey, até qualquer cidade daquelle pandemonium do trabalho, e ouvireis o mais grandioso uni-

ono de quantos silvos podem irromper de quanta machina o engenho humano possa inventar jamais. A industria americana! mas si é ali que nasceu Edison, esse portento, que um seculo antes não passára de embusteiro necromante!

A sua jurisprudencia! Mas o povo que esculpturou a Constituição de 17 de Setembro de 1787, que jurisprudencia pode ter senão aquella sobre a qual Jhering muito mais tarde construiu a sua profunda definição: *a jurisprudencia é o precipitado da sã razão humana em materia juridica*—? E, senhores, phenomeno admiravel é esse observado por Thimoty Walker: a despeito da diversidade, entre varios Estados da União Americana, do direito material ou da *substantive law*, na technica de Jeremias Bentham, ha muitos e caracteristicos traços de uma jurisprudencia americana. E si ponderarmos ainda, que a guerra da independencia não podia apagar de chofre o amalgàma do direito inglez, ali colonisado como o homem—aquelle informe mosaico, de que eram copiosissimas incrustações a *common law* e a *equity law*, proteicas formas do direito não escripto, e o quasi incommensuravel direito escripto, na phrase de Bishop, direito que só pouco a pouco se foi autonomisando nos Estados mais adiantados—nacionalisação juridica esta que, por sua indole e extensão, mais avolumava a confusão do direito, repartindo-se nos estatutos coloniaes, nas constituições dos 42 Estados federados, nas numerosissimas leis que cada um delles separadamente ia promulgando, nas variadas consolidações das differentes fontes legaes da legislação—collecções de arestos, opiniões de jurisconsultos, digestos, compendios, formando tudo um milhar de volumes, segundo o testemunho do já citado Walker, *On American Law*—si não perdermos de vista tão intrincado labyrintho, quanta admiração nos infunde a jurisprudencia Americana quando vemos que toda ella se esteia reiterada e imperturbavelmente no primeiro canon da Declaração dos de 1787: *Temos como verdades demonstradas por si*

mesmas, que todos os homens foram creados eguaes e dotados pelo creador de certos direitos inalienaveis, entre os quaes primam a vida, a liberdade e o bem estar!

Não está aqui inteiro o codigo do direito universal moderno?

E que admiravel simplicidade logica no completo desdobramento de todos os principios basicos do direito americano, assim compendiados por aquelle illustre professor do *Cincinnati College*:

Primeiro: O poder publico só age sobre a *conducta*, nunca sobre as *opiniões* dos homens. — E a razão é, diz Walker, porque meras opiniões, emquanto não se manifestam por actos, não influem absolutamente nem sobre as pessoas, nem sobre os bens. *Besides*, pondera elle, *the very attempt to regulate opinions would be preposterus; for though government may enforce outward conformity, it cannot, in the nature of things, reach the inward thoughts.* E' quasi o brocardo romano: *panam cogitationis nemo patitur.*

Segundo: E só age sobre a *conducta civil*, nunca sobre a *conducta moral*. A razão é, porque o governo nada tem com os homens senão na qualidade de cidadãos. *We cannot be good or bad upon compulsio*. Não podemos ser bons ou maos compulsoriamente.

Terceiro: Os poderes publicos podem ser *ad libitum* revogados pelo povo, que os outorgou. A razão é, porque *perpetual powers would be incompatible with liberty.* Poderes perpetuos são incompativeis com a liberdade.

Quarto: todo systema de governo deve se fundar sobre *perfeita igualdade de direitos.* A razão é, porque um povo intelligente não consentiria em outra cousa. *Enjoying this equality in the state of nature, we cannot doubt that they would insist upon retaining it under the compact.*

Quinto: Em qualquer divergencia deve prevalecer a maioria. *There is a fair presumption, that of two sides of a que-*

tion, that side on which the greatest number of free minds concur, is the right side. Já 19 seculos antes Christo dissera aos apostolos a mesma cousa.

E sobre taes canones assenta ainda a pedra angular de todas as liberdades: a perfeita, a nitida, a incensuravel discriminação dos tres poderes constitucionaes, assim accentuada por Thomaz Cooley, reproduzindo Marshall, *Constitucional limitations*: o legislativo faz, o executivo executa, e o judiciario applica a lei.

E como chave de ouro para tão opulento e correcto edificio juridico, rememoremos a sentença de Hoffman, *Legal outlines: The only equality that can exist among men is an equality of rights and obligations.*

Já vêdes mais, senhores, que não me bastára o tempo si eu me predilectasse por este lado da grande Republica.

E a instrucção publica americana? Para dar-vos uma idéa do modo como os americanos consideram esse primeiro de todos os factores do progresso social, bastaria pôr-vos diante dos olhos o seguinte artigo da constituição do Estado de Massachussetts, ali inserido a instancias de John Adams:

«O saber e a instrucção assim como a virtude espalhadas em geral pelo povo, sendo necessarias á conservação de seus direitos e de suas liberdades, e visto dependerem das facilidades de educação espalhada pelos diversos pontos do paiz e classes diversas, é do dever da legislatura e dos magistrados em todos os periodos futuros desta Republica promoverem os interesses da litteratura e das sciencias e respectivos institutos, especialmente a Universidade de Cambridge, as *public schools* e as *grammar schools* das cidades; animarem as sociedades privadas e as instituições publicas por meio de premios e immunidades para a propagação da agricultura, das artes, das sciencias, do commercio, dos officios, das manufacturas e da historia natural do paiz; manterem entre o povo os principios de

nidade, de sympathia geral, de caridade publica e pri-

vada, de industria, de frugalidade, de honestidade e exacção nas transacções, de sinceridade, de bom humor, assim como todas as affeições sociaes e todos os sentimentos generosos.

Não é um programma completo de nobilitação intellectual e moral ?

E' tão consideravel o interesse que os americanos ligam a tal assumpto, que este é ali verdadeiramente popular. *C'est un objet populaire entre tous*, affirma Carlier; e accrescenta, que o relatorio do commissario da educação para o anno de 1885—86 lisonjeia o sentimento publico fazendo notar que os Estados e territorios despenderam naquelle anno com essa verba 111,304,927 dollars, ou mais de 222 mil contos de reis brasileiros, cambio ao par, ou mais de 555 mil contos ao cambio de 10, si ali a Republica ainda estivesse a tactear nas difficuldades de uma transicção, que não finda, de uma consolidação, que não chega !

Ali, parallela á mais completa liberdade de ensino e de profissão, corre sempre activa e vigilante a benefica, a imprescindivel intervenção do poder publico em qualquer dos gráos da instrucção; e posto que em parte alguma do mundo tão amplo seja o sentimento da liberdade como ali, onde o *self government* baniu de todo a antiga auctoridade cesariana, tanto mais asphixiante quanto mais pretenciosamente arrogantes são os seus inseparaveis pretorianos; ali, onde a vontade legislativa é a vontade do povo, onde a força do judiciario é a força do povo, onde o braço do executivo é o braço do povo, porque o presidente da Republica é o seu *servant*; ali, onde a verdadeira noção da liberdade não é aquella que Michel Chevalier calumniosamente lhe attribue quando, nas suas *Lettres sur l'Amerique du Nord*, escreveu o seguinte: Para que não haja tyrannia, preciso é que a ordem social reconheça um poder que se interponha entre os dous typos em que se divide a especie humana sob o ponto de vista da liberdade (isto é, o activo, cujo primeiro movimento, em presença da força, é resistir, e

o passivo, que se resigna e espera), e tratando cada qual segundo seu temperamento, empregue, com um, a redea, com o outro, a espora—medonha blasphemia, que não parece vinda da penna de um francez; ali, onde tudo é impetuosamente livre, todos os Estados, todos os municipios, todas as cidades, todas as aldeias teem como indispensavel a intervenção governamental na educação e instrucção publica.

Quem se lembraria de dizer em pleno Congresso, na execução do mandato popular, esta... esta monstruosidade, cujo éco ainda talvez esteja plangentemente vivo na sala do parlamento federal: E' preciso abolir os cursos officiaes, porque elles estorvam o progresso das sciencias?! Aqui taes cousas se dizem, porque entre nós, por decreto caprichoso de um rei já valetudinario e condescendencia de um ministro amavel, se confunde a liberdade do ensino com a liberdade da vadiação.

Mas ah! o deputado que não vacillou em jogar aquella affronta ao magisterio publico do meu paiz, accrescentou, felizmente para os nossos creditos, que si *sua sciencia se houvesse limitado ao que aprendeu nas academias, muito pouco saberia.* Senhores, nunca foi tão franca a confissão de um pessimo estudante.

E tu, ó bella terra de Washington e Lincoln, perdoa tão extranha barbaridade, e empresta-nos ainda o brilho das tuas lettras.

A litteratura americana! só as bibliothecas das *school districts* do Estado de New-York continham, ha 42 annos, 1,604,210 volumes! A livraria de Pisistratus, em Athenas, a de Trajano, em Roma, a do Museo britannico de Londres, a Nacional de Pariz, a do Vaticano, a imperial de Vienna, a *Advocate's Library,* de Edimburgo, a cuja vista ficámos um dia estaticos, dizendo: Mas deve ser a maior do mundo! sómente reunidas formariam egual. Todos os dominios da intelligencia humana estão fulgurantemente representados

naquella terra prodigiosa. A philosophia, com Channing Browson, a theologia, com Beecher e Emerson, o direito co Wheaton e Hamilton, a jurisprudencia, com Choate e Ma shall, a politica, com Story e Dudley-Field, as sciencias n turaes, com Wilson e Taylor, a historia, com Prescott e Ba croft, a imprensa, com John Habberton e Ballard Smith, poesia, com Cooper e Longfellow, o romance e o dram com Stowe e Bret Harte: rutilante mundo de pujante i tellectualidade.

Mas tambem, senhores, terra onde se lê, estuda e trab lha mais do que em qualquer outra parte do mundo—onde ha tantos livros quantas estrellas no céu e tantos jornaes quantas areias no mar—onde os legisladores federaes funcionam na intimidade de mais de meio milhão de volumes que 513441 tinha ha dez annos a bibliotheca do congres em Washington—ha de forçosamente ser o moderno emp rio do progresso, que é a expressão pratica do direito vend dor, por seu turno a formula exacta da força material vencid

A força americana! mais imperiosamente reside ella soberania da lei do que no poder mortifero de seu exerc e de sua armada. *Em nome da lei*—vale tanto quanto a for bruta do ferro. Esta é uma das feições mais typicas que yankees e virginianos conservaram da metropole.

Lembro-me ainda do que vi no *Castle-Rock*, da form sissima cidade de Walter Scott e John Knox. Um be soldado escossez fazia, ao longo da esplanada frontal do ca tello, o seu rhytmico passeio sentinellar. Procurando ver arma que comsigo devia trazer aquelle denominado agen da força publica, observei que apenas empunhava curta fina vara, tão flexivel como o junco das lagoas ou dos brejo A' observação de extranheza que lhe fiz, respondeu me, co visivel orgulho, o meu guia:—Aquella vara representa a le nem de mais precisa o soldado para se fazer obedecer e r peitar.—E' assim tambem na Republica Americana.

Terra feliz, cujo poder está no direito e não na força! terra invejavel, onde a força armada, emprestando a espada á Themis, fal-o exclusivamente para defender a balança onde a justiça pesa o merito e demerito das acções humanas! terra privilegiada, onde o soldado de terra ou mar anda absolutamente incompatibilisado com a politica do paiz, porque a sua unica missão, a sua unica politica—missão nobre, politica patriotica—é obedecer ao poder civil, o qual é o poder unico que faz a lei, a qual é o poder que exclusivamente mantem a vida nacional.

Ah! si em toda a parte do mundo fosse assim comprehendida a acção da força militar!...

E no emtanto, a infallivel lição da experiencia já devera ter levado á altura de dogmas sociaes intangiveis, conhecidos conceitos dos mais eminentes homens de todos os tempos. Desde os rudimentares economistas da Macedonia, que segundo Plutarco, dispozeram-se a reformar, no anno 350 antes de Christo, os exercitos de Alexandre, até Montesquieu, o evangelista do seculo XVIII, que no seu *Espirito das Leis* teve esta phrase magnifica: *Nous sommes pauvres avec les richesses et le commerce de tout l'univers; et bientôt, à force d'avoir des soldats, nous n'aurons plus que des soldats, et nous serons comme des Tartares* (XIII, XVII); desde Montesquieu até o mais adiantado dos estadistas contemporaneos, lereis phrases como estas: «A democracia considera o exercito como incessante ameaça contra as instituições populares e uma causa de ruina para o paiz» — diz Carlier, o mais profundo dos modernos historiadores da Republica Americana. «O exercito é, para os Estados Unidos, o que uma força de policia bem organisada e bem disciplinada é para uma cidade» — dizia o secretario da guerra da Grande Republica em seu relatorio de 1877. «A força militar, esclamava Thiers, o Messias da França, em um de seus mosos discursos de 1867, é a força estatica da nação.»

« A auctoridade militar é essencialmente subordinada ao poder civil » lê-se nas constituições de Kentucky, art. 13 § 26, da Indiana, art. 1.º § 33, do Michigan, art. 18 § 8.º.

E diante de verdades tão nitidas, só nos resta repetir com Julio Simon, quando discutia a lei francesa de 1867, sobre a reforma do exercito: *Je sais bien qu'on peut le contester, parce qu'on peut tout contester; mais s'il y a une vérité evidente, c'est celle-là.*

E a verdade de todas as verdades, senhores, como dizia Washington em uma de suas mensagens, e nol-o refere Tocqueville, é que só a sympathia traz a paz e que sem esta não ha felicidade possivel. Pois bem: na historia do povo cuja independencia hoje celebramos, resume-se toda a suave frescura desse dulcissimo sentimento, que um inspirado poeta nosso disse ser *quasi amor*.

Que maior elogio se lhe poderia tecer? E si o meu discurso ficou feito á força de me ser impossivel decantar mais eloquentemente cada qual das variadissimas e nobres feições de tão opulento paiz, é que ali cada linha é um livro, cada livro um codigo, sobre todos os quaes realça a dourada majestade do evangelho da liberdade moderna.

Salve! Estrellado alcáçar da Liberdade, a soberana rainha da Democracia, que tu redimiste do intolerante orgulho da esterlina metropole para ser um seculo mais tarde a gloria das duas Americas, salve! Tu, que és o mais fecundo povo da humanidade conhecida, que só com a tua industria e a tua liberdade enches de deslumbramentos fascinadores o complicadissimo scenario da vida contemporanea, brilha, eternamente fulge no rutilante céo do Novo Mundo! E si, com melhor direito do que outro qualquer povo do mundo inteiro, podes repetir, na bella lingua que é a tua, a ardente apostrophe de Shakspeare:

Thou, Liberty, art my godess; to thy law
My services are bound!

— Liberdade! tu és a minha divinidade suprema! é a ti que empenhei os meus serviços! —

o' terra de Washington! consumma a tua obra — impleta

a tua obrigação: das 42 estrellas da tua gloriosa bandeira despeja muita luz sobre as 21 do nosso amado auri-verde pendão! Não te pedimos muito, pois tens o dobro da luz de que ainda precisamos para entrar desassombrada e definitivamente no futuro Pantheon da Republica Universal!

Actas das sessões

Sessão de installação, em 1.º de Novembro de 1894.

Ao 1.º dia do mez de Novembro de 1894, ao meio dia, nesta cidade de S. Paulo, em uma sala da Faculdade de Direito, reunidos, pessoalmente e por procuração, cidadãos em numero de sessenta e nove, para o fim de se fundar nesta Capital o *Instituto Historico e Geographico de S. Paulo* conforme convite anteriormente distribuido por uma commissão composta dos Drs. Domingos Jaguaribe, Estevam Leão Bourroul e Antonio de Toledo Piza, o sr. Dr. Domingos Jaguaribe expoz o fim da reunião e propoz para presidil-a o sr. Dr. Cesario Motta Junior, que foi unanimemente acclamado Presidente da assembléa e tomou assento na Mesa, convidando para servirem de secretarios os sr. Drs. Antonio de Toledo Piza e Domingos Jaguaribe, que tambem tomaram assento na Mesa.

O sr. dr. Domingos Jaguaribe leu cartas de diversos cidadãos em que, communicando não poderem assistir á presente reunião, por motivos imperiosos, declaram adherir á idéa da fundação do Instituto e pedem que sejam tidos como presentes e considerados como socios fundadores. O sr. Dr. Antonio de Toledo Piza e mais algumas pessoas presentes tambem declaram os nomes de diversos cidadãos que, não podendo comparecer, os encarregaram de dar a sua adhesão á idéa que motiva esta reunião e solicitar a sua inclusão na lista dos fundadores, devendo-se consideral-os como presentes.

Em seguida o sr. Dr. Jaguaribe leu as bases dos Estatutos da Sociedade, que são postas em discussão. Por proposta do snr. Dr. Garcia Redondo, é deliberado que o projecto de Estatutos seja approvado provisoriamente, devendo ser impresso e distribuido, para em reunião posterior ser discutido e definitivamente approvado com as emendas que porventura os socios apresentassem.

Passou-se depois a nomear a Directoria que deve servir interinamente, sendo eleitos por acclamação os srs. Drs. Cesario Motta Junior, presidente, Domingos Jaguaribe, vice-presidente, Antonio de Toledo Piza, secretario, Estevam Leão Bourroul, Carlos Reis e Conego José Valois de Castro.

Por proposta do sr. Dr. Domingos Jaguaribe, unanimemente acceita, foi acclamado Presidente honorario do Instituto o sr. Dr. Prudente José de Moraes Barros.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Dr. Cesario Motta declarou installado o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, dando parabens ao Estado, congratulando-se com os fundadores de tão importante instituição e especialmente com os iniciadores de tão util idéa, cuja brilhante realisação os deve ter enchido de jubilo, e promettendo tanto quando pudesse prestar seus serviços á sociedade.

Relação dos socios que compareceram á reunião para a installação do Instituto e dos que foram considerados presentes por terem feito se representar.

1 Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima.
2 Antonio Augusto da Fonseca.
3 Dr. Antonio Dino da Costa Bueno.
4 Dr. Antonio Evaristo Bacellar.
5 Dr. Antonio Francisco de Paula Souza.
6 Antonio Moreira da Silva.
7 Dr. Antonio de Toledo Piza.
8 Dr. Argemiro da Silveira.
9 Arthur Goulart.
10 Dr. Augusto de Siqueira Cardozo.
11 Dr. Benedicto Estellita Alvares.
12 Dr. Bento Bueno.
13 Dr. Bernardino de Campos.
14 Dr. Carlos Daniel Rath.
15 Dr. Carlos Reis.
16 Dr. Cesario Motta Junior.
17 Dr. Cincinato Braga.
18 Dr. Clementino de Souza e Castro.
19 Dr. Constante Affonso Coelho.
20 Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe.
21 Dr. Estevam Leão Bourroul.
22 Dr. Eugenio Alberto Franco.
23 Eugenio Hollender.
24 Dr. Fergo O'Connor de Camargo Dauntre.
25 Dr. Francisco Ferreira Ramos.
26 Francisco Ignacio Xavier de Assis Moura.
27 Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo.

28 Dr. Gabriel Osorio de Almeida.
29 Dr. Gustavo Koenigswald.
30 Henry White.
31 Dr. Hermann von Ihering.
32 Dr. Horace M. Lane.
42 Dr. José Gabriel de Toledo Piza.
43 Dr. José Machado de Oliveira.
44 Dr. José de Sá Rocha.
45 Dr. José Valois de Castro.
46 Dr. José Vicente de Azevedo.
47 Jules Martins.
48 Lafayette de Toledo.
49 Dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida.
50 Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo.
51 Manoel Augusto Galvão.
52 Dr. Manoel Ferreira Garcia Redondo.
53 Manoel Marcellino de Souza Franco.
54 Dr. Manoel de Moraes Barros.
55 Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos.
56 Dr. Orville A. Derby.
57 Dr. Paulo Egydio de Oliveira Carvalho.
58 Dr. Pedro Augusto Gomes Cardim.
59 Dr. Pedro Vicente de Azevedo.
60 Dr. Prudente José de Moraes Barros.
61 Dr. Raymundo Furtado Filho.
62 Dr. Severino de Freitas Prestes.
63 Tancredo do Amaral.
64 Dr. Theodoro Sampaio.
65 Theophilo Barbosa.
66 Thomaz Galhardo.
67 Tiburtino Mondim Pestana.
68 Tristão Araripe.
69 Dr. Viriato Brandão.

2.ª sessão, em 9 de Dezembro de 1894

Presidencia do Sr. Dr. Cesario Motta Junior

Na sala nobre do edificio da Escola Normal, ao meio dia, presentes os . Cesario Motta, Domingos Jaguaribe, Carlos Reis, Estevam Bourroul, An- o Piza, Paula Souza, Assis Moura, Augusto Cardoso, Souza Franco, Jules din, Arthur Goulart, Henry White, Carlos Rath, Theophilo Barbosa, Tan-

credo Amaral e Osorio de Almeida, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão, convidando o director provisorio Sr. Dr. Carlos Reis a servir interinamente de 2.º secretario.

E' lida, approvada e assignada pelos socios presentes a acta da sessão de installação.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. Dr. Manoel A. de Souza Sá Vianna offerecendo ao Instituto um exemplar da sua memoria historica «*Cincoenta annos de existencia*», um dito do «*Catalogo da exposição dos trabalhos juridicos*» e uma medalha commemorativa da libertação dos escravos em 13 de Maio de 1888.

Por parte do Sr. Dr. João Motta e intermedio do Sr. Presidente, foi offerecido um manuscripto inedito contendo a «*Oração funebre do Padre Diogo Feijó*», pronunciada por Candido José da Motta.

Foram tambem recebidos dois exemplares dos Estatutos do Instituto Geographico e Historico da Bahia.

Todas estas offertas foram recebidas com especial agrado.

Foram considerados socios fundadores, em vista das declarações feitas por alguns socios presentes, os Srs. Alberto Lofgren, Dr. Joaquim Floriano de Godoy, Dr. Hypolito de Camargo, Dr. José Estacio C. de Sá e Benevides, Dr. Rodolpho Pereira, Dr. Augusto Cesario de Barros Cruz e Dr. José Maria Valle, que, tendo sido convidados, não puderam comparecer á sessão de installação.

ORDEM DO DIA

O sr. Presidente declara que achando-se impresso e distribuido o projecto de Estatutos, vai submettel-o á discussão, fim especial da presente sessão, e consulta a assembléa si a discussão deve ser feita englobadamente, ou por capitulos ou por artigos.

Usam da palavra alguns socios, apresentando diversos alvitres, vindo porem a prevalecer a seguinte proposta do Sr. Dr. Osorio de Almeida, a qual foi approvada:

« Que em razão do pequeno numero de socios presentes fosse adiada a discussão dos Estatutos para outra sessão, convocando-se os socios por convites individuaes e declarando-se que a assembléa funccionará com qualquer numero que comparecer.»

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente levantou a sessão, designando o dia 16 do corrente mez, neste mesmo logar e a mesma hora, para a proxima reunião, sendo os socios convidados individualmente por convites especiaes.

3.ª sessão, em 16 de Dezembro de 1894

Presidencia do Sr. Dr. Cesario Motta Junior

Na sala nobre da Escola Normal, ao meio dia, presentes os socios srs. Cesario Motta, Carlos Reis, Antonio Piza, Garcia Redondo, Augusto Cardoso, Orville Derby, Alberto Löfgren, Pedro Vicente, Osorio de Almeida, João Monteiro, Duarte de Azevedo, Theodoro Sampaio, Estevam Bourroul, Domingos Jaguaribe, Luiz Piza, Paulo Egydio, Machado de Oliveira, Bento Bueno, Moura Escobar, Rodolpho Pereira, Viriato Brandão, Eugenio Franco, Theophilo Barbosa, Henry White, Carlos Rath, Macedo Soares, Tancredo Amaral, Jules Martin, Arthur Goulart e Souza Franco, o snr. Presidente declarou aberta a sessão.

Foi lida, approvada e assignada pela Mesa a acta da sessão antecedente.

Foram considerados socios fundadores os seguintes srs. que, por intermedio de alguns socios presentes, declararam não terem comparecido á sessão de installação por motivos de força maior: Drs. Alexandre Florindo Coelho, Padre Joaquim Soares de Oliveira Alvim, Dr. Martinho Prado Junior, Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, Dr. João Nepomuceno Nogueira da Motta, Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Motta, Dr. Manoel Pereira Guimarães e Gabriel Prestes. Achando-se este ultimo na ante-sala, é convidado a tomar parte nos trabalhos, o que faz, assignando o livro de presença.

Não havendo materia de expediente, passou-se á

ORDEM DO DIA

Entra em discussão o projecto de Estatutos.

Usam da palavra, fazendo considerações a respeito e apresentando diversas emendas os socios srs. Garcia Redondo, João Monteiro, Domingos Jaguaribe, Bento Bueno, Carlos Reis, Osorio de Almeida e Duarte de Azevedo. Estando a hora adiantada, o snr. Presidente lembra a conveniencia de ser adiada a discussão para outra sessão, o que foi unanimemente approvado; é então levantada a sessão e convocada a seguinte para o dia 23 do corrente mez, neste mesmo logar ao meio dia.

4.ª Sessão, em 23 de Dezembro de 1894

Presidencia do snr. Dr. Cesario Motta Junior

No logar e hora do costume, presentes os socios srs. Cesario Motta, Carlos Reis, Antonio Piza, Orville Derby, Domingos Jaguaribe, Garcia Redondo, Osorio de Almeida, João Monteiro, Hypolito de Camargo, Pedro Cardim, Souza Franco, Alberto Löfgren, Henry White, Bento Bueno, Arthur Goulart, Candido Motta, Viriato Brandão, Estevam Bourroul, Tancredo Amaral, Assis Moura, Luiz Piza, Paulo Souza e Duarte de Azevedo, o snr. Presidente declarou aberta a

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

Não houve materia de expediente.

Por proposta de alguns srs. socios presentes, a assembléa, attendendo as razões apresentadas, deliberou considerar como socios fundadores os srs. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Augusto Cesar Barjona, Lindorf Ernesto Pereira de Vasconcellos, Henrique Affonso de Araujo Macedo, Dr. Antonio Joaquim Ribas, Dr. José Cardoso de Almeida, Dezembargadores Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Dr. Alfredo Rocha e Emannael Vanordien.

O sr. Dr. Garcia Redondo, não se oppondo á admissão de pessoas na qualidade de socios fundadores neste periodo de constituição da sociedade, propoz e foi sem debate approvado que fossem admittidos e considerados socios fundadores todos aquelles que o solicitassem até o dia 31 do corrente mez, uma vez que tivessem as qualidades necessarias, a juizo da Directoria, que ficava autorisada a acceitar ou recusar até áquella data.

Achando-se na ante-sala os srs. Augusto Cesar Barjona e Lindorf de Vasconcellos, acceitos na presente sessão, foram convidados a tomar assento na assembléa, o que fizeram, assignando o livro de presença.

ORDEM DO DIA

Continúa em discussão o projecto de Estatutos com as emendas apresentadas na sessão passada.

Usam da palavra diversos socios, sendo apresentadas mais algumas emendas. Encerrada a discussão, procede-se á votação das emendas e afinal dos Estatutos englobadamente. Terminada a votação, foi nomeada uma commissão composta dos srs. Drs. Garcia Redondo, Domingos Jaguaribe e Antonio Piza, para apresentar os Estatutos ordenados e redigidos, ficando convocada uma reunião para o dia 30 do corrente, ao meio dia, neste mesmo logar, para a approvação da redacção.

ELEIÇÃO DA DIRECTORIA

O sr. Presidente declara que, de accordo com a convocação feita, passava-se á 2.ª parte dos trabalhos que era a eleição da directoria.

Nomeados os escrutadores, procedeu-se a eleição, cujo resultado foi o seguinte:

Presidente

Dr. Cesario Motta Junior.

Vice presidente.

Conselheiro Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo.

1.º Secretario.

Dr. Carlos Reis.

2.º Secretario.

Dr. Manoel Ferreira Garcia Redondo.

Thesoureiro.

Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe.

Finda a apuração, foram os eleitos proclamados e empossados dos seus cargos, agradecendo neste acto o sr. Dr. Cesario Motta a sua eleição e promettendo empregar todos os esforços a seu alcance para a prosperidade do Instituto.

5.ª sessão, em 30 de Dezembro de 1894

Presidencia do sr. Dr. Cesario Motta Junior

No logar e hora do costume, presentes os socios srs. Cesario Motta, Souza Franco, Tibertino Mondim, Garcia Redondo, Henry White, Bento Bueno, Osorio de Almeida, Jules Martin, Antonio Piza, Antonio Augusto da Fonseca, Estevam Bourroul, Cerqueira Cesar e Theodoro Sampaio, o sr. Presidente declarou aberta a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O sr. Presidente communica á assembléa que, de accordo com a deliberação tomada na ultima sessão, a Directoria tinha incluido na lista dos socios fundadores, participando-se-lhes a admissão, os seguintes srs.:

Drs. Vicente Liberalino de Albuquerque, José Alves de Cerqueira Cesar, Julio Cesar Ferreira de Mesquita, Arthur Cesar Guimarães, Augusto Fomm, José Ferreira de Garcia Redondo, Eduardo Carlos Pereira, Gabriel de Toledo Piza e Almeida, Luiz de Anhaia Mello, Jorge Tibiriçá, João Alvares Rubião Junior, Antonio da Silva Prado, Francisco Glicerio, Alfredo Ellis, Jayme Serva, Horacio de Carvalho, José Ferraz de Almeida Junior, Braulio Gomes, Augusto Cesar de Miranda Azevedo, José André do Sacramento Macuco, Cesario Gabriel de Freitas, Joaquim de Toledo Piza e Almeida, João Candido Martins, Fortunato Barão de Camargo, Manoel Alves de Souza Sá Vianna, José Francisco Soares Romeo, Virgilio de Rezende, Francisco Martiniano da Costa Carvalho, Carlos de Campos, Carlos Botelho, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e Jacob Itapura de Miranda.

Communicou mais o sr. Presidente que, nos termos do § 2.º do art. 20 dos Estatutos, e tendo ouvido a Directoria, constituira as commissões permanentes do seguinte modo:

1ª. Commissão de regulamentos e estatutos

Dr. João Pereira Monteiro.
Dr. Severino de Freitas Prestes.
Dr. Estevam Leão Bourroul.

2ª. Commissão de admissão de socios

Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo.
Dr. Bento Bueno.
Dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida.

3.ª Commissão de redacção da «Revista»

Dr. Antonio de Toledo Piza.
Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe.
Dr. Manoel Ferreira Garcia Redondo.

4.ª Commissão de historia e estatistica de S. Paulo

Dr. Antonio de Toledo Piza.
Dr. Jayme Serva.
Lafayette de Toledo.

5.ª Commissão de historia geral do Brazil

Dr. José Estacio Corrêa de Sá e Benevides.
Dr. José Valois de Castro.
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

6.ª Commissão de geographia de S. Paulo

Dr. Theodoro Sampaio.
Tancredo do Amaral.
Dr. Orville A. Derby.

7.ª Commissão de geographia geral do Brazil

Dr. José Vicente de Azevedo.
Major Gabriel Prestes.
Tiburtino Mondim Pestana.

8.ª Commissão de litteratura e manuscriptos

Dr. Pedro Augusto Gomes Cardim.
Horacio de Carvalho.
Francisco Ignacio Xavier de Assis Moura.

9.ª Commissão de sciencias, numismatica e archeologia

Dr. Paulo Egydio de Oliveira Carvalho.
Dr. Gabriel Osorio de Almeida.
Alberto Löfgren.

10.ª Commissão de artes e industrias

Dr. Francisco Ferreira Ramos.
Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo.
Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane.

Em seguida passa-se á

ORDEM DO DIA

Lidos os Estatutos redigidos pela commissão para esse fim nomeada e posta em discussão e depois em votação a respectiva redacção, é esta unanimemente approvada.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente levantou a sessão, declarando que a primeira reunião a realizar-se será a 25 de Janeiro vindouro, dia marcado pelos Estatutos para começo dos trabalhos..

1ª Sessão ordinaria, em 25 de Janeiro de 1895

Presidencia do snr. Dr. Cesario Motta Junior

No edificio onde funcciona o Gymnasio do Estado, as 7 1/2 horas da noite presentes os socios snrs. Cesario Motta, Theodoro Sampaio, Macedo Soares Moura Escobar, Antonio Carlos de Andrada, Augusto Cardoso, Clementino Castro, Bento Bueno, Soares Romeo, Araujo Cintra, Alberto Löfgren, Gabrie Prestes, Candido Motta, Manoel Guimarães, Theophilo Barbosa, Alexandre Riedel, Henry White, Orville Derby, Tiburtino Mondim, Carlos de Campos, Joaquim Piza, Duarte de Azevedo, Furtado Filho, Augusto Barjona, Viriato Brandão, Eugenio Hollender, Virgilio Rezende, Horace Lane, Jayme Serva, Mathias Valladão, Siqueira Campos, Paula Souza, Eugenio Franco, Antonio Piza, Luiz Piza, Ernesto Cohn, Tancredo Amaral, Moreira da Silva, Pedro Cardim, Souza Franco e Carlos Reis, faltando com participação os snrs. Garcia Redondo, Domingos Jaguaribe, Alfredo Ellis e Eduardo Pereira, o snr. Presidente convidou o snr. Dr. Antonio Piza a occupar o logar de 2.º Secretario, e declarou aberta a sessão, proferindo neste acto uma brilhante allocução.

Lida a acta da sessão antecedente, foi approvada.

EXPEDIENTE

O 1.º Secretario communica terem sido feitas ao Instituto as seguintes

Offertas

Pelo Professor Fival de Teixeira Braga, o 1.º fasciculo do seu *Diccionario Geographico, historico, biographico e descriptivo da Provincia do Paraná* e sete numeros da *Revista do Paraná*, jornal illustrado por elle publicado em 1887.

Pelo snr. Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, um exemplar da sua monographia *Saúva ou Manhu-uára*.

Pela Camara Municipal de Santos um exemplar da sua *Constituição*.

Pela Sociedade Pharmaceutica Paulista, um exemplar dos seus Estatutos.

Pelo socio snr. Jules Martin, a *Planta da Cidade de São Paulo em 1810* (mappa).

Pela respectiva redacção, o 1.º fasciculo da *Revista Brasileira*.

Todas estas offertas são recebidas com especial agrado.

O sr. Presidente communica que, em virtude da deliberação da assembléa na sessão de 23 de Dezembro proximo findo, a Directoria incluiu no quadro dos socios fundadores mais os seguintes snrs.: Drs. Theodoro Dias de Carvalho, Antonio Francisco de Araujo Cintra, João de Arruda Leite Penteado José Baptista Pereira, Luiz Antonio de Souza Ferraz, Alexandre Riedel, José Luiz de Almeida Nogueira, Wenceslau de Queiroz, José Maria Lisboa, Mathias Valladão, Martim Francisco Ribeiro de Andrada Sobrinho, Ernesto de Moraes Cohn, Antonio Pereira Prestes e Oscar Horta, aos quaes foi participada a admissão.

ORDEM DO DIA

Da parte do snr. Dr. Domingos Jaguaribe, é apresentado um seu trabalho intitulado *Origens Republicanas do Brasil*, o qual vai a Commissão de historia geral do Brasil para emittir parecer.

Pelo snr. Presidente são apresentadas as seguintes theses, que são aceitas pela assembléa para o fim de serem desenvolvidas em conferencias pelos snrs. socios:

1 Das divisas de S. Paulo com os Estados limitrophes.

2 Da influencia do rio Tieté na civilisação de S. Paulo.

3 Missões jesuiticas do Guayrá.

4 Da viação ferrea em S. Paulo, no passado, presente e futuro.

5 Da geographia medica de S. Paulo.

6 Da flora e fauna de S. Paulo.

7 Influencia do estudo do direito em S. Paulo na civilisação do Brasil.

8 Das finanças de S. Paulo, no passado, no presente e no futuro.

9º Da lingua portugueza e das modificações que tem experimentado em S. Paulo.

10 Da imprensa de S. Paulo e de sua influencia desde os seus primeiros tempos.

O sr. Duarte de Azevedo lembra que seria conveniente dirigir-se uma circular ás Camaras Municipaes do Estado solicitando a remessa ao Instituto de documentos que existam em seus archivos que se refiram a pontos da nossa historia ou que tenham importancia ou interesse geral, porque assim obter-se iam elementos para o estudo das theses a desenvolver e para a organisação de trabalhos, tornando-se tambem uma fonte de material para a «Revista» a publicar.

O sr. Presidente declara que a Directoria tomará em consideração o alvitre indicado.

Nada mais havendo a tratar, foi levantada a sessão.

2.ª Sessão em 21 de Abril de 1895

Presidencia do sr. Conselheiro Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo

No edificio do Gymnasio, ás 7 horas da noite, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Tristão Araripe, Henry White, Carlos de Campos, Domingos Jaguaribe, Augusto Cardoso, Cerqueira Cesar, Osorio de Almeida, Tiburtino Mondim, Theophilo Barbosa, Liberalino de Albuquerque, Soares Ro-

mes, Paula Souza, Mathias Valladão, Augusto Barjona, Pedro Vicente, Arthur Goulart, José Vicente, Evaristo Bacellar, Antonio Piza, Tancredo Amaral e Carlos Reis, faltando por motivo justificavel os srs. Cesario Motta e Garcia Redondo, assume a presidencia o vice presidente sr. Conselheiro Dr. Duarte de Azevedo, convida o sr. Dr. Paula Souza a occupar a cadeira de 2.º Secretario e declara aberta a sessão, expondo em brilhante allocução o fim especial da mesma, que é commemorar o anniversario da morte do martyr da liberdade — Tiradentes.

Foi lida e approvada a acta da ultima sessão.

O 1.º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios

Do sr. Dr. Prudente de Moraes, presidente da Republica, agradecendo a sua nomeação de presidente honorario deste Instituto, fazendo votos pela sua prosperidade e promettendo-lhe seu apoio.

Do sr. Dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado, accusando a communicação que lhe foi feita de ter-se installado este Instituto, fazendo votos pela sua prosperidade e promettendo-lhe seu apoio.

Do sr. Dr. Antonio Gonçalves Ferreira, ministro da justiça, no mesmo sentido.

Do sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, ministro da Fazenda, no mesmo sentido.

Do sr. Dr. Antônio Olyntho dos Santos Pires, ministro da Industria, no mesmo sentido.

Do sr. Almirante Elisiario Barbosa, ministro da Marinha, no mesmo sentido.

Offertas

Pelo Instituto do Ceará: os dois fasciculos da sua *Revista* relativos ao anno de 1894.

Pela Directoria do Serviço Sanitario do Estado: *Boletim de Estatistica demographia sanitaria*, fasciculos de Janeiro a Fevereiro.

Pelos respectivos autores: *Uma revelação historica*, por Benedicto Galvão de Moura Lacerda; *Compendio de Geographia do Paraná*, por Luiz de França Almeida e Sá.

Pelo socio sr. Alberto Löfgren:

Boletim da Commissão Geographica e Geologica do Estado, fasciculos ns. 9 e 10.

Pelo Director do «Pedagogium Brazileiro», sr. Dr. Menezes Vieira: *Memorias e documentos escolares*, ns. 1 a 8; *Revista Pedagogica*, 1 a 12; (com falta dos ns. 11, 28, 29 e 30).

Pelo Director Geral interino dos Correios da Republica, sr. Dr. Martinho Vieira de Mello: *Guia para a expedição de correspondencia e malas*; *Itinerario para expedição de malas*; *tabellas diversas*; *Relatorios dos serviços dos correios*, 1880, 1889, 1892, e 1893; *Instrucções para o Regulamento de 1865*; *Regulamento dos Correios*, 1888, 1890 e 1894; *Convenções postaes*

1878 e 1891; *Instrucções diversas*; *Districtos postaes do Rio de Janeiro*, 1889 e 1893; *Boletim Postal*, fasciculos ns. 1, 2 e 3 deste anno.

Pelas respectivas redacções:

A Madrugada, n. de 13 de Fevereiro; *Diario Official* do Estado, os ns. publicados de 1.º de Janeiro deste anno em diante.

Todas estas offertas são recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

O sr. Dr. Jaguaribe procede á leitura do bellissimo capitulo de sua obra intitulada *Origens Republicanas no Brazil*, relativo á Inconfidencia mineira, onde trata com particularidade do vulto glorioso de Tiradentes, sendo ao terminar muito applaudido.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente scientifica que a Directoria resolveu marcar os dias 5 e 20 de cada mez para realizarem-se as sessões ordinarias do Instituto, convida os socios a comparecerem no dia 5 de Maio proximo futuro, ás 7 horas da noite, neste mesmo logar, e encerra a sessão.

3.ª sessão, em 5 de Maio de 1895

Presidencia do sr. Dr. Carlos Reis

A's 7 horas da noite presentes os srs. Carlos Reis, Tiburtino Mondim, Clementino Castro, Augusto Barjona, Alberto Löfgren, Orville Derby, Henry White, Candido Motta, Arthur Goulart, Domingos Jaguaribe, Antonio Piza, Braulio Gomes, Valois de Castro, Gama Cochrane e Bento Bueno, faltando com participação os srs. Drs. Cesario Motta e Duarte de Azevedo, assume a presidencia, na falta do presidente e vice-presidente, o 1.º Secretario, sr. Dr. Carlos Reis que convida para occuparem as cadeiras de 1.º e 2.º Secretario os socios srs. Dr. Antonio Piza e Tiburtino Mondim e declara aberta a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º Secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Officios

Do sr. Dr. Tranquilino Leovegildo Torres, presidente do Instituto Geographico e Historico da Bahia, accusando e agradecendo a participação que lhe foi feita da fundação do Instituto Historico de S. Paulo, fazendo votos pela sua prosperidade e offerecendo seus prestimos.

Do sr. Dr. Raul d'Avila Pompéa, director da Bibliotheca Nacional, no mesmo sentido e offerecendo uma collecção dos *Annaes* daquella bibliotheca.

Offertas

Pela Directoria do Serviço Sanitario: *Boletim de Estatistica*, fasciculo de Março.

Pelo sr. Dr. Mello Moraes Filho: *Archivo do Districto Federal*, os fasciculos do anno de 1894 e os de Janeiro a Maio deste anno.

Pelo sr. Dr. Manoel A. de S. Sá Vianna: *Relatorio dos trabalhos do Instituto da Ordem dos advogados brazileiros* no anno de 1894.

Pelo sr. Dr. Oscar Leal:

O Amazonas, conferencia por elle realizada na Sociedade de Geographia de Lisboa.

Pelo socio sr. Dr. Ignacio W. da Gama Cochrane, os seus seguintes trabalhos: *Saneamento do porto e cidade de Santos: Saneamento de S. Paulo; A Companhia de S. Paulo e Rio de Janeiro e suas condições economicas: Resgate da E. F. S. Paulo e Rio de Janeiro; Liquidação da Companhia em virtude do resgate.*

Pelo socio sr. Arthur Goulart: *Revista Moderna*, jornal pedagogico, ns. 1 a 7.

São estas offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram apresentadas, lidas e remettidas á Commissão de admissão de socios as seguintes propostas:

1.ª Para socio effectivo o sr. Luiz de França Almeida e Sá, membro do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, autor do «Compendio de Geographia do Paraná», assignada por Carlos Reis, Domingos Jaguaribe e Arthur Goulart.

2.ª Para socio correspondente o sr. Dr Oscar Leal, jornalista e escriptor brazileiro, residente em Lisboa, assignada por Arthur Goulart, Domingos Jaguaribe e Carlos Reis.

3.ª Para socio correspondente o sr. Dr. Ernesto Goulart Penteado, advogado, membro do Conselho Superior de Instrucção Publica do Estado, assignada por Carlos Reis, Arthur Goulart e Domingos Jaguaribe.

4.ª Para socio correspondente o sr. Dr. Henrique Coelho, chefe da 1ª Secção da Secretaria de Justiça do Estado, assignada por Carlos Reis, Arthur Goulart Domingos Jaguaribe e Tiburtino Mondim.

5.ª Para socio honrario o sr. Barão Homem de Mello, historiador e geographo brazileiro, assignada por Domingos Jaguaribe, Carlos Reis, Arthur Goulart, Orville Derby e Tiburtino Mondim.

Foi lido pelo sr. Dr. Domingos Jaguaribe um documento inedito sobre a revolução para o estabelecimento da Republica do Equador em 1824.

Nada mais havendo a tratar, o snr. Presidente levantou a sessão.

7ª. sessão, em 13 de Maio de 1895

Presidencia do snr. dr. Carlos Reis

As 7 horas da noite, presentes os socios snrs. Carlos Reis, Paula Souza, Theodoro Sampaio, Aureliano Coutinho, Emannuel Vanorden, Viriato Brandão, Henry White, Eduardo Pereira, Augusto Barjona, Veiga Filho, Soares Romeo, Antonio Piza, Mathias Valladão e Orville Derby, o 1.º Secretario, snr. Dr. Carlos Reis em falta do presidente e vice-presidente que não compareceram por justos motivos, assumiu a presidencia e declarou aberta a sessão, convidando para 1.º e 2.º secretarios os socios snrs. Dr. Antonio Piza e Soares Romeo.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

Não houve expediente.

A convite do snr. Presidente, o socio snr. Dezembargador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho acceitou a incumbencia de subir á tribuna para solemnisar a data de hoje, e ahi proferiu um brilhantissimo discurso que foi calorosamente applaudido.

Dada a palavra ao socio sr. Dr. João Pedro da Veiga Filho, que se achava inscripto para fazer uma conferencia na presente sessão, fez elle uma importante, interessante e instructiva dissertação sobre a these *Das finanças de S. Paulo, no passado, no presente e no futuro* sendo ao terminar applaudido.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente convidou os socios a comparecerem á sessão ordinaria de 20 do corrente e levantou a sessão.

5.ª sessão, em 20 de Maio de 1895.

Presidencia do sr. Cesario Motta Junior

As 7 horas da noite, presentes os socios srs. Cesario Motta, Henry White, Viriato Brandão, Pereira Guimarães, Augusto Barjona, Paula Souza, Eugenio Franco, Theodoro Sampaio, Eduardo Pereira, Jules Martin, Emanuel Vanorden, Orville Derby, Domingos Jaguaribe, Arthur Goulart, Alberto Lidgren, Tancredo Amaral, Valois de Castro, José Vicente, Mathias Valladão, Gama Cochrane, Soares Romeo, Pedro Vicente e Carlos Reis, faltando com participação os snrs. Duarte de Azevedo, Alfredo Ellis e Garcia Redondo, o sr. Presidente convidou o sr. Conego Dr. José Valois de Castro a occupar a cadeira de 2.º Secretario e declarou aberta a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º Secretario da conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do sr. dr. Joaquim José de Menezes Vieira director do Pedagogium Brasileiro, enviando o ultimo numero da *Revista Pedagogica*.

Offertas

Pela sociedade Pharmaceutica Paulista: fasciculo n.º 1 da sua *Revista*.

Pela Directoria Geral dos correios: *Classificação das Agencias Postaes* e fasciculo n.º 4 do *Boletim Postal*.

Pelo snr. Olavo de Freitas Martins: *Retratos dos arcebispos da Bahia* (estampa).

Pelas respectivas redacções: *Diario Official do Estado*; *O Ensaio* n.ºs 13 e 19.

São todas estas offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram lidas e remettidas a Commissão de admissão de socios as seguintes propostas:

1.ª Para socio effectivo o sr. dr. Jorge Maia, engenheiro do Nucleo Colonial de Sabauna, autor de um tratado de trigonometria e de um trabalho ine-

fito sobre a lingua guarany, assignada por Alberto Löfgren, Domingos Jaguaribe e Carlos Reis.

2.ª Para socio effectivo o sr. dr. Ernesto Young, engenheiro residente em Iguape, membro da Sociedade de Engenharia de Londres, autor do melhor mappa sobre o Ribeiro de Iguape, assignada por Alberto Löfgren, Domingos Jaguaribe e Carlos Reis.

3.ª Para socio effectivo o sr. dr. Luiz Pereira Barreto, escriptor e homem de sciencia, presidente da Sociedade de Medicina, assignada por dr. Domingos Jaguaribe, Carlos Reis e Arthur Goulart.

4.ª Para socio correspondente o sr. dr. José da Costa Rangel Junior, advogado, membro do Congresso Legislativo do Estado, assignada por Carlos Reis, Domingos Jaguaribe e Manoel Pereira Guimarães.

5.ª Para socio correspondente o sr. dr. Alfredo de Toledo, advogado e jornalista, residente em Bragança, assignada por Arthur Goulart, Domingos Jaguaribe e Tancredo Amaral.

6.ª Para socio honorario o sr. Bellarmino Carneiro, jornalista, redactor *O Paiz*, investigador em assumptos geographicos e historicos, residente na Capital Federal, assignada por Tancredo Amaral, Orville Derby e Arthur Goulart.

Foi lido e ficou sobre a mesa para ser discutido e votado na proxima sessão o seguinte parecer:

A Commissão de admissão de socios, tendo examinado as propostas relativas aos srs. Luiz de França Almeida e Sá, Dr. Oscar Leal, Dr. Ernesto Goulart Penteado, Dr. Henrique Coelho e Barão Homem de Mello, o 1º para socio effectivo, os tres seguintes para correspondentes e o ultimo para honorario, verificou estarem as mesmas de accordo com os Estatutos e possuirem os propostos as qualidades exigidas; pelo que é de parecer que sejam as propostas approvadas e os candidatos admittidos como membros deste Instituto.— S. Paulo, 6 de Maio de 1894. *Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo. — Bento Bueno. Luiz de Toledo Piza e Almeida.* »

Pelo sr. dr. Orville Derby foi lida uma carta inedita do Conde de Cunha vice-rei do Brasil, escripta no Rio de Janeiro em 31 de Outubro de 1765 e dirigida ao governo da metropole, sobre divisas de S. Paulo e Minas Geraes, sendo os pontos principaes desse documento esclarecidos pelo sr. Derby.

Consta desse importante documento que o Conde de Cunha, em cumprimento á ordem do rei determinando que elle mandasse tomar assento dos limites por onde deve partir a capitania de S. Paulo com as de Minas e Goyaz, afim de ser resolvido o que ao rei parecesse mais justo, devendo entretanto ser observado o que fosse assentado até a definitiva resolução da corôa, convocara uma junta composta dos Ministros da junta da Fazenda e de pessoas praticas daquelles sertões, dentre as quaes sahenta o Guarda Mór das Minas Geraes Pedro Dias Paes Leme, como a de maior credito, tanto pela sua natural sinceridade, como pelo seu conhecido desinteresse, sendo esta pessoa a que deu a luz que era precisa para a organização das cartas geographicas que elle Conde de Cunha e o Governador de Minas mandaram fazer, nas

quaes vê-se claramente onde nasce o Rio Grande do Paraná e por onde foi a sua corrente; diz mais o documento que tendo D. João V em 1748 mandado que o governador do Rio de Janeiro e Minas governasse tambem S. Paulo e que dividisse este governo com o de Minas pelo Rio Sapucahy ou por onde melhor lhe parecesse, dito governador não tendo, como é notorio affecto aos Paulistas, mandou que tirando-se uma linha recta do marco da serra Mantiqueira até a de Mogy-guassú, deste ponto imaginario e pelos altos della fosse findar a divisão no Rio Grande; em consequencia desta ordem tirava-se á capitania de S. Paulo todo o grande terreno que medeia entre Rio Grande e Sapucahy e todo o grande territorio entre este rio e a serra do Dumba, a que se dava o nome de Mogy-guassú, mas a demarcação feita pelo Ouvidor Thomaz Reby ainda causou muito maior prejuizo á capitania de S. Paulo. Apesar de ser clarissima a justiça e razão dos Paulistas pretendendo e esperando a restituição de todo o territorio que até ás margens occidentaes do rio Sapucahy se lhes tem indevidamente tirado, e sendo o assento da Junta conforme e sem a menor discrepancia deste parecer, assim como tambem o bispo da diocese entende que pelo Sapucahy devia ser feita a divisão, todavia encontrava elle Conde de Cunha um embaraço em enviar a copia de Assento aos Governadores de Minas e Goyaz para a observarem até a definitiva resolução conforme a ordem do rei, o qual consistia no eguinte: «A capitania de Minas julgando-se então excessivamente vexada com a obrigação de pagar annualmente cem arrobas de ouro, desejava uma modificação daquella quota e poderia ser motivo para exigir dita modificação a tirada daquelles territorios uteis de que estava de posse desde 1749, podendo tambem dar disturbios difficeis de conter e pacificar; é portanto de opinião que a divisão se faça pela forma determinada por D. João V, isto é, pelos rios Grande e Sapucahy e que nada se abata na quota das cem arrobas que Minas tem obrigação de pagar, porque quando as offereceu não possuia aquelles territorios e só os Paulistas tinham delles alguma noticia.»

Finda a leitura, foi o sr. dr. Derby applaudido.

O sr. Olavo de Freitas Martins, socio fundador do Instituto Geographico e Historico da Bahia, obtendo a palavra, manifesta a sua gratidão por ter-lhe sido permittido assistir aos trabalhos da presente sessão e faz votos pela prosperidade do nosso Instituto.

O sr. Presidente agradece as palavras do sr. Olavo e declara que o Instituto de S. Paulo manteria perfeita solidariedade com o da Bahia.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente levantou a sessão.

6.ª sessão, em 5 de junho de 1895

Presidencia do sr. dr. Cesario Motta Junior

A's 7 horas da noite, presentes os socios srs. Cesario Motta, Soares Romeo, Manoel Guimarães, Candido Motta, Antonio Piza, Garcia Redondo, Duarte de Azevedo, Emanuel Vanorden, Orville Derby, Henry White, Theodoro Samp

Cerqueira Cesar, Eugenio Franco, Tiburtino Mondim, Augusto Barjona, Tancredo Amaral, Paula Souza, Macedo Soares e Carlos Reis, faltando com participação o sr. dr. Domingos Jaguaribe, o sr. Presidente declarou aberta a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios

Do Instituto Geographico e Historico da Bahia communicando os nomes dos cidadãos eleitos para a administração que tem de funccionar de 1895 a 1896.

Do socio sr. dr. Garcia Redondo enviando um exemplar das *Caricias* para os effeitos do artigo 31 dos Estatutos.—A' Commissão de litteratura e manuscriptos.

Offertas

Pela Directoria Geral dos Correios: *Boletim Postal*, collecção de todos os fasciculos publicados desde o 1.º numero até Dezembro de 1894, e mais o fasciculo n. 5 deste anno.

Pelos respectivos autores:

Consultor do Commercio, por João Candido Martins;

Indicações sobre a Historia Nacional, por Tristão de Alencar Araripe.

Pelo socio sr. dr. Antonio de Toledo Piza: *Documentos interessantes para a historia e costume de S. Paulo*, os dez volumes publicados (1 até 12); *Relatorio da Repartição de Estatistica e Archivo de S. Paulo*, relativo ao anno de 1893.

Pela Directoria do Serviço Sanitario: *Boletim de Estatistica*, fasciculo de Abril.

Pelo sr. dr. Mello Moraes Filho: *Archivo do Districto Federal*, fasciculo de Junho.

Pela Companhia Industrial; *Almanak do Estado de S. Paulo* para 1895.

Pelas respectivas redacções;

Diario Official do Estado;

A Madrugada.

São estas offertas recebidas com especial agrado.

O sr. Presidente, recordando os serviços prestados pelo benemerito cidadão dr. Joaquim Saldanha Marinho, declara que vai mandar consignar na acta da presente sessão um voto de pesar pelo passamento dessa illustre individualidade, suppondo assim interpretar os sentimentos não só dos socios presentes como de todos os membros do Instituto.

ORDEM DO DIA

E' lido, posto em discussão e sem debate approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficára sobre a mesa e vem transcripto na acta anterior, sendo proclamados membros do Instituto os srs.:

Luiz de Frauça Almeida e Sá, socio effectivo;

Drs. Oscar Leal, Ernesto Goulart Penteado e Henrique Coelho, socios correspondentes;

Barão Homem de Mello, socio honorario.

Foi lido e ficou sobre a mesa para ser discutido na 1.ª sessão o parecer da Commissão de admissão de socios concluindo favoravelmente a respeito das propostas relativas á admissão dos srs. drs. Jorge Maia, Ernesto Young, Luiz Pereira Barreto, José da Costa Rangel Junior, Alfredo de Toledo e Bellarmino Carneiro.

Foram lidas e remettidas á Commissão de admissão de socios as seguintes propostas:

Para socio honorario o sr. Barão de Paranapiacaba, litterato e poeta distintissimo, autor e traductor de muitas obras poeticas, residente na Capital Federal, assignada por Manoel Antonio Duarte de Azevedo, Carlos Reis e Manoel Ferreira Garcia Redondo.

Para socio honorario o sr. Barão do Rio Branco, arbitro por parte do governo brasileiro no litigio das Missões, residente em Londres, assignada por dr. Cesario Motta Junior, Carlos Reis e Manoel Ferreira Garcia Redondo.

O socio sr. Tancredo Amaral leu alguns capitulos da sua obra *A historia de S. Paulo*, sendo applaudido e felicitado pelo seu trabalho.

O sr. dr. Orville Derby, explanando-se em considerações a respeito das divisas de S. Paulo e Minas Geraes apresenta e offerece ao Instituto as copias de duas cartas geographicas antigas e ainda ineditas; uma de 1766, tendo o seguinte titulo *Carta chorographica da Capitania de S. Paulo*, em que se mostra a verdadeira situação dos logares por onde se fizeram as sete principaes divisões do seu governo com o de Minas Geraes; a outra de 1778, com o seguinte titulo — *Mappa da capitania de Minas Geraes*, com a divisa de suas comarcas.

O sr. Presidente agradeceu ao sr. Derby a offerta que acaba de fazer e por nada mais haver a tratar levantou a sessão.

7.ª sessão, em 20 de Junho de 1895.

Presidencia do sr. dr. Cesario Motta Junior

A's 7 horas da noite presentes os socios srs. Cesario Motta, Alexandre Riedel, Garcia Redondo, [illegible] Clemontino Castro, Theodoro Sampaio, Orville Derby, Henry Wu[illegible] João Monteiro, Paula Souza, Pedro Vicente, Gomes Cardim, Domingos Jaguaribe, Antonio Piza, Manoel Guimarães, Soares Romeo Tancredo Amaral e Carlos Reis o sr. Presidente declarou aberta a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

Comparece e toma assento o sr. dr. Ernesto Goulart, acceito na sessão passada na qualidade de socio correspondente.

O 1.º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios

Da commissão da colonia franceza desta capital convidando o Instituto a tomar parte na manifestação commemorativa da morte de Sadi Carnot a 24 do corrente. — E' acceito o convite e nomeada para representar o Instituto uma commissão composta dos srs. dr. João Monteiro, dr. Domingos Jaguaribe e Jules Martin.

Do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano participando ter recebido a communicação da fundação do nosso Instituto, congratulando-se com os seus fundadores, promettendo todo o auxilio a bem da nossa associação e declarando ter remettido uma collecção da sua *Revista* e duas obras. O 1.º Secretario informa que esta offerta ainda não chegou ás suas mãos.

Do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros accusando o recebimento da communicação da fundação do nosso Instituto e fazendo votos pela sua prosperidade.

Offertas.

Pelos respectivos autores:

A Historia de S. Paulo, por Tancredo do Amaral; *Guia de viagem para as aguas mineraes*, por Maximino Serzedello. *Do Tejo a Pariz, Viagem a um paiz de selvagens, O Amazonas*, pelo dr. Oscar Leal; *Rochas Nepelinas do Brasil, Os picos altos do Brasil, Limites entre S. Paulo e Minas, A contribution to the geology of the lower Amazonas, Nepheline — Rocks in Brasil, Occurence of Xenotime as an accessory element in rocks, Magnetite ore districts of Jacupiranga and Ipanema, Nepheline — Rocks in Brasil* — Parte II, *The Amazonian upper carboniferous fauna*, pelo dr. Orville A. Derby.

Pelo socio sr. Dr. Orville Derby *Meteoritos brasileiro* pelo offerante, e *Ferro nativo de Santa Catharina*, por Luiz F. Gonzaga de Campos (em um volume);

As trilobitas do grez de Ereré e Maecurú, por John M. Clarke; Publicações da Commissão Geographica do Estado, a saber:

Relatorio sobre os serviços realizados em 1894; *Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema; Dados climatologicos*—1891 e 1892; *Boletim da Commissão*, volumes ns. 1 a 10 (faltando o n. 3).

Pelo sr. Lafayette de Toledo: *Collecção das leis do municipio de Casa Branca*—Tomo 1.º, 1892 a 1894.

Pelas respectivas redacções:

Diario Official do Estado; *Revista Agricola*, n. 1; *O Ensaio*, ns. 22 e 23.

Foram estas offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

E' lido, posto em discussão e sem debate approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficara sobre a meza na sessão passada, sendo proclamados membros do Instituto os srs.:

Drs. Jorge Maia, Ernesto Young e Luiz Pereira Barreto, socios effectivos.

Drs. José da Costa Rangel Junior e Alfredo de Toledo, socios correspondentes.

Foi lido e ficou sobre a mesa para ser discutido e votado na proxima sessão o seguinte parecer:

« A Commissão de admissão de socios, tendo examinado as propostas relativas aos srs. Barão de Paranapiacaba e Barão do Rio Branco para socios honorarios, verificou estarem as mesmas de accordo com os Estatutos e possuirem os proposos as qualidades exigidas; pelo que é de parecer que sejam as ditas propostas approvadas e os candidatos admittidos como membros honorarios deste Instituto, que em suas pessoas fará uma brilhante acquisição. — S. Paulo, 17 de Junho de 1895.—*Bento Bueno.—Luiz de Toledo Piza e Almeida.*—Deixa de assignar o sr. dr. Duarte de Azevedo por ser signatario de uma das propostas».

Foi lida e remettida á Commissão de admissão de socios uma proposta assignada pelos srs. drs. Manoel Ferreira Garcia Redondo, Eugenio Alberto Franco e Carlos Reis propondo para socio correspondente o sr. J. Maximino Serzedello, autor da Guia de viagem para as aguas mineraes de Minas, brasileiro, residente na Capital Federal.

O sr. dr. Orville Derby leu e apresentou um seu trabalho a respeito da denominação—*Serra da Mantiqueira*—dada ao systema de montanha assim chamado, o qual foi muito apreciado.

O sr. dr. Domingos Jaguaribe tambem procedeu á leitura de mais uns capitulos da sua obra *Origens Republicanas do Brazil*, sendo applaudido.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente apresenta o alvitre de celebrar-se a proxima sessão, não a 5 mas a 4 de Julho, como uma homenagem á Republica Americana do Norte, alvitre que foi acceito unanimemente. Então o sr. presidente convidou o sr. dr. João Pereira Monteiro a encarregar-se de proferir o discurso official e levantou a sessão.

8.ª sessão, em 4 de Junho de 1895

Presidencia do sr. dr. Cesario Motta Junior

A's 6 horas da noite, presentes os socios srs. Cesario Motta, Garcia Redondo, Alexandre Riedel, Tiburtino Mondim, Paula Souza, Domingos Jaguaribe, João Monteiro, Theodoro Sampaio, Macedo Soares, Soares Romeo, Ernesto Goulart, Arthur Goulart, Orville Derby, José Vicente, Duarte de Azevedo, Antonio Piza, Gomes Cardim, Liberalino de Albuquerque, Henry White, Tancredo Amaral e Carlos Reis, o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

Em seguida foram recebidos os srs. Henry Smith, consul americano em Santos, dr. George Ritt, consul francez nesta capital, os quaes tomaram assento na mesa, drs. Arthur Prado de Queiroz Telles e Benedicto Castilho de Andrade, commissionados pela Camara dos deputados do Estado para represental-a nesta sessão, diversos representantes da imprensa desta cidade e da Capital Federal e outras pessoas convidadas para assistir á sessão.

EXPEDIENTE

Officio da Camara Municipal da Conceição de Itanhaen declarando, em resposta ao officio circular deste Instituto, que em seu archivo nenhum documento existe que possa ser util á nossa associação e que, com os poucos que ainda lá se encontram, o cidadão Benedicto Calixto está organisando um trabalho que submetterá á apreciação deste Instituto.

Houve a offerta do n.º 5 do *Boletim de Estatistica Demographo-Sanitaria*, que foi recebida com especial agrado.

O sr. dr. João Monteiro participa que a commissão nomeada para representar o Instituto na homenagem a Sadi Carnot no anniversario de sua morte tinha desempenhado a sua incumbencia; o sr. Presidente, em nome do Instituto, agradeceu á Commissão e em particular ao sr. dr. João Monteiro pela bellissima oração que proferira.

Em seguida o snr. Presidente annunciou que se vai passar á ordem do dia, proferindo nesse acto uma brilhante allocução em que declara ter sido a presente sessão marcada para hoje como uma prova de consideração á grande Republica da America do Norte, que nesta data commemora o anniversario de sua independencia.

ORDEM DO DIA

E lido, posto em discussão e sem debate approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficara sobre a mesa e vem transcripto na acta anterior, sendo proclamados membros honorarios deste Instituto os srs. Barão de Paranapiacaba e Barão do Rio Branco.

Foi lido e ficou sobre a mesa para ser votado na sessão seguinte o parecer da Commissão de admissão de socios concluindo favoravelmente a respeito da admissão do sr. J. Maximino Serzedello na qualidade de socio correspondente.

Foram lidas e remettidas á Commissão de admissão de socios as seguintes propostas:

Para socio correspondente o sr. dr. Raymundo Pennaforte Alves do Sacramento Blake, engenheiro, autor de muitos trabalhos de geographia de São Paulo, brasileiro, residente em Jundiahy, assignada por Antonio de Toledo Piza, Manoel Ferreira Garcia Redondo e Theodoro Sampaio.

Para socio honorario o sr. dr. Georges Ritt, consul de França nesta Capital, doutor em direito pela Faculdade de Paris, assignada por dr. João Monteiro, M. F. Garcia Redondo e Carlos Reis.

Dada a palavra ao sr. dr. João Monteiro para proferir o discurso official de que se encarregara, leu elle um importantissimo trabalho sobre o grande povo que constitue a Republica dos Estados Unidos da America do Norte, no qual mais uma vez patenteou a robustez do seu brilhante talento e a rica e variada illustração do seu espirito, realçados por uma linguagem fluente, correcta e elevada.

No correr do discurso foi o orador por diversas vezes applaudido e, ao terminal-o, uma viva e prolongada salva de palmas cobriu as suas ultimas [illegible], sendo cumprimentado e felicitado pela assembléa.

Obtem a palavra o sr. dr. Georges Ritt, consul de França para agradecer ao Instituto o seu concurso na manifestação a Sadi Carnot e saudar as tres nações amigas - America do Norte, Brasil e França; foi o orador muito applaudido pelo bellissimo improviso que proferiu.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente agradeceu a presença das pessoas convidadas e levantou a sessão.

9.ª sessão em 20 de Julho de 1895

Presidencia do sr. dr. Duarte de Azevedo.

A's 7 horas da noite, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo Augusto Cardoso, Garcia Redondo, Theodoro Sampaio, Tristão Araripe, Viriato Brandão, Antonio Piza e Carlos Reis, faltando por motivo justo o sr. dr. Cesario Motta Junior, assume a presidencia o snr. Conselheiro dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, vice-presidente, e declara aberta a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º Secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Officios

Do sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da Camara Municipal desta Capital, declarando, em resposta ao officio deste Instituto, terem sido dadas as precisas ordens no sentido de ser facultado o ingresso no archivo municipal a quem ahi se apresentar em nome do Instituto, assim como para serem a este enviados os impressos que directa ou indirectamente lhe possam interessar.

Do sr. dr. Ernesto Guilherme Young, agradecendo a sua admissão como socio effectivo e promettendo seus serviços.

Do sr. Bellarmino Carneiro no mesmo sentido pela sua admissão como socio honorario.

Do sr. Libero Braga enviando um exemplar do 1.º volume do seu trabalho — *Esboço biographico do Dr. Alfredo Ellis.*

Offertas

Pelo socio sr. dr. Antonio de Toledo Piza, *Documentos interessantes*, volume 13.º.

Pelo Presidente da Camara Municipal desta Capital, *Relatorios* de 1893 e 1894.

Pelo sr. dr. Mello Moraes Filho, *Archivo do Districto Federal* fasciculo de Julho.

Pelas respectivas redacções:

Diario Official do Estado; *Revista Agricola*, n. 2.

Todas as offertas foram recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

E' lido, posto em discussão e sem debate approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficara sobre a meza na sessão passada, sendo proclamado socio correspondente o sr. Jose Maximino Serzedello.

Foi lido e ficou sobre a mesa para ser votado na sessão seguinte o parecer da Commissão de admissão de socios, cuja conclusão é favoravel á admissão dos srs. drs. Raymundo Pennaforte Alves do Sacramento Blake e Georges Ritt, este como socio honorario e aquelle como correspondente.

Foi lida e remettida á Commissão de admissão de socios a seguinte proposta:

Para socio honorario o sr. dr. Mello Moraes Filho, autor de diversas obras scientificas e litterarias, director archivista da Camara Municipal do Rio de Janeiro, redactor da Revista do Archivo do Districto Federal, etc., brasileiro, residente na Capital Federal, assignada por Carlos Reis, Duarte de Azevedo e Manoel Ferreira Garcia Redondo.

O sr. dr. Garcia Redondo, de accordo com o art. 25 dos Estatutos, propõe que seja submettido á discussão o importante trabalho do nosso consocio sr. dr. João Pereira Monteiro produzido na sessão de 4 do corrente, afim de deliberar a respeito da sua publicação na *Revista do Instituto*. O 1º Secretario faz igual proposta em relação ao trabalho do consocio sr. dr. Orville Derby sob a denominação *Serra da Mantiqueira*, lido e apresentado na sessão de 20 de Junho. Foram ambas as propostas approvadas, sendo tambem approvados os trabalhos dos srs. drs. João Monteiro e Orville Derby para o fim de serem publicados na *Revista*.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente levantou a sessão.

10.ª sessão em 5 de Agosto de 1895

Presidencia do sr. dr. Cesario Motta Junior

Ás 7 horas da noite, presentes os socios srs. Cesario Motta, Augusto Cardoso, Soares Romeo, Antonio Piza, Joaquim Piza, Hordec Lane, Alexandre Riedel, Theodoro Sampaio, Garcia Redondo, Orville Derby, Domingos Jaguaribe, Eugenio Franco, João Monteiro, José Vicente e Carlos Reis, o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1º Secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Officios

Do sr. dr. Oscar Leal agradecendo a sua admissão como socio correspondente e promettendo seus serviços.

Do sr. José Maximino Serzedello no mesmo sentido.

Offertas

Pelo sr. dr. Candido Motta, Promotor Publico desta Capital, *A Justiça Criminal*—Relatorio que apresentou ao Procurador Geral.

Pela directoria do Serviço Sanitario, *Boletim de Estatistica*, fasciculo de Junho.

Pelo sr. dr. Mello Moraes Filho, *Archivo do Districto Federal*, fasciculo de Agosto.

Pelo socio sr. Dr. Domingos Jaguaribe, as seguintes obras de que é autor: *Ciencia e moral do homem*; *Influence de l'esclavage et de la liberté*;

Homens e idéas no Brasil; L'art des hommes de bien; Revista util (3.º volume); e mais: *Silva Jardim* - Apontamentos para a biographia, por José Leão; *A Verdade* e *A Mutuca picante*, jornaes antigos publicados no Rio de Janeiro, diversos numeros.

Pelo socio sr. dr. Antonio Piza, *Documentos Interessantes*, volume 14.º

Pelas respectivas redacções:

Diario Official do Estado; *A Madrugada*; *A Instrucção Popular*, n. 1; *Santos Commercial*; *Diario de Taubaté*; *O Reporter*;

Foram estas offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

E' lido, posto em discussão e sem debate approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficára sobre a mesa na sessão passada, sendo proclamados membros deste Instituto os srs. drs. Raymundo Pennaforte Alves do Sacramento Blake e Georges Ritt, o 1º na qualidade de socio correspondente e o 2.º na de socio honorario.

Foi lido e ficou sobre a mesa para ser votado na sessão seguinte o parecer da Commissão de admissão de socios, cuja conclusão é favoravel á admissão do sr. dr. Mello Moraes Filho como socio honorario.

Foram lidas e remettidas á Commissão de admissão de socios as seguintes propostas:

Para socio honorario o sr. dr. Martinho de Freitas Vieira de Mello, subdirector do Correio Geral, cidadão illustrado que muitos serviços tem prestado ao paiz, brasileiro, residente na Capital Federal, assignada por Carlos Reis, Manoel Ferreira Garcia Redondo e Theodoro Sampaio.

Para socios honorarios os srs. Sylvio Romero, dr. Tristão Alencar Araripe Junior e Tristão Alencar Araripe, homens de lettras de reconhecida reputação no Brasil, brasileiros, residentes na Capital Federal, assignada por Manoel Ferreira Garcia Redondo, Domingos Jaguaribe e Carlos Reis.

Para socio correspondente o sr. Domingos Leopoldino Fonseca e Silva, professor de historia e homem de lettras, brasileiro, residente nesta capital, assignada por Manoel Ferreira Garcia Redondo, Carlos Reis e Theodoro Sampaio.

O sr. dr. Domingos Jaguaribe propõe que seja o seu trabalho - *Origens Republicanas no Brasil* submettido á deliberação na presente sessão para o fim de poder ser publicado na *Revista*, caso seja approvado visto como até hoje não foi apresentado o parecer da commissão á qual foi remettido. E' approvado que o dito trabalho do sr. dr. Jaguaribe seja publicado na *Revista do Instituto*.

O sr. dr. Theodoro Sampaio procede á leitura de um seu trabalho historico sobre a fundação da primeira colonia regular dos Portuguezes em S. Vicente, finda a qual foi applaudido e felicitado.

O sr. presidente consulta a casa si o bem elaborado trabalho que acaba de ser lido deve ou não ser publicado na *Revista*; a assembléa, sem debate e por votação unanime, responde affirmativamente.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente levantou a sessão.

11.ª sessão, em 20 de Agosto de 1895

Presidencia do sr. dr. Cesario Motta Junior

Á 7 horas da noite, presentes os socios srs. Cesario Motta, Carlos Reis, Antonio Pisa, Arthur Gaulart, E. Vanorden, Augusto Barjona, Viriato Brandão, Franco Gaulart, Domingos Jaguaribe, Aureliano Coutinho, Pedro Cardim e Souza Franco, o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º Secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Officios

Do sr. Barão de Paranapiacaba agradecendo a sua admissão como socio honorario e promettendo seus serviços.

Do sr. dr. Georges Ritt manifestando iguaes agradecimento e promessa e fazendo offerta da quantia de 50$000.

Do sr. dr. Raymundo P. A. do Sacramento Blake agradecendo a sua admissão como socio correspondente e promettendo seus serviços.

Offertas

Pelo Instituto Geographico e Historico da Bahia, a sua *Revista*, n. 4.

Pelo socio sr. dr. Antonio F. de Paula Souza, a sua *Geometria Superior*.

Pelo socio sr. dr. Antonio de Toledo Piza, *Documentos Interessantes*, volume X.

Pelo socio sr. dr. Raymundo Blake, *Noticia sobre a Provincia do Paraná* e um *Mappa da Provincia do Paraná*.

Pela Sociedade Pharmaceutica Paulista, a sua *Revista*, ns. 2, 3 e 4.

Pelo sr. Paulo Tavares, a *Revista Brasileira*, fasciculos ns. 2 a 15.

Pelo socio sr. Horacio de Carvalho, o seu *Discurso sobre Floriano Peixoto*.

Pela Directoria Geral dos Correios, *Boletim Postal, n. 7*.

Pelo Instituto Pedagogico Paulista, *A Instrucção Popular*, n. 2.

Pelo sr. dr. Alfredo Pujol, o seu *Discurso sobre Floriano Peixoto*.

Pelo sr. dr. Leopoldo de Freitas, o seu *Direito de Intervenção*.

Pelas respectivas redacções:

Diario Official do Estado; *Santos Commercial*; *Diario de Taubaté*; *O Reporter*; *Onze de Agosto*—1895, *O Municipio*; *Revista do Norte*—n. 9.

Foram estas offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

E' approvado o parecer da commissão de admissão de socios que ficára sobre a mesa na sessão passada, sendo proclamado socio honorario deste Instituto o sr. dr. Alexandre José de Mello Moraes Filho.

E' lido e fica sobre a mesa para ser discutido e votado na sessão seguinte o [illegible] commissão de admissão de socios opinando pela acceitação dos

srs. drs. Martinho de Freitas Vieira de Mello, Sylvio Romero, Tristão de Alencar Araripe Junior e Domingos Leopoldino da Fonseca e Silva, como socios do Instituto.

Foram apresentadas, lidas e remettidas á commissão de admissão de socios as seguintes propostas:

Para socios effectivos: os srs. drs. Alfredo Pujol e Leopoldo de Freitas; para correspondente o sr. Eurico Saldanha, e para honorario o sr. dr. Joaquim José de Menezes Vieira.

Fica deliberado que a proxima sessão se realise a 7 e não a 5 de Setembro.

O sr. Presidente levantou a sessão.

12.ª sessão em 7 de Setembro de 1895

Presidencia do sr. dr. Carlos Reis

A's 7 horas da noite, presentes os srs. socios inscriptos no respectivo livro o socio sr. dr. Carlos Reis assumiu a presidencia, na falta do Presidente e Vice-presidente, convidou os socios srs. dr. Antonio Piza e Augusto Barjona para servirem de 1.º e 2.º Secretarios e declarou aberta a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º Secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Officio do sr. Frederico Lisboa, director do archivo publico da Bahia, offerecendo um exemplar do *Relatorio sobre Antonio Conselheiro.*

Offertas

Pelo sr. Luiz de França Almeida e Sá, o seu *Promptuario commercial, civil e militar.*

Pelo socio sr. dr. Domingos Jaguaribe, o *Relatorio* do Director da fazenda de S. João da Montanha.

Pela respectiva secretaria, o *Relatorio* do dr. Cesario Motta como Secretario do Interior.

Pelo sr. dr. Mello Moraes Filho, *Archivo do Districto Federal* — fasciculo n. 9.

Pelo sr. Paulo Tavares, a *Revista Brasileira* fasciculos ns. 16 e 17.

Pela respectiva commissão, a *Polyanthéa* commemorativa do 13.º anniversario da morte de Luiz Gama.

Pelas respectivas redacções:

Diario Official do Estado; *Santos Commercial*; *Diario de Taubaté A Madrugada*; *O Municipio*; *O Reporter.*

Foram estas offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

E' approvado o parecer da commissão de admissão de socios que ficára sobre a mesa na sessão passada, sendo proclamados membros deste Instituto os srs. drs. Martinho de Freitas Vieira de Mello, Sylvio Romero, Tristão de

Alencar Araripe e Tristão de Alencar Araripe Junior como socios honorarios e o sr. Domingos Leopoldino da Fonseca e Silva como socio correspondente. Achando-se presente este ultimo, foi convidado a tomar parte nos trabalhos na qualidade de socio, o que fez.

E' lido e fica sobre a mesa para deliberação na sessão seguinte o parecer da Commissão de admissão de socios opinando pela acceitação dos srs. drs. Alfredo Pujol e Leopoldo de Freitas como socios effectivos, Eurico Saldanha como correspondente e dr. Joaquim José de Menezes Vieira como honorario.

Dada a palavra ao socio sr. Domingos Leopoldino, procedeu este á leitura de um bem elaborado trabalho sobre o facto da independencia do Brasil, citando certos pormenores com o mesmo relacionados. Ao terminar foi vivamente applaudido.

Ficou deliberado que este trabalho fosse publicado na *Revista do Instituto*.

Levantou-se a sessão.

13.ª sessão, em 20 de Setembro de 1895.

Presidencia do sr. dr. Cesario Motta Junior.

A's 7 horas da noite, presentes os socios srs. Carlos Reis, Domingos Jaguaribe, Valois de Castro, Augusto Cardoso, Augusto Barjona, Soares Romeo, Antonio Piza, Ernesto Goulart, Thedoro Sampaio e Alexandre Riedel, foi a sessão aberta pelo 1.º Secretario sr. dr. Carlos Reis, comparecendo depois o sr. dr. Cesario Motta que assumiu a presidencia.

Foi approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º Secretario deu conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios

Do socio sr. dr. Manoel A. de S. Sá Vianna agradecendo ter sido considerado socio fundador do Instituto.

Do sr. dr. Sylvio Romero, agradecendo a sua admissão como socio honorario.

Do socio sr. Tenente Coronel Araujo Macedo enviando dezesete moedas e cinco medalhas que offerece ao Instituto.

Offertas

Pelo Professor Fernando Martins Bonilha Junior, a sua *Phonologia Portugueza*.

Pela Companhia Industrial de S. Paulo, o *Indicador da Capital* para 1895.

Pelo sr. dr. Argemiro da Silveira, a *Minuta de aggravo commercial* de que é signatario.

Pelo sr. Paulo Tavares, a *Revista Brasileira*—fasciculo n. 18.

Pela Directoria Geral dos Correios, o *Boletim Postal*—fasciculo de Agosto.

Pe'a Sociedade Pastoril e Agricola, a sua *Revista Agricola*—ns. 3 e 4.

Pelo Instituto Pedadogico Paulista, *A Instrucção Popular*—n. 3.

Pelas respectivas redacções: *Revista do Norte*—ns, 5, 6, 7, 8, 10 e 11; *Diario Official* do Estado; *O Municipio*; *Santos Commercial*; *Diario de Santos*; *Diario de Taubaté*; *O Reporter*; *O Ensaio*.

Foram estas offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

E' approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficára sobre a mesa, sendo proclamados membros deste Instituto os srs. drs. Alfredo Pujol e Leopoldo de Freitas na qualidade de socios effectivos, Eurico Saldanha na de correspondente e dr. Joaquim José de Menezes Vieira na de honorario.

E' remettida á respectiva Commissão uma proposta firmada pelos socios drs. Domingos Jaguaribe, Carlos Reis e Theodoro Sampaio, propondo o sr. dr. Assis Brasil para socio honorario.

Dada a palavra ao socio sr. dr. Antonio Toledo Piza, que se achava inscripto, faz elle uma exposição dos trabalhos que vem apresentar ao Instituto e em seguida procede á leitura dos referidos trabalhos, a saber: *Biographia do Padre Jesuino do Monte Carmello*, pelo socio sr. Antonio Augusto da Fonseca e *Oração funebre* pronunciada pelo Padre Diogo Feijó em Itú a 2 de Junho de 1821.

Foi deliberado que estes trabalhos fossem publicados na *Revista*.

Ficou tambem deliberado que a proxima sessão fosse realisada a 12 de Outubro, na qual o socio sr. Conego dr. Valois de Castro lerá um trabalho a respeito de Frei Germano d'Annecy.

Nada mais havendo a tratar, foi levantada a sessão.

OS SELVAGENS DE S. PAULO

Em tres tribus ou grupos podem ser divididos os selvagens que habitam os sertões de S. Paulo: *Caynás*, *Coroados* e *Chavantes*.

Não é nosso fim tratar desenvolvidamente do que diz respeito a esses aborigenes, mas dar uma breve noticia da lingua, usos e costumes e caracteres physicos de cada um delles.

Neste artigo nos occuparemos dos primeiros.

I

Os Caynás

A sua lingua, com leve alteração, é a *guarany*, e á familia deste nome podemos, sem duvida, filial-os.

Como todas as linguas dos indigenas da America, pertence a sua ao grupo das agglutinantes, em que os elementos que entram na contextura da palavra não conservam todos seu valor proprio: ha a raiz principal, que se mantem inalterada, e a raiz ou raizes secundarias, que perdem a independencia, atrophiam-se e funccionam como elementos modificativos da raiz principal.

Comquanto rudimentar, têm os Caynás sua grammatica.

Possuem tres pronomes pessoaes, com que designam as tres pessoas do singular: *che*, eu, *de*, tu, e *upeá*, elle. Estes pronomes prefixados a substantivos denotam possessão. Ex.: *juá*, braço; *Chejuá*, o meu braço *dejuá*, o teu braço, *upeájuá*, o seu braço ou braço delle.

Os tempos verbaes são todos derivados do infinito, a cujo final agglutinam a terminação *agué* ou *aguá*, para indicar o passado, e *avan* ou *angave*, para exprimir o futuro, sendo as pessoas discriminadas pela prefixação do respectivo pronome pessoal seguido de *a* quanto á 1.ª pessoa e de *o* quanto á 2.ª e 3.ª A fórma do presente é a mesma do infinito, prefixados a esta o pronome e letra euphonica. O participio fórma-se tambem do infinito, agglutinando-se-lhe a terminação *oina* ou *ina*. Exemplos; sejam os verbos *monhá*, correr, e *mondó*, mandar.

Cheamonhá, eu corro
Deomonhá, tu corres
Upeomonhá, elle corre
Cheamonháagué, eu corria
Deomonháagué, tu corrias
Upeomonháagué, elle corria
Cheamonháavan, eu correrei
Deomonháavan, tu correrás
Upeomonháavan, elle correrá
Monháoina, correndo
Cheamondó, eu mando
Deomondó, tu mandas
Upeomondó, elle manda
Cheamondóaguá, eu mandava
Deomondóaguá, tu mandavas

Che a mondóangave, eu mandarei
Deo mondóangave, tu mandarás
Mondoina, mandando.

Têm alguns adverbios para as circumstancias de tempo e logar; de tempo: *cucé*, hontem, *annguê*, hoje, *coeramo*, amanhã, *angave*, logo; de logar: *coépe*, aqui, *upépe*, ali.

Para exprimirem os sete numeros simples (um a sete), termo de sua numeração, empregam os nomes *peten*, *mochoén*, *boapé*, *irundy*, *tinhernin*, *temová* e *boaperá*.

Quanto aos costumes. Os Caynás andam nús; os homens completamente e as mulheres apenas velam as partes genitaes com uma tanga de embira trançada. Usam furar o labio inferior, collocando na abertura um pedaço de resina. Os homens trazem os cabellos cortados. Sepultam os cadaveres dos da sua tribu, em posição horisontal, e são respeitosos para com a velhice.

Tem uma unica industria e ainda limitada ás necessidades domesticas—a fabricação de louças de barro, a qual é exercida pelas mulheres.

Suas armas são o arco, a flexa, a lança e o tacape.

São os Caynás de côr de cobre amarellado, têm a fronte saliente e alombada, os cabellos pretos, grossos e lisos, os olhos tambem pretos e bridados, rosto achatado, labios grossos, orelhas grandes, queixo saliente; seus membros são reforçados, os pés pequenos e as unhas chatas.

São naturalmente indolentes, ainda que algum tanto robustos e valentes.

C. R.

TYPOS YTUANOS

I

Padre Jezuino do Monte Carmello

No seculo XV, quando as sciencias renasciam na Italia e as bellas artes floresciam rapida e brilhantemente, nasceu em 1452 na aldeia de Vinci, perto de Florença, Leonardo de Vinci, um dos maiores genios das bellas artes e das sciencias de que a historia tem perpetuado o nome e a gloria. Filho natural de um obscuro notario de nome Piero, desde a mais tenra idade manifestou decidida vocação para as artes e principalmente para a pintura. Seu pae, observando os seus variados e tão preciosos talentos, levou-o a Florença, apresentou-o a Verachio, pintor já bem conhecido, e pediu-lhe que admittisse o menino Leonardo como aprendiz em seu *atelier*.

Aos vinte annos de idade, o discipulo de Verachio era já um celebre pintor, esculptor, architecto e musico, e depois de mais alguns annos era tambem reconhecido como um grande homem de sciencias.

Se Leonardo de Vinci tivesse nascido em Ytú no ultimo quartel do seculo passado, como o Padre Jezuino do Monte Carmello, de uma familia obscura e pobre, não passaria da altura do Padre Jezuino, assim como este, se tivesse nascido na Italia, na segunda metade do seculo XV, talvez tivesse alcançado nas bellas artes a brilhante reputação de Leonardo de Vinci, se encontrasse

como este, um mestre como Verachio e um protector como Lourenço de Medicis— o Magnifico.

O Padre Jezuino apenas pode aprender as primeiras lettras, deu-se ao officio de pintor para ganhar o pão de cada dia e viveu disso alguns annos. Nunca viu um atelier de pintura, nem teve um mestre qualquer; entretanto chegou a ser um bom pintor, esculptor, musico compositor e architecto, como adiante se mostrará.

Jezuino casou-se, teve tres filhos e uma filha, e enviuvou aos trinta annos mais ou menos de edade. Nesse tempo foi procurado para encarregar-se de fazer na Igreja do Carmo algumas pinturas, de que ella muito precisava. Era então prior do convento do Carmo um frade portuguez, chamado frei Thomé, que, segundo a tradicção, era homem illustrado e conhecia bem as mathematicas. Frei Thomé, emquanto Jezuino trabalhava, estava sempre alí a palestrar com elle; logo conheceu a sua grande intelligencia e numa dessas palestras lhe dissera Jezuino: —« Desde a minha mocidade tive decidida vocação para o estudo ecclesiastico e não me ordenei, como tanto desejava, porque a pobreza de minha familia não permittiu que eu estudasse o latim; dei-me a este officio como um meio de vida. Agora que estou viuvo, quantas vezes me tenho lembrado com magua o não saber latim; se eu o soubesse ainda me ordenaria.»

Replicou-lhe então frei Thomé: « Si é esse o unico obstaculo, furtai do vosso trabalho de uma a duas horas todos os dias e ide a minha cella; e eu vos garanto que em dois annos estareis habilitado para vos ordenardes.»

Jezuino assim o fez, e em dois annos era o Padre Jezuino do Monte Carmello, tão celebre pelas obras de arte que fez, como amado e admirado por suas grandes virtudes.

A Igreja do Patrocinio é obra exclusivamente sua e de seu filho Elysèo, que o ajudava. Em frente a essa Igreja construiu para si uma casa, que ainda existe e tomava toda a largura do pateo, a qual era uma especie de cenobio onde residia com seus quatro filhos e com o menino João Paulo, creado e educado por elle.

A este menino João Paulo ensinou elle muzica, fez estudar latim com o Padre Mestre Manoel Floriano e ordenar-se. O Padre João Paulo tornou-se mais tarde um latinista abalisado e substituiu o Padre Manoel Floriano na cadeira de latim da villa de Ytú.

O Padre Jezuino trouxe tambem para a sua companhia os seus irmãos José Luiz e Francisco do Monte Carmello e a sua irmã Maria, que foram por elle creados e educados, e tornaram-se pessoas uteis a sociedade. Na sua casa todos eram bem vindos, principalmente os pobres, que sempre encontravam nella conforto e agasalho.

Dos tres filhos do Padre Jezuino, dois, Simão e Elias, tambem receberam ordens sacras e foram bons sacerdotes, especialmente o Padre Elias, que foi um santo varão e morreu velho, sempre gosando da maior estima e veneração do povo Ytuano, por suas virtudes evangelicas e pela pureza de seus costumes. O terceiro filho, Eliséo, casou-se e foi sempre o auxiliar de seu pai como pintor e esculptor, e notabilisou-se pela sua extraordinaria voz de baixo profundo; nunca nas egrejas de Ytú se ouviu voz mais grave, mais sonóra e profunda.

Padre Jezuino emprehendeu a construcção da Igreja do Patrocinio, pedindo esmolas ao povo e trabalhando elle e seu filho Eliséo com a perseverança, dedicação, economia e zelo, com que trabalha quem edifica

uma casa para a sua residencia ou constróe uma maquina com a qual espera ganhar uma fortuna. Entretanto, estes dois homens nada esperavam receber neste mundo em recompensa de tanto trabalho.

Padre Jezuino organisou, elle mesmo, a planta da sua egreja e executou-a tal e qual como existe até hoje. Tudo quanto alli se vê de architectura, esculptura e pintura, é obra exclusiva destes dois bravos homens que se não tivessem vivido em Ytú naquelle tempo de tanto obscurantismo, seriam celebres architectos e grandes mestres das bellas artes.

Em 1817 concluiu-se a obra e preparou-se a inauguração para o mez de Novembro. Padre Jezuino deixou então o escopro de esculptor com que tinha feito as imagens precisas para o templo, o pincel com que tinha feito as pinturas e quadros, e o compasso do architecto, tomou a penna e escreveu todas as musicas necessarias para a festa da Senhora do Patrocinio.

Este homem, que nunca tivera um mestre de musica que lhe desse algumas lições de contraponto, escreveu as musicas para novenas, vesperas, matinas solemnes, *te-deum laudamus*, pangelingua e missa solemne a dois córos, que foram executadas nas grandes festas da inauguração, com applausos dos melhores mestres de musica da Capital, entre os quaes figurava André da Silva Gomes, compositor muito estimado naquelle tempo, professor publico de latim e rhetorica em S. Paulo e membro do Governo Provisorio de 1821-22.

Depois compoz todas as musicas precisas para as festas da Semana Santa, com matinas de quarta, quinta e sexta-feira musicas que até hoje ainda são cantadas nessas festas.

O escriptor e poeta portuguez Emilio Zaluar viajou

em S. Paulo em 1858, mais ou menos e nas suas impressões de viagem, que publicou em jornal do Rio, disse o seguinte : — «Em Ytú ha o templo da Senhora do «Patrocinio, de estylo gothico que attrae a attenção do «viajante pela sua belleza e elegancia; nenhum viajante «deve deixar de vel-o.»

Em 1862, mais ou menos, quando eu residia no municipio de Campinas, o finado senador mineiro dr. Firmino Rodrigues Silva, que foi jornalista notavel e um dos luzeiros do parlamento brazileiro, foi a Campinas em viagem de recreio. Depois de estar dois dias em minha fazenda, levei-o para Ytú, e como não houvesse ainda estrada de ferro fizemos a viagem em troly. Caminhamos, pois, sete leguas no mesmo assento e muito conversamos durante a viagem, que durou quasi todo o dia. Então tive occasião de contar-lhe a historia da construcção da Igreja do Patrocinio e repeti-lhe o que desse templo dissera o poeta Zaluar.

«Pois quero ver esse templo amanhã, me disse elle. No dia seguinte lá fomos; estava a egreja aberta, mas deserta porque a missa do dia já tinha sido dita. O senador entrou, parou em baixo do côro e em silencio examinou e observou tudo por muito tempo; seguiu depois, vagarosamente, até a capella-mór, continuou a observar todo o interior do templo e voltou a encontrar-se commigo. Então lhe disse eu: — «Senhor senador, «o que acha ? Zaluar tem ou não razão no que disse «desta egreja ?» — Não tem rasão, me respondeu sentenciosamente, «isto nunca foi estylo gothico.»

«Então que estylo tem ?» perguntei-lhe eu. — «Nenhum, me replicou elle ; não é gothico, nem dorico, «nem corinthio, não tem estylo algum conhecido ; porém, é nisto mesmo que está o seu grande merito. E'

«um parto *sui generis*, um estylo original, que sahiu da «cabeça de um artista, que não conheceu systema «algum de architectura, mas que tinha na cabeça o «ideal da arte. E' um templo digno de ver-se pela sua «elegancia e originalidade.»

Em Novembro proximo passado estive em Ytú e passando pelo largo do Patrocinio, notei que a Igreja estava com uma fachada inteiramente nova e elegante; gostei de vel-a assim renovada. Notei tambem que faziam-se obras interiores; entrei e vi que tinham sido tiradas aquellas bonitas columnas, que em distancias regulares subiam unidas ás paredes até certa altura, onde serviam de pedestal ou pontos de apoio para os arcos, que atravessavam o espaço de uma columna a outra, fingindo sustentarem o tecto com os seus grandes zimborios. Eram exactamente aquellas columnas, aquelles arcos e zimborios que davam ao templo a elegancia interior e a originalidade que tanto impressionaram o poeta Zaluar e o senador Firmino Silva. Fiquei contristado e sahi logo, maguado pela ideia que o templo ia ser todo reformado e desappareceria para sempre o monumento que attestava que em Ytú houve um homem de genio artistico que tinha uma grande cabeça, assim como um grande coração e grandes virtudes.

Si havia necessidade de fazerem-se columnas de tijolos, que firmasse as paredes, deviam fazel-as, porem, sempre recollocando as antigas columnas nos seus logares, unidas as paredes de maneira a ser conservado o mesmo original estylo de architectura. Não sei si assim se fará, mas será um crime de lesa-arte e de lesa tradicção si o não fizerem. A capella-mór não tinha ainda sido tocada, e si for conservada será isso uma

attenuante ao delicto da destruição das obras primitivas do corpo da Igreja. Os bons Ytuanos, amigos da sua terra e zeladores das suas honrosas tradicções, deviam intervir e obter de quem dirige as novas obras que deixe ao menos a capella-mór intacta, afim de que por ella se possa julgar o que foi a primitiva Igreja do Patrocinio do Padre Jezuino, esse monumento imorredouro do seu genio artistico.

O filho Padre Simão, que conservou aquella Igreja até depois de 1850, guardava com amor filial tudo quanto fôra obra de seu pai, e tinha bem conservadas todas as musicas de sua composição. Não sei quem foi seu herdeiro, nem onde param, nem si ainda existem as differentes peças de musicas proprias para as grandes festas que outróra se celebravam naquelle templo.

Ha cerca de vinte e cinco annos tive occasião de perguntar ao finado Manoel José Gomes, pai do grande maestro Carlos Gomes, o qual fôra amigo e admirador do Padre Jezuino e todos os annos ia a Ytú tocar o primeiro violino naquella festa, si conservava alguma das musicas compostas pelo Padre Jezuino. Respondeu-me que as tinha todas e as conservava com grande cuidado, e que algumas vezes ainda se entretinha tocando em sua rabéca longos trechos dessas musicas de tão saudosa recordação. E' possivel que os seus filhos, Carlos-Gomes e Sant'Anna Gomes, as conservem e tenham nellas feito os seus primeiros passos na sublime arte de Verdi e Mozart.

Como já disse, a casa de morada do Padre Jezuino era uma especie de cenóbio, onde viviam alguns padres e outros aggregados á familia Monte Carmello; era tambem o logar de *rendez-vous* diario de outros pa-

dres e de muitos amigos. Naquelle tempo havia em Ytú muitos padres; não desses que se ordenam por officio, mas por vocação natural e desejo de bem servir a humanidade, segundo as suas crenças religiosas. Eram esses padres quasi todos filhos dos mais abastados e aristocraticos fazendeiros, entre os quaes preponderava a ideia *que toda a familia nobre devia ter um filho no exercito e outro no altar*. Os padres frequentadores do cenóbio *patrocinista* eram desse genero. Ytú tinha então cerca de vinte e cinco padres, filhos do logar e quasi todos notaveis por suas virtudes. Citaremos os nomes de alguns:

O franciscano Frei Ignacio de Santa Justina, pertencente á familia Silveira, era intelligente, tinha estudos profundos de philosophia theologica e foi lente dessa materia em um convento do Rio de Janeiro. Este foi o professor do grande orador sagrado Monte Alverne, que, quando por sua vez tornou-se professor da mesma materia no mesmo convento, frequentemente citava com respeito, nas suas preleções, as opiniões do seu mestre («frei Ignacio de Santa Justina, *que ainda vive em* Ytú», accrescentava elle). Referiu-me este facto o dr. José Manoel da Costa Bastos, natural da cidade de Campos e antigo discipulo de Monte-Alverne.

O Padre *Arrudinha* era tão virtuoso que passava por santo; era tal a fama das suas virtudes que ao descer o seu cadaver ao fundo da sepultura, o povo julgou ver esta toda *illuminada*; a noticia espalhou-se e foi geralmente acreditada, e a tradicção deste milagre existe até o presente. O Padre João Leite Ferraz, ou de Sampaio, era conhecido pelo appellido de *Padre Sargento-mór*, porque tinha sido sargento-mor de milicias, casado e fazendeiro rico; mais tarde enviuvando e sa-

bendo seu latim (como quasi todos os fazendeiros de Ytú), ordenou-se e foi um sacerdote exemplar. O Padre Antonio Joaquim de Mello foi homem de intelligencia superior, tornou-se bispo de S. Paulo em 1851, voltou a residir em Ytú e alli morreu em 1861. O Padre José Galvão de França foi um cidadão distincto e bom sacerdote. O Padre Francisco Pacheco, que sendo fazendeiro rico, ordenou-se, deu tudo quanto possuia em esmolas e morreu pobre. O Padre Manoel Floriano era filho do celebre capitão mór Vicente da Costa Taques Goes e Aranha e pertencia a alta fidalguia paulistana; dedicou-se ao ensino da lingua latina e prestou serviços a sua terra natal.

O Padre Manoel da Silveira tanto exagerou as virtudes religiosas que inutilisou-se, fazendo-se anacoreta e cahindo em verdadeiro nervosismo mystico; encerrou-se em um quarto do cenobio, onde passou vinte e tantos annos sem dirigir uma só palavra a alguem e sem responder a quem a elle se dirigia, excepto ao Padre Elias, filho do Padre Jezuino, que era a unica pessoa com quem fallava, em cuja companhia resava os officios divinos e ia ouvir missa na visinha Igreja do Patrocinio; os padres Antonio Felix, Jeronymo Rodrigues e outros excellentes sacerdotes que foram padres de coração e não de officio.

Ainda á este mesmo admiravel grupo pertencia o Padre Diogo Antonio Feijó, depois senador e regente do Imperio, o qual já nesse tempo não se limitava ao estudo da philosophia theologica, mas ensinava a philosophia kantiana e outras materias, e já era dos que no Brazil mais conheciam a sociologia. Com o mesmo ardor com que propagava a doutrina christã dedicava-se ao direito publico, e juntamente com o finado sena-

dor Paula Souza preparava os Ituanos para a revolução de 1822, na qual teve grande parte como conselheiro e assessor da camara municipal de Ytú.

Eram ainda desse tempo os padres Francisco Leite Ribeiro (meu tio avô) e Melchior de Pontes Amaral, homens virtuosos e intelligentes que, em falta de bachareis, se deram ao estudo da jurisprudencia e a pratica da advocacia ; o Padre Campos, ex-jezuita, que a sua custa edificou o antigo seminario, com uma boa capella, e por testamento legou-o á camara municipal para que delle fizesse uma instituição de ensino popular — condição esta que não foi realisada, porque em vez de um estabelecimento de instrucção popular e democratica, aquelle seminario está transformado em collegio dos padres jesuitas, onde o ensino é todo privilegiado, sectario e aristocratico; e, finalmente, o Padre Antonio Pacheco da Silva, que será o objecto de um estudo especial, em outro artigo.

Morto o Padre Jezuino, foi o seu cadaver enterrado no convento do Carmo; alguns annos depois foram os seus ossos transferidos para a Igreja do Patrocinio. Por occasião dessa trasladação o Padre Diogo Feijó recitou uma oração funebre, que é um documento curioso e importante e vai adiante transcripto. Nesse discurso disse Diogo Feijó que quem fallava com o Padre Jezuino ficava desde logo, como elle ficára, subjugado, como que magnetisado, e desejava sempre vel-o e ouvil-o ; seu olhar, sua voz, seus gestos eram attrahentes ; sem ter instrucção philosophica, subia ao pulpito e discorria sobre um ponto qualquer de religião ou de moral de modo que prendia a attenção dos ouvintes, porque as suas palavras sahiam do coração e eram a expressão do que elle sentia em sua consciencia, ex-

primiam o mais fino bom senso e uma santa philosophia, que lhe era natural e não recebida dos livros.

Erasmo, o grande philosopho hollandez, ao acabar a leitura do *Tusculanas*, de Cicero, que foi a maior intelligencia da antiguidade, segundo a opinião do Padre Ventura de Rarifeau, exclamou: — *Este livro parece que foi dictado pelo proprio Deus!* Eu creio que o Padre Feijó podia acrescentar a exclamação de Erasmo ao que acima referi e dizer que, si o Padre Jezuino era assim, foi porque as suas palavras eram inspiradas pelo proprio Deus.

ANTONIO AUGUSTO DA FONSECA

S. Paulo, Agosto de 1895.

Oraçam funebre (1)

Pregada pelo Padre Diogo Antonio Feijó no anniversario do Padre Jezuino do Monte Carmelo, em occasiam que se mudaram os ossos do mesmo do convento do Carmo para a Igreja da Senhora do Patrocinio, a 2 de Junho de 1821.

Non recedit memoria ejus — Eclesº.

Seu nome nam cairá jamais no esquecimento.

O malvado, que aproveitando-se das circumstancias favoraveis aos seus designios, tem espalhado a fama de suas açoins, e de seo nome, parece disputar ao justo o privilegio da imortalidade.

(1) Este discurso foi publicado em folheto ha muitos annos, sendo a tiragem pequena e distribuida entre os amigos do finado. Está exgottada a edição, constando que ha um exemplar na bibliotheca da Academia.

(N. da R.)

O Eróe, que o mundo aplaude, quando era bem credor de sua execraçam, que de ordinario eleva o edificio de sua gloria sobre a ruina de seos semelhantes, atráe comtudo quazi sempre os elogios, e a admiraçam do seu seculo : a posteridade parece empenhada em guardar a memoria de seos feitos, e seo nome. Mas que diferença entre a memoria do justo, e do que o nam é! O primeiro é lembrado com dor, e saudade : o segundo com orror, e indignaçam; um é sempre lembrado para ser objecto de respeito, e imitaçam, outro é apontado algumas vezes somente, e para vergonha, e confuzam do impio e do insensato.

Meos Senhores, eu nam venho neste lugar santo conçagrar louvores a um Eróe, em quem a religiam tem reconhecido o cunho da santidade. A cadeira da verdade véda ao orador christam, arriscar esse tributo da Justiça ao omem, que nam tem a seu favor os votos do Universo; mas a virtude tem seos gráos, e a religiam nam proibe fazer soar em seos templos a voz do amor, da gratidam, e da saudade.

O Padre Jezuino a dois annos caio no seio da morte; seos dias foram cortados de repente ; elle desappareceu de entre nós. Esta fatalidade ainda é para nós um sonho ; não podemos crer, que tal homem nos fose roubado, mas é verdade que o foi; porem a sua memoria nam o será; seo nome nam cairá jamais no esquecimento. O amor, a saudade, e a gratidam todos os dias nol-o farão reviver.

Senhores, aproveitemos esta lembrança, façamo-la frutifera, tornemos proveitosos nosos sentimentos, e tomando por modelo suas virtudes aprendamos igualmente a conhecer a triste sorte das couzas do mundo. Este é o meo destino, e o objeto de vosas atençoens.

Meos senhores, o reconhecimento nam é um rezultado da cultura do espirito, é um sentimento inato ao ómem, seja qual for o seo estado. Todos os povos em todas as edades tem apresentado brilhantes exemplos desta verdade. Quanto mais seos Eróes se tem asinalado pelas virtudes sociaes, mais tem sido credores de suas lagrimas, e seos elogios.

Monumentos de gloria se tem erigido á sua memoria; ritos diferentes se tem inventado para simbolizar a gratidam, e transmitir a posteridade este tributo do merito, e da justiça. E' verdade que o tempo, estragador de tudo, tem muitas vezes querido confundir as cinzas do justo com a do impio; tem-se queimado incenço tanto sobre o tumulo do virtuozo, como do malvado. A vil adulaçam tem em diferentes épocas levantado seo trono a par da verdade; mas aquella não tem podido sustentar estes direitos uzurpados; quando esta, surgindo por entre o erro, tem recebido o respeito, e a adoraçam de todos os seculos.

Nosos louvores, tam puros oje como nosos sentimentos, nam sam extorquidos, sam livres, ainda que arrancados pela força do amor, e da gratidam. Quem averá de entre nós, que nam tenha retratado vivamente em sua memoria os primeiros pasos daquelle Eróe raro? Aquele engenho vivo, penetrante, e atilado, talhado para melhores tempos, e que nasido em outra época mais feliz para a cultura das Artes, seria capaz de propor modelos originaes ao gosto, e ao belo.

Senhores, a quem se deve o brilhantismo de vosa patria? Quem espalhou entre vós tantos monumentos dessa arte encantadora, que imortaliza os Eróes, que salva do esquecimento tantos personagens ilustres, dando-lhes uma especie de vida, fazendo-os inda mesmo em sombra objectos de imitaçam,e de respeito?

Na Provincia inteira,, e inda muito alem, chegam, com a fama de seo nome, as obras de seo genio. Ele tem sido o credito de sua patria, a honra da Provincia, a gloria, e as delicias dos Ytuanos. A muitos anos voso nome é pronunciado com respeito, e com inveja: éreis, e ainda sois apontados como a primeira vila, onde a magestade do culto, a pompa das festividades, o esplendor dos templos dam a conhecer voso carater de religiam, e de grandeza.

A quem deveis esta gloria senam áquele, cuja memoria saudoza desperta hoje nosas lagrimas? Nasido para ornamento da Igreja, seos cuidados, seos disvelos, todo o seo gosto foi ornar os templos, fazel-os respeitaveis, inculcar a magestade do lugar santo pelos objetos tocantes, que seo zelo, e sua piedade faziam neles depositar.

Aquela arte divina, de que ele posuia os segredos, e que manejavam com tanta destreza, tem asinalado os diferentes periodos de sua piedade para com Deus, e de seo amor para convosco. Mil vezes retumbaram em vosos templos sonoros écos de suaveis cançoens, que nos representavam ao longe esse prazer, com que o Senhor tem de inebriar seos escolhidos; que elevam o espirito, e num santo entuziasmo faziam-nos gozar de antemam das doçuras da Patria dos Anjos. Mil vezes sua voz acompanhou a produçam de sua pena; e combinada a devoçam com a melodia, o olhasteis como a joia de mais preço, que entam posuieis, o considerasteis como o mais firme apoio de vosa patria.

Por toda a parte se espalharam monumentos de seos talentos, e de suas virtudes. Quantos imitadores nam deixou ele? A uns foi motivo de emulaçam, a outros objecto de imitaçam.

Senhores, o Padre Jezuino, com o bom gosto, introduziu estas maneiras doces, e attrativas, que umanizam os ómens, e que os tornam mais sociaes. Este carater duro, e austero, filho da probidade, mas que ao longe vos tornava suspeitozos, modificou-se. A invençam, e a piedade daquele sacerdote mil vezes chamaram ao voso paiz os povos circumvizinhos. Vistes com prazer annalmente vosas casas atacadas de ómens desconhecidos, mas tornados vosos irmaons, e amigos, prezos pelos laços da gratidam. Aumentaram-se vossas relaçoens; o commercio prosperou; a civilizaçam adquiriu um auge consideravel. Todos quantos aqui entam nos achavamos desconheciamos vosa patria; a alegria transbordava em vosos coraçoens; invejavamos a vosa sorte; e sendo tudo devido ao Padre Jezuino, o Padre Jezuino por si só era a festa, era a mola real do prazer, a pedra precioza, que refletia a nosos olhos, e que formava as delicias dos que o conheciam.

Na verdade, senhores, eu não sei que tinha aquelle semblante de amavel, e lisongeiro, que atraia, cativava, e docemente arrebatava os que o viam. Eu mesmo, a primeira vista, senti os efeitos deste encanto. Eu me nam fartava de vel-o, de ouvil-o, de estar em sua companhia. Eu contava por uma felicidade ter parte em seu coraçam. Este fenomeno raro nam foi encontro de amor, ou inclinaçam; foi uma necesidade de admirar, e amar a inocencia, e a virtude. Todos que o tem visto, que o tem tratado, tem sido obrigados a sentir iguaes efeitos.

Vós, que tivestes a dita de o conhecer, nam estaes como ainda vendo aquele rosto amavel, e sereno, onde se achavam retratadas a inocencia, e a alegria, companheiras inseparaveis da virtude? Aquele ar mo-

desto, e carinhozo, aquela gravidade de semblante, aquelas maneiras respeitozas, que formavam seo carater ainda no meio das graças inocentes, com que ele fazia interesante, e ao mesmo tempo gostoza a sua companhia?

A! E que umildade tam rara em nosos dias! No seo conceito ele era o mais criminozo dos ómens; nem uma açam fazia, que para ele nam fose um crime; um pensamento ligeiro era uma temeridade; a lembrança de um pecado era para ele já um delito. Se ele conhecia alguns dotes com que a natureza o enriquecera, ele ignorava absolutamente as belas dispoziçoens, que tinha para a virtude.

Parece que asás ambiciozo de amar o Autor de todo o bem, interesado somente em agradal-o, ele nam descobria em seo coraçam senam a semente da discordia, que S. Paulo notava entre as leis do corpo, e as do espirito. Sempre asustado de sua fraqueza, ele jamais se considerava seguro na marxa perigoza da vida; rodeado de caxopos, onde podia naufragar a inocencia, a vista do perigo que ele valerozamente afrontava, parecia-lhe ter sucumbido. Tal era a delicadeza de sua conciencia; tal era o temor com que ele servia ao Onipotente.

Que trabalhos nam sofreo, que encomodos nam experimentou, quando a sombra do pecado parecia nublar suas intençoens? Que sustos! Que temores! Quantas vezes nam o vistes como um criminoso errante, e fugitivo, mārxar a pé, a procurar com sagaz prudencia aqueles medicos do espirito, que tinham em seo abono os votos do publico? Nada era capaz de impedil-o, nem mesmo retardal-o a aprezentar-se aqueles Ministros da Religiam

a quem tinha confiado os segredos, e a direçam de sua conciencia.

Cristaons, vós bem sabeis que ele nada empreendeo que nam fose para agradar ao Soberano Bemfeitor; que todas suas açoens se dirigiam a cumprir a lei do creador, e para isto como vivia ele dezapegado do mundo! Como nada era capaz de prendel-o a estes bens falsos, e caducos, que cegam tanto aos mortaes? Uma pobreza voluntaria, e verdadeiramenie evangelica foi a maxima constante aprendida na escola do Salvador, que dentro do mundo o conservou separado do mesmo mundo, vós bem o sabeis.

A! E o que direi eu de sua caridade? Senhores, ainda que o Padre Jezuino faltasem estes conhecimentos, que fazem oje a gloria do seculo, ele posuia os segredos da verdadeira sabedoria. Ele nam sabia falar esta linguagem de erudiçam, e ordinariamente de vaidade; mas ele sabia obrar como filozofo. Ele nam poderia entrar nas questoens espinhozas da ciencia sagrada; mas ele conhecia perfeitamente a religiam, e a praticava. A caridade, portanto, era sua maxima; este principio, de uma extenção infinita, o ligava com todas as series de entes do Universo. Ele se considerava feito para todos.

Eis aqui, meos Senhores, o momento em que eu exijo voso reconhecimento. A gratidam demanda a confisam de tantos beneficios.

O Padre Jezuino aparece neste periodo de sua vida nam já como um simples ómem, gozando as vantagens da sociedade, apenas ocupado no pequeno recinto de sua casa, empenhado nos intereses de sua familia. Verdadeiro filantropo, as maximas sagradas do cristianismo dam uma firmeza inabalavel as propensoens sociaes de seo espirito. Ele aprezenta-se qual Apostolo, esquecido

somente de si, e de seòs comodos, tendo somente diante de seos olhos a cauza de Deos, e a vosa salvaçam.

Cadeira da verdade, depõe quantas vezes, tomado de um santo entuziasmo, levantou ele a voz para deprimir o vicio, para atropelar as paixoens radicaes, que sam a origem funesta de tantos males. Mil vezes aprezentou-vos o Evangelho dezenvolvido pelos oraculos da religiam. A doutrina de Jesus-Cristo vos foi pregada com força, e com clareza. Mil vezes vos abrio o quadro horrivel da ira do Onipotente para pordes termo a vosos errados projectos.

Quantas vezes nam o vistes sentado no sagrado Tribunal da Penitencia, julgando as conciencias? Com que prontidam, ao mesmo tempo com que zelo, com que temor se nam empregou ele sempre neste importante, custozo,e arriscado ministerio? Quantos pecados se nam diminuiram, quantas conversoens se nam devem a sua caridade? A quem se deve este grande numero de verdadeiros cristãons, que frequentam vosos templos, que fieis a seos deveres aprezentam em particular, e em publico o verdadeiro carater de Dicipulos de Jesus-Cristo, e que dam gloria a Igreja, exemplos aos relaxados; que diariamente aterram, e confundem os libertinos, sendo sua conduta uma calada repreençam de seos escandalos, e da vergonhosa dezerçam, que tem feito das bandeiras do Crucificado?

O Padre Jezuino pode bem xamar-se o patriarca destas creaturas convertidas, desas almas fervorozas, que em tempos nam felizes seram com melhor justiça avaliada.

Quantos, que jazem oje no seio da morte, nam experimentaram sua caridade nos ultimos momentos, sempre acompanhados do enjôo, e do desprezo, ainda dos mesmos domesticos? Quantos nam foram socorridos por

sua diligencia, quando lutando com a pobreza, miseraveis, apenas faziam xegar a seos ouvidos o surdo, e fastidoso éco da necesidade?

Senhores, por quantas maneiras diferentes nam procurou ele dezenvolver sua caridade, que disençoens nam terminou, que odios nam aplacou, que lagrimas nam enxugou ele? Quantos infelizes nam encontraram nele o remedio, ou a consolaçam no meio de suas desgraças?

Este ómem incançavel, ativo, laboriozo, procurou em toda sua vida reunir a virtude á magnificencia: sua prudencia engenhosa vos conduzio, sem atenderdes, por caminhos sempre suaves á fins de alto interese.

Este templo é um dos monumentos de sua piedade e devoçam. Todo ele pode bem dizer-se é obra de suas maons. A! E que fins ele se propoz! Ser louvada a magestade do Onipotente de um modo mais digno da Divindade,e atrair-vos pelo culto externo á verdadeira devoçam; xamar vos pela pompa das solenidades, que ele empreendia aprezentar neste lugar santo, a entrardes nos verdadeiros sentimentos da religiam que profesaes. A gloria de Deos, e a vosa utilidade foram sempre a mira de suas açoens, e projetos.

Mas, senhores, este ómem raro, este sacerdote zelozo, este Pai da patria, vosa riqueza, vosa consolaçam, e vosa gloria, terminou seus dias. Quando todos nós descuidados nam lembravamos que ele estava sugeito ao imperio da morte, quando alegres contavamos com uma vida salva dos perigos, que nos tinham sete mezes antes ameaçado roubal-a; quando todos descançavamos seguros á sombra do bem que gozavamos, O! Providencia adoravel! A morte disfarçada em um sono benigno, iludindo nosos disvelos, repentinamente alsou a fatal foice, e roubou-nos para sempre tam precioza vida.

Cadaum de nós perdeo um amigo. Cada familia perdeu um pai. Esta povoaçam perdeo um protetor. O rico sentirá sempre a falta de um economo que o obrigue a fazer justa distribuiçam de seos bens. O pobre lamentará sempre a auzencia de um bemfeitor; sua mesma mizeria cada dia fará mais saudoza sua memoria.

Morreo, senhores, mas nam sentio as agonias do criminozo; nam experimentou o remorso, que dilacera o culpado; nam sofreo o xoque terrivel, partilha do pecador. Pagou o indispensavel tributo imposto a especie umana; mas o Deos, a quem ele amava, e a quem soube servir, o izentou dos orrores inevitaveis á tam doida separaçam. Nosas lagrimas derramaram-se; em todos os cazos os gemidos formavam a triste cançam, que annunciava sua orfandade; todos entre suspiros quizeram ver com seos olhos, quizeram por si mesmo certificarse de tam funesta fatalidade. Todos démos publico testemunho de nosa dor; fizemos justa confiçam de nosa perda.

Eis aqui, Cristaons, a sorte das couzas do mundo. O impio, o malvado, que serve de flagelo a sua patria; o cidadão improbo, que perturba a sociedade, este ómem vive, e o padre Jezuino morre! O ómem, que por parecer de bem, mas que invejozo da gloria, que nam merece, disfarça debaixo de mentirozas aparencias um carater detestavel, que exaspera a indignaçam dos que sabem dar o justo valor a probidade, e a virtude; este ómem vive, mas o Padre Jezuino morre! O mizautropo, que nam se comunica com outro ómem senam debaixo das vistas do proprio interese, incapaz do menor sacreficio a bem da umanidade; este ómem vive, mas o Padre Jezuino morre!

Providencia de meo Deos, eu vos adoro!

Cristaons, o justo nam morre; separa-se de nós por um castigo devido a nosos crimes, porque nam sabemos agradecer ao Céo tam caro beneficio. Ele caminha para sua patria, vai receber a coroa da imortalidade; sua memoria é eterna, seo nome é sempre lembrado com amor, e com saudade.

O impio, pelo contrario, se conserva para flagelo de sua patria, para meter a confuzam, e a discordia na sociedade, para gerar mil descontentes, para fazer-nos, porém, aborrecedores deste cáos sempre confuzo, deste teatro de paixoens, e de mizerias. Sua vida termina-se com a alegria dos que o detestam; sua memoria sepulta-se no mais ignominiozo esquecimento; e se é lembrado pelo estrondo de suas infamias, é só para orror, e exocraçam.

Alí está o exemplo: Aqueles osos sam os restos do Padre Jezuino, sam pó, sam nada; mas para nós sam uma preciozidade, nós os respeitamos.

Ali vemos os ultimos despojos de um irmam, que nos ajudava; de um pai, que ternamente nos amava; de um amigo, que fazia nosa consolaçam; de um sacerdote que nos conduzia pela estrada da virtude com a voz, e com o exemplo.

Sua memoria nos será sempre saudoza. E vós, colunas deste templo, paredes do santuario, que sois oje testemunhas de nosos louvores, e ainda de nosas lagrimas, guardai para transmitir á posteridade as ilustres açoens deste sacerdote; contai a cada ómem, que aqui entrar pela serie nam interrompida dos seculos, que nós somos gratos a seos beneficios, que fazemos justiça a seos merecimentos, e que temos dado o exemplo da mais nobre gratidam.

E vós, sepultura feliz, conservai com cuidado esa

joia preciosa, que nós vos confiamos; aqui viremos, nosos olhos repetidas vezes voltar-se-am para vós com respeito e com saudade; todos os dias nós, e nosos vindouros vos pediremos conta dese cáro penhor, que ai depozitamos. Sereis de oje em diante o memorial perene dese ómem raro, cujo nome, cuja açoens, cujas virtudes eternamente estaram gravadas em nosa memoria.

E vós, Senhores, a quem o amor, a gratidam, e a saudade juntaram neste lugar santo á prestar os ultimos oficios de religiam, e umanidade ao Padre Jezuino, despedi-vos dele talvez para sempre; mas emquanto viverdes orai por ele; aprendei neste exemplo fatal quanto sam falsas nosas esperanças, que só na Patria dos Justos devemos pôr nosos cuidados, e nosa confiança. Trabalhai para serdes imitadores de suas virtudes; só assim escapareis a uma morte ignominioza, e voso nome sobreviverá a vosa ruina.

Eu nam afirmo que ele é um santo reconhecido por uma autoridade legitima; porem, foi um ómem de bem, um cidadão onrado, engenhozo, ábil, ativo, e laboriozo; um cristam, que aprezenta em sua vida muitos rasgos de virtudes dignas de serem imitadas. Umilde, caritativo, piedoso, será sempre amado emquanto no coraçam do ómem nam apagar-se o instinto do reconhecimento, e da gratidam; obterá sempre o respeito da posteridade, emquanto se souber avaliar o merecimento, e a virtude.

Ministros do Senhor, continuai vosos sufragios; nós vos acompanharemos; queremos ser comvosco testemunhas do derradeiro áto, que em nome da Igreja ides praticar á bem desa alma. Nós, a borda da sepultura, atentos, pela ultima vez saudamos com nosas lagrimas os ósos dese sacerdote, que tanto amámos, e que mereceo tanto nosa saudade, e noso respeito.

ESTUDO CRITICO

A POSSE DO BRAZIL MEREDIONAL

FUNDAÇÃO DA PRIMEIRA COLONIA REGULAR DOS PORTUGUEZES EM S. VICENTE

ARGUMENTO: *Trinta annos depois do descobrimento do Brazil resolveo a Metropole colonisal-o, enviando para esse fim em 1530-1 uma esquadra ao mando de Martim Affonso de Souza, o qual correo a costa até o Rio da Prata, donde retrocedeo para o norte, vindo assentar a colonia em S. Vicente.*

Demonstra-se que a armada de 1530-1 não veio, como opina o Snr. Varnhagen, com plano assentado de colonisar o Rio da Prata; que o almirante portuguez tinha amplos poderes para situar a colonia onde melhor lhe parecesse; que o regresso do almirante para o porto de S. Vicente não se motivou por haver verificado, apóz observações astronomicas dos pilotos, que as terras do Rio da Prata já estavam fóra do dominio portuguez; essas observações não podiam ser concludentes; e que, ao contrario, sempre se julgaram os portuguezes, fundados no tratado de Tordesilhas, com direito não só a esse rio como ainda ás terras da Patagonia até o Golfo de S. Mathias; que o que trouxe o almirante ao porto de S. Vicente não foi essa verificação, mas sim o conhecimento de que essa região era aurifera, e a fama das grandes riquezas existentes no interior.

ESTUDO CRITICO

A posse do Brasil meridional. Fundação da primeira colonia regular dos portuguezes em S. Vicente

Trinta annos eram já decorridos depois que Cabral, pela primeira vez, aportára ás praias brasileiras, trinta annos de um quasi completo abandono, quando a metropole portugueza voltou as vistas para suas possessões americanas e resolveu colonisal-as.

Essa *terra do Brazil* que aos primeiros exploradores se exhibira como uma terra pobre, ainda que ostentando galas de uma natureza incomparavel, valia, de facto, ainda menos que a propria Africa, adusta e inhospita. Simples terra de degredo para criminosos, estação de refresco para as armadas do Oriente, paiz de miseraveis feitorias para o resgate de escravos ou para o trafego do lenho de tinturaria, o Brazil não tinha para seduzir o espirito mercantil da epoca nem o ouro, nem o marfim, nem a pimenta da Guiné, não tinha, tão pouco, as nações policiadas nem as praças opulentas e numerosas dessa India que todo o mundo conhecia como uma terra de maravilhas.

Das producções dessa terra da Vera Cruz, já visitada pelos Pinzons, Cabraes, Vespuccio e Coelho, as premissas verdadeiras não eram, de certo, para enthusiasmar um povo de commerciantes e de audazes navegadores. Vespuccio voltou da sua primeira viagem desenganado de que no paiz não havia metal algum, porque o povo barbaro e nú que o habitava nem se quer conhecia o uso delle (1) Gonçalo Coelho, depois de muito peregrinar, regressou desilludido, porque as mercadorias da Terra que levou, no dizer de Damião de Góes, *nam eram outras que pau vermelho, a que chamam brazil, bogios e papagaios*. Jeronimo Osorio, relatando os ultimos successos dessa mesma expedição de Coelho, que voltou destroçada, tendo perdido quatro das seis náos com que partira, frisa pelo ridiculo quando nos dá conta do carregamento com que aquelle navegador tornou ao reino; *atque duas tantúm simiis in patriam reduxerit* (2) Enciso ainda em 1518 publicava que a *terra do brazil era de pouco proveito*.

Foram, portanto, trinta annos de justificado abandono. Agora, porém, as circumstancias mudaram. O imperio commercial dos Portuguezes no Oriente estava fundado; a miragem da India ia se dissipando e a America, por tantos annos, confundida com a propria Asia (3) desenhava-se já como um mundo á parte, opulento, vastissimo e encerrando cousas extraordinarias.

Os successos dos Castelhanos no Novo Mundo frisavam pelo maravilhoso e despertavam a emulação.

---

(1) Cartas de Americo Vespuccio.

(2) J. Osorio, De Rebus gestis Emmanelis.

(3) Até 1513 quando Balboa descobriu o mar do Sul ou Oceano Pacifico se presumia a America como um prolongamento da Asia. Colombo, fallecido em 1506, não logrou verificar que tinha descoberto um mundo novo.

O Mexico, esmagado por um punhado de aventureiros, entregara a Fernando Cortez os thesouros de Montesuma; uma civilisação autocthone exhibia-se extraordinaria no Centro-America e nos planaltos de Bogotá e Cundinamarca; no Perú, o imperio Inca, accommettido pelos Pizarros e Almagro, estava excitando a cobiça do mundo inteiro; Fernão de Magalhães descobrira já no extremo austral essa passagem para o Mar do Sul que tem o seu nome e fizera a volta do globo.

Do estreito de Anian á Terra do Fogo, do cabo de Santo Agostinho á California, uma pleiade de navegadores audazes tinha feito surgir nitidamente esboçados os contornos de um continente enorme abarcando o mundo de polo a polo.

As expedições maritimas, e terrestres succediam-se a miudo. Estava se, com effeito, n'um periodo febril, caracteristico das aventuras bem succedidas

No horizonte ignoto de todas as solidões sentia-se como que pairar uma lenda de riquezas fabulosas; e no coração de cada aventureiro aninhava-se o vago presentimento dessa fortuna, sempre a mesma, sempre captiva da audacia, aguçando todas as ambições.

Foi então que a politica portugueza, como que levada pelo estimulo que o successo alheio aguça até o ciume, resolveu occupar e povoar o Brazil. Esta terra, por tão longos annos abandonada, bem podia encerrar o seu imperio como o de Montesuma, e talvez, quem sabe, se não seria mais facil accommetter o Inca do Perú, investindo-o pelas costas brasileiras ?

E assim pelos annos de 1530 e 1531 singrava os mares do Brasil uma expedição portugueza de cinco velas e 400 homens de tripolação ao mando de Mar-

tim Affonse de Sousa para iniciar a colonisação das possessões americanas. Trazia ella por missão: explorar, proteger e colonisar.

Ao avistar as terras da America na altura do Cabo de Santo Agostinho, segue uma parte da expedição ao mando de Diogo Leite a explorar as costas do Norte até o Maranhão, emquanto o grosso da esquadra, já augmentada com as náos intrusas, capturadas a traficantes francezes, dirige-se para o Sul, caminho do rio de Santa Maria ou rio da Prata.

Na Bahia, onde encontra o *Caramurù* como um patriarcha, deixa alguns homens e sementes para provarem a capacidade da terra.

No Rio de Janeiro onde se deteve tres mezes, e porque sua missão era conhecer o paiz, fez o almirante partir para o interior uma turma de quatro exploradores « *que foram cento e quinze leguas e assessenta e cinco dellas foram por montanhas mui grandes, e as cincoenta foram por um campo mui grande: e foram até darem com um grande rei, senhor de todos aquelles campos, e lhes fez muita honra e veiu com elles até os entregar ao capitam J.; e lhe trouxe muito cristal, e deu novas como no rio de Paraguay havia muito ouro e prata. O capitam lhe fez muita honra, e lhe deu muitas dadivas e o mandou tornar pura as suas terras.* (1)

Estava, pois, o Capitão de posse de uma informação valiosa e ao sabor dos seus intuitos; sabia já que para as regiões centraes ao Sudoeste havia muitos metaes preciosos.

A informação correbora-se ainda em Cananéa onde a expedição foi aportar e se demorou quarenta dias. Ahi se lhe apresenta um certo Francisco de Chaves, grande lingoa da terra e conhecedor de sertões, offerecendo-se-lhe para

(1) Do Roteiros de Peros Lopes.

guiar uma expedição ao interior a qual podia ir e vir em dez mezes e *tornar ao porto com 400 escravos carregados de prata e ouro*. Não havia mais duvidar; a noticia dessas riquesas já vinha de longe; as informações colhidas confirmam-se, e, já agora, essa terra de fabulosas riquezas não era mais um mytho; havia ja quem a conhecesse de perto e se offerecesse para mostral-a.

Uma expedição de 40 besteiros e 40 espingardeiros, commandada por Pero Lobo e guiada pelo aventureiro Chaves, partiu então de Cananea a 1 de Setembro de 1531 e entranhou se pelos sertões á busca dessa região do ouro e da prata, do Perú talvez. Partiu, porém, para não mais voltar, porque toda ella perceceu algures trucidada pelo gentio feroz em um canto obscuro do valle do Paraná.

Entretanto, desfalcada da sua gente, mas, porventura, mais avolumada nas suas ambições, a armada portugueza navegou para o sul, caminho do Rio da Prata, completando a exploração da costa

Atraz, porem, ficava-lhe o melhor das suas esperanças: essa expedição que se entranhava no deserto a busca de ouro !

Ao chegar á entrada do grande estuario, ja em frente desse cabo de Santa Maria, que Vespuccio fôra talvez o primeiro a avistar em 1502, é a esquadra colhida de improviso por um desses furiosos pampeiros, tão communs nos mares do Sul, e se perde totalmente a náu capitanea com grande copia das suas melhores provisões. O capitão, que deu á costa nessa terra arcenta e agreste que se avisinha do Cabo para o lado do Norte, perdidos alguns poucos tripolantes, desanima de proseguir.

O irmão, porem, dispõe-se a completar os intuitos da expedição, e embarcando n'um bergantim com

trinta homens de equipagem anima-se a penetrar no grande rio. Percorre-lhe as margens do Norte até o fundo do estuario, passa a foz do Uruguay, e pelos muitos e entrincados braços ou canaes que o Paraná despede ao encontro d'aquelle, sóbe até o *esteiro dos Carandins* onde assenta dous padrões com as armas de seu rei e toma posse da terra para se tornar.

Pero Lopes de Souza, que esse era o jovem e esforça do commandante do bergantim, estava então pelo 33º 3|4 de latitude Sul, pouco mais ou menos na altura do actual rio dos Arrecifes que rega a terra Argentina pela banda direita do grande Paraná (1)

«Esta terra dos Carandins, dizia elle ao irmão, é a mais formosa terra e mais aprasivel que pode ser. Eu trazia comm'go allemães e italianos e homens que foram a India e francezes, todos eram espantados da formosura desta terra, e andavamos todos pasmados que nos não lembrava tornar!»

O irmão, todavia, se não deixa seduzir pelos encantos dessa terra dos Carandins, e, dando por terminada a sua missão no Sul, fez-se de vela para o Norte e veio aportar a S. Vicente, que escolheu para sede da primeira povoação que vinha fundar no Brasil.

Se esta expedição de Martins Affonso de Sousa, como opina o sr. Varnhagen (1), vinha de facto, occupar

---

(1) Candido Mendes de Almeida, interpretando o roteiro de Pero Lopes, presume o *Esteiro dos Carandins* á margem do Uruguay, *em Paysandú pouco mais ou menos*, quando é certo que o texto do roteiro alludido conduz a ponto diametramente opposto. Partindo das ilhas de Santo André que estão no Uruguay e seguindo através de canaes e braços nos rumos de Oessudoeste, Noro'este e Sudoeste não podia tender para Paysandú, que fica ao Norte, sendo o curso de Uruguay, neste trecho, Norte-Sul. Demais, a terra dos Carandins é do lado de Buenos-Ayres e não do Oriental e a latitude indicada para o *Esteiro*, onde se assentaram os padrões não se conforma com a posição de Paysandú (Vide Atlas do Imperio do Brazil—pag. 24)

(2) Historia Geral do Brasil, vol. I pag. 113.

as margens do grande Rio da Prata e nellas assentar a primeira colonia regular portugueza da America, tomando posse definitiva dessa região de clima temperado cujo nome recordava riquezas por ventura ainda veladas, mas já presentidas, é força confessar que o principal intuito da expedição estava perdido. Se as instrucções do chefe ordenavam-lhe de fixar-se neste rio, não seria, por certo, o desbarato de uma pequena parte de sua esquadra que o demoveria de cumprir as ordens regias, antes pelo contrario, o levaria a dar-lhes execução, permanecendo no seu posto, refazendo-se ou pedindo soccorro. O almirante, porém, reparadas as avarias da armada, preferiu retroceder, abandonando essas paragens acossados dos pampeiros e vindo assentar os fundamentos da povoação de S. Vicente no clima mais tepido de sob o Tropico. E assim procedendo não desobedecia elle as ordens do seu rei, nem lhe desprezava as instrucções, estava, ao contrario, em exercicio das amplas attribuições que tinha: explorava, reconhecia a região e se locaria onde melhor lhe parecesse. A carta regia de 28 de Setembro de 1532 dil-o positivamente: «Depois da vossa partida se praticou se seria meu serviço povoar-se toda essa costa do Brazil, e algumas pessoas me requeriam capitanias em terra della. Eu quisera, antes de nisso fazer cousa alguma, esperar por vossa vinda para com vossa informação fazer o que me bem parecer, e que na repartição que disso se houver de fazer *escolhaes a melhor parte.*»

Quem assim escrevia em 1532 não tinha por certo plano assentado, nem resolução positiva de colonisar uma determinada região, quando dous annos antes enviava essa expedição cujos successos estamos relatando.

A politica portugueza, nessa epoca, não havia ainda comprehendido o valor e alcance da posição que assim se abandonava. E' verdade que a presença dos Castelhanos nas aguas do Prata, onde com um dos Cabotos se ensaiara pouco antes um rudimento de colonisação, que breve feneceu, tinha, de facto, despertado a attenção dos conselheiros de João III; mas as vantagens politicas e estrategicas do estuario, quer em relação ao Estreito de Magalhães, quer em relação ás terras auriferas do Alto Perú não se lhes tinham tão claramente patenteado que viessem a motivar um plano politico de sabia previsão.

Ao contrario disso, aguardavam-se ainda as informações do almirante para com ellas decidir-se o que convinha fazer-se. Para a metropole, que só cogitava da India, esse paiz da America era ainda, quasi que em absoluto, desconhecido. Das primeiras expedições que lhe correram as costas, baptisando-lhe os logares mais salientes, até a mesma tradição se perdera. Demais, é sabido, aquellas primeiras viagens de Vespuccio e de Coelho não visavam senão duas cousas essenciaes á politica commercial dos Portuguezes: verificar que essa terra do descobrimento de Cabral nada tinha com a India e que ahi, dentro do hemispherio portuguez, se não encontrava passagem alguma conduzindo aos mares das especiarias; e se essa passagem algures existia, devia ficar tanto ao sul que o caminho das Indias pelo Cabo da Boa Esperança, por mais curto, ficava, de facto, como uma garantia do predominio lusitano no Oriente.

Mas agora que mudaram os intuitos politicos da metropole em relação as suas possessões da America, o conhecimento mais completo do paiz se impunha, exigindo novas indagações, precedendo a qualquer plano

politico que accarretasse dispendios ou responsabilidades. E foi isso realmente o que veio fazer o almirante nos mares do Brasil: explorar, informar, tomar posse do que viesse a descobrir e, por ventura, estabelecer-se onde e quando lhe parecesse conveniente, porque naquella mesma carta dizia-lhe ainda o rei como que querendo renovar-lhe os poderes: «porque eu confio de vós, que no que assentardes será o melhor.»

O erro politico da não occupação do Rio da Prata, erro que nem tres seculos de porfiadas luctas conseguiram jamais neutralisar, nem mesmo pode ser levado á conta da desidia ou desobediencia do almirante, porque, para escusas, até pode elle allegar escrupulos de leal cavalheiro.

Conta-se que durante os dias em que se deteve em reparos no Cabo de Santa Maria a armada portugueza, os cosmographos de bordo fazendo observações astronomicas conseguiram verificar que aquella costa e com maior rasão todo o Rio da Prata, ainda alem para o Oeste, já não eram dos dominios de Portugal. O sr. Varnhagen exhibe mesmo a este respeito argumentos que persuadem. «Muito provavel é, diz-nos o illustre historiador, que no entremeio de tantos dias, em que Pero Lopes demarcava o Rio da Prata, não estivessem ociosos os pilotos que haviam ficado na costa com Martim Affonso. Em terra tiveram occasião de fazer frequentes *observações astronomicas sobre a latitude e longitude* do logar, e isso lhes daria a convicção, e ao capitão mór, de que aquella costa, e, com mais rasão, todo o Rio da Prata, já se achavam fóra, isto é, mais a Oeste, da raia até onde se estendia, pelo tratado de Tordesilhas, o dominio portuguez naquellas paragens. Ao conhecimento deste facto em Portugal devemos at

tribuir o não proseguirem em Madrid as reclamações ácerca desse rio; o desistir aquelle reino de mandar mais frotas ás suas aguas; e até o não doar, quando doou outras terras, as que ficaram além das de Santa Anna, ou da Laguna, onde terminava a courela que de direito ainda por ahi lhe tocava.

«Talvez tambem pelo conhecimento desse facto, continúa o mesmo historiador, mais que por serem ahi as terras (no littoral) sáfias e areentas, é que Martim Affonso não se deixou ficar nas plagas da actual Provincia do Rio Grande, onde o lançara de si o proprio mar, e decidiu retroceder mais para o norte, a buscar outro local onde fixar-se de preferencia.» (1)

Ainda que plausiveis estas rasões allegadas pelo nosso historiador, ellas não explicam cabalmente a que intuitos obedeceu o almirante retrocedendo para o Norte. As observações astronomicas e a resultante verificação dos cosmographos ou pilotos de bordo, então realisadas como nol-o attesta o mathematico Pedro Nunes, não deviam ser precedidas da tomada de posse daquella região por Pero Lopes, effectuada no Esteiro dos Carandins. Antes esta formalidade, tão essencial naquelles tempos, é que devia seguir-se a aquellas. Demais todo o desenvolvimento historico que se seguio a este erro politico bem claro nos ensina que jamais os Portuguezes se convenceram tão cedo da illegitimidade das suas pretenções no Rio da Prata e mais ainda na Terra dos Patagões.

Para nós, outras e bem diversas foram as rasões da preferencia de Martim Affonso pela região de sob o Tropico; mas emquanto as não expomos, examinemos,

(1) Historia Geral do Brasil, I vol. pag. 121 e 122.

á luz da critica historica, a força de convicção que ao animo do almirante podiam ter trazido as observações astronomicas dos pilotos de bordo.

Quando em 1494 se negociou entre Portuguezes e Castelhanos o tratado de Tordesilhas, corrigindo a bulla de Alexandre VI que repartio o mundo entre estes dous povos, mas excluia Portugal da America, ficou, em definitiva, estipulado que a linha meridiana da demarcação correria a 370 leguas ao poente das ilhas do Cabo Verde e não a 100 como a bulla a principio estabelecera; que as duas partes contractantes dentro dos 10 mezes que se seguissem á assignatura do tratado enviariam cosmographos e delegados seus em igual numero para, de concerto, demarcarem a referida meridiana na altura do parallelo daquellas ilhas; que no processo de demarcação se empregariam os *gráos de Norte* ou *de Sol* ou *as singraduras de leguas*; e que finalmente se compromettiam de parte á parte a não enviarem navios violando a raia assim solemnemente convencionada e acceita. (1) O tratado, porém, trasia vicio insanavel que, para logo, tornou-o inexequivel. Appellando para uma linha imaginaria que a sciencia contemporanea não tinha como demarcar, o tratado ficou, desde logo, lettra morta, inutil como garantia de direitos reciprocos.

Para os Portuguezes que, ao negocial-o, nem siquer cogitavam do Continente novo, pois ainda não fôra descoberto e que só visavam resguardar o seu caminho da India, afastando para bem longe delle a nação rival, o tratado correspondia, de facto, a uma necessidade politica. Para os Castelhanos, porem, elle só tinha um

(1) Carlos Calvo, Collección completa de los *Tratados*, etc. I vol. ags. 19 a 26.

valor positivo: era o do reconhecimento do seu direito ás conquistas do ultramar no mesmo pé de igualdade que os Portuguezes os quaes se presumiam senhores unicos do Oceano ignoto e de todas as terra por descobrir, segundo as concessões anteriores dos Pontifices.

Obtidas estas vantagens reciprocas, ninguem mais cogitou do implemento do lado pratico das clausulas do tratado. Os 10 mezes se esgotaram sem que de parte a parte se pensasse no problema da demarcação, aliás de solução impossivel.

De facto toda e qualquer tentativa pelo lado pratico para se assignalar então a *meridiana* não podia dar resultado tangivel. O Continente da America ainda era desconhecido, pois só tres annos mais tarde é que Colombo descobriu a *terra firme* na altura da foz do Orinoco, e nenhuma ilha algures existia no seio do oceano, cortada por essa *meridiana* e podendo servir-lhe de balisa. Impossivel como era de assignalar materialmente essa linha por sobre as vagas movediças do Oceano, ter-se-ia de appellar para as soluções astronomicas em que, aliás, quasi ninguem acreditava, tão absurdos e discordantes eram os resultados que exhibiam.

Nada havia tão incerto e inconsistente como a sciencia dos cosmographos e pilotos desta epoca. Na pratica como na theoria tudo era informe e rudimentar. Ptolomeu era então o oraculo (1), e tod sabemos hoje o que valia o astronomo de Alexandria com o seu ecclectismo na sciencia. A rendondeza da terra era ainda

(1) As obras de Ptolomeu começaram a circular impressas em 1475. A traducção latina de Jacobo Angelo foi impressa pela primeira vez, neste anno, em Vicença sob os auspicios de Xisto IV.

uma hypothese repugnante e ha 7 annos apenas provada. A grandeza della um problema que ficou insoluvel a despeito dos trabalhos memoraveis de Eratosthenes, Hyparcho, Possidonio e Marino de Tyro. O comprimento do gráo terrestre era incerto ainda; a medição delle realisada por Eratosthenes e rectificada um seculo depois por Hyparcho que fixou-lhe o comprimento de 700 stadios gregos ou 110600 metros de hoje, ficou viciada pelo mesmo Ptolomeu com a adopção de um stadio ficticio, cuja identificação jamais se conseguiu realisar.

O mundo conhecido ou *Ecumeno* que Eratosthenes e Strabo calculavam então não abranger mais que 2/7 da circumferencia do globo, fôra pelo mesmo Ptolomeu elevado á metade, donde depois se originarem calculos erroneos como os de Colombo que presumia não haver mais de 1.100 leguas entre as costas da Europa e o extremo opposto da Asia que elle esperava attingir por occidente.

As observações astronomicas, a julgar pelos resultado exhibidos por Ptolomeu, eram simplesmente grosseiras approximações. As latitudes calculavam-se com erro de um gráo a mais ou a menos; as longitudes davam verdadeiros disparates. Quando determinadas por observação astronomica como aquella do eclipse do sol realisada simultaneamente em Carthago e Arbelles, davam resultados com erro de onze gráos! Quando as longitudes eram calculadas por meio da conversação de elementos itinerarios em annotações astronomicas, não eram menos grosseiros os resultados.

Em 1530 quando navega os mares do Brasil essa armada de Martin Affonso a que nos temos referido, os

cosmographos, os pilotos ou mercantes sabiam muito bem manejar o seu *astrolabio*, tosco instrumento com que mediam a altura dos astros para calcularem a *latitude*, e corrigirem a derrota do navio, ainda assim eram frequentes os erros de um e mais gráos na determinação desta coordenada, justamente como no tempo de Ptolomeu.

Segundo se vê do roteiro de Pero Lopes de Souza, a latitude da foz do rio de S. Francisco está ali determinada com o erro de um gráo para mais; (1) a latitude da Bahia de Todos os Santos com o erro de um quarto de gráo a mais; a do Rio de Janeiro com um terço a mais, e só a do Cabo de Santa Maria, á entrada do estuario do Prata, talvez por ter sido reiterada nas observações feitas em terra, accusa, com pequena differença, resultado exacto.

Nas operações em que se requeria maior rigor, desembarcavam em terra os pilotos e tomavam ao meio dia a altura do sol. A latitude, uma vez calculada a declinação do astro para esse dia, deduzia-se então sem mais correções. A bordo do navio era-lhes penosissima a operação, e até mesmo impossivel si se tratava de estrellas, porque então não sabiam como se haverem com o balanço do mar.

Mestre Johanes Emenelaus, um dos pilotos da armada de Cabral de 1500, escrevendo a D. Manoel e dando-lhe conta de como se dispunham no nosso céo as constellações circumpolares, sem aliás determinar-

---

1) O roteiro alludido consigna as seguintes latitudes:

Foz do rio S. Francisco	11	1/2
Bahia de Todos os Santos	13	1/4
Rio de Janeiro	23	1/4
Cabo de Santa Maria	34	3/4

lhes os gráos (1), communicava haver observado em 17º austraes a latitude de Porto Seguro, mas como divergia em muito a opinião dos demais pilotos que uns davam 150 leguas mais e outros menos, não havia como certificar-se senão depois que se chegasse ao Cabo da Boa Esperança, porque então, dizia elle, se havia de ver quem mais certo andava se os pilotos com a carta se elle com a carta e com o astrolabio. Ainda assim o calculo do mestre estava affectado do erro de um gráo a mais.

Americo Vespuccio que, aliás, era um cosmographo habil, errava a miudo nos seus calculos de latitude. Dos seus escriptos, por vezes tão discordantes, se vê que calculou a latitude do Cabo de Santo Agostinho com um erro de 1/3 gráo a menos, e a do Cabo de Santa Maria, á entrada do estuario do Prata, onde diz que deixou de costear a terra para accommetter o mar por outra parte, accusava taes differenças que o proprio Vespuccio ora dava-lhe 32º austraes (2), ora calculava-a em 17º 1/2 para além do Tropico de Capricornio, o que equivale a 41º ao Sul. (3). Discrepancias estas tão grandes que os mesmos detractores de Vespuccio mais se servem dellas para provar a má fé ou o descaro de um mentiroso do que para demonstrar a impericia do cosmographo, ou a imperfeição dos processos de observação astronomica em uso no seu tempo.

---

(1) Dizia em sua carta o piloto: «...quanto señor al otro puncto sabra vosa altesa que cerca de las estrellas yo he trabajado algo de lo que he podydo pero non mucho..... solamente mando a vosa alteza como estan situadas las estrellas del, pero em que grado esta cada una non lo he podydo saber antes me paresce ser impossibile en la mar tomarse altura de ninguna estrella porque yo trabajè mucho en eso e por poco que el navio enbalance se yerran quatro ò cinco grados de guisa que se non pueden faser synon en terra...»

(2) Lettera al Solderini em Canovai, vol. II.

(3) Veja-se o «Summario de A. Vespuccio».

Quanto ás longitudes o processo comtemporaneo usado era o da conversão dos elementos itinerarios em annotações astronomicas. Nenhum processo directo, observando os astros, era então praticado.

Os pilotos ou marcantes de luziam a longitude pela derrota do navio, para o que partindo de um ponto cuja latitude era conhecida e guardando um rumo certo vinham, no diario de bordo, assignalando os incidentes mais notaveis, as causas que, por ventura, perturbassem a marcha regular da embarcação, e, tomando alturas do sol ao meio dia para calcular a latitude, corrigiam qualquer erro na estimativa das singraduras. Este simples problema de loxodromia, quasi sempre resolvido pelos marujos por um processo graphico, era o unico que então possuiam para determinar a longitude no mar.

Mas, quem souber quão fallivel é esse rumo indicado pela bussola, instrumento imperfeito e de emprego duvido o por se não conhecerem ainda as leis do magnetismo; quem conhecer como as correntes oceanicas, cuja velocidade aliás não se sabia bem medir, podem viciar a derrota do navio, comprehenderá quão erroneo deve ser esse processo de determinar longitude, todo baseado na marcha de embarcações de vela, absolutamente dependentes da feição do vento.

As *singraduras de leguas* de que fala o tratado de Tordesilhas eram a cousa mais incerta e variavel que é possivel imaginar-se. As singraduras diarias de uma caravella, navio veleiro, dos mais empregados nesse tempo, tinham-se como valendo 30 leguas, ou 1° 1|2: mas como tudo dependia do vento, a marcha da embarcação só se calculava bem, quando o tempo permittia observar o sol para determinar a latitude.

Se a caravella seguia a direcção de um meridiano, essa operação auxiliar, repetidamente feita, permittia attingir alguma exactidão; se porém a derrota se effectuava na direcção de um parallelo, como o tratado de Tordesilhas determinava que se fizesse no acto da demarcação, partindo das ilhas do Cabo Verde, essa operação auxiliar, não tendo applicação, deixava a estimativa do navio dependente exclusivamente da apreciação dos pilotos. E' facil de comprehender quão susceptivel de erro é um tal processo de calcular longitude por singraduras de leguas.

Na historia da navegação ficaram para sempre memoraveis os gravissimos erros de longitude em que incorreram Colombo e Magalhães navegando no sentido do parallelo. Aquelle, por occasião da sua primeira viagem ao Novo Mundo querendo usar de um estratagema para prevenir o terror da equipagem que se via afastar para uma região longinqua sem esperança de tornar, fraudava distancias no livro de bordo, ao passo que reservadamente escrevia outro para si, onde presumia consignar o roteiro exacto; sabe-se hoje que no fim de 24 dias de navegação, o primeiro livro indicava resultado mais chegado á verdade do que o de seu roteiro reservado. O almirante tinha se illudido a si proprio.

Magalhães, navegando através do Pacifico na primeira e sempre memoravel viagem de circumnavegação do globo, accusou tão notaveis differenças nas longitudes que a circumferencia da terra ficou diminuida de 20 grãos (1). Erro este que todos sabemos como a Portugal sahio tão caro.

(1) Alexandre de Gusmão diz 40 grãos e demonstra com o mappa que traz Herrera na sua *Hist. das Indias Occidentaes*, Revista do Inst. Hist. e Geog. T. I.

O famoso Capitão Cook, cujos trabalhos são de uma exactidão admiravel, o primeiro navegador que teve a sua disposição para calcular longitudes Ephemerides Astronomicas (1), chegou a reconhecer por occasião de uma das suas viagens aos mares austraes um erro de mais de 30 graios na longitude, servindo-se desse mesmo defeituoso processo. « A observação, diz elle no seu diario de bordo, nos fez conhecer que a estima do navio havia produzido um erro de 31° 6' na longitude desde a partida de Taiti, pois que, nos achamos á esta distancia a Oeste da longitude que dava o loch » Não é preciso dizer mais para condemnar um tal processo.

Como pois tomar a serio as observações astronomicas de latitude e longitude realisadas pelos pilotos de Martim Alfonso em 1531.

O snr. Varnhagen que nol-o relata, apoiando-se no douto mathematico Pedro Nunes nao devia ignorar que por esse tempo jamais se fiseram observações astronomicas de longitude porque estas só depois de 1666, depois de descoberto o telescopio, quando Domminique Cassini calculou as Taboas para os eclipses dos satellites de Jupiter, é que começaram a ser determinadas astronomicamente; e ainda assim não eram empregadas nos misteres da navegação, em vista da imperfeição ou impropriedade dos instrumentos. So depois que Laplace apefeiçou as Taboas da Lua, primeiro calculadas por Tobias Mayer em 1770, é que o problema das longitudes no mar teve a sua solução verdadeira.

Antes disso, tudo era vago e indigno de inspirar confiança, nem mesmo aos proprios pilotos; razão porque não podemos admettir que devido aos trabalhos astro

(1) O *Nautical Almanach* appareceu em Inglaterra pela primeira vez no 1767.

nomicos dos pilotos da sua armada é que Martim Affonso de Souza abandonou o Rio da Prata e se recolheu a S. Vicente.

Essas observações astronomicas de que nos falla o sr. Varnhagen, si se realisaram, não foram, por certo, as razões determinantes do regresso do almirante, como não foi por causa dellas e do reconhecimento de se achar o Rio da Prata fóra do hemispherio portuguez que não proseguiram em Madrid as reclamações acerca desse rio, que não foram doadas essas terras do Sul ao tempo em que se doaram as demais terras do Brasil; porquanto os Portuguezes e todos quanto entres elles escreveram até o fim de seculo 18º sobre a historia e geographia da America Lusitana sempre consideraram o rio da Prata, e mais ainda uma grande extensão das costas da Patagonia, como pertencentes aos dominios de Portugal.

Frei Vicente do Salvador que escreveu em 1627; o Padre Simão de Vasconcellos, chronista da companhia de Jesus que escreveu em 1662; o P. João de Souza Ferreira em 1693; Frei Gaspar da Madre Deus, cuja obra foi até approvada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1796 e outros mais antigos como Francisco da Cunha, Diogo de Castro e o proprio Pedro Nunes, todos accordaram em como as possessões portuguezas iam muito além do Rio da Prata, até o fundo do golfo de S. Mathias

Para bem avaliar-se quão discrepantes eram os cosmographos contemporaneos ao representaram nas suas cartas o continente do Sul da America, basta attender para os dados fornecidos pelos roteiros dessa epoca e por elles construir as cartas segundo os processos em uso,

O Continente do Sul oscillava nessas cartas para Oriente ou para Occidente conforme a nacionalidade dos pilotos.

A lagura do Atlantico entre a Africa e a America era reduzida ou ampliada segundo os intuitos que visavam esses pilotos ou cosmographos.

Americo Vespuccio, quando em 1501 veio explorar as costas do Brasil, tomara para ponto inicial da sua travessia o porto de Besenegue na costa africana, por 14° 1/2 de latitude norte e d'ahi fez prôa em rumo constante de Sudoeste-quarta de Sul (33° 45' 50'') atravessando o Atlantico até avistar terra na latitude de 5° ao sul da Equinoxial. Pois bem, com taes dados, como os consigna Americo em uma das suas cartas, o continento do sul devia estar figurado no mappa do cosmographo com um erro de 10° 1/3 para menos na longitude em relação á Africa, ficando assim o atlantico mais estreito entre as duas massas continentaes.

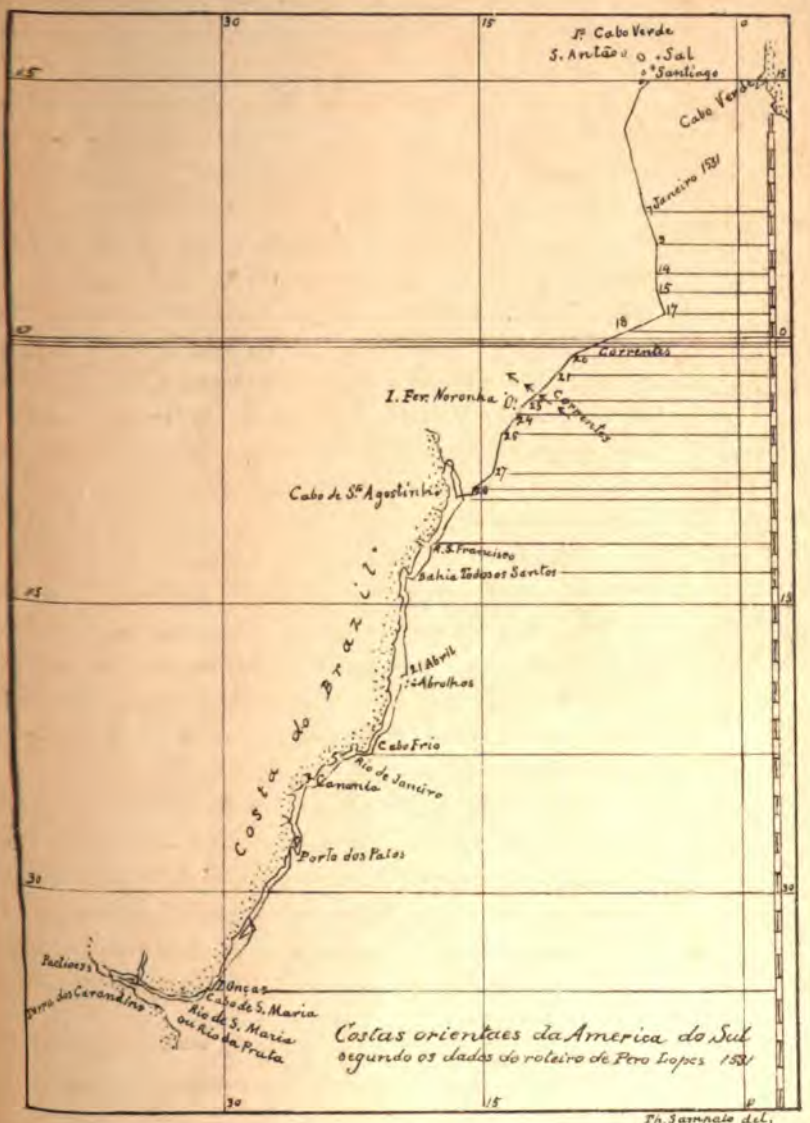
A costa oriental do Brasil estaria figurada como uma linha privada de endentações ou sem as saliencias caracteristicas; porquanto, segundo o mesmo cosmographo, toda a costa corre ao Sudoeste desde o cabo de Santo Agostinho para o sul. (1)

Tomando agora os dados do roteiro de Vicente Ianez Pinzou na sua viagem de 1499, se vê que a costa do norte do Brasil, desde o cabo *de la Consolacion* ficaria deslocado pasa oriente pelo menos uns tres grás. (2)

Construindo-se, entretanto, a carta da costa brasileira pelos dados do roteiro de Pero Lopes, se o deslo-

(1) A carta de Vespucio diz:"... navegando sempre per libeccio á vista di terra di continuo facciondo di molte scale..."

(2) *Historia Geral do Brazil*, do sr. Varnhagen, vol. I. pag. 78.


Costas orientaes da America do Sul
segundo os dados do roteiro de Pero Lopes 1531
Th. Sampaio del.
Costa do Brazil
Cabo Verde
S. Antão
Sal
Santiago
Janeiro 1531
Correntes
I. Fer. Noronha
Cabo de Sta Agostinho
S. Francisco
Bahia Todos os Santos
21 Abril
Abrolhos
Cabo Frio
Rio de Janeiro
Canania
Porto dos Patos
Patiocas
Serra dos Carondinos
Onças
Cabo de S. Maria
Rio de S. Maria
ou Rio da Prata

camento do continente ahi quasi desapparece no extremo norte, não deixa todavia de sel-o bem sensivel no sul, onde a linha da costa declina mais para Oriente. O cuidado que se nota na parte do roteiro, correspondente á travessia do Atlantico onde se veem observações acerca das correntes oceanicas, da estimativa das distancias e rumo em relação aos pontos mais conhecidos da costa dos dous continentes, e as latitudes tomadas quasi diariamente, tudo mostra o interesse dos pilotos em bem verificar essa travessia e assignalar-lhe a distancia com a possivel exactidão. A parte do roteiro, porem, que corresponde ao trecho da costa entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata vem mais deficiente nas indicações dos rumos; as latitudes são ahi mais escassamente determinadas em vista dos constantes nevoeiros, e não poucos pontos dos mais salientes da costa deixam de ser assignalados porque a armada por elles passa sem os perceber.

As longitudes deduzidas de um itinerario como este não podiam absolutameute dar resultados decisivos, capazes de trazer convicção nem mesmo aos proprios mareantes que as calculavam. Demais, no roteiro alludido não se lê a minima referencia a operações realisadas com esse intuito.

A palavra *longitude*, nem mesmo é ahi citada; e a não ser a laconica observação do dia 23 de novembro e 1531, onde se lê que nesse dia da partida para explorar o estuario do Rio da Prata, o sol estava em 14° 5' de Saggittario e a lua em 27° de Tauro, observação e parece lembrar que se acompanhava a marcha esses astros, tudo mais em relação á esphera celestre

refere-se invariavelmente ás observações da altura do sol para o calculo das latitudes.

Vê-se, portanto, que as taes observações astronomicas dos pilotos da armada de 1531 para determinar longitudes não se podiam ter realisado como nol-o refere o sr. Varnhagen, e que não foram ellas certamente que determinaram o almirante de retroceder para o Norte. Outras foram, por certo, as razões que levaram Martim Affonso de Sousa ao porto de S. Vicente.

E não residia só no defeituoso processo de calcular longitudes a difficuldade ou impossibilidade de taes verificações a linha meridiana, suggerida no tratado a que nos temos referido, era outra difficuldade invencivel.

O tratado foi omisso na fixação do ponto inicial das 370 leguas no Archipelago de Cabo Verde, sendo certo que entre a ilha de Santo Antão, a mais occidental e a do Sal que está mais a oriente ha um ambito de mais de 2 graos em longitude. Alem disso o typo das *leguas* não foi determinado como convinha, pois que entre a legua portugueza e a hespanhola havia notavel differença.

Os *gráos de Sol* a que o tratado se refere, que são os gráos do Parallelo, como os *gráos de Norte* que são os do Meridiano, já o dissemos, não eram bem conhecidos, ainda que fossem geralmente aceitos os calculos erroneos de Ptolomeu.

As *singraduras de leguas* só podiam valer se a demarcação se viesse a realisar de commum accordo por meio de pilotos de ambas as nacionalidades.

O tratado, que tudo isso deixou ao cuidado dos cosmographos e commissarios a reunirem-se dentro de

10 mezes em uma das ilhas Canarias para o fim de demarcar a meridiana, não tendo tido execução nessa clausula, deixou tudo em suspenso e impossivel qualquer solução definitiva.

Só em 1523, depois da viagem de Magalhães, quando os Hespanhoes reclamaram as Molucas nos mares das especiarias como comprehendidas nos 180° do seu hemispherio de influencia, é que o tratado de Tordesilhas foi, pela vez primeira interpretado.

Reunidos em Saragoça os commisarios portuguezes e hespanhoes para regularem essa questão, não visavam aquelles outra cousa senão salvar as Molucas ainda que com sacrificio do lado da America; estes, os hespanhoes ao contrario, não sô reclamavam essas ilhas das especiarias, mas até Malaca, pois que devido a um erro do roteiro da viagem de circumnavegação, o ambito do Oceano Pacifico tinha sido muito reduzido e dava logar a que os 180° de Hespanha viessem a abrager possessões portuguezas no extremo oriente. E como para salval-as não tinham os commissarios de Portugal meio algum de demonstrar a falsidade daquelle roteiro, por se não conhecer o melhor processo de determinar longitudes, esforçaram-se o possivel para tirar das garras de Carlos V, ao menos, as suas ilhas das especiarias, e, para tanto, exigiam que o ponto inicial das 370 leguas para a demarcação da meridiana fosse a ilha do Sal, a mais oriental das do Cabo Verde, e não a de Santo Antão que, aliás, favorecia ás suas pretenções na America.

Mas, como nesse tempo, a America pouco valia e as especiarias da India valiam tudo, o Brasil foi sacrificado ás Molucas e procurou-se, recuando a demar-

cação para leste, diminuir a differença dos graos que se teria de pagar em ouro. (1)

Em 1531, quando ainda percorria os mares do Brasil a armada de Martim Affonso, Portugal guardava, é certo, as suas ilhas das especiarias, mas no Atlantico tinha perdido, porque tendo recuado o ponto inicial da demarcação para a ilha do Sal, perdera no continente da America, pelo menos, 2 1/2 gráos em longitude.

Mas, se neste ponto o accordo se impunha por força de coherencia, de outro lado, impossivel era entre os cosmographos de cada parcialidade, qualquer solução definitiva da demarcação no terreno pratico.

Accreditavam os Hespanhoes que a linha de demarcação não dava aos Portuguezes na America senão um terço do territorio que hoje possuimos, e, segundo os seus cosmographos, essa linha imaginaria devia cortar o continente, ao Norte, na bahia do Maranhão e sahir, ao Sul, em S. Vicente; ficando assim para a Hespanha todo o trecho das costas meridionaes, desde este porto até o Rio da Prata.

E n'isto andavam elles mais chegados á verdade, porquanto, se n'essa epoca lhes fosse dado effectuar a demarcação com o rigor dos nossos modernos processos astronomicos, se verificaria que as 370 leguas contadas da ilha do Sal acabariam n'uma meridiana que corta o nosso territorio, ao Norte na barra do Gurupy, antiga

(1) Portugal pagou 350:000 cruzados d'ouro pelos 17° que deviam abranger as Molucas.

Deslocamento do continente para Leste : 3.°

Costas do norte da America do Sul
segundo os dados de Vicente Y Pinson em 1499–1500

Th. Sampaio del.

Th. Sampaio del.

Abra de Diogo Leite e ao sul nas immediacões do porto de Santos. (1)

Mui diversamente opinavam os Portuguezes, os quaes, baseados nos seus trabalhos geographicos, sempre acreditaram que a meridiana de demarcação lhes cortava o continente, do lado do Norte, a Oeste da foz do Amazonas que ficaria toda portugueza, (2) e, para o Sul, vinha cortando as terras do Rio da Prata ainda por cima do estuario, mais ou menos na altura do *Esteiro dos Carandins*, onde Pero Lopes assentou os dous padrões, e indo sahir mais em baixo no fundo do golfo de S. Mathias. Valia tanto como deslocar o sul do continente para leste de 14 para 15 gráos.

Os escriptores portuguezes que do assumpto se occuparam, pelo menos os que escreveram antes do fim do seculo 18º, são todos concordes neste modo de fazer a demarcação.

Francisco da Cunha conta ter visto e examinado em 1563 um padrão de marmore com as armas portuguezas entre a ponta meridional do Golfo de S. Mathias e a Ponta do Padrão, mais chegado á primeira, padrão que ahi fôra assentado por uma das primeiras armadas exploradoras, talvez pela de 1503. (3)

---

(1) Calculando se pelas leguas portuguezas de 3000 braças, ou pelas de 16 ao grão no parallelo da ilha do Sal. A meridiana assim determinada correria a 23° 7' 30" ao poente daquella ilha. Se, porém, em vez da ilha do Sal fosse a de Sto. Antão, a meridiana viria cortar a ilha de Marajó na foz do Amazonas em frente a ilhota das Flechas e no sul viria sahir nas immediações da Laguna.

(2) Calculando pelas leguas reaes de Hespanha de 25.000 pés que no parallelo da ilha de Sto. Antão são leguas de 15 ao grão. A meridiena assim determinada cahia a 24° 40' a Oeste daquella ilha e passaria nas visinhanças do Cabo Orange.

(3) Casal, *Corographia Brazilica*, vol. I, pag. 44 e 45.

Vê-se, portanto, que desde epoca remota se considerárام os Poriuguezes com direito ao rio da Prata e que as taes observações astronomicos dos pilotos de Martim Affonso jamais lhes abalaram essa crença.

Ao contrario de Sr. Varnhagen, dizem outros escriptores que Martim Affonso, longe de se convencer de que taes terras não eram portuguezas, dellas até tormou posse em nome do seu rei. Simão de Vasconcellos diz que o almirante assentou marco na ilha de Maldonado, pouco ao Norte da entrada do estuario. Charlevoix repete o mesmo na sua «Historia do Paraguay» e mais modernamento o Sr. Candido Mendes no seu Atlas do Brazil nos refere que o mesmo navegador assentara marco em Castilhos Grandes. (1)

Parece-nos que outras foram as rasões que levaram o almirante a retroceder para S. Vicente.

Posto que, ao navegar para o sul, não lhe foi possivel, em vista das difficuldades do tempo, entrar nesse porto e conhecer-lhe pessoalmente as vantagens, é bem certo que elle possuia acerca da região informações precisas. O mesmo roteiro de Pero Lopes a que nos temos referido deixa perceber que a bordo da esquadra vinham homens praticos da costa, e até nos apresenta um certo *Pedre Annes*, piloto que era lingua da terra. E' por isso que, ao voltar para o Norte, já vinha a esquadra de rota batida para S. Vicente (2) e sò de arribada é que entrou em Cananéa onde se deteve cerca de oito dias.

De facto, a expedição, que partira da Europa com o

(1) O roteiro de Pero Lopes não falla em outros marcos que não os assentados no esteiro dos Carandins. Na ilha de Maldonado apenas se mandou assentar uma cruz com uma carta envolvida em cera para assignal-a um bergantim que se desgarara.

(2) O *Diario* de Pero Lopes diz testualmente : «Aqui estivemos nesta ilha (a das Palmas, junto ao cabo de S. Maria) quatro dias fazendo-nos pretes para nos irmos ao rio de S, Vicente.»

fim de colonisar e reconhecer a terra ,não veio com pla no assentado de fixar-se nem no Rio da Prata como nol-o affirma o sr. Varnhagen, nem em S. Vicente como opina o sr. Mendes de Almeida. (1).

A primeira colonia regular dos Portuguezes na America seria assentada onde melhor parecesse ao alumirante. E' assim que, entrando em Pernambuco, apenas examina as feitorias, mas se não decide fixar sob esse clima equatorial; aporta á Bahia, onde por duas vezes arriba por motivo das tempestades, mas ahi apenas deixa dous homens e sementes para ver qual a capacidade da terra; chega ao Rio de Janeiro cuja paisagem parece attrahil-o, mas apenas ahi permanece o tempo necessario para refazer-se de mantimentos e aguardar a volta da gente que mandou pelo sertão examinar a terra, vae por fim até o Rio da Prata, mas ainda ahi se não deixa, seduzir pela amenidade do seu clima temperado e retrocede para essa região de sob o Tropico, para S. Vicente, que aliás não conseguira avistar até então.

Entretanto, explica-se facilmente o motivo das preferencias de Martim Affonso em relação a esse porto.

A colonia, que vinha fundar, tinha de locar se no ponto da costa que mais vantagens offerecesse para a exploração subsequente do interior do paiz, tendente a descobrir-lhe as riquezas mineraes de que já havia informações quasi que positivas.

E' preciso não perder de vista que a attenção da metropole pela sua até então abandonada possessão da America vinha despertada pelos successos dos Hespanhoes no Mexico e no Parú. O ouro da America já a esse tem tempo despertava o cobiça do mundo inteiro.

No trecho da costa brasileira entre o Cabo Frio e

(1) *Atlas do Imperio do Brazil*, pag. 24.

o porto *dos patos* Santa Catharina) era tradição de que para o interior havia abundancia de ouro e de outros metaes preciosos, tradição que o almirante ao deixar a Europa não devia desconhecer. (1).

Ja no Rio de Janeiro havia elle recebido dos quatro exploradores do sertão e daquelle rei selvagem que os conduzia, a boa nova de que para as regiões provavelmente do Oeste e do Sudoeste o ouro abundava.

Em Cananea as informações do aventureiro Chaves levam-no até a convicção; e por isso não trepida em enviar ao sertão aquelle troço de 80 homens ao mando de Pero Lobo Pinheiro.

No Porto dos Patos, uns quinze castelhanos, encontrados perdidos, e que ahi estavam desde muitos annos «deram novas ao capitão I. do muito ouro e prata que dentro no sertão havia, e trasiam mostras do que disiam e affirmavam ser mui longe.» Taes palavras são do mesmo roteiro.

A tradição da viagem de Aleixo Garcia, indo de S. Vicente ao Perú em 1525, fabulosa ou não, é em si mesma a encarnação dessa vaga idea de riquezas que se presumia abundar algures pelos sertões, e do espirito andacioso que prevalescia nessa epoca de aventuras.

S. Vicente vinha já na tradição como um porto das minas, ou, pelo menos, como o local da zona maritima mais adequado para attingil-as, como dahi Aleixo attingira o Perú. A colonia ahi assentada vinha, portanto, como subsidio á desajada solução de um problema.

---

(1) Escreve o Padre Simão de Vasconcellos: «Affirmavam os Indios, que os mais dos rios deste districto eram copiosos em mineraes de ouro, prata, ferro, calaim e salitre até o rio Cananea: *Chronica da Comp. de Jesu' do Estado do Brasil*, vol. I pag. LIII,

Essa parte da costa brasilica que de Cabo Frio se inflecte para o Oeste e depois para o Sudoeste como que modelando na grande curvatura um mar brasileiro, tão varia no seu aspecto, tão bella no pittoresco das suas montanhas de granito, tão retalhada de bahias amplas, enseadas seguras, tão abundante de ilhas, essa costa bem podia chamar-se desde então a *costa do ouro* pela fama ou tradição delle que já corria, como aquella outra secção ao Norte de Porto Seguro se podia chamar a *costa do pau brasil.*

Quando os dous irmãos Souzas tiveram de escolher onde locar as suas capitanias, foi certamente attendendo para taes circumstancias que *escolheram o melhor*, e porque assim já o havia auctorisado ElRei (1)

Por isso, a capitania de Martim Affonso de Souza abrange o centro dessa *costa do ouro* e vae por 100 leguas desde o rio Macahé até 12 leguas ao sul da ilha de Cananéa; e, para não descontentar o irmão, Pedro Lopes bravo-mancebo, já illustre nas lides do Oceano abre-se-lhe espaço nesta mesma costa, nas visinhanças de S. Vicente, onde lhe são doadas 10 leguas como para fazer-lhe participar dos beficios das sonhadas minas d'ouro, ainda veladas no seio dos sertões.

Mas como homem pratico que era, Pero Lopes quiz ter no Brazil tambem aquillo que aqui positivamento estava rendendo, quiz ter o seu trecho da *costa do pau brasil*; e então, eil-o com a doação de 30 leguas em Itamaracá onde o lenho de tinturaria era o mais abundante e precioso.

O resto das suas posses escolheo elle ainda na cos

(1) Carta del Rei D. João III a Martim Affonso de Sousa, escripta de Lisboa a 28 de setembro de 1532,

ta do Sul, nas quarenta leguas que se seguem as do irmão, e abrangendo essa parte do Porto dos Patos, onde tambem era tradicional a fama do ouro.

Lançados, porem, os fundamentos da primeira colonia regular portugueza da America, á margem dessa pittoresça bahia de S. Vicente, em cujas aguas ainda balouçavam os restos da pequena esquadra, o almirante cuja missão estava cumprida, e que tinha ordem de regressar quando lhe aprouvesse, expede tão somente a maruja para a Europa e se deixa ficar nesta terra dos Guoyanazes, aguardando novas da expedição de Lobo que não voltava.

Como a de Aleixo que a tradição faz trucidada nas margens do Paraguay, essa expedição, partiu para não mais voltar. Atè hoje ninguem sabe que destino foi o seu. Mas se a perda de tantos companheiros, cuja morte escura ficou para sempre um segredo impenetral das selvas americanas, trouxe desengano a todas as esperanças do almirante, que deixou logo o Brazil para sempre, na alma inculta do mameluco, do filho dessa raça cruzada que se ia formando, talhada para as conquistas do deserto, ficou a crença inabalavel de um *Brazil de ouro*, acaso velado nas brumas do futuro.

A elle, o mameluco, é que devia caber esse lance derradeiro da fortuna; a elle a justificação inteira das preferencias do almirante.

S. Paulo, 17 de Julho de 1895.

THEODORO SAMPAIO

RELATORIO

DOS

Trabalhos e Occurrencias

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE S. PAULO

NO ANNO DE 1895

APRESENTADO PELA DIRECTORIA

NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

EM 25 DE OUTUBRO DE 1895.

Exms. Snrs. Membros do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo.

Em cumprimento ao disposto no § 5º. do art. 12 dos nossos Estatutos, a Directoria do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo vem apresentar o relatorio dos facto soccoridos durante o primeiro anno de existencia da nossa associação.

SESSÕES

No periodo decorrido da data da fundação do Instituto, em 1º. de Novembro de 1894, até ao presente, foram celebradas 21 sessões, sendo: 1 de installação, 1 para discussão dos Estatutos e eleição da Directoria, 13 ordinarias e 3 extraordinarias, inclusive a de hoje.

A 1ª. sessão ordinaria foi realisada a 25 de Janeiro deste anno, seguindo-se uma extraordinaria em 21 de Abril, para commemorar o anniversario da morte do Tiradentes. Devido á falta de assumpto, deixou de haver sessões nos mezes de Fevereiro e Março. De Abril em diante e de accordo com a deliberação da Dirictoria celebraram-se regularmente duas sessões ordinarias por

mez, tendo havido uma extraordinaria a 13 de Maio para solemnisar a data da abolição da escravidão no Brasil.

As sessões têm sido regularmente concorridas, mas seria de desejar que houvesse maior frequencia e mais assiduidade da parte dos snrs. socios.

O Instituto continúa a celebrar suas sessões em uma das salas do predio onde funcciona o Gymnasio do Estado, á Rua da Boa Morte n. 17, e é grato á Directoria consignar aqui um voto de agradecimento ao Governo do Estado por este auxilio que presta á nossa associação.

TRABALHOS

Durante o anno foram apresentados os seguintes trabalhos:

Origens republicanas do Brasil, trabalho especialmente escriptopara o Institutopelo socio snr. Dr. DomingosJaguaribe, que leu alguns capitulos.

Das finanças de S. Paulo, no passado, no presente e no futuro, conferencia feita pelo socio snr. Dr. João Pedro da Veiga Filho, na sessão de 13 de Maio

Carta (inedita) *do Vice-rei do Brasil, Conde de Cunha*, dirigida ao Governo da Metropole em 1765, *sobre divisas de S. Paulo e Minas Geraes*, lida e commentada pelo socio snr. Dr. Orville Derby, na sessão de 20 de Maio,

A *Historia de S. Paulo*, obra do socio snr. Tancredo do Amaral, que della leu alguns capitulos.

Serra da Mantiqueira, trabalho do socio snr. Dr. Orville Derby e por elle lido na sessão de 20 de Junho.

Discurso sobre os Estados Unidos da America do Norte, proferido pelo socio snr. Dr. João Pereira Monteiro, na sessão de 4 de Julho.

Posse meridional do Brasil, trabalho do socio snr. Dr. Theodoro Sampaio, lido na sessão de 5 de Agosto.

A Independencia do Brasil, conferencia realisada pelo socio snr. Domingos Leopoldino da Fonseca e Silva, na sessão de 7 de Setembro.

Biographia do Padre Jesuino do Monte Carmello, trabalho do socio snr. Antonio Augusto da Fonseca,

lido pelo socio snr. Antonio de Toledo Piza, na sessão de 20 de Setembro.

Oração funebre proferida em 1821 pelo Padre Diogo Feijó a respeito do Padre Jesuino do Monte Carmello, lido tambem pelo socio snr. Dr. Antonio de Toledo Piza, na mesma sessão de 20 de Setembro.

Oração funebre pronunciada por Candido Jose da Motta a respeito do Padre Diogo Feijó, annotada e offerecida pelo socio snr. Dr. João N. Nogueira da Motta e lida pelo socio snr. Tancredo Amaral, na sessão de 12 do corrente.

Tambem foram apresentadas pelo Presidente do Instituto diversas theses, as quaes vão especificadas no annexo n. 1.

Bibliotheca e Archivo

A bibliotheca e o archivo estão, como é natural, apenas em começo; poucos livros e objectos contêm, mas pouco a pouco ir-se-ão desenvolvendo, muito esperando o Instituto da boa vontade dos snrs. socios, que sem duvida concorrerão para que se enriqueçam.

Acham-se installados em uma sala cedida gratuitamente pelo socio Dr. Domingos Jaguaribe no predio n. 59 da Rua Quinze de Novembro, 2º. andar, funccionando tambem ahi a secretaria.

Os livros, mappas e objectos existentes actualmente na bibliotheca e no archivo constam do catalogo que vai annexo sob n. 2.

Socios

O Instituto ficou constituido com 139 socios fundadores, mas até ao presente somente 116 satisfizeram a joia e 1ª. annuidade, sendo dispensado deste onus o socio snr. Dr. Prudente José de Moraes Barros, por ter sido eleito Presidente honorario do Instituto, de sorte que 22 socios fundadores ainda não pagaram a joia e annuidade.

A Directoria, em uma de suas sessões, deliberou pedir aos snrs. socios em mora o cumprimento deste dever, dirigindo-lhes um officio circular assignado pelo Thezoureiro; alguns acudiram ao appello, outros decla-

raram não quererem pertencer ao Instituto e outros, finalmente, nada responderam até agora.

Cumpre, pois, que tomeis uma deliberação a respeito.

No correr do anno foram propostos e admittidos 32 socios, sendo 13 na qualidade de honorarios, 7 na de effectivos e 12 na de correspondentes, inclusive os approvados na sessão de hoje. Dos acceitos nas duas ultimas categorias, por emquanto somente 7 estão considerados definitivamente socios, por terem satisfeito a joia e 1ª. annuidade, nos termos dos Estatutos.

Nos annexos ns. 3, 4 e 5 encontrareis a relação nominal dos socios fundadores que cumpriram o dever do art. 4º. dos Estatutos, daquelles que ainda não o fizeram e dos socios admittidos depois da fundação do Instituto.

Offertas

Não só dos snrs. socios, como de pessoas extranhos á associação, tem o Instituto recebido offertas de livros, mappas, jornaes, etc., e a Directoria, em nome do Instituto, agradece as offertas feitas para a Bibliotheca e Archivo da Sociedade e pede que continuem a dispensar a esta todo o auxilio de que é digna; especialmente aos snrs. socios é dirigido este appello.

Revista

Devendo a *Revista do Instituto* só publicar trabalhos originaes dos snrs. socios, ou ineditos, que tenham merito, é evidente que no curto periodo de tempo de existencia da associação não podia abundar o material; só ultimamente poude a Commissão de Redacção reunir os elementos que devem constituir o 1.º numero da *Revista*, o qual acha-se já no prelo e será brevemente distribuido, sendo publicado em dois fasciculos, mas formando um só volume.

Finanças

Pelos balancetes organisados pelo Thezoureiro e que vão annexos sob ns. 6,7 e 8, vereis qual o estado financeiro do Instituto até 30 de Setembro p. findo.

Até essa data a Receita foi de Rs. 7:894$000, praveniente da joia e 1.ª annuidade de 102 socios fundado-

res, 2 effectivos e 2 correspondentes e do donativo de Rs. 50$000 feito pelo socio honorario snr. Dr. Georges Ritt.

A Despeza importou em Rs. 3:000$980, conforme as diversas verbas mencionadas nos ditos balancetes, as quaes estão de accordo com os documentos existentes em poder do Thezoureiro. O saldo, portanto, naquella occasião, era de Rs. 4:893$020.

No corrente mez foram recedidas as importancias da joia e 1ª, annuidade de mais 14 socios fundadores e de 3 effectivos e feitos os pagamentos de porcentagem ao cobrador e de diversas contas, o que constará do balancete do trimestre que corre e que será organisado em 31 de Dezembro p. futuro.

Do saldo actual a favor do Instituto está depositada no Banco de Credito Real de S. Paulo a quantia de Rs. 4:903$000; o excedente acha-se em mão do Thezoureiro para satisfazer as despezas que possam occorrer e applicar ao pagamento por conta da impressão da *Revista*.

Eis o que a Directoria vos tem a relatar, estando prompta a dar-vos todos os mais esclarecimentos e informações que julgardes necessarios.

S. Paulo, 25 de Outubro de 1895.

Dr. Cesario Motta Junior
PRESIDENTE

Dr. M. A. Duarte de Azevedo
VICE-PRESIDENTE

Carlos Reis
1.º SECRETARIO

Manoel Ferreira Garcia Redondo
2.º SECRETARIO

Dr. Domingos Jaguaribe
THEZOUREIRO

ANNEXOS

N. 1

Theses apresentadas pelo Snr. Dr. Cesario Motta Junior.

1

Das divisas de S. Paulo com os Estados limitrophes.

2

Da influencia do rio Tieté na civilisação de S. Paulo.

3

Missões jesuiticas do Guaira.

4

Da viação ferrea em S. Paulo, no passado, presente e futuro.

5

Da geographia medica de S. Paulo.

6

Da faunna e flora de S. Paulo.

7

Influencia do estudo do direito em S. Paulo na civilisação do Brazil.

8

Das finanças de S. Paulo, no passado, no presente e no futuro. (*)

9

Da lingua portugueza e das modificações que tem experimentado em S. Paulo.

10

Da imprensa de S. Paulo e de sua influencia desde os seus primeiros tempos.

(*) Esta these foi desenvolvida pelo socio snr. Dr João Pedro da Veiga Filho em conferencia realisada na sessão de 13 Maio.

N. 2

Catalogo dos livros, mappas e mais objectos existentes nesta data na Bibliotheca e no Archivo do Instituto.

Bibliotheca

Livros

Cincoenta annos de existencia, pelo Dr. M. A. de S. Sá Vianna.

Catalogo da exposição de trabalhos juridicos, realisada pelo Instituto dos Advogados Brasileiros.

Estatutos do Instituto Geographico e Historico da Bahia.

Feijó, oração funebre por Candido José da Motta (manuscripto).

Diccionario geographico do Paraná, por Nivaldo Braga.

Revista do Paraná, jornal illustrado.

Revista Brasileira — Edicção de Laemmert & C.ª — Ns 1 a 19.

Saúva ou Manhu-uára, por A. G. de Azevedo Sampaio.

Estatutos da Sociedade Pharmaceutica de S. Paulo.

Constituição do Municipio de Santos.

Revista do Instituto do Ceará — Tomo 8.º, 1894.

Boletim de Estatistica Demographo-Sanitaria.

Uma revelação historica, por B. G. de Moura Lacerda.

Compendio de geographia do Paraná, por L. de F. Almeida e Sá.

Memorias e documentos escolares, publicações do Pedagogium Brasileiro.

Revista Pedagogica, jornal do Pedagogium Brasileiro.

Guia para expedição da correspondencia.

Itenerario de malas terrestres.

Tabella de vencimentos (no Correio).

Relatorio dos serviços do Correio — 1880, 1889, 1892, 1893 e 1894.

Regulamento dos Correios.

Instrucções para execução de serviços postaes.
Convenções postaes.
Boletim Postal do rasil.
Archivo do Districto Federal.
Relatorio do Instituto dos Advogados Brasileiros — 1894.
O Amazonas, pelo Dr. Oscar Leal.
Revista Moderna (jornal) — Ns. 1 a 7.
Saneamento de Santos, pelo Dr. I. W. da Gama Cochrane.
Saneamento de S. Paulo, pelo mesmo.
Condições economicas da Comp. S. Paulo e Rio de Janeiro, pelo mesmo.
Resgate da E. F. de S. Paulo e Rio de Janeiro, pelo mesmo.
Liquidação da Comp. S. Paulo e Rio de Janeiro, pelo mesmo.
Revista Pharmaceutica (S. Paulo) — Ns. 1 a 4.
Classificação das agencias postaes.
«Consultor do Commercio», por João Candido Martins.
Indicações sobre a historia nacional, pelo Dr. Tristão de Alencar Araripe.
Documentos interessantes, publicações do Archivo de S. Paulo — Vols. 1 a 15.
Relatorio da Repartição de Estatistica e do Archivo od Estado de S. Paulo — 1893.
Almanak do Estado de S. Paulo para 1895 — Edição da Companhia Industrial.
Indicador da capital — Idem.
A Historia de S. Paulo, por Tancredo Amaral.
Guia de viagem, por J. Maximino Serzedello.
Do Tejo a Paris, pelo Dr. Oscar Leal.
Viagem a um paiz de selvagens, pelo mesmo.
Leis municipaes de Casa Branca — 1.º vol.
Revista Agricola — Ns. 1 a 5.
As tribolitas do grez de Ereré e Maecurú, por John M. Clarke.
Relatorio da Commissão Geographica e Geologica de S. Paulo — 1894.
Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema.

Boletim da Comp. Geogr. e Geolog. de S. Paulo — Ns. a 10.

Dados dimatologicos — 1891 e 1892.

Meteoritos brasileiros, pelo Dr. Orville Derby.—*Ferro nativo de Santa Catharina*, pelo Dr. Luiz F. G. de Campos.

Rochas nephelinas do Brazil, pelo Dr. Orville Derby.

Os picos altos do Brasil, pelo mesmo.

Limites entre S. Paulo e Minas, pelo mesmo.

A contribution tothe geology of the lowes Amazonas, pelo mesmo.

Nephelines rocks in Brasil, pelo mesmo.

Occurence of Xenotime as an accessory element in rocks. — *Magnetite ore districto of jacupiranga and Ipanema* — pelo mesmo.

The Amazonian upper carboriferous fauna, pelo mesmo.

Relatorios da Camara Municiqal de S. Paulo—1893 e 1894.

Escorço biographico do Dr. Alfredo Ellis — vol I, por Libero Braga.

A justiça criminal, pelo Dr. Candido Motta.

Intelligencia e moral do homem, pelo Dr. D. Jaguaribe.

Influence de l'esclavage et de la liberté, pelo mesmo.

Homens e idéas no Brasil, pelo mesmo.

L'art de former des hommes de bien, pelo mesmo.

Revista Util — 3.º vol., pelo mesmo.

Biographia de Silva Jardim, por José Leão. p, m.

A *Verdade*, jornal publicado em 1832.

A *Mutuca picante*, idem.

Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia — N. 4.

Geometria superior, pelo Dr. A. F. de Paula Souza.

Noticia sobre a provincia do Paraná.

Discurso sobre Floriano Peixoto, por Horacio de Carvalho.

Discurso sobre Floriano Peixoto, pelo Dr. Alfredo Pujal.

Direito de intervenção, pelo Dr. Leopoldo de Freitas.

Antonio Conselheiro, pelo Padre João Evangelista.

Promptuario commercial, civil e militar, por Luiz de F. Almeida e Sá.

Relatorio da Fazenda de S. João da Montanha.

Relatorio da Secretaria do Interior de S. Paulo - 1894.

Relatorios da Secretaria da Agricultura de S. Paulo — 1892, 1893, e 1894.

Moeda do Brasil, por João Xavier da Motta.

The cosmographic atla, por W. & A. K. Johnsten.

MAPPAS

Planta da cidade de S. Paulo em 1810, reproducção pelo snr. Julo Martin.

Carta corographica da capitania de S. Paulo, organisada em 1776 (inedita).

Mappa da capitania de Minas Geraes, organisado em 1778 (inedito).

Planta da cidade de S. Paulo — 1895.

Mappa topographico da provincia do Paraná.

JORNAES

Diario Official Estado de S. Paulo.

A Madrugada (Lisboa).

O Ensaio (Pindamonhangaba).

A Instrucção Poqular (Capital).

Santos Commercial (Santos).

Diario de Tabuaté (Fabuaté).

O Reporter (Ribeirão Preto).

O Municipio (Capital).

Diario de Santos (Santos.

ARCHIVO

MOEDAS

1 Moeda de cobre da Republica do Paraguay.
2 Ditas da Republica Argentina.
6 Ditas brasileiras.
1 Dita da Hespanha.
3 Ditas de Portugal.
1 Dita da Italia.
1 Dita da Allemanha.
2 Ditas não classificadas

MEDALHAS

1 Medalha commemorativa da libertação dos escravos.
1 Dita de prata — Campanha de 1852.
1 Dita de antimonio — Tomada de Uruguayna.
1 Dita de bronze — Tomada de Paysandú.
1 Dita de cobre — Aos vencedores de Jatahy.
1 Dita de bronze — Guerra do Paraguay.

RETRATOS E ESTAMPAS

Retratos dos arcebispos da Bahia.
Dito do Marechal Floriano Peixoto.
Dito de Frei Germano de Annecy.
Planta e vistas de edificios da cidade de S. Paulo em 1810.

N. 3

Relação nominal dos snrs. socios considerados definitivamente como membros fundadores do Instituto.

MEMBRO FUNDADOR HONORARIO

Dr. Prudente José de Moraes Barros.

MEMBROS FUNDADORES EFFECTIVO

1 Alberto Lôfgren.
2 Dr. Alexandre Florindo Coelho.

83 Dr. José Valois de Castro.
84 Dr. José Vicente de Azevedo.
85 Dr. Julio Cesar Ferreira de Mesquita.
86 Dr. Luiz de Anhaia Mello.
87 Dr. Luiz Toledo Piza e Almeida.
88 Dr. Manoel Alvaro de Souza Sá Vianna.
89 Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo.
90 Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles.
91 Dr. Manoel Ferreira Garcia Redondo.
92 Manoel Marcelino de Souza Franco
93 Dr. Manoel de Moraes Barros.
94 Dr. Manoel Pereira Guimarães.
95 Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos.
96 Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Sobrinho.
97 Dr. Martinho Prado Junior.
98 Dr. Mathias Valladão.
99 Dr. Orville A. Derby.
100 Dr. Oscar Schwenk d'Horta.
101 Dr. Pedro Augusto Gomes Cardim.
102 Dr. Pedro Vicente de Azevedo.
103 Dr. Raymundo Furtado Filho.
104 Dr. Rodolpho Pereira.
105 Dr. Severino de Freitas Prestes.
106 Tancredo Leite do Amaral Coutinho.
107 Dr. Theodoro Dias de Carvalho Junior.
108 Dr. Theodoro Sampaio.
109 Theophilo Barbosa.
110 Thomaz Paulo de Bom Successo Galhardo.
111 Tiburtino Mondim Pestana.
112 Mºr. Tristão Araripe.
113 Dr. Vicente Liberalino de Albuquerque.
114 Dr. Viriato Brandão.
115 Dr. Virgilio de Rezende.
116 Dr. Wenceslau de Queiroz.

N. 4

Relação das pessoas que foram consideradas como cios fundadores, mas que ainda não satisfizeram a ia e primeira annuidade.

1 Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima.

43 Francisco Ignacio Xavier de Assis. Moura.
44 Dr. Francisco Martiniano da Costa Carvalho.
45 Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo.
46 Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves.
47 Dr. Gabriel Osorio de Almeida.
48 M.or Gabriel Prestes.
49 Dr. Gabriel de Toledo Piza e Almeida.
50 Dr. Gustavo Koenigswald.
51 T.c. Henrique A. de Araujo Macedo.
52 Henry White.
53 Dr. Hermann von Ihering.
54 Dr. Horace M. Lane.
55 Horacio de Carvalho.
56 Dr. Hypolito de Camargo.
57 Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrace.
58 Dr. Jayme Serva,
59 Dr. João Alvares Rubião Junior,
60 João de Arruda Leite Penteado.
61 Dr. João Nepomuceno Nogueira da Motta
62 Dr. João Nogueira Jaguaribe.
63 Dr. João Pedro da Veiga Filho.
64 Dr. João Pereira Monteiro.
65 Dr. João Ribeiro de Moura Escobar.
66 Dr. Joaquim Floriano de Godoy.
67 P.e Joaquim Soares de Oliveira Alvim.
68 Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida.
69 Joaquim de Toledo Piza e Almeida,
70 Dr. Jorge Tibiriçá.
71 Dr. José Alves de Cerqueira Cesar.
72 Dr. José Alves Guimarães Junior.
73 José André do Sacramento Macuco.
74 Dr. José Batista Pereira.
75 Dr. José Cardoso de Almeida.
76 José Eduardo de Macedo Soares.
77 Dr. José Estacio Corrêa de Sá e Benevides.
78 José Ferraz de Almeida Junior.
79 Dr. José Ferreira Garcia Redondo.
80 José Francisco Soares Romeo.
81 José Maria Lisboa.
82 Dr. José de Sá Rocha.

N. 5

Relação dos socios adminitttidos depois da fundação do Instituto.

N.º	Categ.	NOMES	Data da admissão	Observações
1	Honorarios	Barão Homem de Mello	5 Junho 1895	
2		Bellarmino Carneiro	20 » »	
3		Barão de Paranapiacaba	4 julho »	
4		Barão do Rio Branco	» » »	
5		Dr. Georges Ritt	5 Agosto »	
6		Dr. A. J. de Mello M. Filho	20 » »	
7		Dr. Mart. de F. V. de Mello	7 Setem. »	
8		Dr. Sylvio Roméro	» » »	
9		Dr. Tristão de A. A. Junior	» » »	
10		Conselhr. Dr. T. A. Araripe	» » »	
11		Dr. J. J. de Menezes Vieira	20 » »	
12		Dr. J. F. de Assis Brasil	20 Outub. »	
13		Dr. Fred. A. da S. Lisboa	25 » »	
1	Effectivos	Luiz de F. Almeida e Sá	5 Junho 1895	satisfeza joia e annuid.
2		Dr. Jorge Maia	20 » »	
3		Dr. Ernesto G. Young	» » »	
4		Dr. Luiz Pereira Barreto	» » »	
5		Dr. Alfredo Rujol	20 Setem. »	idem
6		Dr. Leopoldo de Freitas	» » »	
7		Dr. Eduardo da S. Prado	25 Outub. »	
1	Correspondentes	Dr. Oscar Leal	5 Junho 1895	Satisfeza joia e annuid.
2		Dr. Ernesto G. Penteado	» » »	
3		Dr. Henrique Coelho	» » »	
4		Dr. J. da Costa R. Junior	20 » »	
5		Dr. Alfredo de Toledo	» » »	
6		José M. Serzedello	20 Julho »	
7		Dr. R. P. A. do S. Black	5 Agosto »	Idem
8		Domingos L. da F. e Silva	7 Setem. »	
9		Eurico Saldanha	20 » »	
10		Dr. Heitor Peixoto	25 Outub. »	
11		Alberto Veiga	» » »	
12		F. C. de Almeida Moraes	» » »	

N. 6

Balancete da Receita e Despeza do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, no trimestre findo em 31 de Março de 1895.

RECEITA						
Joias e annuidades de tres socios fundadores recebida pelo Thezoureiro.					222	000
Idem de quarenta e cinco socios fundadores recebidas por intermedio do Cobrador do Instituto.				3:	330	000
			Rs.	3.	552	000
DESPEZA						
Porcentagem ao Cobrador					303	000
Annuncios e publicações nos jornaes					49	600
Livros, papel objecto p. a Secret.ria					126	500
Archivamento dos Estatutos no Registro Geral					23	800
Impressos divrsos					64	000
Sellos para o expediente					10	000
1000 exemplares dos Estatutos					230	000
			Rs.		806	900
RESUMO						
Importancia da Receita	3:	552	000			
Idem da despeza		806	900			
Saldo.....			Rs	2:	745	100

S. Paulo, 31 de Março de 1895

O Thezoureiro do Instituto

Dr. Domingos Jaguaribe.

N. 7

Balancete da Receita e Despeza do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, no trimestre findo em 30 de Junho de 1895.

RECEITA						
Saldo do trimestre anterior				2:	745	100
Joias e annuidades de tres socios fundadores recebidas pelo thezoureiro					222	000
Idem de trinta e dois socios fundadores recebidas por intermedio do Cobrador do Instituto				2:	368	000
			Rs.	5:	335	100

DESPEZA						
Porcentagem do cobrador					236	800
Encadernação do *Diario Official*, 1 vol.					10	000
Um carimbo de metal para sello do Instituto					40	000
Annuncios e sellos para o expediente					49	000
			Rs.		335	800

RESUMO						
Importancia da receita	5:	335	100			
Idem da despeza		335	800			
Saldo. . . . . Rs.				4:	999	300
Sendo: Depositado no Banco de Credito Real	4:	800	000			
Dinheiro em mão do thezoureiro		199	300	4:	999	300

S. Paulo, 30 de Junho de 1895

O thesoureiro do Instituto

Dr. Domingos Jaguaribe.

N. 8

Balancete da Receita e Despeza do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, no trimestre de 1.º de Julho a 30 de Setembro de 1895.

RCEITA				
Saldo do trimestre anterior		4:	999	300
Joias e annuidades de cinco socios, sendo 3 fundadores, 1 effectivo e 1 correspondente, recebidas pelo Thezoureiro			370	000
Donativo feito pelo socio honorario snr. dr. Georges Ritt			50	000
Joias e annuidades de dezoito socios, sendo 16 fundadores, 1 effectivo e 1 correspondente, recebidas por intermedio do Cobrador do Instituto		1:	332	000
	Rs.	6:	751	300

DESPEZA			
Porcentagem ao Cobrador		133	200
Gratificação ao porteiro e servente do Gymnasio Estado pelo serveo prestado ao Instituto nos dias de sessão, relativa aos mezes de Abril a Setembro—6 meses a 20$000		120	000
Annuncios nos jornaes		87	500
Prensa para o carimbo-sellos e serviço de juncção		50	000
Circulares e outros impressos e enveloppes		119	500
Sellos para a correspondencia e despezas miudas		17	200
Gaz consumido por occasião das sessões do Instituto, nos mezes de Janeiro, Abril, Maio e Junho		30	780
500 diplomas lithographados para socios		800	000
12 livros in folio, apapel hollanda e encadernação forte, com riscado especial e dizeres impressos, numerados e rotulados, para a escipturação da Secretaria, Bibliotheca, Archivo, e Thezouraria		500	000
	1:	858	280

N. 8

Balancete da Receita e Despeza do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo no trimestre de de Julho a 30 de Setembro de 1895.

RECEITA

Saldo do trimestre anterior.....	4:999$300
Joias e annuidades de cinco socios, sendo 4 fundadores, 1 effectivo e 1 correspondente, recebidas pelo Therourei-ro.....	370$000
Donativos feito pelo socio honorario snr. dr. Georges Ritt.....	50$000
Joias e annuidades de dezoito socios, sendo 16 fundadores, 1 effectivo e 1 correspondente, recebidas por intermedio do Cobrador do Instituto...	1;332$000
Rs.	6.751$300

DESPEZA

Porcentagem ao Cobrador.....	133$200
Gratificação ao porteiro servente do Gymnasio do Estado pelo serviço prestado ao Instituto nos dias de sessão relativa aos mezes de Abril a Setembro —6 mezes a 20$000.....	120$000
Annuncios nos jornaes.....	87$500
Prensa para o carimbo-sello e serviço de juncção.....	50$000
Circulares e outros impressos e enveloppes.....	119$500
Sellos para correspondencia e despezas miudas.....	17$300
Gaz consumido por occasião das sessões do Instituto, nos mezes de Janeiro, Abril, Maio e Junho.....	30$780
500 diplomas lithographados para socios.....	800$000

12 livros *in folis*, papel Hollanda e encadernação forte, com riscado especial e dizeres impressos, numerados e rotulados, para a escripturação da secretaria, Bibliotheca, Archivo e Thezouraria.....		500$000
	Rs.	1.858$280

RESUMO

Importancia da receita	6.751$300		
Idem da despeza	1.857$280		
Saldo.....		Rs.	4.893$020
Sendo: Depositado no Banco de Credtto Real	4.200$000		
Dinheiro em mão do Thezoureiro	693$020		4.893$020

S. Paulo, 30 de Setembro de 1895.

O Thezoureiro do Instituto,

Dr. Domingos Jaguaribe.

Actas das sessões

14ª sessão, em 12 de Outubro de 1895

Presidencia do snr. Dr. Cesario Motta Junior

A's 7 e meia horas da noite, presentes os socios snrs. Carlos Reis, Cerquera Cesar, Alberto Löfgren, Braulio Gomes, Orville Derby, Theodoro Sampaio, Macedo Soares, Domingos Leopoldino, Tancredo Amaral, Miranda Azevedo, Gomes Cardim, Duarte de Azevedo, João Monteiro, E. Vanorden, Horace Lane, Evaristo Bacellar e Soares Romeo, foi a sessão aberta pelo vice-presidente, snr. Conselheiro Duarte de Azevedo, comparecendo depois o snr. Dr. Cesario Motta, que assumiu a presidencia.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O primeiro Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios

Do snr. Dr. Frederico Lisboa, director do Archivo Publico da Bahia enviando a *Memoria sobre o Estado da Bahia.*

Do snr. Dr. Joaquim José de Menezes Vieira agradecendo a sua admissão como socio honorario.

Do snr. Dr. Alfredo Pujol agradecendo a sua admissão como socio effectivo.

Do socio snr. Jules Martin, offerecendo um retrato de Frei Germano de Annecy, a planta e vistas da cidade de S. Paulo em 1810 e um album de fac-similes das assignaturas dos governadores da capitania e provincia de S. Paulo.

Do socio snr. Conego Dr. Valois de Castro participando não poder apresentar hoje o trabalho de que se tinha encarregado.

Offertas

Pelo snr. Dr. Eduardo Prado: *Le Brésil*, por Levasseur, com collaboração daquelle snr.

Pela Directoria Geral dos Correios: *Relatorios dos serviços —1894*.

Pelo snr. Dr. Mello Moraes Filho: *Archivo do Districto Federal*, n. 10.

Pelo director do Archivo do Estado: *Leis e decretos de 1893 e 1894 e Documentos interessantes*, vol. 15.

Pela Directoria do Serviço Sanitario: *Boletim de Estatistica Demographo-Sanitaria*.

Pela Sociedade Pastoril e Agricola: *Revista Agricola*, nº 5.

Pelas respectivas redacções: *Diario Official* do Estado; *O Municipio; Santos Commercial; Diario de Taubaté; O Reporter Revista do Norte; A Madrugada*.

Todas estas offertas são recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foi lido e ficou sobre a mesa para ser discutido e votado na sessão seguinte, o parecer da Commissão de admissão de socios, cuja conclusão é favoravel á admissão do snr. Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, na qualidade de socio honorario.

Foram apresentadas, lidas e remettidas á Commissão de admissão de socios as seguintes propostas:

Para socio effectivo, o snr. Dr. Eduardo da Silva Prado, autor de diversas obras e de varios capitulos do artigo *Brésil* na Grande Encyclopedia, etc.; assignada pelos socios Orville Derby, Theodoro Sampaio e Alberto Löfgren.

Para socios correspondentes, os snrs. Dr. Heitor Peixoto, redactor do *Diario de Santos*, Alberto Veiga, redactor *d'A Folha* e Francisco Corrêa de Almeida Moraes, cultor dedicado da historia patria; assignada por Sacramento Macuco, Carlos Reis e Tancredo do Amaral.

Para socio honorario, o snr. Dr. Frederico Lisboa, homem de lettras, director do Archivo Publico da Bahia; assignada por Dr. Evaristo Bacellar, Carlos Reis e T. Amaral.

Levanta-se a sessão.

15.ª sessão, em 20 de Outubro de 1895

Presidencia do snr. Dr. Cesario Motta Junior

A's 7 horas da noite, presentes os socios snrs. Cesario Motta Junior, Carlos Reis, Domingos Jaguaribe, Theodoro Sampaio, Soares Romeo, Macedo Soares, Gabriel Prestes, Garcia Redondo, Wenceslau de Queiroz, e Braulio Gomes, o sr. presidente declarou aberta a sessão.

O primeiro secretario communica que foram feitas as seguintes

Offertas

Pelo snr. Paulo Tavares: *Revista Brasileira*, fasciculo n. 19.

Pela Directoria do Serviço Sanitario: *Boletim de Estatistica Demographo-Sanitaria*.

Pelo Instituto Pedagogico Paulista: *A Instrucção Popular*. n. 4.

Pelo snr. Dr. João Baptista Regueira Costa: *Inscripções em rochedos do Brasil*.

Pelas respectivas redações: *Diario Official*; *O Municipio*; *Santos Commercial*; *Diario de Santos*; *Diario de Taubaté*; *O Reporter*; *O Ensaio*; *Revista do Norte*.

Foram estas offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

E' lido, posto em discussão e sem debate approvado o parecer da Commissão de admisão de socios, que ficara sobre a mesa na sessão passada, sendo proclamado membro do Instituto, na qualidade de socio honorario, o snr. Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil.

E' lido e fica sobre a mesa, para ser discutido e votado na sessão seguinte, o parecer da Commissão da admissão de socios opinando pela acceitação dos snrs. Dr. Eduardo da Silva Prado, Dr. Heitor Peixoto, Alberto Veiga, Francisco Corrêa de Almeida Moraes, e Dr. Frederico Lisboa como socios do Instituto.

Pelo snr. Presidente, em nome da directoria, foi apresentado a seguinte proposta:

« Que a annuidade satisfeita com a joia pelos socios fundadores seja considerada como paga até 31 de Dezembro do corrente anno, por ser isso de conveniencia para a escripturação da Thezouraria e não haver offensa aos direitos dos mesmo socios. » Fundamentada a proposta e submettida á discussão e votação, foi sem debate approvada.

Ficou designado o dia 25 do corrente mez para realisar-se a sessão do encerramento dos trabalhos, de que trata o artigo 33 dos Estatutos.

O snr. Presidente levantou a sessão.

16.ª sessão, para encerramento dos trabalhos, em 25 de Outubro de 1895

Presidencia do snr. Dr. Cesario Motta Junior

A's 7 horas da noite, presentes os socios snrs. Cesario Motta Junior, Carlos Reis, Duarte de Azevedo, José Vicente, Gomes Cardim, Raymundo Furtado Filho, Augusto Barjona, Ernesto Goulart, Moura Escobar, Domingos Jaguaribe, Domingos Leopoldino, Theodoro Sampaio, Eduardo Pereira, Alexandre Riedel, Braulio Gomes, Eugenio Hollender, Arthur Goulart, Soares Romeo e Tancredo do Amaral, o snr. Presidente declarou aberta a sessão.

Foram lidas e approvadas as actas das sessões de 12 e 20 do corrente mez.

O 1º secretario dá conta do seguinte.

EXPEDIENTE

Officios

Do snr. Eugenio Lefèvre, director da Secretaria da Agricultura, enviando relatorios da repartição.

Do socio snr. Dr. Gomes Cardim, communicando que não póde apresentar o parecer sobre o livro *Caricias*, do consocio snr. Dr. Garcia Redondo, por estarem ausentes os outros dois membros da commissão.

Offertas

Pelo snr. Dr. Henrique Coelho: *Relatorio da Secretaria da Justiça* — 1894.

Pelo snr. E. Hollender: *Moeda do Brasil*, por João Xavier da Motta; *Atlas cosmographico*, publicado por W. & A. K. Johnston.

Pelas respectivas redacções: *Diario Official*; *O Municipio*; *Santos Commercial*; *Diario de Taubaté*; *O Reporter*.

Foram estas offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

E' approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficara sobre a mesa na sessão passada, sendo proclamados membros do Instituto os snrs. Dr. Eduardo da Silva Prado, na qualidade de socio effectivo, Dr.

Heitor Peixoto, Alberto Veiga e Francisco Corrêa de Almeida Moraes, na de socios correspnodentes, e Dr. Frederico Augusto da Silva Lisboa, na de socio honorario.

O snr. Presidente apresenta o Relatorio da directoria sobre os trabalhos e factos occorridos durante o primeiro anno da existencia do Instituto, o qual é lido pelo primeiro secretario e fica sobre a mesa para ser examinado pelos snrs. socios, aos quaes foi dada a palavra para indicarem as medidas que julgassem convenientes.

Foi proposto e approvado que se considerasse como tendo renunciado o direito de socio fundador todo aquelle que, incluido na lista dos socios dessa categoria, não tenha cumprido até ao prosente o dever imposto pelo § 1° do art. 10 dos Estatutos (pagamento da joia e primeira annuidade), sendo excluido da respectiva matricula.

Foi tambem proposto e approvado que ficasse a Mesa encarregada de organisar o progamma da sessão magna a realisar-se a 1° de Novembro, proximo vindouro, publicando-o pelos jornaes, e de promover tudo que entendesse conveniente para que a mesma sessão se revestisse da maior solemnidade.

Nada mais havendo a tratar foi levantada a sessão.

Sessão magna de anniversario, em 1° de Novembro de 1895

Presidencia do snr. Dr. Cesario Motta Junior

A's 8 horas da noite, presentes algumas excellentissimas senhoras, representantes de corporações, associações, repartições, estabelecimentos, imprensa e outras pessoas convidadas e os socios snrs. Cesario Motta Junior, Carlos Reis, Garcia Redondo, Pereira Guimarães, Alberto Lofgren, Henry White, Horace Lane, Eugenio Hollender, Jules Martin, Alexandre Riedel, Domingos Jaguaribe, Veiga Filho, Theodoro Sampaio, Domingos Lepoldino, Orville Derby, E. Vanordem, Alfredo Ellis, Antonio Piza, Martim Francisco Sobrinho, Arthur Goulart, Soares Romeo, Candido Motta, Ernesto Goulart, Camargo Dauntre, João Monteiro, Evaristo Bacellar, Luiz Piza, Mathias Valladão, Augusto Barjona, Augusto Cardoso, Tiburtino Mondim, Thomaz Galhardo, Valois de Castro, José Vicente, Sacramento Macuco e Tancredo Amaral, o snr. Presidente declarou aberta a sessão e leu um importante trabalho, no qual, fazendo a resenha dos trabalhos do Instituto e expondo o desenvolvimento que teve e o estado em que se acha, mostrou a conveniencia de se dedicarem os snrs. socios ao estudo da nossa historia e notadamente ao da lingua tupi-guarany, em vista dos proficuos resultados que dahi provirão e do brilho que adquirirá a nossa associação.

O 1° secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios

Do snr. Dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio Junior agradecendo os pesames pelo fallecimento de seu pai.

Do snr Alberto Veiga agradecendo a sua admissão como socio correpondente.

Do snr. Dr. Alfredo Ribeiro dos Santos agradecendo o convite feito a elle e aos empregados da Repartição de Policia, de que é director, para assistir á sessão de hoje.

Do socio snr. Jules Martin offerecendo os objectos adiante mencionados

Do socio snr. Dr. Augusto Cesar de Barros Cruz offerecendo um exemplas do seu romance *O Paulista*.

Offertas

Pelo socio snr. Jules Martin: *Carta Geographica illustrada de S. Paulo*, publicada em 1878; *Vista do monumento elevado a Varnhagen no Ipanema; Retrato de Tiradentes; Vista da inauguração do viaducto do Chá.*

Pelo socio snr. Dr. Alfredo Ellis: *Medalha* escrinio com a effigie de Pedro I. contendo a Constituição Politica do Brasil de 1824.

Pelo snr. Paulo Tavares: *Revista Brasileira*, fasciculo n. 20.

Pela Directoria Geral dos Correios. *Boletim Postal*, n. 9.

Pelas resdectivas redacções: *Diario Official; O Municipio; Santos Commercial; Diario de Taubaté; O Reporter; O Ensaio.*

Foram estas offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

O socio snr. Dr. Manoel Ferreira Garcia Redondo procedeu á leitura de uma memoria sobre a primeira concessão de estrada de ferro no Brasil, reivindicando para S. Paulo a gloria de ser a primeira provincia que aventou tal commettimento no paiz e procurou realisal-o.

Em seguida, o socio snr. Dr. Theodoro Sampaio leu um trabalho sobre historia e geographia brasilica.

Saudaram o Instituto, em bellissimas orações, os snrs. Dr. Alberto de Andrade, como representante do Instituto dos Advogados de S. Paulo, e Remigio de Cerqueira Leite como representante da Escola Normal desta capital.

O snr. Presidente agradeceu as saudações dirigidas ao Instituto e a presença das excellentissimas senhoras e distinctos cavalheiros que vieram abrilhantar a sessão.

O mesmo snr. Presidente lembrou o alvitre, que foi unanimemente acceito, de expedir-se um telegramma ao snr. Dr. Prudente de Moraes, saudando-o na qualidade de Presidente honorario do Instituto pelo primeiro anniversario deste.

Em seguida foi levantada a sessão.

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

DE

S. PAULO

REVISTA

DO

stituto Historico e Geographico

DE

SÃO PAULO

VOLUME II

1896—1897

S. PAULO
TYPOGRAPHIA AURORA
LARGO DO PAYSANDÚ, 22.
1898

AO LEITOR

Motivos extraordinarios impediram que o 2.º volume da *Revista* fosse publicado na epocha designada pela lei organica do Instituto; hoje desempenha-se elle d'esse compromisso, e julga não mais incorrerá n'essa falta.

O volume actual, contendo materia variada e interessante, é tirado dos archivos do Instituto, constituido principalmente de trabalhos originaes de seus consocios.

Fórma documento para demonstrar o modo porque o Instituto comprehende sua missão, e o genero de lucubrações a que se dedicam seus membros.

A' excepção das curiosas e interessantes *Chronicas Ytuanas*, do nosso venerando consocio Antonio A. da Fonseca, das severas e pacientes investigações do nosso collega Antonio de Toledo Piza, sobre a litigiosa questão de limites do Paraná e Santa Catharina, os outros trabalhos sahem a publico pela primeira vez.

A razão de reproduzirmos a biographia do *Padre Jezuino de Monte Carmello*, já inserta no 1.º volume d'esta *Revista*, é o ter-se quasi que exgotado aquelle volume, e a procura que alcançou esse escripto.

Parece que o 2.º volume não desmerece do anterior,

graças á materia que o compõe. O leitor ahi encontrará os eruditos e primorosos estudos de Theodoro Sampaio de problemas da nossa historia colonial; a sabia critica cartographica sobre um mappa antigo de S. Paulo e Minas, feita por Orville Derby; a magistral monographia de Iguape por Ernesto G. Young, que póde servir de modelo a trabalhos congeneres; as originaes contribuições para numismatica nacional por Eugenio Hollender; e as producções de merito de A. Goulart e Sacramento Blacke.

O relatorio dos trabalhos e occurrencias do Instituto, nos annos de 1896 e 1897, e as actas das sessões, correctamente redigidas pelo nosso benemerito 1.º secretario dr. Carlos Reis, habilitam o publico a conhecer perfeitamente da vida social do Instituto e o gráo de prosperidade em que se acha actualmente.

Prestando homenagem aos consocios fallecidos, o dr. João Monteiro, com a inspirada phrase e elevação de conceitos, que o tornam popular, traçou de um modo brilhante e admiravel a necrologia do dr. Cesario Motta Junior e desembargador Aureliano Coutinho; os applausos

que seguiram-se ás suas palavras eloquentes ficaram justificadas com a leitura d'esse discurso.

A Commissão de Redacção pensa ter correspondido, quanto lhe foi possivel e no mais curto prazo, á honrosa incumbencia do Instituto, offerecendo aos seus consocios e ao publico o presente volume.

Não poupou tambem esforços para que a execução material de imprensa fosse digna do valor intrinseco da obra e do adeantamento de S. Paulo; espera no proximo 3.º volume, já no prélo, ainda melhor cumprir seu dever.

Aos amigos dos estudos patrios e á imprensa illustrada entrega o volume.

S. Paulo, Dezembro de 1897.

Palacio da Presidencia
e antiga Igreja do Collegio em S. Paulo, antes de ser demolida.
(Copia de uma photographia)

Estab. Graphico V. Steidel a C. S. Paulo

MEMORIA SOBRE A EGREJA

DO

COLLEGIO DOS JESUITAS

DE

S. PAULO

Obedecendo aos desejos d'este Instituto, venho hoje, decorridos certamente quasi dous mezes depois do desastre occorrido na velha egreja do Collegio dos Jesuitas, trazer-vos alguns dados referentes a essa vetusta construcção, o primeiro monumento historico desta cidade, agora derruido e definitivamente condemnado.

Incumbido pelo governo do Estado da demolição do velho templo, triste incumbencia para quem como nós sabia aquilatar essas reliquias, realçadas por mais de tres seculos de veneração, para quem, cultivando a Historia Patria, aprendeu a ver n'essas paredes tombadas e carcomidas os testemunhos da nossa infancia nacional que ora desapparecem, bem podemos dizer como Volney diante das ruinas de Balbec: «Procurei os antigos ou pelo menos as suas obras e só encontrei mal apagados vestigios, semelhantes aos que deixam as pisadas do caminhante impressas na areia movediça.»

De facto, dentro em breve não restarão do velho templo, a cuja sombra surgiram e cresceram tantas gerações dos conquistadores dos sertões brasileiros, senão vestigios mal apagados, algumas reliquias venerandas recolhidas por

mãos piedosas dos que não queimam hoje o que hontem adoraram, d'aquelles que aprenderam no culto do passado a preparar para essa patria estremecida um futuro melhor.

Serão, decerto, vestigios mal apagados de uma epocha que se foi, mas de modo algum, não serão objectos indifferentes aos que sabem como os dignos membros d'este Instituto venerar n'essas reliquias os esforços dos que nos deram a posse d'esta terra, d'aquelles que primeiro aqui lançaram os fundamentos da sua actual prosperidade.

Descrever ainda que em breves linhas esse monumento, o seu caracter, a sua posição no centro d'essa cidade modernizada de que fôra elle outr'ora o embryão, a sua influencia na civilisação paulista é, por certo, assumpto para mais elevada competencia do que a nossa; mas ainda assim tentando-o, resalve-nos a modestia um intuito superior:—guardar nos nossos archivos os caracteristicos do derruido monumento, para que um dia o historiador que lamentar a sua perda, não lamente tambem a nossa indifferença, que seria um crime de leso-patriotismo.

Ha muito que já não era senão ruinas o templo aqui erguido pelos primeiros apostolos do Novo Mundo.

O desabamento do seu telhado e de uma parte das suas paredes já fendidas e desaprumadas, occorrido na noite de 13 para 14 de março passado por effeito das chuvas torrenciaes da estação, não é senão o começo de um total anniquillamento porque, por tristissima contingencia das cousas deste mundo, até as ruinas perecem.

Quizeram os nossos dissentimentos que sobre essa terra sagrada onde repousam as cinzas de tantos varões illustres, sobre o templo onde primeiro echoaram os canticos piedosos dos catechumenos de Piratininga, pezasse a mão da justiça com um interdicto que valeu-lhes por formal condemnação.

Por isso, já lá vão seis annos que emmudecera o ve-

lho campanario. Um silencio de tumulo reinava na nave deserta sobre cujo soalho carcomido e em parte arrancado chovia copiosamente nas noites tempestuosas.

Do tecto, já em parte deformado, com as telhas quebradas e o forro apodrecido, desciam gotteiras abundantes que, lavando as paredes, gretando-as em varios pontos, acabaram por derruil-as, tanto é certo que nada ha mais anniquillador do que o silencio do abandono.

Sobre os altares despidos empilhavam-se os destroços de desabamentos parciaes. As imagens apeadas dos altares estavam recolhidas na capella-mór onde menos sensivel era o descalabro do tempo. Alfaias já alli não existiam ha muito tempo.

Uma como que sentença de morte, que lentamente se cumpria, pezava sobre o velho monumento.

Debalde, alguma cousa tentavamos para, ao menos, attenuar os effeitos da inevitavel destruição. Por amor de duas escolas leigas que na ampla sachristia e nas suas dependencias se installaram, alguns reparos ligeiros, interessando ora os telhados, ora as paredes que, aos poucos, iam ainda assim cedendo da sua solidez e estabilidade, conseguiamos realizar no intuito de evitar desastres irremediaveis.

Sabia-o o governo que essas obras approvára e as mandára pagar. Para attestal-o aqui temos presente o nosso digno consocio e presidente deste Instituto, o Dr. Cesario Motta Junior, então Secretario do Interior do governo do Dr. Bernardino de Campos, a esse tempo afanosamente empenhado em diffundir a instrucção popular e em levantar o nivel do ensino ao ponto em que hoje vemos.

E assim se foi mantendo o arruinado edificio até ha bem poucos dias.

Em meiados de março, porém, notando nós que na

parede meieira do palacio do governo e da egreja do Collegio algum grave desarranjo se dava, pois a agua da chuva, penetrando copiosamente, lavava a referida parede, cujo papel cahia apodrecido e alagava o soalho já bastante damnificado, levamos o facto ao conhecimento do Dr. Bernardino de Campos que, para providenciar, veiu pessoalmente examinar o logar ameaçado.

Auctorizou-nos logo a entendermo-nos com o Rev.mo Bispo Diocesano, a pedir-lhe em seu nome as chaves da egreja para se effectuarem os reparos que fôssem de mister de um e de outro lado, e sem demora auctorizou-nos a realizal-os.

De bom grado accedeu ao delicado pedido o Rev.mo Bispo e desde então ficámos nós em condições de encetar as obras de reparação, se o tempo constantemente chuvoso, por dias successivos, nos não impedisse de iniciar qualquer trabalho, affectando as obras superiores do arruinado edificio.

Aguardavamos a cessação das chuvas para proceder ao exame no telhado e no interior da egreja, quando nos vieram ás mãos as chaves da sachristia, então em poder de um dos professores, com as quaes podiamos ter ingresso no interior da nave quando fôsse opportuno ahi trabalhar, e que tornavam dispensaveis aquellas que o Ex.mo Bispo nos entregára em confiança.

Restituidas estas, continuamos a esperar pela cessação do mau tempo para iniciar as obras que já tardavam. Na noite immediata, porém, pelas onze horas, mais ou menos, ruia com grande fragor o telhado da velha egreja e com elle parte da parede meieira, a mesma que primeiro attrahira a nossa attenção e tambem algumas peças da cantaria de um dos angulos externos da torre, adjacente á mencionada parede, as quaes, segundo os indicios, parece que foram as primeiras a desabar, aba-

lando com a sua queda o tecto já mui damnificado, e assim provocando o desequilibrio de toda aquella construcção.

Tanto bastou para que em alguns espiritos se levantasse a injusta suspeita de um deliberado proposito da parte do governo em fazer desapparecer o vetusto monumento.—Elle que o não pudera alcançar pela força do direito, derribava-o agora pela calada da noite como um despeitado criminoso!...

Não, não carecemos de levantar o aleive que assim como surgiu tambem promptamente se desfez. Isso só podia deshonrar-nos a todos, arguentes e arguidos.

Não, na terra paulista, onde aliás a constante prosperidade tambem insufla o espirito de irreverencia, governantes e governados, todos sabiamos prezar o valor d'esse monumento.

Se a descrença avassalla o espirito innovador do seculo expirante, não é elle, por isso, menos esclarecido. Se para muitos o velho templo se não impunha pelo ideal da crença; se essa construcção não nos captivava pelo apuro da esthetica; para todos, porém, ella se erguia como uma reliquia veneranda, como o sanctuario das nossas mais caras tradições; ella recordava o berço d'aquellas gerações de aventureiros que nos deram o Brasil, o maior dos territorios americanos; ella recordava-nos ainda na sua modestissima apparencia o muito que temos caminhado, perseguindo o nosso ideal civilisador atravez de tres seculos de vicissitudes.

Para nós, a obra de Nobrega, de Manuel de Paiva, de Anchieta, de Tibyreçá e tantos varões illustres que os succederam n'esse piedoso empenho, não era assim um objecto despresivel e importuno a atravancar-nos o terreno reclamado para mór realce das modernas e apparatosas construcções.

Sempre pensamos que, se essa reliquia das passadas éras se podesse conservar de pé, a despeito de todos os nossos dissentimentos, que ella se conservasse no mesmo sitio em que aquellas almas piedosas a elevaram. Creio ser este o sentir de quantos amam a sua patria n'esses testemunhos seculares, que são os marcos miliarios a assignalar-nos a róta civilisadora atravez da Historia.

Mas para aquelles mesmos que não vêem no arruinado monumento mais que uma pesada e pauperrima construcção a desfeiar, pela sua visinhança, os novos palacios que a hodierna riqueza vae erguendo em torno do antigo pateo do Collegio, para esses mesmos o templo de Anchieta não era uma reliquia sem veneração.

N'este ponto não havia divergencia. O que nos dividia era o modo de comprehender o ideal, ou o respeito pelo passado que, ao sentir d'elles, não devia primar ás exigencias progressistas e razoaveis do seu tempo. Sem faltar com a devida veneração, entendiam elles que, *servatis servandis*, o velho monumento podia desapparecer sem prejuizo d'esse ideal ou d'esse respeito ás tradições.

Façamos-lhes esta justiça.

Quiz, porém, a sorte que, antes mesmo de pronunciada pelos tribunaes a ultima e definitiva sentença, ruisse por terra o velho monumento, confundindo com uma solução radical os litigantes.

O templo jesuitico, cujos primeiros fundamentos datam de 1554, está irremediavelmeute perdido. Derruidas as paredes, gretadas e carcomidas as que permaneceram de pé, nada de estavel e duradouro se poderá reerguer com essas ruinas irreparaveis. Clamem debalde os que não querem ver no alheio sentimento senão o desejo inconsiderado de eliminar o que todos veneramos.

Sobretudo, não exageremos.

Entre a veneração e o fetichismo não ha, de facto

mais que uma linha. Só a boa razão e o criterio esclarecido nol-a fazem bem distinguir e não ultrapassal-a.

Demolir aquellas paredes para no mesmo sitio levantar-se nova egreja é exaggerar os sentimentos, é desconhecer as necessidades da sua epocha, é confundir o ideal imperecivel com o seu representativo material, contingente, como se a destruição d'este acarretasse a irremediavel perda d'aquelle. Mui sabiamente definiu e resolveu essa questão o Rev.mo Bispo Diocesano, cultor tão intelligente das cousas da patria como é pela sua fé e por dever do seu cargo acerrimo defensor das cousas sagradas, quando em resposta a uma consulta do Secretario do Interior (1) se pronunciou n'estes termos:

«Ao attento officio que se dignou V. Ex.ª de dirigir-me em data de 18 d'este andante, relativo ao desmoronamento da egreja do Collegio, cabe-me responder scientificando a V. Ex.ª que o que a esse respeito ficou assentado de combinação com o Ex.mo Sr. Dr. Presidente do Estado foi, que terminados os trabalhos de desentulho no interior da egreja, se demolisse das paredes o que, a parecer do distincto profissional que comnosco estava, o Dr. Theodoro Sampaio, ameaçava cahir.

«Si, pois, examinando as ditas paredes, o digno engenheiro achal-as arruinadas a ponto de exigirem ser desde já demolidas, eu não posso oppôr embaraço algum a um alvitre que se impõe á boa razão e ao bom senso, e ratifico o que entre mim e o Ex.mo Sr. Dr. Bernardino de Campos ficou combinado.» (2)

Depois de lembrar algumas providencias adequadas a resguardar os objectos do culto, os altares, pulpitos,

---

(1) Officio de 18 de março de 1896 do Secretario do Interior.
(2) Officio de 21 de março de 1896 do Exm.º Bispo Diocesano.

obras de ornamentação que ainda podem ter ulterior e identico emprego, conclue o Sr. Bispo:

«Tudo o mais será acautelado de accordo, como até hoje, e de modo a se conservarem com o religioso decoro, as reliquias preciosas que n'aquella egreja nos lembram a historia do alvorecer d'esta terra abençoada, rica de glorias e de heroes. Com estas precauções e cuidados casam-se perfeitamente os nobres sentimentos patrioticos que nutrimos e afagamos, alliados ás caras tradições religiosas de nossa patria; sentimentos que se manifestam assim com a calma e efficacia proprias da religião que os anima, sem faltar á caridade com temerarios e odiosos juizos, e sem offender ao proximo que nos merece respeito e acatamento.»

Eis a linguagem do criterio esclarecido e da moderação; eis ahi como falla um homem que sabe sentir pela religião e pela patria.

Venere-se o que é digno de veneração; resguarde-se com religioso decóro tudo quanto puder ser resguardado, deixe-se de pé ou seja demolido aquillo que o profissional reconhecer que póde ou não permanecer de pé.

Mas, da velha egreja tudo está compromettido irremediavelmente.

A quemquer que alli penetre com a consciencia desannuveada de preconceitos deparam-se logo ruinas, onde as numerosas fendas das paredes pendidas, o apodrecido das madeiras, a falta de equilibrio e de reciproca amarração entre o que ficou de pé, lavram a inilludivel e condemnatoria sentença.

Assim, dentro em breve, não restarão do templo de Anchieta senão reliquias transladadas e essa terra sagrada onde tantas gerações passaram pelo somno derradeiro.

E, comtudo, não ficam profanados os objectos do culto, as cinzas, os ossos, as inscripções tumulares pelo facto da

sua trasladação. Antes é prova de verdadeira piedade recolhel-os em logar condigno, realçar-lhes o merito em mais solida construcção, onde aos vindouros se mostre como n'um Pantheon os restos venerandos dos que, na derruida egreja, repousavam á sombra dos altares. Melhor, muito mais elevado designio é este do que aquelle exaggerado sentimento dos que tendo esses restos por intangiveis, os deixariam perecer entre ruinas que ninguem póde conservar.

Do monumento que ora desapparece salvemos para a Historia a minuciosa descripção d'elle, a sua planta topographica, as photographias da sua fachada, do seu interior, e de cada um dos seus altares e dependencias; salvemos tudo quanto possa um dia recordar-nos o que elle foi como arte, como tradição e como representativo da nossa fé.

Resgatemos antes os nossos dissentimentos, erguendo á memoria dos fundadores do Collegio, que são tambem os d'esta cidade, um monumento immorredouro como o bronze, sobrepondo ao monumento que desapparece outro monumento ainda mais conspicuo, e que este seja uma memoria tão digna d'elles como tambem o representativo fiel do nosso progresso de tres seculos.

Demos-lhe por primeiro embasamento as pedras toscas, retiradas d'aquellas paredes demolidas; por pedestal a velha cantaria que a moderna arte souber aproveitar; e, na columna de bronze que sobre elle se erguer, inscrevam-se os nomes dos primeiros apostolos d'esta terra, ao lado dos quaes não destoam, por certo, os nomes de Tibyreçá e de Cai-Uby, nomes barbaros que a Historia salvou como symbolisando o heroismo e a summa dedicação dos primeiros convertidos.

Esqueçamos assim os odios sectarios para só movernos o culto reparador e edificante, tributado aos proceres da nossa nacionalidade.

Aqui, n'este terreno, sim; distingam-nos a cada um de nós a sinceridade do sentimento, o alevantado da idéa, o fervor das homenagens, como a solicitude e alacridade em desonerarmo-nos de uma divida que já tarda.

Qualquer, porém, que seja o modo de a resgatarmos, que esse monumento não symbolise nem perpetue jámais as nossas dissensões mal apagadas, mas a paz e a concordia entre os Brasileiros, como sendo o sentimento unanime da nação agradecida.

THEODORO SAMPAIO.

A PROPOSITO

DO

Nome «Caramurú»

AO LEITOR

Devo dizer que este escripto me vem suggerido pela simples leitura de uma ephemeride de gazeta.

Na *Platéa* de 5 de outubro, na columna sob o titulo — A Folhinha — alguem com o pseudonymo *Pinus*, que não logrei conhecer, mas cujo estylo faceto e independencia de conceitos parece trahir um espirito apurado e affeito a questões de Historia Patria, perguntou a modo de collegial indagador: «Qual é a verdadeira etymologia da palavra *Caramurú?*»

Achei o problema interessante e emprehendi por estudo de resolvel-o. Não tenho, comtudo, a pretenção de havel-o conseguido, mas consignando no papel, como agora o faço, o resultado dos meus esforços não tenho em mira outro objecto que não o de attrahir para elle a attenção dos meus dignos consocios do Instituto Historico de S. Paulo.

Entretanto, não resisto ao desejo de para aqui transcrever por inteiro a alludida ephemeride, porque presumo que só ella me servirá de prologo.

A FOLHINHA

Outubro, 5

1557. — Fallece Diogo Alvares, o Caramurú.

Quando eu era menino, collegial despretencioso e feliz, amigo do meu mestre e dos papagaios de papel furta-côres, tinha a curiosidade de querer saber das cousas tim-tim por tim-tim, quero dizer, grão por grão, e não me importava amolar a santa paciencia de quemquer que fôsse.

Uma cousa com que eu sempre importunava o meu mestre de Historia Patria: afinal, qual é a verdadeira etymologia da palavra *Caramurú?*

O meu compendio ensinava que essa palavra quer dizer — *homem do fogo,* — mas, contrariando o compendio, havia a palavra pesada e auctorizada do meu velho mestre que, ao passar pela pagina em que vem aquillo escripto, dizia aos alumnos: — *Está errado, meus meninos. Caramurú quer dizer: dragão sahido do mar.*

E eu, satisfeito com a opiniño do mestre, fazia o repetir muitas vezes essa opinião. Depois, cresci, li cousas mais altas, mas até hoje não acertei com a verdadeira etymologia da palavra *Caramurú*...

Sei que este Diogo Alvares foi um homem que nos prestou grandes serviços, mas não lhe perdôo ter trahido a pobre india, fazendo-se acompanhar apenas da felizarda Paraguassú.

Dizem que o Diogo morreu velho como um pae João, deixando uma próle numerosissima.

Foi um bom homem, o *Caramurú!* Escapou ao furor das ondas e ao furor canibalesco dos bugres, fez-se bugre por amor da patria, amou todas as mulheres da tribu que o agazalhou e prestou muitos serviços aos colonizadores d'este paiz.

A legenda é o apanagio de todos os povos na idade juvenil.

Quando uma nacionalidade desponta ou resurge para a scena do mundo é na legenda, crepusculo que invaria-

velmente precede a alvorada da Historia, que a alma ingenua do povo reveste do maravilhoso e do poetico a figura dos heroes que ella amou. Mixto de crença e de ideal, de poesia e de fé, a legenda é a propria consciencia nacional, é a alma do povo que se revela.

O Œdipo dos Hellenos; o velocino d'ouro dos Argonautas; a loba compassiva que amamenta os engeitados filhos de Rhéa; a juba leonina de Sansão, que é o Hercules dos Hebreus; o Roldão dos Carolingios; o Arminio dos Germanos; Belisario, Viriato, o Cid Campeador, Guilherme Tell, Malborought, toda essa pleiade de entes transfigurados pela collaboração anonyma das turbas, mas exprimindo nitidamente o sentimento real de um povo, o seu estado d'alma n'uma phase assignalada da existencia nacional, dizem bem alto quão irrefragavel é o poder da legenda.

Nós, as novas nacionalidades que ainda agora despontam na terra da America, estamos e estivemos sob o imperio da legenda. Na nossa Historia de menos de quatro seculos, já não são poucos os vultos legendarios que a tradição consagrou: João Ramalho entre os Guayanazes de Piratininga; o Caramurú entre os Tupinambás da Bahia; Anchieta entre os catechumenos; o Anhanguera dos bandeirantes; o Aleixo Garcia das excursões longinquas; os Palmares, o Calabar são vultos que a poesia popular aureolou e consagrou como prototypos do ideal e da aspiração de cada estagio da vida nacional.

Teve já a sua consagração litteraria a legenda do *Caramurú;* a do Anchieta deu-nos o Evangelho nas Selvas de Varella; a dos Palmares e de Calabar tiveram já os seus cantores, tel-o-hão um dia tambem Aleixo Garcia, e o Anhanguera, os dous genios que personificam a audacia, a indomita coragem dos conquistadores das solidões do Brasil.

Não é, porém, para ainda mais agigantar a legenda

que eu venho fallar do *Caramurú*. Ao contrario, venho estudal-a, á luz da critica, e por uma face que até parece profanação. A legenda tem isso de especial e caracteristico, confunde-se como o mysterio e como este tem de ser impenetravel; mas ainda quando profanada, ella subsiste pela crença.

E não será acaso profanação investir contra o ideal que se venera, estudal-o com a frieza da critica irreverente?

Qual a verdadeira etymologia do nome *Caramurú?* Tal é o nosso objecto.

Esse alcunha tupy do grumete naufragado nas costas bahianas o que vem a significar em definitiva?

Para quem conhece os processos incoherentes com que se formam as legendas não é tão facil responder, nem mesmo aquelles que têm por gosto aprofundar questões obscuras, attinentes á historia nacional, e conhecem alguma cousa dessa lingua tupy que vae despresada desapparecendo.

Demais quem nos diz que o nome *Caramurú*, como a propria legenda que elle representa, não nos chega alterado pela tradição?

A hypothese é tanto mais cabivel em tratando-se de um alcunha barbaro quanto é certo que o proprio nome portuguez do heroe da legenda anda controvertido entre os escriptores, até mesmo entre os coevos. O padre Manuel da Nobrega, que conheceu pessoalmente o *Caramurú*, escrevia—Diogo Alveres; mas Gabriel Soares, que quasi o alcançou vivo na Bahia, escrevia—Diogo Alves. Frei Vicente do Salvador em 1627 e que, como elle mesmo o diz na sua *Historia do Brasil*, ainda conheceu a india Paraguassú, mas já viuva do *Caramurú*, escrevia—Diogo Alvares, como tambem o Padre Simão de Vasconcellos, chronista da Companhia de Jesus, e que parece ter

sido o primeiro a dar-nos escripta toda a legenda em 1662.

Entretanto, Pedro de Mariz, que é anterior a Vasconcellos escrevia: *Francisco Alvares*, e o Padre Nuno Marques Pereira no seu *Compendio do Peregrino da America* escreveu: *Lourenço Alvares*.

O appellido *Corrêa*, no pensar do Sr. Varnhagen, é apocrypho, e talvez invenção de Rocha Pitta, se é que tambem não trahe a preoccupação dos que se diziam descender do humilde grumete naufragado para demonstrarem a nobreza da sua linhagem *(a)*. (Vide notas de pags. 22 a 26.)

Estudemos, entretanto, o alcunha barbaro, o nome *Caramurú*, que parece ser a chave da legenda.

Excepção feita do Padre Nobrega que escreveu *Caramolú* (1) todos os mais escriptores concordam na graphia do vocabulo tupy. A mesma divergencia da graphia de Nobrega torna-se explicavel para quem recordar-se que o Padre era gago e tinha por habito dictar as suas cartas.

Não se deprehenda, comtudo, d'essa nossa observação, que o nome *Caramurú*, tal como a legenda o consagrou, seja a ultima expressão da pureza na linguagem tupy, antes, pelo contrario, acreditamos que esse alcunha barbaro nos chega alterado e confundido.

Opinam em sua maioria os escriptores que o alcunha *Caramurú*, quer dizer: homem de fogo, seguindo erroneamente a Vasconcellos que assim o interpretou, preoccupado, sem dúvida, mais com a legenda do que com escrupulos de etymologia n'um idioma que talvez ignorasse. Pois que, como mui acertadamente observa Frei Santa Maria Jaçoatão, os Tupinambás no episo-

(1) Carta do Padre Manuel da Nobrega escripta da Bahia em 1555 e citada por Varnhagen.

dio do disparo do mosquete teriam antes gritado: *Avatatá! Avatatá!* que tal é a traducção no tupy d'esse significado que se quer dar ao nome *Caramurú*. *(j)*

Avatatá! ou *apegauatatá!* seria, com effeito, o grito do barbaro aterrado, se é que a legenda tem esse fundo de verdade e a lingua por elle fallada era o tupy como a Historia nol-o revela.

Que Vasconcellos foi o primeiro a nol-o transmittir mal interpretado esse appellido é facto que se não contesta, pois que só a elle se deve o haver passado para as paginas da Historia esse feito legendario então corrente. (1) *(b)*

Antes d'elle nenhum escriptor d'isso se occupou.

Frei Vicente do Salvador, que tantas cousas nos revela da vida primitiva da colonia, não nos diz palavra dos primeiros passos de Diogo entre os Tupinambás, nem dos seus feitos legendarios, talvez por lhes não dar credito ou porque a esse tempo a tradição se não formára; de outro modo não se comprehende o silencio do historiador bahiano, que, aliás, conheceu a Paraguassú, «viuva mui honrada, amiga de fazer esmola aos pobres e outras obras de piedade,» e na Igreja baptisada—*Luiza* e não *Catharina* como na legenda se admitte. *(c)*

Guia de quantos depois escreveram a *Historia da Colonia Portugueza* foi Gabriel Soares escriptor quasi coevo de Diogo, de quem, aliás, não menciona senão o alcunha tupy sem interpretal-o, e não nos diz cousa alguma do dramatico episodio do naufrago das praias do Rio Vermelho entre os Tupinambás.

Sebastião da Rocha Pitta narrando, porém, esse episodio como tendo-o colhido de antigos e authenticos

(1) Gabriel Soares de Sousa o precedeu de alguns annos.

manuscriptos existentes na Bahia, interpreta já o augmentado alcunha: *Caramurú-agá* como significando: *dragão que sahiu do mar*, trahindo já ahi a preoccupação litteraria do academico que se appellidou - *Vago* na celebre *Academia Brasilica dos Esquecidos* de que foi fundador o Conde de Sabugosa, em 1725.

Depois de Rocha Pitta, consagrada a legenda, correcta e augmentada com as galas do estylo brilhante do historiador bahiano, a litteratura se encarregou de fazer do humilde grumete naufragado o patriarcha de uma nacionalidade nova.

O alcunha tupy teve desde então interpretações ao sabor litterario de cada um. Este traduzia: *homem de fogo;* aquelle dizia significar: *filho do trovão:* aquelle outro: *dragão sahido do mar* e ainda outro: *moréa. (d)* Tudo isso, porém, é vago e imaginario como sonho de poetas; não resiste á critica.

A interpretação de Rocha Pitta — dragão sahido do mar, que o doutissimo Ferdinand Denis acceitou, aliás com reserva, não tem fundamento.

O dragão, animal fabuloso que o genio inventivo dos Gregos creou com as garras do leão, as azas da aguia e a cauda da serpente, dedicando-o á deusa Minerva, como symbolo da sciencia que não dormita jámais, era phantasia que não entrava no cerebro do nosso gentio, que elle não tinha e não podia tel-a.

Quem jámais viu, nem sequer pintados, um leão, uma aguia ou uma serpente, não póde ter d'essas creações monstruosas.

Tinham, é certo, os *brazis* desse tempo os seus *Caiporas*, *Curupiras*, *Anhangas*, *Yurupari's*, e mais genios phantasticos a que dava lugar o antropomorphismo indigena; nunca, porém, dragões como o da Colchida, o do jardim das Hesperides, o das lendas sagradas da

Media Idade que deitavam fogo pelas fauces escancaradas.

Entretanto a significação d'esse vocabulo *Caramurú*, que tão variamente se interpreta, não póde deixar de ter relação com os factos attribuidos a Diogo, embora com valor muito menos poetico, ainda que mais consoante com a attitude e condição de um naufrago entre canibaes. As duas primeiras interpretações, a de Vasconcellos e a de Pitta, se bem que erroneas, deixam, comtudo, transparecer atravez da legenda uma parte da verdade. E esta chega-nos obscurecida tão sómente por se ter querido explicar o alcunha barbaro, subordinando-o ao episodio mais dramatico, ao tiro de mosquete, com que se põe em evidencia a superioridade da raça invasora, representada na pessoa de Diogo.

Que esse fundamento da legenda não tem, em verdade, consistencia alguma é cousa que em boa razão se não póde contestar; basta attender que para os Tupinambás da Bahia já não podiam ser cousa estupenda e nunca vista a arma de fogo e os seus terriveis effeitos.

Se é verdade que a nau, em que veiu Diogo Alvares, deu á costa pelos annos de 1510 ou 1511, como nol-o attestam Navarrette, Pero Lopes e Herrera, já lá iam decorridos 10 para 11 annos que os successores de Pinzon e de Cabral frequentavam a costa do Brasil e ahi traficavam com os naturaes. Os europeus, homens brancos *(caraï)*, como lhes chamavam os tupys, os seus grandes barcos *(igaraçú)*, a sua artilharia *(mocabaucú)* e os seus mosquetes *(mocaba)* já não eram novidade para esses barbaros que aprisionavam a Diogo. *(e)*

Gaspar de Lemos ou André Gonçalves, levando a D. Manuel a noticia do descobrimento de Cabral em 1500, ao singrar para o Norte, costeando para reconhecer a extensão do que se presumia ser a ilha da Vera Cruz, apor-

tou mui provavelmente á Bahia, onde talvez colhera os indios com que se apresentára na Côrte. Escriptor houve até que presumiu ser Diogo Alvares um dos marinheiros de Gaspar de Lemos, colhido em terra em qualquer emboscada dos Tupinambás. (1)

Americo Vespucci, em 1501, ahi aportou tambem a 1 de novembro quando deu á Bahia o nome que ainda conserva de *Todos os Santos*; e, pelo que se colhe dos seus escriptos, parece que chegou á falla com os naturaes do paiz, pois que com o fito de melhor conhecel-o, navegava á vista de terra «....di continuo faccendo di molte scale....», como elle mesmo o diz em uma das suas narrativas.

O mesmo Vespucci, em 1503, ahi esteve mais de dous mezes esperando infructiferamente por seu chefe, Gonçalo Coelho, que deixára atraz na altura da ilha de Fernando de Noronha; não sendo admissivel que tão longo tempo ahi permanecesse o cosmographo florentino com toda a tripolação dos dous navios que o seguiam sem entrar em trato com a gente da terra a quem, por certo, não faltou occasião de ficar conhecendo, até por mera exhibição da força, para quanto serviam a artilharia e os mosquetes.

Antes de 1510 o trafico dos Europeus com os *brazis* era já consideravel. Os navios do trato do pau brasil visitavam a miudo os portos onde esse negocio se fazia mais lucroso. O trafico de escravos attrahia para as nossas costas grande numero de naus *de resgate*, porque era esse tambem um dos negocios mais rendosos. *(e)*

Os Francezes da Bretanha e da Normandia não

(1) Veja-se a *Chorographia Brasilica* do Padre Manuel Ayres do Casal, vol. II, pag. 138 e 139.

raro se viam nas aguas do Brasil e em maior numero do que os Portuguezes, os senhores d'esta conquista e seus descobridores.

Assim pois, nem o homem branco nem o seu armamento podia ser cousa tão estupenda para o gentio que em 1510 aprisionava a Diogo Alvares apoz o naufragio.

Dando á costa onde já colhiam os Tupinambás os destroços do navio que á vista de terra se despedaçava de encontro aos rochedos, Diogo não era senão *um homem branco naufragado*, cousa que na lingua d'esses barbaros se traduzia por—*caraï-mururú*. *(f)*

O tempo e a pronuncia viciada em labios forasteiros pouco alteraram, entretanto, a phrase primitiva e nol-a transmittiram sob a fórma: *caramurú*.

Como se vê, a significação do alcunha barbaro é das mais singelas, naturalissima, nada tendo de poetico e dramatico como a legenda o consagrou.

Caray ou *carahyba* no idioma tupinambá é o nome pelo qual se designava o *homem branco*, o *europeu; murú* ou *mururú* é o verbo inundar, alagar, transbordar, e, por synonymia tambem: naufragar, dar á costa, sahir do mar. (1)

Comprehende-se agora porque diziamos que as duas primitivas interpretações eram erroneas ou tão sómente em parte verdadeiras.

De facto, as versões: *homem de fogo* e *dragão sahido do mar* encerram cada qual uma parte da verdade. Na primeira, attribuida a Vasconcellos, a palavra *homem* deixa perceber que o vocabulo *caray* teve um começo de traducção. Na segunda, que se presume ser de Rocha Pitta, as palavras—*sahido do mar* são, com effeito, a traducção do verbo tupy—*murú* ou *mururú*.

---

(1) No idioma tupy o infinito d'este verbo é: *muru* ou *mururú*.

A phrase tupy transmittida talvez por quem ignorava a lingua *(f)* ou por quem não tinha o ouvido tão subtil como era de mister para apprehender as multiplas cambiantes da vocalisação propria d'esse idioma, que o Padre Vieira desesperava de apprehender ainda mesmo com o ouvido encostado á bocca do barbaro, facilmente se confundiu com a palavra *Caramurú* que, no dizer de Gabriel Soares, designa uma especie de moreia, muito abundante nos nossos mares, e mui frequentemente entre os rochedos da beira-mar. (*g*)

De outro modo não se comprehende como é que o vocabulo *Caramurú*, que designa animal tão conhecido, carecesse das interpretações ou traducções que se attribuem a Vasconcellos e a Rocha Pitta.

É verdade que a preoccupação litteraria ou legendaria podia, usando de arrojada metaphora, comparar o naufrago das praias do Rio Vermelho, encontrado talvez occulto entre os rochedos da costa, com esse peixe monstruoso, espinhoso, cujas dentadas se tinham como mortiferas, e que, aliás, se deixava pegar á mão. (*k*) É possivel. Mas nesse caso as versões alludidas, isto é, as traducções do vocabulo *Caramurú* não têm cabimento por escaparem ás regras da similhança que a metaphora exige; pois que, *homem de fogo* ou *dragão* isto é, *animal que lança fogo*, nada tem de commum com essa especie de enguia ou moreia das nossas praias.

Que os auctores da legenda, ao interpretarem o alcunha barbaro, não tinham em mira senão o episodio do tiro de mosquete, scena capital de todo esse drama, e jámais o acto da captura do pobre naufrago, surprehendido alagado entre os rochedos, é cousa que salta á vista, e se não póde contestar.

Entretanto, ao lado da preoccupação legendaria, como que se descobrem na tradição então corrente uns

resquicios da verdadeira e primitiva significação do alcunha adulterado, e que dão logar ás duas traducções incompletas ou tão sómente em parte verdadeiras. Por isso é que os dous mencionados escriptores não tomam o nome *Caramurú* como synonymo de moreia, e procuram dar-lhe significação diversa.

Carai-muru, isto é, *homem branco sahido do mar* ou simplesmente *branco naufragado*, eis para nós a verdadeira interpretação, consoante com a etymologia e com a historia do alcunha legendario.

E não soffrerá com isso a legenda que hoje e sempre será a mesma, intangivel, poetica, incoherente. A critica póde profanal-a, mas ella não morre.

Demais, estava escripto que o humilde grumete, o *gallego* como o chamava o donatario Tourinho, cuja nacionalidade mesma nem sequer ficou provada, (*h*) cuja posição entre os barbaros que o acolheram nem mesmo ascendeu á de um chefe de tribu, cujo merito entre os fundadores da cidadè do Salvador que elle ajudou a erguer não foi além do de um *lingua da terra*, devia passar á Historia como o afilhado de reis, cortejado pelo mais poderoso dos monarchas do seu tempo (*i*), tronco illustre das mais illustres familias da nossa terra (*j*), vulto legendario de poema heroico, quasi um semi-deus.

Eis o que são os predestinados da Historia.

S. Paulo, 10 de outubro de 1895.

THEODORO SAMPAIO.

NOTAS

a) O Sr. Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, no seu escripto intitulado—CARAMURÚ PERANTE A HISTORIA—publicado no tomo X da *Revista do Instituto Historico*, diz que «o appellido

Corrêa que recentemente se lhe accrescentou e que até se intercalou em algumas cópias modernas, e só nas modernas da obra de Gabriel Soares, deve ter-se por espurio.» O Sr. Hypollito Cassiano de Miranda, editor das *Memorias Historicas e Politicas da Provincia da Bahia*, por Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, diz que Rocha Pitta foi quem desencantou esse appellido *Corrêa*, não de algum manuscripto d'esta provincia, «mas provavelmente da influencia genealogica de algum consocio do nosso patricio na sua campanuda Academia, que lhe lembraria serem tambem *Corrêas* os *Alvares* nobres de Vianna, isto quando o *Caramurú* não passaria naturalmente nos seus tempos de algum miseravel grumete, como tambem opina o Sr. Varnhagen.

b) Diz o Sr. Varnhagen que Gabriel Soares, estabelecido no Brasil em 1570, é dos antigos o que nos transmittiu já mais assentadas noticias do *Caramurú*, e que em 1662 Simão de Vasconcellos, chronista da Companhia de Jesus para quem Diogo foi sympathico, ampliou o pouco que dissera Gabriel Soares, que Brito Freire repetiu Vasconcellos, que Rocha Pitta repetiu Freire exaggerando e que Santa Rita Durão no seu poema *Caramurú* se apoiou em Vasconcellos. O Padre Manuel Ayres do Casal diz, porém, que Vasconcellos «foi o primeiro que divulgou (mais de cento e cincoenta annos depois) as aventuras de Diogo Alves Corrêa, o *Caramurú*, quasi em fórma de novella; e os posteriores consideravam-se auctorizados para enfeital-a.»

c) Frei Vicente do Salvador, historiador coevo da Paraguassú, a india legendaria que dizem se baptisára em França e na Côrte onde foram seus padrinhos Henrique II, Valois e Catharina de Medicis, a qual lhe deu seu proprio nome, diz que a viuva do *Caramurú* se chamava *Luiza*. A legenda da viagem e do baptisado tem ahi mais um formal desmentido. Não obstante, escriptores ha que a sustentam; e o Sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva em 1845 ainda escrevia no *Iris* n'estes termos: «A viagem de Caramurú a França está comprovada pelo descobrimento de documentos feitos em Paris, pelo Exm.º Sr. Visconde de Santarem.»

d) Von Martius no seu *Glossaria Linguarum Brasiliensium* diz fallando do nome *Caramurú:* «Nomen quoque viri in historia Bahiæ celebris. (*Caramurú* declaratur significare: ecce magnus heros aut victor)». Portanto, eis mais uma versão transmittida ainda que não encampada pelo sabio viajante. *Caramurú* tambem diz-se significar: *eis o grande heroe* ou *vencedor*.

e) O gentio do Brasil, isto é, os Tupys do littoral, chamavam *os brancos* ou *Europeus: Caray.* No dialecto dos Cayuás que, segundo o Sr. Beausepeire Rohan, eram dos poucos que ainda fallavam o tupy puro, encontrei entre as tribus do Paranapanema o nome—*Carahy.* O Sr. Pedro Luiz Sympson na sua *Grammatica da Lingua Brasilica Geral,* fallada pelos aborigenes do Pará e Amazonas diz que «a palavra: *cariua* é indicativa de gente branca; *cariua* por si só quer dizer o branco, isto é, o homem branco.» Von Martius no *Glossaria* diz que o vocabulo *carai* tambem significa uma especie de macaco *(Simia Nyctipithecus vociferaus,* Spix). Entretanto dá os nomes: *caraybebê* como significando *anjo,* archanjo, serafim, isto é: *caray*—homem branco, *bebêvêvê*—voar, isto é, homem branco que vôa; *caryquera* anjo mau ou diabo, onde se trahe a influencia da catechese na composição d'esses vocabulos. Mais adiante ajunta: *caryba*—homem branco (Portuguez). Ferdinand Denis e Humboldt dizem que os Tupys davam o nome de *Carahyba* aos seus pagés ou feiticeiros, o que prova que essa profissão foi outr'ora entre elles privilegio de uma nação mais adiantada e intelligente. Não viria d'ahi a chamar-se entre os Tupys *caray* ou *carayba* ao *europeu,* homem mais intelligente, esperto, de raça superior? O Padre Ives d'Ereux diz que os Tupinambás do Maranhão chamavam *Caraibas* aos Europeus. Barbosa Rodrigues dá no dialecto tupy do Amazonas: *caray* como significando anjo e *cariua* como significando homem branco.

e') As armadas da India, logo depois de Cabral, transitavam quasi sempre em frente ás costas do Brasil e em alguns pontos aportavam. Em 1503 attingiu o meio da costa do Brasil a armada de D. Affonso de Albuquerque que sahira de Lisboa a 6 de abril; não se sabendo em que ponto ou latitude, mencionando-se tão sómente que havia n'essa paragem canafistula e pau brasil.

A frota do commando de D. Francisco de Almeida navegou em 1505 mui proxima á costa do Brasil, e é provavel que algures aportasse.

Se é verdadeira a viagem de Pinzon e Solis de 1508 a 1509 quando, segundo escriptores hespanhoes, descobriram o Rio da Prata, esses navegadores, certo, costearam do Cabo de la Consolacion para o Sul e é provavel que tocassem na Bahia, ainda antes do naufragio de Diogo Alvares que, está verificado, aconteceu em 1510.

f) O verbo tupy—*mururú* ou *murú*, segundo Barbosa Rodrigues, significa no dialecto do Amazonas *inundar*, e por synonymia *transbordar*, *sahir do leito*, *dar á costa*, e tambem um pouco mais longe *naufragar*, *sahir do mar*. Von Martius, no seu *Glossaria Linguarum Brasiliensium* dá o verbo *moreru* com a significação de *deitar de molho*, e, portanto, *cobrir de agua*, e por synonymia: *immergir*, *afundar*.

f) Simão de Vasconcellos a julgar-se por algumas phrases do tupy, que nos transmitte incorrectas, não conhecia bem essa lingua.

g) Segundo Natterer o *Caramurú*, especie de moréa ou enguia ictyoide é o *Lepidosiren paradoxa*, encontrado perto de Borba no valle do Amazonas.

Não é um amphibio e sim antes um peixe da ordem dos *Dipneumona* e familia dos *Sirenoidoe*, que juntamente estabelece a transição entre as duas classes. (Wappaus—*Terra e o Homem.)*

h) A nacionalidade de Diogo Alvares, o *Caramurú*, parece duvidosa, não obstante declarações positivas de historiadores e viajantes. Pero Lopes no *Diario da Viagem de 1531* diz: «Na Bahia achamos um homem *portuguez*, que havia vinte e dous annos que estava nesta terra;» Antonio Herrera, fallando do naufragio de uma nau castelhana do commando de Simão de Alcobaça que seguia para o Mar Pacifico, e que, destroçada e perdida a capitanea, veiu dar á costa em Boypeba, onde pereceu grande parte da tripolação ás mãos do gentio, diz que da Bahia, «Juan de Morí embió la chalupa com el *Portuguez*, que sabia la lengua a recoger algunos que se habian escondido, y hallaron muertos noventa, e vivos quatro:...»

Navarrette, descrevendo a derrota da nau *S. Gabriel* da conserva da armada de Garcia Jofre de Loaysa diz que ahi se encontrou na Bahia... «um christão que a 15 annos se havia perdido ali com uma náo.» Entretanto, o donatario Pero de Campos Tourinho, escrevendo a El-Rei D. João III, e dando conta dos desastres de Coutinho que se recolhera aos Ilheos depois que abandonara a sua colonia da Bahia, falla da ida de um certo *Diogo Alvares, o gallego*, como espia ou vigia entre os Tupinambás, inimigos de Coutinho. Essa carta de Tourinho a D. João III foi escripta de Porto Seguro aos 28 de julho de 1546 e existe em Lisboa, diz o Sr. Varnhagen, no Archivo da Torre do Tombo, parte 1.ª, masso 78, doc. 45 do Corp. Chron.)

e) . O gentio do Brasil, isto é, os Tupys do littoral, chamavam *os brancos* ou *Europeus: Caray*. No dialecto dos Cayuás que, segundo o Sr. Beausepeire Rohan, eram dos poucos que ainda fallavam o tupy puro, encontrei entre as tribus do Paranapanema o nome—*Carahy*. O Sr. Pedro Luiz Sympson na sua *Grammatica da Lingua Brasilica Geral*, fallada pelos aborigenes do Pará e Amazonas diz que «a palavra: *cariua* é indicativa de gente branca; *cariua* por si só quer dizer o branco, isto é, o homem branco.» Von Martius no *Glossaria* diz que o vocabulo *carai* tambem significa uma especie de macaco (*Simia Nyctipithecus vociferaus*, Spix). Entretanto dá os nomes: *caraybebê* como significando *anjo*, archanjo, serafim, isto é: *caray*—homem branco, *bebêvêvê*—voar, isto é, homem branco que vôa; *caryquera* anjo mau ou diabo, onde se trahe a influencia da catechese na composição d'esses vocabulos. Mais adiante ajunta: *caryba*—homem branco (Portuguez). Ferdinand Denis e Humboldt dizem que os Tupys davam o nome de *Carahyba* aos seus pagés ou feiticeiros, o que prova que essa profissão foi outr'ora entre elles privilegio de uma nação mais adiantada e intelligente. Não viria d'ahi a chamar-se entre os Tupys *caray* ou *carayba* ao *europeu*, homem mais intelligente, esperto, de raça superior? O Padre Ives d'Ereux diz que os Tupinambás do Maranhão chamavam *Caraibas* aos Europeus. Barbosa Rodrigues dá no dialecto tupy do Amazonas: *caray* como significando anjo e *cariua* como significando homem branco.

e') As armadas da India, logo depois de Cabral, transitavam quasi sempre em frente ás costas do Brasil e em alguns pontos aportavam. Em 1503 attingiu o meio da costa do Brasil a armada de D. Affonso de Albuquerque que sahira de Lisboa a 6 de abril; não se sabendo em que ponto ou latitude, mencionando-se tão sómente que havia n'essa paragem canafistula e pau brasil.

A frota do commando de D. Francisco de Almeida navegou em 1505 mui proxima á costa do Brasil, e é provavel que algures aportasse.

Se é verdadeira a viagem de Pinzon e Solis de 1508 a 1509 quando, segundo escriptores hespanhoes, descobriram o Rio da Prata, esses navegadores, certo, costearam do Cabo de la Consolacion para o Sul e é provavel que tocassem na Bahia, ainda antes do naufragio de Diogo Alvares que, está verificado, aconteceu em 1510.

Qual a verdadeira graphia

DO

NOME GUAYANÁ?

Goyaná ou Guayaná?

PARECER

Tão difficil não é o problema graphico nos termos em que aqui se o propõe como o da propria lingua e nacionalidade do gentio que outr'ora habitou os formosos campos de Piratininga. A nosso ver, este ultimo problema deve mesmo preferir a aquelle. Entretanto, digamos preliminarmente como esta questão aqui appareceu.

Em 1896, publicada a *Revista do Museu Paulista*, pelo nosso consocio e director d'aquelle estabelecimento, o dr. von Ihering, um critico dos mais competentes em assumpto de Historia Patria, o Sr. Capistrano de Abreu, veiu pela *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro analysando d'aquella *Revista* a monographia sobre a civilisação prehistorica do Brasil meridional e entre outras contestações relativas á raça e lingua dos Guayanazes suscitou a da graphia do nome d'essa nação gentia.

O Instituto Historico, a quem foi affecta a questão pelo nosso digno consocio o Sr. Dr. Domingos Jaguaribe, resolveu em uma das suas sessões nomear a commissão abaixo, que ora vem a proposito dar o seu parecer.

D'ahi deprehende o Sr. Varnhagen que o *Caramurú* ou era castelhano ou portuguez do Norte.

i) O chronista Simão de Vasconcellos, narrando o naufragio da nau castelhana na ilha Boypeba, 15 leguas ao Sul da Bahia, diz: «Soube Diogo Alvares do naufragio, e como ja experimentara fortuna semelhante, foi facil condoer-se: acudio logo áquella parte a tempo que livrou a gente dos dentes dos barbaros, e a trouxe comsigo, e hospedou humanamente, em especial alguns cavalheiros de carta que entre ella vinhão; os quaes tornados a Espanha pregoárão o lanço e foram causa que o Imperador Carlos V mandou escrever uma carta, em que lhe agradecia o serviço que lhe fizera em livrar aquelles seus vassallos, offerecendo-lhe por isso sua graça.» Liv. I da *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil,* anno de 1549, pag. 27.

j) Entre os barbaros era mui commum o emprego de appellidos de significação pretenciosa e façanhuda. Eram nomes frequentes entre elles os seguintes que bem provam a nossa asserção: *Itajiba*—braço de ferro; *Ibátatá* ou *Gibatatá*—braço de fogo; *Jaguanharô* cão bravo; *Jaguarauna*—onça preta; *Cururupeba*—sapo gordo; *Boyuçu*—cobra grande; *Boytatá*—cobra de fogo; e assim outros mais benignos: *Cai Uby*—flecha ou lança queimada; *Tibiriçá*—olhos fundos; *Cunhambeba*—mulher gorda.

k) A proposito do *Caramurú* ha mais a seguinte versão em que se procura explicar o valor do appellido do naufrago portuguez entre os Tupinambás:

Conta-se que *Paraguassu*, a filha do chefe *Taparica*, passando pela praia «encontrára o naufrago tiritando de frio e coberto de limo, semelhante ao peixe *caramurú*, n'uma das locas do recife onde se refugiára, e que, tomando-o sob sua protecção, salvára-lhe a vida, conquistando elle depois, graças ás suas qualidades de homem civilisado, a influencia que veiu a exercer.» (Borges dos Reis—*Historia do Brasil.)*

minudentes nas descripções dos costumes dos indios, nada nos dizem dos Guayanãs.

Gabriel Soares é o primeiro e unico dos escriptores portuguezes que nol-os descreve com alguma minudencia. «...Não são os Goainazes maliciosos, diz o auctor do *Roteiro do Brasil*, nem refalsados, antes simples e bem acondicionados, e facilimos de crer em qualquer cousa. É gente de pouco trabalho, muito mollar, não usam entre si lavoura, vivem de caça que matam e peixe que tomam nos rios, e das fructas silvestres que o matto dá; são grandes flexeiros e inimigos de carne humana. Não matam aos que captivam, mas acceitam-nos por seus escravos;.....

Segundo o mesmo auctor, os Guayanãs gostavam do homem branco, e lhe faziam boa companhia; como escravos eram maus ou imprestaveis, porque era gente folgazã de natureza e não sabia trabalhar. Não sabiam tambem pelejar no matto, por isso, não tomavam iniciativa em guerras nem sahiam dos seus limites, quando a ellas provocados. Não viviam em aldeias com casas arrumadas como os Tamoyos seus visinhos, mas em covas pelo chão, onde tinham fogo noite e dia, e faziam suas camas de rama ou de pelles de alimarias que matavam.

Antonio Knivet descreve o Guayanã do littoral da Ilha Grande e arredores de Paraty como um typo de estatura baixa, reforçado, barriga grande, pés chatos, cabellos compridos, pendentes sobre os hombros, deixando pellado o alto da cabeça a modo dos Franciscanos. As suas mulheres eram gordas, robustas e de boas feições. O viajante inglez descreve-os como indios muito cobardes, vivendo de caça e pesca, nomadas; dormindo em rêdes feitas de casca de arvore.

Gabriel Soares, tratando dos Guayanãs do littoral, gentio que possuia e senhoreava a ilha de S. Vicente, ao tempo da fundação da villa por Martim Affonso de

Sousa, relata que com esse gentio teve o almirante portuguez *pouco trabalho, por ser pouco bellicoso e facil de contentar.* (1)

Essa descripção da indole e viver dos Guayanãs conforma-se com a que dos *Carijós* nos deram os historiadores e viajantes. O doutissimo Ferdinand Denis, assignalando essa identidade de caracter e costumes do gentio da costa do Sul, accrescenta: «O que se sabe positivamente é que as nações que habitavam este territorio (S. Paulo) os Patos, os Carijós, os Guayanazes pertenciam a uma raça mais pacifica que os Tupys, de que aliás muitos fallavam a lingua.» (2)

Passemos, entretanto, á questão da graphia do nome *Guayaná*, ou *Goyaná*.

O Sr. Capistrano de Abreu opinou pela graphia *Goyaná*, mas sem explicar-nos os fundamentos que para isso teve. O Dr. von Ihering adoptou-a tambem. Entretanto, mais razões militam a favor da graphia *Guayaná*, como adiante veremos.

Hans Staden que escreveu antes de 1556 dá a esse gentio o nome *Wayganná*.

Gabriel Soares escreve ora *Goainá* ora *Guayaná*.

Antonio Knivet, posterior a Gabriel Soares, escrevia *Vaanasses* ou *Wayanazes*.

Simão de Vasconcellos vê-se bem que se inspirou em Gabriel Soares, porque adopta ambas as graphias do auctor do *Roteiro*.

Frei Gaspar da Madre Deus e Pedro Taques escrevem *Guayaná*.

---

(1) Gabriel Soares, *Roteiro do Brasil*, p. 96. Edição de 1851.

(2) *Brésil*, por M. Ferdinand Denis, p. 179. Edição de 1837.

O Padre Manuel Ayres do Casal tambem segue a mesma graphia.

Os escriptores mais modernos como Machado de Oliveira, Americo Brasiliense, Mendes de Almeida, todos adoptaram a graphia *Guayaná*.

O Sr. Visconde de Porto Seguro, sem nos dar as razões do seu eclectismo, escreve *Guayaná* ou *Goyaná*, bem como *Goyá* ou *Guayá*, accrescentando que todos esses vocabulos podem significar *irmão*.

O General Couto de Magalhães, cuja competencia é notoria na materia, escreveu *Guayaná*, e diz-nos que é essa a verdadeira graphia da palavra, sem, todavia, poder dar-nos a traducção.

O Padre Joseph de Anchieta, que foi mestre da lingua, escreveu-lhe Arte e Vocabulario, e cujo testemunho é o que póde ser de mais authentico e auctorizado, escreveu *Guayanã*. (1)

Essa é, de facto, a graphia verdadeira, *Guayanã* e não Guayaná nem Goyaná se deverá escrever, porque além do valiosissimo, e para nós decisivo testemunho de Anchieta, attende-se á applicação do vocabulo cuja traducção é:—*manso devéras, bonachão, pacifico, moleirão.*

Nos diccionarios guaranys ou tupys de Montoya, de Ferreira França e outros, se encontra o vocabulo *goaya* ou *aya* com a significação de *manso, pacifico, brando, bom.* N'este sentido se vê empregado nas palavras: *iririaya*, ostra boa; *taiaçu goaya*, porco manso; *comandocaia* por *comandáguaia*, feijão bom, comestivel; *itatyaya*, fonte ou agua da pedra saudavel; *arágüaya*, papagaio ou arara mansa; *uvaya* por *yuva aya*, fructa branda, molle.

A particula final *nã* com a significação de *certamente*,

(1) Informação do casamento dos indios.

na verdade, devéras, com effeito é o modo de formar um augmentativo. Assim, se vê: de *Pará*, rio, *Paranã*, rio devéras, ou grande rio, ou o mar; de *Tupy*, *Tupinã* os verdadeiros Tupys, os Tupys grandes, que Gabriel Soares nos dá como os primeiros habitadores do Reconcavo da Bahia de Todos os Santos, e que se tinham como senhores da parte mais importante da terra; de *carapá* encurvado, torto; *carapanã*, devéras torto, muito encurvado; de *goá*, cousa redonda, seio, reconcavo; *goanã*, grande seio, bacia grande, bahia, golfão; de *pirã* (no guarany), vermelho, rubro, ensanguentado; *piranã*, devéras vermelho, vermelhão. Portanto, de *guaya*, manso, pacifico, bom, *guayanã*, verdadeiramente manso, bonachão, traducção esta que se conforma com a indole e viver da nação gentia que outr'ora habitou a Capitania de S. Vicente, tal como nol-a descreveu o auctor do *Roteiro*.

Que, porém, o nome *Guayanã* não é um nome propriamente nacional, mas simples designação dada pelos Tupys aos vizinhos pacificos, fôssem elles da mesma raça ou de raça differente, é cousa que se deprehende da leitura dos viajantes e chronistas.

Guayanãs ou Guayanás, pois entre Portuguezes e Hespanhoes ha a tendencia de mudar o som nasal do *a* final em som agúdo e claro, dizendo *Paraná* em vez de *Paranã*, *Tupináes* por *Tupinãs*, se encontravam no oriente do Paraguay, na altura do Salto Grande das Sete Quedas, no Iguaçú, no interior do Rio Grande do Sul, em S. Vicente, e até no valle do Amazonas, onde o Padre João Daniel os assignala (1) como excellentes caçadores e fura-mattos.

---

(1) Thezouro descoberto no rio das Amazonas, do Padre João Daniel — *Revista do Instituto Historico*, vol. III.

Não eram essas differentes tribus todas da mesma raça evidentemente; entretanto, a denominação *Guayanã* lhes era applicada em vista da sua indole e maneira de viver. Dava-se assim com o nome *Guayanã* o mesmo que com os de *Tapuya* e *Nheengahibas*, que, como é sabido, não indicavam nação especial, mas varias nações de raça differente da dos Tupys, ou apenas distincta d'estes por caracteres, ás vezes, mui secundarios.

Ignoro os fundamentos em que se apoiou Capistrano de Abreu que, ainda pela *Gazeta de Noticias* de 24 de fevereiro proximo passado, ao noticiar o apparecimento da obra de Lucien Adam sobre os dialectos da familia tupy, insiste pela graphia — *Goyaná*.

É certo que a Geographia nacional como a Botanica muitos vocabulos encerra semelhantes a este agora controvertido, e que podem, por analogia, justificar a maneira de escrever de Capistrano. Assim temos: *Goyaz*, *Goyana*, *Guyana*, *Goytacaz*, *goiaba*.

Mas o argumento de analogia não colhe, porque taes palavras, segundo se vê dos chronistas e historiadores e dos vocabularios tupys ou guaranys, passaram por alterações em labios forasteiros.

O nome *Goyaz*, dado a um dos grandes territorios do Brasil, origina-se, sem dúvida, de uma tribu de indios a que os bandeirantes chamavam *Guayá*, por serem notaveis pela sua mansidão, genio brando e engenhosos. (1) Nos Archivos de S. Paulo, ainda se lê em papeis antigos a graphia—*Guayá*.

O nome *Goyana* de uma importante cidade do interior de Pernambuco, certamente originado do ribeiro que a banha, e faz barra no estuario vizinho de Ita-

(1) Azevedo Marques, *Apontamentos Hist. e Geogr.*, etc.

maraçá, se escrevia primitivamente *Gueena*, como se póde ler na *Historia do Brasil* por Frei Vicente do Salvador, a pagina 52, obra escripta em 1627. (1)

O nome *Goytacaz* só mais modernamente se escreveu assim. Gabriel Soares e Vasconcellos escreveram *Guaitacás*, ou *Guaiatacazes*. O Padre Manuel Ayres do Casal, porém, na sua *Chorographia Brasilica* escreveu já *Goytacazes*, como escreveu *Goyá*, ou *Goyaz*.

Percebe-se que o nosso primeiro geographo, no começo do seculo XIX, já escreve sob a influencia da corruptela que, por effeito d'essa lei do menor esforço, leva o Portuguez a affeiçoar, a seu modo, os vocabulos tupys. *Pernambuco* por *Paranãpuca; Parnaguá* por *Paranaguá; Parnahyba* por *Paranahyba; Guanabara* por *Guanãpará; Itábaiana* por *Tayabana; Cananéa* por *Canáneên;* são os effeitos d'essa lei inflexivel que vae tudo remodelando á feição dos conquistadores.

Assim tambem o nome *Guayanã* como ainda hoje o pronuncía o caipira, cuja tradição as preoccupações scientificas não destroem, e como tambem outr'ora o escreveu o veneravel Anchieta, ha de experimentar os effeitos d'essa lei que o transformará em *Goyaná*, como o quer o illustre critico.

E assim, nem sequer do pacifico e obscuro povo que foi o tronco das gerações de hoje, nem mesmo o nome se guardará immune na lingua dos seus orgulhosos descendentes.

S. Paulo, 5 de março de 1897.

THEODORO SAMPAIO.

De accordo,

ORVILLE A. DERBY.

(1) Fr. Vicente do Salvador, *Hist. do Brasil* nos Annaes da Bibliotheca Nacional, vol. XIII, 1889.

ALGUMAS REFLEXÕES

SOBRE A

Viação para Matto-Grosso

Jundiahy, 10 de dezembro de 1895.

Illm.º Sr.

Tenho a honra de passar ás mãos de V. S.ª a cópia junta da memoria, que sob o titulo—*Algumas reflexões sobre a viação para Matto-Grosso,*—apresentei ao Governo, no tempo em que predominava a idéa de estudar-se o melhor traçado para uma estrada entre o littoral e aquelle Estado. Conveniencias de defeza do paiz, a par de interesses economicos, haviam attrahido a attenção do Governo para aquelle importante assumpto, que reclamava prompta solução.

Hoje, porém, com o desenvolvimento que tem tido a viação em geral, acha-se resolvido aquelle problêma, e portanto não mais razão de ser tem o plano por mim apresentado, na convicção de que elle a seu tempo attingira a um fim satisfactorio, debaixo de todos os pontos de vista.

Entretanto, afóra a idéa capital, quero crer que restam ainda na dita memoria indicações proveitosas, sobre a região estudada, e que podem fornecer esclarecimentos de alguma utilidade.

Por este motivo ouso offerecer aquelle trabalho ao Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, confiando que será acceito com a benevolencia de que carece.

Aproveito a opportunidade para reiterar a V. S.ª os protestos de minha subida consideração e estima.

Illm.º Sr. Dr. Carlos Reis.—M. D. 1.º Secretario do Instituto Historico e Geographico de São Paulo.

O socio correspondente,

RAYMUNDO DE PENNAFORTE A. S. BLAKE.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A VIAÇÃO PARA MATTO-GROSSO

Emquanto numerosas expedições de Paulistas se encaminharam afoutas para as terras de Cuyabá, transpondo umas o rio S. Francisco e seus affluentes, devassando as immensas mattas que lhes ficavam além, até chegarem ao rio Paraguay, e embarcando-se outras no Tieté, e navegando este e outros rios que vão ter a Cuyabá, affrontando os maiores soffrimentos e calamidades; emquanto aquelles intrepidos exploradores ajuntavam ás possessões portuguezas o vasto territorio de Matto-Grosso; no tempo emfim em que, possantes minas de ouro nutriam os cofres do Fisco-Metropolitano, não consta que a viação para aquellas remotas terras participasse do influxo e dos favores da Metropole Portugueza.

O Governo que nos rege, porém, sempre sollicito pelo bem geral, nunca desprezou ensejo de prestar-lhe a mais séria attenção, e hoje, no firme proposito de leval-a até um porto de mar no littoral do paiz, tem constantemente mandado explorar e estudar os rios e terrenos, que de-

vem completar aquella viação, pondo em practica os systemas de construcção mais aperfeiçoados. Este pensamento que tende a consummar a obra mais importante para os interesses actuaes da nação, solvendo variados problemas sociaes e de alta politica, é sobre modo digno da epocha dos grandes successos materiaes.

Segundo os dados officialmente publicados, o caminho mais curto que ha a fazer-se, entre o littoral e Matto-Grosso, é o que, partindo do porto da cidade de Antonina, no Paraná, vae ao rio d'este nome, passando por Curytiba; depois navegando o mesmo rio Paraná e seus affluentes Ivinheima e Brilhante até ao porto de Santa Rozalinda, d'este porto até Miranda, passando por Nioac; e por fim, seguindo de Miranda até Cuyabá, navegando os rios da bacia do Paraguay.

E como n'este caminho mais curto ha que preferir-se para uma de suas secções, ou a linha que tenha de aproveitar a navegação do Ivahy, ou a que aproveita a do rio Tibagy, póde-se ver, tendo em consideração os mesmos dados, que, não só pelas vantagens economicas que se podem auferir, como tambem para evitar maiores difficuldades technicas, torna-se preferivel a linha que aproveita a navegação do Tibagy.

Os engenheiros José e Francisco Kellers assim se exprimem a tal respeito:

«1.º O traço pelo Tibagy é 21,31 leguas mais curto que o pelo Ivahy. Assim tambem é menor 3,5 leguas que a da do Ivahy a distancia da barra do Paranapanema ao ponto onde se bifurca, no Ivinheima, o braço dos Kagados.

2.º A differença do custo das duas vias é para menos 312:680$000, em favor da do Tibagy.

3.º A differença entre os fretes de mercadorias transportadas por estas duas vias é igual a 845 réis menos por

arroba em favor da viação do Tibagy, differença esta que produz annualmente 273:780$000, correspondente ao capital de 2.730:000$000, suppondo que se transportem 6:000 toneladas. Demais, o perfil longitudinal da estrada para a colonia Thereza é mais favoravel do que o da via em direcção ao Jatahy; pois que este tem de transpôr as vertentes das aguas do Iguassú e do Tibagy, e aquelle, além d'essas, precisa atravessar as do Ivahy.»

Segundo pois a exhibição de dados taes, não ha duvidar que, no louvavel empenho do Governo de attender ás circumstancias momentosas do paiz, a linha que se deve preferir é a que aproveita a navegação do Tibagy.

Isto posto, e achando-se a nosso cargo os estudos do traçado de um *tram-road*, que, partindo do porto da colonia de Cananéa, vá ter á cidade de Castro, passando pela colonia do Assunguy, tem-se-nos deparado opportunidade de cogitar sobre o alcance, e provavel desenvolvimento, que no futuro póde aspirar semelhante projecto, tanto em relação á navegação do Tibagy, em cujas cabeceiras está situada a cidade de Castro, como conseguintemente a respeito da communicação para Matto-Grosso; e em resultado d'essas reflexões, convencemo-nos, sem que de nenhum modo possa ficar offendido o merecimento de outras opiniões, que a linha de que nos occupamos, podendo ser mui facilmente desenvolvida pelo valle do Tibagy, é a que está naturalmente destinada para servir de tronco á viação para Matto-Grosso, e isto pelas razões seguintes:

1.º Por ter no littoral optimo porto de mar, como seja o da colonia de Cananéa.

2.º Por aproveitar a maxima parte do valle da Ribeira, e passar por outros terrenos em que desapparecem as difficuldades de construcção.

3.º Por atravessar terrenos que contêm grandes riquezas mineralogicas.

4.º Por ser igual, senão mais curta algumas leguas do que a linha que, partindo de Antonina, chegasse com ella a um ponto obrigado na freguezia do Tibagy.

Passando a desenvolver estes pontos só tenho em vista submettel-os ao criterio do Governo, que, possuindo vastos meios de cotejal-os, poderá avaliar se d'esse complexo de circumstancias favoraveis participam tambem o porto de Antonina e a estrada da Graciosa, que parecem destinados pelos trabalhos realisados até aqui a servir de tronco á viação para Matto-Grosso.

1.º Sabe-se geralmente que, excepção feita do porto da cidade de Santos, nenhum outro, no littoral de S. Paulo e Paraná, está nas condições de profundidade, abrigo e extensão em que se acha o da colonia de Cananéa; e provam bem esta verdade não só os navios de todos os calados que constantemente sulcam a respectiva barra, como os que por diversas vezes têm ido carregar madeira no dito porto. A entrada do porto, ou antes a barra, é abrigada pela ilha denominada do — Abrigo, — a qual serve proveitosamente quer aos navios que vão singrar a dita barra, quer aos que, navegando sobre a costa, vão alli esperar as melhores monções; e o porto propriamente dito tem o abrigo que lhe prestam as grandes serras do Itapitanguy, Iririaia e o morro de S. João. A profundidade, que já fica attestada, comprova-se tambem com as sondagens a que procedemos, as quaes deram o seguinte resultado:

No sentido transversal, 6 m, 10 m, 9 m, 5,9 m, 8 m, 5 m, 3 m, com a largura de 1:364 metros; e no sentido longitudinal, 10 m, 9 m, 9 m, 10 m, 10,5 m, 9,5 m, 10,5 m, com o comprimento de algumas leguas; pois que todo o mar de dentro e tambem o mar pequeno offerecem um vasto ancoradouro.

Estas condições que o tornam capaz de conter grande numero de navios, e comportar as maiores relações commerciaes, fazem-no sobremodo notavel entre os demais portos do littoral.

Taes condições, como acontece em outros paizes adiantados, mudam como por encanto a face dos lugares que as possuem. Assim vê-se no correr de poucos annos alguns lugares, que nada mais eram do que praias desertas, occupadas por miseraveis choupanas de pescadores, transformarem-se em riquissimas cidades, com centenas de milhares de habitantes.

O povo Norte-Americano, pratico e calculista como é, empenhou-se na realização da grande idéa da união do Pacifico, contando principalmente com a importancia dos portos da cidade de Nova-York e da de S. Francisco da California, que lhe servem de principaes garantias de sua empreza.

Parece portanto que, semelhantemente á grande Republica, tendo-se no Brasil de levar a effeito uma viação que tenha, ou antes tem de passar atravez de todo seu territorio, não se póde prescindir do estudo e da preferencia do melhor porto de mar no littoral do paiz.

2.º No estado em que se acham actualmente os estudos e exames feitos no terreno para o traçado da ferro-via a nosso cargo, póde-se desde já avaliar que entre o porto da colonia de Cananéa e a colonia do Assunguy existem mui favoraveis condições para se levar a effeito a obra projectada. E segundo os dados fornecidos por informações fidedignas a respeito da zona que medeia entre o Assunguy e a cidade de Castro, póde-se igualmente crer que até alli não existem tambem difficuldades de construcção. Toda a linha desde o sobredito porto até Castro tem de transpôr

UNIV. OF

apenas tres systemas de rios, que são os Itapitanguy, Ribeira e Tibagy; achando-se o porto da colonia no primeiro, a colonia do Assunguy no segundo, e a cidade de Castro no terceiro. No mappa que confeccionamos, e que acompanha o presente trabalho, estão designados estes lugares, e bem assim traçada a referida linha com tinta escarlate.

A cota achada para o ponto mais eminente da divisa das aguas do Itapitanguy com a Ribeira, segundo o traço da linha de operações, é 89m,925, tomando o nivel do mar por plano de referencia; e o declive geral do terreno é 1.217,5, que corresponde a 4,6 millesimos, sendo a distancia 19,581m,2.

As cabeceiras do Iapó, ou antes do Tibagy, segundo os Srs. Kellers, estão 930m acima do nivel do mar, e portanto a cidade de Castro, que está mui visinha d'ellas, e situada na mesma chapada, está proximamente no mesmo nivel.

Ora, distando aquella cidade 231.000m do porto da colonia de Cananéa, o declive geral do terreno entre estes dous pontos é 1.248,2, ou 4,2 millesimos.

E como transposta a divisa das aguas do Itapitanguy com a Ribeira, e achada a suavidade do terreno, só resta apreciar-se o que concerne ás divisas da Ribeira com o Tibagy, auxiliamo-nos das valiosas informações que temos colhido a este respeito para crermos que ahi encontra-se tambem o terreno em condições tão favoraveis. E mais fortifica esta crença o facto recente da viagem do Vice-Presidente do Paraná, o qual partindo da colonia do Assunguy, e tendo diante de si apenas uma turma de picadores de matto, chegou a Castro, atravessando a cavallo todo o sertão, sem encontrar a menor difficuldade no seu trajecto.

É mui provavel que no traçado do *tram-road* se

consiga em toda a extensão declives nunca superiores em parte alguma a 2 por cento, e igualmente curvas de raio nunca menor de 100 metros.

Por taes considerações estamos convencidos de que o valle da Ribeira e os mais terrenos que se estudam actualmente, são destinados pela natureza a servirem de tronco para a viação para Matto-Grosso.

E se o projecto actual d'esta obra consigna a construcção de estradas de rodagem em condições mui modestas e economicas, em cujas circumstancias poderá ser aproveitavel a região atravessada pela estrada da Graciosa, muito em breve depois de conhecida a inefficacia de tal systema, que mal poderá supportar os primeiros ensaios de um grande trafego, terá de soffrer a conveniente alteração, adoptando-se a construcção de estradas de ferro.

Em tal caso se tornará patente a impossibilidade de ser a Graciosa o tronco da grande viação.

3.º As numerosas veias de quartzo que atravessam em todos os sentidos as formações de micaschisto e de transicção, que acompanham a linha projectada, contendo em varios pontos signaes de metaes, revelam que em algumas partes d'este terreno existem consideraveis riquezas mineralogicas.

Com effeito, ainda no territorio da colonia de Cananéa, no valle do rio Pindauvinha, atravessa-se uma veia de mineral de ferro com uma possança, ao que parece, assaz consideravel. Outro deposito de mineral de ferro, muito mais rico do que o primeiro, descobrimos na margem esquerda do rio Jacupiranguinha, do districto de Iguape, e do seu estudo nos occupamos hoje detidamente.

As minas do Iporanga, contendo chumbo, prata e cobre, são bastante conhecidas para se poder affirmar

que, se houvesse meio facil de transporte, não faltariam capitaes que se empenhassem na exploração d'ellas. Ainda ha bem pouco tempo se descobriram minas de galena no ribeirão da Rocha, pequeno confluente da Ribeira, as quaes pertencendo provavelmente á mesma formação das do Iporanga, parecem conter além d'isto uma porcentagem de prata superior á d'aquellas. Diversas amostras de oxido de manganez (psilomelano e braunito) que nos foram entregues, provam tambem a existencia d'este metal. E a abundancia de pyritos em muitos lugares do valle da Ribeira é um facto ha muito tempo conhecido.

4.º Do porto da colonia de Cananéa á cidade de Castro, e d'ahi á freguezia do Tibagy, que é ponto obrigado, a distancia é a seguinte:

Do porto da colonia de Cananéa á colonia do Assunguy	25	leguas
Da colonia do Assunguy a Castro	10	»
De Castro á freguezia do Tibagy	7	»
Somma	42	»

Tomando as distancias dadas para o trecho da linha para Matto-Grosso, comprehendido entre Antonina e a freguezia do Tibagy, temos, conforme as publicações officiaes, o seguinte:

De Antonina á Palmeira	26	leguas
De Palmeira á Ponta-Grossa	7	»
De Ponta-Grossa á freguezia do Tibagy . .	12	»
Somma	45	»

Comparando estas distancias, chegamos á conclusão de que a linha que parte do porto da colonia de Cananéa é mais curta tres leguas do que a linha que parte do porto de Antonina.

Considerações geraes

Na exposição de idéas que acabamos de fazer, temos deixado entrever a opinião de que o systema mais conveniente para construcção da estrada para Matto-Grosso é o das vias ferreas. Agora accrescentarei que, se as circumstancias financeiras do paiz podem ser o embaraço mais poderoso para a realização de tal systema, nem por isso julgamos inopportuna a sua pratica, uma vez que se adoptem estradas de ferro de segunda ordem, com as quaes conseguindo o paiz colher iguaes vantagens, economisará entretanto as enormes despezas que acarretam as construcções de primeira ordem.

Antes da ultima guerra nos Estados Unidos da America, estadistas intelligentes haviam comprehendido a urgente necessidade de ligar-se os Estados de Oeste da grande Republica com os de Leste, por estradas de ferro, e para este fim se fizeram diversos estudos e explorações que forneceram materia para a publicação de algumas obras preciosas.

Mais tarde, depois que os tristes acontecimentos d'aquella terrivel lucta fratricida mostraram praticamente a necessidade já prevista, realisou-se logo, a despeito do pessimo estado financeiro da Republica, a construcção d'aquellas estradas de ferro que se denominaram—União do Pacifico,—cuja extensão e obras grandiosas constituem verdadeira maravilha do seculo.

O Brasil, collocado hoje na situação mais semelhante á d'aquella Republica, e sobretudo com a lembrança dos

tristes successos de Matto-Grosso, durante a guerra do Paraguay, não póde por força das suas circumstancias deixar de seguir o exemplo dos Estados Unidos, que em verdade tem sido o modelo dos grandes successos materiaes. E se para fazel-o hesita ante mingoados recursos do Thesouro publico, não se deve comtudo negar a um esforço ou sacrificio que é reclamado na actualidade.

O Brasil, construindo estradas de ferro, estabelecendo navegação a vapor pelo moderno systema de correntes mergulhadas, creará tantos elementos de vida, que os sacrificios d'esta empreza serão largamente compensados, conseguindo naturalmente resolver o almejado problema da colonisação espontanea.

A communicação verificada por aquelle modo com a direcção já discutida, póde servir de via internacional com a Republica do Paraguay, provincia Correntina e Entreriana, fazendo juncção com a navegação do alto e baixo Paraná, e prehencher perfeitamente os fins de uma via estrategica, bastando para isso tirar um ramal de cerca de vinte leguas, que, partindo da barra do Paranapanema, fôsse margeando o rio Paraná até abaixo da catadupa das Sete-quedas, d'onde começa livre a navegação do alto e baixo Paraná.

Por tal combinação cercar-se-ia por todos os lados a Republica do Paraguay, e por dous flancos as provincias de Corrientes e de Entre-Rios.

Considerando que toda a distancia do littoral a Matto-Grosso no maximo seja:

Via terrestre	146.6	leguas
Via fluvial	302.0	»
Somma	448.6	»

E calculando-se as despezas de construcção de uma via ferrea de segunda ordem, na razão de 300:000$000 por legua, e o estabelecimento da navegação fluvial por vapores a correntes mergulhadas, comprehendido todo o material e canalisação dos rios em 12:000$000 por legua, temos:

Via ferrea	300:000$000 × 146.6 = . .	43.980:000$000
Via fluvial	12:000$000 × 302 = . .	3.624:000$000
	Somma.	47.604:000$000

Esta somma aliás consideravel, que obrigará o Estado a um sacrificio não pequeno, quer se faça a obra por administração, quer pelo concurso de companhias, é facilmente indemnisavel.

O preço minimo porque se tem vendido terras devolutas é o de ½ real por braça quadrada, ou 4:500$000 por legua quadrada, valores que o Governo já não acceita hoje pela venda das terras publicas. Mas, admittido este algarismo, realisar-se-ia pela venda de 448 leguas, que tal é a extensão para a via para Matto-Grosso, com uma zona de duas leguas, para cada lado, ou de quatro leguas quadradas por legua corrente, a importancia de 8.604:000$000, correspondente a de 1:792 leguas quadradas.

Este calculo é feito sem attenção alguma ao influxo que terá o valor das terras com a abertura de uma extensa e importante via de communicação por terrenos fertilissimos. Com esta base imprescindivel de calculo, ninguem dirá que se não possa avaliar em tres reaes ao menos a braça quadrada de terras, de que resultaria a importancia de 27:000$000 na venda de cada legua quadrada, ou de 48.384:000$000 na venda de 1:792 leguas quadradas.

Quando se não realizasse esta venda, já porque o Estado não quizesse dispôr de taes bens, já porque todos não lhe pertencessem, por serem de propriedade particular, nem por isso teria deixado de crescer naquella proporção a riqueza do Estado, com o augmento infallivel do valor da propriedade predial, publica ou privada.

E cumpre advertir que a construcção da via ferrea em questão, e o estabelecimento da navegação dos rios, não acarretaria sacrificios superiores ás forças do orçamento da receita do paiz; em 1.º lugar, porque a respectiva despeza repartida por muitos annos, se tornaria pequena para cada anno financeiro; em 2.º lugar, porque, abertas ao transito as primeiras secções da grande via de communicação, é possivel que a receita d'ellas bastasse para a construcção das secções de sua projecção, como tem acontecido com outras estradas.

Colonia de Cananéa, 24 de novembro de 1870.

RAYMUNDO DE PENNAFORTE A. S. BLAKE,
Engenheiro.

ESBOÇO HISTORICO

DA

Fundação da cidade de Iguape

Advertencia

Para exercer as funcções de historiador é indeclinavel que, a par de uma disposição especial, se tenha um espirito bastante affeito a pesquizas para, bem aproveitando o tempo e os meios que nos são proporcionados, esmiuçar documentos vetustos e de acquisição difficilima, pela diversidade dos lugares em que são encontrados.

E a consulta de taes velharias é tanto mais importante quanto é n'ellas, ás vezes, que vamos encontrar a incognita para a decifração de muitos problemas á primeira vista insoluveis. E, consistindo o principal merito do historiador na exactidão dos documentos de que elle se serve para haurir nas informações, é bem claro que elle deve ater-se o mais possivel á tradição firmada por documentos originaes, que elle deve consultar de preferencia, a fim de não arriscar-se a citar algum facto que não passe de producto da fertil imaginação de um historiador menos escrupuloso.

Assim tambem é impossivel, por mais ingentes esforços que se façam, revestir a historia da devida veracidade, sem offender melindres já individuaes, já collectivos, visto que sendo elles causas geradoras de taes actos

que n'aquella epocha consultavam de perto suas conveniencias, gostariam mais que sobre elles fôsse lançado o véo opaco do olvido. Mas o historiador imparcial deve proseguir impassivel, procurando explicar a razão de todos os factos e não attendendo a considerações de somenos importancia. E é o que tentarei fazer no correr d'este modesto trabalho.

Relacionado ha vinte annos com o povo do littoral dos municipios de Iguape e de Cananéa, identificado, por assim dizer, com os seus costumes, pois não pude fugir á influencia mesologica que fatalmente havia de fazer-se sentir sobre mim, tenho empregado todos os esforços possiveis para conhecer a data precisa dos primeiros estabelecimentos feitos por europeus n'esta zona.

Tive de arcar com ingentes difficuldades, pois, a par dos descuidos das antigas auctoridades, havia o relaxamento das posteriores que descuravam completamente da guarda de tão preciosos documentos. Não ha um só livro dos primitivos, nem nas egrejas nem nas camaras, que podesse fornecer dados valiosos e exactos; entretanto, tenho noticia fidedigna de que houve outr'ora em Iguape e em Cananéa os competentes Livros do Tombo, que por descuido foram desviados dos respectivos municipios.

Querendo satisfazer minha curiosidade em relação aos fundadores d'essas povoações, talvez os mais antigos d'esta zona costeira, compulsei innumeras obras relativas á descoberta d'este uberrimo paiz, sempre na espectativa de que elles derramassem alguma luz nas trevas em que se achava envolvido o meu espirito sobre o assumpto.

A minha espectativa não se tornou, entretanto, realidade; porquanto as obras que manuseei revelam uma tendencia mais ou menos pronunciada por esta ou aquella nação, conforme a nacionalidade e sympathias do auctor.

De modo que é com uma tal ou qual hesitação, que sorvemos em tão impuras fontes as informações de que carecemos.

Um facto tão importante como o descobrimento d'este gigantesco e riquissimo continente, já classificado pela fertil imaginação de um poeta o verdadeiro paraiso terrestre, naturalmente despertou os sentimentos de vaidade das nações européas, a ponto de querer cada uma chamar a si a honra de tel-o realisado; d'ahi a pouca fidelidade que se nota em uns tantos historiadores, omittindo factos importantissimos e dando á luz outros, productos verdadeiramente espurios de uma bella imaginação corrompida por inconfessavel vaidade.

Encontrei frequentes vezes nas obras que manuseei muitas contradições a respeito de datas e de factos attribuidos a pessoas que nem d'elles menção fazem em seus diarios escriptos na occasião; assim tambem, descobertas realisadas por pessoas que não podiam estar n'aquellas paragens na occasião citada. Verifiquei, emfim, que ainda não temos uma verdadeira e fiel Historia do Brasil.

Não me é dado, infelizmente, preencher tão importante lacuna, pois, para escrever tal historia consciencio-samente, narrando com fidelidade os factos occorridos nos primeiros annos de sua descoberta, seria necessario que se pudesse contar com a existencia de certos dados que ou desappareceram ou são de difficil consulta.

Pelo incontestavel desenvolvimento da educação ministrada ao povo n'estes ultimos annos e pela publicação de documentos que durante seculos estiveram occultos como inestimaveis thesouros, que realmente são, é de se esperar que um estudo mais aprofundado das tradições vá pouco e pouco espargindo luz por sobre as trevas em que se acham envolvidos innumeros factos, qual d'elles o mais importante.

N'este pequeno e modesto esboço o escopo principal que pretendo attingir é a averiguação de datas e factos que tiverem relação com a origem do municipio de Iguape; entretanto, sou forçado a reunir aqui elementos, que parecendo não terem relação alguma com o meu trabalho servem, comtudo, para comprovar datas de viagens, indispensaveis á salientação de certos factos que, directa ou indirectamente, se relacionam com os fundadores d'esta povoação.

Dizem alguns historiadores que é facto de menor importancia o conhecimento do nome do primeiro europeu que pisou o solo d'este paiz, visto não se lhe poder attribuir a fundação das primeiras povoações existentes. Não posso accordar com taes opiniões, visto como si os primeiros não estabeleceram directamente as povoações, pelo menos auxiliaram muito os fundadores, já facultando-lhes o apoio dos indigenas, já indicando-lhes os mais proprios lugares, evitando assim muitas aventuras que redundariam de certo em prejuizos incalculaveis para aquelles que sem conhecimento da zona em que pisavam, teriam ainda de haver-se com um inimigo temivel — o indigena.

Acontecimentos historicos antecedentes ao anno 1500

Quando no dia 2 de agosto de 1492 Christovão Colombo embarcou na caravela *Santa Maria* para começar no dia seguinte a sua memoravel viagem de descobertas, acompanhado por duas caravelas menores, *Pinta* commandada por Martim Pinzão e *Nigna* commandada por Vicente Ianez Pinzão, ninguem esperava que em breve seria conhecida a existencia d'um outro continente, tão

grande e tão rico como qualquer dos que eram n'este tempo conhecidos.

A opinião de Colombo, sustentada contra as difficuldades a vencer era, que, indo em direcção ao Oeste, havia de encontrar as terras ricas e até fantasticas, citadas pelos historiadores antigos, Ptolemy, Strabo e outros, como fazendo parte da India além do rio Ganges. Esta opinião não desvaneceu-se do espirito de Colombo, e foi confirmada no dia 12 de outubro, quando elle e seus companheiros desembarcaram na ilha de *Guanhanhani*, dia este em que foram dissipadas as dúvidas que podiam existir no animo das noventa pessoas que compunham a frota de Colombo, em relação ás probabilidades de encontrar terra seguindo n'esta direcção até então desconhecida.

A narrativa das descobertas de diversas ilhas e das difficuldades que venceram antes de voltar á Europa, onde chegaram no rio Tagus no dia 4 de março de 1493, encontrei n'uma obra escripta por D. Fernando, filho do Colombo.

Na segunda viagem a estas paragens, Colombo foi acompanhado por mil e quinhentas pessoas, que vinham a bordo de dezesete navios, que partiram de Cadiz no dia 25 de setembro de 1493. Nesta viagem augmentaram suas descobertas, mas sómente das ilhas proximas ao lugar onde foi estabelecida a primeira colonia.

A terceira viagem, encetada no dia 30 de maio de 1498, foi com uma frota de seis pequenos navios, improprios para uma viagem egual áquella. E, chegando em frente ao *Cabo Verde* no dia 4 de junho, Colombo mandou seguir tres dos navios commandados por Juan de la Costa, para levar os mantimentos aos colonos em *Hespanhiola*, nome dado á primeira colonia, e seguiu com os outros navios mais ao Sul, conseguindo no dia

1 de agosto, descobrir uma ilha em que pôz o nome de *Trinidad*, a qual fica perto da foz do rio *Orinoco*, que Colombo julgou ser da India. Seguindo d'alli em direcção Oeste, reconheceu a costa de *Paria* e *Cumana*, desembarcando em diversos portos. Faltando-lhe mantimentos e estando doente, resolveu Colombo seguir para a colonia *Hespanhiola*, descobrindo nesta viagem ainda as ilhas de *Cubagua* e *Margarita*, e chegando na colonia no dia 30 de agosto de 1498.

A noticia das descobertas de Colombo, durante suas viagens, dispertou a attenção de outras pessoas e em maio de 1499 Alonço de Hojeda, com quatro navios fornecidos por mercadores de Sevilha, chegou á costa de *Paria* e continuando para Oeste, passou além dos pontos visitados por Colombo, e chegou até o *Cabo de Vela*, passando na sua volta á Europa pela colonia de *Hespanhiola*, onde esteve com Colombo, concordando com elle que a terra descoberta pertencia a algum continente, em vista do grande volume d'agua que sahia dos seus rios.

N'esta viagem Americo Vespucio acompanhou a frota commandada por Alonço de Hojeda; sendo a primeira viagem que Americo fez para estes lados.

Alguns auctores affirmam que Alonço de Hojeda chegou a reconhecer terra alagada a 5 gráos de latitude Sul, em fins de junho de 1499; mas si elle chegou em maio á costa de *Paria* a 11 gráos de latitude Norte e seguiu até ao *Cabo da Vela* em direcção Oeste, e d'alli passou pela colonia de *Hespanhiola* onde esteve com Colombo, não podia, pois, ter estado em junho a 5 gráos latitude Sul.

Durante este mesmo anno de 1499 uma outra expedição d'um só navio, commandado por Alonço Nigno, que auxiliado por Christovão Guerra tinha armado o

navio, partiu de Hespanha e seguiu até á costa de *Paria*, d'onde voltou com ouro e perolas, mas sem adiantar os conhecimentos em relação á extensão d'esta costa.

No dia 18 de novembro de 1499, Vicente Ianez Pinzão que acompanhou Colombo na sua primeira viagem, sahiu de *Palos* com quatro caravelas, e a 25 de janeiro de 1500 avistou terra a 8 ½ gráos de latitude Sul, a que elle deu o nome de *Rosto Formozo*, ou conforme alguns auctores *Cabo de Sancta Maria de la Consolacion*. D'alli seguiu com suas embarcações ao rumo do Norte até que encontrou a fóz d'um rio grande, que deve ser o rio *Parnahyba*, e indo a terra, tiveram os Hespanhoes um encontro com os indigenas, onde Vicente perdeu alguns dos seus homens. Continuando a navegar para diante parallelamente á costa, chegaram a encontrar, como elles lhe chamavam, um mar de agua doce, com cuja agua encheram as vazilhas de bordo. Este mar de agua doce, como diziam elles, era a foz do rio em que Vicente pôz o nome de *Maranhão*, encontrando alli algumas ilhas, cujos habitantes receberam os Hespanhoes com hospitalidade, a qual Vicente pagou vilmente, roubando trinta d'elles para vender como escravos. Depois de escapar de perder seus navios no Pororoca, onda grande causada pelo influxo do mar na foz d'este rio, continuou a sua derrota até chegar á foz do rio *Orinoco*, dando volta a uma ilha ahi existente e seguindo d'este ponto para a Europa. Nesta viagem Vicente perdeu tres de seus navios, voltando sómente com um ao porto de *Palos*, convencido de que a terra percorrida fazia parte d'algum grande continente.

Em dezembro de 1499, Diogo de Lepe, com duas caravelas, partiu de *Palos* e aportando mais tarde na

foz do rio *Maranhão*, teve de luctar com os indigenas por causa do mau comportamento que teve anteriormente Vicente Pinzão para com elles.

As viagens durante os annos 1500 a 1502

Voltando Vasco da Gama para Lisboa, da viagem que fez á India, o Rei D. Manuel resolveu mandar estabelecer n'aquelle paiz algumas feitorias, para cujo fim deu ordens para se apromptar uma armada, composta de treze navios, entregando o seu commando a Pedro Alvares Cabral, e sendo capitães os seguintes: Luiz Pires, Nicolau Coelho, Ayres Gomes da Silva, Simão de Miranda d'Azevedo, Vasco d'Athayde, Simão de Pina, Pero d'Athayde, Nuno Leitão, Bartholomeu Dias, Diogo Dias, Sancho de Thoar, Affonso Lopes e Gaspar de Lemos.

Partiram estes navios da foz do Tejo no dia 9 de março de 1500, passando no dia 22 perto da ilha de Santiago e no dia 24 apanharam uma tempestade, que obrigou Luiz Pires a arribar com seu navio ao porto de Lisboa. Na tarde de 22 de abril avistaram terra desconhecida ao lado do Oeste a 16 gráos e 40 minutos de latitude Sul, sobresahindo um monte elevado em que Cabral pôz o nome de *Monte Paschoal* e á terra deu o nome de *Terra da Vera Cruz*.

Na manhã do dia seguinte chegaram com os navios perto de terra, ancorando defronte da foz d'um rio que Nicolau Coelho foi reconhecer a mandado de Cabral e onde Coelho e seus companheiros viram nas margens alguns selvagens armados de arcos e settas, mas sem demonstração de hostilidade contra os navegantes.

No outro dia seguiu a armada á procura d'um abrigo para o lado do Norte, encontrando um porto a dez leguas mais ou menos de distancia, a que foi dado o nome de *Porto Seguro*. Ahi foi mandado Affonso Lopes para sondar o ancoradouro, voltando elle á tarde trazendo comsigo dous indigenas que foram apanhados n'uma canoa a pescar.

No dia 25 entraram com os navios n'este porto e depois de estarem fundeados, desembarcaram em terra Nicolau Coelho, Bartholomeu Dias e outras pessoas, levando em sua companhia os dois indigenas que tinham pouzado a bordo do navio do almirante. Convem mencionar mais um homem que não devia ser esquecido, visto ser o primeiro europeu que pôz pé n'este paiz, com a convicção de n'elle passar o resto da sua vida; era um rapaz chamado Affonso Ribeiro, que tendo commettido um crime, foi embarcado na armada com o fim de ser deixado em alguma terra estranha, visto como era costume n'aquelle tempo mandar degradados em todas as viagens de explorações. Logo que o bote chegou a terra, desembarcaram Affonso Ribeiro e os dous indigenas, indo os marinheiros encher algumas vazilhas d'agua doce, sendo auxiliados pelos indigenas reunidos na praia.

No dia seguinte, domingo, Cabral resolveu ouvir missa em terra, a qual foi celebrada por Frei Henrique de Coimbra n'uma ilha onde foi levantado o primeiro altar n'aquella terra.

N'este porto ficaram entretendo relações com os indigenas até sexta-feira, 1 de maio, quando por ordem do almirante foi levantada uma cruz n'um logar conspicuo ao Sul do rio e alli celebraram missa, assistindo a esta cerimonia com grande admiração uns sessenta indigenas que se tinham reunido em volta dos navegantes europeus.

Resolvendo Pedro Alvares Cabral mandar noticias em relação á sua descoberta ao Rei D. Manuel, despachou no dia 2 de maio Gaspar de Lemos n'uma caravela, levando uma carta escripta por Pero Vaz Caminha, a qual ainda existe; assim tambem uma outra, escripta no mesmo dia por Mestre João que serviu como medico da armada.

Por ordem de Cabral ficaram em terra dous degradados, que deviam ser: Affonso Ribeiro e um outro, cujo nome não consta da historia; e além d'estes, ficaram dous moços que fugiram da armada, preferindo passar seus dias no meio dos selvagens, do que arriscarem-se em uma viagem d'este porto para a India.

No dia 3 de maio o almirante partiu com o resto da armada, agora composta de onze navios, e no dia 24 apanhou uma tempestade que fez sossobrar quatro navios, commandados por Bartholomeu Dias, Ayres Gomes da Silva, Simão de Pina e Vasco d'Athayde, sem escapar pessoa alguma da tripolação.

Com a noticia d'esta descoberta o Rei mandou seguir em maio de 1501 tres navios, em que ia Americo Vespucio como piloto-mór e cosmographo, para explorar o paiz novo de *Vera Cruz*. Não encontrei esclarecimentos positivos sobre o nome do commandante d'esta pequena frota; apenas alguns auctores declaram ser Gonçalo Coelho, e outros sustentam a opinião de que era Alonço de Hojeda, e que esta era a segunda viagem feita por Hojeda e Americo Vespucio.

Conforme as noticias deixadas por Americo, elles chegaram a avistar terra no dia 16 de agosto de 1501 a 5 gráos de latitude Sul e puzeram n'ella o nome *Cabo de São Roque* em memoria do dia em que foi descoberta. No dia seguinte desembarcaram á procura de agua e de viveres; entrando dous dos portuguezes

no meio dos indigenas alli reunidos, foram com estes visitar as mattas d'onde não voltaram. Até ao setimo dia esperaram estes homens, desembarcando ainda um outro n'este dia, que foi morto pelas mulheres na praia e depois assado n'uma grande fogueira.

Partindo d'este lugar a armada e seguindo para o Sul até 8 gráos de latitude, encontraram alguns indigenas com quem entabolaram communicações amigaveis, demorando-se alli cinco dias para depois seguir sua derrota para o Sul, levando comsigo tres indigenas por consentimento d'elles.

Continuaram suas explorações n'esta direcção até fevereiro de 1502, e estiveram n'um porto fóra do Tropico de Capricornio, tendo visitado todo o littoral, e ahi resolveram fazer aguada e provisão de lenha para seis mezes, assentando em terra ao lado do Sul da foz d'um rio um padrão, e deixando neste lugar um bacharel degradado.

Partindo d'ahi e chegando a 32 gráos de latitude Sul, sem encontrar metaes preciosos, que consistiam o objecto principal de suas esperanças, resolveram os navegantes deixar a costa e fazer a viagem á volta do mar. Chegando a 52 gráos de latitude Sul encontraram mau tempo e tiveram de correr com os navios em arvores seccas, com vento Sud'oeste até que avistaram terra, d'onde julgaram conveniente regressar, demandando a costa da Africa, onde queimaram um dos seus navios, chegando em Lisboa com os outros dous no dia 7 de setembro de 1502, depois d'uma viagem cheia de difficuldades e perigos que durou dezeseis mezes.

Ainda que não haja certeza de serem estes exploradores a quem devamos certos nomes conhecidos n'este littoral, comtudo é provavel que fôssem d'elles, em vista da sua derrota e do tempo que levaram em viagem

n'esta costa. Além d'isto temos o facto de encontrar-se n'um mappa feito por João Ruysch, que foi publicado em 1508 em Roma, os nomes, *Cabo de São Agostinho, Rio de São Vicente, Rio de Cananor* e outros, correspondentes a lugares onde aquelles navegantes aportaram, sendo que o *Rio de Cananor* corresponde em latitude com a Barra de Cananéa.

Pelas narrações feitas por Americo Vespucio, parece que elle, com seus companheiros, observou com muito cuidado a posição dos pontos salientes d'este littoral, sendo provavel que o lugar em terra onde foi deixado o bacharel degradado, seja a ilha do Cardoso, proxima á ilha de Cananéa.

Um relance de vista sobre as viagens feitas durante os annos 1503 a 1520

No dia 10 de maio de 1503 partiu de Lisboa em expedição, uma frota composta de seis navios commandados por Gonçalo Coelho e Americo Vespucio, este como piloto-mór, e, chegando os navios perto da costa da Africa, encontraram grande temporal que os desviou de sua derrota, levando-os para perto d'uma ilha, sobre a qual o navio chefe naufragou. Americo por ordem do commandante foi procurar um porto onde pudesse recolher a armada, e encontrando esperou alli até que chegasse um outro navio com o qual seguiu em viagem para o Brasil, encontrando logo que chegou, um porto a que deu o nome de *Bahia de Todos os Santos*, onde ficou dous mezes esperando noticia do resto dos navios. Seguindo ao Sul, Americo e seus companheiros chegaram em terra outra vez a 16 ½ gráos de latitude Sul, permanecendo ahi durante cinco mezes, vivendo em harmonia

com os indigenas e, levantando um forte, deram-lhe o nome de *Santa Cruz:* e ahi ficaram vinte homens, voltando o resto para Lisboa.

Em relação ao estabelecimento dos primeiros europeus n'esta costa, não póde haver dúvida que elle começou n'aquella epocha, ainda que não vingasse por causa das difficuldades encontradas pelos promotores da povoação d'este paiz, ao qual o Rei de Portugal dava pouco valor, como diz Fernando Diniz em sua *Historia do Brasil.*

Não foi sómente Americo Vespucio quem viajou n'aquella epocha n'esta costa, porque Christovão Jaques chegou ahi, entrando na *Bahia de Todos os Santos.*

Francisco de Almeida e Tristão da Cunha tambem appareceram n'estas aguas.

Um dos navios de Vasco de Gama, commandado por Antonio de Campos, levou dois homens que ahi se achavam, conforme noticia dada em uma carta escripta por Francisco de Carvalhaes, entrando em Lisboa o navio de Antonio de Campos e um outro de Ruy Mendes no dia 16 de julho de 1504, ambos de volta da costa do Brasil.

Em 1508, o Rei de Hespanha mandou partir Vicente Ianez Pinzão e Juan de Solis a fim de tomar posse das terras descobertas por Americo Vespucio, que tinha abandonado o serviço de Portugal e voltado a Hespanha.

Chegando á costa perto do *Cabo de São Agostinho*, seguiram para o Sul até 40 graos de latitude, tomando posse das terras onde aportaram; deixando a 23 ½ graos de latitude Sul sete castellhanos n'um lugar em que pozeram o nome do *Rio dos Innocentes*, e dando o nome de *Bahia dos Perdidos* a um lugar perto da ilha de *Santa Catharina*, onde perderam mais homens.

Entrando no immenso estuario do Rio da Prata que Solis denominou *Mar-doce*, regressaram d'alli a Hespanha em outubro de 1509, para obter do Rei as concessões necessarias afim de estabelecer-se colonias n'aquellas regiões.

Da viagem que fez o navio *Bretoa*, commandado por Christovão Pires, existe o regimento dado a seu capitão e o roteiro da viagem, que durou oito mezes. Partiram no sabbado 22 de fevereiro de 1511 do porto de Lisboa, chegando no dia 6 de abril em frente ao rio *S. Francisco*; no dia 17 do mesmo mez entraram na *Bahia de Todos os Santos* e logo depois encontraram uma feitoria a 16 gráos de latitude Sul, partindo d'ahi para o porto de *Cabo Frio*, onde chegaram no dia 26 de abril, e d'onde partiram para Portugal no dia 28 de julho, chegando no dia 22 de outubro em Lisboa.

No dia 24 de novembro de 1514 foi assignada uma convenção para Solis ir emprehender descobertas no *Mar-doce*, partindo para este fim do porto de Lepe no dia 8 de outubro de 1515, com tres embarcações: uma de sessenta toneladas e cada uma das outras de trinta. Entrando outra vez no *Mar-doce*, seguiu a margem do Norte e reconheceu uma ilha situada 34 gráos de latitude Sul, á qual lhe deu o nome do *Martim Garcia*, commemorando assim o nome do seu piloto. Viram alguns indigenas que por acenos convidavam os navegantes a desembarcar, convite que Solis acceitou com a intenção de apanhar alguns d'elles. Desembarcando, sem tomar as precauções devidas, uma partida grande d'estes indigenas cahiu de improviso sobre a tripolação, assassinando barbaramente Solis e seus companheiros que estavam em terra, com excepção de um que os indigenas levaram. Este acontecimento causou viva im-

pressão no animo dos homens que haviam ficado a bordo e resolveram incontinenti voltar a Hespanha com essa triste noticia, passando pelo *Cabo de Santo Agostinho*, onde carregaram os navios com pau brazil, etc.

Em 1519, D. Luiz de Gusman, em lugar de seguir para India, desertou da armada em que ia e dirigiu-se com o navio á costa do Brasil onde chegou e viveu como pirata sem saber-se em que porto buscou abrigo. Foi dada ordem de prisão contra D. Luiz a 12 de janeiro de 1520, como consta dos *Annaes da Marinha*.

Debalde havia Portugal prohibido que acceitassem os seus pilotos emprezas maritimas d'outras nações, pensando que assim havia de evitar a chegada d'estas em terras do Brasil. Os Francezes, os Inglezes e os Hespanhoes continuaram o seu trafico de pau brazil, aves, macacos, etc. E em fim, não podendo os Portuguezes alcançar o que desejavam por outros meios, fizeram um tratado com os corsarios João Affonso e Joã Ango, em bem de suas possessões no Brasil.

No dia 10 de agosto de 1519, Fernando de Magalhães partiu do porto de Sevilha com cinco navios, tripolados por duzentos e trinta homens, e entre outros pilotos levou Ruy Fallyero. Durante quatro mezes explorou as bahias da costa do Brasil, á procura d'uma passagem para a India, entrando na bahia do Rio de Janeiro no dia 13 de dezembro, dando a ella o nome de *Bahia de Santa Lucia*, e chegando ao Rio da Prata no dia 12 de janeiro de 1520. Em 31 de março elle chegou ao porto de *São Julião* a 40 gráos de latitude Sul, onde perdeu um dos seus navios, e teve de usar de rigorosos meios para reprimir a insubordinação que lavrára em seu pessoal. Continuando a sua derrota para o Sul encontrou a 53 gráos de latitude, mais ou menos, o canal que até hoje conserva o seu nome, e

passando por este durante uma viagem tenebrosa de vinte dias chegou a encontrar o oceano em que pôz o nome de Pacifico.

As obras de Sebastião Cabot e Christovão Jaques e as viagens de 1520 a 1530

Apezar de todas as reclamações e tratados do Governo de Portugal, no anno 1521, Hugues Roger fez uma viagem ao Brasil.

Em julho de 1525, uma armada partiu da Hespanha e n'ella iam D. Rodrigues d'Acuña e Garcia de Loaysa, chegando elles na costa do Brasil em dezembro, ao Sul do *Cabo de S. Thomé*, seguindo d'alli para o Sul. Chegando D. Rodrigues com o navio *São Gabriel* á ilha de *Santa Catharina* encontrou-se n'este porto (que depois ficou com o nome de porto de *Dom Rodrigues*) com alguns companheiros de Solis, que deram taes noticias da terra, que trinta e tantos dos tripolantes do *São Gabriel* resolveram ficar alli.

Partindo d'este lugar D. Rodrigues chegou ao *Rio de Janeiro* d'onde resolveu seguir para a Europa e assim dirigindo-se ao Norte entrou na bahia de *Todos os Santos*, perdendo ahi mais nove homens que foram devorados pelos indigenas. Sahindo d'este porto entrou n'um outro proximo ao rio *São Francisco*, no mez de outubro de 1526, encontrando ahi tres navios francezes carregados de pau brazil, etc.

A principio os capitães francezes offereceram auxilio a D. Rodrigues; porém mais tarde quizeram tomar o seu navio. D. Rodrigues vendo que qualquer resistencia teria sido inutil, embarcou n'um bote para ir tractar com os francezes, e n'esta occasião os tripo-

lantes que ficaram a bordo do *São Gabriel*, aproveitando-se da ausencia do commandante, fugiram com o navio. Apezar de D. Rodrigues seguir á força de remos para ver se os alcançava, foram baldados seus esforços, indo dar em terra com o bote dez leguas ao norte do porto d'onde partiu. D'ahi voltou por terra; mas quando chegou, encontrou sómente um dos navios francezes, cujo commandante negou-lhe passagem para a Europa. Seguiu até á ilha de *Santo Aleixo* e d'ahi á feitoria estabelecida por Christovão Jaques, onde por uma carta escripta por D. Rodrigues em 15 de junho de 1527, devia elle ter chegado em novembro de 1526.

Sebastião Cabot, tendo deixado o serviço da Inglaterra, foi nomeado pelo Rei de Hespanha primeiro piloto-mór e no dia 3 de abril de 1526 partiu do porto de *S. Lucas de Barrameda* com quatro navios.

Pouco antes havia partido Diogo Garcia, com quem ia como piloto Rodrigues d'Area.

Por essa epocha mais ou menos, partiu de Portugal uma frota de seis navios commandados por Christovão Jaques, acompanhado por Diogo Leite, Gonçalo Leite e Gaspar Corrêa. Chegando estes no canal entre a ilha de *Itamaraca* e o continente, começaram a construcção d'uma casa de feitoria, junto do rio *Igara-assu*. Esta feitoria, segundo as deducções, chamava-se *Parana-mbuc*, nome dado a este lugar pelos indigenas.

O estabelecimento d'uma feitoria neste lugar está provado pela carta escripta em 15 de junho de 1527 ao Bispo de Osma por D. Rodrigues d'Acuña, e uma outra do mesmo ao Rei D. João III em 30 de abril de 1530.

Depois de ter estabelecido esta feitoria, Jaques percorreu a costa em direcção ao Sul, até o *Rio da Prata*,

mandando um navio a Portugal carregado com pau brazil. Durante a sua viagem, percorrendo a costa, Jaques encontrou tres navios mercantes da Bretanha que elle aprisionou, levando os homens em numero de trezentos para a feitoria em *Parana-mbuc*. O combate conforme as tradições teve lugar na *Bahia de Todos os Santos*.

Havendo reclamações contra o procedimento de Jaques, o governo retirou-lhe o commando e elle voltou para a Europa, levando comsigo os prisioneiros que tinha na feitoria, e é provavel que n'esta occasião D. Rodrigues tambem voltasse do Brasil.

Antes d'isto a frota commandada por Sebastião Cabot, tinha chegado á costa do Brasil, aportando em *Parana-mbuc*, onde encontrou a feitoria estabelecida por Jaques. Na travessia Cabot tinha perdido o maior de seus navios, e seguindo de *Parana-mbuc* para o Sul, a falta de mantimentos e o descontentamento de alguns de seus officiaes, obrigou-o a aportar na ilha de *Santa Catharina*, onde encontrou desertores de diversas nacionalidades, permanecendo alguns ha muitos annos ahi e outros de pouco tempo, sendo estes ultimos do navio *São Gabriel* de D. Rodrigues d'Acuña. Continuando a augmentar o descontentamento a bordo dos navios, Cabot mandou lançar n'uma ilha deserta tres das principaes pessoas da frota. Não bastou este acto de rigor para restabelecer a ordem, e depois de ter construido algumas embarcações pequenas seguiu para o Sul, mas chegando no *Rio da Prata* ou *de Solis* como era então chamado, Cabot teve, por causa do descontentamento, de abandonar a idéa que tinha de seguir mais ao Sul.

Os navios de Cabot entraram no *Rio da Prata* e subiram trinta leguas mais ou menos, chegando a uma pequena ilha a que Cabot deu o nome de *São Gabriel*,

descobrindo perto um lugar seguro para os navios, na foz d'um rio a que deu o nome de *São Salvador*, onde mandou construir um forte, encontrando n'este lugar um dos companheiros de Solis de nome Francisco del Puerte.

Deixando o capitão Bracamante commandando o forte e dous navios, Cabot seguiu rio acima no dia 23 de setembro de 1527 em exploração com os outros navios, e encontrando-se com os indigenas teve de pelejar com elles, perdendo n'este encontro tres de seus homens que foram levados prisioneiros.

N'esta viagem Cabot mandou construir um segundo forte, pouco mais adiante do primeiro, a que chamou *Espirito Santo*, dando o nome de *São Salvador* ao primeiro edificado.

Durante este tempo Diogo Garcia tinha chegado á costa do Brasil, trazendo instrucções para fazer todo o possivel afim de descobrir Juan de Cartagena e um sacerdote francez que Magalhães, em sua viagem, tinha deixado n'esta costa.

Chegando Garcia com os seus navios a uma bahia chamada *Rio dos Innocentes* encontrou um bacharel portuguez que forneceu-lhe carne, peixe, etc., e deu-lhe um genro seu, que serviu-lhe de interprete. Aportaram depois na *Ilha dos Patos*, onde os indigenas queixaram-se do mau comportamento de Cabot, e, continuando a sua derrota, chegaram em frente ao forte *São Salvador*. D'ahi Garcia seguiu com parte de sua gente até encontrar-se com Cabot, que, depois de combater com os indigenas, estava tratando com elles sobre o terreno em que mais tarde foi edificada a cidade de Assumpção.

Voltaram Cabot, Garcia e seus companheiros até o forte de *Espirito Santo*, onde sustentaram ataques dos indigenas, que levantando-se em grande numero, por

causa do mau tracto recebido de Garcia e sua gente, cahiram sobre este forte e por fim queimaram-no, retirando-se os europeus para o forte de *São Salvador*.

Logo depois de ter começado suas explorações no *Rio de Cabot* ou *da Prata*, Cabot mandou um navio para Europa, levando um relatorio, e esperava receber do Rei Carlos V ordens e meios de continuar com as suas obras; mas, demorando-se a chegada d'estes, e aborrecido, resolveu partir para a Hespanha, levando comsigo alguma prata e um portuguez chamado Gonçalo da Costa, de quem a côrte de Portugal houve informações a respeito do *Rio da Prata*.

Em 2 de agosto de 1530 foi escripta uma carta de Sevilha por D. Simão Affonço, dizendo que Sebastião Cabot havia chegado muito derrotado do *Rio da Prata* e que ahi havia sido preso.

Quando Cabot retirou-se do *Rio de Solis* ou *da Prata*, como elle chamava em vista da prata que elle encontrou no poder dos indigenas, elle deixou como commandante do forte de *São Salvador* Nuno de Lara com 170 homens. Logo depois, e durante uma sortida que a guarnição fez á procura de alimentos, os indigenas *Timbus* atacaram o forte. Mongoré, chefe da tribu dos *Timbus*, tinha-se apaixonado por uma mulher hespanhola chamada Lucia Miranda, mulher do capitão Hurtado, e para raptal-a surprehendeu o forte, e durante a defeza, que foi heroica, Mongoré foi morto, como tambem o commandante Nuno de Lara.

Depois da morte de Nuno, Ruy Garcia de Mosquera, que ficou sendo commandante, resolveu embarcar com o resto dos homens e seguir para a costa do Brasil, estabelecendo-se em um lugar chamado *Iguape*, principiando ahi a fazer plantações e vivendo algum tempo em relações amigaveis com os seus vizinhos.

A feitoria estabelecida por Christovão Jaques, ficando desprotegida pela retirada da armada, foi saqueada em principios de 1531 por um navio francez, escapando o feitor Diogo Dias, como se verifica pelo diario de Pero Lopes de Sousa.

Pessoas deixadas n'este paiz antes do anno 1530

É difficil esclarecer as datas das chegadas de certas pessoas encontradas pelos viajantes nas suas explorações n'esta costa; porém, é incontestavel, em vista dos documentos existentes, que nós devemos considerar entre os primeiros europeus, que habitaram este paiz, Affonso Ribeiro e um outro degradado, que foram deixados em terra no *Porto Seguro* no dia 3 de maio de 1500 por ordem de Pedro Alvares Cabral, junto aos dous homens que fugiram de bordo dos navios d'esta armada.

Em seguida temos um bacharel que foi posto em terra n'um porto fóra do Tropico de Capricornio, por ordem do commandante da frota em que ia Americo Vespucio como piloto, no mez de fevereiro de 1502.

Na viagem começada em 1503 por Gonçalo Coelho e Americo Vespucio, foi levantado o primeiro estabelecimento n'esta terra, e ainda que mais tarde fôsse demolido pelos Francezes, d'elle restam vestigios.

Em 1504 Antonio de Campos levou para Lisboa dous homens encontrados na costa do Brasil.

Juan de Solis, na viagem que fez em 1508, perdeu alguns homens, ficando sete no lugar chamado *Rio dos Innocentes*, situado a 23 ¼ gráos de latitude Sul, e outros na *Bahia dos Perdidos*, perto da *Ilha de Santa Catharina*.

Em 1509 devia ter chegado Diogo Alvares Corrêa, o celebre *Caramurú*, que salvou-se d'um naufragio que se deu na costa proximo á barra do *Rio Vermelho*, e casou-se com uma filha do chefe dos indigenas.

Em relação á chegada de João Ramalho e Antonio Rodrigues em terra, na vizinhança de S. Vicente, não pude encontrar esclarecimentos que me satisfizessem, visto que o documento citado pelo Sr. Balthazar da Silva Lisboa, feito por um homem que devia, conforme este documento, ter mais de cem annos de idade, não merece tanta confiança. Diversos auctores dizem que Ramalho esteve em terra vinte annos antes da chegada de Martim Affonço; sendo assim devia ter chegado em 1510 mais ou menos.

Fernão de Magalhães, em uma de suas viagens, deixou na costa do Brasil Juan de Cartagena e um sacerdote francez.

Em 1516 quando Juan Dias de Solis foi assassinado pelos indigenas, elles fizeram prisioneiro um dos hespanhoes de nome Francisco del Puerte, que em 1527 foi encontrado por Sebastião Cabot n'esta localidade.

No principio de 1516, D. Rodrigues d'Acuña foi obrigado a partir com o seu navio da *Bahia dos Perdidos*, deixando alli trinta e tantos dos seus homens, por causa das noticias dadas pelos companheiros de Solis, que ahi encontraram estabelecidos.

Em novembro de 1526 ou um pouco antes, Christovão Jaques mandou construir uma feitoria em *Parana-mbuc*, deixando alli alguns homens e nomeando Diogo Dias feitor.

Em fins de 1526 Sebastião Cabot deixou, n'uma ilha deserta perto de Santa Catharina, tres officiaes por causa de insubordinação; e em 1527 perdeu tres dos seus homens que foram aprisionados pelos indigenas.

A respeito da feitoria ou forte construido em 1503 por Americo Vespucio, a 16 ½ gráos de latitude Sul, em que foi posto o nome de *Santa Cruz*, este devia ser o mesmo que Christovão Pires encontrou entre a bahia de *Todos os Santos* e *Cabo Frio* em 1511, ainda que depois não se encontrasse noticia relativamente a este estabelecimento e seu pessoal.

Viagem de Martim Affonço de Sousa, constando do «Diario de Navegação», por Pero Lopes de Sousa.

Havendo noticias das explorações de Cabot e Garcia, no Rio da Prata, o Rei D. João III resolveu mandar tomar posse e estabelecer colonias no Brasil, para cujo fim foi organisada uma armada de cinco navios, levando quatrocentos homens, sendo nomeado Martim Affonço de Sousa commandante em mar e terra.

Partiu esta armada no dia 3 de dezembro de 1530, tendo o commando d'um dos navios o irmão de Martim Affonço, que foi o auctor do diario d'esta viagem

Chegaram no dia 31 de janeiro de 1531 perto do cabo de *Santo Agostinho*, defronte do cabo de *Percaauri*, onde tomaram um navio francez. Ao Sul do cabo de *Santo Agostinho* tomaram outro navio e na manhã do dia 1 de fevereiro, em frente á ilha de *Santo Aleixo*, encontraram mais um navio que tomaram no dia 2, depois de uma noite de peleja. Em 16 do mesmo mez chegaram em frente ao porto de *Parana-mbuc*, onde tiveram noticias do saque da feitoria, dous mezes antes, e d'ahi no dia 18 foi mandado um dos navios

commandado por João de Sousa, com noticias para Portugal. Tambem foram expedidos dous navios, que se dirigiram para os lados do rio *Maranhão*.

Seguindo a derrota para o Sul com os outros navios, passaram o rio *S. Francisco* no dia 11 de março, e no dia 13 chegaram onde diz Pero Lopes: «*Reconhe-*«*cemos a bahia de Todos os Santos. Faz a entrada Norte* «*e Sul:—Em terra na ponta do padram, tomei o sol em* «*treze gráos e hum quarto. Nesta Bahia achamos um* «*homem portuguez que havia vinte e dous annos que* «*estava nesta terra. Aqui deixou o capitam J. dous ho-*«*mens para fazer experiencia do que a terra dava.*»

D'este porto partiram no dia 15 de março e no dia 24, por causa do mau tempo, foram obrigados a arribar, chegando outra vez na bahia de *Todos os Santos* no dia 26, onde encontraram o navio em que ia Diogo Dias, o feitor que escapou de *Parana-mbuc*.

Partiram outra vez no dia 27 de março e no dia 29 de abril chegaram em frente ao *Cabo Frio*, entrando no dia seguinte na bahia do *Rio de Janeiro*.

Diz Pero Lopes em seu diario: «*Como fomos den-*«*tro, mandou o Capitam J. fazer hũa casa forte, com cerca* «*por derrador; e mandou sahir a gente em terra, e pôr em* «*ordem a ferraria para fazermos cousas, de que tinhamos* «*necessidade. Daqui mandou o Capitam J. quatro homens* «*pela terra dentro; e foram e vieram em dous mezes; e an-*«*daram pela terra cento e quinze legoas; e as secenta e* «*cinco dellas foram por montanhas mui grandes, e as* «*cincoenta foram por hum campo mui grande; e foram* «*até darem com um grande rei, senhor de todos aquelles* «*campos, e lhes fez muita honra e veo com elles até os* «*entregar ao Capitam J.; e lhe trouxe muito christal, e* «*deu novas como no Rio de Peraguay havia muito ouro* «*e prata.*»

Estiveram na bahia do *Rio de Janeiro* tres mezes, e fizeram dous bergantins, sahindo d'este porto no dia 1 de agosto. No diario de Pero Lopes, no dia 8 do mesmo mez, encontramos o seguinte: «*Ao meio dia fizemos o* «*caminho ao Noroeste; porque pelo dito rumo nos fazia-* «*mos com o Rio de Sam Vicente. Quarta-feira nove dias* «*d'agosto no quarto d'alva faziamos o caminho ao Nor-* «*oeste e a quarta do norte; e ás nove horas do dia sur-* «*gimos bem pegados com terra em fundo de oito braças* «*d'area grossa. Estando surtos mandou o capitam J.* «*hum bargantim a terra, e n'elle hũa lingua para ver se* «*achavam gente, e para saber onde eramos; porque a* «*cerraçam era tamanha, que estavamos hum tiro d'abom-* «*barda de terra e nam na viamos. De noite veo a bar-* «*gantim, e nos disse como nam pudera ver gente.*»

No dia seguinte partiram de *S. Vicente* e ao meio dia encontraram uma ilha onde mataram bastantes passaros. Com data de 12 de agosto diz Pero Lopes em seu diario: «*E fazendo o caminho de Sudoeste demos* «*com hũa ilha. Quiz a nossa senhora e a bemaventurada* «*santa Crara, cujo dia era, que alimpou a neboa, e reco-* «*nhecemos ser a ilha de Cananea; e fomos surgir antre* «*elle e a terra, em fundo de sete braças. Esta ilha* «*tem em redondo hũa legua: e faz no meo hũa sellada:* «*está de terra firme hum quarto de legua: he desabri-* «*gada do vento Sulsudoeste e do nord'este, que quando venta* «*mete mui gram mar. Desta ilha ao norte duas leguas* «*se faz um rio mui grande na terra firme; na barra de* «*preamar tem trez braças, e dentro oito, nove braças.* «*Por este rio arriba mandou o Capitam J. hum bargan-* «*tim: e a Pedre Annes Piloto, que era lingua da terra,* «*que fosse haver falla dos Indios. Quinta-feira dezasete* «*dias do mez d'agosto veo Pedre Annes Piloto no bar-* «*gantim, e com elle veo Francisco de Chaves e o bacha-*

«rel, e cinco ou seis castalhanos. Este bacharel havia «trinta annos que estava degradado nesta terra, e o Fran«cisco de Chaves era mui grande lingua desta terra. «Pela informaçam que d'ella deu ao Capitam, J. mandou «a Pero Lobo com oitenta homês, que fossem descobrir «pela terra dentro; porque o dito Francisco de Chaves «se obrigava que em des mezes tornava ao dito porto, «com quatrocentos escravos carregados de prata e ouro. «Partiram desta ilha, ao primeiro dia de setembro de «mil e quinhentos e trinta e hum os quarenta besteiros e os «quarenta espingardeiros. Aqui nesta ilha estivemos qua«renta e quatro dias; nelles nunca vimos o Sol.»

Partiram deste lugar no dia 26 de setembro e no dia 29 reconheceram a terra ao Sul do *Porto dos Patos*. No dia 14 de outubro a 34 ½ gráos de latitude Sul deram com tres ilhas e desembarcando encontraram-se com duas onças grandes, e por essa razão deram o nome de *Ilhas das Onças*. Chegaram no dia seguinte á tarde em frente ao *Cabo de Santa Maria*, e alli estiveram oito dias esperando um bergantim, e não apparecendo collocaram em terra sobre uma ilha uma cruz, e n'um dos braços uma carta.

Sahindo d'alli no dia 21 de outubro, logo encontraram mau tempo e perderam algumas embarcações, mantimentos, etc. Apezar d'isto continuaram em suas explorações, chegando na embocadura do *Rio da Prata* e seguindo pela margem do Norte, pozeram nomes nos rios, ilhas, etc., descobertas, encontrando-se com alguns indigenas que lhes tratavam bem e depois de abastecidos de mantimento, tanto quanto possivel, partiram da *Ilha das Palmas* no dia 1 de janeiro de 1532 em volta para o porto de S. Vicente.

No dia 4 á tarde passaram em frente ao *Porto dos Patos* e ao pôr do sol no dia 8 chegaram á *Ilha de*

Cananea, ficando alli até o dia 17, em que seguiram, chegando em *S. Vicente* no domingo, dia 20 de janeiro de 1532.

No dia 5 de fevereiro entrou um navio que Martim Affonço tinha mandado da *Ilha das Palmas* ao *Porto dos Patos* buscar a gente d'um bergantim que ahi se perdera na viagem para o Sul, e encontrou alli estes homens construindo um outro bergantim com o auxilio de quinze homens castelhanos, que no dito porto ha muito estavam perdidos.

De *S. Vicente*, Martim Affonço mandou dous navios para Portugal, commandados por seu irmão Pero Lopes de Souza, que partiu d'ahi no dia 22 de maio de 1532.

Durante o tempo que Martim Affonço explorou esta costa pelo Sul, um navio francez *Le Pelerine*, commandado por Jean Duperet, chegou em *Parana-mbuc*, e encontrando ahi os vestigios da feitoria demolida, mandou construir uma fortaleza, deixando-a guarnecida por setenta homens. Partindo Duperet para Europa e entrando no Mar Mediterraneo, arribou em Malaga, e depois na sahida d'alli foi aprisionado pela armada de Portugal.

A fortaleza franceza foi tomada em junho de 1532, depois de dezoito dias de lucta por Pero Lopes, que deixando-a guarnecida com gente sua debaixo das ordens de Paulo Nunes, seguiu para Portugal, levando trinta e tantos prisioneiros e alguns indigenas.

Factos historicos que occorreram durante os annos de 1532 a 1573

Em relação á data em que Ruy Garcia de Mosquera chegou com seus companheiros para se estabelecerem em Iguape, vindos do Rio da Prata, não encon-

trei ainda documento que esclarecesse este ponto; mas não duvido que em 1534 elles já ahi residissem e sendo Ruy Mosquera, segundo os auctores hespanhoes, um homem turbulento, naturalmente não conformou-se com a intimação de Gonçalo Monteiro, capitão commandante do littoral, nomeado por Martim Affonço, quando aquelle mandou recolherem-se a S. Vicente o bacharel portuguez desterrado e os outros moradores ao redor de Iguape.

Não ha dúvida que na vizinhança de Iguape existem alguns dos castelhanos, encontrados por Martim Affonço, em companhia do dito bacharel e de Francisco de Chaves, no dia 17 de agosto de 1531; os quaes, parecem os perdidos da frota de Juan de Solis, no lugar que elle chamava Rio dos Innocentes, no anno de 1508; e naturalmente elles durante os annos que viveram n'este logar, haviam de ter-se relacionado com os indigenas vizinhos.

Parece provavel que Aleixo Garcia de quem encontramos noticias no alto Paraguay, era tambem relacionado com estes seus compatriotas, e que os companheiros que tinham seguido com elle á procura de ouro em 1524 e que consta terem voltado levando noticia das riquezas encontradas por seus companheiros do Brasil, fossem os auctores da informação dada por Francisco de Chaves a Martim Affonço; tanto mais que não consta a existencia de outras pessoas n'esta parte do littoral na occasião da chegada de Martim Affonço a não serem os homens com Francisco de Chaves, e João Ramalho com Antonio Rodrigues em S. Vicente.

Dizem alguns auctores que o roteiro seguido pelos oitenta homens de Pero Lobo, combina com aquelle seguido anteriormente por Aleixo Garcia; porém, ainda não encontrei cópia d'este roteiro.

Para o bem futuro do estabelecimento portuguez, que Martim Affonço estava fazendo em S Vicente, não convinha ter uma colonia hespanhola tão perto, ainda que fôsse pequena, visto ser mais antiga e bem relacionada com os indigenas em redor; e d'ahi as intimações para se reunirem em S. Vicente.

Ao mesmo tempo estes hespanhoes, além dos bens adquiridos, tinham contra esta reunião as suas amizades com os indigenas e as suas antipathias de nacionalidade, e não se sujeitariam de livre vontade a ir viver debaixo da bandeira portugueza.

A prova da hostilidade entre o povo de S. Vicente e o de Iguape, consta existir em uma apostilha, como se vê d'uma dadiva de sesmaria concedida por Martim Affonço a Ruy Pinto, como tambem nos livros da Camara de S. Paulo, onde se diz que Ruy Pinto e Pero de Goes estavam occupados em guerra com o povo de Iguape.

Depois que Ruy Mosquera e seus companheiros saquearam a villa de S. Vicente, voltaram a Iguape, e sendo perseguidos pelas forças de Pinto e Goes seguiram para o Sul até á ilha de Santa Catharina.

No dia 1 de setembro de 1534 Pedro de Mendoza partiu da Hespanha com quatorze navios, trazendo a seu bordo duas mil e seiscentas pessoas para colonisar as terras das margens do rio da *Prata*. Chegou n'este rio e fez reconhecer o lugar onde lançou os fundamentos da futura cidade de *Buenos Ayres* em principios de 1535. Seguiu rio acima e depois de muita lucta com os indigenas, tendo-se-lhe escasseado os mantimentos e a seus companheiros, e estando elle mesmo bastante doente, voltou para *Buenos Ayres*, mandando João de Ayolas seguir em explorações.

Mendoza em quanto esteve em *Buenos Ayres* mandou um navio ao Brasil á procura de viveres para os

seus companheiros, e depois, peiorando sua saude, embarcou em abril de 1537 para Hespanha, morrendo a bordo do navio em alto mar.

João de Ayolas proseguiu suas explorações, em lucta sempre com os indigenas, chegando no dia 2 de fevereiro de 1537 em um porto a que deu o nome de *Porta de Candelaria*. Alli deixou seus navios confiados aos cuidados de Domingos Martinez de Irala, com ordem de esperal-o seis mezes, entranhando-se com duzentos homens nos sertões do *Grande Chaco*.

Irala, esperando no porto de Candelaria, recebeu os soccorros, mandados buscar por Mendoza, do Brasil, e que vieram em um navio commandado por João de Salazar, com quem chegaram alguns hespanhoes vindos da ilha de *Santa Catharina*. Estes hespanhoes eram Ruy Mosquera e alguns de seus companheiros, que receiando os portuguezes de S. Vicente, aproveitaram a vinda do navio de Buenos Ayres para n'elle seguirem a reunir-se com seus compatriotas no Rio da Prata.

Em agosto de 1538, havendo certeza da morte de João de Ayolas pelos indigenas, Martinez de Irala foi acclamado chefe; e, reunindo-se á sua gente, edificou a villa de Assumpção, segurando-a o melhor possivel contra os ataques dos selvagens.

Sabendo-se em Hespanha da morte de Ayolas, foi nomeado D. Alvares Nunes Cabeza de Vaca para governador das possessões hespanholas no Rio da Prata, partindo elle de San Lucar de Barrameda no dia 2 de novembro de 1540, e chegando á ilha de Santa Catharina no dia 29 de abril de 1541. Tendo perdido dous de seus navios, resolveu ir com parte da sua gente por terra até Assumpção, onde chegou no dia 11 de março de 1542 e nomeou Irala seu ajudante e mandou-o explorar um caminho para o Perú.

Subiram o rio acima noventa hespanhoes e maior numero de indigenas até á lagoa *Yaiba*, á qual Irala deu o nome de *Porto dos Reis*, por ter chegado ahi no dia 6 de janeiro de 1543; e seguindo viagem durante quatro dias para o lado do Oeste, foram obrigados a voltar d'alli.

No dia 26 de abril de 1544 D. Alvares Nunes foi deposto pelos seus officiaes insubordinados, sendo eleito chefe pela segunda vez Domingos Martinez de Irala. Este em 1548, chegando aos confins do Perú, depois de suas explorações, mandou uma deputação composta de Ruy Mosquera, Miguel de Rutia, Nuflo de Chaves, Pedro d'Oniate e mais companheiros á cidade de Lima, para comprimentar o Vice Rei Padre Pedro de la Gasca.

Em 1549 tendo havido divergencias e insubordinações entre os hespanhoes, foi eleito governador Diogo Abreu; mas Irala, chegando outra vez a conquistar o poder, procedeu rigorosamente contra os seus adversarios. Diogo Abreu foi morto, e um dos seus companheiros Ruy Dias Melgarejo, preso; porém Irala forneceu-lhe meios de escapar para o Brasil, seguindo por terra de Assumpção á ilha de Santa Catharina com mais companheiros, entre os quaes Ruy Mosquera

Em 1552 partiu João de Salazar, de Hespanha, com tres navios, perdendo um na costa do Brasil a 26 gráos de latitude Sul e d'ahi resolveu voltar ao Norte até S. Vicente, onde demorou-se algum tempo. Salazar, resolvendo mais tarde ir para Assumpção, seguiu para a ilha de Santa Catharina, e d'ahi por terra em companhia de Melgarejo e Mosquera, que eram amigos inseparaveis, e outras pessoas, chegando em principios de 1555 em Assumpção. Alguns dos companheiros de Salazar, não querendo seguir em sua companhia por terra, ficaram debaixo das ordens de Fernando de Trejo, resolvidos a fundar a colonia de S. Francisco, perto da ilha de Santa Catharina.

Os dous, Ruy Dias Melgarejo e Ruy Garcia de Mosquera, durante alguns annos, serviram ao governo estabelecido no Rio da Prata, occupando posições de confiança, commandando tropas para castigar os indigenas e conter os portuguezes no Brasil em suas invasões.

Melgarejo e Mosquera, depois da morte de Irala, continuaram a servir aos governadores: Gonçalo de Mendoza, Francisco Ortiz de Vergara, João Ortiz de Zarate e Martim Soares de Toledo.

Por ordem d'este ultimo foi preso Philippe de Carceres e entregue a Melgarejo com ordens de conduzil-o á Europa; partindo a bordo d'um navio em 1573, encontraram mau tempo e tiveram de arribar ao porto de S. Vicente, onde n'esta occasião estava João Ortiz de Zarate que tinha vindo da Europa para reassumir o governo das colonias hespanholas.

Melgarejo ahi resolveu entregar o seu prisioneiro a outras pessoas para conduzil-o á Europa, voltando com Zarate para o Paraguay, onde prestou bastante serviço, edificando no anno de 1576 a cidade da Villa Rica do Espirito Santo.

Ruy Mosquera, que acompanhára Melgarejo até S. Vicente, resolveu voltar a Iguape, e consta por tradição que elle foi enterrado debaixo do arco cruzeiro da antiga egreja de Nossa Senhora das Neves de Iguape.

Documentos que existem em Iguape e o que consta a respeito da sua antiguidade

Os livros mais antigos que encontrei em Iguape remontam sómente ao anno de 1677, estando alguns no cartorio e outros nos Archivos da Camara Municipal.

Dos livros que pertencem á egreja, o mais velho é do anno 1762, o dos assentos de baptismos, e um outro rubricado em 10 de agosto de 1768 por Antonio José d'Abreu, para Registro das Pastoraes e dos Capitulos das Visitas.

Ha no cartorio alguns autos velhos, que, por estarem estragados, torna-se difficil a sua leitura e entre os quaes encontrei uma carta particular datada de 26 de outubro de 1635 com endereço á villa de Nossa Senhora das Neves; copiada fielmente acompanha este resumo com o titulo de documento n.º 1.

N'um livro de notas ha um traslado de carta de sesmaria, que foi dado em 8 de dezembro de 1637 (Documento n.º 2) ao capitão Francisco de Pontes Vidal, morador na villa de Nossa Senhora das Neves de Iguape, provando que antes d'esta data haviam sido dadas outras sesmarias, e que esta povoação n'aquella epocha era conhecida pelo nome de villa.

No meio dos autos velhos citados, ha parte d'um do anno de 1655 e d'onde, ainda que bastante rasgado e cortado pelos bichos, copiei o que foi possivel decifrar em virtude do valor e referencia ás minas de ouro que cita: de Ivuporanduba, Iporanga, Apiahy e Sorocaba, como se póde verificar pelo documento n.º 3.

No livro de notas mencionado ha um traslado d'uma certidão passada pela Camara de Iguape em 20 de dezembro de 1560 (Documento n.º 4) que prova a mudança da villa e a existencia d'uma outra muitos annos antes d'esta epocha, como tambem se refere ao mesmo capitão que figura no documento n.º 3. N'este mesmo livro ha documentos comprobatorios de que em Lisboa, antes do anno 1673, sabiam da existencia de minas de ouro n'esta parte do littoral do Brasil. (Documento n.º 5).

Nas *Memorias Historicas do Rio de Janeiro*, por

Mons. Pizarro, não encontrei menção de Thomé de Sousa Corrêa, provedor e ouvidor da Fazenda Real e administrador das minas da repartição do Sul; comtudo, no referido livro de Notas ha diversos officios dirigidos por elle a diversas auctoridades em Iguape durante os annos de 1677 a 1679 e outros (depois de terem servido outras pessoas n'este cargo no Rio de Janeiro) no anno de 1683, quando elle foi reintegrado por ordem de Sua Magestade. Para prova d'isto vão os documentos n.os 6 e 7.

Tambem existem no cartorio e no Archivo da Camara, livros pertencentes ás officinas, dando a entrada e sahida do rendimento dos impostos pagos como quintos reaes; mas estes livros estão arruinados de tal fórma, que torna-se impossivel fazer uma relação exacta da quantidade de ouro lavrado; porém, devia ter sido consideravel, segundo diversos assentos e recibos que ainda se podem decifrar e entre elles um, passado em 7 de junho do 1667, por seiscentos e vinte e nove oitavas de ouro remettidas ao Principe Real.

Nos *Annaes do Rio de Janeiro,* volume II, pagina 205, consta que Pedro de Sousa Pereira, administrador geral das minas, estando em Iguape no dia 30 de abril de 1653, dirigiu um officio aos officiaes da Camara de S. Paulo, ordenando que fizessem descer as tres aldêas do Real Padroado, necessitando d'este povo para o serviço das minas, provando assim o valor que elle achou nas de Iguape.

Existe um livro pertencente á Camara de Iguape, rubricado no dia 22 de outubro de 1785, para o fim de serem lançados n'elle os acontecimensos notaveis anteriores áquella data e annualmente depois. N'este livro consta que Pedro de Unhão Castello Branco, corregedor d'esta villa, em vista da destruição em que achou

todos os seus papeis mandou queimal-os; mas não consta em que anno foi isto. No livro das Notas, no cartorio, ha cópia d'um officio dirigido ao provedor das minas da villa de Iguape, por Pedro de Sousa Pereira, provedor e ouvidor geral do Rio de Janeiro, com data de 12 de novembro de 1678, em cujo officio falla-se d'um tal Pedro Unhão Castello Branco, como ouvidor geral em 1676 d'esta capitania, da qual fazia parte a villa de Iguape. Este officio prova a existencia em 1676 do dito Pedro Unhão Castello Branco, e não encontrando livros n'este cartorio com data anterior a 1677, posso julgar veridico o facto citado de ter elle mandado queimar os papeis (Documento n.º 10) e por causa d'isto, tirei cópia do resto do dito officio em documento n.º 8.

No Registro das Pastoraes a folhas 67 e seguintes, com a data de 13 de abril de 1825, assignado por Manuel Joaquim Gonçalves d'Andrade, se encontra a cópia d'uma circular do Reverendo Vigario Capitular do Bispado, pedindo informações a respeito da fundação, extensão e outros dados d'esta villa, cuja circular foi respondida pelo Reverendo Vigario João Chrysostomo d'Oliveira Salgado Bueno. D'esta informação copiei diversos trechos conforme documento n.º 9, provando a existencia d'um Livro do Tombo da egreja de Nossa Senhora das Neves de Iguape, que remontava ao anno de 1577, cujo livro me disse o Reverendo Conego Scipião Junqueira, Vigario de Campinas, ter elle mesmo visto muitissimas vezes.

No livro aberto pela Camara em 1785, consta que por ordem do Reverendo D. Bernardo Rodrigues, Bispo desta Diocese, foi rubricado um novo livro de Tombo em 1725, pelo Vigario collado d'esta villa, Antonio Ribeiro, como se verá pelo documento n.º 10; porém este livro do Tombo não pude ainda encontrar.

O unico Livro do Tombo d'esta egreja, que existe n'ella hoje, foi rubricado em 8 de agosto de 1816. N'este ha no começo uma descripção semelhante á do documento n.º 9 e ha uma noticia da fundação d'uma villa entre Iguape e Cananéa (Documento n.º 11); porém ha um pequeno equivoco em relação á data, como é facil provar por um livro da Camara de Iguape, folhas 7, onde ha termo da nomeação e estabelecimento da nova povoação de Nossa Senhora da Conceição da Lage de Sabauna, em 7 de janeiro de 1767.

Além d'este, existe no Archivo da Camara de Iguape um livro aberto por Christovão Peniche França no dia 1 de agosto de 1770 para servir á nova villa de Nossa Senhora da Conceição da Marinha. N'este livro a folhas 3, ha o auto da erecção e estabelecimento da nova villa, na freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Lage de Sabauna. Ha o termo da repartição do districto da nova villa com as divisas entre esta e as de Iguape e Cananéa; como tambem da demarcação do lugar destinado ao Patrimonio e auto da nomeação das auctoridades, todos com a data de 1 de agosto de 1770. No mesmo livro existem diversos termos lançados em differentes datas, sendo o ultimo o da eleição das auctoridades que deviam ter servido durante o anno de 1776, ficando o resto do livro em branco, sem declaração alguma a respeito da extincção d'aquella villa.

A descripção do apparecimento da imagem do Senhor Bom Jesus (Documento n.º 12) mandada escrever pelo Reverendo Padre Christovão da Costa e Oliveira em 1730, existe na igreja Matriz como tambem uma cópia transcripta no Livro do Tombo.

O documento n.º 13 é a cópia da provisão do Padre Bernardo Sanches, e é a noticia mais velha que existe aqui em relação ao pessoal ecclesiastico d'esta villa.

Pelo documento n.º 14 verifica-se que em 1691 foi nomeado o Reverendo Padre Frei Antonio d'Assumpção como capellão das minas de ouro, ainda que não ficasse declarado o lugar da capella; mas não duvido em vista das tradições, que fôsse nas minas de Ivuporanduba, onde existe uma pequena capella que remonta a uma epocha antiga.

Consta que logo depois do apparecimento da imagem do Senhor do Bom Jesus em 1647, foi construida uma ermida ao lado da pedra onde foi collocada a imagem para lavar, em cuja ermida viveu durante muitos annos um homem que tinha dotado a irmandade com todos os seus bens, e ahi elle era sustentado á custa das esmolas dadas pelos romeiros que visitavam a dita pedra, á qual até hoje dão grande apreço, considerando-a como milagrosa.

Não ha um unico documento em que possa ser baseada esta tradição, sinão em alguns autos onde figura Manuel Corrêa de Sousa como ermitão e procurador da irmandade do Senhor Bom Jesus, citando diversas pessoas que deixam de contribuir com seus annuaes. Parece que si fôsse verdadeira a existencia d'esta ermida, o Reverendo Vigario João Chrysostomo daria alguma noticia em sua informação, tanto mais que elle fez a descripção da referida pedra. (Documento n.º 15). A casa citada por elle está collocada sobre a tal pedra milagrosa, de fórma a conserval-a dos malfeitores, e coberta a maior parte de tempo pela agua da fonte, que entra e sae por uns pequenos registros.

No livro dos acontecimentos notaveis ha referencias ao grande numero de navios construidos aqui em Iguape, desde os tempos mais remotos, como tambem ha uma noticia em relação á plantação de café em 1806 (Documento n.º 16); porém esta lavoura foi começada muitos

annos antes, como verifiquei em cartas de sesmarias que fazem menção de uma divisa ao pé de um cafezal grande.

Antes do anno 1815 houve divergencias entre os moradores do rio Juquiá e seus affluentes e o Vigario de Xiririca, cuja freguezia pertence ao districto d'aquelle rio, como é facil provar por diversos documentos, entre elles petições do povo ao Bispo, para este conceder licença afim de serem considerados como freguezes da villa de Iguape; e no dia 8 de março de 1515 foi aquelle districto desmembrado de Xiririca e annexado a Iguape.

Esta villa foi elevada a cidade pela lei n.º 17 de 3 de abril de 1848 com o nome de cidade do Bom Jesus da Ribeira; mas, no anno seguinte por lei n.º 3 de 3 de maio, foi modificado o nome, ficando como cidade do Bom Jesus de Iguape.

Edificação das egrejas da villa de Iguape

A primeira egreja edificada em Iguape, conforme o que se póde colligir dos livros e papeis existentes, foi n'um lugar, conhecido hoje pelo nome Villa Velha, defronte da barra de Icapara, edificação que deve datar de 1577, epocha em que foi aberto o primeiro Livro do Tombo.

A respeito da existencia d'este Livro do Tombo, não concordo com a noticia dada pela Camara no anno 1787, transcripta no documento n.º 10, onde diz: «não se acha este livro entre os mais antigos, talvez por ser comprehendido no incendio que antigamente houve na casa do Reverendo Antonio Carvalho d'Oliveira»; esta sup-

posição não tem fundamento pelo facto do Reverendo João Chrysostomo transcrever diversos trechos d'este mesmo livro no anno de 1825. Mais tarde o Reverendo Antonio Carneiro da Silva Braga, em uma informação dada ao Bispo em 1857, ainda fez menção do referido livro.

Pelo documento n.º 17 torna-se impossivel qualquer dúvida a respeito do lugar onde existiu a primeira povoação; como tambem parece provavel que esta era conhecida pelo nome de *Villa* desde o seu começo, ou pelo menos desde o tempo em que foi construida a primeira egreja.

Quem conhece esta localidade concordará que ella não possue as qualidades requeridas para o estabelecimento d'uma povoação grande, ainda que offereça certas vantagens pela proximidade da barra, por ser situada em terreno fertil, com agua potavel, vertendo d'um pequeno monte ao pé do qual foi collocada a povoação; porém ha ao mesmo tempo a desvantagem de ser pequena a planicie e muito açoitada pelos ventos do Leste e Sud'este, que são os que mais reinam em tal localidade.

Com a communicação, que naturalmente havia por canôas, entre o povo de Iguape e o de Cananéa, era impossivel ficar desconhecida a planicie, onde hoje existe a cidade de Iguape e sobre a qual Francisco Alvares Marinho estabeleceu a sua fazenda.

Este homem provavelmente pela vontade de ver proximo á sua fazenda uma povoação, para assim ter seu estabelecimento mais seguro contra os malfeitores, concorreu para a mudança da villa, como consta do documento n.º 4; cuja mudança devia ter sido de 1620 a 1625, conforme se deduz da leitura do documento n.º 9. Ao mesmo tempo as melhores commodidades offereci-

das á povoação e a facilidade de transporte entre o Mar-pequeno e o Rio Ribeira, concorreram tambem no animo do povo para a escolha d'este lugar para a construcção da nova villa de Iguape.

A egreja de Nossa Senhora das Neves, edificada n'esta localidade, foi construida de pedra e cal, estando os seus alicerces conservados até hoje, formando agora a base de um gradil, cercando um pequeno jardim feito sobre o terreno occupado pela antiga egreja. A descripção d'esta egreja vae transcripta do Livro do Tombo, em documento n.º 18.

A egreja de Nossa Senhora da Conceição, edificada na povoação da Lage de Sabauna em 1767, parece-me que foi abandonada em 1776, não podendo dar uma descripção d'ella por falta de esclarecimentos a respeito.

Encontrei um assento no livro das visitas (Documento n.º 19) escripto em 1778, reclamando contra o descuido que havia em alguns lugares pela falta dos assentos nos competentes livros, dizendo que não havia esta negligencia em Iguape; porém está provado o contrario pela falta de noticias com relação á dita egreja de Nossa Senhora da Conceição que devia existir ainda n'este tempo.

Antigamente havia n'um lugar chamado Praia da Juréa, distante d'esta villa mais ou menos trinta kilometros, uma pequena ermida, construida de madeira e dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe. Esta ermida foi demolida e edificada uma que ainda existe de pedra e cal; mas não consta em que epocha foi esta construida, sómente corre que em 1816 já era muitissimo velha.

A matriz, que existe hoje na cidade de Iguape, é um edificio grande, de construcção simples, porém muitissimo solida; os seus immensos alicerces, paredes e torres são de granito, tirado dos morros que cercam a planicie onde

está collocada a cidade, pelo lado do Nord'este. Não consta ao certo dos livros da egreja ou da Camara, em que anno foi principiada esta obra. Encontrei, porém, em alguns papeis particulares uma declaração a respeito d'esta matriz, onde diz que foi começada em 1780 e que as suas plantas foram encommendadas no Rio de Janeiro, custando duzentos mil réis.

Julgo que a obra foi começada em 1787, mais ou menos, em vista do documento n.º 20, e tambem pelo facto de ter encontrado no cartorio entre papeis pertencentes ao anno 1788, algumas listas constando de vinte nomes, declarando serem estes de moradores de certos bairros, cujas listas vêm confirmar a noticia dada no Livro do Tombo, transcripta em documento n.º 18 e a seguinte historia copiada fielmente d'uma descripção feita ha annos pelo Reverendo Antonio Carneiro da Silva Braga e remettida ao Bispo de S. Paulo: «*A Camara concedeu «para construcção da nova Matriz e cemiterio contiguo, «uma grande extensão de terreno atraz da velha Matriz, «incluso o local da Cadeia, a qual foi depois demollida para «se poder continuar com a obra. Deu-se principio a esta, «trabalhando voluntaria e gratuitamente todo o Povo do «Municipio e apenas se dava a cada trabalhador 80 rs. «para seu sustento diario. Cada bairro fornecia semanal«mente vinte trabalhadores. A pedra tirada na face ma«ritima da visinha montanha, era conduzida em canôas e «depositada na praia vizinha á obra. Nos Domingos e «Dias Santos, depois da Missa conventual dirigião-se «aquella praia o Reverendo Vigario, os homes notaveis do «Paiz, e todo o Povo, que assistia á Missa, homens, mu«lheres e meninos. Era o Reverendo Vigario o primeiro «a carregar uma pedra e ir deposital-a no logar da obra, «exemplo que todos seguirão, e trabalho, em que gastavão «duas horas. As pedras de dimensões tão grandes, que*

«não cabião em canôas, erão transportadas em carros. As-«sim se accumulou ahi uma enorme quantidade de pedras. «Os alicerces de vinte palmos de profundidade e doze «de largura forão abertos e trabalhados pelo Povo, pa-«gando-se jornaes tão sómente ao Mestre pedreiro e seus «officiaes.»

No anno 1798, conforme se vê pelo documento n.º 21, estava a obra em adiantamento, ainda que vagaroso, parecendo que em 1800 pararam com os trabalhos.

Entre 1816 e 1821 foi mandado apromptar em Santos grande quantidade de cantaria, que veiu numerada para ser assentada nos lugares competentes.

Em 1822 foram contractados no Rio de Janeiro um mestre e tres canteiros, e em agosto do mesmo anno recomeçou-se a obra, ajudada pelo povo como d'antes, trabalhando gratuitamente.

O Reverendo Vigario, auxiliado pelos sargentos-móres Bento Pupo de Gouvêa e Bartholomeu da Costa Almeida e Cruz, fizeram uma subscripção onde assignaram, entre muitas outras pessoas, o dito Bartholomeu da Costa a quantia de um conto de réis para ser entregue em dez prestações de cem mil réis annualmente, e o capitão-mór José Antonio Peniche prometteu concorrer com a telha necessaria para cobrir o edificio; mas, por seu fallecimento, sua viuva e filhos remiram a promessa, dando para a obra um conto e duzentos mil réis em dinheiro.

A irmandade do Senhor Bom Jesus, além de muitas esmolas, entrou com o capital que havia em caixa na importancia de quinhentos e noventa e quatro mil e duzentos réis, e por fim esta obra foi auxiliada pelo Governo como se verifica pelas leis n.º 20 de 30 de março de 1838; n.º 11 de 23 de março de 1844; n.º 35

de 15 de março de 1845; n.º 24 de 2 de julho de 1850; n.º 10 de 7 de março de 1851 e n.º 18 de 2 de maio de 1853. Pela lei n.º 27 de 8 de março de 1842 concedeu a Assembléa uma loteria de dez contos de réis por dez annos; e pela n.º 13 de 17 de julho de 1852 foi concedida a metade da receita proveniente da contribuição do canal, que era vinte réis por alqueire de arroz exportado para fóra do municipio de Iguape.

D'esta fórma conseguiram a conclusão da Matriz, em estado de receber a benção no dia 27 de julho de 1856, e no dia 8 de agosto do mesmo anno foram trasladadas com grandes festividades as imagens da velha Matriz para a nova.

Até esta data a Matriz de Iguape estava sob a invocação de Nossa Senhora das Neves; mas, suscitando-se uma questão a respeito da nova Matriz, foi por lei n.º 11 de 3 de março de 1858 declarado que a Matriz d'esta parochia ficava sobre a invocação do Senhor Bom Jesus de Iguape.

Em 1800, mais ou menos, as irmandades de Nossa Senhora do Rosario e de S. Benedito, começaram a edificação de uma capella, que depois de estar com os alicerces começados foram removidos do lugar onde se achavam para o local onde hoje existe a capella de Nossa Senhora do Rosario. Por falta absoluta de recursos d'estas irmandades, esta obra levou muitos annos em construcção, e sómente no dia 6 de março de 1841 foi benta e no dia seguinte trasladadas as imagens de Nossa Senhora do Rosario e de S. Benedito da egreja Matriz para aquella capella.

A irmandade de S. Benedito, reunida no dia 5 de outubro de 1881, resolveu começar a edificação de uma outra capella, que recebeu a benção em 1888.

Terras pertencentes á municipalidade e patrimonio das egrejas, irmandades, etc.

Não encontrei documento que declarasse a quantidade de terras dadas por Francisco Alvares Marinho, para o estabelecimento da villa de Iguape, no lugar onde existe a cidade, nem de outras dadivas posteriores para augmental-a; consta, porém, que as terras hoje pertencentes á municipalidade, não foram dadas por uma só pessoa, mas sim por diversas e até uma parte foi concedida por lei do Governo.

O terreno da cidade e arredores actualmente é pequeno, tendo de frente sobre o Mar-pequeno dois mil e oitocentos metros por mil metros de fundo mais ou menos, como se póde verificar pelo mappa das sesmarias antigas que acompanha este resumo organisado segundo plantas locaes e documentos antigos encontrados em Iguape.

Em relação ao terreno da cidade encontrei n'um livro antigo da Camara, alguns termos de aforamento de terras, e entre elles dous termos de duzentas braças de frente cada um, além de diversos lotes menores. Não posso saber ainda em que parte ficam estas terras e nas immediações actuaes não ha extensão sufficiente para comportar a quantidade de terras aforadas.

Todo o terreno ao Norte da cidade até ao porto da Ribeira, que era incluido na sesmaria de Francisco Alvares Marinho, hoje está dividido em pequenos lotes, pertencendo a varios particulares.

A respeito do patrimonio da egreja do Senhor Bom Jesus de Iguape, ainda não encontrei um documento que me esclarecesse a respeito da sua proveniencia, constando actualmente de algumas casas e terrenos na cidade, deixados em legados, mas sem que se possa

dizer com certeza em que epocha e por quem foram dotados.

O unico documento, que achei de doação feita á egreja, é condicional conforme documento n.º 22, e não posso saber si a concessão pedida pelo doador o Reverendo Padre Antonio Ricciardelli, teve despacho favoravel ou não.

Existem alguns sitios perto da cidade, que, pela voz do povo, pertencem á irmandade das Almas, mas este consta é falso, como é facil ver pelos documentos existentes. No bairro chamado Enseada, ha um sitio que consta ser d'esta irmandade; porém encontrei um traslado de escriptura de arrendamento do dito sitio, em um livro especial, rubricado por Antonio Militão de Sousa Aimberé, juiz de direito d'esta comarca em 1848, onde diz que o Reverendo Padre Francisco Pereira da Silva em 1685 deixou este sitio arrendado, com a condição de sua renda annual ser applicada a um certo e determinado numero de missas. Declarou mais que em falta de testamenteiros deviam os Reverendos Vigarios tomar a seu cargo o serviço de arrendamento, dando preferencia sempre a certas familias nomeadas pelo dito Padre Pereira da Silva. Como este traslado é um titulo de propriedade e não menciona irmandade alguma, não póde este sitio pertencer sinão á egreja matriz, onde deve ser pago o arrendamento. Vae copiado o referido traslado em documento n.º 23.

Existe um outro sitio no mesmo bairro, e um no Porto da Ribeira, em condições identicas, como parece pela leitura d'um assento no Livro do Tombo, conforme se vê em documento n.º 24.

O patrimonio da ermida de Nossa Senhora de Iguape é cento e cincoenta braças de terras, conforme documento n.º 25, copiado do Livro do Tombo; mas não esclarece

a epocha da compra de cem braças de terras, e não posso encontrar documento que prove o tempo em que existia a Dona Rachel de Sousa, que vendeu as referidas cem braças de terras.

As irmandades de S. Benedito e de Nossa Senhora do Rosario tiveram ambas algumas casas, as quaes foram vendidas para com seu producto auxiliar a edificação da capella de Nossa Senhora do Rosario.

A do Santissimo Sacramento não possue patrimonio algum, constando, porém, ter sido a mais rica de todas as irmandades de Iguape, ao mesmo tempo, que ella existe desde a edificação da antiga egreja defronte á barra de Icapara. Encontrei um livro d'esta irmandade com os termos de entradas dos irmãos durante os annos 1774 a 1851 e as listas dos empregados eleitos cada anno durante este tempo. N'este livro ha assentos copiados de um mais velho, constando de trinta e uma pessoas que tinham entrado na irmandade anteriormente á abertura do mesmo livro, as quaes ainda eram vivas, como um tal Manuel Pereira de Faria que entrou em 1729 e falleceu em 1808.

Deducções em vista dos documentos e tradições

Nos primeiros annos da descoberta e exploração da costa do Brasil, havia naturalmente alguma confusão a respeito dos nomes dados ás localidades, onde os diversos navegantes aportaram, causada em parte pela difficuldade que houve de transmittir noticias d'uma nação a outra e em parte por causa dos erros nas observações astronomicas, naturaes d'aquella epocha, por causa dos instrumentos em uso; comtudo está provado que desde

as primeiras viagens um lugar chamado *Rio de Cananéa* era conhecido e demarcado nos mappas com uma approximação admiravel, enganando-se sómente os auctores em considerar um rio o que em verdade é um braço do mar.

Por causa de erros das coordenadas, não podemos considerar 23 ¼ gráos Sul a latitude exacta do lugar chamado *Rio dos Innocentes* por Vicente Ianez Pinzão e Juan de Solis, onde perderam sete castelhanos, e com o mesmo nome o lugar onde Diogo Garcia encontrou um bacharel portuguez que lhe forneceu mantimentos e um genro seu para servir de interprete; factos que fazem crer que o *Rio dos Innocentes* e *Rio de Cananéa* eram simplesmente differentes nomes dados a um só lugar pelos navegantes portuguezes e hespanhoes, que tinham visitado esta parte da costa do Brasil.

Ha bastante dúvida a respeito do nome do commandante da flotilha occupada em explorações no anno de 1502, não se sabe si era Christovão Jaques, Alonço de Hojeda ou Gonçalo Coelho; porém todos os auctores concordam em relatar o facto como tendo-se, por ordem d'este commandante, deixado em terra, em um porto fóra do Tropico de Capricornio, um bacharel desterrado, deixando-se de citar o nome d'este homem que tornou se tão importante á historia deste paiz, e que prestou tão relevantes serviços aos navegantes europeus, fornecendo-lhes os mantimentos precisos e facultando-lhes os meios de entreter relações amigaveis com os indigenas que habitavam este paiz.

No *Diario de Navegação*, escripto por Pero Lopes de Sousa, está demonstrado claramente que havia n'aquella epocha noticias mais ou menos exactas a respeito da posição e configuração da Ilha do Abrigo, que os navegantes chamavam Cananéa; como tambem de ter sido

deixado n'este lugar um bacharel desterrado. Diz Pero Lopes: «*Reconhecemos ser a ilha de Cananéa.*» Isto, antes dos navegantes darem fundo a seus navios n'este porto, prova positivamente a exactidão das informações que elles possuiam a respeito da topographia do lugar. Mais adiante elle diz: «*Veio Pedro Annes Piloto no bargantim e com elle veio Francisco Chaves e o bacharel*», parecendo por estas palavras que Martim Affonço e seus companheiros conheciam a existencia d'este bacharel ahi e que esperavam encontrar-se com elle.

Consta, por tradição em Iguape, que em tempos remotos um bacharel desterrado estabeleceu-se ao pé d'um pequeno monte situado em frente á barra de Icapara, sobre cujo monte elle levava dias inteiros assentado olhando para o lado do mar, até que chegaram mais alguns homens naufragos d'um bote, com os quaes elle formou o nucleo da antiga villa de Iguape.

Esta tradição não póde ser desprezada, visto as combinações que offerece com certos factos historicos, e ainda mais por causa do nome do dito monte que se póde verificar pelo documento n.º 17, o que prova que era conhecido pelo nome de Outeiro do Bacharel.

Tornando outra vez ao diario de Pero Lopes vê-se que elle diz: «*Por este rio arriba mandou Capitam J. hum bargantim; e a Pedro Annes Piloto.*»

Notando a configuração d'este braço do mar, que elles chamavam rio, parece natural concluir-se que a direcção seguida por esta embarcação fôsse ao lado de Iguape, d'onde voltou levando a bordo as pessoas citadas.

Em relação á morte dos oitenta homens que Martim Affonço deixou n'este porto com Francisco Chaves para irem procurar ouro e prata, a maior parte dos auctores declaram que estes homens foram mortos pelos

indigenas, proximo ao lugar onde hoje está situada a cidade de Curityba. Creio que, si nós pudessemos verificar com exactidão este facto, ficaria provado que o lugar onde se deram os assassinatos foi nas proximidades das minas de Ivuporanduba ou de Iporanga, ambas perto do rio Ribeira de Iguape. A configuração do terreno d'esta parte do littoral, combinando com a prova do lugar onde morava o bacharel, que parece ter vivido junto com Francisco Chaves e os outros castelhanos, formam certas bases em favor d'esta hypothese. É natural concluir-se que, durante os trinta annos em que o bacharel, e os vinte e tres annos em que os castelhanos ficaram n'este lugar, todos haviam tido relações as mais amigaveis com os indigenas, que conheciam perfeitamente as minas nas margens do rio Ribeira; além do que, ainda ha uma outra circumstancia em favor da minha supposição, que é a seguinte:—Entre as minas de ouro exploradas antigamente, como é facil provar por documentos, havia as de Ivuporanduba, Iporanga e Apiahy, e ao mesmo tempo existe entre Ivuporanduba e Iporanga grandes jazidas de *Galena Argentifera*, d'onde já foram tiradas, por vezes, amostras bastante ricas em prata, mineral que Francisco Chaves informou a Martim Affonço haver igualmente com o ouro. Além d'este facto ha outro, que é o nome d'um rio chamado dos *Mortos*, braço do rio dos Pilões, que fica proximo ás minas de Ivuporanduba; constando por tradição que o dito nome foi dado por causa de terem sido assassinados n'este lugar muitos homens brancos pelos indigenas.

Si o ponto da partida dos oitenta homens fôsse o Outeiro do Bacharel, ou outro qualquer lugar das margens do Mar-pequeno, tornava-se mais facil o conhecimento para os moradores d'ahi das minas de ouro de

este ponto; porém, em virtude dos que existem em Iguape, sou obrigado a reconhecer que o nome de villa era dado áquella que existia em frente da barra de Icapara e que em 1625 estava abandonada pelo povo.

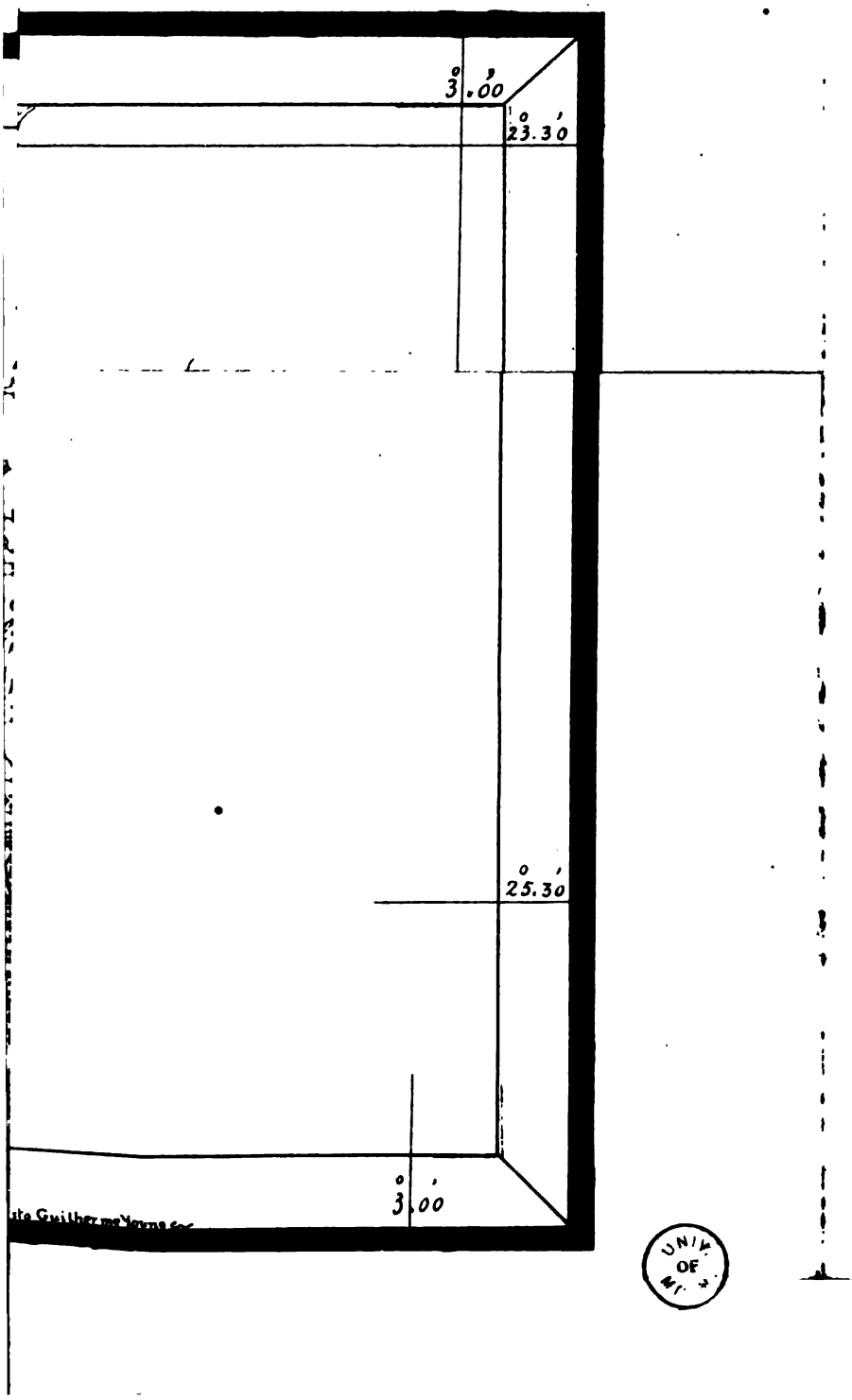
Pelo mappa das sesmarias, das immediações de Iguape, ver-se-ha á combinação que existe entre os documentos apresentados e a posição do local da antiga villa e Outeiro do Bacharel.

A unica differença encontrada é o rumo da divisa citada no documento n.º 17 entre Antonio Fernandes Serrão e Domingos de Barros, dizendo no traslado ser Nor'oeste; mas creio que é um engano, visto que a direcção das divisas hoje n'este mesmo lugar correm Nor'nor'oeste, igualmente com as que dividem os sitios situados no fundo d'este e que fazem frente ao rio Ribeira.

Encontrei grande numero de traslados de sesmarias, constando alguns d'elles de concessões de terras anteriormente ás citadas; porém, não tendo relação directamente com a posição da antiga ou nova villa de Iguape, não transcrevi os traslados nem marquei a posição das suas terras no mappa das sesmarias.

Conheço que ha bastante falta nos esclarecimentos a respeito das terras concedidas pelos antigos donatarios, principalmente sobre as suas divisas; podendo, porém, provar com mais certeza os rumos pelas escripturas de vendas das ditas terras feitas posteriormente, as quaes existem nos livros de notas no cartorio d'esta cidade.

Seria indesculpavel si deixasse de mencionar os serviços prestados pelo Sr. Francisco Firmino de Pontes Oliveira, tabellião desta comarca, que auxiliou-me com tão boa vontade na procura dos dados precisos, sem os quaes não podia ter apresentado este pequeno resumo.



UNIV. OF MI.

Não tratei de seguir o progresso d'esta localidade, mas simplesmente procurei salientar tanto quanto possivel o que diz respeito á sua fundação que infelizmente é tão desconhecida; mas creio que ninguem duvidará das noticias d'um Livro do Tombo, que remonta ao anno de 1577, como tambem de ter sido esta antiga povoação fundada pelo bacharel portuguez, desembarcado da frota que andava em explorações no mez de fevereiro de 1502, auxiliado pelos hespanhoes perdidos em 1508.

Iguape, 1895.

ERNESTO GUILHERME YOUNG.

NOTA

O mappa da zona do rio Ribeira organisei segundo os trabalhos de diversos engenheiros, e, ainda que em parte deficiente, creio que é o mais exacto que existe d'esta zona.

Alguns dos coordenados apresentados em certas obras parecem-me inexactos, especialmente o de Apiahy, que conforme o Dr. Ache fica a 24° 23' 26" de latitude Sul, como colloquei no referido mappa; mas, tendo assistido á exploração d'uma estrada de rodagem da ex-colonia de Cananéa a Iporanga, e mais tarde feito o reconhecimento do rio Ribeira, entre Iguape e a barra do rio Pardo, além de outros trabalhos semelhantes n'esta zona, parece-me que a dita villa de Apiahy deve ser mais ao Norte.

As posições de Iguape, Cananéa, Xiririca e outros pontos creio que estão bastante exactas para não fazer differença n'um mappa com escala egual a este.

Documento n.º 1

Ao Senh.r Ant.º Per.a Nunes
A q.em D.s G.de
em A Villa
de Nossa Sr.a das Neves, &.

Snr. afilhado.

Saberei estimar passe Vm.ce com m.ta saude q' hiso he o q' lhe desejo na Comp.a de toda sua casa, eu a logro bem pouca mas de todo o modo m.to procuro não faltar nas occasioens de Vm.ce no q' prestar. Aqui me derão o recado de Vm.ce de que fica sentidissimo não poder remediar lhe o ouro q' me manda pedir por não ter ouro de promto como lhe dirá la meu sobr.º Ant.º pr.a furtado q' p' aver de mandar o ouro apurado q' sempre a dias foi nesseçario, valer me do ditto de duas onças de ouro, porem inda assim se ouver melhor vindo por todo este mez o poderei fazer com o favor de Deus porque creio que o ouvidor geral sempre se detera por la e assim q' p' o tempo q' digo o poderei fazer com todo o gosto e Vm.ce mo tem meresida, e o que lhe pesso a Vm.ce avendo sua madrinha mister algûa cousa he não falta Vm.ce q' eu o satisfarei, tambem pesso me mande hû sento de peixe p.lo portador q' he o Capp.am Dom.s Dias, ou por meu sobrinho Ant.º Pr.a, tambem me mande dizer o custo do manto e saya, e sempre lhe rendo as graças de tantos favores, oferessendo me p.a todas as suas ocasioens, a q.em D.s G.de 26 de Outubro de 1635.

Padrinho de Vm.ce
que m.to caro e
P.º fr.a Lima.

Vais hesse barrilote mande me Vm.ce cheia de Aguardente que eu o satisfarei logo, &.

Documento n.º 2

Treslado de carta de Sesmaria antiga das terras na paragem chamada Mumuna passada ao Capitam Francisco de Pontes Vidal, lançada neste livro de notas a requerimento do Salvador Rodrigues Lima.

Vasquo da Motta Capitam Mor e Ouvidor com alçada nesta Capitania de Sam Vicente, na repartição da Condeça de Vimieiro, Donataria da dita Capitania por Sua Magestade e setra. Aos que o presente minha carta de datas de terras de sismaria virem, e o conhecimento della com direito pertencer, Faço a saber que a mim me fez petição O Capitam Francisco de Pontes Vidal dizendo em ella que elle hera morador na Villa de Nossa Senhora das Neves de Igoape, e que elle supplicante tinha servido a Sua Magestade com sua pessoa, Armas e fazenda a sua custa sem emté o presente ter recibido merce alguma de Sua Magestade, E por quanto elle supplicante não tinha terras em que lavrar e fazer seos mantimentos para delles pagar Dizimos a Deos Nosso Senhor e a decima a Condeça de Vimieiro, me pedia lhe fizese merce em nome da dita Condeça pelos poderes que della tenho de quatro Legoas de terras na paragem que chamam rio de Mumuna, matos de varjas e ojteiros de matos marinhos e desaproveitadas que estavão e comessarião na forma e maneira seguinte, comessando da data de Francisco Alvares Marinho, todas as cavesseiras asim de areyas, varjas, e esteiros, e asim mais meya legoa de terras comessando da mesma datta do dito Francisco Alvares, ficando o dito Rio de Mumuna de premeyo o que todo podia ser quatro Legoas pouco mais ou menos a saber duas legoas para elle supplicante e outras duas para seu Filho Francisco de Ponte Vidal o mosso com todas as madeiras, agoas,

pastos que nas ditas terras ouverem e as serventias necessarias e que provendo receberia merce, a qual petição sendo me apresentada e vista por mim pus na dita petição por meu despacho o Seguinte § Dou aos supplicantes as terras que em sua petição fazem menção na forma das sismarias não sendo dadas, e sendo correram atras ou diante. Conceypçào, oito de Dezembro de seis sentos e trinta e sette annos. o Capitam Mór Motta, por vertude do qual despacho e na conformidade della lhe mandei passar a presente carta pela qual, dou, e hey por por dado a dita terra na paragem ja nomeada ficando sempre o dito Rio de Mumuna de premeyo tanto de huma parte como de outra para elles supplicantes e para seos erdeiros acendentes e descendentes que apos elles vierem, forras e livres de toda a penção, somente o Dizimos a Deos Nosso Senhor, com todas as entradas e sahidas, e logradores, as que ao presente sejam, e pelo tempo em diante necessarias forem, as quaes terras de avas e esteiros lhe dou e faço merce d'ellas em nome da Condeça minha Senhora digo da Senhora Condeça de Vimieyro pelos poderes que da dita Senhora tenho e para que as goze lhe mandei passar a presente carta a qual vai por mim assignado e sellada com o sinete de minhas armas—em oito dias do mez de Dezembro Pedro Pires de bengos Escrivam das datas e sismarias a fes anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seis centos e trinta e sette annos eu o sobredito que o escrevy—*Vasco de Motta*—Valha sem sello ex causa—*Motta*.—Nada mais se contem em a dita carta de datas e sismarias antigas a qual eu Tabelião aqui bem e fielmente a tresladei da propria a que me reporto, com a qual esta conferi, e toda vai na verdade sem que leve cousa que duvida fassa, porque o ly corri comferi comsertei e asigney e entreguei ao Juiz Ordi-

nario Salvador Rodrigues Lima que ma entregou para lançar neste livro de notas que pela receber aqui comigo asinou nesta villa de Iguape ao primeiro dia do mez de Dezembro de mil e sete centos e oitenta e hum, Eu Jose Jacintho da Silva Rocha Tabellião que o escrevy e conferi e asigney.

Jose Jacintho da S.ª Rocha.

Documento n.º 3

(1655)

Diz Domingos Roiz Cunha q' por se acharem aqui pessoas de quaes p' bem da sua justica preciso dos seus depoimentos e he incerta d'assistencia d'ellas nesta villa quer que deponhão nos itens seguintes.

1.º Que elle sup.te tive uma sociedade com seu Irmão Antonio Roiz Cunha em huma lavra que comprarão com dez escravos do defunto Antonio Soares de Azevedo em cuja trabalhava serviço braçal e ao mesmo tempo feitorisando os escravos todo por tempo de hum anno.

2.º Que o dito seu Irmão Antonio Roiz Cunha andava o mais do tempo fora da lavra ficando so o sup.te nella e so na apuração das catas lavando ouro e como caixa o distribuhia.

3.º Que elle sup.te achando-se nas lavras de upuranga anno e mejo em todo este tempo andava em cobrança do dito seu Irmão fazendo os gastos e da custa e em tres viagens que fizera as minas do Piahy a huma cobranço de Capp.am Mór Fran.co Alves Marinho sem o dito seu Irmão lhe desse desgostos.

4.º Que elle sup.te trabalhando nas lavras de Serocabas por perssuasão do dito seu Irmão e de Deonisio d'Oliveira o qual se empenhou a seduzillo p.a vir p.a esta villa afim de conseguir a sociedade em que lhe mandara fallar.

Mandando vir fazendo do Rio para o Sup.te negociar com ella com efeito viher a dita.

5.º Que desertando o Sup.te das lavras de vupuranduba d'onde se achava minerando estivera nesta villa lutando hum anno e o cabo delle faltando lhe ao ajuste se deliberou o Sup.te a tornar p.a as ditas lavras de vupuranduba.

Aprez.te suas Testim.as citada p.e p.a ver jurar
F. B. Ruiz

P. a Vm.ce seja servido admitillos a justificar os ditos itens pella testimunhas a margem referida e que fique em segredo de Justiça p' seu..... .....sitado p.a ver jurar testimunhas e o d.º seo Irmão.

E. R. M.

Testimunhas,
Dionisio d'Oliveira.
Carlos Manoel Per.a

Documento n.º 4

Treslado da Certidão que os offisiaes da Camara Pasaram ao Capp.am Bernardo Roiz bueno que Deos aja na era de mil e seis sentos e sesenta annos.

Bernardo Roiz Bueno morador nesta Villa de nossa Senhora das neves de Iguape q' a elle p' justificaçam sua lhe he nesesario que Vms. lhe mandam paçar certidão de como Sauom que seu ABó Ant.º de Barsellos

foi dos primeiros pouadores desta V.ª e a sustentou e outro Sii Seu Sogro fran.co Alueres Marinho como pouoador tambem foi o que mudou a uilla donde estaua de primeiro por não ser desente e o fez e a sustentou a custa de sua fazenda e deu sitio aonde oie está e nella sempre seruiou os cargos de Capp.am e de Juiz e Breador e por ser ia velho e não poder seruir por força deu a dito Cappitania a hum genro seu em falta do dito entrara na dita cappitania elle Sr. Bernardo Roiz bueno seruindo tambem os Cargos da Republica por uezes e sempre fora sulicito no seruiço de Sua Mag.de e bem quisto de todo o pouo por tanto pede a Vms. lhe mandar passar certidão e o que na uerdade pede pera mais tarde sua iustificaçam esta e bem merece Merce. Certidão da Camara os Juizes e Breadores e Procuradores do conselho abaixo asinados nesta villa de nossa Senhora das neves de Iguape. Certificamos em como he uerdade tudo o que o Capp.am Bernardo Roiz bueno dis em sua petiçam que seu abó Ant.o de barselos foi dos primeiros pouoadores desta villa e a sustentou e outro si Seu Sogro fran.co alures marinho com pouoador tambem foi o que mudou a Villa de onde estaua de primeiro por não ser desente e aumentou a custa de sua fazenda e deu o sitio a onde oie está e nella seruio os cargos de cappitam e de juiz e Briador e por ser ia uelho e não poder seruir pasou a dita cappitania a hum genoro seu e por falta do d.to entrara elle d.to Bernardo Roiz bueno na dita cappitania seruindolas bem os cargos da Republica por ueses e sempre fora mui sulusito ao serviço de Sua Mag.de e bem quisto de todo o pouo e he merecedor que Sua Mag.de lhe faça merces, heisto certificamos que he uerdade pelo iuramento de nossos offisios feita em camara aos vinte dias do mez de dezembro de mil e seis sentos e sesenta annos eu manoel mrz de fonte escriuão da

camara desta Villa que o escreui — *Belchor França* — *Inosensio de veras* — *fran.co guedes* — *fran.co Cordeiro de Resendes* — *Pascoal peres.*

Documento n.º 5

Treslado d'uma carta de S. Mag.de

Manoel Roiz d'Oliveiro. Eu o principe vos enuio saudar pello papel incluso, intendereis o que aqui me Representou pessoa zelosa de meu seruiço portanto em beneficio de minha fazenda E augmento dos meus Vassallos me pareceu ordenaruos como faço aos Capitais E camaras das capitanias de São Vicente, São Paulo, Tinhaem, Paranaguaj e Pernaiba que uendo todas as mesmas propostas conuindo os Povos assentem o melhor modo que parecer para da fabrica de ouro de lauagam se continue e ua em agmento dispondo uos e aos Capitais e camaras Este negocio de maneira q' tenha que uos agradecer e a elles elegendo pessó de satisfacão para que administre negosios de tanto importancia do que tereis Respeito para lhe mandar fazer merce que ouuir por bem ouuindo uos nelle as pessoas referidas com cujo interuenção se entende se podera conseguir melhor este emtabolamento e de que nisto obrardes me dareis conta com todo a meudeza e se procurando mina de beta se podera descobrir e o q' para este effeito será nesesario quando asy suceda e fio de uosso zelo que neste particular ponhaes tudo o cuidado. escripto em LisBoa a 14 de Abril de 673.

Duque Signal Real.

Principe

Treslado do papel emcluzo nesta carta em ordem. Em despusisão do intabolamento das minas Em todas estas Villas nas cartas nomiadas.

Pelas noticias q' ha nas Cappitanias de São Vicente, São Paulo, Tinhaem, Parnagua e Pernaiba do districto do Rio de Janeiro q' em todas ha ouro de lauagem entre os mais metaes q' nellas mostrou a experiencia hauer nos annos passados em q' forem administradores Dom Francisco de Souza, Saluador Corrêa de Sa ou seu filho Martim Correa de Sa e seu neto Salvador Corrêa de Sa e Benevides e com..... deste ultimo se perdemos de todo a assistencia dos moradores nas mesmas minas de lauagem, deve S. A. ser seruido ordenar aos cappitais mores camaras e moradores daquellas cappitanias assistão com seus Indios e os que ouuerem nas aldeas de S. A. para que continuem por seu turno o beneficio das ditas minas nomeando pessoa q' os administre e se obriguem a pagar cada Indio seu salario na forma do estillo dando lhe ferramento e o mais q' pera o dito beneficio for nesesario para andarem nas ditas minas na forma q' os Cappitais mores Camaras e Pouo asentarem para que ia continuo este seruiço todo o anno mandando escreuer ao Prouedor da fazenda do Rio de Janeiro como administrador q' he das minas e aos Cappitais mores e camaras das ditas villas o ajustem como melhor pareser e se asentar Repartindo as ditas camaras os Indios e os administradores dos das Aldeas de S. A. aquelles nesesarios para este beneficio q' se encarregara a pessoa q' as camaras elegerem e que tenha cabadaes pera poder fazer esta despeza pagando-se-lhe do rendimento das ditas minas e por esta asistencia lhe fara S. A. merce para o que auiarão o Prouedor da fazenda Cappitais mores e camaras o que nisto se obra para se lhes agradecer e q' neste

negocio ouuirão tão bem ao Procurador Manoel Roiz de Oliveiro com cujo interuenção se podera pôr neste negosio na melhor uia q' parecer o q' S. A. deue mandar obrar com toda a breuidade depois redunta em beneficio dos Vassallos e Rendimento da fazenda Real e tratando os moradores das lauouras e jornada so do sertão perde a fazenda Real o lucro dos quintos q' ao presente não rendem quazi nada e por esta causa combem tornar-se a entabolar a dita lauagem.

TRASLADO DE OUTRA CARTA DE S. MAG.DE

Manoel Roiz d'Oliveiro Eu o Principe vos enuio Saudar Recebeuçe a uossa carta de 7 de Junho pasado deste anno porque me dais conta das 629 oitavas de ouro que Remettestes a thome dessousa Corrêa Prouedor de minha fazenda do Rio de Janeiro e pareçerme agardeseruos o zelo de meu seruiço com que obrastes em uossa obrigação encommendandouos que uades continuando nelle na juridição que uos toca dandome conta do que fordes obrando e do que esta a uosso cargo escrita Em Lisboa a 10 de de dezembro de 677. Sinal Real eu Miguel fr. escriuão da camara tresladei todas estas cartas bem e fielmente da propria maneira q' esta no originais.

Documento n.º 6

Diz Antonio Teixeira que elle comprou o contiudo no rol incluzo pera a ofisina das minas da Cananea por mandado do provedor delas Manoel da Costa e de vm

e p' que tem remetida as d.tas couxas p' a d.ta oficina, e o comprou a sua custa.

P. A. V. M. Mande pasar mandado p' que o dito Provedor Manoel da costa lhe mande fazer pagamento de trinta coatro mil e coatro sentos Reiz que tantos despendiu. E. R. M.

Passe man.do como pede Rio 26 de Agosto de 1677. *Souza.*

Thome de Souza Corrêa Provedor e contador da Fazenda real nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro e nella iuis da alfandega, direitos Reaes, e meias annexas. Administrador geral das minas da repart.ção do Sul por sua Alteza etc. Mando ao provedor Manoel da Costa que sendo lhe este aprezentado, indo por mim assignado, faça pagamento ao supp.te Antonio Teix.a dos trinta coatro mil e coatro sentos reis das cousas que comprou para as minas, contheudas no Rol junto que tem remetida, e com quitação sua feita pelo escrevão de seu cargo ou do Thez.ro Geral, levados em conta nas que der de seu recibim.to cumprão no assim, cobro quitação, dado neste dia Cidade do Rio de Jan.ro aos vinte e sete dias do mez de Agosto de mil e seis centos e setenta e sete annos e eu Francisco de Costa Mouro escrivão da Fazenda Real o escrevi.

Thome de Sousa Corrêa.

Aos trinta dias do mez de Dezembro de mil e seis sentos e setenta e sete Annos nessa Uilla de nossa S.ra das neves de iguape aprezentou Este mandado M.el te-

xera Como procurador do seu pai Ant.º texera na casa da ofisina junto o prouedor com o tizoureiro o qual por uertude do dito mandado uindo assinado pelo Srõ adiministrador geral thome de sousa curêa mandou o prouedor M.el da costa Entregar os corenta e tres oitaua de ouro que Em porto ua o dro a dois cruzado siginido a ordem Em tudo do dito Srõ de que fiz este termo onde asinou o dito M.el texera. Eu Ignacio Martins Escrivão da ofisina que o escrevi.

M.el Teix.a

Documento n.º 7

Ordeno e mando ao Capp.am Bento Corrêa de Souza Coutinho que naquelles portos onde vir que ha nesesario levantar colegir ofissinas para melhor arecadação e conveniencia dos quintos Reaiz faz a levantar ponde lhe oficiaes até me fazer avizo o a quem meu logar seruir para prouer em quem melhor cumprir. Rio de Jan.º 3 de Junho de mil e seis sentos e oitenta e tres.

Thome de Souza Corrêa.

Documento n.º 8

Pedro de Souza pereyra fidalguo da casa de sua Mag.de prouedor e contador da Sua Real fazenda nesta cidade de Sam Sebastião de Rio de Janeyro e nelle juiz d'alfandegua direitos reaes e meay annexos administrador geral das Minas do Repartição do Sul ett.c

fasso saber o prouedor das Minas da Villa de Iguape e cananeya Manoel da Costa que o principe Nosso Senhor fez seruir da escrever me por carta do que o traslado he o seguinte Prouedor da minha fazenda no Rio de Janeyro Eu o principe nos emvio saudar hauendo mandado nos o que me escreveste em carta de oyto de julho e seis sentos e settenta e seis sobre as differencias que tines tey com o ouvidor geral que foi dessa capitania Pedro de Unhão Castel Branco em rasão do descobrimento das minas da jurydição da dita capetania E o modo com que uos auer deuer com os ofeciaes dos quintos de ouro que lograuão os preuelegios dos da prata sendo jurydição distincta de que Resultaua grandes descaminhos a minha faz.da me pareceu ordenar uos que d'aquj em deante ponhaes em arecadação os quintos de ouro como a administrador das ditas minas conservando os oficiaes dellas principalmente os de Pernagua e Iguape por ordem minha E no prazo do que.....
oficiaes não disporeis couza al..... .....
han de asistia a dom Rodrigues.....
tinha ordenado de são.....
deligentia tocante ao des.....
a prata para se averiguarem e depois disto se tratar o que for mais acertado sobre os oficiaes dos quintos de ouro na pernagua que sam os mesmos q' derão conta das minas de prata por ser conveniente que se conseruem nos oficios que com para este effeito escrivi em S. of.º a cinco de junho e seis sentos e settenta e seis *Principe; «o Conde de Val de Reis»*, «*P*». Para o prouedor da fazenda do Rio de Janeiro, etc. Ordeno a dita carta dada a mandy registrar — etc — Registou no livro do Registros das prouisams a folhas huma para a dar a sua deuida execucam E em seu comprimento mandy paçar o presente como treslada d'ella pla qual

ordeno e mande o dito prouedor das minas de uguape e cananeya ou quem seu cargos seruem que tanto que este lhe for aprezentado a mande Registrar nos livros da sua prouidoria e nos mais onde nesesario for pera asim ser notorio e dar a elle comprimento pondo em boa arecadagem os quintos de ouro não os diuirtindo d'aqui em deante pera outra couza alguma e somente os entregarão asim os quintos de ouro que estiuer em ser como aqui em diente Render as ditas Minas a Dom Rodrigues de Castello Branco fidalgo da casa de Sua Alteza Prouedor e administrador geral das minas de ouro e prata que uay a descobrir na forma das ordens q' dar o dito Senhor e que todo que se auer guar- ..... Pedimentos emformar e mais papeis de ..... do Regimento do dito adminis- ..... despeza de pesoa o que tocam ..... prouedor e para conseruar os oficiaes das ditas minas nos cargos que cada hum tem e nos poruilegios e liberdades que atei gozo e gozarão a fim e da maneyra que o dito Senhor manda em a dita sua carta nesta expencia e de tudo me fara a auizas com toda a distinção e clareza para asim o fazer presente a Sua Alteza que Deus guarda.

O que asim cumprirão o dito prouedor e mais oficiaes como neste se contem dado e paçado nesta dita cidade do Rio de Jan.ro sob meu sinal somente os doze dias do mez de novembro de mil seis sentos e setenta e oyto annos. Francisco de Costa Moura escriuão da fazenda Real o sobrescrevy -- *Pedro de Souza Pereyra* — Mandado por que Vm. ha por bem ao Prouedor das minas de uguape e cananeya entregue o ouro dos quintos que rendes e for rendendo A Dom Rodrigues de Castello Branco E por outro si faça conservar os oficiaes dellas com athe gora por uertude de hûa carta da sua

Alteza que uas nesta enveluca — P.ª V. M. ver— Registrado no livro desta Poruidoria das prouisoens a folha 8 — Rio de Jan.ro doze de novembro de 678 — *Francisco da Costa Moura*—Registrada no livro dos Registros desta camara por mim escrivão a folha 2 e verso em 22 de Marsso 679 — *Luiz ferão Castel Branco*— Registrado no livro dos Registros desta Villa por mim escrivão as folhas 20 athe 22. em..... de Junho de 1679.

Heronymo d'Araujo.

Documento n.º 9

Sendo recebido a Circular copiada a folhas 66 e seguintes deste livro e dando cumprim.to a mesma, pareceo a proposito transcrever aqui a Resposta e Informação que diz em consequencia da d.ª ordem, para em todo o tempo constar, a qual he o seguinte:

COPIA

Informação circumstanciada da Freguezia da Villa de Iguape, relativamente a sua Fundação, alteraçõens, estado actual, extensão, limites e População; Ao estado de sua Matriz, seo Orago, Fabrica, Irmandades, Vazos sagrados, Alfaias, Paramentos, Congrua, e rendimento da Estola, com as indicaçõens da suas precições, reformas e melhoramentos.

1.º

Esta Freguezia da Senhora das Neves da Villa de Iguape, parece ser tão antiga como a mesma villa, não consta, nem do Archivo da Camara, nem de outros

papeis publicos qual tinha tida precisamente a Epoca da sua fundação, apenas pelo Livro do Tombo da Igreja, que remonta ao anno de 1577 se collige, que subsiste ha 247 annos. Tãobem não consta que fosse desmembrada de algûa outra Freguezia, nem quaes fossem seus fundadores, ou primeiros povoadores, e nem em que tempo, ou por quem fosse elevada a cathegoria de Villa. Suppoem-se que fosse descoberta e povoada por gente de São Vicente. O que sabe-se de certo he que a primeira Villa foi fundada junto a Barra, d'onde se mudou ha 200 annos para o logar onde hoje existe. Esta situada esta Villa legoa e meio distante d'aquella Barra na latitude Austral de 24 gráos e 43 minutos, e 330 gráos e 30 minutos longitude pelo meridiano de Ferro, em hum Isthmo ou Peninsula, formada pelo caudaloso rio denominado—Ribeira de Iguape —pelo Mar e por hum braço ou canal chamado—Mar pequeno—que se estende ate a Barra de Cananea.

2.º (em parte)

Confina ao Norte com a Villa de Conceição de Itanhaen, á Leste com o Oceano, ao Sul com a Villa de Cananêa, ao Sud'oeste com a Freguezia de Xiririca, ao Oeste e Nord'oeste com os Sertõens, que confinão com os Districtos das Villas de Itapetininga e Serocaba. He dividida da Villa da Conceição de Itanhaen pela Barra do Rio—Yuna—que desagua no Oceano; da Villa de Cananêa pelo logar chamado—Entre ambos as aguas—segundo o Livro do Tombo, ou pelo rio Subauma, como vulgarmente se diz; da Freguezia de Xiririca pela foz do Rio—Juquia—que desagua na Ribeira, ou por hum penedo sito na mesma Ribeira, logo abaixo da mencionada foz do Juquia; e das Villas de Itapetininga e Serocaba por mátos e sertõens dispovoados.

O termo desta Freguezia com a da Villa da Conceição de Itanhaen foi antigamente a Barra do Rio Yuna, mas concordando entre si o Padre Antonio Ribeiro, Vigario desta, e o Padre Diogo Rodrigues de São José, Vigario da Conceição, por ordem do Excellentissimo e Reverendissimo Bispo desta Dioseze Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, estabelecerão em 1748 por termo dividente entre as duas Freguezias o Cúme ou espigão do monte denominado—Jurêa—perdendo esta mais de seis legoas de terreno. Porem tendo o Governo da Provincia ordenado em 1817 ao Capitão Mor Commandante desta Villa, que reconhecesse aquelle terreno por Districto, e mandando outrosim o Excellentissimo e Reverendissimo Dom Matheus de Abreu Pereira em 1818 que ficasse por termo entre as duas Freguezias a mencionada Barra de Yuna, esta recuperou o seu antigo limite, ficando pela antiga demarcação, isto he, pela Barra de Yuna.

3.º

O Termo desta Freguezia comprehende diversos Bairros, todos mais ou menos povoados, exceptuando-se as 6 legoas ao Norte na costa do Mar confinando com o Districto da Conceição. Comprehende toda a Freguezia pelo Rol de Desobriga de 1824, 910 fogos com 3974 Pessoas, de Confessão a saber, 2791 Brancos e libertos entre maiores incluindo ja neste numero 1246 homens e 1545 mulheres; 1183 Escravos entre maiores e menores, incluindo-se neste numero 692 homens e 491 mulheres, os quaes todo fazem a Somma de 3974 q' satisfacem aos preceitos. Porem a população toda entre todos os sexos, idades, estados e condiçõens monta a 5573 pessoas como se vê melhor dos Mappas incluzos.

4.º (Em parte)

A Matriz desta villa, edificada ha 200 annos, antiquissima na sua duração, forma e architectura, se acha muita arruinada, e se conserva ainda á custa de botareos, e continuados reparos. O seu Orago he a Virgem Mai de Deos, com a Invocação das Neves, conservada desde sua antiguidade. A milagrosa Imagem do Senhor Bom Jesus, achada na Praia de Yuna junto ao Rio Pussauna, em 1647 collocada nesta Matriz, faz o seu maior ornato, assim como a alegria e consolação dos seus Habitantes, e dos devotos Romeiros. He de hûa so Nave, e alem do Altar maior, onde está a Padroeira, tem mais dois Altares lateraes, todos formoseados com suas competentes Imagens, e estas com suas coroas, resplendores ou Diademas de prata. O sacrario onde sempre se conserva o Sanctissimo Sacramento, está no Altar lateral do lado do Evangelho, que he o do Senhor Bom Jesus. He muito pobre de Alfaias e Ornamentos, Os que tem são os seguintes: ..... etc., etc.

A Fabrica desta Matriz he muito pobre. Não se pode fazer um calculo exacto do seu rendimento. Recebe da Fazenda Imperial e Nacional da Provincia 5$000 chamados—Ordinaria—isto he, quando se paga a Congrua ao Parocho. Tem de cada sepultura acima das grades 4$000 que rarissimas vezes acontece perceber; porque os que morrem em circumstancias de serem nellas sepultadas, tem sepultura das suas Irmandades, e aos pobres he penozo pagalas do que resulta não ter quazi lucro algum destas sepulturas.

Tem de cada hûa das sepulturas abaixo das grades para os adultos 640 rs., para os menores 320 rs. e destes enterros tem 320 rs. da Cruz, e da Tumba quando he occupado 800 rs. Dos que se enterrão no Adro nada

recebe. Todo o seu rendimento annual poderá andar por 50$000 mais ou menos. Delles se fazem as despezas de toalhas, e ornamentos para o Altar mor, corporaes, veos para os Calixes, Alvas, e mais ornamentos cotidianos, as despezas com os Sanctos Oleos, Missas, Livros da Igreja, concertos e reparos da mesma, e d'elles se paga a lavagem e engomadeira da roupa, e ao Sachristão 12$000 por anno. São tantas as necessidades que de ordinario anda a receita pela despeza, e alguas vezes fica alcançada. He administrada por hum Fabriqueiro que nem sempre he zelozo, e nem mesmo pode bem fiscalizar; por isso que nenhum lucro tem, e nenhum privilegio; este he nomeado pelo corregedor da comarca, o qual toma tãobem as contas na occasião da Correição

Ha nesta Villa as Irmandades seguintes: A do Sanctissimo Sacramento, a da Padroeira, a do Senhor Bom Jesus, a das Almas, a da Senhora do Rosario dos mulatos e pretos e a do São Benedicto dos mesmos. A do Sanctissimo Sacramento, a das Almas, e a da Senhora do Rosario têm compromisso approvado pelo Ordinario. A da Padroeira não tem compromisso, nem forma de Irmandade; contemplão-se Irmãons todos os brancos aqui cazados, os quaes devem pagar de annuaes 160 rs. mas que a maior parte não paga; por cujo motivo he tão pobre esta Irmandade, que o seu rendimento não chega para pagar o Parocho hûa Capella de Missas que diz nos sabbados do anno, e ao mestre da Capella por tocar orgão na occasião das mesmas. A chamada Irmandade do Senhor Bom Jesus não he propriamente Irmandade. Elegem-se a votos os Officiaes e Doze Irmãos de Meza, que são os zeladores das Alfaias, dinheiros, esmolas, e do mais que se diz respeito.

Todas estas Irmandades são pobres e tem o seu

patrimonio na piedade dos fieis. Todo o seu rendimento he proveniente dos annuaes dos Irmãons e do limitadissimo aluguel de alguas cazas, isto he, as que tem, o qual se dispende nas Festividades proprias, e no ornato dos seus Altares e Imagens. A do Senhor Bom Jesus tem quatro propriedades de cazas e recebe annualmente alguas esmolas, o que todo tem sido applicado para a obra da Nova Matriz, que se está erigindo. Quanto o seu Capital, este foi remettido para a Caixa dos Descontos da Cidade de São Paulo, e se faz muito precizo que este dinheiro seja entregue, para ser empregado na mencionada obra da nova Matriz, attenta a necessidade. A Irmandade da Senhora do Rosario tem duas propriedades de cazas e a de São Benedicto tem hûa; mas todas estas cazas são terreas, pequenas e velhas. Os corregedores tomão conta das Irmandades. Não ha Capellas nesta Villa, nem mesmo no seu circuito. Deo-se principio ha quazi quarenta annos, a levantar-se hûa nova Matriz, maior que a antiga, e mais magestoza, em razão da decadencia e ruinas que ameaça; esta obra tão necessaria parou logo no seu começo, tendo-se tirado ápenas parte dos alicerces; porem novos esforços e diligencias de alguns devotos fizerão com que em Agosto de 1822 tornou-se a principiar e presentemente se acha com parte das paredes lateraes e da Capella mor levantadas á pouca altura, e com a maior parte da cantaria lavrada. Não sendo porem bastante o dinheiro do Senhor Bom Jesus, as esmolas e donativos e o serviço dos Parochianos para o andamento e conclusão da obra, esta pouca se adianta e está em circumstancias de párar outra vez, não sem grande pezar de ver-mos frustrados nossos esforços e dezejos e a cooperação e fadigas, com que em particular me tenho prestado. A Cadêa publica desta Villa he ainda um

obstaculo á continuação da obra. Velha, pequena, fêa, indecente, immunda, quando se tratou de edificar a nova Matriz, assentou-se em deitar abaixo este pardieiro, e faze-la nova em outro logar; mas, ápezar disto, e dos reiterados provimentos e ordens positivas dos Corregedores, he tal o desleixo, e criminosa ommissão dos empregados em camara que até o presente se não tem dado o primeiro passo á este fim. Em attenção pois as circumstancias, em que estamos a respeito de Matriz, he de esperar com razão que Sua Magestade Imperial haja por bem mandar assistir por algûa das Repartições das Rendas da Provincia, com algum subsidio para a factura da nova que temos principiada ou ao menos para a Capella mor, como parece de justiça e ha exemplos.

Alem disto pretendemos de Sua Magestade Imperial, a confirmação de hûa contribuição voluntaria por nove annos em quanto dura a obra, nos generos de exportação, á que se obrigarão por termo assignado, a maior parte dos Negociantes e Lavradores deste Districto, cujo Requerimento com os competentes documentos ja levamos a Augusta Presença da Sua Magestade Imperial, e tem sido informado pela Camara desta Villa, pelo corregedor da Comarca e pelo Governo da Provincia.

A Irmandade da Senhora do Rosario tãobem deo principio a levantar hûa Capella propria á dispendio do seu limitadissimo capital, e de algûas esmolas, esta apenas se acha com parte dos alicerces tirados, e com vagar chegará o seu fim, attenta sua pobreza.

Somente no Bairro da Praia da Jurêa, 5 legoas distante desta Villa se acha hûa pequena Ermida da Senhora da Guadalupe, sem patrimonio, apenas com hûa pequena porção de terras, de que não tira lucro algum, sem Alfaias nem ornamento. Ali se diz Missa algûas

vezes por occasião de administrar Sacramentos aos infermos, ou quando algum Devoto quer. A que primeiro existio n'aquelle mesmo logar era de madeira, e por isso durando pouco, se fez outra, á custa de esmolas, de pedra e cal. No seu Adro, bem que não seja bento para semeterio, se tem enterrado alguns corpos, dos que morrem em occasião de dificil recurso á Parochia, ou por não quererem esses remissos trazer para ella os seus defunctos, a fim de subtrahir-se a pagar os emolumentos Parochiaes, cujo abuzo não tem sido possivel obstar. Por cujo motivo proponho mandar-se fazer ali hum semeterio.

5 de Setembro de 1825.

Padre João Chrysostemo d'Oliveiro Salgado Bueno.

Documento n.º 10

(Trechos da)

Narração do que se pode descubrir memoravel desde os principios desta Villa ate o presente anno de 1787 conforme a ordem de Sua Magestade q' Deus goarda.

A Raynha Nossa Senhora que Deus Goarda, por carta de suas Reaes ordens ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco da Cunha e Menezes, Governador e Capitam General da Capitania de São Paulo feito ao vinte de julho de 1782, determina que pelos Ouvidores de todas as Comarcas dessa mesma Capitania fassa impreterivelmente observar em as Camaras de suas respectivas Villas o arbitro por elle determinado, sobre as memorias annuaes que manda se lavrem em

livros competentes, declarando-se n'elles os novos estabelecimentos, feitos, cazos mais notaveis e dignos de Historia, que tiverem sucedido e forem sucedendo. Para bem cumprir o que devo em razam do meu cargo era necessario examinar o Cartorio desta Villa, porque so d'elle se podia bem conhecer a Fundação d'ella, mas como dos primeiros feitos já não ha memoria pela extincção do antigo que mandou queimar o Corregedor Pedro do Hunhão Castello Branco, vista a destruição em que se achou todos os seus papeis. Resta consultar os que existem de maior idade para saber delles todo o que pode ser util a esta narração. A noticia que elles dão adqueridos des seus antepassados he que a primeira situação desta Villa foi em um lugar que se acha fronteira a Barra desta, onde vi seos poucos abitadores, não podendo ter comodo susistencia, mudarem a sua habitação para o interior, mais acima da mesma Barra, distancia de huma legoa, e ahi firmarão o seu novo estabelecimento em hum terreno aprezivel junto ao Mar Pequeno e mais vizinha á Ribeira, um dos Rios mais formosos desta Capitania, cuja fertilidade e abundancia de producõens seria sem duvida a cauza da sua transmigração. Aqui mais comodamente estabelecidos ficarão e premanecendo comessando a Villa que existe hoje, fundado no sobredito citio, Lugar que para isto deo Francisco Alvares Marinho, hum dos primeiros povoadores, com Antonio de Barcellos, como se descobrio no traslado de huma certidão que os officiaes da Camara passarão ao Capitam Bernardo Rodrigues Bueno no era de mil e seis centos e sesenta, não constando ja mais, nem por noticia, nem por documento algum que fue o legitimo fundador desta Villa, nem tão pouco o tempo da sua criação no seu primeiro Citio. Ao menos pelo Livro do Tombo desta Freguezia podia tomar-se algum

conhecimento d'elle, mas nem d'ahy se pode colher couza alguma a respeito dos seus principios, porquanto senda a edificação desta Igreja tantos annos, não se acha esse Livro entre os mais antigos, talvez por ser comprendido no incendio que antigamente houve na caza do Reverendo Antonio Carvalho d'Oliveiro, Vigario desta Villa e tambem da Vara no tempo em que foi comarca eclesiastica. Apenas se acha hum que foi feito e rubricado em o anno de 1747 pelo Reverendo Vigario Collado desta Villa Antonio Ribeiro, com ordem que para isso teve do Excellentissimo e Reverendissimo Snr. Dom Bernardo Rodriguez Nogueira, primeiro Bispo desta Dioceze.

Emtão procurando o dito Reverendo Vigario Antonio Ribeiro, os principios desta Villa apenas soube por ditos dos mais antigos que ella existir a cento e setenta onnos, pouco mais ou menos, aos quaes ajuntado os quarenta que passarão desde a fatura do dito livro até o presente, julgaie que a sua existencia andara por duzentos e dez annos.

Esta fundação como costumão ser todas humildes por seus principios teria logo aumentado se os moradores tivessem meio para adquerir fruto grande nas suas diligencias; porem como não podião sahir da pobreza com que principiarão, muitos annos se conservou esta Villa em abatimento sem poder ja mais aumentar-se nos edificios, porque quazi todos erão cubertos de palhas como se alcançou. Isto he o que consta a respeito da sua qualidade, quanto a extensão do seu plano pelos domicilios, era tam pequena, que tendo o Capitam Mor e Ouvidor Luiz Lopes de Carvalho ordem do Conde Donatario para aumentar as Villas desta Capitania, que era então de São Vicente, por hum edital que fez publico aos quatro de Agosto de 1679, determinou aos

moradores desta que vistas as poucas moradas que havião nella, foce cada hum obrigada dentro de hum anno a fazer a sua, tendo de cem mil reis de bens para sima, sub pena de dez cruzados, como bem consta de hum livro que servio de Registro em a Camara deste tempo.

Tal foi o estado em que se achava esta Villa quando sucedeu o Aparecimento da Milagroza Imagem do Senhor Bom Jesus, dadiva preciosa do Céo, penhor o mais rico de toda a terra e a unica riqueza que está pessuhindo esta mesma Villa, desde o anno de mil e seiscentos e quarenta e sete, tempo em que o Senhor foi servido entrar nella para enriquecer os seus pobres habitantes, fazendo-se achar por elles no lugar mais deserto de toda esta costa, como quem mostrava que elle só queria estar ondé os homens vivião debaixo da humilde palha. Com effeito, não se pode julgar que foi mero acaso a vindo desta Santa Imagem. E sendo que as circumstancias della pela que tinhão de prodigiosas erão dignas de immortal memoria. Mas ja estarião de todo no esquecimento se o Reverendo Christovão da Costa e o Liveira, Vigario da Vara da Comarca de Paranagua, então visitador das Villas do Sul pelo Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Dom Frei Antonio de Guadalupe, Bispo do Rio de Janeiro, não deixasse como deixou em o anno de mil sete centos e trinta, huma autentica narração de todas as que pode adquerir dos homeins mais antigos para perpetuar aqui a memoria de tam maravilhosa aparecimento.

Esta foi sem duvida a causa que tive esta Villa para seu aumento, porque sendo tam baixa e humilde no seu principio, como fica dito, comesou a crescer de tal sortte que achando-se ja occupadas as cituaçõens nas vizinhas dos seus limites, foi-se o povo estendendo pela Ribeira

sima, Rio navegavel ate quinze dias de viagem sem embaraço consideravel.

Emtam comessaram a descubrir-se as Minas de ouro, por aquellas partes, cuja extração foi permittida pela Sua Magestade, porque ainda hoje se conserva aqui com as Armas Reaes a casa que emtam servia para a fundição d'elle, durando este ate o descubrimento das Minas geraes em o anno de mil e seis centos e noventa e sete, porque quasi todos os Mineiros se auzentarão d'aqui para as ditas minas.

Outras revoluçoens tem havido nesta Villa, como aumento de cazas, fundaçoens de estaleiros, estabelecimento de Paradas, Levas de gente para Real serviço, Novos empostos por ordem dos Soberanos e outras cousas que ordinariamente se movem com a sucessam dos tempos; porem eu mo não as julgo notaveis e com circumstancias dignas de particular memoria, parecendome superflua a individuação d'ellas, tenho por bem omitillas, assim como deixo de referir, que seria de grande entidade individuar sinão parecesse aposcrypla e tam fabuloza a noticia que neste povo corre, deixada pelas antepassados de duas serpentes que tinhão sua morada em hum Monte vizinho a esta Villa, das quaes dizem que huma fora morta pelos moradores com huma Pessa que para esse fim formarão de páu chapeado de ferro; e que outra fugira voando para os sertoens incultos da Ribeira, ficando porisso o lugar do sobre dito Monte a denominação de Boycoara, que que dizer buraco de cobra. Eis aqui o que me foi possivel achar para referir. Se algum memoravel sucesso fica por se dizer, erro foi da ignorancia, ou da inerzia que assim o deixou confundida na multidão dos annos, ficando porisso sem culpa a minha diligencia, porque com ella nada mais pude descubrir memoravel ou digno da Historia ate o

presente anno de 1787. Villa de Iguape aos 29 de Dezembro de 1787. *José da Silva Rocha* — Escrivão da Camara. *Fran.co Ant.o Gomes* — *Antonio Fran.co d'Oliveira* — *M.l Joaquim da S.a*

Documento n.º 11

Da Villa de Cananea he dividida pelo Rio Sabauma q' desagua no canal ou Mar desta Villa, na terra firme sinco legoas ao Sul, e bem q' pela fundação da Villa Nova da Senhora da Conceição da Lage, na Ilha quazi defrente ao Barra do dito Rio Sabauma, erecta no anno de 1769 pelo Coronel Affonso Botelho de Sampaio, Ajudante das ordens do Governador e Capitão General desta Capitania Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, fosse tirado á esta Villa parte do seu territorio; como a mencionada Villa Nova subsistisse apenas dez annos, por falta do Parocho ou incapacidade do lugar, ou negligencia dos seus povoadores, tornou esta Villa e Freguezia á posse do seu antigo terreno, e o mesmo a Villa de Cananea d'onde se havia tãobem tirado parte do seu territorio, ficando outra vez por demarcação entre ellas a barra do dito Rio Sabauma.

Os Livros da Igreja, Imagens e pobrissimos ornamentos forem trazidos p.a esta, e as terras q' faziam o Patrimonio da Igreja da extincta Villa Nova, q' hoje faz um Bairro desta Freguezia, ficarem em poder dos moradores ociozos, dos quaes alguns pagão foros.

Documento n.º 12

Apparecimento da IMAGEM do Bom Jesus

Sendo no anno de mil e seisentos e quarenta e sete, mandados dous Indios *Buçaes*, e sem conhecimento, e ignorantes da fé, por Francisco de Mesquita, morador na praia de Jurêa, para a Villa da Conceição, a seus particulares, acharão na Praia da Yuna, junto ao rio chamado *Pussauna*, rolando um vulto com as superfluidades do mar e que vulgarmente chamão resacas, e reconhecendo-o levarão para o limite da Praia, onde fazendo uma cova o puzerão de pé com o rosto para o nascente e assim o deixarão com um caixão que divisarão ser de cêra do Reino, e umas botijas de azeite doce, cujo numero não pude saber de certo, as quaes cousas se acharão desviadas um pouco espaço do dito vulto, e voltando os ditos Indios d'ahi a dias acharão o dito vulto que não conheciam, no mesmo lugar, mas com o rosto virado para o poente, no que fizerão grande reparo pelo terem deixado para o nascente, e não acharem vestigios de que pessoa humana o podesse virar; e chegados que forão ao sitio de seu administrador contando o caso, que logo se soube pelos vizinhos, resolverão que Jorge Serrano e sua mulher Anna de Góes, e seu filho Jorge Serrano e sua cunhada Cecilia de Góes, a ir vêr o narrado pelos Indios, e chegados, acharão a Santa Imagem na forma em que os Indios a tinhão exposto, e tirando-a metterão numa rede e a trouxerão alternativamente, os dous homens e as duas mulheres até o pé do monte a que chamão Jurêa, onde os alcançou a gente da villa da Conceição, que vinhão ao mesmo effeito pela informação dos Indios, a qual gente da Conceição ajudarão aos quatro o conducção da dita

Santa Imagem, até ao mais alto do dito monte Jurêa, d'onde os dous homens e as duas mulheres, com a mesma alternativa, a transportarão até a barra do rio chamado Ribeira de Iguape, onde forão os moradores da Villa de Iguape buscar a Santa Imagem, e trazendo-a com muito grande acatamento, puzerão no rio a que chamão hoje com muito grande alegria a Fonte do Senhor, para lhe tirar o salitre e ser encarnada de novo, o que conseguirão depois de segundo encarne, pela imperfeição com que ficava, e conseguindo o ornato, a collocarão nesta Igreja da Senhora das Neves, em que está, aos dous dias do mez de Novembro de mil e seiscentos e quarenta e sete, conforme achei no assento de um curioso, tirado de outro mais antigo; tambem achei informação de que era tradicção, que a Santa Imagem do Senhor Bom Jesus, vinha do Reino de Portugal, embarcada para Pernambuco, e que encontrando o navio outro de inimigos infieis, lançarão os do navio Portuguez a Santa Imagem ao Mar, para não ser tomada com o que se achou junto a ella de cêra e azeite; e que no mesmo tempo em que foi achada a dita Santa Imagem na Praia, foram vistas pelo Padre Manoel Gomes, Vigario da Ilha de São Sebastião, passar pelo mar da parte do Norte para a do Sul, seis lúzes uma noite, cuja luzerna illuminava grande circumferencia, a qual noticia dira o dito Vigario ao Reverendo Padre Antonio da Cruz, Religioso da Companhia de Jesus, e para que venha a noticia de todos, e estes louvem ao Senhor como convem, por tão Soberano favor, esperando a sua misericordia, que foi servido que se cumprisse a prophecia: *Orietur vobis Sol Iustitiæ*, se verifique tambem a subsequente *Et Sanitas in penis ejus*. Curando nossas almas do contagio da culpa, dando-nos o premio aos escolhidos promettido, mandei escrever esta informação, que mando ao

reverendo Vigario e seus successores a publiquem e leião no dia da festa do Senhor, no tempo em que costumão lêr as esmolas do anno, o que comprirão sob pena da Santa obediencia. Dado em Visita, sob meu signal e sello, que perante mim serve nesta Villa de Nossa Senhora das Neves, de Iguape, aos vinte e dous dias do mez de Outubro de mil e setecentos e trinta. E eu o licenciado Padre Manoel do Valle Palhano. Secretario da Visita o fiz e escrevi.—*Christovão da Costa e Oliveira.*

Documento n.º 13

Provisão de Padre Bernardo Sanches para servir de Coadjuctor na Igreja de Bom Iesus de Iguape.

Jose de Barras de Alarcão por merce de Deus E da Sancta See Apostolica Bispo desta Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro do conselho de S. A. Rl. Aos que a prezente nossa prouisão virem saude e paz p' sempre em Iesus Christo nosso Salvador que de todos he verdadeiro remedio e salvação fazermos saber que a nos nos enuiou a dizer por sua petição a P.e Bernardo Sanches Sacerdote do abito de S. Pedro q' por lhe vir a noticia esta vaga a coadjutoria da igresia do Bom Iesus de iguape e ter a sufficiencia partes e bõ procedim.tos para seruir a d.ta coadjutoria nos pedia lhe mandassemos pasar prouisão para a d.ta seruentia o q' visto por nos mandamos que lhe pasase o prez.te pella qual o prouemos ao dito P.e Bernardo Sanches na seruentia de coadjutor da igreja do Bom Iesus de jgoape e o seruindo asim e da maneira que seruem os mais coadiutores e com a dita seruentia hauera o ordenado prois e procalssas q

direitamente lhe pertencem E mandamos com pena de excumunhão aos freguezes da dita freguezia conheças ao dito P.e por coadiutor d'ella e com a tal lhe obedeças e assim o notificamos ao Rev.do Vig.rio da dita igreija o deixe seruira asim como neste ordenamos emquanto o ouermos por bem e não mandarmos o contrario, o qual se registara nos liuros da nossa camara e onde mais deua ser. dado nesta cidade sob noso signal e sello aos cinco dias do mez de julho de mil e seis sentos e oitenta e trez annos E eu gaspar gabete de andrade, escriuão da Camara o sob escreuio.

J. Bispo.

Documento n.º 14

Treslado da provisão de Capellão das minas de ouro ao Rv.do P.e Frei Antonio de Assumpção.

Gaspar teixeira de azevedo Capp.am maior da Capp.ia de Pernagua e nella prouedor dos q.tos Reais em todo seu districto por Sua Mag.de etc.

Por quanto Sua Mag.de tem recomendado e recomenda a conseruação das minas desta Capitania e Igoape aos coais por ficarem longe de pouoado metidas em sertam dezerto lhe deficultam aos mineiros o poderem asistir nellas pela falta q' experementão de sacerdotes p.a lhes administrar os Sacram.tos portanto auendo Resp.o a tão urgente nesecidade e diuendo por rezão de meu cargo acodir a reparalla e constandome não auer sacerdote algum que possa asistir nesta ocupação e obra pia sem soldo saluo o Rev.do P.e frei Antonio da Asumpção soldado e comfeçor da Regular obseruancia de São Fran.co da provincia da Madre de Deus da India orien-

tal o coal de sua uertude faz este seruiço a Deus e a Sua Mag.de p.a bem e augmento de seus quintos Reais sendo p' iso grande o do credito entre os mineiros depois de me constar comcorreres no d.to Religioso todas as partes e requizitos necesarios para que Sua Mag.de o confirme. Eu por bem se o nomear e prouer como pellas prez.te o proueio no cargo de Capelam p.a as ditas minas sem soldo athe m' da Sua Mag.de, feita em Iguape aos oito dias do mez de Agosto de mil e seis sentos e noventa e hû annos. Eu Antonio p.a escrivão que lhe escrevi como escrevão do Reg.ros Reais.—*Gaspar teixeira de azevedo.*

Documento n.º 15

Ha uma Fonte, chamada com grande alegria, a Fonte do Senhor, na vizinhança de hum Monte, sobraceiro a esta Villa onde a dita Imagem do Senhor Bom Jesus, antes de ser collocada nesta Igreja, foi posto sobre hûa pedra, para se lavar do salitre do Mar; esta pedra tem crecido prodigiosamente, e faz ja uma grandeza consideravel a pezar da immensidade de pedaços, ou lascas, que d'ella se leva quazi diariamente, e se conserva em hûa casa de abobada redonda feita de pedra e cal, em cujo frontispicio da porta se vê o Distico seguinte:

«*Intus aqua dulces, vivoque sedilia saxo,*»
«*In quo est lotus.—que mala nostra lavat.*»

Esta casa é a segunda, que se tem feita, por haver cahida a primeira em razão do crescimento da pedra.

Não deve admirar ficar a dita pedra tão retirada

da estrada; pois que o caminho que nesse tempo conduzia ao Porto da Ribeira, passava por aquelle logar; e ao depois, admirando-se o crescimento da mencionada pedra, se desvio tãobem hum pouco espaço o alvêo do Rio, ou Fonte, para se levantar a casa, que se conserva sempre feixada; mas que se manda abrir e se permittir aquem aquer ir vêr.

Documento n.º 16

Declaro mais que a plantação vai em augmento, por que a maior parte ou quazi todos os habitantes se aplicão na cultura, e presentemente vão se ademitindo na plantação de Cafes, cujo genero d'aqui alguns annos ha de haver com abundancia a porpoção do Pais, alem disse tambem plantão cannas e vão levantando algumas Ingenhocas porimquanto em que fabricão Aguaradente, e pello tempo imdiante se der este genero hade haver quem mais se aplique a elles, e levantarão imtão fabricas maiores. De todos os generos que se plantão neste Pais o que Superabunda he Arroz, por ser Lavoura a que todos se inclinão por ser algû tanto facil o Seo beneficio a porporção de outros generos, porvir a colher-se logo, e por ser o seu preco de convidar ao Lavrador, mas este dito anno de 1806 não aconteceo asim aos moradores de Xiririca por causa da Xeia da Ribeira como se dira.

Documento n.º 17

Treslado de hum Titulo de medição de terras na paragem chamada Villa Velha que forão do defunto Antonio Fernandez Serrão e hoje dos filhos Erdeiros do defunto Manoel Fernandez Sardinha aqui lançada a requerimento do Tutor dos ditos orfons.

Luiz Lopes de Carvalho Cavalheiro Fidalgo da caza de Sua Alteza e pelo dito Senhor Capitão Mor em esta repartição da Capitania de Sam Vicente e nella Ouvidor com alçada pelo Conde da Ilha de Principe, Donatario e Governador desta Capitania e seu lugar thenente, Sesmeiro edesetra. Faço saber a todas as justicas e pessoas desta Capitania que em cumprimento do Edital que mandei fexar em vinte e quatro deste presente mez de Iunho, me apresentou Antonio Fernandez Serrão a escriptura junta, pela qual consta haver comprado á Bartholomeu Gonçalves o terço de meya legoa de terra na paragem da Villa Velha como consta da dita escriptura e me requereo visto estar de poce da dita terra mança pacifica, e sem contradição de pessoa alguma lhe confirmaçe a dita terra, em nome do Senhor Conde Donatario, e visto por mim ser seu requerimento justo, lhe confirmo e hey por confirmada a dita terra, em nome do dito Senhor, e mando as Justiças desta Villa o conservam na dita poçe, para o que lhe mandar passar a presente sellada com o Sinete das Armas do Senhor Conde Donatario e Governador desta Capitania de Sam Vicente. Fica registrada no Livro da Fazenda do dito Senhor, e eu Bernardo da Cunha de Carvalho, Escrivão da Correyção e ouvidoria pelo dito Senhor Conde Donatario. Dada nesta Villa de nossa Senhora das Neves de Iguape aos vinte e nove do mez de Junho de

mil setecentos, digo de mil e seiscentos e setenta e nove annos—Fica registrada no livro da fazenda do Senhor Conde Donatario a folhas tres—Bernardo da Cunha de Carvalho—Escritura de venda de um pedaço de terras na Villa Velha de uma paragem chamada Oiteirinho, donde say hum ribeiro, que vendeu Bartholomeu Gonçalves a Antonio Fernandez Serrão, hum terço de meya legoa de terras. Saibam quantos este publico instrumento de escritura de venda de hum terço de terras digo de meya legoa de terras na Villa Velha correndo para o Oiteirinho do Baxarel deste dia para todo o sempre virem, como no anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo da era de mil e seis centos e settenta e nove annos aos catorze dias do mez de Março do dito anno, nesta Villa de Nossa Senhora das Neves de Iguape da Capitania de Nossa Senhora da Conceyção parte do Brazil edesetra, nesta dita Villa, em pouzadas de Antonio Fernandez Serrão, a donde eu publico Tabelião ao diante foi chamado digo nomeado fui chamado, de Bartholomeu Gonçalves pelo qual me fui dito perante as testemunhas aodiante nomeados, que elle dito Bartholomeu Gonçalves, vendia e doava a Antonio Fernandez Serrão hum terço de meya legoa, onde chamão a Villa Velha, as quaes terras lhe ficou de erança do defunto seu pay Francisco Gonçalves, as quaes terras he possuhidor e entregue pela Justica de Sua Alteza e por hûma poçe viva que lhe tornarão a dar de novo pelo Doutor Manoel Dias Rapoza, Ouvidor Geral da Repartição do Sul, por quanto lhe tinha tomado por ordem de Sua Magestade para villa se fazer, e como não vejo o effeito e façer-se nellas villa lhe tornarão a dar, como consta da dita poçe asima declarada, e pela mesma poce asima dita e pelo poder que tenho das ditas terras as vendo por preço e quantia de quatro mil reis,

o qual dinheiro logo lhe contou perante mim Tabelião em moeda corrente, e pode o dito Antonio Fernandez Serrão, tomar poçe do dito terço de meya legoa de terras de hoje por todo o sempre por ser couza comprada com seu dinheiro e pode fazer das ditas terras o que lhe bem estiver porquanto sam suas e lhe traspasso todo o Dominio que nellas tinha estive ate agora por senhorio dellas todo traspasso no dito comprador na maneira sobredita nomiada ao dito Antonio Fernandez Serrão por senhor e pussuhidor dellas, promettendo por sua pessoa e beins moveis e de rais, havido e por haver de lhe fazer boas e de pas a dita venda, e darão por empossado digo por opoentes verdadeiros defensores a toda a duvida e embargos, que a ella foce posta, e por estar presente o dito comprador aseitou esta venda e de tudo mandou fazer nesta nota e della dar os treslados necessarios que cumpriçem, Testemunhas que foram presentes, Severino de Veras, Antonio Cardozo, Manoel de Pontes, moradores nesta villa pessoas de mim Tabelião reconhecidas, que assignarão com o outorgante, e por ser hûm velho falto de visto pedio a Sebastião Rodrigues Bueno que por elle asignace eu Gaspar Pacheco Tabelião que o escrevy, o qual treslado de escritura de venda de terras eu Gaspar Pacheco Tabelião desta Villa de Iguape tresladei bem e fielmente das notas, corry, e comsertey, e vae todo na verdade sem que leva couza que duvida fassa o que me reporto em fê do que me asinei de meu signal publico e razo eu sobredito Tabelião que o escrevy—em fé de verdade—lugar do signal publico—*Gaspar Pacheco*. Paça confirmação na forma do estillo, Iguape Junho vinte e nove de mil e seiscentes settenta e nove—*D. Carvalho*—Bartholomeu Gonçalves morador nesta villa de Nossa Senhora das Neves de Iguape, que o seu pay ja defunto possuhio junto a barra

meya legoa de terras, donde se chamão Villa Velha, e se ajuntarão os Officiaes da Camara e os homens do povo lhe pedirem quisece dar sitio para se asituar villa, e elle ja deram muito de boa mente prometendo lhes os asimo ditos de lhe darem outras tantas terras em outra parte as quaes lhe não deram nem servia para Villa e agora se apegão a chamar lhe terras do conselho e lhe fasem pagar estopendio dellas, Pelo que pede a Vossa Merce visto não lhe deram outras o mande meter de poçe de suas terras outra vez. E Recebera Merce—Respondão os Officiaes da Camara—*Rapoza*. Respondendo a petição do supplicante dizemos que não pomos duvida alguma ao empossarem das ditas terras, por quanto nos consta ser verdade o que pede em sua petição, hoje vinte e hûm de Abril de mil e seiscentos e secenta e sete annos. Nossa Senhora das Neves de Iguape eu Baltazar de Souto Tabelião a passey por mandado dos Officiaes da Camara em ausencia do Escrivão da Camara, *Gonçalo Martins, Domingos Gomes da Cunha, Belxior Torão, Valentim Roiz, Pedro Cubas*. Visto a resposta dos Officiaes da Camara a não terem duvida a o que o supplicante pede o Escrivão e hûm dos Juizos lhe va dar poce das ditas terras, Iguape vinte e dois de Abril de mil e seiscentos e sessenta e sete—*Rapoza*—Termo de poçe que o Juiz Ordinario Felippe Pereira da a Bartholomeu Gonçalves por vertude de despacho asima do Senhor Ouvidor Geral.—Aos onze dias do mez de Junho do anno de mil e seiscentos e sesenta e oito annos, por vertude do despacho asima do Senhor Ouvidor Geral o Juiz Ordinario Felippe Pereira comigo escrivão fomos ao sitio do Bartholomeu Gonçalves e lhe demos poce de meya legoa de terras na paragem nomeada Villa Velha e lhe deu poce e mandou apregoar para ver se avia quem contradicece ou pozese embargos algum a

dita poce o que foi logo apregoado tres vezes pelo dito Bartholomeu Gonçalves em altas vozes e de bom son e visto não haver quem contradicece a dita poce nem embargos alguns lhe meteu o dito Juiz hûm ramo verde na mão em signal da poce Real na dita meya legoa de terras partindo com as terras do Capitão Francisco Pontes Vidal da barra de hûm Ribeiro que bota a praia correndo pela praia adiante caminho de Nord'este ate a barra de hûm pereique que chamão de Capara as quaes ditas barras lhe servem de marco, e como o dito Juiz lhe deu a dita poce comigo Tabelião que fiz este termo a onde se asignou o empossado Bartholomeu Gonçalves com o dito Juiz. Eu Bartholomeu digo Baltazar de Souto, Tabelião que o escrevy—*Felippe Pereira*—de *Bartholomeu Gonçalves* hûma cruz — *Baltazar de Souto*—*Amtonio Gomes*—como testemunhas desta poce que se acharão presentes a ella *Francisco Pereira da Silva*, de *Antonio Pires* hûma cruz. Auto da medição de terras e poce que o Juis Ordinario Diogo Pereira Nunes fez a Antonio Fernandez Serrão. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos e noventa e sete annos aos dous dias do mez de Dezembro do dito anno nesta Villa de Nossa Senhora das Neves de Iguape o Juiz Ordinario Diogo Pereira Nunes comigo escrivão de seu cargo a requerimento de Antonio Fernandez Serrão fomos com o dito Juiz a medir lhe suas terras onde foi tambem o Capitão João de Aguiar Siqueira morador nesta dita villa tambem o Capitão Francisco de Aguiar Siqueira assistente nesta dita villa com que chegando a paragem chamada villa velha, sendo ahi em vertude da escritura, e mais poce, e confirmacão, logo o dito Juiz deu juramento ao Capitão João de Aguiar de Siqueira e o Capitão Francisco de Aguiar de Siqueira para que debaixo de dito juramento medi-

cem as terras comtheudas na dita escritura e elles assim o prometeram fazer, onde perante o dito Juiz e eu Tabelião medirão hûma corda de vinte e cinco braças craveiras, e com ella comessarão a medição de hûm Ribeiro chamado Acarahy, que say a praya como constada da escritura e venda, que o defunto Bartholomeu Gonçalves fez ao dito Antonio Fernandez Serrão, e correndo os ditos nomeados com a medição pela Praya adiante caminho do Nord'este tê encheram a quantia de quinhentas braças craveiras de que reza a sua escritura e chegarão a barra de hûm ribeirinho que fica antes de chegar ao oiteiro do Baxarel, cortando terra dentro a rumo de Noroeste a Sueste, e sendo chamado Domingos de Barros que parte com o dito Antonio Fernandez Serrão perante o dito Juiz e eu Tabelião e o Capitão Francisco de Aguiar de Siqueira e o Capitão João de Aguiar de Siqueira dicerão ambos estavão contentes e satisfeitos da medição e rumo que entre elles havião botado para que em nenhum tempo entre elles nem seos erdeiros haverião duvidas pois os ditos avião por bem avião requerido essa medição judicialmente para que em nenhum tempo seos erdeiros não duvidaçem na dita poce e rumo que corta a noroeste a sueste apanha pela ponta do Oiteiro mais chegado ao Monête do Baxarel e logo mandou o dito Juiz apregoar trez vezes pelo dito Antonio Fernandez Serrão se havia quem contradicece, ou puzece embargos a dita medição, e não ouve que contradicece a dita medição é poce meteu o dito Juiz hûm ramo verde na mão do dito Antonio Fernandez Serrão em signal da poce de que de tudo para assim constar fiz este Termo de medição e poce em que se asignarão com o dito Juiz Domingos de Barros como meeyro com o dito Antonio Fernandez Serrão e tambem se asignarão os ditos homens que

andarão com a medição eu Miguel Fernandez Bicuda Tabelião que escrevy—*Diogo Pereira Nunes—Domingos de Bairros—João de Aguiar de Siqueira—Francisco de Aguiar de Siqueira—Antonio Fernandez Serrão.* Nada mais se contem em a dita escritura e titulo de medição o qual eu Tabelião aqui bem e fielmente o tresladei dos proprios a que me reporto com o qual esta conferi, e vai toda na verdade sem que leva cousa que duvida fassa porque o ly, corry, conferi, comsertei, e asigney nesta villa de Iguape aos vinte e sete dias do mez de Julho de mil e sete centos e oitenta e hum annos eu Jose Jacintho da Silva Rocha Tabelião que o escrevy comferi e asignei.—*Jose Jacintho da S.ª Rocha.*

Conferido por mim Tabelião,
J Rocha.

Documento n.º 18

Titulo

Da erecção desta Matriz, seu ornato, Apparição da Imagem do Senhor Bom Jesus e das Irmandades.

Esta Igreja Matriz foi erecta ha perto de Duzentos annos. A sua Padroeira he a Virgem Mai de Deus com a invocação das Neves. Não consta que tivesse anteriormente outro Orágo, e deve se prezumir, que a primeira villa, que, como ja dice, existio distante desta hûa legoa, a tivesse ja por sua Padroeira.

Esta Igreja tem tres Altares, todos de Nave antiga, e não muito decentes; mas que se ornão nas occasioens de festividade. Sendo o lateral da parte do Evangelho o do Senhor Bom Jesus, e outro, que lhe corresponde o da Senhora do Rosario, e ornados todos com varias Ima-

gens. No Altar maior está a Padroeira; neste mesmo em dois pequenos Nichos aos lados para dentro da banqueta estão as Imagens de Senhora do Carmo e de Santo Antonio, aos dois lados do dito Altar as da Senhora da Conceição e de São João Baptista de hûa parte, e da outra as da Sancta Luzia e São Sebastião: no Altar do Senhor Bom Jesus as da Senhora da Conceição e São Francisco de Assis; e no Altar da Senhora do Rosario as de Sancta Anna, de São Miguel e São Benedicto. Deste mesmo lado está um pequeno Altar com hûa respeitavel Imagem de ordinaria estatura, perfeitissima da Senhora das Dores, no qual se não celebrar pela pequenez. A sacristia he bem indecente, o arcaz velho, e sem commodos; sobre elle está hûa Imagem do Senhor Crucificado de mediana grandeza, e no fim da sacristia ha tãobem em hum nicho hûa grande Imagem de São Francisco de Paula.

O Altar do Senhor Bom Jesus he privelegiado desde 29 de Janeiro de 1782 por carta de privelegio do Exmo Revmo Dom Frei Manoel da Resurreição, Bispo de São Paulo, em consequencia de Breve Apostolico do Sancto Padre Clemente 14 de gloriosa memoria de 18 de Julho de 1781 que se acha copiado no livro dos Capitulos de Visitas a fl. 14 ver.

Tem esta Igreja dois sacrarios, hum no Altar Maior e outro mais decente no Altar do Senhor Bom Jesus, onde se conserva sempre o Sanctissimo Sacramento, cuja despeza de azeite, e sera, se faz por conta do mesmo Senhor. Tem hûa Pia Baptismal de Marmore, boa, e hûa capsella ou ambula de prata, com tres vazas tãobem de prata, para os oleos sagrados, que se conservão em hûm pequeno armario junto a dita Pia, e hûa concha de prata para a administração do Baptismo.

He repartida em sepulturas, que todas pertence a

Fabrica, exceptuando quatro asima das grades, e quatro logo abaixo, que são da Irmandade do Sanctissimo Sacramento asignalados; e tres logo ao pé da porta principal, que forão cedidas a Irmandade da Senhora do Rosario em 1750 pelo Doutor Manoel de Jesus Pereira, Vigario Capitular deste Bispado sede vacante: todas são numeradas.

Tem tres Sinos, hum, a que chamão grande, e dois mais pequenos.

Ha de haver mais de trinta annos que se deo principio a Nova Matriz; este ficou parada depois de se haver ajuntado bastante materiaes, e tirado os alicerces, talvez por discordancia entre os administradores da obra. Sei que o povo trabalhava de boa vontade em esquadras de vinte pessoas cada hûa; este ainda hoje a dezejo, e está prompto; o povo sempre he bom e môrmente havendo quem o dirija bem. Até aqui tem sido inuties os dezejos de se levantar hûa Matriz decente, e tal he a desgraça de Iguape, que podendo na sua infancia e pobreza eregir Matriz, nos seus dias florentes não tem hum homem, que sacrifique por algum tempo os interesses pessoaes e se revista do espirito de quem faz obra publica, para cuidar em hûa obra de tanto momento e necessidade. Neste estado de enfermidade nos podemos dizer como o Paralitico da Piscina—*Non habeo hominem.*

8 de Setembro de 1819.

Documento n.º 19

Em muitas Freguezias deste Bispado se achão muitas faltas de assentos, por terem os Rev.do Parochos os livros em suas cazas e de descuidarem de os fazerem,

e posto que no Rv.do Parocho desta Igreja não se experimentão estas negligencias, comtudo lhe ordeno que terá todos os livros da Freguezia na Sachristia em alguma gaveta do Arcas, e não havendo commodidade, mandará a custa da Fabrica fazer um bufete com duas gavetas, nas quaes recolherá os livros, e depois de fazer algum enterram.to, baptizado, ou Cazam.to, lansará no livro competente o assento antes de recolher-se a sua caza.

Iguape, 25 de Novembro de 1778.

P.e João Ferreira d'Oliveiro Bueno,
em Visita nesta Villa de Iguape.

Documento n.º 20

Em data de 13 de Janeiro 1827, escreviu P.e João Chrysostomo d'Oliveiro Salgado Bueno, no Livro das Visitas pagina 96 o seguinte: Lançou-se ha 40 annos os fundamentos de hûa nova Matriz, que parou logo no seu começo, e tendo-se nella trabalhado com algum fervor desde Agosto de mil oito centos e vinte e dois, apenas se tem conseguido tirar a maior parte dos alicerces, e levantar as paredes á pequena altura. A pobreza da Fabrica, e das Irmandades, a mediana fortuna dos Parochianos, que alias tem concorrido com seus donativos, e serviços a proporção das suas faculdades, as esmolas que os Devotos tem prestado ao Senhor Bom Jesus, as quaes tem sidas applicadas para esta obra, não permittem sinão hum vagarozo andamento, e com tão fracos recursos não he possivel concluir-se.

Documento n.º 21

Dom Matheus de Abreu Pereira, Bispo de S. Paulo, estando nesta villa de Iguape em 25 de Junho de 1798, escreveu no Livro das Visitas fls. 23 o seguinte:

Exortará aos seus Parochianos, visto serem tam amantes do culto Divino, que para fazerem as suas funçoens com o aceio que he devida, cuidem muita na continuação da Obra da Sua Igreja Matriz, ajudando-o e a fervorando-o mesmo Rev. Parocho a fim de não desanimarem.

Documento n.º 22

Escritura de doação feita pello P.e D. Antonio Ricciardelli. Saibam q.º esta p.º instrum.to descritura de doação virem q' no anno do nasim.to de nosso Senhor Jesu Christo de mil e sete sentos e sete annos Em os sinco dias do mez de Julho nesta V.a de Nossa Senhora das Neves de Igoappe Capp.ia de Nossa Senhora da Consepção estado do Brazil etc. Em as pouzadas do Rev.do P.e Dom Antonio Rechiardelli Clerigo do Abito de Sam Pedro donde eu p.º t.am ao diante nomeado e assignado foi a seu chamado e sendo ahi pello dito Padre me foi dito em presencia das testemunhas ao diante nomeados e assignados que elle intentaua como com effeito ententa ser Cappellão Perpetuo the sua morte do S.º Bom Jesus desta V.a de Iguappe e administrador de seus bens por seu motu proprio com o zelo que Deos ha de aumentar os ditos bens e que a dita confirmação espera venha confirmada e retificada do mão e juizo do Illustrissimo S.r Dom Fran.co de Sam Jeronimo Bispo da Cid.e do Rio de Jan.º e sua diosize a cuio juizo

pertence a dita confirmação e que confirmando o dito Senhor no dito intento asima ao dito adoaua e daua como com effeito dara da scriptura desta p' sempre todos os seus bens q' pesuhi the o presente pesuhidas e futuras sobreuindas adqueridas por qualquer titullo que ficão asim bens moveis como de rais outro sy dise o dito P.e que reseruaua como com effeito reserua quatro sentos mil reis para hûas obras pias que intenta fazer o que posuhia o dito P.e quatro sentos digo coatro mil e quinhentos cruzados asim em D.o como em diuidas que lhe deuem por papeis autenticos e que todo adoaua com dito he ao dito Senhor p.a sua obras e administração p.a o que lhe não empedirião fazer elle capella mistica na mesma Igreja, com declaração que por morte delle ou T.r g.l o emcerrarião na dita capella junto ao Altar do dito S.r Bom Jesus com os sufragios custumados que se fazem a hû sacerdote officio e Missa cantada e pompa custumada alimentando ce outro sy elle outorg.te dos bens adoados em q.do sua uida outro sydise elle dito P.e outorg.te que dato caso que o dito Illustrissimo não confirme nem retefique o dito seo intento esta não valerâ nem terâ força nem vigor e sera destratada de que de tudo mandou fazer este instrum.to em meu este meu livro de notas sendo por testemunhas Ant.o de Freitas Ramos e Capp.am Diogo Per.a Pais e Capp.am Man.l Gon.es Cruz pessoas reconhecidas de mim com que todos assignarão Eu Ant.o Roiz Medeiros escrivam que o escrevy.

P.e D. Ant.o Ricciardelli.

Ant.o de Freitas Ramos. *Man.l Gon.es Cruz.*

Diogo Per.a Pais

Documento n.º 23

Antonio Jose Pinto Tabelião do publico Judicial e Notas e Escrivão do Jury e Correção desta Villa de Iguape e seu Termo por S. M. O Imperador que Deus Guarde etc. Certifico que em cumprimento do ordenado pelo meritissimo Doutor Juiz de Direito Corregedor e Provedor da Camara Antonio Militão de Souza Aimberé, na lauda retro, passei a rever o Livro do Tombo da Igreja Matriz desta Villa, e nelle as folhas cinco verso te folhas seis verso, encontrei a Escriptura aqui mandada trasladar a qual he pela forma e maneira seguinte—Traslada da Escriptura de arrendamento de terras que fez o Padre Vigario Francisco Pereira da Silva—Saibam quantos este publico instrumento de Escriptura de arrendamento virem, como no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seis centos e oitenta e cinco annos, aos vinte dias do mez de Agosto da sobredita era, nesta Villa de Nossa Senhora das Neyes de Iguape, Capitania de Conceição, de que he Donatario d'ella o Conde da Ilha do Principe por Sua Magestade etcetra, nesta dicta Villa em casas e morada do Reverendo Padre Vigario Francisco Pereira de Silva, donde eu publico Tabelião ao diante nomeado fui a seu chamado, e ahi presente as testemunhas ao diante nomeadas, que foram chamadas, me foi dito pelo dicto Padre que elle possuia obra de quinhentas braças de terras no sitio e paragem chamado Cubixativa, que tinhão sido do defuncto Francisco Fernandes o velho e de Eugenia Lopes, que partem com Salvador Pereira donde tem marcadas com o dicto seu vizinho com quatro pedras grandes, correndo para esta Villa athe a pedra grande que chamão Ita-ca-caya as quaes terras disse o dicto Padre as tinha comprado com o seu di-

nheiro como consta das Escripturas e titulos dellas que apresentou e que nas ditas terras fizera o dito Padre Sitio e casas de telha donde tinha sua chacara as quaes quinhentas braças de terras sitio e casas de hoje por diante arrendava a João Abreu filho do Victorino Gonçalves com tudo quanto no dito sitio e casas se achar com obrigação e pensão de que o dito João de Abreu desde o dia da morte do dicto Padre todos os annos lhe mandará dizer duas Missas nesta Igreja Matriz 'a Sempre Virgem Maria Mae de Deos Senhora Nossa por tenção do dito Padre, e que duraria este arrendamento em quanto o dito João de Abreu vivesse e por sua morte substituia no dito arrendamento a qualquer de seus sobrinhos filhos de seu Irmão Antonio Pereira de Abreu, com mais algumas Missas conforme o augmento em que fôr esta dicta Villa de Iguape e que das dictas terras e do que nellas lavrassem pagarião Dizimos a Deos e logo a dita pensão de Missas como dito he e dado caso que o dito João de Abreu e da mesma maneira os substitutos seus sobrinhos queirão largar do dicto arrendamento os Testamenteiros do dito Padre e em falta d'elles os Reverendos Padres Vigarios, seus successores mandarão pôr hum escripto por serviço de Deos na porta desta Matriz para que venha a noticia de quem quizer arrendar e que os ditos Testamenteiros ou os Reverendos Vigarios farão o arrendamento por papel particular que valha por escriptura por tempo de nove annos ou de dous nove annos ou de tres nove annos como he estilo em semelhantes arrendamentos preferindo sempre nelle os dictos Sobrinhos, filhos e netos do dito seu Irmão Antonio Pereira ou o dicto João de Abreu, filhos ou netos legitimos aquem maisMissas mandar dizer pela dita tenção do dicto Padre, disse mais o dicto Padre que concedia ao dicto João de

Abreu em sua vida somente visto ser pobre e quazi mudo quando não pudesse dizer huma somente em cada anno, tudo assim houve por bem o dicto Padre e em fê do que assim outorgou mandou fazer esta escriptura neste meu livro de Notas que me pedio e assignou para d'ella se dar os traslados necessarios, a qual eu Tabelião acceitei sendo presentes por testemunhas o Reverendo Padre Antonio Barboza de Mendonça, Domingos Ribeiro, e Bartholomeu Francisco, Pessoas de mim Tabellião reconhecidas e moradores d'esta Villa e assim mais o dicto João de Abreu, que acceitou o dito arrendamento, que todos assignarão aqui com o Outorgante e eu Manoel Pereira da Silva Tabelião do Publico Judicial e Notas desta Villa e seus Termos pelo Senhor Conde da Ilha do Principe que o escrevy—*Manoel Pereira da Silva—O Padre Francisco Pereira da Silva—Domingos Ribeiro—O Padre Antonio Barboza de Mendonça — Bertholomeu Francisco digo Bertholomeu Francisco—João d'Abreu*—O qual traslado de escriptura como atraz se declara e contem eu Manoel Pereira da Silva Tabelião do Publico nesta Villa de Iguape Judicial e Notas pelo Conde da Ilha do Principe o trasladei bem e fielmente do meu livro de Notas a que me reporto vai na verdade que o corri e consertei com o proprio em fê do que me assigno em publico e razo signal nesta dicta villa aos vinte e hum de Agosto de era acima sobredito Tabelião o escrevi—Mando, digo o escrevi—Em fé de verdade—*Manoel Pereira da Silva*—He quanto se continha e declarava em dicta escriptura, a qual aqui bem fiel e verdadeiramente, e em cumprimento do quanto ordenado foi pelo Meritissimo Doutor Juiz de Direito Corregedor e Provedor da Comarca Antonio Militão de Souza Aimberê a folha primeiro verso copiei do proprio original que foi apresentado pelo

Muito Reverendo Vigario Collado e da Vara Jose Alves Carneiro, e a elle me reporto. Vai esta por mim escripta conferida e assignada, nesta Villa de Iguape, Provincia de São Paulo, aos dezoito dias do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e quarenta e oito, vigesimo setimo da Independencia e do Imperio. Eu Antonio Jose Pinto Escrivão do Jury e Correição que o escrevi, conferi, e assigno. *Antonio Jose Pinto*—Confere—*Pinto.*

Documento n.º 24

Pensões pias e Missas Perpetuas.

O logar do Porto da Ribeira antigamente chamado sitio, q' de tempo immemorial pertenceo aos assendentes de Raimundo Rodrigues e q' hoje pertence a seu filho Salvador Rodrigues Lima he obrigado a pensão de hûa Missa por anno a qual manda dizer o dito Salvador Rodrigues Lima cuja obrigação ha de passar á seus herdeiros. A certidão desta Missa se lança em hum caderno que mandei fazer para esse fim que existe em casa do Parocho entre os Livros da Igreja. Não tenho achado o titulo desta pensão, e ninguem me sabe informar donde venha esta obrigação, ou Legado, só achei que no anno de 1700 o dito sitio pertencia já ao Provedor Valentim Rodrigues; mas não sei se já era pensionado.

No Bairro de Enceada proxima a esta Villa para Nord'este, o logar, chamado antigamente Cubixativa, está obrigado á pensão de duas Missas por anno pelo arrendamento, que fez por escriptura publica o Reverendo Vigario desta Freguezia Francisco Pereira da Silva a João d'Abreo em 1685. Muito depois foi commutada

esta pensão em hûa Missa por anno pelo Reverendo Visitador o D.or Manoel da Costa de Andrade. Porem havendo hoje varios moradores afforado as mensionadas terras, estes pagão annualmente—pro-rata—e de meu tempo si tem dito trez Missas por cada hum anno, conforme a instituição do Legado. A certidão he lançada em outro caderno proprio, onde já transcrevi o titulo que achei no antigo Livro do Tombo.

Mais adiante no mesmo Bairro estão sitas duzentos e dez braças de terras, que confinão com o Sitio de Dona Narciza Dias Baptista ao Sud'oeste e ao Nord'este com o Sitio de Theodozio Pereira, as quaes estão sujeito a pensão do Legado de trez Missas por anno, como se ve de outro caderno, que mandei fazer, onde tãobem transcrevi o titulo, que achei, e no qual se passa a certidão competente; porem, subindo o preço estimativo das ditas terras na forma da intenção do fallecido Legatario, Dona Narciza Dias Baptista, pela terça parte, de que he foreira, hade mandar dizer d'aqui por diante quatro Missas por anno, a cuja pensão se obrigou; e Antonio dos Reis e Ignacio da Costa pelos outros dous terços de que são foreiros, mandão dizer hûa Missa cada um e se aumentará o numero d'ellas conforme a estimação das ditas terras.

8 de Setembro de 1819.

Documento n.º 25

Noticias de cento e sincoenta bracas de terras na Praia da Jurêa que pertencem á Senhora de Guadalupe.

A pequena Capella ou Ermida da Senhora de Guadalupe, erecta na Praia da Jurêa tem cento e cincoenta braças de terras no logar onde está situada dita Capella,

as quaes lhe servem de Patrimonio, e vem a ser: Cem braças deixadas p' Lucas da Silva, o qual as houve p' compra q' fez no valor de quatro mil réis (dinheiro que tinha das esmolas dadas pelos Devotos á mesma Senhora) á Raquel de Souza, que as possuia p' herança de seus antepassados, os quaes as tinhão havidos por sesmaria concedida pelo donatario o Conde da Ilha do Principe, e fazião antigamente parte de hûa sesmaria de meia legôa. E cincoenta braças ao Sul, mixtas as mesmas, dadas pelo Reverendo Vigario Diogo Rodrigues Silva, as quaes pertencerão á Maria Gracia, filha de Agepito Gracia, de quem herderá, e q' sendo deixadas p' aquella para o seu enterramento, como o d.º Rev.do Vigario se encarregasse de toda a despesa do mesmo, ficarão-lhe por isso pertencendo, e como possuidor d'ellas as deu á dita Senhora de Guadalupe, para que juntas as referidas cem braças, ficassem estas duas porçoens de terras fazendo o Patrimonio da mencionada Capella.

Para em todo o tempo constar, e tirar toda qualquer duvida q' se possa offerecer a respeito das mencionadas terras, faço aqui está declaração. Iguape 23 de Janeiro de 1828.—*João Chrysostemo d'Oliveiro Salgado Bueno.*

Vigario, Collado e da Vara.

ESTUDOS HISTORICOS

QUESTÕES DE DIVISAS

ENTRE

OS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATHARINA

Existe actualmente entre os Estados do Paraná e de Santa Catharina uma séria questão de limites que tem tomado um caracter gravissimo e adquirido um tom de azedume que não se justificam de modo algum.

Cada Estado tem o seu advogado encarregado de defender a sua causa, sendo o dr. Ubaldino do Amaral o representante do Paraná e o dr. Silva Mafra o de Santa Catharina, ambos jurisconsultos illustres que podem trazer estas questões a uma solução justa, baseada na Historia e nas leis, sem necessidade da applicação dos meios violentos que estão sendo empregados, os quaes, longe de facilitarem a remoção das difficuldades occurrentes, mais aggrava a sua situação.

Uma commissão nomeada pelo governo do Paraná veiu a S. Paulo e, com permissão do Presidente d'este Estado, incumbiu-me de estudar a questão á luz dos documentos existentes no Archivo Publico, de que sou director, e de fornecer ás partes interessadas cópias de tudo quanto possa interessar á materia.

Aproveitando os documentos encontrados, resolvi formular a respeito d'esta grave questão um parecer, que

auxiliasse o encaminhamento das dúvidas a uma solução immediata e definitiva; porém, atarefado com os serviços ordinarios da repartição e com o estudo de outras questões de limites dos nossos municipios entre si e do nosso Estado com o do Paraná, na fronteira de Apiahy, pouco tempo me sobrou para fazer um trabalho regular e bem documentado sobre as divisas d'aquelles dous Estados.

Entretanto a gravidade da questão e a intensidade da crise, porque ella está passando, obrigam-me a não demorar mais tempo a publicação do resultado dos estudos até hoje feitos; e os dados obtidos no Archivo Publico e fóra d'elle constituem o assumpto da presente exposição.

I

Como preliminar, para esclarecimento da materia, julgo conveniente declarar que parecem-me mal applicados os nomes de *capitanias* ás doações feitas pelo Rei João III a portuguezes illustres em territorio brasileiro; deveriam taes doações chamar-se sismarias ou *donatarias e não capitanias.*

A principio uma *capitania* era uma circumscripção politico-administrativa, de limitada extensão, governada por um *capitão-mór*, que tinha certas regalias e poderes adequados aos costumes e ás necessidades do tempo e do lugar.

Mais tarde o nome de capitania foi dado a vastas provincias, com governos autonomicos e magistratura regular, tendo como administradores *capitães-generaes*, que dependiam sómente do Vice-Rei do Brasil e do Rei de Portugal, sem ter relações de especie alguma com os donatarios das terras e seus descendentes.

Uma donataria era uma propriedade particular, mais ou menos extensa, doada pelo Rei a algum vassallo illustre em recompensa de serviços feitos ao seu paiz; era administrada por seu proprietario ou donatario, por si ou por seu procurador, e este tinha direitos e deveres estabelecidos na respectiva *carta de foral*, e limitadissimos direitos politicos que por conveniencia do serviço o governo portuguez foi servido conceder-lhe.

Esta mesma pouca autonomia politica, concedida aos donatarios, foi supprimida de todo com a creação das *capitanias geraes* e transferida, com grandes augmentos, aos capitães-generaes, que eram delegados da immediata confiança da corôa portugueza.

Os capitães-móres foram no começo dependentes do donatario ou do seu *locotenente*, depois passaram a ser representantes da pessoa do capitão-general nas villas da capitania.

Uma donataria podia estar contida em varias capitanias-geraes, assim como uma capitania-geral podia conter, no todo ou em parte, varias donatarias.

Exemplifiquemos:

A doação feita a Martim Affonso de Sousa consistia em duas grandes secções, sendo uma de 45 leguas, que se estendia de Santos até doze leguas ao sul de Cananéa, e outra de 55 leguas, que começava no rio Juqueriqueré, pouco além de S. Sebastião, e seguia pela costa do mar até Macahé, comprehendendo a bahia do Rio de Janeiro, e ambas as secções com os respectivos sertões.

A donataria de Pedro Lopes de Sousa se compunha de tres partes, sendo uma de 10 leguas intercalada nas terras de Martim Affonso, entre Santos e o rio Juqueriqueré; outra de 40 leguas, contadas pela costa do mar desde doze leguas ao sul de Cananéa até perto da La-

guna; e a terceira em Pernambuco, de 30 leguas de costa, incluindo a ilha de Itamaracá, todas com os respectivos sertões.

Com a fundação da cidade do Rio de Janeiro, sua conquista pelos francezes no seculo XVI e reconquista pelo governo portuguez, parece qne os herdeiros de Martim Affonso perderam os direitos que tinham sobre essa parte da sua propriedade, porque não a souberam defender da invasão estrangeira, ficando, entretanto, mantidos esses direitos sobre todo o resto da sua donataria.

Com a creação das capitanias-geraes, todas as terras doadas a Martim Affonso e as duas secções do Sul da donataria de Pedro Lopes ficaram sob o dominio do capitão-general do Rio de Janeiro, emquanto a secção de Itamaracá ficava annexada á capitania de Pernambuco.

Pela carta régia de 23 de novembro de 1709, foi creada a capitania-geral de S. Paulo, abrangendo os territorios de S. Paulo, desde Paraty inclusive, de Minas Geraes, Goyaz, Matto Grosso, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul até a Colonia do Sacramento.

N'esta capitania estavam incluidas aquella parte da donataria de Martim Affonso, do rio Juqueri-queré até Paraty, toda a secção de Santos até Cananéa e tambem as duas secções do Sul da donataria de Pedro Lopes.

Estas duas ultimas foram encampadas n'esse mesmo anno pela corôa portugueza, mediante a indemnisação de 40:000 cruzados, paga aos herdeiros de Pedro Lopes.

A nova capitania de S. Paulo era tão vasta e os seus territorios interiores se estendiam tanto para o Norte que ficavam ainda n'ella contidos os sertões da capitania do Rio de Janeiro, que eram propriedade dos herdeiros de Martim Affonso; todo o sertão da donataria de Pedro de Goes da Silveira, que possuia 30 leguas de costa maritima, desde Macahé até o Rio Itapemirim; o sertão

da donataria de Vasco Fernandes Coutinho, que se estendia de Itapemirim até o rio Macury; o sertão da donataria de Pero de Campos Tourinho, que estava situada do rio Mucury para o Norte até á distancia de 50 leguas e era conhecida com o nome de *Porto-Seguro*; o sertão da donataria de Jorge de Figueiredo Corrêa, que corria, na costa, desde a divisa da donataria anterior até á Bahia de Todos os Santos; o sertão da donataria Francisco Pereira Coutinho, que ficava entre a Bahia e a barra do rio S. Francisco; o sertão da donataria de Duarte Coelho Pereira, limitada na costa pelos rios S. Francisco e Iguarassú, e ainda mais o sertão de uma parte da donataria do grande historiador João de Barros, que possuia 100 leguas de costa além de Itamaracá até ao Maranhão; isto é, a nova capitania-geral de S. Paulo abrangia os sertões de nove antigas donatarias, que occupavam a costa desde Laguna, em Santa Catharina, até ao Maranhão, como se poderá verificar na carta geral do Brasil, relacionando as diversas donatarias ao longo da costa com os respectivos sertões situados ao poente em territorios de S. Paulo, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso.

Os primeiros tres governadores da capitania de S. Paulo foram Albuquerque Coelho, D. Braz Balthazar da Silveira e D. Pedro de Almeida, que preferiram ir residir em Minas Geraes a ficar n'esta capital, porque com a descoberta de riquissimas jazidas de ouro, aquella região tinha adquirido tão grande importancia e attrahido tantos immigrantes de toda a parte, que tornou-se em pouco tempo muito mais prospera e rica do que S. Paulo.

Esta rapida prosperidade da região mineira justificou a medida tomada pelo governo portuguez de elevar o seu territorio á categoria de capitania geral, desmembrando-o da de S. Paulo em 1720.

II

Em 1721 installou-se n'esta capital o primeiro capitão-general, Rodrigo Cesar de Menezes, que organizou todos os serviços publicos e deu começo ao Archivo do Estado de S. Paulo. A sua auctoridade se estendia sobre todos os territorios acima mencionados, menos Minas Geraes, que se tinha tornado capitania autonomica desde o anno anterior.

Durou até 1727 o governo de Rodrigo Cesar e durante esse periodo de tempo nenhuma modificação legal se deu nas divisas da sua capitania, a não ser a transferencia da villa paulista de Paraty para a capitania do Rio de Janeiro, pela carta regia de 16 de janeiro de 1726, sobre o fundamento de estar muito distante da cidade de S. Paulo, e da justiça alli ser mais facilmente distribuida pelo governo do Rio de Janeiro.

Durante a sua administração, Cuyabá prosperou muito em virtude da descoberta, pelos paulistas, de ricas minas de ouro em seu districto, em 1718. Rodrigo Cesar seguiu para lá em 1726, regulou a concessão de sismarias e arrecadação dos quintos reaes, elevou a povoação á categoria de villa, em 1 de janeiro de 1727, organisou o seu governo municipal e administração da justiça, e voltou a S. Paulo em 1728, quando já não era mais governador desde o anno anterior.

Goyaz, descoberto e explorado em 1725 pelo grande sertanejo paulista Bartholomeu Bueno da Silva, o segundo *Anhanguera*, começou a ser povoado pelos esforços de Rodrigo Cesar e deu logo mostras das grandes riquezas encerradas no seu sólo.

Caldeira Pimentel, que substituiu Rodrigo Cesar, governou a capitania de 1727 a 1732. A sua admini-

stração se tornou notavel principalmente pelos roubos dos quintos reaes, de que elle proprio era o auctor (1), e pelos sanguinolentos combates travados entre os paulistas e os indios nos caminhos fluviaes e terrestres dos sertões de Matto Grosso, combate em que nem sempre a victoria coube aos nossos bandeirantes.

A Caldeira Pimentel succedeu, no governo, Antonio Luiz Tavora, Conde de Sarzedas, que exerceu o cargo de 1732 a 1737. Tendo Goyaz tomado um grande desenvolvimento, este capitão-general teve ordem do governo portuguez de seguir para lá, regular as datas de sismarias nos terrenos auriferos e de pôr mais ordem na mineração dos metaes preciosos e nas arrecadações do fisco; porém, infelizmente, cahiu doente no caminho e falleceu no arraial de Trairas, em territorio goyano, sem nada ter realizado da missão que levára áquelles sertões.

Ficada a capitania inesperadamente acephala com a morte do seu capitão-general, Conde de Sarzedas, em 1737, assumiu o seu governo interino o illustre Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro e mais tarde Conde de Bobadella e Vice-Rei do Brasil. Esta interinidade durou dous annos e como o governador interino não residiu n'esta capital ha uma lacuna nos papeis officiaes do Archivo Publico correspondente a este periodo de tempo. Comquanto fôsse de pequena duração, foi esta interinidade de summa importancia para S. Paulo, porque durante ella soffreu a capitania um grande desmembramento e teve as suas divisas ao Sul profundamente alteradas pela carta régia de 11 de agosto de 1738.

---

(1) Vide vol. XIII e annexos da *Revista Archivo do Estado de S. Paulo.*

A ilha de Santa Catharina era considerada um ponto maritimo estrategico de alto valor, era visitada por navios mercantes estrangeiros e por piratas, sem licença do governo portuguez, e estava exposta aos ataques das esquadras hespanholas em transito entre a metropole e as suas colonias do Rio da Prata.

Do mesmo modo, o territorio do Rio Grande do Sul, estendendo-se até á Colonia do Sacramento, estava continuamente ameaçado de invasões pelos hespanhoes de Buenos-Ayres e era de facto um verdadeiro campo de batalha entre brasileiros e castelhanos.

Tornavam-se, portanto, necessarias medidas promptas e rapidas do governo portuguez para a defesa d'estas partes do territorio brasileiro. Sendo S. Paulo, a séde da capitania, uma cidade central, sem estrada para Santos, da qual era separada pela escabrosa serra do Mar e por extensos alagadiços do oceano e dos rios Cubatão e Casqueiro, e tendo a villa de Santos limitadissimas communicações com os territorios que ficam ao Sul, a boa defesa d'aquellas regiões não podia ser feita pelo capitão-general de S. Paulo com a mesma presteza e efficacia com que podia sel-o pelo governador do Rio de Janeiro. D'aqui originou-se a necessidade politico-estrategica de desmembrar de S. Paulo a ilha de Santa Catharina e o continente do Rio Grande do Sul, e de annexal-os á capitania do Rio de Janeiro, como consta da referida carta régia de 11 de agosto de 1738, que diz assim:

«D. João por graça de Deus Rey de Portugal e dos «Algarves, daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de «Guiné, etc.—Faço saber a vós Governador, e Capitão-«General da Capitania de S. Paulo, que attendendo a «que do Porto do Rio de Janeiro devem sahir todos «aquelles soccorros, e ordens que se fizerem precisos

«para a defensa da nova Colonia do Sacramento (1), «e ajuda do novo estabelecimento do Rio de S. Pedro «do Sul, sendo conveniente que fiquem todos os portos «e lugares da marinha debaixo de um só mando: Fui «servido por Rezolução de 5 do prezente mez e anno, «tomada em consulta do meu Conselho Ultramarino, «haver por bem separar desde logo desse Governo de «S. Paulo e unir ao do Rio de Janeiro a Ilha de Santa «Catharina, e o Rio de S. Pedro, de que vos avizo para «que assim o tenhaes entendido. El-Rey nosso Senhor «o mandou pelos Drs. Jozé Ignacio de Arouche, e Thomé «Gomes Moreira, Conselheiros do seu Conselho Ultra-«marino, e se passou por duas vias. Manoel Pedro de «Macedo Ribeiro a fez em Lisboa Occidental a 11 de «Agosto de 1738. O secretario Manoel Caetano Lopes «de Lavre a fez escrever.—*José Ignacio de Arouche*— «*Thomé Gomes Moreira.*»

Si Gomes Freire de Andrade não foi quem directamente aconselhou a expedição d'esta carta régia, elle devia necessariamente ter sido ouvido a respeito e ter concordado com ella; porque, como governador effectivo do Rio de Janeiro e interino de S. Paulo, tinha a responsabilidade da defesa e conservação d'aquelles territorios, e a execução d'esta tarefa era-lhe muito mais facil tendo a cidade do Rio de Janeiro como base de operações. Além d'isso, a passagem definitiva d'aquellas regiões para o seu governo tinha a vantagem de trazer a harmonia e a continuidade das medidas que tivesse to-

(1) Fundada, em 1680, por Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, foi muitas vezes tomada pelos hespanhoes e retomada pelos portuguezes; pertenceu ao Brasil de 1817 a 1828 e foi perdida por Pedro I depois da derrota de Ituzaingo; hoje pertence á Republica Oriental do Paraguay.

mado para a sua defesa, as quaes poderiam ser mal comprehendidas, mal executadas e mesmo regeitadas pelo capitão-general que o viesse succeder no governo de S. Paulo.

Demais, não é de crer-se que o governo portuguez, que consultava os capitães-generaes sobre os menos importantes serviços publicos, deixasse de ouvir a sua valiosa opinião sobre materia de tão transcendente importancia como era o objecto d'esta carta régia. Portanto, o grande desmembramento da capitania de S. Paulo, operado por esta ordem real, foi obra de Gomes Freire, de quem não podemos, como paulistas, nos queixar, porque ella era aconselhada pela experiencia e pela necessidade de se cuidar, antes de tudo, da manutenção da integridade do territorio colonial.

Em 1739 cessou a interinidade do governo da capitania de S. Paulo, por ter vindo administral-a, como capitão-general effectivo, D. Luiz Mascarenhas, que a governou até 1748; porém este, apenas aqui chegou, tractou logo de seguir para o sertão de Goyaz, onde ficou varios annos occupado em dar execução ás medidas que lá deveriam ter sido applicadas pelo fallecido Conde de Sarzedas.

Com o espirito preoccupado com assumptos de immediato interesse para o Fisco Real, como era a boa administração das minas e a severa arrecadação dos quintos reaes, D. Luiz Mascarenhas defendeu com tenacidade e energia as fronteiras do norte de S. Paulo, contra as frequentes invasões dos governos de Minas Geraes, porque n'aquellas regiões o preço de cada palmo de terreno era calculado pela quantidade de ouro que poderia produzir, e quanto mais avolumados eram os quintos, mais cahiam na graça real os capitães-generaes, que antes se pareciam com agentes fiscaes do governo

portuguez do que com administradores encarregados de promover a prosperidade do paiz e a felicidade dos povos.

Porém, nunca tractou elle de reagir contra o acto de Gomes Freire, consentindo no desmembramento da capitania durante a interinidade de 1737 a 1739 e menos ainda de definir os seus limites do sul, profundamente modificados pelo seu antecessor. Voltando de Goyaz, no fim de alguns annos, depois de lá ter applicado as providencias que julgou uteis para a boa organisação dos diversos ramos do serviço publico, e ter elevado a villa a povoação de Villa Boa de Goyaz, demorou-se ainda D. Luiz Mascarenhas em S. Paulo até ao anno de 1748, quando foi removido para o governo da India portugueza.

Aqui termina o primeiro e o mais importante periodo da historia colonial de S. Paulo. Aquellas famosas gerações de intrepidos bandeirantes paulistas que, com Antonio Raposo, tinham desvastado o Goayrá, assollado as missões dos jesuitas de Além-Uruguay e Corrientes, e ido dar combate aos hespanhoes sobre os Andes; que, com Luiz Pedroso de Barros, foram combater com o inimigo estrangeiro, no Reconcavo da Bahia, e depois travaram novos combates contra os hespanhoes, no Perú; que, com Pedroso Xavier, invadiram o Paraguay, e de lá trouxeram ricos despojos; que, com Domingos de Brito, fundaram a villa da Laguna e exploraram as campinas do sul até ao Rio da Prata; que, com João Amaro Maciel Parente, invadiram e devassaram os sertões do norte até ao Piauhy e Maranhão; que, com Domingos Jorge, foram os unicos capazes de destruir a legendaria republica africana dos Palmares; que, com Raposo Tavares, foram a Pernambuco auxiliar a restauração do dominio portuguez contra o poder dos hollandezes; que,

com Fernando Dias Paes, tinham descoberto as riquezas de Minas Geraes e enchido a Europa de inveja da opulencia do subsólo brasileiro; que, com Paschoal Moreira Cabral e Bartholomeu Bueno da Silva, haviam explorado e povoado os sertões de Matto-Grosso e de Goyaz e exhibido ao mundo os thesouros occultos que encerravam, — tinham todas desapparecido para sempre, para serem substituidas por outras gerações pacificas de cultivadores das terras e exploradores das minas já conhecidas.

Especialiso o fim d'esta epocha, porque o periodo seguinte, com quanto de curta duração, foi calamitoso para S. Paulo.

III

A carta régia de 11 de agosto de 1738 não definiu os limites entre o extremo sul da capitania de S. Paulo e o territorio do Rio Grande, d'ella desmembrado para ser annexado ao Rio de Janeiro. A linha divisoria no interior foi acceita pelo rio Pelotas ou Uruguay, porém na costa ella ficou obscura e duvidosa.

Segundo as affirmações posteriores do capitão-general D. Luiz Antonio de Sousa, a divisa deveria subir pelo rio Pelotas até á sua mais remota cabeceira, e, atravessando d'ahi a serra do Mar, devia ganhar as nascentes de algum riacho, como o *Mampituba* ou *Araranguá*, e descer por elle até ao mar.

N'este caso qualquer que fôsse o riacho escolhido para linha divisoria desde a serra até ao mar, a villa da Laguna e a sua importante bahia ficariam, como de facto ficaram, pertencendo á capitania de S. Paulo por estarem ao norte d'esses riachos, não obstante a carta régia acima citada, que mandava *que todos os portos e lugares*

de marinha ficassem de baixo de um só mando. Porém a pouca, ou nenhuma attenção dada por D. Luiz Mascarenhas ás questões de limites do sul da sua capitania e a grande influencia exercida por Gomes Freire sobre o governo portuguez, combinadas com as necessidades politico-estrategicas da occasião, trouxeram a carta régia de 4 de janeiro de 1742, que nos arrancou a villa da Laguna, e diz assim:

«D. João, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos «Algarves, daquem, e dalém mar em Africa, Senhor de «Guiné, etc.—Faço saber a vós governador, e capitão-«general de S. Paulo, que attendendo a ficar muito «distante da capital desse governo a villa de Laguna, e «que por elle se não póde providenciar naquella parte, «em qualquer caso que peça immediatamente remedio «Fui servido determinar por resolução de 18 de dezem-«bro do anno passado, tomada em consulta do meu «Conselho Ultramarino, que a dita villa se separe desse «governo, e se una ao da capitania do Rio de Janeiro, «de que vos aviso para que assim o tenhaes entendido. «El-Rei nosso Senhor o mandou pelo dr. Thomé Gomes «Moreira, e Martinho de Mendonça de Pina e Proença, «Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou «por duas vias. Caetano Ricardo da Silva a fez em «Lisboa a 4 de janeiro de 1742. O secretario Manuel «Caetano Lopes da Lavre a fez escrever.—*Thomé Gomes «Moreira, Martinho de Mendonça de Pina e Proença.*»

Com esta carta régia, que aliás era uma consequencia logica da outra de 11 de agosto de 1738, não só perdeu a capitania de S. Paulo um pedaço importante do seu territorio, como mais confusos ainda ficaram os seus limites ao sul, porque si no interior permanecia o limite irrecusavel do grande rio Uruguay, desappareceu na costa a divisa natural pelo riacho Mampituba

ou Araranguá, quando ao norte da Laguna não se encontra outra divisa alguma natural que pudesse substituir aquella abolida pela ordem real acima transcripta.

Como a idéa dominante no governo portuguez era explorar em proveito proprio a sua immensa colonia, e garantir o seu territorio contra os possiveis ataques dos hespanhoes, e em pequena conta eram tidos o bem-estar e a tranquillidade dos povos habitantes das fronteiras, foram consideradas questões de pouca importancia os numerosos conflictos de jurisdicção, que da falta de divisas se seguiram entre as auctoridades paulistas de Curytiba e as auctoridades rio-grandenses de Viamão, conflictos estes que duraram annos e continuaram, mesmo depois da restauração da capitania de S. Paulo, em 1765, como se poderá verificar da correspondencia de D. Luiz Antonio de Sousa, publicada nos volumes XIX e XXIII da *Revista* d'este Archivo.

Em relação a Santa Catharina, as duas cartas régias acima citadas declaram que ficam desligados de S. Paulo e annexados ao Rio de Janeiro a ilha d'aquelle nome e a villa da Laguna, sem se referirem aos sertões contidos entre os rios Yguassú e Uruguay, que, por este silencio das ditas cartas régias, deve-se suppôr que continuavam a pertencer á capitania de S. Paulo. Entretanto, ainda durante a administração de D. Luiz Mascarenhas foi expedida de Lisboa uma outra carta régia, datada de 9 de maio de 1747 e dirigida ao brigadeiro José da Silva Paes, que servia de capitão-general interino do Rio de Janeiro na ausencia de Gomes Freire, que se achava em Minas, na qual o governo portuguez recommendava áquelle brigadeiro que tomasse todo o cuidado no estabelecimento de alguns immigrantes açorianos que vinham povoar Santa Catharina, que os agasalhasse e tractasse bem, escolhendo para elles boas situações tanto

na ilha de Santa Catharina, como nas visinhanças de S. Francisco do Sul, nas terras de S. Miguel (1) *e no sertão correspondente a esse districto*, e tendo o dito brigadeiro toda a cautella *em não dar justos motivos de queixas aos hespanhoes confinantes.*

Pelos termos d'esta carta régia, cujo original deve existir em algum dos archivos fluminenses, vemos que o governo portuguez considerava como pertencente a Santa Catharina o sertão correspondente ao districto maritimo de S. Francisco até S. Miguel, na fronteira da actual Republica Oriental do Uruguay, porque si esse sertão fôsse considerado como parte da ex-capitania de S. Paulo, parece que ao coronel Alexandre Luiz de Sousa e Menezes se devia recommendar o cuidado de estabelecer n'elle os colonos açorianos, tendo em vista não offender os hespanhoes.

Os hespanhoes *confinantes*, que estavam no caso de serem incommodados com a collocação d'estes colonos, só podiam ser os das Missões, visto que os de Corrientes e Entre-Rios tinham as suas fronteiras com o Brasil bem demarcadas pelo grande rio Uruguay e não podiam razoavelmente se queixar do estabelecimento de colonos portuguezes na margem esquerda d'este rio. Os hespanhoes das Missões podiam e deviam-se incommodar com a colonisação do territorio brasileiro nas suas fronteiras, porque alli os seus limites eram por de mais vagos e incertos e não havia em toda a sua extensão uma linha natural bem definida, serras altas ou rios grandes,

(1) S. Miguel era uma especie de colonia militar e fortaleza, ao sul da lagoa Mirim, na fronteira de Montevidéo, no valle do rio Chuy, tinha perto Castilhos Pequenos, Castilhos Grandes e Santa Theresa, lugares estes que figuram na historia das guerras do Rio Grande do Sul.

que pudesse ser respeitada como divisa entre as possessões das nações confinantes.

Assim, pois, si esta carta régia, não era positiva, era, pelo menos, muito suggestiva em relação aos direitos de Santa Catharina sobre os sertões contidos pelos rios Uruguay e Yguassú. Toda a costa, desde S. Francisco até o extremo sul, tinha sido desligada de S. Paulo por positivas ordens reaes anteriores; depois vem esta ordem ao governo do Rio, determinando o povoamento do sertão por colonos açorianos, declarando que esse sertão *corresponde* ao districto desmembrado de S. Paulo e recommendando que se tenha a devida cautela com os hespanhoes confinantes. Que era esta a intenção do governo portuguez ficará demonstrado mais adiante.

IV

Com a retirada de D. Luiz Mascarenhas do governo de S. Paulo começou para esta capitania uma epocha de verdadeiro desmoronamento.

Por cartas régias d'esse fatal anno de 1748 foram desmembrados os territorios de Matto-Grosso e de Goyaz para formarem novas capitanias, que se installaram com Antonio Rolim de Moura, Conde de Azumbuja, e Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, como capitães-generaes, e o que restava da grande e historica capitania de outr'ora foi annexado ao Rio de Janeiro, desapparecendo S. Paulo da lista das capitanias brasileiras, em que figurava desde 1709, tendo n'este espaço de quarenta annos fertilisado com o seu sangue e o seu trabalho os sertões de Goyaz e Matto-Grosso e as campinas do Sul até o Rio da Prata.

A capitania do Rio de Janeiro, augmentada agora

com esta annexação, ficou abrangendo todo o territorio do sul do Brasil até á Colonia do Sacramento. Foi então que se confundiram de uma vez todos os limites entre as regiões de que se compunham as capitanias de S. Paulo e do Rio de Janeiro. O governo era agora um só e effectivo, a auctoridade de Gomes Freire se estendia, absoluta e incontrastavel, sobre toda esta vasta região e desappareceu mesmo a necessidade immediata de limites claros e definidos entre as suas diversas secções. Si algumas questões surgiam por este motivo entre as camaras dos diversos municipios ou entre os ouvidores das varias comarcas, a auctoridade do capitão-general era suprema e fazia silenciar os conflictos, dando ás difficuldades a solução que no momento lhe parecia mais conveniente.

Occupado o capitão-general com a alta politica colonial e com a defeza do territorio brasileiro contra os frequentes ataques dos nossos buliçosos vizinhos do sul, não teve elle tempo para cuidar seriamente da administração interna da extincta capitania de S. Paulo. O seu governo foi deixado, por delegação, ao coronel Alexandre Luiz de Souza Menezes, commandante militar da praça de Santos, que não conhecia as condições economicas, politicas e moraes dos paulistas, não tinha interesse em cuidar da satisfação das suas necessidades, e, por força do seu cargo militar, residia em Santos e vivia isolado da população civil de serra-acima. Desappareceram a justiça, os bons costumes e o espirito de emprehendimento caracteristico dos nossos bandeirantes; a instrucção, a industria e o commercio retrogradaram, a lavoura e a mineração definharam, e o crime campeava impune e insolente por toda a parte, conforme affirma o capitão-general D. Luiz Antonio de Sousa em sua correspondencia, já citada, com o Marquez de Pombal.

Sendo as grandes distancias e a falta de estradas a maior difficuldade para a boa administração da justiça, o governo portuguez expediu ainda a carta régia de 20 de novembro de 1748, despachada pelo Conselho Ultramarino em 19 de novembro de 1749 e registrada na villa do Desterro em 10 de março de 1750, que diz assim:

«D. João, por graça de Deus Rey de Portugal e dos «Algarves, daquem e dalem mar em Africa, Senhor de «Guiné, etc.—Faço saber a vós Governador da Ilha de «Santa Catharina, que eu houve por bem, por Rezolução «de 20 Junho do presente anno, em consulta do meu «Conselho Ultramarino, crear nessa Ilha com o mesmo «ordenado e precalços, que tem a de Paranaguá huma «Ouvidoria, e que o districto dessa nova Ouvidoria ficará «para o norte pela barra autral do rio S. Francisco pelo «cubatão do mesmo rio, e pelo Rio Negro, que se mette «no grande de Curityba, e para o sul acabará nos mon«tes que desaguão para a Lagoa Ymery de que vos «avizo para que assim o tenhaes entendido. El-Rey nosso «Senhor o mandou pelo Conde de Tarouca, do seu Con«selho, e Presidente do de Ultramar, e se passou por «duas vias. Theodoro de Abreo Bernardes a fez em «Lisboa a 20 de Novembro de 1748. O secretario Joa«quim Miguel Lopes de Lavre a fez escrever. — *Conde «de Tarouca.*»

A divisa que esta carta régia estabeleceu ao norte para a nova ouvidoria de Santa Catharina era sufficientemente clara para evitar qualquer questão entre auctoridades bem intencionadas. Partia ella da barra do sul da bahia de S. Francisco, dirigindo-se para o cubatão do rio do mesmo nome e subindo a serra para o poente a ganhar o alto Rio Negro, pelo qual descia até a sua foz no rio Yguassú.

O Rio Negro, portanto, ficou servindo de linha divisoria, legal e natural, entre a ouvidoria de Paranaguá, mais tarde comarca de Corityba, da ex-capitania de S. Paulo, e a nova ouvidoria do Desterro, da capitania do Rio de Janeiro; isto é, em todo o seu curso o Rio Negro ficou sendo o limite legal entre as duas comarcas que hoje formam os Estados do Paraná e de Santa Catharina.

A declaração contida na mesma carta régia de que os limites do sul da nova ouvidoria do Desterro seriam os montes que desaguam para a Lagoa Ymery era excessivamente vaga e prestava-se a dúvidas futuras; porém, esta declaração não tem relação alguma com o assumpto que estou tractando, porque os montes a que ella se refere estão além do rio Uruguay e inteiramente contidos em territorio estranho á capitania de S. Paulo. Entretanto, me parece que a ella podem ser dadas duas interpretações muito diversas:

1.ª A Lagoa Mirim, o canal de S. Gonçalo e a Lagoa dos Patos formam uma só massa de agua doce; o nome de *Lagoa Ymery* podia ter, n'esta carta régia, sido applicado ao conjuncto d'essas massas de agua doce, por isso que a geographia do Brasil era mal conhecida pelo governo portuguez e as ordens reaes nem sempre primavam pela clareza da linguagem e nitidez do pensamento. N'este caso os montes a que allude podem ser aquella porção da serra do Mar que serve de contravertente para as aguas que véem engrossar o rio Pelotas, para as que correm para a Lagoa dos Patos e para as que vão directamente para o mar. Esta interpretação teria a vantagem de dar então para Santa Catharina, approximadamente, os mesmos limites que hoje ella tem com o Estado do Rio Grande do Sul, que são o rio Pelotas, a serra do Mar e o riacho Mampituba.

2.ª Si o nome de *Lagoa Ymery* era applicado sómente á actual Lagoa Mirim, então os montes que desaguam para ella devem ser aquelles que estão além de Jaguarão, na linha divisoria do Estado do Rio Grande do Sul com a Republica Oriental do Uruguay, e n'este caso o territorio do sul do Brasil, desde a bahia de S. Francisco até o extremo sul da Lagoa Mirim, ficaria subordinado a uma só ouvidoria, cuja séde era a villa do Desterro.

Esta segunda hypothese tem o seu pró e contra, porque si por um lado tinha a vantagem de collocar todo aquelle territorio sob a administração judicial de um só ouvidor, que uniformisaria os julgamentos e estabeleceria a coherencia nas decisões, por outro lado trazia a grave difficuldade das distancias enormes para a distribuição da justiça, que serviu de pretexto para o governo portuguez nos arrancar anteriormente as villas de Paraty e da Laguna com os seus districtos.

Entretanto, esta segunda interpretação, em espirito, está de accordo com o disposto na carta régia de 9 de maio de 1747, que mandava estabelecer colonos açorianos no territorio que se estende da bahia de S. Francisco até o rio Chuy, e da Ilha de Santa Catharina até ás Missões hespanholas. Si ao governador competia estabelecel-os em boas situações, agasalhal-os e tractal-os bem, era natural que ao ouvidor d'essa região, e não ao de outra comarca, competisse a distribuição da justiça a todos elles.

A ordem real de 20 de novembro de 1749 veiu completar a obra da extincção da capitania de S. Paulo, iniciada pelas cartas régias anteriores, retirando do seu bispado toda a região que já, temporalmente, tinha sido d'ella desmembrada para ser annexada ao governo do Rio de Janeiro; diz assim:

«Deão e Cabbido Séde Vacante da Igreja Cathedral «de S. Paulo (1). Eu El-Rey vos enviu muito saudar. «Attendendo as muitas razões que se me representarão «para ficar sujeito a jurisdicção do bispado de Rio de «Janeiro todo o districto do Sul, desde o Rio de S. Fran«cisco até a colonia do Sacramento, em virtude da fa«culdade Apostolica, que para este effeito me foi conce«dida, houve por bem rezolver que na referida forma «se observe interinamente emquanto Eu não determinar «o contrario, o que vos aviso para que o fiqueis enten«dendo. Escripta em Lisboa a 20 de novembro de 1849. «—RAINHA (2).»

Declarando esta carta régia que o territorio desmembrado do bispado de S. Paulo se estendia de S. Francisco do Sul até a Colonia do Sacramento, nada determinou sobre o sertão brasileiro correspondente a esta longa tira da nossa costa maritima; porém, logicamente deve-se suppôr que ella inclue todo o interior, porque havia conveniencia em que toda essa região ao sul de S. Francisco e do rio Yguassú ficasse, temporal e espiritualmente, sob dominio do Rio de Janeiro, assim como, judicialmente, sob a jurisdição de um só ouvidor. A centralisação e a unidade são o caracteristico dos governos absolutos e era manifesta a vantagem da concentração dos poderes

(1) O bispado de S. Paulo foi creado em 22 de abril de 1745 e confirmado pelo Papa Benedicto XIV em 6 de dezembro d'esse mesmo anno. O primeiro bispo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, foi nomeado em 6 de dezembro de 1745, tomou posse a 8 de dezembro de 1746 e falleceu a 7 de novembro de 1748. Ficou a diocese acephala até 28 de junho de 1751 quando tomou posse o segundo bispo, D. Antonio da Madre de Deus Galvão.

(2) Rainha esposa do rei João V e regente do reino durante uns ataques de paralysia que soffreu seu esposo e que o levaram á sepultura no anno seguinte.

temporal, judicial e espiritual nas mãos de um só governador, de um só ouvidor e de um só bispo.

Sem missa não se governam os povos, diziam os capitães-generaes (1), e isto quer dizer que o governo e a egreja estavam de tal fórma ligados que não era possivel a existencia d'aquelle sem o auxilio d'esta, e este auxilio era mais efficaz e proveitoso quando os limites do governo civil coincidiam com os do bispado, quando havia unidade e harmonia de acção no governo, tanto temporal como espiritual.

Era tão absoluto o governo de Gomes Freire, que modificava á vontade as divisas dos municipios e ouvidorias da sua capitania, mesmo em contrario de disposições de cartas régias, que eram as supremas leis do paiz. Assim ordenava elle, por carta de 20 de junho de 1750, dirigida ao capitão-mór da villa de S. Francisco, que aquella villa e a ilha em que está situada ficassem pertencendo ao governo de Santa Catharina, passando a divisa com S. Paulo a ser pela barra do norte da Bahia de S. Francisco e não mais pela barra do sul como de antes era.

V

A suppressão da capitania de S. Paulo tinha sido um grave erro praticado pelo governo portuguez, aconselhado pelo Conde de Bobadella, que o defendeu até a sua morte, em 1763. O novo Vice-Rei Conde da Cunha, que o succedeu no governo geral do Brasil, reconheceu logo a impossibilidade de bem administrar a vasta região do Rio de Janeiro ao Rio da Prata, que formava a

(1) Vide vol. XXIII, pag. 418 da revista *Archivo do Estado de S. Paulo*.

sua capitania, e por isso pediu e obteve do Marquez de Pombal a restauração da extincta capitania, que foi effectuada pela carta régia de 6 de janeiro de 1765, sendo nomeado seu capitão-general D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, morgado de Matheus, um dos mais habeis politicos e energicos administradores que o governo pertuguez enviou ao Brasil.

O governo d'este illustre general durou dez annos e foi uma lucta incessante pela defesa das fronteiras da sua capitania, que eram continuamente invadidas, ao sul pelos delegados do capitão-general do Rio de Janeiro e ao norte pelo capitão-general de Minas Geraes.

Na *Revista* d'este archivo, vols. XI, XIX e XXIII, se encontram claros vestigios dos seus grandes esforços pela manutenção da integridade do territorio que elle suppunha pertencer ao seu governo.

Havia dezesete annos que a capitania tinha deixado de existir e havia uma correspondente lacuna nos papeis officiaes do archivo do seu governo, de modo que ao tomar posse da administração, em 1765, D. Luiz Antonio se achou ignorante sobre os factos occorridos n'esse periodo de tempo e sem meio de se esclarecer, porque os documentos respectivos não eram, nem por cópias, encontrados na sua secretaria.

Teve elle de reclamar a entrega de todos os papeis referentes ao serviço publico d'esse tempo, espalhados pelas secretarias dos governos das diversas capitanias limitrophes, principalmente nos archivos do Rio de Janeiro, e apesar de toda a sua diligencia muito poucos conseguiu elle obter.

Não conhecendo algumas das cartas régias acima transcriptas, tratou D. Luiz Antonio de tomar posse immediata de varios territorios que, pelas ditas cartas régias, não mais pertenciam á capitania de S. Paulo, como

fôssem os *Campos Corytibanos*, situados na margem direita do rio Pelotas, onde fundou logo a villa de Lages, não obstante os protestos do Vice-Rei, Conde da Cunha e do Governador de Viamão. Explorou em seguida os *Campos de Guarapuava;* organisou varias expedições pelos rios Yguassú, Yvahy e Tibagy e chegou mesmo a invadir a fronteira da capitania de Matto-Grosso, saltando por cima da divisa natural e legal do grande rio Paraná e formando uma desgraçada colonia de paulistas no territorio de Yguatemy, que nos era contestado pelos hespanhoes do Paraguay.

A linha divisoria na costa foi tenazmente defendida pela barra do norte da bahia de S. Francisco, e para garantil-a foi iniciada a fundação de S. Luiz de Guaratuba, que foi elevada á categoria de villa, em março de 1770, e cujo districto devia-se estender ao sul até á dita barra do norte da bahia de S. Francisco. O governador de Santa Catharina não se descuidou de protestar, d'esta vez sem razão, contra este acto do governador de S. Paulo; mas D. Luiz Antonio respondeu-lhe que não sómente aquelle districto pertencia á sua capitania até á barra do norte da dita bahia de S. Francisco, como tambem que estas terras todas eram do rei de Portugal, que a fundação da villa de Guaratuba era serviço feito ao rei, e com licença do rei, e que portanto não havia fundamento algum para uma tal reclamação (1).

Entretanto, em relação a esta materia, chegou-se em 2 de março de 1771, a um accordo approvado pelos dous governadores, segundo o qual as divisas entre Guaratuba e S. Francisco passariam a ser pela barra do rio Sahy no oceano, seguindo para o poente por uma aberta entre os morros chamados *Araraquara* e *Ykrim*, ficando

(1) Vide vols. XIX e XXIII do *Archivo do Estado de S. Paulo.*

para Santa Catharina o territorio ao sul e para S. Paulo o territorio ao norte d'esta linha, que se acha quasi equidistante de ambas as villas. Esta divisa, apezar de feita em contrario ao disposto na ordem de Gomes Freire, de 26 de junho de 1750, subsiste até o presente e parece ser bem acceita pelos governos dos dous Estados interessados.

Cedendo pelo accordo supra citado algum terreno na costa, ao qual elle tinha amplo direito, D. Luiz Antonio de Sousa, ignorante ou esquecido da carta régia de 26 de novembro de 1748, que estabelecia a linha divisoria do Rio Negro, atravessou muitas vezes este rio, durante a sua activa e energica administração, para proseguir na fundação da villa de Lages e manter a sua posse sobre os Campos Corityhanos e Campos de Palma, que elle continuou sempre a explorar e povoar como si de direito pertencessem á capitania de S. Paulo.

Em apoio dos seus actos allegava D. Luiz Antonio que a sua capitania tinha sido restaurada e reposta no pé em que estava quando foi supprimida em 1748; como n'aquella epocha esses sertões lhe pertenciam, era evidente que continuavam a pertencer-lhe depois da sua restauração e, portanto, assistia a elle, como seu capitão-general, o direito de explorar e povoar toda essa região.

Acceito o accordo sobre o rio Sahy como linha divisoria na costa, affirmava D. Luiz Antonio que a divisa seguia para o poente, entre os morros de Araraquara e de Ykrim, em distancia de cerca de quinze leguas e, fazendo ahi quadra para o sul, corria pela lombada da serra do Mar, atravessava o rio S. Paulo pouco acima da sua barra no rio Ytajahy e descia, sempre em linha mais ou menos recta, para o sul até alcançar as cabeceiras do rio Pelotas, descendo por este rio até o Uruguay e por este até ás Missões.

Comtudo, fazendo estas affirmações de modo bastante positivo, D. Luiz Antonio não apresentava em seu abono uma só carta régia que invalidasse as anteriores, acima transcriptas, e baseava-se unicamente no acto da restauração da sua capitania, que elle dizia ter sido reposta no estado em que se achava quando foi supprimida em 1748. Isto se deprehende da sua correspondencia já publicada, e diversas vezes acima citada.

No mappa de Santa Catharina, desenhado e publicado em 1863 por Woldemar Schultz, vem traçada esta linha divisoria pretendida pelo capitão-general de S. Paulo, com uma pequena modificação, devida ao alvará de 9 de setembro de 1820, que separou de S. Paulo o districto de Lages para annexal-o ao governo de Santa Catharina.

Por esse mappa a barra do rio Sahy fica a 26° de latitude sul e por este parallelo segue a linha divisoria para o poente até encontrar o meridiano 49° 30' ao oeste de Greenwich, descendo d'ahi ao sul por este meridiano até a latitude 27°, pendendo ahi para o sudoeste até ganhar as cabeceiras do rio *Canoas* e descendo por este rio até o Uruguay, de modo que a villa de Lages e o territorio contido na forquilha dos rios Canoas e Uruguay ficassem pertencendo a Santa Catharina, conforme a interpretação dada ao alvará de 9 de setembro de 1820.

O mappa de Schultz não traz a declaração de ser official, ou organisado com a approvação do governo catharinense ; é, por conseguinte, um elemento mais para o estudo d'esta materia, porém não é auxilio decisivo para a solução das dúvidas occurrentes.

Além d'isso, parece haver n'elle incorrecções na determinação das posições astronomicas, estando a barra do rio Sahy não exactamente em latitude 26°, mas um pouco mais ao norte, segundo se verifica de varios outros mappas posteriores d'aquella região.

O mappa da parte da provincia de Santa Catharina, publicado em 1867, tambem não traz a declaração de ter sido publicado por ordem do respectivo governo, mas declara que foi organisado para auxiliar a colonisação da provincia, por Pedro Luiz Taulois, *engenheiro do governo*.

Dá a divisa como partindo da barra do rio Sahy e subindo por este rio cerca de doze kilometros; d'ahi corta para o poente em linha recta, parallela com a latitude 26° e uns quinze kilometros ao norte, a ganhar as cabeceiras do rio Negro, sendo de cerca de 65 kilometros de extensão o trecho d'este parallelo desde o ponto em que deixa o rio Sahy até ganhar o leito do Rio Negro.

D'ahi para baixo o Rio Negro é considerado como limite dos dous Estados, de conformidade com o disposto na carta régia de 20 de novembro de 1748, que creou a ouvidoria de Santa Catharina.

Si as cartas régias mencionadas determinavam, directa ou indirectamente, que todo o sertão, situado entre os rios Yguassú e Uruguay, ficasse pertencendo á capitania do Rio de Janeiro, parece uma desnecessidade o alvará de 9 de setembro de 1820, que separou Lages de S. Paulo para annexal-a a Santa Catharina, porque essa villa estava n'aquelle sertão e, por essas ordens reaes, já não pertencia mais a S. Paulo. Porém D. Luiz Antonio tinha tomado posse d'aquelle territorio de modo tão firme e decisivo que apesar dos continuados protestos dos governadores de Santa Catharina ella foi transmittida ininterrupta aos seus successores até 1820.

Para inutilisar esta posse de mais de meio seculo foi que o governo colonial expediu esse alvará, transferindo para aquelle governo este territorio que pelo direito escripto já lhe pertencia, desde 1748.

Deixando o governo de S. Paulo, em 1775, o in-

telligente, energico e bem intencionado capitão-general D. Luiz Antonio de Sousa, foi elle substituido pelo tyranno e perverso Martim Lopes Lobo de Saldanha, cujo governo durou até 1782 e se tornou notavel pelo assassinato juridico do *Caetaninho* e pela conquista de Santa Catharina pelos hespanhoes e pela destruição da colonia paulista de Yguatemy.

Os governos de Francisco da Cunha Menezes, 1782-86, e do cavalheiro de Malta Raymundo Chichorro, 1786, duraram poucos annos e não alteraram o estado das questões das nossas divisas do sul.

Bernardo José de Lorena governou S. Paulo de 1788 a 1797, passava por ser filho natural do Rei D. José I, era solteiro e notabilisou-se em S. Paulo mais como assassino e devasso do que como politico e administrador (1); passou depois a infelicitar a capitania de Minas-Geraes.

Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça, fraco e pouco capaz, deixava pesar sobre os outros a responsabilidade dos actos do seu governo e ficou conhecido sómente pelo seu appellido de *Pilatos*.

Franca e Horta era a personificação do enredo e da intriga; cioso da reputação e talento de Martim Francisco e outros paulistas illustres, cuidava mais em delações do que no governo da capitania; ganhou o cognome de *mexeriqueiro* e deixou as cousas no seu antigo pé.

No tempo em que governava Franca e Horta, cuja administração durou de 1802 a 1811, os territorios do Rio Grande do Sul e de Santa Catharina foram desmembrados do Rio de Janeiro para formarem uma nova capitania, por provisão régia de 19 de setembro de 1807.

A villa de Porto Alegre foi designada para ser a

(1) Vide vol. XII, pags. 152 e 153, do *Archivo do Estado de S. Paulo*.

capital do novo governo e para lá foi removida a séde da ouvidoria de Santa Catharina.

Entretanto, continuavam sempre em conflicto o *direito* de Santa Catharina e a *posse* de S. Paulo sobre o sertão contido pelos rios Yguassú e Uruguay, principalmente pela razão das auctoridades catharinenses considerarem uma boa porção d'aquelle territorio como parte integrante do districto de Lages e, portanto, incluida nas disposições do alvará de 1820. A esta allegação continuavam a responder os governadores de S. Paulo, que aquelle sertão, descoberto e povoado pelos paulistas, pertencia ao districto de Curityba e não ao de Lages, que ficava por isso excluido do disposto no referido alvará e pertencia ao governo de S. Paulo.

VI

Como amostra da argumentação empregada, depois da independencia, pelos presidentes de S. Paulo na defesa da sua posse sobre os sertões de Santa Catharina, transcrevo aqui um extenso e interessante officio do presidente Manuel da Fonseca de Lima e Silva, dirigido em 1844 ao presidente da provincia de Santa Catharina.

«Ill.mo e Ex.mo Sr. : — Tenho presente o officio que v. ex.ª serviu-se dirigir-me em data de 27 de agosto proximo passado, acompanhado de duas cópias de outros que tinham sido remettidos aos meus antecessores (1),

(1) Estes predecessores eram o brigadeiro Raphael Tobias o marquez de Monte-Alegre, o visconde de Macahé e Manuel Felizardo. O primeiro d'estes teve longa polemica com o presidente de Santa Catharina sobre esta materia; Monte-Alegre, occupado com a revolução de 1842, pouco ou nada fez, e os dous ultimos pouco se demoraram em S. Paulo.

versando todos ácerca da persuasão em que v. ex.ª se acha, fundado em tradição e ainda por instancia de moradores antigos do districto, de que os *Campos de Palma*, sitos no territorio mais occidental d'esta provincia (1), fazem parte d'aquelle que se comprehende no municipio de Lages; porque, partindo da parte do norte a linha confinante d'esta Provincia com o mesmo municipio da Serra Geral onde principiam as vertentes do rio Canoinhas, segue por elle até á sua confluencia no rio Covo, Yguassú ou Corityba, e por este até desembocar no Paraná; e que por isso representando v. ex.ª os ditos Campos como pertencentes á Provincia a que preside, seria para desejar que abrisse eu mão de conservar alli um destacamento para ser substituido por outro expedido d'essa Provincia.

«A cujo respeito, e como v. ex.ª exija pontual resposta permitta-me v. ex.ª que lhe diga préviamente que não é pela simples inspecção de mappas que se podem estabelecer cabalmente os verdadeiros limites territoriaes entre as diversas provincias do Brasil; porque nada ha de mais inexacto e que menos possam dirigir-nos do que os mesmos mappas, principalmente os que procuram designar o interior do Brasil, de que não existem senão noções incorrectas, noticias infundadas e conjecturas formadas por analogia, que quasi sempre são inverosimeis.

«Devendo reconhecer-se, pois, que por este meio nada se póde colligir que exacto seja para poder-se sustentar a reclamação que, por parte d'essa Provincia, faz v. ex.ª dos Campos de Palma, como porção de territorio do municipio de Lages, identica insubsistencia reside na

(1) Em relação ao todo da provincia de S. Paulo os Campos de Palma estavam ao sul e não ao poente, como aqui se diz.

outra razão expressada por v. ex.ª de que assim affirmavam antigos moradores do districto, porque quando mesmo se devesse excluir de taes boatos a idéa que se lhe póde associar de interesses privados, quasi sempre subsistem n'elles o vago e o incerto que, como v. ex.ª bem sabe, não constituem direito algum.

«E para que melhor possa demonstrar as razões em que me fundo para não acceder a esta exigencia, consinta v. ex.ª que lhe exponha resumidamente a maneira originaria porque a Provincia, a que presido, teve a acquisição d'estes campos, remontando-me a pontos da sua primitiva historia, que se acham registrados no archivo da sua secretaria.

«Além de estarem incontestavelmente caracterisados como factos historicos os praticados pela afouteza e energia dos antigos paulistas no descobrimento dos longinquos e immensos territorios em que hoje se acham formadas as provincias de Minas-Geraes, Goyaz e Matto Grosso, e depois d'isso nas explorações das extensissimas mattas, serras e campos, que medeiam entre os rios Yvahy e Uruguay-mirim ou Goyocim; estão estes factos consignados nos antigos registros da secretaria d'este governo e de modo tão authentico e official que repelle toda a dúvida ou equivoco, que sobre elles se procure suscitar.

«Para os primeiros descobrimentos houve a expontaneidade daquelles homens celebres (1), movidos sem dú-

(1) Fernando Dias Paes, Lourenço Castanho Taques, Carlos Pedroso da Silva, Borbeira Gato, Rodriguez Arzão e Bartholomeu de Siqueira foram os Paulistas que mais se notabilisaram na descoberta de Minas Geraes; Pachoal Moreira Cabral, Fernando Dias Falcão, os irmãos Subtil, irmãos Maciel, irmãos Leme, Antonio Pires de Campos e Domingos Rodrigues do Prado foram os principaes descobridores das minas de Matto-Grosso; Bartholomeu Bueno da Silva, pae e filho, e João Leite da Silva Ortiz foram os exploradores de Goyaz. Todos estes trabalharam por conta propria, sem auxilio algum do governo colonial.

vida, pelo pensamento, que prevaleceu a outro qualquer, de ceder ao estimulo de interesses privados; mas para os segundos foi por elles ouvida e obedecida a voz da auctoridade (1), que facilmente calou em seus animos e recordou-lhes suas antigas promessas.

«É de então que datam, entre outras, as descobertas dos sertões do Tibagy, das extensas máttas e campos de Guarapuava e de todo esse territorrio destendido das margens do Goyocim, ou primeiros affluentes do Uruguay, até o Yguassú (2), comprehendendo-se n'elle os reclamados Campos de Palma.

«A exploração e reconhecimento d'este territorio começaram em 1767, os primeiros trabalhos que n'este sentido foram emprehendidos em tempo que governou esta Provincia o Morgado de Matheus (3), estendendo-se até ás margens do Paraná, como attestam os roteiros de Bruno da Costa, capitão Silveira, tenente-general Candido Xavier e coronel Affonso Botelho (4), registrados na correspondencia referida a aquelle capitão-general;

---

(1) Vide explorações do Tibagy no vol. IV do *Archivo do Estado de S. Paulo*, diario do coronel Affonso Botelho.

(2) A primeira exploração d'aquelle sertão foi feita por Antonio de França e Silva, que chegou até o Paraná e de lá trouxe D. Mauricio e outros criminosos hespanhoes do Paraguay. Vide vol. V do dito archivo e NOTA no fim do vol. VI.

(3) Chamava-se D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão e governou S. Paulo dez annos, de 1765 a 1775.

(4) O *roteiro* de Bruno da Costa já foi publicado, com a correspondencia de D. Luiz Antonio, na revista d'este Archivo. O capitão Silveira foi infeliz por ter sido agarrado pelos hespanhoes e levado a Buenos-Ayres, onde ficou preso por muitos annos, sem que o governo tratasse de resgatal-o, vide NOTA no fim do volume VI do *Archivo* citado. Candido Xavier de Almeida e Sousa era então um simples tenente; fez figura no tempo da independencia e governou S. Paulo em 1823.

emquanto que o territorio que hoje abrange o municipio de Lages fôra muito antes descoberto, e mesmo designados os seus limites pelo ouvidor Raphael Pires Pardinho, que foram ao depois rectificados pelo seu successor Manuel José de Faria, como melhor illustrarão a v. ex.ª as cópias inclusas; e tanto assim que sabidas as vantagens d'esse territorio, cuja extensão tinha sido então bem reconhecida, mandou o capitão general povoal-o, prevenindo, em officio datado de 11 de agosto de 1766, ao Governador do Rio Grande do Sul, o coronel José Custodio de Sá e Faria, que para semelhante fim (o de povoar os campos de Lages) destinára o paulista Antonio Corrêa Pinto (1), a quem tinha nomeado capitão-mór regente do novo povoado.

«Do exposto facil é de comprehender que ao tempo que se descobriu e reconheceu o territorio que hoje fórma o districto de Lages, ainda não tinham sido descobertos os Campos de Palma, e que essa antecipação exclue formalmente toda e qualquer pretenção que se haja premeditado sobre a posse d'esses campos, em virtude da ulterioridade do seu descobrimento, e que os mesmos campos, posto que situados na parte mais occidental d'esta provincia (2), a ella incontestavelmente pertencem: — *primo*, porque foram descobertos pelos habitantes d'esta provincia, com sciencia e por expresso e positivo mandado do

(1) Paulista muito distincto, que foi o fundador da villa de Lages e seu capitão-mór por muitos annos; figura muito na correspondencia, já citada, de D. Luiz Antonio, vols. XIX e XXXIII da revista *Archivo do Estado de S. Paulo*.

(2) O presidente Lima Silva continúa a affirmar erradamente que estes *campos estão na parte mais occidental* d'esta provincia; não só a sua longitude não era a mais occidental, como em relação a todo o territorio de S. Paulo elles ficam quasi ao sul.

respectivo governo; — *segundo,* porque anteriormente a esse facto nenhum outro se póde evidenciar que apresente um vislumbre se quer de direito, que ponha-os na totalidade do territorio que fôra adjudicado ao municipio de Lages ao tempo da sua povoação primitiva; — *tertio,* finalmente, porque ainda quando em tempos subsequentes estivessem os mencionados campos deshabitados e desaproveitados, geralmente fallando, o que jámais se póde considerar como prescripção de direito de dominio e posse, porque esse onus não se dá em semelhantes casos: logo, pois, que foram elles reconhecidos, e que se puderam calcular as suas vantagens, destinou-se-lhes população, foram distribuidos em sismarias pelos habitantes d'esta Provincia, tem-se dispendido com elles grossas quantias na conservação e manutenção de um destacamento para a sua segurança, e defendel-os das incursões das hordas selvagens, que infestam as suas mattas; e hoje não ha alli um só palmo de terreno aproveitavel que não esteja concedido áquelles que ousaram habital-os.

«Das cópias inclusas conhecerá v. ex.ª que pelo ouvidor Pardinho foi designado como linha confinante do lado do sul, entre o territorio de Lages e do Rio Grande, hoje provincia de S. Pedro, o rio Pelotas, e que foi marcado como limite entre a villa de Lages e de Corityba o ribeirão do *Campo da Estiva,* cujo nome é hoje desconhecido n'aquellas paragens, podendo-se inferir da sua posição que talvez seja uma das ramificações que o rio Uruguay-mirim ou Goyocim tem mais ao oriente; e de uma *Memoria* dos limites d'esta Provincia com as suas confinantes, attribuida ao desembargador Sousa Chichorro, antigo secretario d'este governo, vê-se que hoje o limite entre esta e essa Provincia é o rio Canoinhas, um dos que formam as nascenças do rio Uruguay, mas

não só n'ella como nos registros antigos, que tratam d'este objecto, se não vê que fossem descriminados os limites do municipio de Lages, que no interior devem percorrer do rio Canoinhas ao rio Pelotas.

«Todavia conhece-se do *Mappa Chorographico* d'esta Provincia, confeccionado pelo marechal Muller, no anno de 1837, e pelo qual se regula esta Presidencia em objecto que tem relação com a topographia do paiz, que no ponto onde terminam a oeste os limites pactuados entre o Brasil e os Estados que fallam a lingua hespanhola, percorre a linha divisoria desde a foz do rio Santo Antonio no Yguassú até a do Pipery no Uruguay-mirim ou Goyocim, cortando de norte a sul a cordilheira que se prolonga da serra do Espigão na direcção de éste e oeste; e que d'este ponto, margeando a linha este rio para a parte das suas nascentes, vae terminar na confluencia dos rios Marombas e Canoaes.

«Além d'isto, acha-se traçado no mesmo mappa uma linha ponctuada, que começando no rio Canoinhas, a meio da distancia que ha da sua foz no Yguassú, a barra que n'este faz o ribeirão S. João, procura em rumo de sudoeste encontrar-se com a serra do Espigão, com a qual percorre o espaço que vae d'este encontro até á origem do rio Chapecó, seguindo o curso d'este rio termina no ponto em que elle desemboca no mencionado Uruguay-mirim; linha esta que supponho estabelece a divisão de limites entre o municipio de Corityba e o de Lages.

«Comquanto, pois, estejam assim descriptas estas linhas no mappa da Provincia, e por elle se regule esta Presidencia no que é concernente a objectos limitrophes e interprovinciaes, não merece, comtudo, semelhante designação de limites tão implicita confiança comparativamente com a que vem do direito irrecusavel que a esses campos adquiriu esta Provincia pelo facto incontestavel

de os ter descoberto, e de sua posse primeiro que nenhuma outra Provincia; e assim penso por conformar-me com o que levo precedentemente expendido, quando signifiquei a v. ex.ª que geralmente tem-se notado grande cópia de inexactidões nos mappas geographicos do Brasil, principalmente nos que descrevem o seu interior.

«São estas as razões em que me estribo para denegar-me á transacção solicitada por v. ex.ª a favor d'essa Provincia, do dominio sobre os Campos de Palma, que é inherente á que eu governo, e se ellas não puderem convencer a v. ex.ª da inexequibilidade de semelhante reclamação, parece que deverá v. ex.ª recorrer aos Poderes competentes, a cuja decisão me submetterei como me cumpre.....

Palacio do Governo de S. Paulo, 21 de setembro de 1844. Ill.mo e ex.mo sr. Antero José Ferreira Brito, Presidente da Provincia de Santa Catharina. — *Manuel da Fonseca de Lima e Silva.*

VII

Os primeiros argumentos empregados n'este longo officio do presidente de S. Paulo, são os mesmos usados, oitenta annos antes, pelo capitão-general D. Luiz Antonio de Sousa, que é, por vezes, nominalmente citado, e se basêam todos unicamente sobre a posse d'aquelle sertão por ter sido descoberto e povoado pelos paulistas.

Nenhum argumento novo é trazido para a discussão e nenhuma referencia é feita ás cartas régias de 9 de maio de 1747 e de 20 de novembro de 1748, das quaes uma determinava o povoamento d'aquella região pelo governo de Santa Catharina, com o devido respeito pelas fronteiras hespanholas das Missões, e outra fixava os

limites da nova ouvidoria do Desterro pelo rio Negro, affluente da margem esquerda do Yguassú.

Era natural que as disposições d'estas cartas régias não fôssem devidamente executadas até o anno de 1765, porque o referido sertão e a respectiva costa maritima pertenciam á capitania do Rio de Janeiro, e os conflictos de jurisdicção entre as auctoridades locaes eram facilmente resolvidas pelo capitão-general Gomes Freire como melhor lhe parecia, na occasião. Porém, logo que foi restaurada a capitania de S. Paulo e esta teve o seu governo autonomico, deviam aquellas ordens reaes ter immediata execução, tornando-se effectivos os limites por ellas estabelecidos afim de evitar os conflictos, que das camaras municipaes e dos ouvidores das comarcas passavam aos capitães-generaes e só podiam ser resolvidos pelo governo de Lisboa, que ou não se importava com elles, como no presente caso, ou os decidia com annos de demora e com enorme prejuizo das partes interessadas.

Os capitães-generaes de S. Paulo até o tempo da independencia e os seus presidentes até 1853 não davam a entender que sabiam da existencia d'estas cartas régias e todos elles se apegavam ao facto material das explorações e descobertas d'aquelle sertão terem sido feitas pelos paulistas, por ordem de D. Luiz Antonio de Sousa, para affirmarem o direito de S. Paulo sobre aquelle territorio.

Com o mesmo direito que este capitão-general teve de mandar explorar e povoar o sertão de Santa Catharina, ordenou elle simultaneamente que os paulistas atravessassem o grande rio Paraná, explorassem e povoassem o sertão de Yguatemy, que pertencia á capitania de Matto Grosso e que, entretanto, nunca foi posteriormente reclamado como parte integrante do territorio paulista.

Para estas invasões de territorios legalmente pertencentes a outras capitanias, D. Luiz Antonio tinha pedido e obtido o consentimento escripto do governo portuguez, então concentrado nas mãos do Marquez de Pombal (1). Este consentimento não lhe foi recusado porque todos os serviços de exploração e povoamento dos sertões de Santa Catharina e de Matto Grosso eram feitos á custa do sangue e do dinheiro dos paulistas, não custavam um só real ao governo de Lisboa, e diante das vantagens que taes seviços lhe traziam o Rei D. José I não fazia muito empenho em que o seu grande ministro tornasse effectivas as ordens emanadas de seu pae João V. Aquellas cartas régias ficaram esquecidas, porém não foram abolidas, e n'ellas se fundavam os capitães-generaes do Rio de Janeiro e seus delegados em Santa Catharina para protestar contra as invasões dos paulistas no sertão contido pelos rios Yguassú e Uruguay e as Missões Argentinas.

O presidente Lima e Silva, pessoalmente, não conhecia a geographia da região contestada e fez confusão entre os rios *Canoas* e *Canoinhas*, chegando a acceitar a affirmação de Sousa Chichorro que o rio Canoinhas é um dos affluentes do Uruguay e fórma o limite entre as duas provincias, o que é um erro gravissimo; entretanto, mais adiante reconhece elle que o rio Canoas é que é affluente do Uruguay e declara que, pelo mappa do marechal Muller, que elle segue em questões interprovinciaes, o rio Canoinhas desagua no rio Yguassú.

Por esta confusão e apparente perfilhação de opiniões contrarias, sem perceber a contradição em que cahira, o presidente de S. Paulo invalidou em boa parte a

(1) Vide *Correspondencia de D. Luiz Antonio de Sousa*, vols. XIX e XXXIII do *Archivo do Estado de S. Paulo*.

força dos seus argumentos e mostrou que eram imprestaveis algumas das fontes em que colhêra as informações sobre esta grave materia.

Si o marechal Muller traçou no seu mappa as divisas entre as duas provincias e especialisou com linhas ponctuadas os limites entre os municipios de Lages e de Corityba, devia o seu trabalho ser o resultado da legislação vigente para ser a fiel expressão da verdade geographica; porém, é o proprio presidente quem declara que, comquanto seja esse mappa usado pelo governo de S. Paulo nas suas relações com os governos visinhos, não merece elle confiança e que o direito de S. Paulo sobre aquella região se basêa sobre os factos historicos registrados nos livros da sua secretaria, isto é, na sua descoberta e povoamento pelos paulistas.

As divisas estabelecidas pelo ouvidor Raphael Pires Pardinho e rectificadas pelo seu successor Manuel de Faria não tem valor algum interprovincial, porque Pardinho era um funccionario subalterno, dependente do capitão-general de S. Paulo, e os limites estabelecidos por elle estavam todos dentro da capitania, cujo territorio se estendia naquelle tempo até á Colonia do Sacramento. Era, portanto, um serviço inteiramente interno, de caracter puramente local, que uma vez approvado pelo capitão-general, tinha força de lei para esta capitania sómente.

Ainda mais, esta demarcação fôra realisada no primeiro quarto do seculo passado e ficou inteiramente invalidada pelas cartas régias acima citadas, que são muito posteriores e deram novas divisas para o sul da capitania e territorios d'ella desmembrados. Estas divisas, portanto, não sómente tinham na occasião um caracter todo local, como foram abolidas por ordens posteriores, emanadas do governo portuguez, e não podiam

ser invocadas, 120 annos depois, como base para a solução de um conflicto interprovincial.

Em 1812 a Villa de Corityba passou a ser a séde da comarca de Paranaguá, que então era a 5.ª na ordem das comarcas da capitania de S. Paulo. Depois da independencia algumas reformas alteraram o numero e a ordem das comarcas da provincia e pela lei de 17 de julho de 1852 o seu numero foi elevado a 10, sendo a de Corityba a ultima. Compunha-se ella dos municipios de Corityba, Paranaguá, Antonina, Morretes, Lapa e Castro, quando foi desligada de S. Paulo e elevada á categoria de Provincia pela lei de 9 de agosto de 1853, com as mesmas divisas anteriores, que não eram conhecidas, nem bem definidas.

Aqui cessa toda a interferencia do governo de S. Paulo na mais que secular questão de limites com Santa Catharina, passando a responsabilidade d'ella a pesar sobre o governo da nova provincia, que tomou o nome de Paraná. As dúvidas, hoje como dantes, versam ainda sobre a posse da extensa região contida pelos rios Negro e Yguassú ao norte e Uruguay ao sul, até ás Missões Argentinas.

Na collecção dos actos do poder executivo do tempo do imperio se encontra o decreto n.º 3:378, de 16 de janeiro de 1865, que tentou pôr um termo a estas dúvidas, determinando que, emquanto a assembléa geral não resolvesse a questão entre aquellas duas provincias, se observasse o seguinte:

«Art. 1.º—Os limites entre as Provincias do Paraná «e Santa Catharina são provisoriamente fixados pelo rio «Sahy-guassú, Serra do Mar, rio Marombas, desde a «sua vertente até o das Canoas, e por este abaixo até «o rio Uruguay.

«Art. 2.º—Ficam revogadas as disposições em con«trario».

Por este decreto ficavam revogadas as cartas régias, que serviam de base para as reclamações do governo de Santa Catharina e era mantida a posse do Paraná, sobre o sertão contestado quasi nos mesmos termos propostos pelo capitão-general D. Luiz Antonio de Sousa, 100 annos antes, com a differença sómente que, em vez do rio Uruguay, em todo o seu curso, o decreto estabelecia os rios Marombas e Canoas, como linha divisoria a partir da Serra do Mar.

O governo imperial, que podia tudo, publicando este decreto em janeiro, teve tempo de sobra para, na sessão das camaras, que se abriu em maio, apresentar e fazer votar um projecto de lei, que de qualquer fórma resolvesse definitivamente a materia; porém, tal não fez e diante das reclamações e protestos produzidos em Santa Catharina pela exorbitancia d'este acto dictatoria e expoliador dos direitos d'aquella provincia, o governo recuou e por aviso de 21 de outubro d'esse mesmo anno cassou aquelle decreto e deixou a questão no mesmo estado anterior, que permanece até hoje e constitue um dos pesados encargos que a monarchia legou á Republica.

A enorme extensão e a summa importancia da região contestada, unidas á antiguidade do direito escripto de Santa Catharina em antagonismo mais que secular com a posse material do Paraná, vem dar a este litigio um caracter de maior gravidade do que possam vir a ter quaesquer outras questões entre os Estados da Federação Brasileira. Porém, a capacidade juridica, o senso pratico e o espirito de justiça que distinguem os representantes dos dous Estados, unidos á intelligencia e imparcialidade do juiz arbitral, justificam a esperança de serem essas questões trazidas a uma solução pacifica e honrosa para ambas as partes litigantes.

Si é licito ao narrador e commentador dos factos exprimir as suas inclinações pessoaes em casos d'esta natureza, em litigios pendentes de decisão, direi que as minhas sympathias estão com Santa Catharina, porque não sómente a seu lado militam aquellas cartas régias, que mandam que lhe fique pertencendo o sertão correspondente á sua costa maritima, mas tambem porque ella tem ainda por si a equidade e mais o direito de possuir limites naturaes incontestaveis como sejam os rios Negro e Yguassú ao norte, o rio Uruguay ao sul, o mar á nascente e as fronteiras argentinas ao poente.

Ainda mais, as leis economicas estão todas a seu favor; a sahida natural dos productos d'aquelle sertão, não é pelo porto de Paranaguá, que é inferior e fica ao norte, muito distante, mas pelos portos catharinenses, que são superiores e ficam muito mais proximos, principalmente o porto de S. Francisco que é um dos melhores da costa sul do Brasil. Sendo a sahida natural pelas linhas de latitude e não pelas de longitude, aquella região teria de luctar com as difficuldades das distancias por um lado e com as barreiras e impostos interprovinciaes por outro lado, que não podem ser cobrados por seus agentes directos e ficam dependentes da boa vontade dos funccionarios do Estado exportador. Desviar por qualquer fórma o commercio do seu caminho natural e os productos dos seus mercados obrigados é, com certeza, praticar um clamoroso attentado contra as leis economicas.

Antigamente, o governo de Santa Catharina, fraco e incapaz de se defender contra as esquadras hespanholas em transito para o Rio da Prata, nem siquer podia pensar em defender os seus sertões contra as possiveis invasões dos hespanhoes das Missões. Ao capitão-general de S. Paulo, D. Luiz Antonio de Sousa, que es-

tava sempre a exagerar este perigo de invasão pelas Missões (1), e era o mais forte e o mais visinho, foi deixada pelo governo portuguez, egoista e uzurario, a tarefa de acudir a este perigo, mais apparente do que real, de explorar e povoar aquelles sertões, tanto mais que este serviço, considerado pelo capitão-general como de alta conveniencia para a corôa real portugueza, era todo executado á custa do sangue e do dinheiro dos paulistas.

Pela leitura da correspondencia de D. Luiz Antonio com o Marquez de Pombal se verifica que era necessario o povoamento d'aquella região para defendel-a das invasões dos castelhanos, que podiam subir pelo rio Uruguay e cortar as communicações de Corityba com o Rio Grande do Sul, com grave perigo para a integridade do territorio brasileiro (2), perigo que elle podia conjurar, porque tinha boa vontade e gente, comquanto fôsse pedir algum auxilio pecuniario ao vice-rei e aos capitães-generaes de Minas e de Goyaz. O Marquez de Pombal consentiu n'isso porque reconhecia, realmente, as vantagens que d'ahi proviriam para o governo portuguez, sem, comtudo, declarar nullas as cartas régias anteriores e confessar que aquelles terrenos, explorados e povoados, ficariam pertencendo á capitania de S. Paulo.

Porém, hoje, os tempos estão mudados e as actuaes necessidades politicas não são as mesmas d'aquellas remotas éras.

A defesa de toda aquella immensa região está agora a cargo de toda a nação e não mais sob os cuidados exclusivos do governo do Estado do Paraná, filho emancipado de S. Paulo, e arrancal-a de Santa Catharina

(1) Vide vols. XIX e XXIII do *Archivo do Estado de S. Paulo*
(2) Idem, idem.

em proveito do Paraná, seria consagrar a injustiça e iniquidade do facto consumado, mutilar aquelle Estado, reduzindo-o a uma estreita tira de costa maritima, montanhosa e quasi esteril, e tornal-o incapaz de exercer as altas funcções politicas que lhe competem desempenhar entre os outros Estados irmãos da União Brasileira.

A. DE TOLEDO PIZA.

S. Paulo, maio de 1897.

UM MAPPA ANTIGO

DE PARTES DAS

CAPITANIAS DE S. PAULO, MINAS GERAES E RIO DE JANEIRO

Com a devida licença do nosso illustre consocio, Dr. Antonio de Toledo Piza, Director do Archivo do Estado, tenho a satisfacção de apresentar ao Instituto Historico de S. Paulo cópia de um documento pertencente ao Archivo do Estado que me parece ser extremamente importante para o estudo do desenvolvimento dos conhecimentos geographicos do territorio que especialmente interessa a esta associação. É uma nota descriptiva de um mappa, que infelizmente tem desapparecido, de grande parte da antiga capitania de S. Paulo, esboçado poucos annos depois da sua creação em 1709 e antes do desmembramento, 1720, do territorio que hoje constitue o grande Estado de Minas-Geraes, sendo, provavelmente, o primeiro mappa geographico especial da parte oriental da capitania de S. Paulo e da região mineira então recentemente descoberta que ainda lhe pertencia.

Devemos, o Dr. Piza e eu, conhecimento da existencia d'este documento aos raros conhecimentos historicos e bibliographicos do nosso illustre consocio, Dr. Eduardo Prado, que chamou a nossa attenção a um item no catalogo da Bibliotheca de Evora relativo a um manuscripto inédito conservado n'aquelle estabelecimento. Á requisição do então Presidente do Estado, o Dr. Bernardino

em proveito do Paraná, seria consagrar a injustiça e iniquidade do facto consumado, mutilar aquelle Estado, reduzindo-o a uma estreita tira de costa maritima, montanhosa e quasi esteril, e tornal-o incapaz de exercer as altas funcções politicas que lhe competem desempenhar entre os outros Estados irmãos da União Brasileira.

A. de Toledo Piza.

S. Paulo, maio de 1897.

UM MAPPA ANTIGO

DE PARTES DAS

CAPITANIAS DE S. PAULO, MINAS GERAES E RIO DE JANEIRO

Com a devida licença do nosso illustre consocio, Dr. Antonio de Toledo Piza, Director do Archivo do Estado, tenho a satisfacção de apresentar ao Instituto Historico de S. Paulo cópia de um documento pertencente ao Archivo do Estado que me parece ser extremamente importante para o estudo do desenvolvimento dos conhecimentos geographicos do territorio que especialmente interessa a esta associação. É uma nota descriptiva de um mappa, que infelizmente tem desapparecido, de grande parte da antiga capitania de S. Paulo, esboçado poucos annos depois da sua creação em 1709 e antes do desmembramento, 1720, do territorio que hoje constitue o grande Estado de Minas-Geraes, sendo, provavelmente, o primeiro mappa geographico especial da parte oriental da capitania de S. Paulo e da região mineira então recentemente descoberta que ainda lhe pertencia.

Devemos, o Dr. Piza e eu, conhecimento da existencia d'este documento aos raros conhecimentos historicos e bibliographicos do nosso illustre consocio, Dr. Eduardo Prado, que chamou a nossa attenção a um item no catalogo da Bibliotheca de Evora relativo a um manuscripto inédito conservado n'aquelle estabelecimento. Á requisição do então Presidente do Estado, o Dr. Bernardino

de Campos, e por intermedio do Ministro Brasileiro em Lisboa, o Dr. Assis Brasil, o Archivo do Estado de de S. Paulo hoje possue uma cópia devidamente authenticada d'esse interessante manuscripto.

O manuscripto em questão não traz data nem nome de auctor. A primeira póde ser determinada proximamente pelas referencias a actos administrativos do segundo Governador da capitania D. Braz Balthazar da Silveira que governou desde agosto de 1715 até setembro de 1717. É pois de presumir que o mappa e descripção foram organizados no anno de 1717 ou nos anteriores de 1716 ou 1715, em todo o caso antes da creação da villa de S. José d'El-Rei a 19 de janeiro de 1718, visto que esta localidade vem mencionada com o nome antigo de Arraial Velho. Quanto ao auctor, é possivel que fosse o mesmo que o de um mappa especial do Governo de Minas, egualmente anonymo, conservado na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, com a indicação de ter sido offerecido ao Governador Conde de Assumar, que fixa a sua data entre os annos de 1717 e 1721. Este ultimo trabalho é um esboço tosco, uma especie de roteiro figurado, porém com indicação relativamente boa da posição relativa das diversas localidades, rios e vias de communicação então conhecidas. É de presumir que o mappa descripto no manuscripto junto fosse d'este mesmo typo e natureza, se não é que os dous não foram da mesma mão, differindo apenas na área representada. Seja isto como fôr, parece certo que o mappa do documento de Evora, embora nunca publicado e hoje desapparecido, fosse conhecido e aproveitado por geographos do seculo passado na confecção de mappas que ainda existem publicados ou conservados inéditos nos archivos. Os motivos em que se basêa esta opinião serão expostos mais adiante em nota.

Ilhas

Ilha de Lamuela
Ilha dos Alcatrazes
Ilha de S. Sebastiam
Ilha dos Porcos
Ilha das couves
Ilha grande
Ilha de Jorge Galego
Ilha do Pay

Povoações maritimas

a S. Vicente
b Santos
c V.ª de Vna
d V.ª de S. Sebastiam
e V.ª de Vbatuba
f V.ª de Parati
g V.ª de Angra dos Reis
h Cid.ᵉ do Rio de Janr.º
i V.ª de Malalu (1)
l cidade de Cabo frio

Caminho para as Minas partindo de Santos

Embarcasse em canoas, e se vay pouzar ao pe da serra do cubatam pella menhã, se sobe a serra, a qual hoje esta capaz de se sobir a cavallo excepto em dous ou tres passos donde se apeyão os que se não querem ver em perigo ; porque p.ª qualquer parte p.ª onde escorregue se percepita infalivem.ᵗᵉ Em pouco mais de tres horas se vence a imminencia d'aquella serra da qual se ve o mar e a planicie da terra commonicada de transpa-

(1) Macacú (?).—Veja se a advertencia do copista.—(N. DA R.)

rentes agoas de infinitos Rios que serve p.ª a vista de agradavel e lisongeiro objecto a esta serra e sua cordilheira derão os incolas prim.ros o nome Paranampiacaba que significa na lingoa Geral do Brazil lugar donde se ve o mar; e porseguindo a jornada se vai pernoitar no Rio dos Couros e no outro dia se entra na cidade athe o meyo dia ou hũa hora em jornada ordin.ª

Desta cid.e se parte p.ª as Minas passandosse pellas paragens seguintes:

a N. S.ª da Penha
b Faz.da dos P.es da Comp.ª passasse logo hum Rio ao ssair
c V.ª de Mogi — passasse hum Rio ao entrar
d V.ª de Jacaray passasse antes de entrar na V.ª o Rio de Paraiba em canoa
e Principio do Capão Grande
f Capella
g V.ª de Taubate
h V.ª de Pindamunhangaba
i V.ª do guaratingueta

A esta V.ª tão bem vem dar o Cam.º de Parati (1) que chamão o Cam.º velho e q.m sae de Parati vem ao

(1) Este caminho de Paraty a Guaratinguetá recebeu do povo do Rio de Janeiro a denominação de «Caminho Velho» para o distinguir do Caminho Novo para as minas que da bahia do Rio de Janeiro ia pelas actuaes cidades de Petropolis, Juiz de Fóra e Barbacena. Conforme o *Diccionario Geographico* de Milliet de Saint-Adolphe, o caminho de Paraty foi aberto em 1660 por um bando de aventureiros «para irem da villa de Paraty aos districtos de Minas Geraes novamente descobertos». Se esta data fôr correcta, a communicação entre as villas do alto Parahyba e o littoral em Paraty é anterior ao descobrimento das minas. Em S. Paulo este caminho era geralmente conhecido pelo nome de Estrada de Facão por passar pela Freguezia de Facão, actualmente a cidade de Cunha. — (N. DA R.)

1 Bananal, sobesse a innacessiuel serra e se descança na

2 Parição

3 Passasse o Rio pirapitininga que toma aqui o nome das serranias por onde passa, e logo depois se chama Paraiba do sul e se pornoita no citio q' tambem toma o nome do Rio

4 Afonço Miz' passasse adiante o Facão que he hum careirinho q' se passa pello alto de hum cume no qual apenas cabe hû cavallo ou hû homem a pé e se acazo escamba p.ª hûa das bandas se percepita

5 A Encruzilhada, e se entra depois na V.ª de Guaratingueta já dita e della se parte p.ª as Minas passando em canoa dahi a breve distancia o Rio de Paraiba no citio do

l Aypacarê: (1) e se procegue o caminho das Minas

Citios ou rossas deste Cam.º

1 Embaû—passasse hum Rio vinte vezes e por isso se chama o passa vinte, sobesse a notavel cordilheira ou sera da Mantiquira: passasse outro Rio trinta vezes, por isso se chama passa trinta (2)

---

(1) «Guaipacaré, aonde ficam as roças de Bento Rodrigues» no roteiro de Antonil. É perto da actual cidade de Lorena.—(N. DA R.)

(2) O roteiro dado por Antonil na obra intitulada *Cultura e opulencia do Brasil*, que antecede este escripto por uma meia duzia de annos, tendo sido impressa em 1711, dá o nome de «Amantiquira». Ainda hoje ouve-se muitas vezes, no lado paulista da serra, o nome de «Mantiquira». Os nomes dos corre-

fica a mão esquerda hum monte inacessivel tão redondo e igual q' paresse feito ao torno, he todo de pedra e por hûa banda de sua fralda vai a estrada deixando a Gigantaria e imminencia m.to atras os Athlantes e olimpos. No pe da serra da p.te do Norte se situa a rossa do

4. Silvestre
5. Bispo
6. G.or
7. Alferes
8. Rossinha
9. Pao Grande
10. Cavarû-Merim
11. Cavarû-Assû
12. D. Maria
13. D. Maria
14. D. Maria Aqui se passa o Rio Paraiba em canoa
15. D. Maria Taquarussu
16. D. Maria Paraibuna, passasse aqui o Rio deste nome
17. Rosinha do Araujo
18. Contraste
19. Captiuo
20. Medeiros
21. Joseph de Souza
22. Juiz de fora
23. Alcaide mor
24. Alcaide mor
25. Ant.o Mor.a
26. M.el Correya
27. Azeuedo
28. Araujo
29. Goncalves

30. Goncalves
31. Pinho
32. Bispo

Sobesse aqui a grande cordilheira da Mantequira (1)

33. Rossinha saesse ao Campo
34. Coronel borda do campo
35. Registo: Quem quizer hir p.ª a V.ª de S. João de El Rey toma hũa estrada a mão esquerda e vai ao citio do X. Barrozo
    Em outra jornada pode cheguar a V.ª e vamos porseguindo o nosso cam.º das Minas Gerais.
36. Jose Roiz
37. Jose Roiz
38. Alberto Dias
39. Passagem
40. Ressaca
41. Canandai
42. Outeiro
43. Os dous irmãos
44. Gallo cantante
45. Rosinha

(1) N'um estudo sobre a denominação «Serra da Mantiqueira», publicado no primeiro numero da *Revista* d'este Instituto, foi notado que o nome Mantiqueira (Mantequira ou Amantiquira) só apparece nos roteiros de Antonil (que para o Caminho Novo são mais minuciosos do que os do manuscripto de Evora) na estrada paulista de Guaratinguetá a S. João d'El-Rei. D'ahi se tirou a conclusão que o nome era primitivamente de applicação local n'esta estrada e que passou a ser generalisado para designar toda a cordilheira. O presente documento prova que já em 1717 o nome era corrente no caminho novo de Barbacena, sendo alli applicado como denominação geral para a cordilheira.—(N. DA R.)

d Amaro Ribeiro
e Carijos
f Macabello.

Passasse aqui o Rodeyo isto he hir a roda de hũa serra a q' chamão a Titiaya

g Os Ilheos
h Lana

Daqui se toma a mão esquerda quem quer hir cam.º direito p.ª V.ª Real e se vai pella cachoeira a vista da caza Branca buscar a passagem do garauato e porseguindo o Cam. ºdas Minas Geraes do Lana se vaj as

i Tres cruzes
l Tripuî este citiõ fica meya legoa da V.ª rica e logo se entra nella p.ª se passar daqui a Vª. real se torna pelo Tripuî as tres cruzes e pella Bolaina (1) ou outras mais duas ou tres estradas se vai a vista da Caza Branca e buscar passagem do.

1 Garavato
2 Corralinho
3 Rapozos

E se entra em V.ª real e desta se passa a todas as mais V.ªs de sua Comarca

E já que acabamos de tratar dos cam.ºs e estradas terrestres descreueremos agora as estradas aquaticas que são os Rios, e principiaremos pellos mayores porq' sempre aos grandes se lhes deve os primeiros lugares.

---

(1) Bocaina (?)—Veja-se a advertencia do copista.— (N. DA R.)

Disposição dos Rios

Rio da Prata

A. Rio da Prata
a. Rio Grande
b. Rio das Mortes
c. Rio das Mortes pequeno
d. Theetê
e. Rio de S. Francisco
f. Rio das Velhas
g. R. das Congonhas
h. R. de S. Bert.meu
i. R. das Pedras
k. R. da Prata
l. Rio Sabará
m. R. Gaya
n. R. do Inferno
o. R. Pará
p. R. Paraupeba
q. R. de S. João
r. Rio do Paraiba do Sul
s. tres olhos de agoa de seu nascimento
t. R. Paraibuna
u. Rio do Esp.to Santo
x. Ribeirão do Carmo
y. R. Sumidouro
z. R. Gualachos
c. R. Guarapiranga
1. Rio Doce
2. R. S. Barboza
3. R. S. Matheus
4. R. Cattas altas
5. R. dos Camargos (1)

(1) Nota-se n'esta lista a falta de referencia ao Sapucahy

Rio da Prata

Procede este seg.do Briareo dos Rios, de principios e fontes pobres mas com a visinhança do Rey dos Metaes enobrecidos tem da parte do leste o nascim.to porque athe nesta circunstancia tenha aremedos de sol: o Rio grande lhe oferece os pr.os cabedaes p.a que seja tão bem grande a sua opulencia: Nasce este de duas pequenas fontes hûa junto das Minas de Ibitupoca, outra das de Juruoca e logo a pouca distancia se mostra rapido e caudalozo depois entra nelle o rio das Mortes que nasce da borda do campo do Cam.o novo encorporado com o das Mortes pequeno e todos identificados passando pello merediano de S. Paulo leuão comssigo o celebrado Teete (4) e de romaria vam parrar a Buenos Ayres ou A nova colonia, e sae ao mar em altura de 33 (ou 35) grs' min. o

Rio de S. Francisco. He este o 3.o Rio na ordem de sua grandeza dos que praticão com curso mais extenso as terras do Brazil constroelhe a mayor parte de sua riqueza o famozo Rio das velhas com tantas alfayas de ouro quantas são as suas correntes de Prata, com este se faz não só caudalozo mas logo soberbo com poente o Rio das Velhas do das Congonhas, de S. Bertolameu q' lhe careda (?) o cabedal, entrão nelle m.to depois varios Riachos, os mais notaveis são o das pedras, e o da prata e o Rio Sabara que tras comsigo e em suas agoas as dos riachos Gaya e do Inferno, chamado assim porq' se passa por elle por hûa ponte de menos de 20 palmos de comprido; correndo elle por baicho por mais de 200 de profundidade o qual eu tenho passado

---

e Rio Verde. O primeiro devia ter sido inteiramente desconhecido n'esta epocha. O segundo era conhecido nas cabeceiras (no corrego Passa Trinta) até a altura de Pouso Alto mais ou menos; porém nada se sabia do seu curso inferior. (N. DA R.)

m.tas vezes. Tambem desagoa no Rio de S. Fran.co juntamente com o das Velhas, o do Para. Este se compoem do Rio Paurapeba e S. João que onidos entrão nelle e este rio no mar p.a a p.te de leste em altura de 10 grs e 48 min.

Rio Paraiba do Sul

Nasce este Rio de tres olhos de agoa perto da V.a de Angra dos Reys e vai discorrendo por entre as serranias e Montanhas de Pirapetinga, das quaes toma aqui o nome porem dilatando-se p.a oeste o perde e toma o da Paraiba dando volta pella V.a de Jacarai fas cam.o p.a leste passando no citio do Aypacare, pello cam.o velho das Minas, e no Cam.o novo pello citio de Gracia Roiz que tomou o nome do mesmo Rio p.a o dar ao seu citio e depois fertilizar aos campos dos Goaitazes sae ao mar pella banda de leste em altura de 22 grs' e 30 Min.

Rio do Spirito S.to (1)

Da serra da Titiaga e da Tapanhuaganga no ouro preto, da banda de leste nascem duas fontes que depois unidas produzem o Ribeirão do Carmo enrequecido de ouro por todas as duas margens, fundo e contornos este recebe em si os rios do sumidouro e o dos gualaxos encorporados dous dias de jornada da V.a do Carmo e entrando nelle mais abaixo o da guaropiranga, perdem ambos o nome e tomão o do espirito S.to e vai desem-

(1) Este rio hypothetico do Espirito Santo, ao qual se referiu as cabeceiras do Rio Doce da região de Villa Rica, figura, conforme se acha aqui descripto, no mappa da America do Sul de D'Anville, publicado em Paris em 1748; porém não no mappa das Côrtes confeccionado em Lisboa em 1749. É bem possivel que D'Anville tenha tido conhecimento do mappa descripto n'este documento.

Os tributarios Gualachos e Guarapiranga figuram no mappa francez com o nome de Torguim (Forquim?) em logar de Sumidouro O Rio Doce de D'Anville tambem concorda com esta

bocar a leste na V.ª que do Rio tão bem se intitulou com o mesmo nome em altura de 20 grs' e 15 Minutos.

Rio Doce

Este Rio se compõe dos Rios S. Barbara e S. Matheus, catas altas e camargos e outros quasi sem nome e todos correm pelos districtos de Matto dentro nas Minas Gerais e oriundos da gr.de serra Tapanhuacanga que se estende do ouro preto p.ª o Noroeste. Este Rio entra no mar da banda de leste em altura de 19 grs.' e 34 min.

---

descripção, com a excepção que o nome Matto Dentro substitue o de Santa Barbara. Na região de S. Francisco faltam no mappa de D'Anville alguns detalhes aqui mencionados, e ha outros que não figuram nesta descripção. Os dous concordam em ligar o Pará e Paraopeba com omissão do tronco principal do S. Francisco. Os 16 arraiaes da descripção figuram no mappa francez, com excepção de Itaberaba, Itacolumi, Santa Barbara e Itambé; havendo, porém, dous, Torguim (Forquim?) e Jabaraba, que não figuram na descripção. E' possivel que o mappa fosse mais minucioso do que a descripção, ou então o geographo francez teve outras fontes de informação. E' quasi certo, porém, que a sua representação d'esta parte do Brazil foi baseada principalmente no mappa aqui descripto. O argumento mais poderoso a favor d'esta conclusão vem de haver elle empregado o nome «Arrayal Velho» que, em mappas de origem portugueza organisados depois de 1718, teria sido substituido pelo de S. José d'El-Rei.

O supposto Rio do Espirito Santo, bem que eliminado do Mappa das Côrtes, organizado em 1749, continuou a figurar em alguns mappas, impressos conforme se vê no Atlas de M. Bonne publicado em Paris cerca de 1780 (?). Erros d'esta natureza, devidos á ligação hypothetica de barras e cabeceiras conhecidas são frequentes na historia da geographia. Um exemplo frisante temos no proprio Estado de S. Paulo com o Mogy-guassú. Os mappas antigos anteriores ao do Brigadeiro Muller de 1839 representaram o Mogy-guassú e Pardo (conhecidos sómente nas partes superior e média dos seus cursos) como rios independentes.

Serras

A de Paranampiacaba se denotta com o carater..... . . . (1)

A pasagem, ou subida do lubatam (Cubatão?)

A de Parati ou Pirapetinga. A da Boa Vista no Rio de ..... (2)

A cordilheira da Mantequira. O Morro do Rio das Mortes

A ponta do morro no Arrayal velho—Camapoam—A serra de Itambira—A de Tapanhuacanga—A de Itacolomim—A de Pitangui—A do serro do frio—o Morro da Conceipção—

As fazendas de engenhos e rossas se assignalão com estes caracteres—O

Os Arrayaes, isto he povoaçoens que não são V.as mas lugares dos seus termos onde se da o catas p.a tirar ouro com estes

A paragem onde se toma o cam.o p.a as esmeraldas. 8.

A Lagoa dourada—(*Sic*)

Lavras varias

1. Juruoca
2. Ibutupoca

O geographo Padre Ayres de Casal na sua preciosa *Corographia do Brasil* publicada em 1817 faz do Mogy-guassú um affluente do Tieté desaguando pela barra do Jacaré. O erro que hoje parece bastante estranho, é entretanto muito natural. O auctor sabia que no Tieté havia a barra de um rio importante cujo curso era desconhecido e provavelmente tinha recebido a informação que no Rio Grande não havia duas barras correspondentes ao Pardo e Mogy-guassú. O curso superior do Mogy-guassú ia em direcção da barra do Jacaré e com os conhecimentos de então a hypothese apresentada parecia conciliar os factos conhecidos. (N. DA R.)

(1) Falta aqui um bocadinho á pagina. (N. DO COPISTA.)

(2) Idem.

3. Arrayal Velho
4. Congonhas
5. Itaberaba
6. Itaubira
7. Carassa
8. Guarapiranga
9. Itacolomim
10. Camargos
11. Cattas altas
12. S. Matheus
13. S.ta Barbara
14. Itãmbé
15. Itacambira
16. Conceipção

Omitto outras infinitas lavras por não fazer mayor processo: e faço menção das refferidas porq' dellas se trata em outros lugares deste extracto, p.a se saber onde estão cituadas.

Comarcas deste mapa são cinco

A Capitania do Rio de Janr.o tem som.te hũa a qual espira pella parte do Norte no pe da sserra da boa Vista no Cam.o novo das Minas antes de a subir e com a Capitania do Rio de Janr.o digo do espirito S.to Pella do sul fenece no mar oceano pella de leste no mesmo pella de oeste na V.a de Vna inclusiue com a comarca de S. Paulo.

O G.o de S. Paulo e Minas tem 4 comarcas

A 1.a he da cid.de de S. Paulo
A 2.a he do Ouro Preto
A 3.a he do Rio das Velhas
A 4.a he do Rio das Mortes

A comarca de S. Paulo parte do Norte com a do Rio das Velhas do Sul com a do Rio de Janr.o pellas terras da sserra acima athe a V.a de Vna e em parte com o mar

oceano de leste cõ a do Rio de Janr.º e com a do Rio das Mortes pella cordilheira da Mantequira: e pella de oeste se pode estender athe a Noua Colomnia.

A comarca de Ouro Preto parte do Norte com os Mattos dos Ilheos e da Baya do sul com a do Rio das Mortes pello lemite do Rio das Congonhas de leste com a do sperito S.to e de oeste com a do Rio das velhas pellos lemites da passaguem *(sic)* do Guarauato e Catas altas.

A comarca do Rio das velhas parte do Norte com a Baya: do sul em p.te com a do Rio das Mortes pellas Montanhas da Ituubira inclusiue e em p.te com a de S. Paulo pella p.te do leste com a do ouro preto pellos lemites da passagem do guarauato e das Catas altas: Pela de oeste pellos certoens sem conhecido lemite.

A do Rio das Mortes parte do Norte em p.te com a do ouro preto pello Rio das Congonhas e em parte com a do Rio das velhas do sul em p.te com a do Rio de Janr.º pella serra da Boa vista no cam.º novo e em p.te com a da Ci.de de S. Paulo de leste com a do Rio de Janr.º de oeste com a de S. Paulo pello lemite da Mantequira no cam.º velho.

Descripção das v.as das minas segd.º as antiguid.es em que forão creadas

O G.or e Cap.am gn.ral Ant.º de Albuquerq' Coelho de Carv.º levantou as V.as seguintes.

V.a de N. S.a do Carmo que tomou o nome do Ribeirão que corre junto a ella

V.a Rica no Ouro Preto

V.a Real no Rio das Velhas

O G.or e cap.am gn.al D. Braz Baltezar da Silveira eregio as seguintes:

V.a de S. João d'El Rey no Rio das Mortes

V.a Nova da Rainha no Caete

V.ª Nova do Principe no serro frio
V.ª da Piedade em Pitangui.

V.ª do Carmo

Esta cituada em altura de 20 grs.' e 15 min. de clima favoravel p.ª todo genero de plantas mas não tem em si o milho e feijão que lhe baste e gr.de p.te deste mantim.to lhe vem dos campos da cachoeira curalinho e Caza Branca comduzido em cav.os distancia de sinco seis sete legoas esta fundada em citio alegre assim do Ribeirão como da serra se tem tirado m.tos thezouros e actualmente em todo o seu termo se tira bastante ouro; mas em forma q' tenha conta só a q.m a Divina Providencia premite em todas as mais Minas, he o mesmo.

V.ª Rica

Entre montanhas de immensa altura e dellas rodeada em forma q' a vista se não pode estender por quebrada alguma se levantou esta V.ª e suposto que abatida pella porfundidade em q' esta a mayor p.te della cituada mais soberba e opulenta que todas assim pella ferguesia dos commerciantes como pella fiança de suas Minas morm.te da innacecivel serra de Tapanhuacanga em cujas fraldas se encosta e descança a qual serra he um Potosi de ouro mas por faltas de agoa no verão não inriquesse a todos os q' nella munerão suposto q' os remedeia.

Hé esta V.ª falta de tudo o q' depende de agricultura assim que todo o mantim.to lhe uem dos já ditos campos por distancia de tres quatro sinco legoas esta em altura de 20 grs.' e 20 min.

V.ª Real

No principio desta V.ª pella parte que olha p.ª o sul corre o Rio das Velhas a lauarlhe as margens a este rende vasalagem o Rio Sabara que saindo-lhe aqui a sobseguialo *(sic)* se despoja de seu nome com o tributo de suas agoas

(rodeando este a V.ª pellas bandas de leste e do Norte) correm ambos turvos porq.ᵉ actualm.ᵗᵉ nelles se munera mas raras vezes saem os Mineiros lucrados nestes districtos porque não correspondem os haueres a ordinr.º dispendio sendo assim que as terras desta comarca são abundantissimas de todos os fructos os quaes nella se comprão por menos ametade que nas Minas Gerais. A V.ª esta cituada em terrontorio *(sic)* aprasivel, e os moradores se tratão aqui com m.ᵗᵒ lusim.ᵗᵒ e porq' tem em as suas fazendas amenos pastos conservão com pouca despeza m.ᵗᵃ cavalaria. A esta V.ª vem parar todas as carregacoins que sahem da Bahia Parnambuco pella estrada dos Curraes Rio de S. Francisco e nella antes que em outra parte entrão os gados (comum sustento das Minas quasi reputado como o mesmo pão) Esta V.ª esta em altura de 15 grs' e 52 min.

V.ª de S. João de El Rey

Ao sul de todas as V.ᵃˢ e em grs' 21 e 6 min. se erigio esta V.ª em hûa planicio *(sic)* que convida a interior alegria aos q' della gozão rodeada de amenos campos que seruem de proueitozos pastos e não menos he enrequecida de lucrosas Minas mas de suma difficul.ᵈᵉ e não p.ª todos se não he no inuerno de cujas enchorradas se aproveitão hindo os negros a guandaya (a q' se chama faisq.ʳᵃ) pella fralda de hum monte de mais q' mediana grandeza todo composto de pedra de Beta de ouro que moida com hum pedasso de ferro mais se esperdissa do q' se aproveita, por mera incuria e evidente impericia de artefactura e no tempo seco perece o comum e som.ᵗᵉ lucrão alguns particulares com força de escravos dando catas na fralda do monte q' são de mais otelidade e com menos comueniencia se dão tão bem por aquella dilatada vargem: e hûas e outras m.ᵗᵃˢ vezes se não aproueitão por não poderem vencer a agoa que

vertem: assim q' nas partes inferiores a m.ta e nas superiores a pouca agoa são as deficuldades q' se encontrão nas fomentadas conueniencias a pouca distancia desta V.a corre o Rio das mortes cujo fundo se sabe que em m.tas paragens he empredado de ouro e delle se tirava o q' a boa m.te podia trazer hum negro de margulho arranhando com um almocafre emq.to lhe durava o folego agora com novo arteficio se tira em canoas com hûas grandes colheres de ferro, quazi da forma de um murrião com hum saco de pano pendente da p.te connexa e encheridas em hûa astea comprida de pao, e com sarilhos em terra p.a pucharem pellas colheres q' se cravão no fundo e tirão lodo areya e pedras as q' possivelm.te sofrem os cabos com q' se puchão e se deve entender que o mais perciozo fica por se não poderem mover nem arrancar as pedras de estranha grandeza q' estão no fundo p.a serraspar a piçarra delle onde o ouro fas seu natural asento.

V.a Nova da Rainha

Esta V.a he a 5.a na ordem de sua antiguidade dista de V.a real perto de 4 legoas esta fundada em citio alegre, e dezafogada de montes he abundante de mantimentos tem bastantes lauras: se pouco lucrão menos gastão e por esta causa ha no termo desta V.a m.tos homens opulentos e tem pastos p.a conseruarem os seus cav.os com commodid.e esta ao Norte de todas as V.as das Minas em altura de 19 grs' e 38 min.

V.a Nova do Princepe

Nem em sua altura indiuidualm.te me afirmarei nem tão pouco da situação e propriedades desta V.a porq' ainda não fui a ella mas referirei aquellas cousas q' são caleficadas com a commua not.a Esta V.a se fundou na pouoação q' antes se nomeaua serro do frio q' agora se toma genericam.te por todo o seu termo no qual se

achão infinitas Minas e part.^{ar}m.^{te} na conceipção aonde ha hum monte de desmedida grandeza no qual se acha o ouro como o q' dissemos de Tapanhuacanga em V.^{a} rica.

Tem esta V.^{a} terrenos mui dilatados e p.^{a} a p.^{te} de oeste ainda se não tem averiguado o seu lemite della se vai a Itacambira aonde tão bem se minera e dous dias antes de chegar a estas Minas da Itacambira se toma o cam.^{o} p.^{a} o descobrim.^{to} das esmeraldas fazendo cam.^{o} de leste 15 dias e outros tantos p.^{a} Nordeste mas os q' as buscarão athe o perzente se guiarão som.^{te} pello tino sem not.^{a} alguma geographica e por esta cauza andando com m.^{to} trabalho mais cam.^{o} do q' lhe era neçesr.^{o} porq' se partissem da V.^{a} nova da Rainha p.^{a} o Norte atalhauão mais de meyo cam.^{o} e em poucos dias andados poderião tomar o seu rumo ou seguir o seu tino e com m.^{ta} breuid.^{e} chegarião ao lugar destinado.

V.^{a} da Pied^{e} (7)

A ultima e septima V.^{a} he a Pied.^{e} citio antes nomeado Pitangui p.^{a} onde se ajuntarão m.^{to} n.^{o} de Paulistas tão bem não direi della se não que tem hum serro aonde actualm.^{te} se minera, e em hũa paragem delle a q' chamão o Batatal se tirarão m.^{tos} quintaes de ouro em pedassos de grande pezo e q' ainda nelle se trabalha ferq.^{te}m.^{te} *et brevitatis causa non ulterius prosequor* em outra ocazião *ex professo* tratarei esta materia mais difuzam.^{te} se toda via a aceitação deste pequeno porem util desvello, me lizongear a curiozidade.

Sit quarauis (?) Nobis labor jucundus,
Laude aucta clarior, virtus amanda nitit. (1)

---

(1) Emendada, a palavra que tem interrogação, parece não se poder ler de outro modo. (N. DO COPISTA.)

ALEXANDRE DE GUSMÃO

ESTUDO LITTERARIO-BIOGRAPHICO

SOBRE

O eminente Diplomata e inspirado poeta paulista

Trabalho offerecido ao Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, de que é o auctor socio effectivo.

O vulto magestosamente sympathico de Alexandre de Gusmão ainda não foi bem estudado entre nós.

Quasi todas as obras historicas e biographicas tratam em resumidas linhas da vida gloriosa e tambem triste, principalmente durante seus ultimos annos, do extraordinario filho da terra fundada por Braz Cubas, a mesma que mais tarde fôra o berço natal dos legendarios Andradas. Assim, Manuel Eufrasio de Azevedo Marques no seu interessante livro—*Apontamentos Historicos, Biographicos, Estatisticos* e *Geographicos da Provincia de São Paulo;* Joaquim Manoel de Macedo, na conhecida e apreciavel producção de seu talento—*Anno Biographico Brasileiro;* J. M. Pereira da Silva, na obra valiosa que publicou sob o titulo de *Varões Illustres do Brasil;* Innocencio Francisco da Silva, no seu importante trabalho—*Diccionario Bibliographico Portuguez e Brasileiro;* José Marcellino Pereira de Vasconcellos, no conceituado volume que sob o nome de *Selecta Brasiliense,* publicou ha trinta annos na Capital do Espirito Santo; Conego Fernandes Pinheiro,

no seu bello *Curso de Litteratura Nacional* e José V. do Sacramento Blake, no primeiro tomo da sua util obra *Diccionario Bibliographico Brasileiro,* muito pouco escrevem sobre Alexandre de Gusmão.

Tratam apenas do illustre paulista sómente como diplomata e prozador, guardando completo silencio sobre sua brilhante inspiração poetica, que tornou-o tão notavel, tão querido e popular entre os mais festejados vates d'aquelle tempo. Vamos pois tratar de estudal-o como diplomata e especialmente como poeta de elevado merecimento.

O Sr. José Maria da Costa e Silva, escriptor portuguez fallecido em 1854, n'uma obra que publicou sob o titulo de *Ensaio Biographico,* tratando de Alexandre de Gusmão disse que o poeta nascera em 1615.

Puro engano, e felizmente todos os outros seus biographos salvam esse lapso. Alexandre de Gusmão nasceu em 1695 na então villa de Santos.

Era nono filho do cirurgião do presidio da villa Francisco Lourenço Rodrigues e de sua consorte D. Maria Alvares. Levado á pia baptismal pelo padre Alexandre de Gusmão, virtuoso e estimadissimo sacerdote, nascido em Lisboa, porém creado no Brasil, onde fizera todos os seus estudos, foi o pequeno Alexandre educado pelo padrinho, e tão grato ficára ao santo homem, que resolvera tomar o seu sobrenome—Gusmão.

Ainda n'este ponto não está correcta a obra do Sr. J. M. Pereira da Silva *Varões Illustres do Brasil,* quando referindo-se sobre o homem que ora estudamos, diz que o pae d'este chamava-se Francisco Lourenço de Gusmão. O illustre historiador nacional equivocou-se certamente. O progenitor do poeta tinha por nome Francisco Lourenço Rodrigues, assim como seu irmão mais velho assignava-se Bartholomeu Lourenço, sómente, como se poderá ver em alguns de seus escriptos. Mais tarde,

talvez, em homenagem ao benemerito protector de sua familia—o padre Gusmão,—tomára o futuro *homem voador* o seu cognome. O nosso eximio biographado cursou com grande aproveitamento as aulas dos jesuitas, que em Santos n'aquella epocha eram popularissimas.

Contava apenas 15 annos de edade o illustre paulista, quando D. João V, então rei de Portugal, tivera occasião de prestar um valioso serviço a S. Paulo. Enthusiasmado, cheio de amor á sua terra e rico de talento, Alexandre de Gusmão, grato ao soberano portuguez pelos seus favores em prol do torrão paulista, empunhára valentemente a penna e produzira alguns versos formosissimos e cheios de ardores patrioticos, enviando-os depois ao monarcha, que lera-os com bastante prazer.

Infelizmente esta producção de uma criança de 15 primaveras não é conhecida, ou mesmo não existe actualmente.

Dias depois e em vista de já ter Alexandre completado seus estudos preliminares, seu pae enviou-o a Lisboa, onde desde ha muito se achava Bartholomeu Lourenço, occupando um honroso logar junto á Côrte. Este grande paulista, irmão mais velho do poeta e tambem uma das figuras mais salientes do Brasil nos tempos coloniaes, ninguem ignora, foi sacerdote illustrado, orador sacro eloquentissimo e inventor das machinas aerostaticas.

Foi pois Alexandre de Gusmão confiado aos cuidados de Bartholomeu Lourenço, que gozava nas côrtes portuguezas de honrosissimos creditos.

Estudioso, applicado e de facil comprehensão, o grande vulto nacional dedicára-se logo aos estudos das sciencias naturaes e de varias linguas, ficando em breve tão illustrado como os mais afamados mestres da epocha.

Frequentou ainda o curso de Direito da Universidade

de Coimbra, tendo sido um estudante distincto, e geralmente considerado pelos lentes e collegas. Depois de laureadas notas em exames, recebera o grau de doutor em leis.

Logo depois de formado, gozando já a fama, aliaz justa, de moço habil, talentoso, trabalhador e honesto, fôra nomeado secretario da embaixada portugueza em França.

Aproveitando sua permanencia na grande capital franceza, o moço extraordinariamente trabalhador, frequentou as aulas de direito civil, romano e ecclesiastico, recebendo após brilhantes estudos o diploma de doutor em leis pela Faculdade de Paris. O talento de Alexandre de Gusmão triumphava sempre e honrava no estrangeiro o nome sacrosanto de sua querida Patria.

Durante o pouco tempo de sua estada em França, procurou o nosso glorioso biographado estudar os auctores mais em vóga nas letras, no direito, nas sciencias e especialmente na alta diplomacia, tornando-se assim uma illustração cheia e celebre, uma individualidade superior emfim.

Como secretario da embaixada portugueza em França, Alexandre de Gusmão déra provas de possuir um fino engenho diplomatico, desempenhando com maestria diversas commissões a seu cargo e honrando a confiança que merecidamente lha depositára o rei de Portugal. Em 1720 a embaixada portugueza regressou a Lisboa, recebendo o nosso illustre patricio por essa occasião as mais sinceras felicitações do monarcha. Seu talento fôra logo aproveitado. O rei nomeou-o secretario de Estado dos Negocios do Reino e fidalgo da Casa Imperial, dizemos Real.

N'este mesmo anno seu irmão Bartholomeu Lourenço fôra a Roma encarregado de uma importante missão junto á Santa Sé, e como durante muitos mezes nada

tivesse conseguido, o monarcha portuguez enviou tambem como adjunto á commissão especial d'este o joven secretario de Estado que tudo conseguiu, graças a sua tactica e notavel sagacidade diplomatica. Alexandre de Gusmão ficára definitivamente em Roma, occupando o alto cargo de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal. Conseguiu angariar o elevado titulo de Fidelissimo para D. João V e crear um patriarchado em Lisboa Sete annos esteve o eminente brasileiro em Roma, onde déra demonstrações cabaes de ser senhor de um talento genial, tanto na carreira diplomatica como na da litteratura poetica. Durante as horas vagas, que eram pouquissimas, Alexandre não esquecia-se de cortejar com elegancia e gosto as musas. O papa Benedicto XIII, verdadeiro amigo e admirador do poeta, offereceu-lhe a impotente dignidade de principe romano, honra que foi nobremente recusada, porque Alexandre com ella perderia a sua nacionalidade.

A par de um poderoso talento, possuia o digno brasileiro e paulista um caracter modelo.

Regressando de novo a Portugal, foi logo nomeado secretario particular de D. João V.

Manejava Alexandre de Gusmão, sem caracter official, todos os negocios politicos do reino, com uma pericia digna sómente do grande cardeal-duque de Richelieu. Em 1732, fallecendo o notavel escriptor conselheiro Antonio Rodrigues da Costa, membro da Academia Real de Historia Portugueza, foi o nome de Alexandre de Gusmão proposto para substituil-o, sendo unanimente acceito pela casa.

Incumbido depois pela Academia para escrever em lingua latina a historia das possessões ultramarinas, desempenhou senão inteiramente, pelo menos em parte, tão difficil como espinhosa tarefa.

Como já dissemos, seu talento invejavel triumphava sempre. Elle entendia de tudo e em tudo sabia-se mostrar um espirito grandemente admiravel.

Apezar de illustradissimo, erudicto e de genial intelligencia, Alexandre de Gusmão era homem cheio de modestia. A prova do que dizemos está na carta seguinte por elle endereçada ao padre Diogo Barbosa Machado, o popular abbade Barbosa, muito considerado n'aquella epocha pelos seus estudos historicos e vastos conhecimentos litterarios, em resposta a um convite que este fizera-lhe para tomar parte na «Bibliotheca Lusitana», carta esta que merece ser lida por mais de uma vez. Eil-a:

«Sinto muito que vossa mercê tomasse o incommodo de buscar-me, e que o não achar-me em casa me roubasse o gosto da sua estimavel conversação, da qual procurarei sempre aproveitar-me sem molestia sua.

«Muito tenho que agradecer a vossa mercê occorrer-lhe o meu nome ao formar o catalogo dos portuguezes illustres, sendo o maior agradecimento quanto menos razão havia para que eu devesse lembrar-lhe; e supposto que não desconheça ou deixe de apreciar a honra que vossa mercê me faz, é justo tambem que me não incluza o amor-proprio a abusar d'ella.

«Alguns amigos me fazem a honra de espalhar ao publico um conceito vantajoso dos meus estudos; porém como estes, emquanto se não dão a conhecer pelas obras, dependem de mui pia fé para se acreditarem, não devo attribuir o estabelecimento d'aquella fama senão á benevolencia dos que me favorecem, pois até ao presente não tenho mostrado composição por onde pudesse adquiril-a; e fazendo contas com o meu talento, tenho por mui provavel que o perderia de todo, sahindo aliaz com algum volume.

«Supposta esta verdade que sou obrigado a confessar ainda que me cause difusão, discorro que tambem vossa mercê se tem deixado enganar com aquella não merecida opinião, e que seria extranhada a boa exacção e boa critica de vossa mercê contar na Bibliotheca Lusitana entre os auctores a um individuo, que o não é; assim como não tenho que responder ao interrogatorio principal das obras que compuz, julgo desnecessario dar satisfacção aos mais requisitos que contém a carta de vossa mercê.

«No seu livro terei que invejar os varões que pelos seus trabalhos se fizeram merecedores dos elogios de tão discreto e intelligente juiz, e sempre conservarei uma viva lembrança do lugar que a bondade de vossa mercê me queira dar n'elle, que será um novo motivo para desejar repetidas occasiões em que possa servir a vossa mercê e mostrar o meu reconhecimento. Deus guarde a vossa mercê muitos annos.

Casa, 2 de Maio de 1740.

ALEXANDRE DE GUSMÃO.

Depois da morte de D. João V, o illustre paulista perdera o seu valor perante a Côrte, embora se tornasse cada vez maior para o povo. O successor d'aquelle monarcha, D. José I, exonerou-o do cargo de secretario particular ou secreto, no qual tinha o notavel diplomata e estadista prestado assignalados serviços a Portugal e ao Brasil.

Alexandre de Gusmão foi casado com uma bellissima dama e de familia importante e nobre de Portugal. Do consorcio possuia o poeta dous filhinhos apenas, consolo de sua vida agitada e cheia de sacrificios. Em 1751 um pavoroso incendio destruiu toda a casa

onde o grande brasileiro residia com sua familia, devorando moveis, manuscriptos, livros e para maior fatalidade—os dous entes que alegravam a vida amargurada do bardo, os dous pedaços de seu coração — os dous filhos!

Quantas joias litterarias brilhantissimas não seriam devoradas pelas labaredas inconscientes da terrivel pyra! Se não fôsse aquelle lamentavel acontecimento, que além de matar os anjos do poeta, ainda queimou-lhe os manuscriptos litterarios, hoje, quem sabe, o Brasil teria em suas mais ricas bibliothecas um livro immortal!

São pouquissimas as producções poeticas de Alexandre de Gusmão.

Das poucas que conhecemos, existem duas, que bastam para collocar seu nome no ról dos mais notaveis vates brasileiros.

Uma compõe-se de 16 quadras plenamente lindas, um inspirado poema pastoril.

Vamos lel-a:

EGLOGA

Pastora a mais formosa e deshumana
Que fazes de matar-me alarde e gosto,
Como é possivel que a um tão lindo rosto,
Unisse o Céu uma alma tão tyranna?

Cruel, que te fiz eu, que me aborreces?
Tens duro o coração mais que um rochedo
Sou tigre, sou leão, que metta medo,
Que apenas tu me vês, desappareces?

Por ti tão esquecido ando de tudo,
Que o gado no redil deixei faminto;
O sol me fére a prumo, e não o sinto,
A ovelha está a chamar-me, e não lhe acudo.

La vai o tempo já que em baile e canto,
Eu era no logar o mais famoso;
Agora sempre afflicto e pezaroso
Tudo o que sei é desfazer-me em pranto.

Ha pouco que encontrei alguns pastores,
Que vão commigo ao monte apóz o gado,
E não me conheceram de mudado,
Que tal me tem parado os teus rigores?

Até o rebanho meu, que um dia viste
Tão lindo, antes que eu enlouquecesse
Não come já, nem medra e se emagrece
Por dó que tem de ver-me andar tão triste.

Elle me guia a mim, não eu a elle,
Que vou nos meus pezares elevado;
Bem pode o lobo vir matar-me o gado
A minha vista, sem que eu dê fé delle.

Não sei que nuvem trago neste peito,
Que tudo quanto vejo me escuréce,
A flor do campo parda me parece,
E até o mesmo Sol acho imperfeito.

Do alegre prado fujo, e só no escuro
Da serra me retiro entre os rochedos;
Alí pergunto ás féras, e aos penedos
Si alguem ha mais que tu cruel e duro.

Alí ouço soar, rompendo o mato
Dos ribeirinhos as saudosas aguas,
E em competencia vão as minhas maguas
Dos olhos despedindo outro regato.

O mal, que me succede, eu o mereço,
Que ingrato desprezei quem me queria;
Agora se me vê faz zombaria
Que bem vingada está no que eu padeço.

Então não conhecia o que amor era
Tambem me ría do tormento alheio;
Quão cedo (ainda mal!) o tempo veio
Que já conheço mais do que quizéra!

Não me desprezes não, gentil pastora
Que igual castigo Amor talvez te guarda;
Não sejas á piedade avessa e tarda;
Tem dó de maltratar a quem te adóra.

. . . . . .

NOTA: *Conservo a orthographia do original.*—A. GOULART.

[illegible]

[illegible] como do bellissimo [illegible] e [illegible] vocações poetas [illegible]

N'aquelle [illegible] que o poeta, maravilhosamente [illegible]

[illegible]

é quanto basta para elevarlos á altura de um bardo de primeira ordem.

Era um mestre na arte da rima e sabia empregar no verso imagens fantasticas, como por exemplo esta:

[illegible]

Outra producção de que fallamos atraz, é igualmente bizarrada, correcta e cheia de belleza. É um soneto magistral. Vamos lel-o:

A uma estrella de Jupiter

[illegible]

Quem enriqueceu as lettras da lingua portugueza com uma joia d'este quilate, bem merece ter seu nome escripto com caracteres de ouro nas paginas mais importantes da nossa historia litteraria.

Alexandre de Gusmão, triste e abatido desde a desgraça que devorára-lhe os amados e queridos filhos, pouco a pouco foi definhando, até que, em 1753, no dia 31 de dezembro, o Atropos resolvera acabar com os seus soffrimentos.

Foi sepultado o grande paulista, eximio poeta e grande diplomata, no convento de Nossa Senhora dos Remedios dos Carmelitas Descalços de Lisboa.

Alexandre de Gusmão, que fôra um dos maiores homens de estado da Côrte de D. João V, que regeitára dignamente o elevado titulo de principe romano, fallecera completamente pobre, deixando os parentes proximos sem recurso, porém legando á Patria um nome illustre.

ARTHUR GOULART.

S. Paulo, Julho 97.

Versos artisticamente correctos e ricos de bellissimas figuras, attestam cabalmente a privilegiada vocação poetica de seu auctor.

Só aquella quadra em que o poeta maviosamente cantou

« De alegre prado fujo e só no escuro
« Da serra me retiro entre os rochedos,
« Ali pergunto ás feras, e aos penedos,
« Si alguem ha mais que tu cruel e duro.»

é quanto basta para eleval-o á altura de um bardo de primeira ordem.

Era um mestre na arte da rima e sabia empregar no verso imagens formosissimas, como por exemplo esta:

« E em competencia vão as minhas maguas
« Dos olhos despedindo outro regato.
. . . . . .

Outra producção de que fallamos atraz, é igualmente inspirada, correcta e cheia de belleza. É um soneto magistral. Vamos lel-o:

A uma estatua de Jupiter

Oh tu que tens do mundo o regimento,
Se amas o bem, se odeias a maldade,
Como vejo com premio a iniquidade,
E abandonado o são merecimento?

Devo crer que de tartare o tormento
Castiga uma mortal leviandade,
Que seja alta sciencia, amor, piedade
Expor-me a um mal sem meu consentimento?

Guerras crueis, estupidos tyrannos,
Males, queixumes e molestias tristes,
Enchem o curso dos pesados annos,

Se és Deus, se isto prevês e assim permittes,
Ou fazes pouco apreço dos humanos
Ou só aqui em pedra bronca existes.

Quem enriqueceu as lettras da lingua portugueza com uma joia d'este quilate, bem merece ter seu nome escripto com caracteres de ouro nas paginas mais importantes da nossa historia litteraria.

Alexandre de Gusmão, triste e abatido desde a desgraça que devorára-lhe os amados e queridos filhos, pouco a pouco foi definhando, até que, em 1753, no dia 31 de dezembro, o Atropos resolvera acabar com os seus soffrimentos.

Foi sepultado o grande paulista, eximio poeta e grande diplomata, no convento de Nossa Senhora dos Remedios dos Carmelitas Descalços de Lisboa.

Alexandre de Gusmão, que fôra um dos maiores homens de estado da Côrte de D. João V, que regeitára dignamente o elevado titulo de principe romano, fallecera completamente pobre, deixando os parentes proximos sem recurso, porém legando á Patria um nome illustre.

ARTHUR GOULART.

S. Paulo, Julho 97.

FEIJÓ

Oração funebre, offerecida ao Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, por João Nepomuceno da Motta

---

No meio de uns manuscriptos antigos que pertenceram ao meu finado avô o Sr. Candido José da Motta, auctor do drama *O Tira-Dentes*, encontrei o rascunho de um sermão por elle escripto, e que deveria ser recitado em Itú por occasião do funeral do grande paulista o Padre Diogo Antonio Feijó.

Essa peça oratoria, quando outro merecimento não tenha, é a biographia mais completa que conheço do illustre finado.

E ninguem em melhores condições para escrevel-a do que o seu intimo amigo, o seu compadre, o seu fiel companheiro nas luctas politicas d'aquelles tempos; ninguem melhor do que Candido Motta poderia referir á posteridade as minuciosidades da vida d'aquelle preclaro cidadão.

Creio prestar um bom serviço á Historia da nossa Patria, passando a limpo esse discurso, acompanhado de algumas notas explicativas devidas ao seu auctor, além de outras que julguei conveniente accrescentar, e offerecendo este pequeno trabalho ao *Instituto Histo-*

rico e Geographico de S. Paulo, como subsidio para a historia dos acontecimentos politicos de nossa terra. Possa elle servir um dia para se completar a Historia do nosso prospero e heroico Estado.

Amparo (S. Paulo), 13 de novembro de 1894.

João Nepomuceno Nogueira da Motta.

Oração funebre á memoria do Padre Diogo Antonio Feijó

Non recedet memoria ejus.
(ECCLES., CAP 39, V. 13)

Seu nome sempre immortal.

Soberbos mausuléos, que se levantam em honra dos heroes, que tingiram a terra de sangue com suas espadas vencedoras; magestosos obeliscos que recordam a vaidade e o orgulho d'esses homens que estatuiam a sua gloria nos combates e nos triumphos, — sois nada, para o Ente Pensador!

A memoria dos conquistadores é regada de lagrimas de innumeros paes, esposas e filhos, é salpicada de sangue das victimas immoladas, quasi sempre só ao capricho e á ambição!

Não é, porém, assim o monumento que se dedica a perpetuar a lembrança do cidadão benemerito e pacifico, do patriota illustrado, devotado sempre ao serviço de sua Patria, sacrificando impavido por ella até sua propria existencia, do filho leal da Igreja, do verdadeiro philosopho christão!

Se a este se inaugura uma estatua, o homem moral,

em sua presença, é tocado da mais terna emoção, e, trazendo em revista as acções do heroe que ella representa, como que se curva respeitoso, e se separa do mudo monumento, desejoso de imitar seu original:— tal é o tributo ao verdadeiro merecimento.

Um d'esses mortaes em que os seculos não abundam, que tivemos a ventura de conhecer, tratar e admirar, que faz honra a nossa Provincia e ao Imperio, e cujo nome será sempre immortal, é o que hoje suffragamos na Casa de Deus, repassados de dôr e de saudade. É o Ex.mo e Reverendissimo Sr. Diogo Antonio Feijó, Gran-Cruz da Ordem do Cruzeiro e Senador do Imperio, esse nosso patricio, em tudo grande, cuja vida a Historia levará sem mancha aos archivos da posteridade, esse martyr heroico da liberdade, digno de duradouros monumentos, para quem, entre as nenias religiosas, supplicamos o descanço na eternidade.

Sim, Senhores, a gratidão e o respeito ás virtudes do Sr. Feijó, nos dirigiram a este acto tão solemne da piedade christã e é indispensavel que da tribuna sagrada retumbem as acções de sua vida, que nos constituiu devedores d'este testemunho publico; porém, outro deveria ser o orador, e não eu, que tenho consciencia do meu nada; mas assim mesmo, não posso deixar de render esse melancholico tributo ao illustre finado, e talvez consiga arrancar de algum coração sensivel e grato ao menos um gemido saudoso ou uma lagrima reconhecida sobre seu tumulo. Eu principío.

Não me demorarei em descrever miudamente a vida do Sr. Feijó até á epocha em que elle entrou na grande scena nacional. Só me limitarei a dizer que nascido em S. Paulo no anno de 1784, teve a

educação litteraria do tempo, na qual se fez reconhecidamente distincto, mostrando desde a sua infancia a maior intelligencia e firmeza de vontade.

Seu juizo claro, seu caracter nobre e a pureza dos seus costumes, lhe grangearam verdadeiros amigos aos quaes foi sempre prestavel e fiel.

Como sacerdote, cumpria zelosamente seus deveres, tornando-se digno do alto ministerio a que sua vocação o chamára.

Seu estylo claro e conciso o fazia apreciavel no pulpito. Sua illustração em materias ecclesiasticas o faziam procurado por pessoas assaz respeitaveis, mas timidas de consciencia, que n'elle achavam o director izento de fanatismo e o moralista profundo, cujos conselhos, os faziam tornarem-se uteis aos seus semelhantes.

O indigente, Senhores, nunca deixou de ser soccorrido pela mão caridosa do Sr. Feijó; a innocencia perseguida teve sempre n'elle um poderoso defensor.

Summamente inclinado á lavoura, d'onde tirava sua subsistencia, sobrava-lhe, ainda assim, tempo para instruir gratuitamente a mocidade nas materias em que era profissional, fazendo-se notavel pela clareza dos seus compendios, e pelo methodo do seu ensino. (1)

Tal era o Sr. Feijó, até á epocha em que o magestoso brado da Liberdade, soltado alem do Oceano, repercutiu nas plagas brasileiras.

---

(1) Ha muitos annos tive occasião de apreciar, ainda em manuscripto, uma *Syntaxe Latina*, devida á penna d'aquelle notavel professor e que meu pae e mestre guardava religiosamente, tendo servido de compendio a muitas celebridades actuaes. Infelizmente, porém, parece que se perdeu tão precioso trabalho, se algum amigo de velharias, menos vandalo do que eu, não teve o cuidado de guardar alguma copia.

(*Nota do auctor.*)

Seu coração pulou de enthusiasmo e suas vistas de lynce descortinaram no futuro a independencia de sua Patria!

Ah! e de quanto não lhe é ella devedora?!

Não obstante estar o Sr. Feijó em uma villa central, (1) distante do borborinho das capitaes, exercendo tudo quanto a philantropia reclamava de uma vida retirada, todavia, seu merito era conhecido e seu nome obteve, a par das maiores capacidades, os suffragios para representar sua Provincia na Metropole Portugueza.

Grande era então o sacrificio, mas, por isso mesmo, digno do Sr. Feijó, a quem seus patricios consideravam com justiça habilitado, pelas brilhantes qualidades de seu caracter, a servir sua Patria. Desde então votou-se só a ella, e veiu a ser (com magua o digo) veiu a ser o seu distincto martyr!

Divina Providencia, quanto são insondaveis vossos designios! Religião sancta, tu nos ensinas a beijar a mão suprema que nos fere!

Tempo, Historia, Posteridade, vós vingareis o nome de tão preclaro cidadão!

Senhores.

O Sr. Feijó parecia ler no futuro; sua perspicacia admiravel tocava no porvir. Elle previu que a Mãe Patria não cederia dos direitos de conquista sobre a parte mais rica e importante da Monarchia, elle conhecia a força dos habitos e a difficuldade de fraternizar-se com sinceridade um povo habituado a dominar, com vara de ferro; desconfiou do convite portuguez, não se illudiu. Possuiu-se da dignidade brasileira, e julgou ser opportuna e indispensavel a Independencia de sua

(1) Itú. (*Nota do auctor.*)

Patria, quando as vozes d'ella se esvaecessem no Parlamento Constituinte de Portugal, e por isso pediu n'este sentido instrucções ao governo da Provincia, e partiu a exercer a sua alta e honrosa missão.

Não foi necessario muito tempo, depois de sua chegada a Lisboa, para o Sr. Feijó conhecer quão fundadas eram suas suspeitas.

Os portuguezes em Côrtes não occultavam o seu despeito contra o Brasil; avaliando-o como habituado aos ferros coloniaes, entendiam que, mergulhado na ignorancia, não estava habilitado a saborear a liberdade (como se ignorassem os exforços dos brasileiros em diversos tempos para obtel-a).

Então o Sr. Feijó, com aquelle accento grave que lhe era proprio e que lhe captava profunda attenção no Congresso, com aquella nobre audacia que o civismo auctoriza, fez ouvir o Direito que tinha a sua Patria de ser independente! (1)

Baldados, porém, foram os seus exforços: os portuguezes queriam a liberdade para si e a oppressão para a parte mais importante da Monarchia; e n'isto firmes, concluiram a sua Constituição, deixando só para o Brasil a ignorancia e a escravidão!

Era impossivel que o illustre Paulista se humilhasse! A dignidade que borbulhava em seu coração não permittia que assignasse e jurasse esse pacto vergonhoso para a sua Patria; e, resoluto, com mais seis dignos companheiros, atravez de ameaças e perigos, largaram do Tejo e foram á Inglaterra acobertar-se da sanha perseguidora.

D'alli veiu o Sr. Feijó a Pernambuco, onde, rece-

---

(1) Celebre discurso e projecto de Feijó nas Côrtes de Lisboa. (*Nota do auctor.*)

bendo as maiores demonstrações de estima d'aquelle povo generoso, publicou um manifesto da sua conducta em Portugal, no qual exprimia com franqueza seus sentimentos de liberdade. (1)

De Pernambuco foi ao Rio de Janeiro, onde regeitou as honras e distincções (2), que se lhe offereceram, e, forçoso é dizer que no intimo de seu coração desapprovava a marcha politica do Governo de então. (3)

Chegou emfim á sua Provincia, onde, repousando de tantas fadigas, gozava da presença de seus amigos que á porfia o procuravam.

Já então a Independencia se tinha proclamado e a Assembléa Constituinte Brasileira, esperança de todos os amigos da liberdade, foi dissolvida, não segundo a lei, mas segundo a jurisprudencia do canhão e da bayoneta!

Acontecimento fatal!... cerramos, porém, um véo sobre essa pagina negra da nossa Historia, não recordemos as consequencias d'esse impensado golpe d'Estado, que pareceu abalar todo o Imperio, afastemos nossas vistas d'esse arranco de arbitrariedade, levando ás masmorras os servidores da Nação, que mais tinham pugnado por seus direitos no Templo da Lei e sigamos o Sr. Feijó. Este é o dever que me impuz.

Sigamos o Sr. Feijó, que, firme no proposito de servir a sua Patria, não esmorecia no meio do torpor geral, que começou logo em symptomas de agitação, mas que se acalmaram, quando o monarcha offereceu a Constituição que houvera promettido aos povos.

---

(1) O Governo não quiz que se imprimisse o manifesto tal qual estava, e sim com algumas modificações, por ser muito liberal; Feijó, porém, não o consentiu..

(2) Canonicato, etc.

(3) Isto deu motivo a que o Governo o mandasse vigiar na Provincia. *(Notas do autor.)*

O Sr. Feijó fez com que a Camara de Itú offertasse as emendas que elle judiciosamente redigira; trabalhou para que a Constituição se adoptasse e que a tranquillidade publica não fôsse perturbada.

Em todos os lugares onde elle apparecia era escutado como oraculo, embora sua linguagem livre molestasse a um ou outro, que não se persuadia poder haver Governo estavel, sem ser ornado com os dentes ferinos do absolutismo.

Foram estes talvez a causa de ser o Sr. Feijó chamado á Côrte como suspeito. (1)

Foi alli que elle com a dignidade do verdadeiro patriota fez ver ao ministro de Estado suas idéas de liberdade, subordinadas ao systema representativo, e quanto era improprio que *elle, ministro, rebaixasse o Monarcha, fazendo-o timorato de um cidadão que não tinha influencia a temer-se,* e que quando a tivesse nunca a empregaria senão em prol do consorcio do Poder com a liberdade, e pediu, por fim, a declaração de seus crimes, e a prisão se a haviam destinado aos presos de Estado. (2)

Este estoicismo, filho de uma consciencia pura, despertou os sentimentos de Justiça, no meio do terror cujo manto assombrava todo o Brasil, e o Sr. Feijó, illibado da minima imputação, regressou a seus lares triumphante, d'onde voltou para tomar assento na primeira Assembléa Legislativa.

Foi alli que o Sr. Feijó mais deu a conhecer a rigidez de seus principios, a fecundidade de seu genio,

---

(1) Foram com elle o P.e Dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, os Barros, Prado e outros.

(2) Se diz que foi interessantissima esta conferencia com o Ministro João Severiano. *(Nota do auctor.)*

a incorruptibilidade de seu caracter: tudo quanto de util partiu d'aquella respeitavel corporação, teve ou sua iniciativa, ou sua approvação, que era sempre conscienciosa e por isso, algumas vezes, votava em opposição a seus amigos politicos, que mesmo por tal independencia, mais o respeitavam. (1)

Reeleito para a segunda legislatura, previu o futuro que nos ameaçava, mas não descorçoou; antes parecia redobrar de exforços, para que a Ordem e a Liberdade triumphassem.

As Camaras, os Conselhos Geraes e o Governo testemunharam quanto trabalhou para tão nobres e patrioticos fins; mas o Genio do Mal tinha emfim conseguido tocar o Portico Imperial e o Monarcha, infelizmente, se fascinou. Surdo ás vozes da verdade, ao clamor publico, ao soffrimento dos povos e, julgando-se escorado na fingida affeição do partido, que lhe deslumbrava a verdade, cavando sua ruina, lançou-se nos braços dos architectos dos males e cahiu do Throno que a Nação sincera, enthusiasta e agradecida lhe levantára!

Quão fecunda não é a historia d'estes exemplos, e quão pouco são elles aproveitados!...

Sim, Senhores, o 7 de Abril de 1831 foi considerado como um triumpho nacional, foi saudado pela Nação incauta com a mais viva demonstração de contentamento; porém, o Sr. Feijó o considerou como precursor de immensos males. Elle o desapprovou e o declarou em sessão publica no Senado. Mas por isso mesmo que parecia ler no futuro, foi incansavel em promover os meios de evital-os.

---

(1) Este facto era attestado por Paula Souza e outros politicos d'aquelle tempo. (Nota do A.)

Ninguem lhe disputava a primazia n'este honroso trabalho, nem a de lembrar tantos recursos!

O Governo o escutava, os verdadeiros patriotas se uniam a elle, e, quando tudo parecia conflagrar-se na lava revolucionaria, o Sr Feijó por unanime accordo dos amigos da Ordem foi nomeado Ministro da Justiça, pois que tudo d'elle com razão se esperava!

Collocado no poder abriu-se a epocha mais gloriosa da vida de nosso heroe!

Tragamos, Senhores, á memoria o estado anarchico em que estava a Capital do Imperio no tempo em que o Sr. Feijó subiu ao Ministerio, e então avaliaremos a efficacia de suas medidas, a calma de suas deliberações, a promptidão de suas providencias, o sangue-frio no meio dos maiores perigos, a energia de sua acção!

Admiremos sua coragem no meio dos perigos e a rapidez com que pôz dique ás desordens, restabeleceu a segurança individual e publica e restituiu a tranquillidade em toda a Capital.

Não o acobardava o punhal do assassino, ao mesmo tempo que centenares de cidadãos fluminenses, temendo por sua existencia, por vezes guardaram (1) em effectiva vigilia sua morada da tentativa dos malvados.

Lembremo-nos... mas para que recordar mais factos quando tudo foi publico e de todos conhecido?

Basta dizer que o Sr. Feijó foi o salvador do Brasil e o sustentador do throno constitucional.

Assim o reconheceu a Nação, assim o Mundo

---

(1) Cerca de duzentas pessoas guardaram sua casa em certa noite, sem que elle o soubesse senão no dia seguinte.
(*Nota do auctor.*)

civilisado, assim a Historia marcará o seu nome na posteridade.

Paulista illustre! Embora inimigos refalsados tentem desbotar teus feitos em prol da Patria, elles estão muito altamente abrigados de sua maledicencia!

Senhores.

O nobre Ministro da Justiça era acclamado como o primeiro cidadão do Imperio, mas notae que só elle parecia ignorar esses votos de gratidão e de publica estima.

Sempre modesto, sempre inalteravel na simplicidade do seu tratar, extranho ás futilidades, elle não differençava com pessoa alguma.

Tendo concluido sua espinhosa missão com admiração geral, elle largou a pasta e retirou-se para sua Provincia, com sua saude deteriorada.

A gratidão dos fluminenses aos seus recentes serviços, era preciso que se manifestasse a despeito da opposição dos que soffreram pela fortaleza do illustre Paulista. Elles o collocaram na Camara dos Anciãos, fazendo prevalescer sua vontade em segunda votação, com maior triumpho do que na primeira.

Seguiu-se a discussão do Acto Adiccional, e o Brasil inteiro testemunhou o reconhecimento e o alto conceito en que tinha o Sr. Feijó, nomeando-o Regente do Imperio, apezar d'elle não querer e declarar que não acceitaria. (1)

Obrigado, porém, por seus amigos e por um longe de esperança de fazer algum bem ao Paiz, empossou-se da Regencia. (2)

---

(1) Invoco o testemunho dos seus maiores amigos que o ouviram. (*Nota do auctor.*)

(2) Na minha collecção de manuscriptos encontrei um

Como verdadeiro homem d'Estado começou logo a fazer com que se congraçassem todos os Brasileiros, esquecendo-se das dissenções anteriores. Partiu d'elle o exemplo, empregando pessoas aptas, fosse qual fosse o seu credito politico: trabalhou para que viessem ao Paiz elementos de riqueza, para que só dominasse no Governo a Justiça, a Moralidade, a Economia, e tudo começou a prosperar. (1)

No Norte se pacificaram as desordens e o Sul não promettia uma lucta duradoura, que teria de todo finalisado, se não fosse embaraçado o seu plano.

Parecia, Senhores, que era chegado o tempo do Brasil começar a ser feliz e na funcção de sua grandeza, apparecer na escala das primeiras nações do Globo.

Mas, quão falliveis são os calculos humanos!

Uma opposição violenta e desleal, manejada com arte por pessoas astutas e especuladoras se tornou em

---

carta escripta por Feijó em um quarto de papel de linho azulado, concebida pouco mais ou menos nos seguintes termos:

«Sr. Cand.º

Afinal estou regente e carregando pezo com que ninguem pó de. Estive enfermo e já melhor. Tantas são as occupações em receber os cortejos do estylo que não posso continuar.

Seu Comp.—Diogo.»

Esta carta deve existir ainda em poder do Sr. José da Costa Almeida Nogueira, a quem, quarto proprietario da *Gazeta de Capivary*, confiei para ser publicada como uma curiosidade historica. Não sei que importancia mereceu esse documento; o facto é que nunca foi publicado, nem me foi restituido. Por esse motivo não posso garantir a fidelidade da reproducção dos ultimos termos da carta.—J. Motta.

(1) Andreas foi um dos primeiros despachados para Presidente do Pará.

(*Nota do auctor.*)

breve um baluarte contra a marcha do Governo do Regente, tudo se lhe negando. Facil seria a este remover todas as difficuldades, facil lhe seria fazer calar as ambições, se facil lhe fôra renegar os seus principios e capitular com seus inimigos; mas então Feijó não seria Feijó.

A Imprensa e a Tribuna conspiravam desabridamente contra a sua pessoa. Homens, que elle chamava para altos empregos, excusavam-se com o temor de serem abocanhados (1). As calumnias mais atrozes se lhe assacavam; tudo que havia de mau se lhe imputava!

Então o grande homem, declarando conhecer os homens e as cousas, superior ás honras e glorias mundanas, conhecendo que não podia ser util no cargo eminente que occupava, resignou-o.

Chamou para elle um seu adversario, por lhe parecer proprio a neutralisar os odios e felicitar a Nação, alvo unico de seus pensamentos, e posto que doente, voltou tranquillo á sua vida privada, tendo tambem regeitado a Mitra de uma das maiores Dioceses do Imperio, a que o chamaram suas altas virtudes, mas de que elle se não julgava digno!!

Ambiciosos do seculo, confundi-vos em presença do incomparavel Feijó!

Senhores.

Este rasgo sublime de desinteresse, pouco frequente na historia das nações, por si só seria capaz de immortalisar o nome do virtuoso paulista!

Seus amigos o admiraram, seus contrarios conheceram a elevação de sua alma!

Mas estes nutridos de paixões ignobeis, e sem um

---

(1) Um d'elles foi José Clemente Pereira.

(Nota do auctor.)

só sentimento generoso, não cessaram de guerrear aquelle mesmo, que lhes entregára o destino do Imperio; e, com a mais negra ingratidão e baixeza, deprimiam seu bemfeitor. Elle, porém, repousando no testemunho de sua consciencia inalteravel, via com dôr a quanto chegava o excesso das paixões desenfreadas!

Com sua ausencia da Suprema Magistratura, findou o periodo honroso da Historia do Brasil independente. Neguem-no muito embora pennas venaes, neguem-no os encarniçados inimigos do Sr. Feijó, negue-o tambem a parte immoralisada da Nação, a Historia, que imparcial vinga o merito, attestará esta verdade eterna!

O novo Regente rodeou-se dos principaes coripheus da opposição ao Sr. Feijó; teve do Corpo Legislativo quanto quiz; prometteu tudo aplainar com os meios que puzeram á disposição do Governo, e parecia indubitavelmente que salvaria a Nação dos males que a ameaçavam. Porém, tudo foi illusão, tudo peiorou: o egoismo alçou seu collo e a immoralidade seu predominio!

Uma nova politica imperava, politica que feria perigosamente os interesses brasileiros.

O Sr. Feijó ainda acudiu aos reclamos da Patria. Em 1839, não obstante ser Presidente do Senado, envolveu-se por vezes nas discussões em defeza dos direitos dos povos, contra as tendencias perigosas do partido dominante, e não foram baldados os seus exforços.

A reacção nacional começou desde então, e tempo virá em que colha os trophéus do seu triumpho, como devemos esperar no Deus de Bondade e de Justiça, que tem promettido a paz a seu povo e guiado os destinos do Brasil.

Retirado o Sr. Feijó á sua Provincia, fez pela

imprensa sua protestação de fé religiosa a fim de fazer calar seus inimigos, que punham em duvida sua orthodoxia, em virtude de suas luminosas opiniões em materias desciplinares da Igreja, as quaes sempre sustentou victoriosamente na Camara temporaria e pela imprensa; porém a má fé e a perfidia, torcendo tudo, o estigmatisavam!

Enfim, Senhores, chegou o tempo dos maiores padecimentos do Sr. Feijó! Atacado repentinamente de paralysia, ficou sem movimento de metade do corpo, porém sua alma nada perdeu de seu vigor. Um só pensamento parecia não haver em seu espirito em que se não misturasse o desejo sagrado de felicitar sua Patria; e foi por isso, que vendo que o grande acto da Maioridade do Monarcha, em vez de trazer a cura aos males publicos, fez dobrar de energia e astucia o partido que a elle se oppoz, partido que desde 1837 solapava os alicerces do edificio social, partido cujos chefes desde então trabalhavam para o mando exclusivo, embora se falseasse o systema jurado, já n'essas leis da Reforma Judiciaria e Conselho d'Estado, já em tudo que embaraçasse seus planos, que antecipadamente se conheciam, sendo um d'elles dissolver a Camara dos Deputados, caso se não compuzesse em maioria dos seus asseclas, foi por isso, digo, que o Sr. Feijó já no leito de dôr, possuido da mais patriotica indignação, manifestou seus sentimentos á Assembléa Provincial de S. Paulo, n'esse celebre officio, onde resumbra seu nobre patriotismo e dedicação ao systema jurado, officio que não será esquecido em sua historia.

Porém, Senhores, tudo tendia á explosão: o acinte, a injustiça, a quebra da Lei, as ameaças, o nenhum caso da vontade publica, tudo, tudo de mãos dadas,

provocava a revolta e ella infelizmente appareceu em 17 de maio de 1842, em Sorocaba, não contra o Monarcha, não contra a Constituição, mas contra aquelles que em nome de ambos levavam a Nação ao maior abysmo!

O Sr. Feijó, sempre prompto a sacrificar-se por fins tão justos, apezar da sua gravissima enfermidade, partiu para ajudar seus compatriotas de Sorocaba.

Elle conheceu o perigo do movimento, elle previu o desfecho, mas attendendo só á Justiça da causa, não fez caso das consequencias. Elle firmemente se capacitou que seria a maior indignidade e baixeza, não arriscar sua vida para salvar o Monarcha e a Constituição, e quiz fazer mais um exforço.

O governo, porém, teve força para tudo esmagar, e o senador Feijó foi prezo e deportado, sahindo de Santos, n'um vapor, sem roupa, sem dinheiro, e apenas chegado ao Rio teve ordem para se passar no meio do mar tempestuoso para outra embarcação que o deveria no dia seguinte levar á Provincia do Espirito Santo!

Em vão se fez ver a falta de commodos para o illustre enfermo (1), a razão do porão lhe foi assignalada!

Honra seja feita ao digno official commandante, que fez quanto lhe era possivel para minorar os soffrimentos da infeliz victima, a quem seguiremos no seu martyrio!

Os elementos lhe foram mais benignos do que os homens! Elle summamente incommodado, foi lançado

---

(1) Feijó n'essa occasião estava tambem soffrendo dos olhos.

(*Nota do auctor.*)

nas praias da cidade da Victoria, sem ter uma humilde choupana, ao menos, para abrigar-se. Pediu a prizão publica, e mesmo esta lhe foi negada!

É muito, Senhores! Que mais se faria ao mais abominavel scelerado!

Pois um ministro de Jesus Christo, o heroe de 1831, o Regente do Acto Addicional, o patriota incorruptivel, o amigo da Constituição, o salvador do Throno Imperial, o primeiro brasileiro é assim tratado?!

É no seculo XIX, e pelos que descendem d'essa Nação que reprehende seus antepassados pela ingratidão a seus Albuquerques, Pachecos, Castros, Camões e outros, que se sacrifica uma das maiores glorias nacionaes?!

Era, porém, preciso que tudo isto occorresse, para provar a incomparavel conformidade do illustre proscripto. Era tudo necessario para que seu nome se associasse ao dos heroes, que a Historia respeita, e com direito se collocasse no pantheon americano!

Se a politica de então, meus Senhores, aconselhava este barbaro procedimento, a humanidade reclamava seus direitos e a virtude sua homenagem!

Apenas foi divulgada a situação da infeliz victima, como á porfia correram a amparal-a pessoas gradas do logar; ellas a tractaram com o maior esmero; nada faltou ao illustre martyr.

Nobres cidadãos da Victoria, que prestasteis soccorros ao benemerito da Patria, recebei os votos reconhecidos das almas sensiveis e particularmente dos bons paulistas!

A poderosa mão do Omnipotente não permittiu que o Sr. Feijó succumbisse no seu exilio. Ella quiz que elle désse ainda publico testemunho de sua coragem, sua firmeza de caracter e admiravel franqueza.

Foi no Senado, Senhores, de volta do seu desterro,

que elle ainda fez um exforço para vingar a lei fundamental do Imperio, (1) porém debalde.

As paixões revoavam então no Asylo da Prudencia, nada conseguiu...

Chegou o seu processo; elle deveria respondel-o, mas como fazel-o já moribundo?

Assim mesmo, Senhores, arrastando-se, elle pôde penetrar no templo da lei e no meio dos seus pares, em frente de seus capitaes inimigos, escudado pela pureza de sua consciencia, depois de relatar, em desempenho de sua palavra, quanto passou e soffreu no tirocinio de Santos á cidade da Victoria, e isto só porque julgava offendida a prerogativa do Senado, que elle já tocando a sepultura queria ainda defender, apresentou essa grande resposta, só propria d'elle, ou de um Spartano!

Vós a tendes lido, vós não me taxareis de exagerado!

Se seu corpo n'aquella occasião annunciava proximo anniquillamento, sua alma conservava o vigor que não póde ter n'aquelle grande acto o homem culpado!

Que profundas meditações não offerecia aquella scena?!... Que sensações não deveria produzir em todos que a presenciaram?!... Como appareceu grande o Sr. Feijó entre os seus inimigos!

Placido se retirou pela ultima vez d'esse magestoso salão, onde tantas vezes fez soar a sua voz a bem da Patria! Todos os olhos se fixam n'elle, lagrimas rebentam, a commoção é geral!

Homens do mundo, vêde as futilidades que vos rodeiam, meditae e confundi-vos!

---

(1) Quiz que fossem responsabilisados os Ministros pela prisão de senadores.

(*Nota do auctor.*)

Demorada foi a decisão do Senado ácerca do processo do Sr. Feijó, que desenganado pelos medicos de que na Côrte seria certa a sua morte, se n'ella se conservasse, pediu que ou se decidisse o seu processo, ou licença para voltar á sua Provincia.

Esta lhe foi concedida por mui grande maioria de senadores, e o venerando ancião que como Temistocles queria que seus ossos se entregassem á terra onde pela primeira vez viu a luz do dia, chegou á capital, e depois de penosa e longa agonia, em cujo periodo recebeu todos os Sacramentos da Igreja, como seu filho fiel, rodeado de seus amigos consternados, deu a alma ao seu Creador!

Já não existe!

Inimigos do virtuoso Feijó (se os ha alem da morte) lançae as vistas sobre o seu cadaver, vêde a vossa obra! E, se sois christãos, tirae proveito d'esse espectaculo!

Sinceros amigos das instituições livres, chorae a perda do seu maior defensor!

Orphãos, viuvas, indigentes, vinde pela ultima vez beijar a mão bemfazeja que matou vossa fome!

Sinceros amigos do Sr. Feijó, antes que o seu corpo se esconda na morada da morte, regae-o com lagrimas de gratidão e de saudade e dizei-lhe o adeus para sempre!

Ambiciosos, que tudo sacrificaes ao interesse do ouro, admirae o Dentato Brasileiro (1), que tendo sido De-

---

(1) Curius Dentatus (Manius, Consul Romano, a quem depois da guerra dos Samnitas se attribue esta phrase magnanima de orgulhoso desinteresse:

«Eu prefiro commandar os ricos a ser rico eu mesmo.»

J. Motta.

putado, Senador, Ministro e Regente do Imperio, morreu pobre!

Sim, Senhores, já não existe o virtuoso heroe paulista, não veremos mais o nosso amigo o Sr. Diogo Antonio Feijó.

Campa sepulchral, que encerras seus restos mortaes, sêde mais grata a elles do que o foram os homens ao virtuoso cidadão que tanto os serviu!

Se elles, ingratos, o assassinaram, sê tu ufana em guardar esse deposito precioso para honra de sua Patria!

E se a mão da amizade quizer sobre ti esculpir um epitaphio seja elle:

—FEIJÓ, ULTIMO DOS PAULISTAS!—

Senhores.

Roguemos a Deus pelo descanço eterno do nosso amigo.—DISSE.

CANDIDO JOSÉ DA MOTTA.

TYPOS YTUANOS

O dominio de estrangeiros em Ytú

Em novembro de 1894, em Ytú, ao passar pelo pateo do Patrocinio, surprehendeu-me n'aquella egreja uma fachada nova, ainda não bem acabada, a qual me pareceu bonita; mas, lembrando-me logo da origem d'aquelle templo, tive um desgosto vendo destruido o monumento de gloria do sempre saudoso padre Jesuino do Monte-Carmello. Desejava que nunca se tocasse n'aquella architectura original de Ytú, que sempre desperta nos ytuanos tantas recordações dos tempos idos, das grandes festas do Patrocinio, que levavam a Ytú os povos das villas vizinhas e até de dezenas de leguas. (1)

Vi que se trabalhava tambem no interior, e sensibilisou-me muito ver destruida a architectura originalissima do genio artistico do padre Jesuino, destruindo-se as columnas, arcos e mais ornamentos do corpo da egreja.

---

(1) Vinham familias dos Campos Geraes (como se chamavam antigamente), de Curytiba, Castro, etc., expressamente para assistirem a essas festas.

(*Nota do auctor.*)

Na capella-mór não se tinha tocado, e, como ella era do mesmo estylo, pensei que o vandalismo deixasse ao menos isso, por onde se poderia julgar ainda o grande merito d'aquelle monumento, producto de uma cabeça que tinha a intuição da arte, o ideal do bello, visto que sem instrucção alguma, sem ter visto melhores modelos que pudessem oriental-a, era, entretanto, architecto, pintor, esculptor e musico compositor!

Já tive occasião de fazer um esboço biographico do padre Jesuino e do padre Antonio Pacheco da Silva. O primeiro edificou a egreja do Patrocinio; o segundo mandou edificar á sua custa, em terras de sua chacara, o hospital de morpheticos ainda existente; recolheu para alli os morpheticos do municipio e todos quantos depois appareciam em Ytú; sustentou-os emquanto viveu (não poucos annos), e só depois da sua morte a camara tomou conta d'elle e o sustenta até agora.

N'este esboço estygmatisei o procedimento vandalico de estrangeiros, que não têm amor a esta terra e nem ás suas tradicções, e só cuidam em accumular riquezas que vão desfructar em seu paiz; e procurei mais despertar nos ytuanos o amor dos monumentos de sua gloria passada, e disse «que seria um crime se consentissem que se destruisse tambem a capella-mór». Os ytuanos deviam n'essa occasião os expellir do templo com o mesmo instrumento com que Jesus expulsou os mercadores do templo de Jerusalem.

Estes esboços terão de ser publicados no *Boletim* do Instituto Historico do Estado de S. Paulo. Circumstancias imprevistas retardaram até agora a publicação, e isto me incommodava porque eu bem receiava que se completasse a destruição e o povo não fizesse o que devia, expellindo d'alli os vandalos. Não me enganei. Se me informa agora que o vandalismo de batina e

de saia tudo destruiu, e que da architectura do padre Jesuíno só restam as paredes e pouquissimo mais!...

Os estrangeiros, que foram o *pandemonium* de batina e de saia que alli reina absolutamente, commetteram o attentado desprezando a opinião publica.

Quando presidia o Estado de S. Paulo o Sr. Jorge Tybiriçá, se pretendeu demolir aquella *arapuca*, digno monumento do talento architectonico dos jesuitas, que em S. Paulo se chama «Egreja do Collegio», e o bispo diocesano de então, fazendo-se acompanhar do clero da cidade, foi a palacio e pediu-lhe em nome do povo «que não fizesse isso porque seria um verdadeiro attentado; *e se o fizesse mostraria não ser paulista*, pois que nenhum paulista que ama sua terra poderia ver com bons olhos a destruição do primeiro templo edificado em S. Paulo.»

Ora, se aquelle monstruoso parto do genio artistico dos jesuitas, que não era obra de paulistas mas de estrangeiros, não devia desapparecer só por ser o primeiro templo edificado em S. Paulo, como pôde o povo de Ytú ver com bons olhos destruir-se o monumento de gloria do genio artistico de Ytú? Jámais deveriam ter consentido a realisação do attentado.

Levam o dinheiro do povo a troco de veronicas, rosarios e agua de Lourdes, como antigamente faziam os bandeirantes aos indios, e aqui só deixam o aviltamento e a desmoralisação do povo. E nem será isso uma novidade na historia, pois foi o que aconteceu aos grandes povos que se entregaram ao dominio ultramontano. Observem quaes são os povos da Europa que em vez de cahir se elevaram, e verão que são aquelles que se libertaram d'esse dominio. Olhem para a Hespanha, Portugal e Italia e meditem sobre o futuro de S. Paulo.

Não, os ytuanos têm cochilado! Deviam mostrar mais amor á sua terra, mais bairrismo e veneração ás memorias gloriosas dos seus antepassados, que honraram sua terra pelas suas virtudes e talentos.

Porque essas aves de arribação (ou de rapina) nada destruiram no Recife, onde intentaram reinar? Porque lá existem homens que não deixam ensinar a seus filhos *que é permittido mentir e perjurar quando convier fazendo reservas mentaes*, e outras lições semelhantes que pervertem o caracter do homem.

Se os homens livres de Ytú fizessem *meeting*, onde o orador esclarecesse o povo e o fizesse comprehender a magnitude do attentado premeditado, elle não consentiria com certeza.

Em breve será publicado no *Boletim* do Instituto o esboço referido, e os que o lerem verão se tenho ou não razão de me achar indignado contra esses vandalos e desculparão a aspereza de minha linguagem, se póde haver aspereza censuravel quando se trata de assumpto como este.

Mogy-mirim, 5 de novembro de 1895.

ANTONIO A. DA FONSECA.

I

Padre Jesuino do Monte-Carmello

No seculo XV, quando as sciencias renasciam na Italia e as bellas-artes floresciam rapida e brilhantemente, nasceu em 1582 na aldeia de Vinci, perto de Florença, Leonardo de Vinci, um dos maiores genios das bellas-artes e das sciencias de que a historia tem perpetuado o nome e a gloria. Filho natural de um obscuro notario

de nome Piero, desde a mais tenra edáde manifestou logo decidida vocação por as bellas-artes e principalmente para a pintura.

Seu pae, observando os seus variados e tão precoces talentos, levou-o a Florença, apresentou-o a Verachio, pintor já bem conhecido, e pediu-lhe que o admittisse em seu *atelier*. Aos vinte annos o discipulo de Verachio era já celebre pintor, musico, esculptor, architecto, e depois de mais alguns annos era tambem Leonardo de Vinci reconhecido grande homem de sciencia!

Se Vinci tivesse nascido em Ytú no ultimo quartel do seculo passado, como Jesuino ds Monte-Carmello, de uma familia obscura e pobre, não passsria da altura de Jesuino, assim como este se tivesse nascido em Vinci talvez tivesse chegado á altura do Leonardo, ao menos nas bellas-artes, se encontrasse o *atelier* de Verachio e a protecção de Lourenço dei Medici, o *magnifico*.

Jesuino apenas pôde aprender as primeiras lettras e deu-se ao officio de pintor como quem procura um ganha-pão, e d'isso viveu alguns annos. Nunca viu um *atelier*, nem teve um mestre qualquer: entretanto ficou bom pintor, esculptor, musico, compositor e architecto, como adiante se verá.

Jesuino casou-se e teve tres filhos varões e uma filha; e enviuvou aos trinta annos, mais ou menos. N'esse tempo foi procurado e encarregou-se de fazer na egreja do Carmo algumas pinturas, de que precisava. Era então prior do Carmo um frade portuguez, frei Thomé, que, segundo a tradição, era homem illustrado e conhecia bem principalmente as mathematicas. Frei Thomé, emquanto Jesuino trabalhava, estava sempre alli palestrando com elle. Logo conheceu a sua grande intelligencia, e n'uma d'essas palestras lhe dissera Jesuino: «Desde a minha infancia tive decidida vocação

para o estado ecclesiastico, e não me ordenei, como tanto desejava, porque a pobreza de minha familia não permittia que eu estudasse o latim, e dei-me a este officio como meio de vida. Hoje, que estou viuvo, quantas vezes me tenho lembrado com magua não saber o latim! Se eu o soubesse ainda me ordenaria.»

Disse-lhe então frei Thomé: «Se é esse o unico obstaculo, furtae do vosso trabalho uma a duas horas todos os dias, ide á minha cella e eu vos garanto que em dois annos estareis habilitado para vos ordenardes.» Jesuino assim o fez e em dois annos, mais ou menos era o padre Jesuino do Monte-Carmello, tão celebre pelas suas grandes virtudes como pelas obras de arte que fez.

Edificou uma casa, que até hoje existe em frente da egreja do Patrocinio, tomando toda a largura do pateo d'aquella egreja, que é tambem obra exclusivamente sua e de seu filho Eliseu, que o ajudava. Esta casa tornou-se uma especie de cenobio onde residiam elle e seus quatro filhos, o menino João Paulo, creado e educado por elle, ao qual ensinou a musica, o fez estudar latim com o padre Manoel Floriano e ordenou-o. O padre João Paulo Xavier foi quem substituiu o padre Manoel Floriano na cadeira de latim. Moravam tambem os irmãos José Luiz e Francisco do Monte-Carmello e sua irmã Maria, que alli foram creados e educados e se tornaram bons cidadãos; e como estes muitos outros. Alli todos eram bem-vindos, os pobres achavam sempre agasalho.

Dos tres filhos do padre Jesuino dois fizeram-se tambem padres, Simão e Elias, santo homem, que morreu velho, sempre gozando da maior estima e veneração do povo ytuano por suas virtudes evangelicas e pela pureza dos seus costumes. O terceiro filho, Eliseu,

casou-se e foi sempre o auxiliar de seu pae como esculptor e pintor, e notavel pela extraordinaria voz de baixo profundo: nunca se ouviu voz mais grave, mais sonora e profunda.

Padre Jesuino emprehendeu fazer a egreja do Patrocinio, pedindo para isso esmolas ao povo e trabalhando elle e seu filho Eliseu com a dedicação, economia e zelo com que trabalha quem edifica uma casa para sua residencia ou machinas para fazer uma fortuna.

Entretanto estes homens nada esperavam receber n'este mundo em recompensa de tanto trabalho!

Padre Jesuino fez a planta de sua egreja e executou-a tal qual como lá está. Tudo quanto alli se vê de architectura, esculptura e pintura é obra exclusiva d'estes dois bravos homens, que se não tivessem vivido em Ytú, n'aquelle tempo de tanto obscurantismo, seriam celebres esculptores e grandes mestres das bellas-artes.

Em 1817, concluiu-se a obra e preparou-se a inauguração para o mez de novembro. Jesuino, que tinha largado o escopro de esculptor, com que tinha feito as imagens precisas para o templo, o pincel com que tinha feito as pinturas e quadros e o compasso do architecto, tomou a penna e escreveu todas as musicas precisas para a festa da Senhora do Patrocinio.

Este homem, que nunca tivera um mestre de musica que lhe désse algumas noções de contraponto, escreveu as musicas para novenas, vesperas, matinas solemnes, *Te-Deum laudamus, Pange-lingua* e missa solemne a dois córos, que todas foram executadas na grande festa da inauguração com applausos dos melhores mestres de musica que existiam na capital, entre os quaes figurava o portuguez André da Silva Gomes, compositor muito estimado n'aquelle tempo e professor publico de

latim e rhetorica em S. Paulo e membro do governo provisorio de 1821 a 1822.

Depois compôz todas as musicas precisas para a festa da semana santa, com *Matinas* de quarta, quinta e sexta-feira, musica que até hoje ainda se canta n'essa festa.

O poeta portuguez Emilio Zaluar viajou em S. Paulo em 1858, mais ou menos, e nas suas *Impressões de viagens*, que publicou em um jornal do Rio, disse o seguinte: «Em Ytú ha o templo da Senhora do Patrocinio, de estylo gothico, que attrahe a attenção do viajante pela sua belleza e elegancia; nem um viajante deve deixar de vel-o.»

Em 1862, mais ou menos, quando eu residia no municipio de Campinas, o finado senador Firmino Rodrigues Silva, que foi um dos ornamentos do senado brazileiro, foi a Campinas em viagem de recreio. Depois de estar dois dias em minha fazenda, levei-o para Ytú; e como não haviam estradas de ferro, levei-o em um troly. Viajámos, pois, sete leguas no mesmo assento e muito conversámos durante o dia. Então tive occasião de contar-lhe a historia da construcção do Patrocinio, e contei-lhe o que d'essa egreja disse o Zaluar.

—Pois quero ver esse templo amanhã,—me disse elle. No dia seguinte lá fomos; estava a egreja aberta e deserta, porque já tinham dito a missa.

O senador entrou, parou em baixo do côro e em silencio examinou e observou tudo por muito tempo; seguiu depois vagarosamente até á capella-mór e da mesma sorte voltou até onde me deixára, e ainda em silencio observava. Então lhe disse eu:

—Sr. senador, o que acha? O Zaluar teve ou não razão no que disse d'esta egreja?

—Não tem razão,—me respondeu seccamente.—Isto nunca foi estylo gothico.

—Então que estylo tem?—eu lhe preguntei.

—Nem um,—me replicou.—Não é gothico, nem dorico, nem corinthio, não tem estylo algum conhecido. E é n'isso mesmo que está o seu grande merito! É um parto *sui generis*, um estylo original, que saiu da cabeça de um artista que não conheceu estylo algum, mas tinha naturalmente n'aquella cabeça o ideal da arte. É um templo digno de ver-se pela sua elegancia original.

Em novembro proximo passado estive em Ytú, e, passando pelo Patrocinio, vi-o com uma fachada inteiramente nova e elegante: gostei de o ver assim renovado. Vi tambem que haviam obras interiores. Entrei e vi que tinham tirado aquellas bonitas columnas que, em distancias regulares, subiam unidas ás paredes até certa altura, onde serviam de pedestal para os arcos que atravessavam o espaço de uma columna a outra, em frente, fingindo sustentar o tecto com os seus grandes zimborios; e eram certamente estas columnas, arcos e zimborios que lhe davam aquella original elegancia. Fiquei contristado e sahi immediatamente, maguado pela idéa que reformariam todo o templo e desappareceria para sempre o monumento que attestava que em Ytú houve um homem de genio, que tinha uma grande cabeça, assim como tambem um grande coração e grandes virtudes!

Se ha, como me disseram, necessidade de fazer-se columnas de tijolos para firmarem as paredes, podiam fazel-as; mas colloquem as antigas columnas em seus logares, unidas ás de tijolos, de maneira que seja conservado o mesmo original estylo. Não sei se assim farão, e será um crime se o não fizerem.

Notei que na capella-mór não tinham tocado, e talvez seja conservado o estylo primitivo: se assim fôr se poderá tolerar a destruição no corpo da egreja. Os bons ytuanos deviam intervir e pedir a quem dirige essa obra que deixe ao menos a capella-mór intacta, de maneira que por ella se possa julgar o que foi o Patrocinio do padre Jesuino, e esse monumento attestará o seu genio artistico.

O seu filho padre Simão, que conservou o Patrocinio até mil oitocentos e cincoenta e tantos, guardava com amor filial tudo quanto fôra obra de seu pae e tinha bem conservadas as musicas de sua composição. Não sei quem foi seu herdeiro, nem onde param, ou se ainda existem as differentes peças de musica proprias ás grandes festas que outr'ora se celebravam n'aquelle templo.

Ha 35 annos, mais ou menos, perguntei ao finado Manoel José Gomes, pae de Carlos Gomes (o qual foi amigo e admirador do padre Jesuino, e todos os annos ia a Ytú tocar o primeiro violino n'essa festa), se elle conservava alguma musica do padre Jesuino. Respondeu-me que tinha todas, e as conservava com muito cuidado: que algumas vezes ainda se entretinha tocando em sua rebeca grandes trechos d'essas musicas de tão saudosa recordação.

É provavel que os seus filhos as conservem, e quiçá tenham em suas composições aproveitado algumas phrases ou themas.

Como já disse, a casa do padre Jesuino era uma especie de cenobio onde viviam alguns padres e outros agregados á familia Monte-Carmello, e era tambem o *rendez-vous* diario de outros padres e seus amigos. N'esse tempo havia em Ytú muitos padres, não de aquelles que se ordenam por officio, mas por vocação natural e

desejo de bem servir a humanidade segundo as suas crenças religiosas. Eram quasi todos filhos dos mais abastados fazendeiros, entre os quaes preponderam a idéa «que toda a familia nobre devia ter *um filho no altar e outro no exercito.*» Os frequentadores do cenobio patrocinista eram d'esse genero de padres, e muito respeitaveis por suas virtudes.

O franciscano frei Ignacio de Santa Justina, pertencente á familia Silveira, era intelligente, tinha estudos profundos da philosophia theologica, foi professor d'essa materia no convento do Rio de Janeiro. Foi elle o professor do grande Mont'Alverne, que, quando por sua vez professor da mesma materia e no mesmo convento frequentemente citava com respeito nas suas prelecções as opiniões de seu professor «frei Ignacio de Santa Justina, que ainda vive em Ytú», dizia elle. Referiu-me isto um discipulo de Mont'Alverne, o dr. José Manoel da Costa Bastos, natural de Campos. O padre Arrudinha, que passava por santo, quando se desceu o seu cadaver no fundo da sepultura alguem se lembrou de dizer que esta ficou *illuminada!* E tal era o credito de santidade do padre Arrudinha, que o povo facilmente acreditou isto e a tradição chegou até o meu tempo. O padre João Leite Ferraz (ou de Sampaio), conhecido por padre sargento-mór, porque fôra casado e sargento-mór das milicias, fazendeiro rico e que, enviuvando e sabendo seu latim, como grande parte dos fazendeiros de Ytú, ordenou-se; padre Antonio Joaquim de Mello, depois bispo D. Antonio, homem de intelligencia superior; padre José Galvão de França, muito bom sacerdote; padre Francisco Pacheco, que sendo engenheiro abastado, deu quanto tinha e morreu pobre; padre Manoel Floriano, filho do capião-mór Vicente da Costa, o qual foi professor de latim muitos annos; pa-

dre Manoel da Silveira, que inutilisou-se tornando-se anachoreta e afinal cahiu em verdadeiro nevrosismo mystico, encerrou-se em um quarto do cenobio, onde passou vinte e tantos annos sem dirigir uma palavra a alguem, nem responder a quem se dirigia a elle, excepto ao padre Elias, filho do padre Jesuino, o unico com quem junto rezava o officio divino e conversava o que era preciso e nos domingos ia ouvir sua missa na visinha egreja do Patrocinio; padre Antonio Felix, padre Jeronymo Pinto Rodrigues e outros excellentes sacerdotes, que não foram padres de officio.

Pertencia a este mesmo grupo o padre Diogo Antonio Feijó, depois regente do imperio, o qual n'esse tempo já não se limitava á philosophia theologica, ensinava a philosophia kontiana e outras materias. E já era dos que no Brasil mais conheciam a sociologia, e com o mesmo ardor com que propagava a doutrina christã, propagava tambem o direito publico, e conjunctamente com o finado Senador Paula Souza preparavam os ytuanos para a revolução de 1822, na qual elles tiveram grande parte como conselheiros e directores da camara de Ytú. O padre Antonio Pacheco, de quem já fallei em outro logar; padre Nuno de Campos; padre Campos, o ex-jesuita, que á sua custa fez o antigo seminario com boa capella, e por seu testamento o legou á camara municipal para que alli se fundasse uma casa de educação. Doação de predio feita com tão boas intenções e que hoje está transformado em uma hydra de mil cabeças, que devoram a liberdade, a intelligencia, os bons costumes, pêam a civilisação e pretendem reduzir aquelle povo a um rebanho de carneiros.

Eram tambem d'esse tempo os padres Francisco Leite Ribeiro (meu tio-avô) e Melchior de Pontes Amaral, homens de intelligencia que, em falta de bacha-

reis em direito, se deram ao estudo de jurisprudencia e advogaram; Melchior de Pontes era um virtuoso sacerdote. Os padres Manoel Fiusa e os irmãos Thomaz e Antonio de Mello; padres Joaquim d'Almeida Leite e Joaquim Duarte Novaes eram todos filhos das principaes familias, bem differentes pelos seus costumes civicos e religiosos d'essas aves de arribação (ou de rapina) que hoje dominam as egrejas de Ytú. Ordenavam-se pelo desejo de bem servir a Deus, segundo suas crenças, bem servindo a humanidade, e não pensavam em accumular grandes riquezas como aquelles phariseus do catholicismo, que têm vinte e uma mãos fechadas para regeitar hypocritamente (1) e duzentas e noventa e tres mãos abertas para receberem (2) o que pedem,

---

(1) Padre Elias passou toda a sua vida preoccupado com as cousas celestes. Quando cumpria seus deveres ecclesiasticos nas orações, festas e sermões, que elle não perdia occasião de prégal-os, mesmo sem remuneração, o tempo que lhe restava empregava-o na edificação e reconstrucção de templos. Em 1830 deteriorou-se o tecto da matriz de Ytú; o padre Elias immediatamente, sem remuneração alguma, pedindo esmolas ao povo como quem pedia o pão para a bocca e administrando como cousa sua, reconstruiu inteiramente o templo fazendo um tecto novo, retocou as pinturas e dourados e levantou uma grande e elegante torre, que o templo não tinha, onde collocou um bom relogio. Em tres annos de trabalho estava tudo concluido.

Apenas acabado este trabalho, foi elle concluir outro, que já tinha começado—o chamado conventinho, que ainda existe na esquina em frente do templo do Patrocinio, hoje reduzido a sanzala das escravas... ou das victimas da regra de Verga.

(2) As mãos que não recebem são as casas dos padres professos, e as duzentas e tantas que recebem são as dos padres não professos, que vão pelo mundo creando collegios e accumulam grandes riquezas. *(Notas do auctor.)*

fingindo-se muito pobres e sendo, entretanto, certo que pertencem á associação mais rica do mundo.

Quando se removeu os ossos do padre Jesuino do convento do Carmo para a egreja do Patrocinio, o illustre padre Feijó fez um discurso funebre que é um documento importante. O finado coronel Galvão, que era intimo amigo e grande admirador de Feijó, o conservava em manuscripto e deu-me uma cópia; eu mostrei-a ao finado Joaquim Leme, que tinha em 1860 uma typographia em Ytú, e elle imprimiu muitos exemplares e lá os distribuiu. Eu perdi o que tinha, e ainda não pude descobrir um exemplar dos impressos. Se eu puder ainda encontral-o publicarei, e então se verá qual era o juizo que Feijó fazia do padre Jesuino e quanto venerava a sua memoria.

N'esse discurso disse mais ou menos o seguinte:

«Quem pela primeira vez fallava com este homem ficava, como fiquei eu, subjugado, como que magnetisado! Desejava sempre vel-o e ouvil-o! Seu olhar, sua voz, seus gestos eram attrahentes! Sem ter instrucção philosophica, subia ao pulpito e discorria sobre um ponto de religião ou de moral de modo que prendia a attenção dos ouvintes, porque as suas palavras sahiam do coração, eram o que elle sentia em sua consciencia, eram a expressão do mais fino bom senso e d'uma philosophia santa, que lhe era natural, que não recebera dos livros.»

O grande Erasmo, acabando de ler os *Tusculanus*, de Cicero (a maior cabeça da antiguidade, segundo a opinião do padre Ventura de Raulica), exclamou:—*Este livro parece que foi dictado pelo proprio Deus!*

Eu creio que o padre Feijó podia accrescentar ao que acima referi:— Elle era assim, *porque suas palavras pareciam dictadas pelo proprio Deus!*

II

O menino Salles

Em seu livro *Os jesuitas*, disse Edgard Quinet:

«Os jesuitas apresentam-se em todo o mundo como propagadores das sciencias, quando o seu verdadeiro fim latente e exclusivo é estorvar a propagação das sciencias: seus collegios têm por fim apoderar-se dos meninos para lhes ensinarem uma falsa philosophia e falsissima historia universal, não deixando que elles vão a outras escolas onde poderiam aprender a verdadeira sciencia.»

E para esclarecer melhor e demonstrar a verdade do que acima refiro, traduzirei em resumo mais alguns trechos do mesmo livro referentes ao assumpto, e tambem referirei alguns factos que tenho observado nos collegios ultramontanos de nosso Estado, os quaes provam cabalmente tudo quanto disse Quinet.

. . . . . .

Tratando do espirito de seita, disse:

«Os da ordem comprehenderam perfeitamente os instinctos do seu *seculo* tempo; elles nasceram no meio de um movimento de innovação, que tinha-se apoderado de toda a Europa: o espirito de creação, de descobertas, transbordava por toda a parte e arrastava o mundo. Havia uma sorte de embriaguez de sciencia, de poesia e de philosophia. A ordem de Loyola comprehendeu a necessidade de suspender e gelar o pensamento humano no meio d'este turbilhão de idéas. E para conseguir isto só havia um meio, que foi applicado. Ella fez-se representante d'esta tendencia, fingiu obedecer para melhor retel-a. Edificou casas de sciencias para prender o vôo da mesma sciencia, dar

ao espirito um movimento apparente que tornasse impossivel o real: acariciar a curiosidade, extinguir no principio o genio de descobertas, abafar o saber, eis o grande plano de educação seguido com tanta prudencia e uma arte consumada. Jámais se viu tanta razão a conspirar contra a razão! Se accusou a ordem por perseguir a Gallileu, e ella fez ainda mais que isso, trabalhando com habilidade incomparavel para extirpar do espirito humano a mania das invenções. Ella pretendeu resolver o problema de alliança da crença e da sciencia, da religião e da philosophia. Se, como fizeram os mysticos da média edade, ella tivesse desprezado a philosophia e exaltado sómente a religião, tambem nada conseguiria, o seculo não lhe teria escutado. A ordem, porém, resolveu o problema da alliança fazendo brilhar nominativamente, concedendo-lhe as chanças da vaidade, as exterioridades da potencia, recusando-lhe o uso.

« Eis porque em qualquer parte que se estabeleceram, nas cidades, nos campos, na America ou nas Indias, edificaram uma casa de crença, o templo, e a seu lado uma casa de sciencias, o collegio, com tudo quanto póde satisfazer o orgulho, para melhor illudir, bibliotheca, manuscriptos, instrumentos de physica, de astronomia, etc.

. . . . . .

« Mas nas regras destinadas a serem secretas, a sociedade dirige ella mesma a constituição da sciencia sob o titulo de *ratio studiorum*. Uma das primeiras regras que n'ellas se encontra é esta — ninguem, nem mesmo nas materias que não são de algum perigo para a piedade, deve apresentar uma questão nova, *nemo novas introducat quæstiones*, nem deduzir d'uma verdade consquistada uma verdade nova.

«Que! quando não ha algum perigo nem para as coisas, nem para as idéas, se encadeiar desde a origem em um circulo, nem jámais olhar além, nem deduzir d'uma verdade conquistada uma verdade nova! não é esterilisar o bom dinheiro do evangelho?... Não importa, os termos são precisos.

«Adivinhareis jámais de quem, primeiro que tudo, se prohibe fallar na philosophia dos jesuitas? *É necessario o menos possivel de Deus, e mesmo não fallar absolutamente — Quaestione de Deo... pretereantur?* Que se não permitta demorar-se sobre a idéa do Ente supremo mais de tres ou quatro dias (e o curso de philosophia é de tres annos!) Quanto ao pensamento de substancia é necessario nada absolutamente dizer, *nihil dicant*. Sobretudo bem evitar de tratar dos principios, e principalmente, tanto aqui como em qualquer outra parte, *se abster quanto possivel (multo vero magis abstinendum)* de se occupar em coisa alguma, nem da causa primaria, nem da liberdade, nem da eternidade de Deus, que *elles não digam nada, que não façam nada*, palavras sacramentaes que vêm cessar e formam todo o espirito d'este methodo philosophico: *que elles passem sem exame (sans examiner)*, não examinando é o fundo da theoria.

Quando li isto ha trinta ou trinta e seis annos na grande obra de Quinet — *O jesuitismo* — e muitas outras gravissimas accusações, eu, que ainda mal conhecia os jesuitas, confesso que duvidei da sinceridade de Quinet, julguei-o um escriptor apaixonado e por isso um tanto parcial. Parecia-me que havia exageração nas suas accusações.

Mas depois que puz-me em contacto com elles, em 1867, observei seus actos no collegio S. Luiz, em Ytú, onde eu tinha collocado tres filhos, convenci-me da verdade de tudo quanto tinha dito Quinet. Então

procurei ler outros escriptores, estudei-os com aquelle interesse que todos os paes devem ter afim de bem conhecerem quem são os preceptores de seus filhos e o que lhes ensinam. E o resultado d'este estudo foi o mesmo que obteve Litré. Conta Rénan que o velho Litré, antigo companheiro dos encyclopedistas, convencional de 93, depois da proclamação do consulado e do imperio, desgostoso e detestando os homens que deram aquelle golpe de estado, retirou-se completamente da politica, passou a morar no campo, onde permaneceu não poucos annos. Alli, meditando sobre os acontecimentos do seu paiz, chegou a receiar que suas opiniões philosophicas e politicas não fossem verdadeiras, como suppunha; e não querendo transmittir a seu filho, que entretanto estava na edade de aprender, senão o que elle tinha por verdades incontestaveis, lembrou-se de fazer uma revisão de suas crenças para rectifical-as, eliminando o que, porventura, offerecesse alguma duvida ao seu espirito. E o resultado d'este estudo consciencioso o fez dar ao filho tal desenvolvimento e direcção ao espirito, que formou a intelligencia, o caracter e opiniões philosophicas do grande E. Litré.

Eu desejava dar a meus filhos boa educação intellectual e moral; e por algumas coisas que tinha lido, pela pessima tradicção que desde minha infancia ouvira a respeito d'esses padres, e ainda mais por alguns actos que já tinha visto praticar-se no collegio, comecei a receiar de que não fossem estes os preceptores de que eu precisava.

Observei-os então attentamente, estudei seus costumes e methodos de ensino, e convenci-me de que tudo quanto tinha lido em Quinet e tantos outros escriptores que li com o fim de estudar a famosa Sociedade de Jesus, era tudo verdade incontestavel. Firmei, pois, como

o velho Litré, conscienciosamente, minha opinião sobre a educação que devia dar a meus filhos e a direcção do seu espirito: e ainda não me arrependi. E a observação de certos factos praticados no collegio firmaram cada vez mais a minha opinião sobre os jesuitas.

E desde então passei a detestal-os, sem que estes padres em tempo algum me tivessem feito a menor offensa. Nada tenho com os individuos; mas detesto a companhia como associação perniciosa, que perverte o coração e estraga a intelligencia. Só o estado de perturbação das idéas sociaes, politicas e moraes da Europa n'este fim de seculo XIX tem consentido que ainda viva. Convicto, pois, do que é aquelle collegio, retirei immediatamente os filhos d'esse foco de perdição para o coração e intelligencia da mocidade. Vou agora relatar os factos que observei e firmaram minha opinião sobre os jesuitas.

Quando, constrangido pela falta de collegio em que pudesse collocar meus filhos, resolvi-me a levar para Ytú os jesuitas, no requerimento que dirigi ao governo em nome d'elles disse que elles se obrigavam a dar uma aula primaria externa para os pobres, gratuitamente, e que jámais usariam de castigos physicos.

E fiz isto sem consultar o padre Onorati, que era o futuro reitor, com quem eu me entendia, e depois lhe disse que assim procedera por estar certo que elle acceitaria estas duas clausulas sem a menor repugnancia, porque eram muito razoaveis e porque o collegio do Patrocinio as acceitára e praticava. E elle mostrou-se satisfeito.

Poucos mezes depois de inaugurado o collegio tive o primeiro desgosto, que mais me despertou o desejo de bem observar os costumes e methodos de ensino dos jesuitas. É o caso:

Soube que o padre Onorati praticou o seguinte acto de astuciosa velhacaria para saber os mais intimos desejos de seus alumnos e por ahi estudar os seus caracteres e tendencias; e por isso persuadiu as pobres creanças de que, dirigindo cada uma uma carta fechada a S. Luiz Gonzaga, pedindo-lhe o que mais desejava e entregando-a a elle Onorati, depois todas reunidas seriam queimadas perante o altar, e elles obteriam os favores que desejavam. As cartas foram escriptas e queimadas solemnemente diante do altar á hora da missa! Que perversa velhacaria!

Tendo-se passado quasi um anno sem que se abrisse a escola primaria para os meninos pobres (como se havia promettido), fallei ao reitor que já era tempo de se cumprir aquella clausula. Respondeu-me que ainda não podia porque tinha ainda muito poucos padres, e o faria quando tivesse numero sufficiente. Calei-me por achar razoavel a desculpa; depois fallei-lhe mais uma ou duas vezes, e sempre a mesma desculpa. Quando soube que tinha chegado uma turma de padres, fallei-lhe pela terceira ou quarta vez e fiz-lhe ver que tinha padres sufficientes.

Então, não podendo mais servir-se da mesma desculpa, disse-me com ar de muita gravidade: — « *Sr. Fonseca, fallemos claro: eu não abri essa escola porque a julgo não só inutil mas tambem prejudicial. Para que precisa o povo saber ler? para ler jornaes e livros que não comprehende e ficar com a cabeça cheia de idéas falsas, de erros e asneiras? Não. O povo não precisa saber ler.* »

Repliquei-lhe:—Não creio isso porque os melhores observadores que têm visitado os Estados-Unidos do Norte affirmam que sua grande prosperidade é devida a essa rede de instrucção primaria que se estende até

a ultima classe da sociedade, de sorte que faz surgir lá das mansardas ou de qualquer outro logar semelhante os meninos de talento, e os habilita a estudarem em sua residencia e se fazerem cidadãos uteis!

Atalhou-me immediatamente o audacioso padre com estas palavras: — «*Não creia isso, que não passa de phantasia de viajantes; são modernismos que vão perdendo a sociedade, são poesias: o povo não precisa saber ler!*»

Sahi immediatamente, porque não podia mais conter minha indignação e podia produzir um escandalo; affastei-me para sempre d'esse verdadeiro filho de Loyola, que com tal desfaçamento declarava que não cumpriria o compromisso que tomára. E isto prova que o tomára de má fé, já com a intenção de não cumprir, depois que conseguisse o que queria. Logo depois soube que violára a outra clausula e usava de castigos physicos.

Não podia mais duvidar que um collegio de jesuitas é um foco de perdição para a moral e intelligencia da mocidade.

N'este tempo tinha-se aberto em Campinas o collegio do sr. Morton, para o qual passei logo meus filhos, embora com bastante sacrificio pecuniario.

Referirei mais um facto, e só este será bastante para provar o que pretendo, isto é, que o jesuita, como muito bem disse Quinet, inculca-se propagador das sciencias, abrindo collegios para todo o mundo, mas que o verdadeiro fim latente é, pelo contrario, estorvar a sua propagação, apoderando-se dos meninos para que não vão ás outras escolas, onde poderiam aprender alguma cousa.

Não tenho uma prova documental do que vou referir por ter ouvido do finado bispo D. Antonio Joaquim de

Mello e do Dr. Rubino de Oliveira, que infelizmente já não existem, e estou certo que si fossem vivos attestariam a verdade; mas affirmo por minha honra e por tudo quanto tenho por mais sagrado—que não ha um pensamento ou uma phrase do que vou referir que não seja a verdade do que ouvi de D. Antonio e do Dr. Rubino.

D. Antonio era um bom amigo de meu pae, cuja casa elle frequentava com familiaridade; habituou-me á sua amavel conversação. Quando elle desgostoso de S. Paulo, retirou-se para Ytú, eu frequentava sua casa, e elle, que em sua conversação particular era tão sincero que ás vezes tocava á ingenuidade, muitas vezes desabafava, queixando-se do modo porque seus adversarios o maltratavam e não podiam toleral-o, porque estavam habituados a praticar tudo quanto queriam, livremente, pela relaxação em que tinha cahido o governo do bispado por causa da decrepitude do seu antecessor que deixava outros governarem em seu nome. Um dia que assim palestravamos, elle com ingenuidade, sem prever o alcance que eu daria ás suas palavras, disse-me rindo-se:—«Vou contar vos uma esquisitice de frei Eugenio. Bem sabeis que tinha mandado estudar gratuitamente no Seminario Episcopal o menino Salles, neto do finado Joaquim de Salles (um intelligente rabula que houve em Ytú) e um dia d'estes apresentou-se-me aqui o menino, depois de lá ter estado tres ou quatro annos e me disse que frei Eugenio o despedira do Seminario.

—Então o que fizestes lá, que crime ou grande peraltagem praticasteis para que elle assim procedesse? —perguntei.

—Nada d'isso, sr. bispo, — respondeu-me Salles;—eu não sei porque fui despedido.

—Não póde ser,—lhe disse;—frei Eugenio não é louco.... alguma fizesteis, alguma briga... falla-me a verdade, não tenhas medo: quero saber tudo, porque talvez ainda possa harmonisar-vos com elle.

—Nada fiz,—replicou-me o menino,—v. ex.ª escreva-lhe e elle que lhe diga porque fui despedido.

—Bem, vae para tua casa e depois veremos o que poderei fazer.

«Com effeito (continuou o bispo), escrevi a frei Eugenio o qual respondeu-me que d'ahi a poucos dias tinha que vir a Ytú e verbalmente me diria tudo. E,aqui chegando, tres ou quatro dias depois, me disse:—«*Despedi do Seminario o menino Salles, porque já tivemos um Voltaire que ha um seculo nos tem dado muito trabalho e ainda não estamos livres d'elle; não precisamos de um segundo Voltaire. Não é um simples talento superior, é um genio, é a mais pura encarnação de Voltaire! uma aguia que em seu vôo não tem altura que o satisfaça, tudo quer ver, quer devassar tudo, duvida de tudo, não ha explicação que o satisfaça! Emfim, educar aquelle menino, deixar voar aquella aguia, com pessimas tendencias, é muito inconveniente; corte-se-lhe as azas para bem da egreja e da humanidade!*»

Depois de fazer-me esta narração, disse-me rindo-se D. Antonio, sem dar a menor importancia:—«Ora já viu que exquisitice de frei Eugenio?»

Calei-me sem fazer observação alguma, porque a minha mente estava preoccupada com as idéas que esta narração despertára em minha memoria!

Parecia-me estar ouvindo tudo quanto tinha lido em Quinet e agora (na epocha em que escrevi) parece-me estar tambem ouvindo o padre Honorati dizer—não, o povo não precisa saber ler.

O desgraçado menino foi para o sitio de seu cunha-

do, pequeno lavrador de cereaes, a tres ou quatro leguas da cidade, e o futuro Voltaire, que horrorisava a frei Eugenio pela sua imaginação incandescente, pelo desejo insaciavel de tudo conhecer, tudo indagar, o grande genio que hoje seria, segundo a opinião de um julgador habilitado como frei Eugenio, a gloria, o orgulho dos brazileiros e de toda a America, ficou reduzido a semeador de milho e feijão na roça de seu cunhado, pequeno lavrador no bairro dos Olhos d'Agua, no municipio de Ytú. Em pouco tempo, accommettido d'uma molestia, lá morreu sem recursos medicos!

Frei Eugenio não era jesuita, era capuchinho, e homem de intelligencia e esta bem cultivada: mas n'aquelle tempo já o infernal genio de Loyola e Aquaviva principiava a dominar outra vez a Europa; as ordens monasticas, que outr'ora eram todas inimigas dos jesuitas principiavam a reconhecer a superioridade de seu methodo para dominar os espiritos e reduzir o povo a simples manada de carneiros, que os seus pastores levam facilmente para onde querem E como a politica do Vaticano, que nem tem o merito da invenção, porque é pura imitação do bramanismo, tende a reduzir a Europa ao estado da India com suas castas, e fundar solidamente a supremacia universal da egreja romana, o que muito convem a todo o clero catholico, este já tinha adoptado muitos dos seus principios.

E, como é bem sabido, o principal d'elles é não dar instrucção ao povo, nem mesmo áquelles que sendo das classes mais altas, revelam talento—*mas com pessimas tendencias*—como dizia frei Eugenio do menino Salles: a doutrina de Loyola predominou no espirito do capuchinho, que sacrificou Salles ao jesuitismo!

Pobre victima do infernal genio de Loyola e Aqua-

viva! Ninguem ao menos poderá saber onde repousam os ossos do menino de genio, que era a segunda encarnação do espirito de Voltaire, porque elles foram atirados na valla commum.

Em 1878 mudei minha residencia para S. Paulo e tive occasião de abrir relações amistosas com o illustre Dr. Rubino de Oliveira, tão cedo roubado pela morte á faculdade de direito. Um dia, no correr da conversação, contei-lhe o que tinha se passado entre mim e o finado D. Antonio a respeito do menino Salles, como acima referi.—«Oh!—disse-me elle—a quem quereis contar isso? Tambem fui educado n'aquelle Seminario e era companheiro de banco de Salles na aula de philosophia da qual era professor frei Francisco, e vou, pois, contar-vos o que produziu a sua expulsão:

«Frei Francisco era homem muito prudente e bondoso, tinha muita paciencia com os seus discipulos; Salles tinha uma imaginação escaldada, um espirito indagador insaciavel, que não havia explicação que o satisfizesse, e por isso frequentemente oppunha-lhe objecções ás suas explicações, travava discussão calorosa com elle, e quasi sempre levavam toda a hora n'estas polemicas. Frei Francisco não só tolerava como até parecia gostar da discussão.

«Um dia frei Francisco por doente ou por ter feito uma viagem não foi á aula, e frei Eugenio foi substituil-o. No segundo ou terceiro dia o Salles oppoz-lhe uma objecção á doutrina que prégava: frei Eugenio procurou destruil-a, mas o menino rebatia-o com vigor, a discussão levou toda a hora, e, para cortal-a, frei Eugenio, pensando tapar-lhe a bocca, citou de falso um escriptor de muito credito no Seminario. Salles calou-se perante tão grande auctoridade.

«Porém fóra da aula entrou a duvidar que o escriptor

os vicios e louvando as virtudes dos antepassados, e com estas narrativas despertarem n'elles o amor ao estudo, ás virtudes civicas e religiosas, horror a vicios. e o desejo de os imitarem. E' este o meio facil e agradavel de instruir, de bem dirigir o espirito dos adolescentes e de prégar a moral mais pura, criticando os factos. E', pois, de summa conveniencia a constante conversação dos paes com os filhos: entretanto muitos se descuidam d'esse dever.

Quero, pois auxiliar-vos, meus caros filhos, n'essa tarefa, deixando-vos estas memorias que devereis repetir aos vossos, afim de procurarem elles imitar as virtudes e evitar os erros e vicios dos antepassados.

O tenente Manoel Pacheco Gato e o padre Antonio Pacheco da Silva

O profundo respeito que meus paes dedicavam á saudosa memoria d'estes dous irmãos, seus tios, que mais se distinguiram pela intelligencia e pelo caracter, frequentemente davam occasião a meu pae e a meus tios a me transmittirem seus feitos, e é porque natural e quasi inconscientemente, tomando eu a penna para escrever alguma coisa, sahiram logo os nomes dos venerandos e legendarios padre Antonio e o tenente, como eram conhecidos de todo o ytuano de qualquer classe que fosse, sem mais appellido algum. Quando alguem pronunciava estes titulos sem mais explicação alguma, já se sabia que se referia ao padre Antonio Pacheco e tenente Manuel Pacheco.

Em principio do seculo XVII immigrou da Ilha da Madeira para S. Vicente, Manuel Pacheco Gato, que d'alli passou para S. Paulo e depois foi fazendeiro no municipio da Cutia e lá fundou numerosa familia. Depois de não poucas gerações passadas era chefe da familia um descendente do primeiro Manuel Pacheco

Gato, o qual foi baptisado com o mesmo nome. Este teve um filho de nome Antonio Pacheco da Silva, que casou-se em Ytú com uma filha do «velho Ferraz», como era conhecido alli, e era n'esse tempo dos mais importantes cidadãos pela sua familia e pela sua riqueza. Teve d'esta mulher uma filha, enviuvou e casou-se então com D. Ignacia de Góes e Arruda, sobrinha de seu ex-sogro o velho Ferraz, da qual teve nove filhos, sendo cinco varões, dos quaes era mais velho o tenente e o segundo o padre Antonio; depois José de Góes, Luciano e Elias o ultimo; das filhas descendem de D. Maria da Annunciação a familia Nardy de Vasconcellos, de D. Maria Pacheco a familia Corrêa Pacheco, de D. Josepha de Góes Pacheco minha avó paterna por ser mulher do capitão José Manoel da Fonseca Leite, donde descende a familia Fonseca, e D. Thereza Pacheco, minha avó materna, casada com o meu avô Antonio de Almeida Leite, donde descende a familia Almeida Pacheco.

O tenente depois de estudar o latim passou a administrar os negocios de sua mãe, que enviuvára.

N'esse tempo a estrada para Capivary não existia, porque Piracicaba, que é mais velha do que aquella, ainda era apenas um degredo para onde o capitão-mór de Ytú, o famoso Vicente da Costa, mandava de quando em quando recrutar quanta meretriz alli havia e as degradava para lá, embarcadas no Tieté até á barra do Piracicaba e por este acima até o Salto, onde está hoje a cidade. Existia, porém, uma ponte tres quartos de legua mais ou menos abaixo do Salto de Ytú, por onde se passava para ir a Indaiatuba e Campinas, e, por conseguinte, muito mais longe do que a actual estrada passando pelo Salto.

O povo quiz mudar a estrada por ahi; mas para

isso era preciso fazer uma estrada passando pelas terras de D. Ignacia desde a cidade até o Salto. Ella se oppôz á abertura d'esta estrada porque passaria muito proxima de sua casa da fazenda, a qual ainda existe e pertence a um seu neto. Formaram-se pois dous partidos, um que queria e outro que não queria a nova estrada.

Aquelle obteve, não sei de que auctoridade, licença para fazer a ponte; o tenente embargou, porém, a abertura da estrada, e iniciou-se uma demanda onde estava empenhada a vaidade ou capricho dos litigantes. Esta seguiu para o tribunal superior do Rio de Janeiro, por appellação de uma das partes.

Por isso partiu tambem para lá o tenente afim de tratar advogado que cuidasse da causa. Contractado o advogado, elle deixou-se ficar lá até decisão final; e não tendo trabalho a fazer offereceu-se ao advogado para gratuitamente escrever tudo quanto elle quizesse; e entreteve-se com isto um pouco mais de um anno, tempo que levou para decisão final.

Voltou a Ytú com ordem para destruir a ponte, o que realisou no mesmo dia que chegou.

Os seus adversarios se resignaram; mas as inimisades continuaram como natural consequencia do litigio. E esta inimizade foi pouco a pouco irritando os animos, que tornou-se um perigo para a população de Ytú.

O bispo de S. Paulo, sabendo d'isto e querendo evitar um consequente conflicto, foi a Ytú expressamente para pedir a D. Ignacia o consentimento para que se construisse nova ponte e se abrisse a estrada, unico meio de restabelecer-se a harmonia do povo ytuano, e tudo conseguiu.

Excellente resultado tirou o tenente de sua estada e convivencia com seu advogado. Tinha elle superior

intelligencia e amor ao estudo; utilisou-se da bibliotheca de seu advogado e fez-se tambem um advogado notavel.

Casou-se e d'esse matrimonio não teve filhos; edificou em terras de sua mãe um sobrado, que eu ainda alcancei exactamente no logar onde hoje está edificado o matadouro municipal; alli residiu com sua mulher até sua morte, que teve logar em 1814 mais ou menos.

Tinha casa na villa na rua Direita e no logar denominado Quatro Cantos, na esquina onde está hoje uma casa nova edificada pelo portuguez sr. Oliveira. Alli tinha elle o seu escriptorio de advocacia.

Tornou-se um advogado notavel pela intelligencia e caracter; seus feitos, que ainda se encontram nos cartorios de Ytú, são apreciados e admirados por homens competentes como o finado senador Paula Souza (como já tive occasião de referir em outro escripto), o qual me disse:—«São admiraveis sobretudo pelo laconismo. Nunca vi ou ouvi dizer-se tanta cousa com tão poucas palavras.»

Além d'isto este cidadão primava pelo seu caracter nobre, pela grande philantropia e caridade, que já se approximava da prodigalidade; e assim seria qualificada, se essa generosidade não fosse empregada unicamente em beneficio dos pobres ou de seus amigos ou parentes, que precisavam do seu auxilio. Homem que não sabia dizer «não» a quem lhe pedia qualquer cousa; sua chacara foi-se tornando pouco a pouco o hospital da pobreza de Ytú!

Quando qualquer pobre sentia-se doente apresentava-se lá e dizia:—«Senhor tenente, estou doente»— e era recebido e tratado como n'um hospital.

Nos primeiros annos do corrente seculo houve lá uma epidemia de variola, que matou seiscentas e tantas pessoas! E, cousa horrivel, o povo acreditava com

algum fundamento que um medico mudado para lá recentemente levára de S. Paulo pús de bexigas bravas e o empregára como boa vaccina. Não havia um hospital, todas as casas foram invadidas pela variola e o povo fugia espavorido para as fazendas: os doentes morriam sem recursos, completamente abandonados!

O tenente Pacheco, como apostolo da philantropia, transformou a sua chacara em vasto hospital de caridade, mandava todos os dias para a villa um carro levando cadaveres para serem sepultados e voltava carregado de novos doentes. Muitas familias inteiras pereceram na villa e muitas outras salvaram-se na chacara *Piedade*, nome que expontaneamente lhe deu o povo, e desde então conservou sempre, e até hoje ainda se ouve dizer algum velho—*na chacara Piedade.*

Não poucas familias de operarios descendem de orphãos caridosamente creados na chacara Piedade.

Não posso furtar-me ao desejo de referir um facto que bem caracterisa o tenente (o faço com pezar) por ter-se dado com um amigo de nossa familia.

O tenente já estava velho e sentia-se doente, de modo que não podia mais tomar o trabalho de escrever umas razões em uns autos de demanda pendente. Uma das partes era uma viuva de poucos recursos, e da qual um advogado generoso não podia esperar recompensa do seu trabalho; esta lhe pediu que fizesse as razões, elle prometteu fazel-as: mas sua molestia se aggravára e elle sentiu-se sem forças para tanto. Entretanto o negocio era urgente e a pobre senhora teria prejuizo se não apresentasse em tempo as razões. Lembrou-se então o tenente de um seu amigo tambem advogado, montou em seu cavallo e foi á villa, forçado pelo desejo de prestar um servico, pedir que outro o fizesse.

Conversou muito tempo com seu amigo sem animo de pedir-lhe um trabalho que devia ser feito com pouca remuneração, senão gratuitamente... e, receando uma negativa, despediu-se, e seu amigo o acompanhou até elle montar a cavallo; elle, porém, em vez de partir parou um tanto pensativo... e afinal lhe disse:—«Hoje eu não vim visitar-vos; meu fim foi pedir-vos este favor...» e com acanhamento fez o pedido como quem não confiava no bom resultado. O advogado, que conhecia a cliente e sabia que não podia pagar-lhe o que valia o trabalho, deu-lhe uma desculpa qualquer e respondeu que não podia fazer taes razões.

O velho olhou para elle, e, quando uma lagrima dolorosa se deslisava pelas faces venerandas, disse:— *Esta coragem para dizer não* é que me falta, meu amigo.

Fustigou seu cavallo e sem mais uma palavra partiu para sua chacara. Em poucos dias foram os autos entregues em cartorio, e foi este o ultimo trabalho do celebre advogado.

Além de tantos outros por elle beneficiados, foi o genio bemfeitor do tenente quem deu asylo e sustentou por não poucos annos em sua casa, como um filho, ao jovem Francisco Alvares Machado de Vasconcellos, que do quartel de S. Paulo, onde era pharmaceutico ou ajudante do cirurgião, fugira para Ytú, onde soube ganhar a affeição do tenente, e em sua chacara teve tempo para estudar e tornar-se um notavel cirurgião, oculista e medico, e finalmente estudar direito publico, dar-se á politica onde fez eminente figura como deputado, orador apreciado e presidente da provincia. Se tiver tempo escreverei ainda alguma cousa sobre este homem muito notavel pelo seu superior talento. Sua

mulher D. Candida tambem foi creada caridosamente pelo eminente philantropo tenente Pacheco.

IV

Francisco Alvares Machado de Vasconcellos

No esboço biographico do tenente prometti escrever alguma cousa, se tivesse tempo, a respeito do sr. Francisco Alvares Machado de Vasconcellos, e achando agora (fevereiro de 96) opportunidade para isso desempenho-me fazendo este appendice á mesma biographia.

Francisco Alvares, nascido em S. Paulo em 1791, era filho do cirurgião Joaquim Theobaldo e aos dezesete ou dezoito annos assentou praça em um corpo da guarnição da mesma cidadade, onde por sua intelligencia, ou por ser filho de cirurgião, foi empregado no serviço da pharmacia, ou como ajudante do cirurgião do quartel.

Quando seu pae estava em Ytú, para onde tinha ido tratar de um doente, elle por ter commettido um delicto qualquer, não sei se no foro militar ou civil, precisou fugir de S. Paulo, e refugiou-se na casa de minha avó, onde estava seu pae ha alguns mezes.

O tenente tinha escriptorio de advocacia na villa e para lá ia todos os dias: e quasi sempre não voltava para a chacara sem ir a casa de sua irmã, onde palestrava com Francisco Alvares e seu pae.

Aquelle era um joven muito intelligente, muito espirituoso e muitissimo engraçado. Sempre bem disposto, alegre, gracejador, d'uma *verve* inexgotavel, emfim, d'uma conversação agradabillissima.

Depois da infeliz propagação das vaccinas de bexigas, Joaquim Theobaldo, desgostoso por ver que havia quem acreditasse ter elle praticado aquillo propositalmente e

por interesses egoisticos, resolveu voltar pára S. Paulo, sua antiga residencia.

Seu filho não podia acompanhal-o e ficou sem saber o que fazer, nem para onde ir. Então o tenente tirou-o da difficuldade, convidando-o a ir morar em sua chacara, onde estaria até quando quizesse, e lá ficou por não poucos annos.

Pela vocação natural e pela pratica adquirida no quartel elle já era um curandeiro. Como já disse os da villa frequentemente procuravam a chacara da Piedade quando se sentiam enfermos, assim deram occasião a Francisco Alvares para exercer a medicina, foi logo reconhecido bom curandeiro e foi estendendo a sua clinica até á villa. Esta cresceu de tal sorte, que o velho cirurgião que lá havia o sr. Thomé Jacyntho (vulgo o Zabumba) já estava enciumado, vendo n'elle um rival, que lhe ia tirando alguns clientes, e manifestou esse ciume quando F. Alvares intentou fazer a primeira operação cirurgica, como se vae ver.

Meu pae tinha uma escrava, que queimou uma perna. Francisco Alvares tratou-a e reconheceu necessaria a amputação, porque appareceram os symptomas de gangrena, e disse a meu pae: — Eu posso operal-a, mas não tenho os ferros precisos: se o senhor pedir os do Zabumba, eu farei.

Meu pae fez o pedido e o medico enciumado lhe respondeu: — Quem é cirurgião tem ferros; os meus são para o meu uso, não os empresto.

F. Alvares, ouvindo esta resposta de meu pae, correu a casa do seu compadre e amigo o sr. Thomaz da Silva Dutra (1), vulgarmente conhecido por Thomaz

(1) Era um honrado cidadão mulato, habil ourives, homem

ourives, trabalhou com elle todo o dia fazendo os ferros de que precisava, e só á noite pôde operar a enferma: e apezar de operal-a perfeitamente não salvou-a porque com a demora de oito ou dez horas já a gangrena tinha invadido toda a coxa. Foi esta a primeira operação por elle praticada.

Havia em Ytú um moço pobre e cego ha quatorze annos, que esmolava pelas ruas, O audacioso F. Alvares examinou-lhe os olhos, reconheceu uma catarata e offereceu-se-lhe a operal-o. Foi outra vez ao compadre Thomaz ourives e com elle fez um ferrinho semelhante a uma tosca folha de canivete, e com este instrumento fez uma operação tão perfeita, que este homem, que eu conheci com cerca de 90 annos de edade, morreu sem nunca sentir a necessidade de oculos.

Desde esta operação já elle tinha credito como cirurgião e era procurado como tal, e fez muitas outras operações de pequena importancia.

Algum tempo depois um fazendeiro de nome Ferraz (se me não engano) que ha annos tinha uma ruptura

---

intelligente e estimado por toda a gente boa de Ytú pelo seu caracter bondoso e probo. Teve diversos filhos, todos bons cidadãos, e um d'elles, Miguel Benicio da Silva Dutra, distinguiu-se pelo seu talento para as bellas-artes. Era bom pianista e esculptor. Trabalhou em diversos templos das cidades visinhas de Ytú como entalhador. Fez algumas obras na matriz de Piracicaba, onde fixou sua residencia, e lá edificou o templo da Senhora da Boa-Morte, pedindo para isso esmolas ao povo. O sr. Thomaz Dutra é bisavô do sr. José Hypolito da Silva Dutra, residente em S. Paulo, onde foi jornalista, collaborador da antiga *Provincia* e hoje *Estado de S. Paulo*, no qual muito se distinguiu pelos espirituosos versos que diariamente publicava com a epigraphe *Pipocas*. Foi um grande *pipoqueiro*, deputado estadual durante a presidencia do dr. Americo e hoje é empregado no commercio. *(Nota do auctor.)*

inguinal, esta sahiu e os medicos Thomé Jacyntho e Broxado não puderam reduzil-a e retiraram-se declarando o caso perdido irremediavelmente.

Francisco Alvares, sabendo d'isto, foi a casa do enfermo e lhe disse:—Sr. Ferraz, seus médicos o declararam incuravel; pois eu me atrevo a fazer-lhe uma operação que póde talvez salval-o; o senhor póde morrer durante a operação, mas ha probabilidades de bom exito e eu tenho esperanças. Se o senhor quer arriscar-se eu farei a operação.

—Pois se hei de morrer amanhã que importa que morra hoje? se tem esperança de salvar-me faça a operação,—respondeu o velho resoluto.

O atrevido jovem não vacillou, operou-o immediatamente, e em poucos dias não só estava são da molestia aguda, como tambem estava radicalmente livre da ruptura.

Esta operação foi o seu diploma de cirurgião: ninguem mais duvidava da sua pericia cirurgica. (1)

---

(1) Em 1839 o conselheiro A. F. de Paula Souza era estudante de medicina no Rio de Janeiro e adquiriu uma molestia que exigia uma operação para seu completo curativo. Seu pae levou-o para Ytú e o sr. A. Machado l foi operal-o. Hospedado na casa de um seu antigo amigo, o sr. A. Delfino da Silva, quando elle preparava seus ferros para ir fazer a operação por acaso entrei na sala onde estava elle. Approximei-me da mesa onde estava a caixa de ferramentas, e elle poz-se a mostrar-m'as uma por uma, explicando-me para que serviam. E depois me disse: — «Já vos mostrei todos menos um que, entretanto, me é mais precioso.» E tirou d'um canto da caixa um ferrinho tosco e, mostrando me dizia: «E' o ferro que o meu compadre Thomaz ourives fez e com o qual operei os olhos do Silva! E' uma recordação da minha primeira operação de olhos e do meu compadre e amigo. (*Nota do auctor.*)

ourives, trabalhou com elle todo o dia fazendo os ferros de que precisava, e só á noite pôde operar a enferma: e apezar de operal-a perfeitamente não salvou-a porque com a demora de oito ou dez horas já a gangrena tinha invadido toda a coxa. Foi esta a primeira operação por elle praticada.

Havia em Ytú um moço pobre e cego ha quatorze annos, que esmolava pelas ruas, O audacioso F. Alvares examinou-lhe os olhos, reconheceu uma catarata e offereceu-se-lhe a operal-o. Foi outra vez ao compadre Thomaz ourives e com elle fez um ferrinho semelhante a uma tosca folha de canivete, e com este instrumento fez uma operação tão perfeita, que este homem, que eu conheci com cerca de 90 annos de edade, morreu sem nunca sentir a necessidade de oculos.

Desde esta operação já elle tinha credito como cirurgião e era procurado como tal, e fez muitas outras operações de pequena importancia.

Algum tempo depois um fazendeiro de nome Ferraz (se me não engano) que ha annos tinha uma ruptura

---

intelligente e estimado por toda a gente boa de Ytú pelo seu caracter bondoso e probo. Teve diversos filhos, todos bons cidadãos, e um d'elles, Miguel Benicio da Silva Dutra, distinguiu-se pelo seu talento para as bellas-artes. Era bom pianista e esculptor. Trabalhou em diversos templos das cidades visinhas de Ytú como entalhador. Fez algumas obras na matriz de Piracicaba, onde fixou sua residencia, e lá edificou o templo da Senhora da Boa-Morte, pedindo para isso esmolas ao povo. O sr. Thomaz Dutra é bisavô do sr. José Hypolito da Silva Dutra, residente em S. Paulo, onde foi jornalista, collaborador da antiga *Provincia* e hoje *Estado de S. Paulo*, no qual muito se distinguiu pelos espirituosos versos que diariamente publicava com a epigraphe *Pipocas*. Foi um grande *pipoqueiro*, deputado estadual durante a presidencia do dr. Americo e hoje é empregado no commercio. *(Nota do auctor.)*

inguinal, esta sahiu e os medicos Thomé Jacyntho e Broxado não puderam reduzil-a e retiraram-se declarando o caso perdido irremediavelmente.

Francisco Alvares, sabendo d'isto, foi a casa do enfermo e lhe disse:—Sr. Ferraz, seus médicos o declararam incuravel; pois eu me atrevo a fazer-lhe uma operação que póde talvez salval-o; o senhor póde morrer durante a operação, mas ha probabilidades de bom exito e eu tenho esperanças. Se o senhor quer arriscar-se eu farei a operação.

—Pois se hei de morrer amanhã que importa que morra hoje? se tem esperança de salvar-me faça a operação,—respondeu o velho resoluto.

O atrevido jovem não vacillou, operou-o immediatamente, e em poucos dias não só estava são da molestia aguda, como tambem estava radicalmente livre da ruptura.

Esta operação foi o seu diploma de cirurgião: ninguem mais duvidava da sua pericia cirurgica. (1)

---

(1) Em 1839 o conselheiro A. F. de Paula Souza era estudante de medicina no Rio de Janeiro e adquiriu uma molestia que exigia uma operação para seu completo curativo. Seu pae levou-o para Ytú e o sr. A. Machado l foi operal-o. Hospedado na casa de um seu antigo amigo, o sr. A. Delfino da Silva, quando elle preparava seus ferros para ir fazer a operação por acaso entrei na sala onde estava elle. Approximei-me da mesa onde estava a caixa de ferramentas, e elle poz-se a mostrar-m'as uma por uma, explicando-me para que serviam. E depois me disse:—«Já vos mostrei todos menos um que, entretanto, me é mais precioso.»—E tirou d'um canto da caixa um ferrinho tosco e, mostrando-me dizia:—«E' o ferro que o meu compadre Thomaz ourives fez e com o qual operei os olhos do Silva! E' uma recordação da minha primeira operação de olhos e do meu compadre e amigo. (*Nota do auctor.*)

Elle vivia na chacara do tenente inteiramente descuidado dos seus negocios particulares; alli estava como um filho menor, nada lhe faltava, tinha pois tempo para ler e estudar, e não se descuidou d'isso. Comprou livros para o estudo de medicina e da cirurgia, e tambem direito publico, por ter vocação para a politica.

Da chacara Piedade mudou-se para Porto-Feliz, já contractado como medico.

E depois de alguns annos mudou-se para Campinas, onde residiu até morrer no Rio de Janeiro, onde estava como deputado por S. Paulo.

Como e quando se tornou homem politico? Desde a sua mocidade em Ytú relacionou-se com um grupo de notaveis politicos, uns residentes em Ytú e outros que frequentavam aquella cidade periodicamente, e lá formavam um club politico que exerceu grande influencia na politica geral do Brazil desde os ultimos annos do tempo colonial até 1834, quando se discutiu o Acto Addicional e dividiu-se o partido nacional de 1831; formou-se então o partido depois denominado conservador. Os que residiam em Ytú eram os senadores Feijó e Paula Souza, e os outros eram o dr. Costa Carvalho, depois barão de Mont'Alegre, senador Vergueiro o marquez de Valença e Francisco Alvares. Este grupo era intimamente ligado ao senador José Bento Ferreira de Mello e outras influencias de Minas. O Mont'Alegre era casado com D. Genebra, irmã dos srs. Bento e Antonio de Barros, depois barões de Ytú e de Piracicaba. Mont'Alegre aproveitava a occasião das festas do Natal e Semana Santa para ir com sua mulher visitar seus parentes em Ytú, e o marquez de Valença, que era casado com uma filha de D. Genebra, tambem pela mesma razão lá ia n'esse tempo; o senador Vergueiro morava em Piracicaba, que n'esse tempo

era uma aldeia, e por isso ia tambem assistir essas festas em Ytú, e Francisco Alvares quando morava em Porto-Feliz e depois em Campinas tambem lá ia, e formavam um club politico que principalmente de 1828 a 1836 exerceu grande influencia na politica geral e foi quem talvez decidiu da sorte do Brazil em 1834. O partido nacional, que tinha feito a revolução de 7 de abril para se proclamar a Republica, assustado com a anarchia em que ficou o Rio de Janeiro logo após a abdicação, hesitou até 1834, e afinal resolveu adiar a Republica e coroar D. Pedro II.

Feijó disse a seu pae em 1831 ou 1832: — «Convém adiarmos a Republica até que cesse esta anarchia; com o Acto Addicional teremos um governo tal qual o dos Estados-Unidos do Norte, sem as agitações das eleições presidenciaes, etc. Em tempo opportuno faremos a Republica.»

As suas relações com este club deram a Francisco Alvares a cadeira de deputado por S. Paulo na eleição de 1832 ou 1834. De então por diante foi sempre deputado até 1841, e reeleito em 1844 quando subiu ao poder o partido liberal, por graça de sua magestade, que gostava de variar de ministerios, fossem quaes fossem as circumstancias do paiz.

E n'esse tempo já tinha elle tão elevado credito como cirurgião, que, quando chegava no Rio para occupar a sua cadeira na camara, achava muitos doentes de Minas e de outros pontos que o esperavam para que elle fizesse a operação de olhos; e quando voltava para Campinas alli achava outra turma de enfermos, vindos de todas provincias circumvisinhas da nossa para o mesmo fim.

Emfim, no seu tempo nenhum outro cirurgião tinha maior credito do que elle, especialmente como occulista.

Entretanto a sua unica escola foi a chacara da Piedade, onde o tenente lhe deixava todo o tempo para, em seu gabinete, entregar-se inteiramente aos seus estudos, como um filho menor sem cuidados dos seus negocios.

Em 1837, quando o partido conservador pela primeira vez subiu ao poder, e Bernardo de Vasconcellos organisou o famoso ministerio de 19 do setembro (1), a opposição da camara, dirigida por Limpo de Abreu, os dous Ottoni, Souza Martins, Francisco Alvares e outros, e a do senado dirigida pelo eminente orador, principalmente em opposição, F. de Paula Souza, José Bento Ferreira de Mello, Alencar, Vergueiro e os per-

(1) Era Vasconcellos ministro do imperio, Abrantes da fazenda, Maciel Monteiro de estrangeiros (o «cheiroso», como lhe chamavam os opposicionistas por andar sempre correctamente vestido; era moço e muito apreciado pelo bello sexo nos salões), Rodrigues Torres (visconde de Itaborahy) da marinha, Sebastião do Rego Barros (tambem ainda muito moço) da guerra, e da justiça não me lembro quem fosse e parece-me que esta pasta era occupada pelo sr. Bernardo de Vasconcellos, conjunctamente com a do imperio. Este ministerio era denominado — o ministerio das capacidades — e de facto o era. Os irmãos Andradas andavam desde 1831 completamente affastados dos partidos. Creado o partido conservador pelo sr. Vasconcellos, na eleição de 1836 este partido que em S. Paulo ainda não tinha pessoal prestigioso para a sua deputação lançou mão dos srs. Martim Francisco (o velho) e Antonio Carlos. A chapa triumphou e foram os Andradas para o Rio na sessão de 1837 representantes do novo partido, e estiveram em perfeita harmonia com Vasconcellos, Olinda, Paraná, etc. Em 29 de setembro o sr. Feijó resignou a regencia, nomeando o sr. Araujo Lima seu substituto como ministro do imperio. Vasconcellos organisou o gabinete e n elle não contemplou nenhum dos Andradas, que, offendidos em seu orgulho, affastaram-se dos conservadores na sessão de 1838, e na de 1839 promoveram a revolução da maioridade, ligando-se com os liberaes, seus antigos e implacaveis inimigos. (*Nota do auctor.*)

nambucanos Suassuna e visconde de Albuquerque, a opposição, digo, sympathisou com os rebeldes de Piratinim, cujo chefe, o coronel Bento Gonçalves, tinha cahido prisioneiro na campanha do Rio Grande e de lá transportado para a fortaleza de Santa Cruz. E ainda no dominio liberal d'alli propositalmente o deixaram fugir, e foi commandar o seu antigo exercito rebelde quando começava o dominio conservador. Francisco Alvares negava que a fuga de Bento Gonçalves fosse protegida pelo governo liberal, mas não perdia occasião de tecer-lhe os maiores elogios, bem como aos seus companheiros Antonio Netto, Canabarro, etc., aos quaes denominava *Estrellas do Sul*.

Porisso quando em 1840 subiram os liberaes pela revolução da maioridade elles julgaram que os rebeldes acceitariam a amnistia, e a paz se restabeleceria no imperio. E julgaram tambem que ninguem estava mais habilitado para pacificador do que o sr. Alvares Machado, o maior enthusiasta das *Estrellas do Sul*. Foi elle nomeado presidente do Rio-Grande e levou carta branca para as negociações. (O general Galvão tambem levaria agora? logo tudo se saberá...

Judex ergo cum sedebit
Quidquid latis aparibit,
Nihil inultum remanebit.)

Quando Alvares Machado chegou a Porto Alegre, o general Santos Barreto, liberal, tinha tomado o commando do exercito legal, substituindo ao general Andréa (se me não engano), que era conservador, o qual tinha tomado a retaguarda dos rebeldes, ficando elles cercados em logar d'onde difficilmente poderiam sahir, segundo diziam os jornaes conservadores do tempo. Alvares Machado pediu conferencia a Bento Gonçalves e o

presidente foi recebido festivamente no acampamento rebelde! Conferenciaram e banquetearam-se durante todo o dia; á tarde ou no dia seguinte voltou o presidente convencido de que a paz estava feita. E, querendo retribuir o banquete que lhe deram no acampamento, comprou quanta marmellada havia em Porto Alegre e muitas caixas de vinhos finos e lhes mandou de presente. Os rebeldes estavam acampados nas proximidades de Porto Alegre. Elles, que só queriam ganhar tempo para abrirem um caminho por onde podessem escapar do cerco, fingiram acceitar a amnistia e agradeceram muito amistosamente o presente. No dia seguinte o presidente, querendo continuar a conferencia e ultimar a negociação, foi então surprehendido com a noticia de que o campo estava vasio e os rebeldes galopavam pela campanha com o prazer do passaro que se escapa da gaiola! E o sr. Alvares Machado foi assim ludibriado pelas suas *Estrellas do Sul*, que em tão pouco tempo já tinham se esquecido dos seus serviços, dos seus elogios na camara e da fuga da fortaleza dada ao coronel Bento Gonçalves, e com sua sinceridade e boa fé deixou-se lograr pelos astuciosos e ingratos amigos.

Os jornaes da opposição, e principalmente o *Sete de Abril*, orgam dos conservadores e dirigido pelo sr. Vasconcellos, o enxovalharam cruelmente e o denominaram—o *presidente Marmellada*.

Alvares Machado pediu immediatamente sua demissão, voltou para S. Paulo magoadissimo e talvez fossem esses desgostos que o levaram á sepultura d'alli a poucos annos. N'esse tempo manifestaram-se os primeiros symptomas dos incommodos cardiacos que o victimaram em 1846.

Na sessão de 1845 ou 1846 o sr. Antonio Carlos

foi reconhecido senador por Pernambuco e tomou assento no senado, onde foi recebido com toda cortezia pelo sr. Vasconcellos e seus correligionarios: esqueceram-se de suas passadas disputas. Por essa cordialidade com que se tratavam os dois mais eminentes senadores, e talvez por algumas intrigas, que eu desconheço, o sr. Antonio Carlos tornou-se suspeito aos liberaes, e o sr. Alvares Machado foi o primeiro a romper contra elle em um discurso na camara, no qual, entre outras allusões mais ou menos offensivas, disse: — *O primeiro cuidado do sr. Antonio Carlos, entrando no senado, foi ir beijar a mão ao tinhoso.* (1)

O sr. Antonio Carlos, assim offendido em sua dignidade e orgulho, respondeu-lhe no senado em um discurso virulento, que concluiu com as seguintes palavras: — *Foi nomeado presidente do Rio-Grande pelo ministerio de que eu fazia parte contra a minha vontade. Eu bem o conhecia e estava convicto da sua incapacidade;* mas os meus collegas, *que não o conheciam, insistiram e eu condescendi, talvez pela sua qualidade de paulista. Finalmente, de hoje em diante fica levantado entre mim e elle um muro de bronze.*

Dalli a pouco tempo morreu repentinamente o sr. Antonio Carlos, e alguns mezes depois o sr. Alvares Machado. E um acaso fez sepultarem ambos no mesmo cemiterio em dois carneiros unidos: e assim ficaram divididos não por um muro de bronze, mas apenas por um muro de um tijollo. (2)

---

1) *Tinhoso* é o nome que vulgarmente se dá a Belzebuth. Isto queria dizer que o sr. Antonio Carlos estava alistado sob as bandeiras do sr. Vasconcellos e o reconhecia como seu chefe.

2) Quando Bento Gonçalves fugiu era regente o paulista Feijó. Em 1840 o ministerio da maioridade, onde faziam figura

V

Padre Antonio Pacheco da Silva

Pasteur, o grande sabio francez, o rival de Edison (o grande americano) nas invenções e nas descobertas scientificas, quando entrou no Instituto de França teve de fazer, como é costume, o elogio de Littré a quem substituiu, concluiu o seu discurso pelas seguintes palavras:—«Muitàs vezes me acontece imaginar vel-o assentado junto de sua mulher, como um quadro dos primeiros tempos do christianismo; elle, olhando a terra cheio de compaixão pelos que soffrem; ella, fervente catholica, olhos levantados para o céo; elle inspirado por todas as virtudes terrestres; ella por todas as grandezas divinas; reunindo em um mesmo impulso como em um mesmo coração as duas santidades, aquella que procede da dedicação ao que é humano e

---

saliente dous paulistas, mandou por um paulista, Alvares Machado, offerecer amnistia aos rebeldes que devastavam a campanha rio-grandense; e o resultado foi prolongar-se a guerra mais cinco annos e o governo imperial sujeitar-se a todas as imposições dos rebeldes para alcançar uma paz vergonhosa! Em 1895 é presidente da Republica um paulista, o sr. Prudente, e mandou o general Galvão (com ou sem carta branca) offerecer a amnistia aos rebeldes, que devastavam as mesmas campinas. D esta vez se fez a paz, mas em que condições? será este paulista mais feliz que os outros referidos? a impunidade de altos criminosos poderá dar bom resultado? a paz foi acceita com sinceridade? havia sinceridade nos que no senado e na imprensa pediam amnistia ampla para todos, mesmo para os que commetteram grandes crimes, e negaram para os mocinhos da escola militar, que tinham combatido valentememte aos rebeldes e que apenas tinham commettido um acto de indisciplina? A ambição de applausos tem perdido a muitos que seriam melhores administradores si não tivessem essa ambição mesquinha.

(*Nota do auctor.*)

aquella que emana do ardente amor do divino. Ella, uma santa na accepção canonica; elle um santo leigo.»

Paraphraseando Pasteur se podia dizer:—O padre Antonio Pacheco, como Littré, pensou sempre sobre as cousas da terra e, como madame Littré, fervente catholico, nunca se descuidou das cousas celestes; inspirado por todas as grandezas divinas, reuniu em si as duas santidades, a que procede do ardente amor da humanidade e a que emana do amor do divino. Se ha santos na terra, padre Antonio foi um santo leigo como Littré, e canonico como sua mulher.

Não houve um preceito da moral philosophica ou religiosa (não a dos jesuitas que hoje são, desde o concilio do Vaticano, os que batem o compasso ao qual obedece o proprio papa) que elle não cumprisse o melhor que podia, como poderiam cumprir os apostolos ministros de Christo. E por isso podemos imaginar (como Pasteur) a seu respeito um quadro d'onde se lhe representasse depois de ter distribuido aos doentes os pannos velhos para atarem e cobrirem suas feridas, as roupas, os viveres, etc., como fazia diariamente, sentado em um tamborete na porta de seu hospital, com os olhos elevados para o céo, como se mentalmente dissesse: —Senhor, porque consentis que vossos filhos soffram tanto e sejam tão miseraveis? porque vós, quo sois a suprema bondade e todo poderoso, não affastaes do mundo o mal?

Mas... entremos em pormenores da vida d'este homem de tão saudosa memoria.

Padre Antonio Pacheco morreu em 1824 ou 1825, com setenta e bastantes annos, e toda esta longa vida foi empregada inteiramente no exercicio da caridade. Homem economico, muito trabalhador, tinha em sua chacara engenho para fabricar assucar, plantava canna

em terras de sua mãe, de quem tivera mais tarde boa herança; entretanto nunca deixou de exercer as ordens para ganhar algum dinheiro, não perdoava um vintem a quem lhe devia, nem mesmo quando era ganho pelo exercicio das ordens, e morreu pobre, legando a duas sobrinhas pobres o pouquissimo que lhe restava do que herdára de sua mãe! É isto um mysterio que facilmente explicarei.

Padre Antonio prégava esta doutrina que o fez cahir no desagrado de alguns outros padres — *nenhum padre tem o direito de gastar do que ganha pelo exercicio de suas ordens se não sómente o que fôr necessario para a sua subsistencia, e o que sobrar não lhe pertence, e sim aos pobres aos quaes deve dar.* » Elle dava tudo porque tinha renda propria, de que vivia, e porisso julgava-se sem direito de gastar o que recebia pelo exercicio das ordens. E, pois, prégava e praticava rigorosamente.

Eis porque não perdoava um vintem a quem lh'o devia polo exercicio das ordens. Recebia e dava ao primeiro pobre que encontrava. Não só dava todo este dinheiro, que, segundo a sua doutrina de direito, lhes pertencia, mas gastava tambem todo o producto do seu trabalho agricola no mais racional e bem entendido exercicio da philantropia. Sim, racional philantropia; e vou explicar porque usei d'esta phrase.

Conheci o padre Francisco Pacheco, filho do velho Bento Dias Pacheco, santo homem, que fazia todo o bem que podia e nunca o mal, o qual deu tudo quanto tinha, todo o producto do seu trabalho até reduzir-se á pobreza, de sorte que nos seus ultimos annos, já velho, foi preciso que seu sobrinho o barão de Itahym o sustentasse. Padre Bento Dias, sobrinho do padre Francisco, que ainda vive, é tambem um santo homem,

teve fazenda, foi trabalhador e oconomico, entretanto deu o que tinha, está hoje pobre e algum parente terá de carregal-o em seus ultimos annos. Ambos diziam: —«Queremos imitar o padre Antonio Pacheco, que deu tudo quanto tinha.»

A vontade de imital-o era boa e louvavel, mas erraram no modo, na pratica, porque não tinham a razão esclarecida do seu modelo: não praticaram a philantropia racional, mas o ascetismo dos ermitões do primeiro seculo do christianismo e se tornaram homens inuteis para a humanidade. Empregaram mal o seu dinheiro por má comprehensão da verdadeira philantropia, que manda dar tudo, soccorrer aos neccesitados, e não dar aos vadios e a entes inuteis como são as freiras e tantos outros.

Padre Bento vendeu os seus ultimos bens e apurou alguns contos de réis; tendo parentes que precisavam de esmolas, estando a Santa Casa de Misericordia de Ytú em grandes difficuldades para a sua sustentação e estando o hospital dos morpheticos diante de seus olhos em estado de ruinas, se de prompto não fosse concertado, esse hospital que era um dos mais importantes monumentos que recorda a virtude evangelica do padre Antonio Pacheco, a quem elle queria imitar, em vez de empregar esse dinheiro na reconstrucção d'esse hospital, do qual elle se fizera zelador e capellão sem remuneração alguma e só para exercer a caridade, deu-o todo para reconstruir uma nova capella no conventinho de Ytú, que já tinha uma mais que sufficiente para o seu uso! Preferiu presentear mulheres inuteis para a humanidade, e sómente uteis aos jesuitas, de quem são humildes escravas, a reconstruir o hospital dos miseros morpheticos! o qual não arruinou-se completamente porque o philantropo barão do Itahym man-

dou reconstruil-o á sua custa, gastando alguns contos de réis.

O padre Antonio gastou o seu dinheiro na construcção do hospital, recolheu para alli todos os morpheticos, sustentou-os á sua custa não poucos annos até sua morte, e só então se encarregou d'elle o povo ytuano, que o sustenta ha setenta annos. O padre Bento com a melhor boa fé deixa que elle se desmorone e manda construir uma capella, da qual ninguem precisava!

Caridade santa, mas inutil. Fructo da má educação dada pelo clero dos povos catholicos.

Uma outra doutrina prégava o padre Antonio, que produziu os melhores fructos. Dizia elle:—«*todos devemos em nossos testamentos considerar os pobres como um dos nossos filhos, isto é, deixar-lhes na terça um quinhão igual ao de cada um de seus filhos.*»

Esta doutrina foi muito bem acceita pelo povo ytuano, e ainda predomina entre elle. Não ha testamento em Ytú onde não se encontre na distribuição da terça uma verba para os pobres. O finado Bento Paes de Barros, barão de Ytú, em seu testamento, distribuindo sua terça dizia assim:—«*deixo á Santa Casa de Misericordia de Ytú tanto quanto tocar a cada um de meus filhos.*» Por este modo de fallar parece que ainda estava em sua memoria a doutrina do padre Antonio: considerou os pobres um de seus filhos.

Prégava mais: *que todos deviam deixar alguma cousa para uma obra publica como restituição por ter deixado de pagar algum imposto, como nós todos irreflectidamente ou por descuido fazemos.* E foi em lembrança d'esta doutrina de seu saudoso tio que meu pae recommendou a meu mano José Egydio que da sua terça désse para as obras da camara duzentos mil réis, que foram empregados no calçamento de uma rua.

Muitas outras doutrinas do padre Antonio até hoje, setenta e tantos annos depois de sua morte, ainda são frequentemente citadas em Ytú. Em muitas d'essas doutrinas elle se achou em opposição a um grupo de padres, aos quaes elle denominava *patrocinistas*, porque moravam na visinhança da egreja do Patrocinio, do qual faziam parte os padres Diogo Antonio Feijó, Antonio Joaquim de Mello, Manoel da Silveira e outros! Estes não gostavam das suas doutrinas, porque os perjudicavam em um ou outro ponto. Já referi aquella que negava aos padres o direito de gastarem todo o dinheiro ganho pelo exercicio do sacerdocio. Lembro-me ainda esta outra:—«*elle condemnava a intimidade do confessor com as confessadas e condemnava o uso de terem as familias um padre seu director espiritual;*» elle chamava esta relação intima do confessor com a confessada «*amancebia espiritual.*»

Ha setenta annos elle condemnava isto, e em nossos dias o eminente escriptor Michilet escreveu o seu interessante livro *O padre na familia*, só para mostrar os graves inconvenientes que resultam da constante presença do padre director espiritual no seio da familia. E muito bem demonstrou isto, historiando a vida intima de S. Francisco de Salles com madame du Chantal, a interessante neta de madame de Sevigné.

Os patrocinistas não podiam mais supportal-o, porque estas doutrinas muito os contrariavam. Desafiaram-no, pois, para em conferencias publicas no consistorio da matriz discutirem esses pontos de doutrina. Elle acceitou e unico combateu contra toda a grei em tres ou mais conferencias, e, segundo a opinião de muitos, elle sahiu victorioso. E o facto de até hoje serem ainda seguidas e sempre lembradas algumas d'ellas parece provar isto.

N'essas conferencias lançaram-lhe em rosto o ter elle, que condemnava a intimidade do confessor com a confessada, o ter-se constituido confessor de sua mãe.

Respondeu-lhes visivelmente commovido: *Reconheço que mereço essa censura e minha unica resposta é esta: —tenho para assim proceder uma razão particular, a qual não me é licito dizer.*

Pouco tempo depois elle pôde desvendar o mysterio, como se vae ver.

Preciso agora revelar uma intessante scena intima de familia para explicar o caso.

D. Ignacia de Goes e Arruda, sua mãe, era rica e tinha um irmão que estava pobre por sua inaptidão para os negocios. Seus credores foram lhe tirando um por um seus escravos, e não obstante sua irmã o ter soccorrido diversas vezes, pagando suas dividas, só lhe restava um, o qual já se tratava de tiral-o judicialmente. O padre pediu-lhe que não deixasse seu irmão sem um só escravo, pagando a sua divida, e não conseguiu isto porque ella era verdadeira avarenta.

D. Ignacia tinha sua casa, que ainda existe a poucos passos da matriz; tinha o costume de ir da fazenda para a cidade todos os sabbados para no domingo ouvir a missa na matriz, confessar-se com o padre Antonio e d'alli iam todos os irmãos, seus filhos e cunhados reunidos almoçarem em sua casa, onde tinham intima palestra presidida pela mãe.

Um domingo, porém, D. Ignacia não quiz sentar-se á mesa do almoço, e conservou-se em sua rede com semblante que bem manifestava o profundo desgosto em que se achava.

Observando-a o tenente Pacheco, seu filho mais velho, notavel advogado, lhe disse:—O que é isto? Parece estar

mal com todos! Entretanto não vejo aqui quem poderia offendel-a!

—Entretanto, respondeu ella,—ahi está quem me fez a maior offensa que tenho recebido em minha vida.

—Quem lhe offendeu?—disseram todos.

—Esse maroto que responda,—disse ella apontando ao padre.

Todos espantados o interpellaram, e elle lhes respondeu:—Eu não posso explicar porque as leis canonicas me prohibem; ella, porém, póde fazer isso, se quizer, porque nenhuma lei lhe prohibe. (1)

Então todos pediram explicação, e esta lhes foi dada n'estes termos:—Nunca me levantei do confissionario sem absolvição e este maroto hoje me fez levantar sem ella! E disse tudo quanto se passára no confissionario.

—Tudo é verdade, disse o padre, uma vez que ella me auctorisa eu revelarei o que se passou. Vós todos sabeis o estado em que está o nosso tio; ha dias fallei a nossa mãe que pagasse a sua divida para que sua cunhada não fosse obrigada a ir á fonte buscar um pote d'agua, e ella não quiz attender me pretextando já ter pago muitas dividas suas. Fiz-lhe ver que era rica, que tão pequena quantia não lhe fazia falta e era, pois, um acto de avareza não pagar mais esta. Tudo foi baldado. Hoje deu sua confissão por concluida sem se accusar do peccado de avareza.

---

(1) Bem se vê por isto que nunca foi prohibido ao penitente revelar o que se passa no confissionario, isto é, ella podia contar a quem quizesse os peccados de que se accusára, etc., e só ao confessor era expressamente prohibido contar o que lá se passava. Porque pois modernamente, depois que os jesui-

—Disse-lhe que tinha mais um peccado do qual não tinha-se accusado (continuava o padre Antonio) e eu não podia, por dever de consciencia, dar-lhe a absolvição emquanto não se accusasse do peccado de avareza. Fiz tudo quanto podia para convencel-a d'isto, não quiz attender-me, sempre com o mesmo pretexto de que já tinha pago muitas. Por mais que me magoasse, eu não podia proceder de outro modo sem faltar aos meus deveres de sacerdote, visto que eu sabia que ella estava em estado de peccado.

E não podendo ella contestar a verdade, o tenente, com ar grave e solemne, disse:

—Minha mãe, sinto dizer-lhe, mas não posso calar-me sem lhe dizer a verdade. O padre tem razão; tão pequena quantia não lhe faz falta e vale uma fortuna a seu irmão; sua recusa é sem duvida um acto de avareza! A senhora devia accusar-se d'esse peccado, e elle, que tudo sabia, não podia conscienciosamente absolvel-a.

Seus irmãos todos o apoiaram e a pobre velha, envergonhada, disse:

—Pois bem, hoje mesmo mandarei pagar a divida

---

tas principiaram a dominar o clero brazileiro, se reformou a constituição do bispado, prohibiu-se aos confessados e principalmente ás confessadas revelarem uma palavra do que se passar no confissionario e qualificam essa revelação um peccado mortal? Não será porque assim poderão muito livremente dizer ás mulheres tudo quanto queiram e até prégarem as doutrinas mais perigosas sem nenhum receio de que ellas vão referir a seus paes ou maridos? Não sei quem poderá descobrir outra razão. Nos primitivos tempos do christianismo não faziam confissões publicas nas portas dos templos? Porque se prohibe revelação de um só peccado? E' porque assim convém aos phariseus do catholicismo, os dignissimos filhos de Loyola e Aquaviva. *(Nota do auctor)*

e no domingo, penitente arrependida, pedirei a minha absolvição.

Retirando-se D. Ignacia da sala, disse o padre a seus irmãos e cunhados:

—Saibam agora porque fiz-me confessor de nossa mãe, o que me tem feito supportar resignado justas accusações. Eu conheço este vicio que domina minha mãe, e sou o unico padre que tem perante ella o prestigio sufficiente para combatel-o com vantagem: esse combate era preciso, mesmo necessario, por isso resolvi-me a soffrer resignado as accusações apparentemente justas.

Ora, eis ahi uma scena intima de familia que não deixa de ser interessante, principalmente para os que, como eu, descendem de D. Ignacia e têm tios como estes, que sinto não poder retratal-os com mais perfeição.

Meu pae me dizia:—Não conheci homem de mais força de vontade, que melhor dominasse os seus defeitos naturaes até anniquilal-os de todo como fez o padre Antonio! e isto para quem o conheceu, como eu, dá maior brilho á sua virtude. Era por natureza avarento e de genio muitissimo forte: entretanto durante toda sua vida nunca brigou com alguem e tudo quanto tinha dava! N'elle a razão prevaleceu sobre as inclinações naturaes.

Só pensava em fazer bem a seu proximo por todos os meios ao seu alcance.

Sabendo que a matriz de Porto Feliz cahira, e seu vigario, pouco zeloso de suas ovelhas, dizia missa em sua sala e estas se ajoelhavam na rua para ouvil-a, pediu ao bispo que o nomeasse vigario d'aquella villa afim de edificar elle uma nova matriz. Satisfeito o seu pedido, fez o sacrificio de abandonar os seus commodos só com o fim de fazer um beneficio ao povo. Em dous

ou tres annos por seus esforços, pedindo esmolas e empregando na mesma obra tudo quanto ganhava como parocho, concluiu a sua missão. Inaugurou o templo)que é o mesmo que existe até hoje) e despediu-se do povo, que lhe deu sobejas provas de pezar pela sua retirada.

Chegando em Ytú vendeu por 30$000 o cavallo em que fôra montado e remetteu essa quantia a um seu amigo, recommendando-lhe que a repartisse pelos pobres de sua villa, porque era o producto da venda de um cavallo comprado com dinheiro recebido por serviços parochiaes n'aquella villa.

Desde então não chegava a Ytú um habitante de Porto-Feliz que de lá se retirasse sem ir á chacara do padre Antonio cumprimental-o. O padre recebia todos com a maior affabilidade, e sua mãe, que presenciava frequentemente estas scenas de affecto, muito as apreciava. Um dia apresentou-se um homem da principal classe de Porto-Feliz a visital-o, e sua mãe notou que o padre o tratou com toda a cortezia, mas não com o costumado carinho que prodigalisava aos outros, fossem elles de qualquer classe popular que fossem.

Quando retirou-se o visitante disse a mãe: —Estranhei, padre Antonio, o modo um tanto secco com que tratasteis este senhor; não lhe prodigalisasteis os carinhos que estou acostumada a ver-vos prodigalisar a qualquer outro araritaguano que vos visita.

—E' verdade, minha mãe, eu não posso tratal-o do mesmo modo que aos outros; mas creio que não offendi-o.

—Não,—replicou lhe a mãe,—trataste-o com toda a cortezia, mas não com a carinhosa alegria do costume.

—Assim procedi porque foi este homem o unico que offendeu-me em Porto-Feliz.

—Mas, padre Antonio, já vos esquecestes que Jesus Christo manda perdoar as offensas recebidas?

—Não, minha mãe, não esqueci-me e por isso tratei-o com toda a cortezia; perdoei-lhe a offensa porque calei-me, nunca queixei-me d'elle a alguem, nunca procurei vingar-me e jámais vingar-me-ei. Jesus manda que se perdõe a offensa, mas não manda que se queira bem a quem nos offende.

Eis ahi uma questão de interpretação dos mandamentos sobre a qual ás vezes tenho minhas duvidas. Parece-me que dizendo Jesus—*ame ao proximo*—ordena que se ame até o seu offensor; mas parece um tanto repugnante que se nos mande querer bem a quem nos offende. E' bastante que nós perdoemos a offensa, que d'ella nos esqueçamos, que não tomemos a menor vingança e tratemos o nosso offensor com toda a cortezia, como fez o padre Antonio.

Preoccupado sempre com as cousas celestes, nem por isso se descuidava das terrestres e dos deveres do bom cidadão. As fontes de boa agua potavel existentes em Ytú eram distantes do centro da cidade, o povo lamentava isto e suas queixas deram ao padre Antonio mais uma occasião de revelar a sua illimitada philantropia. O padre supinamente economico por natureza, sem outra sugestão senão a do seu genio bemfeitor, tirou da cabeceira do corrego proximo agua potavel, canalisou com tubos de barro á distancia de dous ou tres kilometros até o pateo do Carmo e alli fez um bonito chafariz publico, do qual gozou o povo alguns annos. Fez tudo á custa do seu bolsinho e vinha diariamente de sua chacara administrar a obra até á sua conclusão.

Um anno mais ou menos antes de sua morte quebraram-se alguns tubos do encanamento e o chafariz seccou. O padre quiz restabelecer a agua; mas, já mui-

to velho e doente, não teve coragem para tomar esse trabalho. Padre Antonio, porém, não se esquecia que aquelle restabelecimento era uma grande necessidade que pesava sobre o povo: e por isso em seu testamento se encontra essa verba—*deixo ao cidadão que restabelecer o chafariz do pateo do Carmo o premio de cem mil réis.* Esta quantia, que hoje é insignificante, n'aquelle tempo valia contos de réis.

Correu-se o tempo e nem um cidadão da philantropia do padre Antonio quiz fazer essa obra tão util apezar do premio offerecido! Tão difficil é encontrar um homem tão virtuoso que queira fazer algum sacrificio por amor do bem geral!

Entretanto fomos creados, dizem, por Deus omnisciente e todo poderoso, que podia dar melhor organisação ao nosso cerebro e ao nosso coração!

Durante o tempo em que elle administrava e sustentava com seu bolso o hospital de morpheticos pedia ao povo as suas roupas velhas, já inuteis, mas que lá no hospital serviam para amarrar sobre as feridas, as quaes, bem lavadas e guardadas em caixas, elle mesmo ia diariamente tiral-as e dar aos doentes. Repartia os viveres, examinava a horta, o gallinheiro, tudo zelava como o bom pae zela dos filhos: e por isso em suas missas dominicaes, que eram muito concorridas pelo povo da cidade, o padre recommendava ao povo que não désse esmola alguma aos morpheticos, porque elles de nada precisavam, e haviam muitos outros pobres que precisavam, aos quaes deviam dar o que pudessem.

Uma das cousas que não cessava de prégar era que não se désse esmolas senão aos que não pudessem trabalhar e estivessem abandonados; que não deviamos alimentar a vadiação porque era a mãe de todos os vicios;

tudo quanto se puder dar se dê aos doentes e aos velhos que não podem trabalhar.

Tendo, como já disse, genio fortissimo e sendo avarento por natureza, soube de tal sorte domar estes vicios, que nunca brigou com alguem e trabalhou toda a sua longa vida só para matar a fome de quem a tinha, soccorrer os necessitados e consolar os afflictos.

Eis porque o venerando padre Antonio ainda vive na memoria de todos os bons ytuanos, os quaes não proferem o seu nome sem accrescentar—*de saudosa memoria.* Foi elle o modelo de seu sobrinho, tambem de tão saudosa memoria, o venerando padre Miguel Corrêa Pacheco, o ultimo vigario de Ytú. Este tambem repetia sempre—quero imitar o tio padre em tudo quanto puder—e foi d'entre todos os que tiveram essa pretenção o que mais se approximou d'elle, porque comprehendeu melhor as suas doutrinas e praticou, como elle, a philantropia na mais alta escala. Vestia e comia como um pobre, porque tudo quanto ganhava dava aos pobres ou gastava em obras publicas de utilidade

Sua memoria perdurará tambem no povo de Ytú como o seu modelo o tio padre Antonio Pacheco da Silva.

VI

Antonio Joaquim de Mello

Filho legitimo do capitão Theobaldo de Mello Cezar e de D. Josepha Maria do Amaral, Antonio Joaquim de Mello nasceu na actual cidade de Ytú, provincia de S. Paulo, a 29 de setembro de 1791. Pertencia tanto por

seu pae como por sua mãe ás familias mais distinctas de S. Paulo, e entre os seus parentes contou por muito amigo, e durante algum tempo por seu companheiro de estudos o seu primo, o illustradissimo e virtuoso brazileiro Francisco de Paula Souza e Mello.

Seus paes eram honrados, porém pobres, e tiveram de transportar-se para a capital de Minas-Geraes, onde os chamava a protecção já experimentada do general D. Bernardo José de Lorena, que fôra removido de S. Paulo para Minas-Geraes.

No mez de agosto de 1799 o futuro bispo de S. Paulo encetava uma carreira absolutamente opposta áquella em que tanto devia servir a Deus e á patria. O general D. Bernardo offereceu ao capitão Theobaldo a praça de cadete para seu filho, recebendo este o soldo competente sem prestar serviço.

O extremoso pae acceitou a praça offerecida; mas sob condição de ser a praça de simples soldado, em razão da sua pobreza.

O menino foi soldado no mesmo dia em que entrava na escola; mas não era aquella milicia em que o esperavam lidas e triumphos: no seculo decimo nono os bispos da meia-edade, trazendo ao mesmo tempo, ou successivamente na cabeça a mitra e o capacete, no peito a cruz e a couraça, na dextra o baculo e a espada, seriam anachronismo que offenderia o catholicismo.

A vida trabalhosa e rude do soldado, vida que Antonio Joaquim de Mello foi em breve obrigado a experimentar em todas as suas severas condições, desde a edade de doze annos, habituou-o ao menos na juventude a arrostar privações e vexames que mais tarde e em seus velhos annos tinha de vencer de novo no de-

de 1852 recebeu D. Antonio Joaquim de Mello o annel e o baculo sagrado das mãos do sabio e virtuoso bispo do Rio de Janeiro, o conde de Irajá. (1)

De curta duração foi o episcopado de D. Antonio Joaquim de Mello; oito annos durou apenas, mas n'esses oito annos notaveis foram os triumphos do seu apostolado.

Zeloso e infatigavel, o bispo de S. Paulo tratou logo de regular a iniciação do sacerdocio e as rendas da egreja: restabeleceu o costume da explicação da doutrina á hora da missa parochial nos domingos e dias santificados, abriu o chrisma geralmente e fez ouvir a sua palavra cheia de unção e de piedade do alto da tribuna sagrada.

Desempenhados estes primeiros deveres, o illustre prelado lançou a primeira pedra do seminario diocesano de S. Paulo (2), e em seguida deu principio ás suas salutares visitas, correndo grande parte do bispado, *levando o seu amor* á ultima aldeia da diocese, administrando o chrisma, prégando sobre os mandamentos e sobre o Evangelho e pedindo e recolhendo as esmolas dos fieis para as duas obras pias, monumentos do seu

---

(1) Afim de ser sagrado, d'esta cidade seguiu D. Antonio para o Rio, acompanhado pelo padre Jeronymo P. de Barros, hoje conego da cathedral. D. Antonio recebeu a sagração em missa rezada. Ap's a ceremonia foi, como então era de estylo, cumprimentar o monarcha, e, ao agradecer-lhe a nomeação para bispo de S. Paulo, disse o imperador :—«Sr. Mello, eu lhe conheço pelos seus escriptos.»

(2) Muitos sacerdotes illustres têm sahido d'este seminario, entre os quaes monsenhores P. de Barros, arcebispo de Darnia, J. Vieira, bispo do Ceará, Camargo Barros, bispo de Corityba, Correa Nery, bispo do Espirito-Santo, Paula Rodrigues, notavel orador sagrado, Alberto Gonçalves, senador federal, E. Galvão B. de Camargo, etc.

Quatro annos depois recebia na cidade de S. Paulo ordens de presbytero e, voltando para Ytú, ligava-se ao grande cidadão e virtuoso padre Diogo Antonio Feijó e outros sacerdotes (1) e com elles sustentava uma lucta porfiada e gloriosa contra os principios de uma philosophia, cuja exageração plantava a descrença, e que em Ytú era abraçada por alguns jovens estudiosos, ardentes, mas então ainda impetuosos e precipitados, atirando-se ao erro e suppondo render cultos á verdade.

A' revolução de Portugal em 1820 seguiu a da independencia do Brasil em 1822; a esta, a vida fervorosa que reclamava o concurso patriotico de todos os bons cidadãos. Paula e Souza e Feijó vieram sentar-se no parlamento brasileiro; não os acompanhou, porém, o illustre padre Antonio Joaquim de Mello: amava como elles, o paiz, que os vira nascer; mas, todo consagrado ao altar, servia a patria, orando por ella aos pés de Deus e ensinando no pulpito e no confissionario as verdades do catholicismo.

E assim permaneceu no seu tranquillo e piedoso retiro, estudando sempre com ardor e alimentando o seu espirito com a leitura dos santos padres, até que, sem que elle o esperasse, veiu o decreto imperial de 1851 chamal-o ao solio episcopal de S. Paulo. (2) Na edade de 60 annos, quando alquebrado o corpo já lhe pedia descanço, o illustrado sacerdote dobrou-se á vontade de Deus e á escolha do imperador, e no dia 6 de junho

---

(1) E' sabido que o padre Antonio ligou-se aos padres do Patrocinio, entre os quaes conviveu.

(2) Nomeado bispo, D. Antonio manifestou desejos de não acceitar a nomeação, attendendo á sua edade avançada; e só acceitou-a após conselhos de frei Bartholomeu Marques, um virtuoso sacerdote hespanhol que então aqui residia.

de 1852 recebeu D. Antonio Joaquim de Mello o annel e o baculo sagrado das mãos do sabio e virtuoso bispo do Rio de Janeiro, o conde de Irajá. (1)

De curta duração foi o episcopado de D. Antonio Joaquim de Mello; oito annos durou apenas, mas n'esses oito annos notaveis foram os triumphos do seu apostolado.

Zeloso e infatigavel, o bispo de S. Paulo tratou logo de regular a iniciação do sacerdocio e as rendas da egreja: restabeleceu o costume da explicação da doutrina á hora da missa parochial nos domingos e dias santificados, abriu o chrisma geralmente e fez ouvir a sua palavra cheia de unção e de piedade do alto da tribuna sagrada.

Desempenhados estes primeiros deveres, o illustre prelado lançou a primeira pedra do seminario diocesano de S. Paulo (2), e em seguida deu principio ás suas salutares visitas, correndo grande parte do bispado, *levando o seu amor* á ultima aldeia da diocese, administrando o chrisma, prégando sobre os mandamentos e sobre o Evangelho e pedindo e recolhendo as esmolas dos fieis para as duas obras pias, monumentos do seu

---

(1) Afim de ser sagrado, d'esta cidade seguiu D. Antonio para o Rio, acompanhado pelo padre Jeronymo P. de Barros, hoje conego da cathedral. D. Antonio recebeu a sagração em missa rezada. Ap´s a ceremonia foi, como então era de estylo, cumprimentar o monarcha, e, ao agradecer-lhe a nomeação para bispo de S. Paulo, disse o imperador :—«Sr. Mello, eu lhe conheço pelos seus escriptos.»

(2) Muitos sacerdotes illustres têm sahido d'este seminario, entre os quaes monsenhores P. de Barros, arcebispo de Darnia, J. Vieira, bispo do Ceará, Camargo Barros, bispo de Corityba, Correa Nery, bispo do Espirito-Santo, Paula Rodrigues, notavel orador sagrado, Alberto Gonçalves, senador federal, E. Galvão B. de Camargo, etc.

apostolado, o seminario diocesano que elle teve a satisfação de inaugurar a 9 de novembro de 1856, e o seminario das irmãs de S. José, estabelecido em 1859 na cidade de Ytú, e dedicado á educação da mocidade do sexo feminino.

Quatro vezes sahiu o incansavel pastor a visitar o seu numeroso rebanho: nem a inclemencia do tempo, nem a fadiga de longuissimas viagens, nem as enfermidades do corpo abatiam-lhe o animo; no quarto periodo das suas visitas porém impossivel foi ao venerando bispo resistir ao mal que devia leval-o á morte. A 24 de dezembro de 1859, conseguindo apenas alcançar a cidade de Ytú, ahi deu ainda o exemplo da constancia, da paciencia e da resignação esperando em um leito de dores, durante quatorze mezes, a hora do seu eterno descanço.

D. Antonio Joaquim de Mello, do conselho de sua magestade o imperador, bispo diocesano de S. Paulo, conde romano, prelado domestico de sua santidade e assistente ao solio pontificio, deu a alma a Deus na cidade de Ytú no dia 16 de fevereiro de 1861, querendo a Divina Providencia que elle tivesse a consolação de cerrar pela ultima vez os olhos onde pela primeira os abrira. (1)

Cumpre fazer aqui simples, mas justissima declaração que é dever de consciencia e ao mesmo tempo de suave tributo de coração amigo.

---

(1) Morto, D. Antonio foi sepultado na capella-mór da egre a de S. Francisco, de onde seus ossos foram trasladados para a crypta da cathedral. Em uma visita que áquelle fez o finado bispo D. Lacerda, sagrado por Pio IX, ao ler o epitaphio de D. Antonio, referiu que, depois da sua sagração episcopal, o papa o aconselhou a imitar as virtudes d'aquelle, accrescentando que si D. Antonio não foi um dos primeiros bispos do mundo foi certamente um dos primeiros do Brazil.

Este artigo, e tambem outros, muito especialmente os dos benemeritos Martim Francisco Ribeiro de Andrade e padre Diogo Antonio Feijó, foram em maxima parte devidos a esclarecidas e averiguadas informações que se encontram em estudos historicos e biographicos do illustrado conselheiro dr Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, a quem a patria já deve escriptos preciosissimos, e trabalhos historicos e geographicos de alto valor.

JOAQUIM MANUEL DE MACEDO.

Tendo eu lido o esboço biographico de D. Antonio Joaquim do Mello, ultimamente publicado n'*A Cidade de Ytú*, escripto pelo Dr. Joaquim Manoel de Macedo, senti que faltam n'elle certas particularidades da vida de D. Antonio que naturalmente são ignorados pelo escriptor, e que só os ytuanos e seus amigos podem saber. Parece-me que eu sei algumas que são dignas de serem lembradas e por isso vou mencional-as. E' um appendice á referida biographia.

No esboço biographico ultimamente publicado do capitão José Manoel da Fonseca Leite eu disse que Francisco Leite Ribeiro de Cerqueira tinha duas irmãs de uma das quaes descendia a familia Paes de Barros, e de outra descendia a familia Cerqueira Leite, de Campinas, D. Antonio e o tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral; tronco da familia Amaral Pompeu de Campinas.

Quero pois dar mais alguns esclarecimentos a respeito de D. Antonio e do tenente José Rodrigues, dois typos ytuanos notaveis pela intelligencia superior de que eram dotados.

D. Antonio, como já se sabe, aos doze annos assentou praça n'um regimento de cavallaria de Minas, quando ainda não sabia ler, e aprendeu no quartel. Em 1810, quando elle tinha 19 annos de idade, obteve sua baixa e voltou para Ytú onde chegou a 2 de dezembro do mesmo anno. Meditando sobre seu futuro resolveu seguir a carreira ecclesiastica para a qual sentia-se com vocação. Começou pois a estudar o latim e outras materias necessarias para receber as ordens, e em poucos annos era o padre Antonio Joaquim de Mello.

Sendo elle pobre procurou como meio de vida a profissão de mestre-escola de primeiras letras. Sua escola era bem frequentada e com o que recebia do exercicio das ordens dava-lhe para viver honestamente. E entretanto tinha tempo para instruir-se e soube aproveital-o; mas limitou seus estudos ás materias theologicas e ficou um padre de instrucção superior á que em geral tinham os padres.

Sendo muito inclinado á lavoura comprou um pequeno sitio no municipio de Piracicaba, onde residiu, dedicando-se á sua pequena lavoura e estudando theologia; tendo tambem recebido alguns meninos para educal-os, d'isso ganhava pequena quantia. Em 1839 resolveu voltar para Ytú e estabeleceu-se n'uma pequena chacara.

Durante todo este tempo não lia um jornal e viveu sempre affastado dos partidos politicos.

Como cidadão era um homem dos seculos passados! Só reconhecia a auctoridade absoluta do rei, do papa e do geral dos jesuitas, dos quaes era um dos maiores admiradores.

Santo Ignacio era o sancto da sua predilecção. Dizia sempre, com a sinceridade e franqueza que lhe era propria:—eu sou *corcunda*, por natureza e por habito;

ainda não pude comprehender o que é isto de constituição.

D. Antonio assim o dizia porque, como já disse, nunca lera um jornal, nem livro algum que lhe désse alguma instrucção de sociologia. Conservou-se n'este estado até 1842 quando rebentou em Ytú a revolução, e sabendo elle que esta tinha intuitos republicanos, ficou horrorisado, e não obstante viver elle com relações amistosas com o senador Paula e Souza, que era seu primo irmão, e toda familia Barros, da qual era parente, não hesitou um momento: declarou-se francamente contra a revolução; foi ao pulpito da egreja do Patrocinio, tornou-se um Savanarola ytuano e prégou com toda a força, procurando esclarecer o povo e affastal-o da revolução. Alguns amigos intentaram affastal-o do pulpito, queriam persuadil-o da grande responsabilidade que elle tomava e do quanto se compromettia com os revolucionarios, e d'isto lhe podia vir graves incommodos.

«Não, dizia elle, eu tenho o dever de esclarecer o povo—hei de cumprir esse dever venha d'ahi o mal que me vier.» Continuou a prégar durante todo o tempo que a cidade esteve debaixo do poder absoluto dos revolucionarios. Tinha mesmo a fé e a coragem de Savanarola!

Cahiu finalmente a revolução; D. Antonio sentiu-se detestado pelos revolucionarios e procurou então o apoio dos legalistas, e pela primeira vez em sua vida lamentou a sua ignorancia em politica e sentiu a necessidade de fazer algum estudo de direito publico para melhor poder esclarecer ao povo a respeito dos deveres do bom cidadão.

Estando elle em casa de meu pae e sabendo que no dia seguinte eu partiria para S. Paulo, disse-me;

«em lá chegando diga ao Dr. Silveira da Motta que me faça o favor de mandar-me alguns livros de direito publico, mas advirta-lhe que não que o livro republicano.» Alguns dias depois lhe remetteram doze ou quatorze volumes que lhe mandára o Dr. Motta.

Na idade em que se achava emprehendeu ter algumas noções de politica, serviu-se d'estes livros e alguns mezes depois sentia-se prazer em ouvil-o discorrer sobre sciencias sociaes, como se desde a mocidade a isso se tivesse dedicado.

Só uma intelligencia superior podia conseguir tanto em tão pouco tempo! Não perdeu de todo suas idéas de absolutismo, más modificou-se muito e já tolerava facilmente o governo constitucional. Um dia estando em casa de um seu amigo, este citou uma opinião politica do padre Feijó; D. Antonio não quiz acreditar que Feijó tivesse tal opinião. O amigo lhe disse que o padre José de Arruda lhe contára que elle a tinha. D. Antonio replicou: não acredito, Feijó não podia ter uma opinião tão extravagante. Padre José de Arruda sabendo d'isto, dirigiu a D. Antonio uma carta, dizendo-lhe que admirava-se que elle não quizesse acreditar, visto que a doutrina nada tinha de extravagante. D. Antonio respondendo á carta tomou a these e desenvolveu-a com a sabedoria de um provecto publicista. Um amigo de D. Antonio mandou imprimir esta carta.

Poucos mezes depois, no dia de Anno Bom, e festa na igreja do Bom Jesus, D. Antonio foi convidado para prégar o sermão. Eu me achava em uma tribuna em frente do pulpito, juntamente com o Dr. Nebias que durante o sermão diversas vezes voltou se para mim dizendo: «Oh! isto sim é sermão que se póde ouvir! Que idéas! Que pensamentos! Que instrucção politica

para o povo! » O Dr. Ricardo Gunubleton que tambem ouvira o sermão, quando D. Antonio se retirava do pulpito, chegou-se a elle e pediu lhe o sermão. «Não posso lhe dar, disse D. Antonio, porque não escrevi.»

—Tenha paciencia, disse o Dr. Ricardo, eu quero este seu sermão escripto.

—Pois escreverei para o servir, disse-lhe o padre. E um ou dous dias depois lhe deu por escripto.

O Dr. Ricardo remetteu para o Rio de Janeiro ao Dr. Jobim o sermão juntamente com a carta escripta ao padre José de Arruda, que estava impressa, e pediu-lhe que mostrasse as duas peças ao imperador, e assim o fez o Dr. Jobim. Eis ahi d'onde veiu a nomeação de D. Antonio para Bispo de S. Paulo. Era ministro Euzebio e procurava um padre para Bispo de S. Paulo; e estando no Paço disse-lhe o Imperador: «Senhor ministro ainda não achou um padre para Bispo de S. Paulo, eu já achei, é o padre Antonio Joaquim de Mello, de Ytú Quanto a sua capacidade intellectual nenhuma informação mais preciso depois que li seus escriptos; só lhe resta indagar o que elle é como cidadão, quaes seus costumes». Euzebio dirigiu-se ao Dr. Nebias, como juiz de direito de Ytú, pedindo essas informações, e recebendo muito satisfactoriamente, lavrou-se o decreto da sua nomeação. Quando D. Antonio sagrou-se no Rio de Janeiro e foi despedir se do Imperador, com quem se encontrava pela primeira vez, disse-lhe este: «D. Antonio, eu não o conhecia pessoalmente; mas já o conhecia muito bem pelos seus escriptos.»

Quando elle estava no Rio esperando a sagração, por acaso me achei tambem lá, e tive occasião de vel-o duas ou tres vezes e ouvui-o dizer: « O primeiro trabalho que emprehenderei será a creação de um seminario episcopal onde se eduque os ordenados; se não fôr coadju-

vado pelo povo n'esta empreza, e não poder conseguir o capital preciso para isso, renunciarei a mitra porque não poderei servir com um clero tão ignorante como o que temos, salvas as excepções.

« Quero crear um clero como entendo que deve ser, instruido e moralisado. Se assim não quizerem voltarei para o meu retiro de Ytú, bem contrariado por não poder conseguir o que julgo indispensavel para a felicidade da minha diocese».

Logo que tomou posse do bispado tratou sériamente de realisar este seu pensamento, empregou o maior esforço, fez os maiores sacrificios percorrendo toda a diocese no tempo em que ainda não tinhamos estradas de ferro, nem ao menos o uso do troly, viajando a cavallo; mas venceu todas as difficuldades; seu pensamento foi acolhido pelo povo com enthusiasmo, e lá está em S. Paulo esse monumento de sua gloria.

Foi injuriado, insultado e martyrisado pela parte do clero, que elle bem classificava de ignorante e de maus costumes, resultantes da relaxação em que a decrepitude de seu antecessor deixára cahir o governo do bispado.

Desgostoso retirou-se para Ytú onde morreu tranquillamente como morrem os que têm consciencia de terem cumprido o seu dever.

Ytú, 20 de setembro de 1896.

A. A. da Fonseca.

VII

Capitão José Manoel da Fonseca Leite

Segundo frei Gaspar da Madre de Deus, quando Martim Affonso de Souza, donatario da capitania de Santo Amaro, depois capitania e hoje Estado de S.

Paulo, partiu de Lisboa para vir tomar posse e demarcar sua propriedade, convidou a todos os seus parentes e amigos a lhe acompanharem, e virem explorar as novas terras, onde podiam refazer as suas fortunas e se tornarem potentados. O seu appello não foi inutil, pois que a elle se ajuntaram muitas familias da nobreza de Portugal, partiram de Lisboa e, depois de alguns mezes de viagem, desembarcaram no porto de S. Vicente em janeiro de 1532 e fundaram a cidade do mesmo nome.

Entre as familias que desembarcaram e alli fixaram residencia vieram dous irmãos Pedro Betim Paes Leme e Fernando Dias Paes Leme, e outra familia cujo chefe era Francisco Leite Ribeiro de Cerqueira. Este teve longa série de descendentes. Meu avô paterno José Manoel da Fonseca Leite e seu irmão Antonio Ribeiro de Cerqueira Leite eram filhos de Francisco Leite Ribeiro de Cerqueira, que já era o quinto com o mesmo nome, além de outros de diversos nomes. Este meu bisavô Francisco Leite casou-se com D. Francisca Xavier da Fonseca, natural de S. Vicente. Não sei quem foram os paes d'esta senhora minha bisavó Creio que descendia de familia hespanhola, porque vejo entre os descendentos de Amador Bueno da Ribeira, que era de familia hespanhola, muitos Fonsecas, e sei mais que pela côr da pelle, dos olhos e cabellos é um verdadeiro typo inglez: e Francisco Leite, pelo contrario, bem trigueiro. E por isso nota-se que entre os diversos ramos da familia Fonseca, descendente do capitão José Manoel que adoptou o sobrenome de sua mãe, ha variedade de côres entre os irmãos, sendo uns trigueiros, outros morenos e outros claros e louros.

Francisco Leite tinha uma irmã de nome D. Angela

Ribeiro do Cerqueira e outra de nome Custodia, se me não engano. D. Angela casou-se com Fernão Paes de Barros, homem rico e que é o tronco da familia Paes de Barros de Ytú; e da outra descendia o finado bispo D Antonio J. de Mello, a familia Cerqueira Leite, de Campinas, e o tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral, tronco da familia Amaral Pompeu. Eram primos irmãos D. Antonio, José Rodrigues, e Antonio Benedicto de Cerqueira Leite, pae de Francisco Glycerio. E darei artigo especial sobre estes typos notaveis.

O meu bisavô Francisco Leite teve de sua mulher D. Francisca Xavier da Fonseca dous filhos, Antonio Ribeiro e José Manoel, e logo depois partiu para Cuyabá, que n'aquelle tempo era a California de S. Paulo. Assim como de 1850 a 55 os moços norte-americanos começavam a sua vida commercial ou industrial na California, os paulistas do seculo passado não fixavam sua residencia sem primeiro fazerem uma viagem a Cuyabá, d'onde traziam ouro e diamantes para com o seu producto fundarem os seus estabelecimentos agricolas.

Francisco Leite, que nascera e residia na fazenda que fôra de seus paes no bairro de Pirajuçára, a dez ou doze kilometros de S. Paulo, partiu para Cuyabá, deixando na fazenda sua mulher e dous filhos pequeninos. Quando José Manoel, que era o mais novo, só tinha sete annos de edade, sua mãe, sentindo-se gravemente doente, dirigiu-se ao collegio dos jesuitas de S. Paulo e pediu-lhes que recebessem e educassem os meninos até que seu pae voltasse de Cuyabá. Elles os receberam, e ella poucas semanas depois falleceu.

Alli cresceram os dous meninos, porque seu pae não voltou mais de Cuyabá quando soube que sua mulher era morta e onde estavam seus filhos. Os jesuitas lhes ensinaram tudo quanto n'aquelle tempo se ensinava aos

meninos, que deviam ficar na ordem, como estes ficariam infallivelmente porque seu pae não voltára e o mais moço já tinha vinte annos. Já eram pois licenciados e em vesperas de tomarem as primeiras ordens, quando o grande ministro de D. José, o marquez de Pombal, não podendo mais tolerar as doutrinas perversoras, a ambição desmedida de dinheiro, poder e tyrania, que já exerciam sobre as classes inferiores, e a audacia com que pretendiam dominar até as classes superiores, por um decreto expulsou-os do reino e suas colonias, e levou presos para Lisboa os que estavam em S. Paulo.

Os dous irmãos Antonio Ribeiro e José Manoel, perdida a esperança de se ordenarem, resolveram tambem ir para Cuyabá, afim de trabalharem e conhecerem a seu pae. José Manoel levou comsigo um rapaz chamado Joaquim Creoulo, o unico que herdára. Tinha de passar por Goyaz, e, lá chegando, o bispo d'aquella diocese, que sentia falta de um homem habilitado para seu secretario, tendo conhecimento da educação de José Manoel pediu-lhe instantemente que occupasse aquelle logar por algum tempo: elle acceitou e lá ficou dous ou tres annos, ganhou algum dinheiro e partiu para Cuyabá. N'aquelle tempo de Goyaz a Cuyabá havia um immenso sertão muito pouco conhecido, e por isso para essa viagem se reuniam os pretendentes em uma grande caravana, que pudesse resistir a algum assalto dos indios, que o dominavam. Os dous irmãos uniram-se a uma d'essas caravanas e partiram.

José Manoel era muito caçador, e um dia, afastando-se um pouco dos companheiros afim de caçar, perdeu-se no matto e só ao terceiro dia pôde encontral-os. Quanta angustia, quanta afflicção e quanto desespero soffrera este moço assim perdido no meio da maior flo-

resta do mundo, porque vae do Panamá até a Patagonia, durante tres dias, o terror natural do desconhecido... só ao recordal-o nos faz sentir calafrios! e, como se tudo isto ainda fosse pouco, na terceira noite cahe uma horrivel tempestade, que derribava madeira em derredor d'elle e faziam receiar ficar a todo momento esmagado em baixo d'uma dessas.

Os immensos trovões, os relampagos, tudo isto o que não produziria na mente de um moço que acabava de sahir do collegio de jesuitas, onde frequentemente ouviria dizer-se—*Deus terribile est, maxime quam tonat!*

Tantas e tão aterradoras commoções soffreu, que, como discipulo de jesuitas, lembrou-se de fazer um voto. *Prometteu guardar para sempre sua castidade* se elle podesse salvar-se, encontrando a sua comitiva.

No dia seguinte desapparecera a tempestade, elle caminhou, caminhou sem orientação, e, dando alguns tiros, como nos dias anteriores tinha feito, foi finalmente ouvido, responderam lhe do mesmo modo e algumas horas depois estava entre os seus.

Chegando a Cuyabá elle e seu irmão compraram uma lavra muito rica, denominada Melgueira, principiaram seus trabalhos de mineração e mandaram procurar seu primo irmão o sr. Antonio de Barros Penteado, que lhes constava andar por alli; acharam-no, convidaram e lhe permittiram que com elles trabalhasse na mesma lavra.

Fazendo uma chronica e desejando ser minucioso, e sobretudo verdadeiro, preciso dizer quem era o sr. Antonio de Barros, o primo predilecto de José Manoel.

Já disse anteriormente que a irmã de meu bisavô Francisco Leite Ribeiro de Cerqueira, D. Angela Ribeiro,

casou-se com o sr. Fernão Paes de Barros, homem bastante rico, que vivia n'uma fazenda nas proximidades de Parnahyba, na margem do Tieté (ou Inhimbi como alguns chamavam este rio n'aquelle tempo). Teve o casal muitos filhos e filhas. O mais velho, Francisco Xavier Paes de Barros, já era negociante quando appareceu na fazenda de seu pae um mineiro, que era um habil cavalheiro de industria. Demorando-se alli muitos dias, não sei com que pretexto pôde persuadir ao velho Fernão de que alli no Tieté havia muito ouro, e em certo logar, onde fazia o rio uma curva muito viva, podia fazer-se um canal, que, mudando o leito do mesmo, deixaria em secco grande extensão do antigo leito, do qual se poderia facilmente tirar grande quantidade de ouro.

O velho, seduzido pela prosa do aventureiro, entregou-lhe toda a escravatura para que fizesse o canal, e lhe daria uma porcentagem no producto. Depois de estarem os trabalhos bastante adiantados (1), e o velho com esperanças bem fundadas de auferir grandes lucros, eis que lá chega um outro mineiro, procurando o primeiro. Recebido na casa como hospede, depois de alguns dias de conferencias particulares entre os dous, o primeiro declarou ao velho Fernão que era forçado a abandonar o serviço porque o outro era um seu credor que exigia a sua volta para Minas para liquidação dos bens que lá deixára e pagamento de sua divida; e o credor accrescentou que só o deixaria ficar alli se o sr.

(1) Até hoje se ve n'aquelle logar o projectado canal, conhecido pelo nome «Rasgão». Não ha muitos annos alguem de S. Paulo intentou fazer uma companhia para concluir o canal e d'alli extrahirem ouro. Porém não se formou a companhia, provavelmente porque se convenceram de que alli não havia ouro. (*Nota do auctor*)

Fernão lhe passasse uma hypotheca dos seus bens, garantindo a divida do seu comprovinciano.

Fernão Paes, acreditando na sinceridade d'estes senhores, deu-lhe a hypotheca, e os trabalhos do «Rasgão» (como até hoje lhe chamam os habitantes d'aquelle logar) continuaram, tendo-se retirado o hospede.

Alguns mezes depois o director dos trabalhos partiu para Minas, dizendo que em breve estaria de volta, e nunca mais voltou!...

Os trabalhos foram abandonados, correram os annos, nem mais se lembravam dos taes mineiros, quando inesperadamente se apresentou um procurador do possuidor da hypotheca, executou ao velho, tirou-lhe todos os bens, ficando toda a familia na pobreza. O velho não tinha nem um *mo eque* para o servir. Francisco Xavier partiu para Cuyabá, levando seu comboio de escravos, e levou seu irmão Antonio o mais moço de todos, como seu camarada. A familia então dispersou-se. Quando os dous irmãos Barros chegaram a Goyaz, onde ainda estava seu primo José Manoel, secretario do bispo, segundo nos contava o velho Joaquim Creoulo, o pagem de José Manoel, seu senhor comprára um cavallo russo e d'elle fizera presente a seu primo Antonio para fazer sua viagem até Cuyabá, onde, depois de um anno, procurou-o, e reuniram-se na Melgueira os tres primos José Manoel, Antonio Ribeiro e Antonio de Barros.

Quando os irmãos Antonio Ribeiro e José Manoel chegaram a Cuyabá conheceram então seu pae, que, sabendo da morte de sua mulher D. Francisca Xavier da Fonseca, em S. Paulo, casou-se com outra senhora da qual tinha quatorze filhos e soffriam todos grande pobreza.

Desde então os seus filhos do primeiro matrimonio tomaram o encargo de sustentar toda a segunda fami-

lia de seu pae, e assim fizeram até partirem para Ytú, 21 annos depois, como adiante se verá.

Quando compraram a lavra Melgueira os dois irmãos fizeram cada um a sua casinha e principiaram os seus trabalhos de mineração. Depois que levaram para Melgueira o seu primo, este fez tambem a sua. Com o ouro que tiravam compravam escravos e fizeram sociedade entre os tres, a qual permaneceu em paz fraternal durante os 20 ou 21 annos que lá estiveram.

Resolveram finalmente partir para Ytú. Os irmãos Ribeiro partiram pouco antes do seu primo, trazendo o pae a madrasta e os quatorze irmãos. A sustentação por tantos annos de tão numerosa familia e o seu transporte para Ytú muito depreciou suas fortunas, e por isso não puderam trazer tantas arrobas de ouro como trouxe o seu primo, que não foi forçado a fazer tão grandes despezas, pois que nenhum outro membro de sua familia lá estava, e precisava de seu auxilio.

Em Cuyabá o sr. Barros relacionou-se com o paulista Salvador Jorge Velho e tratou casamento com sua filha D. Maria Paula, que estava com sua mãe em Ytú e realisou-o pouco tempo depois que lá chegou. E' deste casal que descende a familia Paes de Barros, que hoje reside quasi toda em S. Paulo.

A familia Leite Ribeiro, chegando em Ytú José Manoel, comprou uma casa no pateo do Carmo, da qual ainda existe uma metade por se ter edificado na outra uma nova casa, e deu-a para residencia da familia do pae; e Antonio Ribeiro comprou terras no bairro do Jacuhú para n'ella se arrancharem seu pae e irmãos. E' d'essa fazenda que sahiram os primeiros fundadores de fazendas no hoje municipio de Piracicaba. Ainda alli existe a numerosa familia Leite Ribeiro, descendente

dos varios irmãos de José Manoel e A. Ribeiro de Cerqueira Leite.

Antonio Ribeiro abriu aula de latim, rhetorica e philosophia (si se póde chamar philosophia o que os jesuitas ensinavam com esse nome). Sua aula foi frequentada pelos filhos dos fazendeiros de Ytú, que tomaram gosto pela litteratura latina, unica que se conhecia. D'ahi veiu para Ytú um certo gráu de civilisação, talvez precoce, em relação ás villas visinhas. Os fazendeiros então diziam com certo orgulho—tenho dois latinistas em casa—isto é, dois filhos que sabem latim.

Vicente da Costa Taques de Góes e Aranha, o famoso capitão-mór de Ytú, conhecia bem o latim, era dedicado á poesia, escrevia versos latinos. O capitão Bento Dias Pacheco entretinha-se em sua fazenda escrevendo versos latinos. Seu filho Bentinho Dias, antigo fazendeiro em Capivary, conhecia o latim e conservava um não pequeno manuscripto de versos latinos escriptos por seu pae. Consta-me que o padre Barroso, um bahiano que a quinze ou vinte annos era vigario de Porto Feliz, desejou vel-o, e creio que não mais o restituiu ao seu dono Bento Dias, neto do velho Bento Dias da Ponte (como era conhecido). Manoel Floriano, filho do capitão-mór Vicente da Costa, depois da morte de Ribeiro foi professor de latim, que deixou grande numero de discipulos, que acreditavam seu mestre como Tristão Rangel, padre João Paulo Xavier, Antonio Delfino, padre Jeronymo Pinto Rodrigues e outros.

Seu irmão José Manoel dedicou-se á lavoura. Comprou as terras do Pompeu e padre João Leite, na margem do Tieté e do ribeirão, Pirapitinguy onde fundou o en-

genho de assucar conhecido até hoje pelo nome Pirapitinguy. O preço da compra é uma curiosidade que não posso deixar de referir. Seus antigos possuidores o tinham legado ao convento do Carmo de Ytú; os frades tiraram os escravos e os mandaram para outra fazenda e aforaram o Pirapitinguy por 6$400 por anno, pelo prazo de tres vidas, que foram a do meu avô, a do meu pae e a do meu mano Joaquim. Uma lei posterior declarou estes prazos perpetuos.

Quando chegou de Cuyabá o seu primo Antonio de Barros, José Manoel instou com elle e o fez comprar o resto das mesmas terras onde até hoje existe o engenho Tieté, que por morte de Antonio de Barros passou a seu filho Bento Paes de Barros, depois barão de Ytú.

José Manoel principiava apenas a estabelecer-se no Pirapitinguy quando o padre Antonio Pacheco offereceu-lhe a mão de sua irmã D. Josepha de Goes Pacheco: elle respondeu que muito sentia não poder acceitar tão honrosa offerta, porque não podia casar-se. E referiu-lhe o voto de castidade que fizera estando perdido no sertão entre Goyaz e Cuyabá.

Padre Antonio lhe fez ver que isso não era obstaculo invencivel, e que se podia obter do papa uma dispensa do voto ou commutação de penitencia, e elle se incumbiria de arranjar tudo; e, com effeito, alguns mezes depois effectuou-se o casamento.

Vê-se por esse facto quanto José Manoel era crente e sabia cumprir os seus deveres de bom catholico. Quantos são os catholicos de hoje que seriam capazes de guardar a castidade até mais de quarenta annos, como devemos acreditar que guardou-a José Manoel? e estava disposto a guardal-a toda a sua vida, privando se de realisar um casamento em todo o sentido vantajoso se não obtivesse a dispensa. Quanto sacrificio já tinha

Fernão lhe passasse uma hypotheca dos seus bens, garantindo a divida do seu comprovinciano.

Fernão Paes, acreditando na sinceridade d'estes senhores, deu-lhe a hypotheca, e os trabalhos do «Rasgão» (como até hoje lhe chamam os habitantes d'aquelle logar) continuaram, tendo-se retirado o hospede.

Alguns mezes depois o director dos trabalhos partiu para Minas, dizendo que em breve estaria de volta, e nunca mais voltou!...

Os trabalhos foram abandonados, correram os annos, nem mais se lembravam dos taes mineiros, quando inesperadamente se apresentou um procurador do possuidor da hypotheca, executou ao velho, tirou-lhe todos os bens, ficando toda a familia na pobreza. O velho não tinha nem um *mo eque* para o servir. Francisco Xavier partiu para Cuyabá, levando seu comboio de escravos, e levou seu irmão Antonio o mais moço de todos, como seu camarada. A familia então dispersou-se. Quando os dous irmãos Barros chegaram a Goyaz, onde ainda estava seu primo José Manoel, secretario do bispo, segundo nos contava o velho Joaquim Creoulo, o pagem de José Manoel, seu senhor comprára um cavallo russo e d'elle fizera presente a seu primo Antonio para fazer sua viagem até Cuyabá, onde, depois de um anno, procurou-o, e reuniram-se na Melgueira os tres primos José Manoel, Antonio Ribeiro e Antonio de Barros.

Quando os irmãos Antonio Ribeiro e José Manoel chegaram a Cuyabá conheceram então seu pae, que, sabendo da morte de sua mulher D. Francisca Xavier da Fonseca, em S. Paulo, casou-se com outra senhora da qual tinha quatorze filhos e soffriam todos grande pobreza.

Desde então os seus filhos do primeiro matrimonio tomaram o encargo de sustentar toda a segunda fami-

lá havia um rei absoluto e aqui um capitão-general despota, que a ninguem dava satisfações dos seus actos! As crueldades e latrocinios por elle praticados difficilmente podiam chegar ao conhecimento do rei, porque o povo não tinha communicação com o governo de Lisboa senão por intermedio do general.

Adiante referirei uma tradicção, que dou em nota e prova quanto era difficil accusar-se um general e obter-se justiça do governo de Lisboa. (1)

José Manoel era grande caçador de veados, D. Bernardo tambem o era, e isto fez com que se estreitasse mais as suas relações. José Manoel na estação venatoria levava sua immensa cachorrada para os campos de Baruery, a quatro leguas de S. Paulo, na estrada d'alli para Ytú, onde recebia e hospedava D. Bernardo com sua comitiva de ajudantes de ordens, etc., com o que fazia grandes despezas. Alli caçavam um a dous me-

(1) Contou-me o dr. Ricardo Gumbleton que leu nos livros da camara, ou em qualquer outro livro que já não me recordo, o seguinte facto:

A camara de Ytú no tempo do governo do general Antonio Manoel de Mello (conhecido por Pilatos) fez uma accusação contra o mesmo general e remetteu-a directamente ao rei, em Lisboa. Nunca obteve resposta; repetiu a accusação duas ou trez vezes e sempre o mesmo silencio. Então alguem lembrou-se de que essas accusações podiam ter sido subtrahidas em viagem e não terem chegado ás mãos do rei; lembrou-se mais que existia em Lisboa D. Izabel de Campos, ytuana que tinha se casada com um portuguez que mudára-se para Lisboa ha alguns annos. D. Izabel era uma mulher intelligente, tinha sido apresentada á rainha, fôra bem recebida na corte e a frequentava; a rainha a considerava, e por isso convinha que se mandasse outra accusação directamante a D. Izabel para que esta, por meio da rainha, a fizesse chegar ás mãos do rei. Alguns mezes depois apresentou-se em S. Paulo o general Horta, que foi substituto de Pilatos; mas, conforme ins-

dos varios irmãos de José Manoel e A. Ribeiro de Cerqueira Leite.

Antonio Ribeiro abriu aula de latim, rhetorica e philosophia (si se póde chamar philosophia o que os jesuitas ensinavam com esse nome). Sua aula foi frequentada pelos filhos dos fazendeiros de Ytú, que tomaram gosto pela litteratura latina, unica que se conhecia. D'ahi veiu para Ytú um certo gráu de civilisação, talvez precoce, em relação ás villas visinhas. Os fazendeiros então diziam com certo orgulho—tenho dois latinistas em casa—isto é, dois filhos que sabem latim.

Vicente da Costa Taques de Góes e Aranha, o famoso capitão-mór de Ytú, conhecia bem o latim, era dedicado á poesia, escrevia versos latinos. O capitão Bento Dias Pacheco entretinha-se em sua fazenda escrevendo versos latinos. Seu filho Bentinho Dias, antigo fazendeiro em Capivary, conhecia o latim e conservava um não pequeno manuscripto de versos latinos escriptos por seu pae. Consta-me que o padre Barroso, um bahiano que a quinze ou vinte annos era vigario de Porto Feliz, desejou vel-o, e creio que não mais o restituiu ao seu dono Bento Dias, neto do velho Bento Dias da Ponte (como era conhecido). Manoel Floriano, filho do capitão-mór Vicente da Costa, depois da morte de Ribeiro foi professor de latim, que deixou grande numero de discipulos, que acreditavam seu mestre como Tristão Rangel, padre João Paulo Xavier, Antonio Delfino, padre Jeronymo Pinto Rodrigues e outros.

Seu irmão José Manoel dedicou-se á lavoura. Comprou as terras do Pompeu e padre João Leite, na margem do Tieté e do ribeirão, Pirapitinguy onde fundou o en-

car o seu poder dizia de cabeça levantada e com os olhos scintillantes de prazer : —*Deus no céo, el rei em Portugal, o general em S. Paulo e aqui eu, aqui eu ;* repetia batendo no peito.

Mas os maiores despotas ás vezes encontram um Guilherme Tell, que lhes dá uma boa lição como esta:

O capitão-mór teve ordem do general para mandar um homem de confiança levar para Cuyabá uns papeis; e, querendo agradar a seu superior, mandou chamar o sr. Manoel de Sampaio, moço que ha pouco tempo se casára e tratava de arranchar-se em terras de seu pae, e ordenou-lhe que partisse para Cuyabá em tres ou quatro dias, em commissão do governo.

Sampaio contou-lhe as circumstancias em que se achava e o desarranjo que lhe causaria tal viagem, que não poderia fazel-a em menos de um anno; entretanto esse desarranjo seria supportavel para um moço solteiro : pediu com todo o respeito e humildade dispensa de tal serviço, e a unica resposta foi—*já lhe disse vá, e ha de ir* !—Sampaio, depois de um momento de reflexão, disse-lhe altivamente:—*e eu lhe digo que não vou*!

—E para onde irás que eu não mande a minha vara arrastal o até aqui para cumprir a pena dos desobedientes?

—Ora, sr. capitão-mór, replicou-lhe o moço com muita calma, tendo desembainhado uma boa faca que trazia. Que me importa a sua vara? quando ella me fôr chegando eu com esta faca... zás, e corto-a se me vier por outro lado... zás, corto-a por aqui, e fazendo sempre o movimento expressivo de quem corta ora por um lado, ora por outro uma cousa que pretendesse tocal-o, foi se approximando ao passo que elle recuava, até que o despota, aterrado, lhe gritava:—Vae-te, que não me importarei mais comtigo!—Não foi e nin-

guem o perturbou mais. Levantou-se, finalmente, franca opposição ao capitão-m r, dirigida pelo sargento-mór das milicias (sogro de José Manoel), e por isso seu natural rival.

Vicente da Costa assessorava a camara, que era formada de gente sua, e a fez votar uma accusação grave contra o sargento-m r Pacheco, em segredo, e remetteu-a ao general. Mas o secretario da camara, que estimava ao Pacheco, alta noite, quando ninguem podesse vel-o, bateu á sua janella e revelou o segredo. O sargento-mór ficou aterrado com a accusação, e immediatamente foi bater á janella de seu genro José Manoel e pediu-lhe o seu auxilio. Convidado a entrar, não quiz e chamou-a á janella: alli tudo contou-lhe e concluiu com voz mais alta, que a mulher de José Manoel, que estava dentro, pôde ouvir muitas vezes repetidas esta phrase:—*d'esta vez deram-me com todo o chumbo*!

Estas palavras fazem comprehender a gravidade da accusação. Vejamos agora o resultado. José Manoel na mesma hora escreveu uma carta, entregou-a ao seu pagem, um vigoroso creoulo, dizendo-lhe: — Sae já para S. Paulo e amanhã á tarde querò esta carta nas mãos de D. Bernardo.—Tres dias depois voltava o creoulo, trazendo uma ordem para o sargento-mór *remetter preso para S. Paulo a Vicente da Costa!*

O sargento-mór immediatamente cumpriu a ordem, remettendo-o com uma corrente ao pescoço!

Em S. Paulo D. Bernardo mandou soltal-o e ordenou-lhe que no dia seguinte se apresentasse na sala, o que queria dizer que fosse receber ordens na sala do palacio. Lá foi o capitão-mór na hora opportuna. Esperou duas ou tres horas e appareceu um ajudante de ordens, que lhe disse: —recolha-se e volte amanhã.—Repetiu-se esta scena dez ou doze dias, e, afinal, disse lhe

o ajudante:—póde retirar-se para Ytú.—Sem mais explicação alguma!

Retirou-se elle para Ytú e nunca mais se ouviu fallar na accusação da camara, nem da prisão de Vicente da Costa!

Entretanto os sebastianistas de hoje suspiram pelos tempos idos e têm horror da tyrannia de Floriano Peixoto! Oh! si elle tivesse exercido a tyrannia de um D. Bernardo, filho d'um Bragança, hoje não veriamos tantos abyssinios apedrejando o maior vulto do Brasil, não só pela intelligencia e energia, como tambem pelas qualidades do coração.

Nem meu pae sabia de que accusaram seu avô o sargento-mór Pacheco, porque quando seu pae morreu elle tinha cinco a seis annos de edade e sua mãe e seus tios tambem ignoravam. Foi um segredo entre sogro e genro: talvez, é possivel, um crime que merecia severa punição, como podemos suppor pelas palavras acima referidas—*d'esta vez deram-me com todo o chumbo*—isto prova a gravidade da accusação.

Entretanto o delegado do rei, o senhor absoluto da capitania, para pagar obsequios particulares de um seu governado, não só consumiu as provas do crime, se crime houve, como fez aquelle que o denunciava soffrer talvez injusta prisão.

Eu podia ainda citar outros factos mais ou menos semelhantes do despota D. Bernardo, como de seu discípulo, que muito aproveitou suas lições de «bem governar» e seguiu seu methodo no governo de Ytú (menos na devassidão, pois que foi sempre homem honesto), o celebre capitão-mór Vicente da Costa.

Vá agora uma nota comica para depois entrarmos na tragica.

Contava com muita graça o cidadão Candido de

guem o perturbou mais. Levantou-se, finalmente, franca opposição ao capitão-m r, dirigida pelo sargento-mór das milicias (sogro de José Manoel), e por isso seu natural rival.

Vicente da Costa assessorava a camara, que era formada de gente sua, e a fez votar uma accusação grave contra o sargento-m r Pacheco, em segredo, e remetteu-a ao general. Mas o secretario da camara, que estimava ao Pacheco, alta noite, quando ninguem podesse vel-o, bateu á sua janella e revelou o segredo. O sargento-m r ficou aterrado com a accusação, e immediatamente foi bater á janella de seu genro José Manoel e pediu-lhe o seu auxilio. Convidado a entrar, não quiz e chamou-a á janella: alli tudo contou-lhe e concluiu com voz mais alta, que a mulher de José Manoel, que estava dentro, pôde ouvir muitas vezes repetidas esta phrase:—*d'esta vez deram-me com todo o chumbo*!

Estas palavras fazem comprehender a gravidade da accusação. Vejamos agora o resultado. José Manoel na mesma hora escreveu uma carta, entregou-a ao seu pagem, um vigoroso creoulo, dizendo-lhe: —Sae já para S. Paulo e amanhã á tarde querõ esta carta nas mãos de D. Bernardo.—Tres dias depois voltava o creoulo, trazendo uma ordem para o sargento-mór *remetter preso para S. Paulo a Vicente da Costa!*

O sargento-mór immediatamente cumpriu a ordem, remettendo-o com uma corrente ao pescoço!

Em S. Paulo D. Bernardo mandou soltal-o e ordenou-lhe que no dia seguinte se apresentasse na sala, o que queria dizer que fosse receber ordens na sala do palacio. Lá foi o capitão-mór na hora opportuna. Esperou duas ou tres horas e appareceu um ajudante de ordens, que lhe disse: —recolha-se e volte amanhã.—Repetiu-se esta scena dez ou doze dias, e, afinal, disse lhe

o ajudante:—póde retirar-se para Ytú.—Sem mais explicação alguma!

Retirou-se elle para Ytú e nunca mais se ouviu fallar na accusação da camara, nem da prisão de Vicente da Costa!

Entretanto os sebastianistas de hoje suspiram pelos tempos idos e têm horror da tyrannia de Floriano Peixoto! Oh! si elle tivesse exercido a tyrannia de um D. Bernardo, filho d'um Bragança, hoje não veriamos tantos abyssinios apedrejando o maior vulto do Brasil, não só pela intelligencia e energia, como tambem pelas qualidades do coração.

Nem meu pae sabia de que accusaram seu avô o sargento-mór Pacheco, porque quando seu pae morreu elle tinha cinco a seis annos de edade e sua mãe e seus tios tambem ignoravam. Foi um segredo entre sogro e genro: talvez, é possivel, um crime que merecia severa punição, como podemos suppor pelas palavras acima referidas—*d'esta vez deram-me com todo o chumbo*—isto prova a gravidade da accusação.

Entretanto o delegado do rei, o senhor absoluto da capitania, para pagar obsequios particulares de um seu governado, não só consumiu as provas do crime, se crime houve, como fez aquelle que o denunciava soffrer talvez injusta prisão.

Eu podia ainda citar outros factos mais ou menos semelhantes do despota D. Bernardo, como de seu discípulo, que muito aproveitou suas lições de «bem governar» e seguiu seu methodo no governo de Ytú (menos na devassidão, pois que foi sempre homem honesto), o celebre capitão-mór Vicente da Costa.

Vá agora uma nota comica para depois entrarmos na tragica.

Contava com muita graça o cidadão Candido de

Mas de quando em quando ainda se achava um paulista á Guilherme Tell, que sabia vingar a honra de sua familia imaculada pelo perverso potentado.

Havia n'esse tempo um moço de nome José Corrêa, alferes do exercito, pertencente a uma familia de S. Paulo, e morava com sua mãe viuva e uma bella e joven donzella, sua irmã.

José Corrêa desconfiou que D. Bernardo á noite entrava em sua casa pelo portão do quintal, e quiz verificar. Muniu-se, pois, de um bom chicote, introduziu-se no quintal sorrateiramente e escondeu-se entre os arvoredos.

Quando D. Bernardo entrou, o alferes, tomando o caminho para que não pudesse fugir, deu-lhe com o chicote uma tremenda sova, fingindo não conhecel-o! e só o deixou escapar-se quando seu lombo devia estar sufficientemente lacerado.

O paciente soffreu rugindo, mas sem articular palavra porque não queria que o conhecesse.

José Corrêa advertiu sua mãe do occorrido, e prometteu mais efficaz vingança si as relações de sua irmã não fossem cortadas. Ou porque de facto cortaram as relações, ou porque souberam acoutal-as o moço nada mais viu.

D. Bernardo calou-se, e quando o moço estava de serviço na guarda do palacio tratava-o como sempre o tratára, e d'esta sorte José Corrêa tranquillisou-se suppondo talvez, com a ingenuidade de rapaz, que tudo estava esquecido.

Passaram-se mezes, veiu o tempo da caçada do Baruery; José Manoel o esperava com seus companheiros e sua cachorrada. D. Bernardo fez com que José Corrêa fosse o commandante do piquete que o acompanhava e lá ficava ás suas ordens. O alferes acompa-

nhou os caçadores e levava comsigo um soldado, seu ordenança. Conforme a direcção que tomava o veado, os caçadores se espalhavam pelo campo e só se reuniam quando se matava o veado e voltava-se para a casa.

Um dia, reunidos os caçadores, depois de concluida a caçada, se achou falta de José Corrêa, que devia, como costumava, estar alli para acompanhar o general. Receiosos de que lhe tivesse acontecido algum accidente, dispersaram-se os caçadores em sua procura.

Estava na comitiva um official, o tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral, que já fôra ajudante do general antecessor de D. Bernardo: official muito distincto pela sua intelligencia, seu caracter e sua não vulgar instrucção, que adquirira em seu gabinete pelo estudo sem ter frequentado escola alguma. (1)

O tenente José Rodrigues sahiu tambem á procura de José Corrêa e encontrou o sentado á beira d'um vallo, transformado em uma estatua de marmore! Seus nervos motores funccionavam, mas os sensitivos estavam completamente mortos—*point de sens, point de idée*— dizia Spinoza. Não tinha a menor intelligencia! Fallar-lhe era o mesmo que fallar a uma estatua. José Rodrigues examinando-lhe o corpo encontrou na cabeça uma ferida feita com instrumento perfurante. Parecia que lhe tinham cravado no craneo uma alavanca, que, perfurando-o, tinha destruido o centro do nervo sensitivo. Conduzido na padiola para a casa, poucas horas depois era verdadeiro cadaver.

---

(1) O tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral era filho de Antonio Rodrigues Penteado, e a seu respeito escreverei um artigo especial.

(*Nota do auctor.*)

José Corrêa era um rapaz sympathico, todos sentiam sua morte e ninguem podia explicar o que lhe acontecera. Tudo ficou envolvido em profundo mysterio, até que annos depois, quando D. Bernardo já tinha partido para a India como vice-rei, um soldado no Cuyabá matou um official e foi fuzilado por isso.

Na vespera de sua execução, estando em oratorio, contou que não era aquella a primeira morte que praticava, pois que em S. Paulo já tinha praticado duas por ordem do general D. Bernardo, sendo uma d'ellas a de José Corrêa, de quem era ordenança, no Baruery; que por elle ser muito bom moço não teve animo de dar-lhe um tiro, e sómente deu-lhe uma pancada com a espingarda, cujo feixo lhe perfurára a cabeça e lhe produzira a morte.

E assim se desfez o mysterio d'aquelle attentado! E não ficou sómente n'isto os actos de perversidade do bastardo bragantino. Temos ainda outro que revela a hediondez do caracter traiçoeiro do terrivel Lovelace.

Havia em Paulo uma formosa donzella de familia distincta, a qual teve a desgraça de cahir no agrado de D. Bernardo, que inutilmente a requestou e empregou toda a sua arte *namoratoria* sem conseguir manchar a sua pureza. Sempre repellido e desanimado de poder vencel-a, o intolerante conquistador foi a casa de sua avó e de tal arte usou que esta não pôde resistir ao prestigio do principe e bastardo capitão-general, e sacrificou sua neta, tão digna de melhor sorte!

Convidou-a a ir passar um dia em sua casa, e a pobre victima innocente lá foi. Conversaram até certa hora e lhe disse a avó:—Menina, a esta hora tenho o costume de dormir uma pequena sésta; emquanto durmo deitae-vos tambem um pouco n'este quarto—e abriu a

porta, fel-a entrar e fechou-a. Achou-se ella emfrente de D. Bernardo, que a esperava ancioso.

Assim abandonada, fechada em um quarto, entregue a D. Bernardo pela sua avó, era inutil a resistencia e a honestidade succumbiu!

Desde aquelle dia D..., a pudica donzella de outr'ora, tornou-se a favorita do pachá d'aquelle immenso harem que se chamava a cidade de S. Paulo!

Algum tempo depois era mãe; tinha D. Brenardo de partir para a India, como vice-rei, e levou comsigo o fructo de seus amores, que lá foi educada, casou-se e depois de viuva voltou a S. Paulo trazendo seus filhos.

Mas voltemos ao dia fatal em que a scena degradante do caracter da miserrima avó, que não pôde resistir ao prestigio do potentado, entregou sua neta ao infame corruptor, e vejamos o que d'ahi resultou.

Esta moça tinha um irmão capitão de cavallaria do exercito e fazia o serviço da guarnição de S. Paulo, moço brioso como fôra tambem sua irmã Pouco tempo depois elle suspeitou que havia alguma relação entre D. Bernardo e sua irmã; e, achando-se uma noite no commando da guarda de palacio, viu sahir alta noite pela porta da cocheira um vulto e seguir pelo estreito becco que até poucos annos havia no logar onde hoje começa a rua João Alfredo. Era um homem envolto em ampla capa. Despertaram-se suas suspeitas; resolveu seguil-o de longe até ver onde entrava, e viu entrar pelo portão de sua casa.

O brioso capitão, sem mais reflexão, penetrou no quintal disposto a acutilar o infame que deshonrava sua familia. Este, porém, escondeu-se, de sorte que elle não pôde encontral-o.

Viu então sua irmã na janella; não lhe restava du-

vida que alli o esperava; chega á porta, achou-a aberta, subiu a escada. Quando a irmã o sentiu com a espada em punho corre para o quarto de sua mãe e, para escapar-se, saltou em sua cama. A mãe mette-se entre elles, pede explicações que lhe foram dadas pelo capitão. Ella, depois de ouvil-o, diz-lhe:

—Viste-o com ella?

—Não, porque soube esconder-se; mas viu o entrar pelo portão.

—Bem; póde ainda haver um engano; se o encontrasses com ella eu deixaria fazer o que quizesses; mas sendo ainda possivel um equivoco... deixa-a por emquanto.

O capitão retirou-se para a sua guarda, esperando occasião opportuna para a sua vingança.

No dia seguinte foi o commandante da guarda chamado para a sala; lá chegando encontrou D. Bernardo em sua poltrona, e presente o secretario, do qual mandou ler o regulamento do conde de Lipe, o artigo referente aos officiaes que abandonam a sua guarda, e depois lhe disse:

—Consta-me que o capitão abandonou a guarda esta noite; porque o fez?

—Porque estive doente, lhe respondeu o capitão.

—Bem, lhe deixarei passar por esta vez; mas se tornar a commetter tal falta executarei o regulamento.

—Todas as vezes, exm. senhor, que fôr accommettido da molestia de que fui accommettido hontem abandonarei a guarda, replicou o capitão; e proferiu estas palavras com voz firme e expressão tão resoluta e significativa que D. Bernardo calou-se e, fingindo não comprehendel-as, despediu-o.

Continuou a tratal-o bem como se não lembrasse mais do que se passára; o capitão, talvez um tanto le-

vianamente, pensou que o seu poderoso inimigo seria capaz de perdoar-lhe a offensa, attendendo ao nobre sentimento que o levára a praticar.

Pobre moço, que não conhecia o ambiente em que existia! O filho do rei, encarregado de governar despoticamente um povo, não póde perdoar uma offensa á sua pessoa, por mais nobres e justas que fossem as razões que as determinaram.

Passados muitos mezes o general chamou o capitão e disse apresentando-lhe uma carta com endereço ao vice-rei do Brazil, que se me não engano era o conde de Rezende:—Preciso que esta carta seja entregue em poucos dias, e, como n'ella se trata de negocio importante e urgente, só de vós posso confiar essa missão. Prepare-se para partir amanhã (continuou D. Bernardo), escolha bons cavallos para que em tal dia ella seja impreterivelmente entregue pessoalmente. Mas toda a cautella é pouca quando se trata de negocio urgente. Póde um cavallo adoecer, ou qualquer outro incidente possa embaraçar a viagem... nesse caso com dinheiro tudo se arranja. Convem, pois, que leveis dinheiro capaz de vencer todas as difficuldades.

Tirou d'uma gaveta um diamante e lhe deu. E como n'esse tempo o diamante era contrabando, mandou descoser um lugar de sua farda, alli o collocou, dizendo:

—Aqui vae bem escondido, em caso de necessidade use d'elle.

Em poucos dias o capitão entregou ao vice-rei a carta. Este leu-a, chamou o seu ajudante de ordens e mandou que revistasse minuciosamente as vestes do official, porque lhe constava que era contrabandista de diamantes.

Revistado, foi encontrado o diamante.

—Um capitão do exercito de sua magestade é con-

trabandista! exclamou admirado! Prenda esse homem.

Só então o capitão comprehendeu a infame traição de D. Bernardo.

Solitario em um calabouço, o furor, o desespero produziu-lhe uma congestão pulmonar, grande hemorrhagia que o matou em dous ou tres dias!

Eis ahi o que foi D. Bernardo em S. Paulo! que governo poderia ter feito na India bem podemos julgar pelo que fez em S. Paulo.

Era despota até quando queria fazer algum bem; e isto prova o facto curioso que segue:

O capitão José Manoel, que tanto o obsequiava nas suas caçadas, tinha conquistado a sua affeição; e elle, além dos serviços que já referi, quiz expontaneamente prestar-lhe mais um, que, suppoz elle, lhe seria proveitoso.

José Manoel possuia o engenho Pirapitinguy, que tinha a melhor terra conhecida, a massapé preta, egual ás famosas terras de Alagoas, que produzem as melhores cannas de assucar, e escravos sufficientes para lavral-as; era lavrador intelligente, mas a moenda com cilindros de madeira e todo o processo do fabrico de assucar ainda estava tão atrazado pelo desleixo ou má vontade com que o governo portuguez olhava para tudo quanto era progresso e industria, que a producção era muito mesquinha Os engenhos que hoje produzem facilmente seis ou oito mil arrobas n'aquelle tempo não produziam mais de uma ou duas. José Manoel um anno fez tres mil arrobas, e isto causou tal admiração que chegou aos ouvidos de D. Bernardo, o qual sabia que o seu amigo era homem muito endividado. Não comprehendia, pois, como com tão grande safra não pagava suas dividas. Quiz verificar isso.

Sabia elle que vivia em Ytú um sr. Campos, que era homem muitissimo verdadeiro; ordenou que este se apresentasse na sala. Lá foi, e interrogando-o minuciosamente sobre tudo quanto havia em Ytú, ou poderia haver, disse-lhe:

—E' verdade que o capitão José Manoel fez tres mil arrobas de assucar este anno?

—E' verdade, respondeu-lhe o velho Campos.

—Como, pois, esse homem se acha endividado?

—Porque, lhe disse o velho, elle é muito generoso, não recusa cousa alguma aos que lhe pedem; é fiador de muita gente, vive pagando dividas alheias e não póde pagar as suas.

Poucos dias depois d'esta conferencia chegava a Ytú um decreto, portaria ou o que quer que seja, ás justiças de Ytú, prohibindo que se acceitasse em juizo a firma de José Manoel como fiador de quem quer que fosse!

A intenção era boa, queria fazer um bem ao seu amigo; mas praticando por isso um despotismo, uma arbitrariedade.

A esse respeito dizia minha avó:—Em vez de bem fez-lhe um mal. José Manoel não podendo dar sua firma arranjava o dinheiro e lhe dava.

N'esse tempo não havia o recurso do dinheiro a premio; portanto quem queria comprar fiado pedia a um amigo que o affiançasse.

São estas as tradições que recebi de meus paes e tios a respeito dos irmãos José Manoel e Antonio Ribeiro e do seu primo, amigo e companheiro de viagem pelo sertão pelo espaço de vinte annos e conservaram-se sempre amigos até morrerem em Ytú.

José Manoel e seu irmão morreram nos ultimos an-

nos do seculo passado, e alguns annos depois o sr. Antonio de Barros Penteado.

Tenho estas tradições por verdadeiras, porque não sei como e porque razão poderiam elles invental-as.

Muitas outras poderia eu narrar si tivesse me lembrado mais cedo, quando ainda tinha boa memoria, e não agora já muito enfraquecida pelos 76 annos que vou atravessando já em meio caminho.

Meu pae tinha prazer em contar-me o que tinha visto e ouvido dos seus maiores, e eu maior prazer sentia em ouvil-o com toda a attenção: é talvez por isso que de tal sorte se gravaram em minha memoria, que ainda não perdi todas, apezar da neurasthenia que hoje soffro.

S. Paulo, 6 de julho de 1896.

ANTONIO AUGUSTO DA FONSECA.

Diogo Antonio Feijó

Entre os homens que figuraram na politica do Brazil até 1843 avulta o padre Diogo Antonio Feijó.

Nasceu elle na cidade de S. Paulo no mez de agosto de 1784, e ahi, por seu talento e applicação severa, conseguiu a limitada educação litteraria que do clero se podia obter, e em 1807 tomou ordens de presbytero e dedicou-se á educação da mocidade, ensinando latim, rhetorica e philosophia racional e moral na villa da Parahyba e em Campinas e Ytú.

O padre Feijó foi logo n'esses logares o objecto da veneração de todos. Era de austera vida, de simplicidade de costumes e de maneiras, de caracter puro e exemplar de virtudes: o seu zelo no cumprimento do

dever igualava o seu desinteresse; nas deliberações prompto e decisivo, na execução energico, inabalavel e tenaz, d'elle se dizia mais tarde que *era possivel quebral-o, mas não torcel-o.* A estas ultimas qualidades, que ás vezes tocaram aos correspondentes defeitos, ajuntava patriotismo e coragem civica inexcediveis.

Triumphára a revolução constitucional de 1820 no reino de Portugal.

Em 1821 o padre Feijo foi um dos deputados eleitos pela provincia de S. Paulo ás côrtes portuguezas, e, seguindo para Portugal, n'ellas tomou assento a 11 de fevereiro de 1822 e a 25 de abril seguinte proferiu esforçado e notavel discurso defendendo os direitos do Brazil que a grande maioria portugueza da constituinte ameaçava.

Os deputados brazileiros lutaram debalde, e cinco dentre elles, sendo um dos cinco o padre Feijó, retiraram-se furtivamente de Lisboa, e chegando a Falmouth publicaram a 22 de outubro do mesmo anno de 1822 famoso manifesto em que expuzeram os motivos do seu proceder.

De volta á patria Feijó recolheu se immediatamente a Ytú.

Em principios de 1824 o imperador D. Pedro I, offerecendo o projecto de constituição do imperio, chamou as camaras municipaes a pronunciarem-se sobre este. A acceitação foi quasi unanime; mas em Ytú Feijó redigiu emendas que a camara municipal offereceu, propondo eleição directa, abolição de condecorações e outras idéas.

A provincia de S. Paulo o elegeu deputado da primeira (1826-1829) e da seguinte legislatura ordinaria (1830-1833), e o padre Feijó, franco e vigoroso libe-

ral, sentou-se nos bancos da opposição e exerceu influencia consideravel,

Na sessão de 1827 elle, o padre de sãos e austeros costumes, propoz a *abolição do celibato clerical*: na de 1828 apresentou o projecto de reforma das municipalidades.

Em 1831 recebeu em S. Paulo a noticia dos acontecimentos de março e abril na capital do imperio, e emfim a da abdicação do imperador D. Pedro I.

A revolução de 7 de abril abalára o imperio: em diversas provincias e principalmente na côrte a indisciplina dos corpos militares, o exaltamento de muitos liberaes, o furor das facções, e a fraqueza do governo privado de elementos materiaes de acção legal preoccupavam e chegavam a aterrar os espiritos.

O padre Feijó estava em seu posto na camara, quando a *4 de julho* de 1831 foi pela regencia permanente chamado a tomar a *pasta da justiça* que era a da defeza e segurança da ordem e da tranquillidade do imperio. Procuraram em Feijó o patriotismo, a energia, a coragem impassivel no perigo, a vontade de ferro e acção prompta, decisiva e incapaz de hesitação.

O padre Feijó obedeceu ao dever e subiu ao goveno.

A sociedade fixou n'elle os olhos, e ainda a tremer esperou...

O padre ministro da justiça dissolveu os corpos militares indisciplinados e em horrivel phrenesi; suffocou a 7 de outubro a revolta da ilha das Cobras, creou a 10 do mesmo mez o corpo de municipaes permanentes; em 1832 suffocou a revolta dos *exaltados* a 3, e esmagou a dos restauradores a 17 de abril.

Na sessão legislativa de 1832 apresentou franco, severo e vehemente relatorio: acabando de lel-o á ca-

mara, um deputado que juncto d'elle se collocára perguntou-lhe:

—V. exc. tem quarenta mil homens para sustentar as idéas de seu relatorio?

Feijó respondeu immediatamente:

—Não; mas tenho quatro mil guardas nacionaes.

Sem docilidade para contemporisar, homem do *sim* ou do *não*, exigente de plenissima confiança, tendo cahido no senado a suspensão do tutor José Bonifacio, o padre Feijó deu a sua demissão de ministro da justiça a 26 de julho.

Este acto do padre Feijó teria sido premeditado de accôrdo com o club conspirador do golpe de estado de 30 de julho, que quatro dias depois se propoz e falhou?... não poucos assim julgaram; mas não parece verosimil. Feijó nunca dissimulou os seus intentos, era incapaz de conspirar á sombra, e ficaria no governo para propor sob sua responsabilidade de ministro os mais audaciosos e violentos projectos si em sua consciencia os considerasse necessarios para a salvação da patria.

Em um anno e vinte dous dias de ministerio elle deixára escripto a brilhante epopéa da sua vida politica. Objecto de odios profundos e de infames calumnias da imprensa dos partidos em delirio e das facções esmagadas mas em vingativa furia, não houve aleive, nem insolentes e atrozes invectivas de que escapasse o honestissimo homem, padre austero e eximio patriota, que soube e pôde manter a ordem, a integridade e a monarchia do Brazil.

Em seu ministerio de 1831 a 1832 teve Feijó a sua pyramide mais gloriosa, e é de direito recordar em sua vido illustre o dia 4 de julho em que acceitou a pasta da justiça.

Eleito em lista triplice pela provincia do Rio de

Janeiro e escolhido senador a 5 de fevereiro de 1833, e annullada essa eleição pelo senado, foi de novo incluido na lista e de novo nomeado senador no mesmo anno, e tomou assento na camara vitalicia a 15 de julho de 1833.

No anno seguinte, posto em execução o Acto Addicional, os eleitores do imperio elevaram o ministro da justiça de 1831 a 1832 ao cargo supremo de regente do Brazil.

O padre Feijó prestou no senado juramento como regente a 12 de outubro de 1835; mas um dia antes havia sido eleito bispo de Marianna, missão e honra, que ou por modestia ou politicamente bem inspirado, não acceitou.

Elevado ao maior gráu da grandeza a que podia tocar o cidadão brazileiro, o regente Feijó proclamou em breve um programma de idéas sãs e patrioticas.

Mas D. Pedro I, o almejado dos restauradores, que obrigava a união estreita do partido liberal dominante, morrera em setembro de 1834; na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul rebentára terrivel e ameaçadora rebellião, e logo depois Bernardo Pereira de Vasconcellos, o grande estadista previsor e aproveitador das reacções naturaes de idéas politicas, desertando das bandeiras liberaes, proclamou o *regresso*, e, em opposição, chamou a seu commando os vencidos de 7 de abril, os desgostosos do periodo subsequente, e formou e disciplinou o *partido conservador* e fez habilissima guerra á regencia ou aos ministerios do regente Feijó.

O combate no parlamento e na imprensa durou perto de dous annos. O padre Feijó não sabia transigir: não quiz governar com o partido conservador, e contrariado e vivamente combatido por numerosa e habilissima opposição parlamentar de subito, com resolução

immediatamente levada a effeito, resignou a regencia do imperio a 18 de setembro de 1837 e entregou o governo a seus adversarios politicos.

O *Manifesto aos Brazileiros*, que então publicou, é documento historico da maior importancia e de grande sentimento.

Demittindo-se de regente, o padre Feijó teve apenas meios muito escassos para as despezas da sua viagem de retirada para sua provincia!...

Na regencia elle conservára todos os habitos do seu viver simples e modesto; mas o seu subsidio de vinte contos de réis annuaes passava em grande parte para as mãos dos pobres.

Recolhido a S. Paulo, desgostoso e doente não compareceu á sessão do senado em 1838; mas deu n'esse anno bello exemplo de humildade christã.

Em 1828, sustentando as idéas que formulára em projecto em 1827, publicára o padre Feijó um opusculo intitulado:—*Demonstração da necessidade da abolição do celibato clerical pela assembléa geral do Brazil e da sua verdadeira e legitima competencia nesta materia. Pelo deputado* Diogo Antonio Feijó.

No anno de 1838 fez pela imprensa em S. Paulo a declaração de que *revogava* e se *desdizia de tudo* quanto nos seus discursos na camara dos deputados e em seus escriptos pudesse directa ou indirectamente offender a disciplina ecclesiastica, ou a pessoa alguma, accrescentando que tal declaração era espontanea e filha unicamente do receio de ter errado, apezar de suas boas intenções.

Em S. Paulo escreveu elle ainda o periodico politico—*O Justiceiro*.

O padre Feijó abatido de forças, prostrado pela enfermidade, velho quasi sexagenario, e ainda mais ve-

lho parecendo pela ruina da saude e pelos estragos do tempo, estava em Campinas, quando em 1842, ouvido o ruido da revolta que em nome dos principios liberaes rebentára em Sorocaba, o alquebrado veterano, o invalido liberal fez-se conduzir a Sorocaba, tomou sobre si a responsabilidade geral do movimento revolucionario e alli foi preso, e, por ordem do governo, conduzido á cidade de Santos, lançado, sem saber para onde o levavam, em um vapor de guerra que o conduziu para o Rio de Janeiro e do Rio de Janeiro para a cidade da Victoria, capital da provincia do Espirito Santo, em 1842. Ahi ficou elle até o mez de dezembro, em que lhe permittiram seguir para a capital do imperio e tomar sua cadeira no senado, no qual o esperava o processo, como cabeáa de rebellião.

Explicando o seu proceder em exposição que apresentou ao senado, Feijó foi ainda o homem franco e energico dos outros tempos.

Essa exposição foi o ultimo acto da sua vida politica.

O padre Diogo Antonio Feijó morreu na cidade de S. Paulo a 10 de novembro de 1843.

Tendo occupado tão altas posições acabou em grande pobreza.

O decreto imperial de 15 de junho de 1841 concedera-lhe a pensão de quatro contos de réis annuaes.

O padre Diogo Antonio Feijó foi prototypo de virtudes em sua vida particular; no governo incorreu em erros politicos devido a seu caracter indomavel, regidissimo, incapaz de concessões aos adversarios; mas de 1831 a 1832 foi o ministro que salvou a ordem e a monarchia. e em todos os tempos o exemplar da firmeza, do desinteresse pessoal, da honra e do patriotismo mais acrysolado. Homens como Feijó são raros.

(NOTA—O artigo DIOGO ANTONIO FEIJÓ, publicado na *Cidade de Ytú* e aqui transcripto, é do sr. Joaquim Manoel de Macedo.)

Do boletim official do *Archivo do Estado de S. Paulo* extrahimos umas interessantes chronicas dadas a lume em setembro de 1871 pelo nosso illustre collaborador sr. Antonio Augusto da Fonseca, no antigo jornal o *Ytuano*.

Como esses documentos representam um importante subsidio para a historia ytuana, aqui os fazemos preceder d'aquellas mesmas palavras do illustrado director do Archivo de S. Paulo com referencia aos trabalhos do mesmo sr. Fonseca.

TYPOS YTUANOS

«Entre os poucos paulistas que se dedicam ao estudo da historia do Brazil, nos tempos coloniaes, está o respeitavel ancião Antonio Augusto da Fonseca, fazendeiro, filho de Ytú e descendente de uma importante e abastada familia. Estudioso e dotado de boa memoria, o sr. Fonseca é um repositorio vivo de tradicções e lendas de S. Paulo, e nas horas vagas dos seus affazeres agricolas deu-se ha muitos annos ao trabalho de escrever chronicas de Ytú, que publicava em um pequeno jornal de sua terra natal. De um dos seus escripptos, hoje rarissimos, extrahimos a seguinte narrativa, que tem referencia aos Lemes e a outros personagens, que fizeram figura na historia colonial de S. Paulo.

Chronicas

Muitas vezes um só acto, poucas palavras proferidas foram sufficientes para levar á posteridade o nome do que praticou esse acto, ou proferiu essas poucas palavras. Horacio Cocles só por uma acção praticada

em uma ponte e Sceyola por ter queimado sua propria mão, são legendarios. Mirabeau mais de uma vez proferiu na assembléa geral algumas poucas palavras, que sós eram bastantes para o celebrisarem.

Quando um amigo aconselhava a Danton que fugisse, porque era o unico meio de escapar da guilhotina respondeu-lhe—«*pois cuidas que se leva a patria nas soltas dos sapatos? Não fugirei.*»

Estas poucas palavras revelam o caracter do grande homem. Cambrone immortalisou-se proferindo estas quatro palavras: «*a guarda morre e não se rende.*» A uma vaidosa que lhe mostrava suas joias, Cornelia, mãe dos Gracchos, respondeu mostrando seus filhos: «*Eis alli as minhas joias*», e á outra que lhe chamára a sogra de Scipião, disse: «*Eu sou a mãe dos Gracchos!*» De tal mãe só podiam nascer taes filhos. Todos os paizes têm as suas lendas que recordam seus heroes, e os benemeritos da patria. E' contando essas historias, repetindo essas lendas, que as boas mães formam os corações de seus filhos, fazem n'elles brotar e arraigar-se todos os nobres sentimentos, o patristiomo, o heroismo e todas as virtudes civicas. Na Grecia as mães não cessavam de repetir a seus filhos a maneira heroica porque morreu Leonidas e a resposta que deu a Xerxes quando lhe mandou intimar para que lhe entregasse as armas: «*Vinde tomal-as.*» Na Hespanha ninguem ignora os nomes de Pelayo, do Cid, e até agora se diz: «*é conta do Grão Capitão*, alludindo a uma conta que apresentou ao rei o general Gonçalo de Cordova, o Grão Capitão. (1) Na Allemanha os *Niebelungen*, na Escandinavia os *Sagas*, na India os *Vedas*, o *Mahabarata*, são livros sagrados, lendas e contos em que se

(1) Grande general hespanhol, do tempo de Fernando o Catholico, rei de Aragão, nos fins do seculo XV.

celebram os nomes dos seus heroes mythologicos ou reaes, que se repetem ás creanças, e por onde se começa o ensino da historia patria.

Walter Scott colligiu as lendas das ilhas britanicas, e de cada uma fez um dos seus celebres romances; e não ha um inglez ou escocez que não os conheça. Ler um romance de W. Scott é ler uma pagina de Tierry—*A Conquista da Inglaterra pelos Normandos*—com os adornos da poesia.

A historia do Brasil é pobrissima d'essas lendas interessantes. Temos entretanto algumas mui dignas de serem repetidas pelas mães aos filhos, quando os quizerem entreter, em vez de lhes contar historias de gigantes, fadas e lobishomens, que tanto mal fazem, ou pelo menos nenhum bem. E por isso mesmo que o material que temos é pouco, devemos aproveital-o e não deixar que se perca nas trevas do esquecimento. Na Inglaterra houve um saxonio Ewerard, que não quiz sujeitar-se ao domino normando; quando estes se apoderaram de todo o paiz, Ewerard, com alguns compatriotas, refugiou-se em um esconderijo no meio de um charco; e d'ahi sahia frequentemente, surprehendia aos normandos em seus castellos e fazia n'elles grande matança.

Muitos annos sustentou elle esta lucta mortifera; e os normandos, afinal por meio de uma traição puderam atacal-o, quando passeava só em um jardim.

Vendo-se repentinamente cercado por dezenas de inimigos, encostou-se ao muro e defendeu-se com sua espada de tal sorte, que quando não pôde mais sustentar-se, cahiu em cima de quinze cadaveres. Matou quinze antes que pudessem tocal-o.

Tierry refere este facto, e W. Scott vulgarisou-o em um dos seus mais bellos romances.

Nós temos em nossas chronicas factos, que se assemelham a este e já vão sendo esquecidos porque os nossos poetas se occupam em escrever *A dansa dos ossos*, e romances como a *Moreninha* e outros semelhantes, que só servem para depravar os costumes e estragar o gosto litterario, deixando as poucas e interessantes lendas que temos, e que deviam ser aproveitadas.

Quando no sertão da Bahia o façanhudo Militão luctava com a familia Guerreiro, deu-se um episodio bem semelhante ao que referi de Ewerard, de Inglaterra.

Uma noite Militão surprehendeu na fazenda Urussé aos dous irmãos Guerreiros, Francisco e Antonio; sitiou a casa com mais de quatrocentos capangas e lhes fez vivo fogo.

Os Guerreiros tambem tinham não poucos capangas, mas não sufficientes para tomarem a offensiva; resistiram tres dias e tendo-se acabado a munição tomaram a resolução desesperada de sahir, quebrar o circulo de ferro e escapar quem pudesse.

Militão formára sua tropa em tres linhas concentricas; depois de terem quebrado a ultima onde estava aquelle chefe, Francisco Guerreiro recebeu uma balla na perna. Sentindo-se ferido resignou se a morrer, mas valente e resuluto, quiz antes vingar se do seu cobarde inimigo. Quando viu Militão, que o perseguia na retaguarda dos seus capangas, parou, e quando este chegou á distancia conveniente fez-lhe fogo com o unico tiro que lhe restava. Derribou-o da besta que montava ferido na coxa, e entregou-se aos capangas, que o despedaçaram por ordem de Militão!

Depois do massacre do Urussé, Militão foi atacar a villa do Joazeiro, para vingar-se do juiz de direito e do promotor, que era o distincto moço, depois senador Fernandes da Cunha. A sua tropa levava na frente uma

bandeira. Poderá alguem pensar de que fazenda era feita a bandeira? Francisco Guerreiro era muito barbado, e a conservava bem comprida. Militão mandou tirar o couro da cara, e d'elle fez a bandeira de sua tropa!

Antonio Guerreiro continuou a correr e se escapava n'um proximo bosque, quando João de Deus, o nefando ajudante e confidente de Militão, que corria apoz elle, lhe bradou: «*Pára cobarde, que assim foges!*» A esta pécha de cobardia, Antonio, ferido em seu orgulho, parou, encostou-se a uma arvore, como Ewerard ao muro, e calmo esperou os inimigos. João de Deus, approximando-se, descarregou sua espada sobre a cabeça de Antonio, e ambos cahiram um para um lado com a cabeça partida até o pescoço e outro para outro lado varado por um florete, unica arma que restava ao valente Antonio Guerreiro.

Em nossa provincia temos muitos factos semelhantes, que já são conhecidos sómente de mui raras pessoas. Em S. Paulo o alferes José Corrêa, para vingar a honra de sua irmã, espera em seu quintal o general D. Bernardo, de sanguinolenta memoria, e dá-lhe muita chicotada! O monstro fingiu não ser elle, continuou a tratal-o carinhosamente, levou-o a uma caçada no Baruery onde mandou um soldado matal-o no campo!

O mesmo general, que foi em S. Paulo o mais terrivel Lovelace, conquistou por meios ignobeis uma donzella, cujo nome de familia não declinarei; esta tinha um irmão, capitão de cavallaria, o qual suspeitou que D. Bernardo entrava no quintal de sua casa, onde morava com sua irmã e sua mãe viuva. Estando elle uma noite de guarda em palacio, viu sahir pela porta da cocheira um vulto, seguiu-o e viu-o entrar no portão de seu quintal! Entrou apoz, resolvido a acutilal-o como a

um insolente; mas elle escondeu-se de modo que não pôde ser encontrado. Sua irmã foi quem soffreu com a raiva e desespero do capitão.

No dia seguinte foi o official da guarda chamado para a sala; lá se apresentou o capitão general com ar solemne e mandou o secretario ler o artigo do regulamento do conde de Lipe, sobre a pena applicavel ao capitão que abandona a guarda. Finda a leitura disse lhe: «*Consta-me que o capitão esta noite abandonou a guarda; porque o fez?* — *Porque estive doente,* lhe respondeu o capitão.—*Pois se torna a commetter uma tal falta,* disse-lhe o general, *applicar-lhe-hei a pena.*

Replicou-lhe o capitão: «*todas as vezes que fôr accommettido da molestia de que fui accommettido hontem, exm. senhor, hei de abandonar a guarda!*»

D. Bernardo encarou o assustado pelo tom resoluto e audaz com que foram proferidas estas palavras; fingiu não entendel-as, disfarçou, e d'alli a poucos mezes o biroso capitão morreu n'um calabouço do Rio de Janeiro, onde foi parar pela mais negra traição de D. Bernardo, coadjuvado na sua torpe vingança pelo vice rei.

A resposta do capitão ao general é um verdadeiro acto de heroismo; porquanto era preciso uma coragem heroica para naquelle tempo assim falar a um capitão general, tendo consciencia do seu poder despotico, e certeza de que o mataria, se quizesse, como o matou cobarde e traçoeiramente.

Os meios de que se serviu D. Bernardo para vencer a tenaz resistencia de D. . . . as pessoas empregadas por elle nesse combate, as diversas peripecias do drama, tudo daria um bello romance da penna de W. Scott.

O imperio tem suas chronicas e suas lendas; a provincia e o municipio tem as suas.

Tanto umas, como as outras, não devem ser esquecidas; os paes devem sempre repetil-as aos filhos. Por meio d'umas, com os competentes commentos, darão exemplos de moralidade e bons costumes; por outras darão exemplos de patriotismo, de civismo, despertarão e fortificarão todos os sentimentos nobres que devem ornar o coração do bom cidadão.

Ytú, essa velha cidade onde nasci e que tanto amo, tem tambem sua chronica, suas lendas e seus heroes. Na Campanha da Vaccaria, um ytuano, com um só acto e poucas palavras proferidas a tempo, legou seu nome á posteridade.

E' a chronica d'esse illustre ytuano que pretendo publicar em seguida.

Bem sei que alguns que só apreciam o que vem do estrangeiro, outros por fazerem ostentação de só se occuparem de alta litteratura, outros, finalmente, por ciume de villas e bairrismo, acharão mesquinhas estas chronicas e dirão que se perde tempo lendo-as; mas os bons ytuanos, estou certo, as lerão com interesse.

E como o seu jornal é mais municipal que paulista ou brazileiro, porque se occupa mais dos interesses de Ytú do que da provincia, porque isso mesmo está em seu programma, e assim deve ser porque os municipios precisam um jornal que advogue seus interesses, afim de que um dia possa o municipio gozar de sua autonomia tão desejada, e que já tarda, não exito em publicar essas chronicas. (1)

Escrevo para os Ytuanos.

Além d'isto, não faço mais do que transcrever o

(1) O auctor é um republicano da velha guarda e ha mais de vinte annos que combate pela liberdade politica e religiosa da sua patria. N. da R.

que foi escripto pelo bem conhecido Pedro Taques, e já foi publicado pela *Revista Trimensal do Instituto Historico do Brazil*; e o publico n'este jornal porque a *Revista* é muito aristocratica e não p'de descer até o povo.

Pedro Leme da Silva (1) é o heroe ytuano de quem primeiro tratarei; e depois falarei de seus filhos João e Lourenço Leme, sobre os quaes ja escreveram Rocha Pitta, Baurepaire Rohan e outros; mas sobre o pae só escreveu Pedro Taques, que me conste.

O capitão-mór de Ytú, Vicente Taques, foi um typo curiosissimo, digno da penna de W. Scott, que faria d'elle o que fez de Buckingham. Intelligente, de espirito atilado e cultivado quanto se podia ser n'aquelle tempo, versado na litteratura latina, com algum estro, despota por natureza, por habito e pela posição social que occupava, seria um typo mui aproveitavel nas mãos de um grande escriptor.

Além d'estes, temos outros typos de generos diversos, que devem ser sempre lembrados dos ytuanos, como são: padre Antonio Pacheco e seu irmão tenente Manoel Pacheco Gato, e ainda outros mais que honraram sua terra, como o senador Paula Souza, que, mesmo por serem modernos, ainda não é tempo opportuno para bem se escrever a respeito d'elles.

Comecemos pelos Lemes.

Pedro Leme da Silva, diz a *Memoria*, de Pedro Taques, foi *torto* e *coxo* e falleceu em Ytú. Este paulista soube desempenhar os nobres espiritos do sangue que lhe adornavam as veias como mostrará a acção do

(1) Era filho de Domingos Leme da Silva, rico e notavel paulista, cunhado de Bartholomeu Bueno da Silva — o velho *Anhanguera*. N. da R.

valor e fidelidade, que praticou na campanha e sertão da Vaccaria, no successo seguinte:

Costumavam os antigos paulistas, ainda antes de ser fundada a cidade do Paraguay, penetrar nos sertões incultos, com interesse de reduzir ou conquistar indios de diversas nações, para que, aproveitando-se este da felicidade do sagrado baptismo, ficassem depois servindo com o caracter de administrados aos seus conquistadores, a cujos descendentes passava esta administração, o que se praticou sempre em todo o Estado do Brazil, até ser prohibido pelos annos proximos de 1752. Uns se entranhavam nos sertões de Goyazes, até o rio dos Amazonas, no Estado do Pará; outros da Costa do Mar, desde o rio dos Patos até o rio da Prata, entranhando-se pelo centro até o rio Uruguay e Tibagy, e subindo pelo Paraguay e Paraná (1), onde desagua o rio Tieté ou Anhamby atravessavam muitas vezes o sertão vastissimo além do rio Paraguay e cortando a sua cordilheira se achavam no reino do Perú. (2).

Debaixo do commando de Pedro Domingues, ou Braz Mendes, capitão-mór de seu troço, natural de Sorocaba, sahiu Pedro Leme da Silva, que era destemido e grande soldado de arcabuz e capaz para qualquer facção de temeridade quanto mais de valor. Postou o corpo das tropas nas campanhas da Vaccaria, cujo sitio fica acima da cidade de Assumpção do Paraguay muitas leguas.

Formaram um arraial, sendo as tendas das campa-

---

1. Deve-se entender que subiam por terra, em territorio do Paraguay, até á barra do Tieté e Amambay.

(2) Refere-se ás correrias de Antonio Raposo, o destruidor de Coyará, pelo interior da America Meridional até os Andes, pelos annos de 1650. N. da R.

nhas, casas construidas de madeiras, cobertas de palha, a que no Brazil chamam ranchos.

Aproveitou-se a gente deste corpo da abundancia dos gados que inutilmente multiplicam nestas campanhas, sem haver algum senhor possuidor de tanta grandeza, que não só é dos gados vaccuns, mas tambem dos animaes cavallares. Este sertão discorre acima do nosso sitio de Camapuã, onde ha varadouro que navegam a demandar a villa de Cuyabá e Villa Bella de Matto Grosso; porque do dito Camapuã seguem diversas vertentes para Cuyabá; e este sertão é habitado de gentio Guaycurú, vulgarmente chamado cavalleiro, por andarem sempre a cavallo, e é gente por natureza bellicosa e briosa, com grande ardor e valor para a guerra.

N'este sertão, pois, se achava a tropa como em arraial, esperando monção para seguirem o destino, a que o conduzira o interesse de conquistar gentios, quando appareceu um mestre de campo, castelhano da provincia do Paraguay, com o seu troço de cavallaria até trezentos soldados, com certa urbanidade e occulta intenção cumprimentou os paulistas, presenteando o capitão-mór da tropa com a excellente herva chamada *congonha*, por ser a da villa Cururuantim, a mais mimosa, que no gosto os seus effeitos excede a das outras partes d'aquelles continentes.

Deteve-se alli o tal mestre de campo com o seu troço de cavallaria alguns dias, tendo feito o seu abarracamento em distancia de peça de artilheria do nosso arraial.

Entre soldados castelhanos e paulistas se tratou mais uma sociedade urbana e civil: porque da parte d'estes se não tinha penetrado o occulto fundo do dito mestre de campo (é lastima que a inercia dos paulistas deixasse sepultar com o tempo o nome d'este

cabo, o dia do mez, e anno do successo acontecido, e que só se conservasse na memoria seguida de paes a filhos a verdade do facto d'aquelle lance, em que teve todo o louvor Pedro Leme o *torto*, cujo nome, procedimento e a inveja de sua heroica resolução existem até agora); até que elle em uma manhã veiu ao nosso campo com um sufficiente corpo de soldados a pé, que lhe serviam de guarda e, procurando o capitão-mór da tropa paulista, travaram pratica sobre a vastidão d'aquelles sertões e de seus habitadores, gentios bravos, contra cujas forças triumpharam sempre os portuguezes da villa de S. Paulo em suas entradas e reducções. Subtilmente foi o tal castelhano dispondo o seu discurso ao capitão mór, e alguns de seus officiaes e soldados que se achavam na pratica, entre os quaes se achavam Pedro Leme, sem mais caracter que o de soldado razo d'aquelle corpo. Persuadiu o dito mestre de campo que aquelle sertão de Vaccaria era todo da conquista d'el-rei seu amo, como primeiro senhor da provincia do Paraguay, por cuja razão não deviam os paulistas duvidar d'esta preferencia, e para que todo o o tempo assim constar, era muito justo (visto se achar n'aquella occasião um e outro corpo postado no sertão), que assignasse o capitão-m´r, com seus officiaes e soldados, um termo d'este reconhecimento. Para este effeito trazia já o mestre de campo lavrado um termo em folha de papel, que logo apresentou para o determinado fim de ser assignado. Sem a menor repugnancia pegou na penna o simples e material capitão-m´r, e foram fazendo o mesmo diversas pessoas, que chegaram ao numero de cinco, quando de repente enfurecido Pedro Leme pelo accordo que lhe ministraram o discurso, o valor e a fidelidade, pegou na sua arma de fogo, e, levantando-lhe as mollas, rompeu brioso n'estas

palavras, que se conservam constantes na tradicção dos moradores da villa de Ytú, sua patria:

—Vossa senhoria,pelo poder com que se acha n'este logar, será senhor da minha vida, mas não da minha lealdade. Estas campanhas são e sempre foram d'el-rei de Portugal, meu senhor, por nós e nossos avós penetradas, seguidas e trilhadas quasi todos os annos, a conquistar barbaros gentios, seus habitadores. O senhor capitão-mór e mais senhores que têm assignado sem advertencia o contrario d'esta verdade, ou estão abandonados como lesos ou como temerosos; eu não, nem os mais que nos achamos em toda esta tropa, porque não havemos de assignar este papel, etc., etc.

A estas vozes e a este exemplo, já todo o corpo paulistano tinha pegado em armas, com cujo brioso movimento foi tão prudente o mestre de campo castelhano, que sem articular vozes, nem obrar acção alguma, se tirou para fóra da barraca, ficando seu intento sem effeito; e adiantando os primeiros passos articulou este seguinte desafogo: «*Mirem el tuerto*! e Pedro Leme, ouvindo o vituperio, lhe deu em alta voz esta resposta: «*E coxo tambem*».

Recolheu-se o castelhano em seu quartel e na manhã seguinte se levantou e d'elle se ausentou sem acção alguma de despedida, depois de tanta urbanidade praticada. Ficaram os paulistas envergonhados da facilidade com que o seu capitão-mór e quatro officiaes tinham assignado aquelle termo, sem recordarem que haviam praticado uma acção indecorosa á nação e a seu rei, e natural senhor: e que só Pedro Leme fôra capaz d'este accordo e briosa resolução, que evitou o maligno intento do castelhano.

Continuou o troço seu destino quando foi tempo de monção e se recolheu a salvamento. Applaudiu-se muito

em S. Paulo a acção de Pedro Leme, tanto quanto se estranhou a materialidade do capitão-mór e seus quatro companheiros. E como estas vozes chegaram a Portugal a informar do lance acontecido ao sr. rei D. Pedro, nós não descobrimos: sabemos só com toda a pureza da verdade que chegando em 1698 a S. Paulo Arthur de Sá e Menezes, governador e capitão-general do Rio de Janeiro e capitanias do Sul, confessou ao capitão Bartholomeu Paes de Abreu, pae do auctor d'estas *Memorias*, e ao revd. sr. dr. João Leite da Silva e a outras pessoas que tinham vindo comprimental-o e dar-lhe as boas vindas, que sua magestade lhe ordenava, que de sua parte agradecesse a Pedro Leme a acção de honrado vassallo, que praticára na campanha de Vaccaria com o mestre de campo castelhano D. Fulano de tal, em tal anno, etc., etc. Esta expressão ouvimos muitas vezes communicada a varias pessoas pelo dito capitão Bartholomeu Paes; porém foi em tempo que nós não soubemos aproveitar d'ella, indagando então todas as circumstancias ainda as mais miudas que aconteceram n'aquella acção, (1)

Agora porém que fizemos pelas villas de Ytú e Sorocaba desvelado exame a indagar esta materia, não descobriu o nosso zelo mais noticia, que a que existe e existirá sempre n'esta comarca de S. Paulo, que Pedro Leme se portára com as vozes que temos referido, ignorando-se ao presente tempo quem eram os paulistas que formaram o corpo da tropa a que o auctor, D. Francisco Vasque de Andella, chama *malóca*.

(1) Bartholomeu Paes de Abreu falleceu em 1738, quando seu filho Pedro Taques Paes Leme era ainda muito moço e não sabia se aproveitar, como historiador futuro que foi, das narrativas que ouvira de seu pae. N. da R.

E por isso em muitas partes dos seus dous livros da *Vida dos Quatro Missionarios*, já algumas vezes nomeados, costuma dizer: *Los moloqueros da vtila de S. Paulo.* Penetrou Pedro Leme os sertões que hoje são Minas de Cuyabá, vencendo a navegação de rios caudalosos com principio de altas cachoeiras, em cujas viagens deixou o seu valor por herança aos dous filhos, os perseguidos e infelizes João e Lourenço Leme, dos quaes faremos menção com a narração do tragico successo que lhe ministrou a ambição de um Sebastião Fernandes do Rego, que até venceu que contra a pureza da verdade corresse desenfreada a penna de Sebastião da Rocha Pitta no seu livro *America Portugueza*, impresso em Lisboa em 1727.

Casou Pedro Leme em Ytú com Domingas Gonçalves e teve quatro filhos, João, Lourenço, Antão Leme e Helena do Prado. (1)

A respeito dos irmãos João e Lourenço Leme da Silva, filho de Pedro Leme da Silva, diz a *Memoria* de Pedro Taques:

Estes dous irmãos fizeram varias entradas no sertão a conquistar barbaros gentios de diversas nações; com este exercicio adquiriram grande pratica da disciplina militar e conhecimento dos rios grandes chamados Pará do Urahy, do Paraguay e outros: e dos que hoje são navegados pelos que vão em canôas ás minas de Cuyabá. Eram temidos dos Payaguazes; e capazes de maior facção de guerra se algum movimento então se intentasse contra os castelhanos d'aquellas regiões.

Porém degenerou este merecimento de valor em al-

(1) Teve mais um chamado Domingos, que segundo Azevedo Marques, foi mestre de campo em Cuyab e lá falleceu
N. da R.

gumas extorsões e insolencia que executaram em diversas occasiões.

O coronel Rocha Pitta, levado de informações erradas e conduzido do natural genio de lisongeiro claudicou muito da verdade dos factos, que relata no livro 10 n. 83 e seguintes, até o n. 97 da sua *America Portugueza*, alem de muitos outros descuidos em que cahiu, que são erros grandes para a verdade que é a alma da historia. Nós agora referiremos com toda a pureza o successo dos dous irmãos Lemes, visto que Pitta se affastou muito da chronologia dos tempos, da verdade dos acontecimentos e da epocha do descobrimento das minas de Cuyabá, que tudo comprehendeu nos referidos ns. de 83 a 97.

. . . . . .

Depois de longa digressão, que nada tem de commum com a historia dos Lemes, continúa a *Memoria*, de Pedro Taques:

Affirma mais no n. 85 no mesmo livro 10 (ainda R. Pita) que acertada resolução dos moradores de S. Paulo não comprehendeu alguns dos animos mais ferozes que se achavam apontados na cidade, no seu dilatadissimo reconcavo, vivendo poderosos, afastavam a liberdade que não podiam ter na natureza dos subditos. Aqui relata o auctor (Pitta) a respeito dos dous irmãos Lemes, uma hecatombe de injuriosos e horrorosos factos, obrados nas minas de Cuyabá, e que sendo elles das principaes pessoas de S. Paulo, por nascimento e poder, quizeram escurecer a sua nobreza e perder os seus cabedaes na acção mais indigna que podem usar os vassallos, fabricaram a sua ruina e a de seus sequazes nos delictos que commetteram.

Descreve no n. 86 acontecimentos não veridicos, com erros grandes da verdade dos successos, o que nós

agora repararemos para não deixarmos a historia sem a alma que a adorna, qual é a pureza da verdade, sobre cuja materia o auctor Pitta não expressou clausula que não fosse um engano, confundindo umas acções com outras e os sitios, onde ellas aconteceram, porque até affirmam que acceitaram os honorificos empregos no real serviço por eleição do general Cesar, mas que trocaram n'aquellas minas este beneficio em horror com tyrannias contra os povos d'ellas; sendo certo que Lourenço e João Leme estavam em Cuyabá no anno de 1722, para onde tinham ido logo depois que ellas foram descobertas em 1719; e voltando a S. Paulo com a noticia da chegada do general Cesar, foram por elle recebidos com urbanidade e grande agasalho; de sorte que elegeu para provedor dos reaes quintos de Cuyabá a Lourenço Leme, e ao irmão João Leme, para mestre de campo regente em maio do mesmo anno (1723).

E com effeito se expediram as cartas patentes, que lhes foram remettidas á villa de Ytú onde os ditos Lemes se preparavam para embarcarem para Cuyabá, o que ficou sem effeito pela morte de Pedro Leme, primo de João Leme, que, remettido á Bahia, perdeu a vida degolado em um alto cadafalco levantado na praça publica d'aquella cidade. Estes successos referiremos agora como na verdade passaram e aconteceram; com o que obrou no Cuyabá depois do seu descobrimento, que não soube seguir o coronel Pitta por falta de melhor averiguação.»

Acerca do procedimento dos dous Lemes nas novas minas de Cuyabá, e anteriormente na villa de Ytú, convém que ouçamos em primeiro logar o que diz Pedro Taques de Almeida Paes Leme, em sua *Nobiliarchia Paulistana*, até o ponto em que a sua narração não encontra a verdade dos factos:

Eil o:

«Tendo pois chegado em Cuyabá os dous irmãos Lemes nos fins dos annos de 1719 se recolheram ambos a S. Paulo em 1722 abundantes e ricos em arrobas de ouro.

Foram recolhidos pelo capitão general Rodrigues Cesar de Menezes com todas as demonstrações de honra que, liberal, sabia praticar com os seus subditos benemeritos.

Era por este tempo muito estimado e privado do dito Rodrigo Cesar um *Sebastião Fernandes do Rego*, natural de Portugal, homem de negocios e de *grandes maximas para saber conservar a sua introducção.* Foi elle quem hospedou com grandeza aos Lemes na sua chegada em S. Paulo, contrahindo por este modo com elles muito particular amizade; com este trato de hospedagem praticaram os ditos Lemes muitas acções de liberalidade, ou de desperdicio, repartindo grandes folhetas de ouro bruto com alguns magnatas da terra a arbitrio do simulado amigo Sebastião Fernandes do Rego.

Aos dictames d'este entregaram-se totalmente os dous irmãos Lemes, que supposto eram pessoas da principal nobreza, comtudo não tinham adorno de policia e tratamento civil, e por isso faltos de agudeza para penetrar o orgulho alheio

Viram-se em S. Paulo estes Lemes applaudidos e obsequiados, cobrindo por então o segredo do tempo os crimes que tinham de alguns actos de despotismo que haviam obrado na villa de Ytú, sua patria, por cujos delictos se haviam retirado para o sertão antes de chegarem a Cuyabá. O general Rodrigo Cesar de Menezes, levado do conceito que formava de tal Sebastião Fernandes do Rego, elegeu no cargo de provedor dos quintos das novas minas a Lourenço Leme da Silva e em

mestre de campo regente a João Leme da Silva. Para a resolução d'estes empregos, que toda foi feita a gosto do general, *não teve parte nem voto algum* o senado da camara, como com tal erro affirmou Sebastião da Rocha Pitta, no n. 91 do livro 10, onde diz:—que o senado da camara teve ordem do general Cesar para lhe propor pessoa mais idonea para a cobrança dos quintos reaes, e que por isso a 7 de maio de 1723 fôra proposto Lourenço Leme. Tudo isto é falso: examinamos occularmente os livros do archivo do senado. Recolheram-se os Lemes para a villa de Ytú onde lhe chegaram as patentes que Rodrigo Cesar lhes remettera por via de Sebastião Fernandes do Rego. Estes irmãos tinham entregue o seu grande cabedal ao dito Rego para que lhes mandasse vir um numeroso comboio de pretos e carregação de fazendas e generos, para com elles embarcarem outra vez em Cuyabá.

Correu o tempo, e Rego, premeditando a ruina dos Lopes para se aproveitar de seus cabedaes, recorreu á amizade que tinha com o desembargador Manoel de Mello Godinho Manso, ouvidor geral, e fez resuscitar, para castigo e confisco de bens, os delictos que tinham commettido os dous irmãos. Estes, antes de passarem a Cuaybá, tinham obrado na villa de Ytú o barbaro attentado de tirarem com violencia da casa de seus paes para suas concubinas tres donzellas filhas legitimadas de João Cabral, e d'ellas entregaram uma para o mesmo fim a Pedro Leme, seu parente.

Não satisfeitos d'esta cruel violencia, roubaram ao mesmo Cabral uma filha de legitimo matrimonio para casal-a com Angelo Cardoso, a quem deram de dote os proprios bens do pae, tirados do seu poder por força de armas; d'este desgosto enlouqueceu Cabral, perdendo logo a vida. Entre outras mortes foi a de Antonio Fernan-

des de Abreu, pessoa nobre e descendente do honrado e famoso paulista sargento mór Antonio Fernandes de Abreu, que com este posto tinha obrado milagres de valor no terço de seu mestre de campo Domingos Jorge, no sitio e conquista de Palmares de Pernambuco (1), em 1695; e destruição de 20.000 habitantes que dentro continha, o qual sitio e quilombo governava o principe Zumbi.

Do morto Antonio Fernandes de Abreu ficára um filho do mesmo nome, que se retirou para as Minas-Geraes, onde lhe chegaram as cartas de convite de Sebastião Fernandes do Rego, de quem, acceitando os conselhos e a protecção, se poz em caminho e chegou a S. Paulo a tempo que os dous irmãos Lemes se achavam em Ytú, esperando a carregação de que temos fallado.

O dito Antonio Fernandes de Abreu denunciou perante o ouvidor Godinho Manso contra os Lemes, não só a morte feita a seu pae, mas tambem de todos os crimes que tinha na villa de Ytú, antes de se retirarem para Cuyabá; n'esta denuncia entrou tambem a morte que no sitio de Camapuã tinha feito João Leme a um *carijó* de sua administração, por desconfianças de que tinha tratos illicitos com uma sua concubina da mesma administração, a qual tambem foi morta, e com estes dois cumplices, pela desconfiança de João Leme, perdeu tambem a vida um rapaz por indicios de ser terceiro no illicito trato.

---

(1) Domingos Jorge Velho, paulista notavel, natural de Parnahyba, fez correrias pelos sertões até o Piauhy, onde fundou 50 fazendas de gado, com mais de 700 escravos. Acceitou o convite do governo de Pernambuco para combater a *republica* dos negros dos Palmares e destruiu aquelle quilombo, matando 30.000 negros, em 1687. Deixou um filho notavel—Salvador Jorge Velho. N. da R.

Antes de executadas estas tres mortes, mandou ao padre Antonio Gil que confessasse aos tres desgraçados *Carijós*, o que feito foram mortos, sendo o homem primeiro castrado, depois esquartejado pelas proprias mãos de João Leme.

Tambem no sitio do Rio-Pardo, da navegação de Cuyabá, obrigaram ao padre André dos Santos Queiroz a que casasse uma filha bastarda de Lourenço Leme com Domingos Fernandes, affirmando que para isso tinham licença do vigario Manoel de Campos Bicudo.

Achando-se em Cuyabá o padre Francisco Justo feito vigario, quando chegou ao Rio de Janeiro o bispo D. frei Antonio de Guadalupe, proveu o dito padre Manoel de Campos, natural de Ytú, no logar de vigario da egreja e da vara de Cuyabá.»

Porém chegando elle ás minas não lhe quiz dar posse o seu antecessor o padre Francisco Justo, com e nescio fundamento de que ainda não era findo o tempo de sua provisão, que lhe fôra conferida em séde vaccante; e o mesmo tambem annullou o casamento celebrado no Rio Pardo e o confirmou o padre Manoel de Campos. Este tinha em seu partido a amizade dos dous Lemes; seguiram-se discordias entre um e outro sequito; os Lemes, porém, com a vantagem de ser temidos, decidiram a contenda com o estrondo das armas. Mandaram dar um tiro na casa do padre Francisco Justo, do que resultou a morte de um camarada, e elle para logo largou a egreja e embarcou para S. Paulo. O novo vigario Manoel de Campos, com a jurisdicção de vigario da vara, proveu á instancia dos Lemes ao frei Florencio dos Anjos em cura das almas dos moradores do *Arraial Velho*, hoje chamado da *Velha*, distante de Cuyabá quatorze dias. Isto consta dos autos e processo das culpas de João e Lourenço Leme, em

que podendo instruir-se o coronel S. da R. Pitta, accei tou com facil crença tudo quanto lhe introduziu a falsa informação de Sebastião Fernandes do Rego, com ella escreveu contra a verdade nos ns. 92 e 93 do livro 10 da sua *America Portugueza*, onde accumulou aos Lemes varios factos não obrados, sendo certo que para o caracter que mereceram de insolentes e matadores, sobram os factos aqui relatados.»

Já os leitores viram o que dizem as *Memorias* de Pedro Taques sobre a familia dos Lemes. Pedro Leme é sem duvida um heroe que honra sua terra natal. O heroismo não é privilegio sómente dos grandes guerreiros, dos ganhadores das grandes batalhas: ha actos na vida particular ou civil que são verdadeiros heroismos. Todo o procedimento de Pedro Leme diante do mestre de campo castelhano revela a altivez de seu caracter, seu espirito sagaz e resoluto, e sua coragem, qualidades heroicas, que salvaram a tropa paulista, commandada pelo imbecil capitão mór de Sorocaba, de uma cilada. Seu nome deve ser conhecido dos ytuanos.

Seus filhos infelizmente commetteram alguns actos criminosos, que deslustraram seus nomes; entretanto não foram homens ordinarios, e tiveram qualidades apreciaveis. Como diz o chronista Pedro Taques: Eram capazes de grandes commetimentos e de bem defenderem o paiz se houvesse uma guerra contra os castelhanos, porque tinham pratica da guerra, adquirida nas continuas invasões que fizeram nos sertões, e estavam acostumados ao commando de tropas». Eram de coragem inteira, liberaes até a prodigalidade, e estas qualidades indicam um coração magnanimo.

Se commetteram esses crimes é porque n'aquelles tempos de barbaria tudo era barbaro, e esses assassinatos eram actos ordinarios nos potentados. Esse pe-

riodo da historia de Ytú é o equivalente ao periodo da media edade na Europa, onde os barões feudaes praticavam as maiores cruezas e até os bispss e abbades iam aos combates e praticavam verdadeiras atrocidades.

Eram os Lemes potentados pela sua familia, pela riqueza e pelos audaciosos commettimentos que praticavam. Não é, pois, de estranhar-se, nem era preciso que fossem perversos para que praticassem alguns actos criminosos, ou abuso de poder e da força.

Além d'isto, quaes foram esses crimes? P. Taques só refere dous, o rapto das filhas de João Cabral e a morte dos carijós n'um arrôjo de ciumes.

Os outros são todos referidos pelo coronel Rocha Pitta, que diz Pedro Taques foi uma manivella de Sebastião Fernandes do Rego, interessado na perdição dos Lemes, para se apoderar do immenso cabedal que elles lhe confiaram afim de lhes mandar vir mercadorias que desejavam levar a Cuyabá. Tudo quanto diz Pitta é suspeito e não merece fé, porque si não era cumplice de S. F. do Rego fôra por elle illudido, como affirma P. Taques quando diz: «os perseguidos e infelizes irmãos João e Lourenço Leme, dos quaes fizemos a narração do tragico successo, que lhes ministrou a ambição de S. do Rego, que até venceu que contra elle corresse desenfreada a penna de R. Pitta, etc.»

Continuando, diz: «Que por serem das principaes pessoas pelo nascimento e poder fabricaram sua ruina para escurecerem sua nobreza e perderem seus capitaes.»

E accrescenta: «que elles abuzavam do poder que lhes confiou o general Cesar, servindo-se da importancia d'esses empregos para commetterem atrocidades e horrores no Cuyabá»; e Pedro Taques mostra que tudo isto é falso, e que antes de irem a Cuyabá, quando nomeados por Cesar, esperavam em Ytú as mercado-

rias, que devia remetter-lhes S. do Rego, este em vez de mercadorias conduziu a tropa que devia matal-os. Portanto esses crimes referidos por Pitta parecem de pura invenção de S. do Rego.

Chegando elles a S. Paulo foram hospedados por S. do Rego, valido do general, que os festejou muito e recebeu d'elles presentes de verdadeira prodigalidade. Foram festejados por todos, e nomeados pelo general, um mestre de campo e outro provedor dos reaes quintos. Só depois que voltaram a Ytú, deixando em poder de Rego arrobas de ouro, este se lembrou de que eram criminosos, mandou chamar Antonio Fernandes de Abreu e o fez dar denuncia contra os Lemes.

O ouvidor Godinho, de quem era amigo S. do Rego, combina-se com elle e os persegue até matal-os.

Depois da morte dos Lemes se fez diligencia e nunca se pode descobrir o immenso cabedal que trouxeram de Cuyabá.

De tudo isto se conclue que S. do Rego perseguiu e matou aos Lemes, attribuindo lhes grandes crimes, com o fim de apoderar-se de sua riqueza, o que conseguiu, coadjuvado pelo ouvidor Godinho.

Além d'estes se alguns crimes praticaram já tinham todos sido perdoados por D. João V. E', pois, evidente que a morte dos Lemes foi um assassinato juridico com o fim de roubar a sua grande fortuna.

E porque D. João se lembrou de perdoar seus crimes?

Seria por serem elles homens ordinarios e scelerados? Não, foi antes, devemos suppôr, porque foram homens de prestimo, porque prestaram grandes serviços ao Estado, explorando vastos sertões, obrigando aos castelhanos a pararem em sua marcha para o norte, atacando suas missões, etc.

Os serviços de seu pae e d'elles proprios, a riqueza e poder de que dispunham, foram sem duvida o que motivou o perdão.

João e Lourenço Leme, embora tivessem algumas manchas em sua vida, não deshonraram sua terra natal Cumpre-me notar aqui uma divergencia entre a historia escripta e tradição que ainda existe em Ytú a respeito dos Lemes.

R. Pita e P. Taques dizem que João Leme foi prezo e enforcado na Bahia. E a tradição diz o seguinte: que João Leme, ficando ferido em Ytú quando tentaram prendel-o, foi a casa de sua madrinha, que morava na margem do Tieté, homisiar-se até que sarasse sua ferida; e esta temendo comprometter-se mandou denuncial-o ao ouvidor Godinho.

Quando João Leme percebeu a casa cercada pelas tropas, arrombou a porta do quarto onde o tinham fechado, rompeu a linha de soldados e atirou-se ao Tieté.

Quando chegava ao barranco do outro lado viu que era perseguido de perto por um indio de nome *Cavichy*, que era seu domestico, e que se tinha unido a seus inimigos. João conhecia a audacia desse indio e a sua grande pratica de trilhador; convenceu-se, pois, que não podia escapar, e não quiz fugir mais. Agarrou-se com elle, ambos traziam suas facas, esfaquearam-se e ambos alli ficaram mortos na agua perto do barranco.

Isto eu ouvi muitas vezes de meu pae, e o sr. José de Almeida Prado ainda ha pouco me disse a mesma cousa ouvira de seu pae, o sargento mór João de Almeida Prado.

Não sei como explicar-se esta contradição! Inclino-me mais a acreditar na tradição dos velhos ytuanos, do que nos historiadores. Uma tradição que vem de longe,

sempre repetida de paes a filhos, tem maior força, merece mais fé.

A casa onde quizeram prender aos Lemes, na villa de Ytù, eu ainda alcancei-a no logar onde hoje está a casa da exma. baroneza de Ytú.

CONCLUSÃO

Pelo que os leitores acabaram de ler nas *Memorias* de Pedro Taques, se conhece que a familia Leme foi importante em Ytú, assim como era em Jundiahy donde vieram; importante pelo numero, riqueza, e nobreza, que n'aquelle tempo tinha mais importancia do que hoje. E o que é feito d'essa familia? Que fim teve? O mesmo fim que terão quasi todas as familias hoje importantes e que na segunda ou terceira geração serão o que hoje se chama *caipira*, ou caboclos, como são os descendentes dos poderosos Lemes de 1720!

Eu conheci no bairro do Cajurú um caipira ou caboclo, que vivia do seu trabalho de enxada, e que acompanhava meu pai nas corridas de veados na qualidade de cachorreiro, ganhando por isso algumas patacas; este caipira era *Apolinario Leme*, descendente dos potentados aos quaes El-Rei de Portugal perdoava seus crimes, e o valido do capitão general e o ouvidor depois de os terem adulado muito, os assassinaram juridicamente para se apoderarem de sua fortuna!

Quando observo o que até agora muitos paes e mães praticam na educação de seus filhos, aqui em nossa terra, lembro-me sempre de Apolinario Leme, e digo a mim mesmo: *Paes cégos, que não enxergaes o movimento do mundo, quantos filhos tendes são outros tantos Apolinarios Lemes, que estaes creando!*

Até hoje ainda ha pessoas tão cégas, que não enxergam, não percebem a grande transformação que se opera em nossa sociedade, não comprehendem o que está sob suas vistas, porisso em vez de promoverem a cultura da intelligencia de seus filhos, crearem n'elles o amor ao trabalho e á economia, a confiarem em si mesmos, e a tudo esperarem sómente da sua industria, de os fazerem democratas em fim; enchem suas cabeças de vaidades, de futilidades, fallando-lhes toda a hora: *sois descendentes do sargento-mór Fulano, sobrinho do brigadeiro Cicrano*, etc., etc.; e não se lembram de dar uma profissão com que possam ganhar a vida.

Qual será o resultado infallivel desta cegueira dos paes da mocidade actual? A decadençia das familias hoje poderosas e a elevação das pequenas, dos descendentes dos colonos europeus, que vão chegando (1). Os primeiros tendem a descer e os segundos a subir.

O colono europeu, o allemão por exemplo, é creado na pobreza, e porisso tem arraigado o amor ao trabalho e economia; tudo esperam só de si mesmo; e sua intelligencia é mais ou menos cultivada.

No Brasil, terra nova, tão fertil, onde ha escacez de braços e de industria, onde reina a ignorancia, a vaidade, a fidalguia, o homem que tem, como o colono allemão, a intelligencia mais ou menos cultivada, mais

---

(1) Deve o leitor notar que esta narrativa tem mais de 20 annos, foi escripta no tempo em que a *lei Rio Branco* e o *manifesto de 3 de dezembro de 1870* deram principio á tremenda revolução social e politica, que triumphou a 13 de maio de 1888 e a 15 de novembro de 1889. Foi um appello prudente e previdente, aos paes de familia para que se preparassem para a transformação social, cuja aurora já tinha raiado nos horisontes patrios. N. da R.

industria, amor ao trabalho e economia, e transmitte a seus filhos estas qualidades, deixa-lhes o mais poderoso instrumento de prosperidade.

Estes subirão por força, e outros cahirão; ninguem poderá conter sua decadencia, emquanto não tranformarem seus habitos de vadiação e prodigalidade.

Vejo em tudo isto mais uma manifestação dos grandes principios do *darwinismo*, a lucta pela existencia, a selecção natural, o triumpho das aptidões sobre as inaptidões.

Entre os animaes, quando um individuo, por variedade accidental, adquire um organ mais aperfeiçoado, que lhe facilita os meios de obter sua subsistencia e transmitte por hereditariedade esta qualidade a seus descendentes, formam uma raça superior pelos organs aperfeiçoados ou novos instrumentos, que facilitam a vida; esta raça prospera, cresce, e aquella que não tem estes instrumentos, que multiplicam os meios de vida, definha, e fica supplantada pela outra.

Ora, as diversas raças humanas estão sujeitas á mesma lei natural de superioridade d'umas sobre as outras, pelos organs aperfeiçoados, ou instrumentos, que adquiriram e que lhes facilitam e multiplicam os meios de vida; e esses organs, esses poderosos instrumentos são: «intelligencia cultivada, habito de trabalho e economia.»

A raça allemã, por exemplo, livre de preconceitos, com cultura de intelligencia, habito de trabalho e economia, qualidades que adquiriram porque nasceram em um paiz onde a vida é custosa, possue as qualidades que dão aptidão e superioridade sobre a raça brazileira, creada na abundancia e por isso ociosa e prodiga. Esta raça, pois, que vem chegando pouco a pouco ao Brazil, como colonos, aqui prosperará e supplantará a

outra, que é inferior porque é mais ignorante, e por conseguinte tem menos capacidade para o trabalho, é menos apta para as lutas da vida e para o aperfeiçoamento.

A decadencia das familias ricas de hoje, salvas poucas excepções, será pois o resultado infallivel d'uma lei natural, si não se applicarem os meios necessarios para evitar-se o mal. E esse meio unico, de evitar o naufragio d'essas familias de raça inferior, é collocarem-se ellas nas mesmas condições de vida, adquirindo esses instrumentos, esses orgams superiores, de que serve a outra raça, que são: «instrucção, e amor ao trabalho e economia.»

Aqui mesmo temos muitos exemplos d'essa decadencia dos poderosos.

Vemos netos de capitães-mores servindo empregos os mais humildes, feitores ou camaradas. O filho d'um dos signatarios das emendas ao projecto da constituição na qualidade de camarista de Ytú, é hoje meirinho.

Quem quizer salvar seus descendentes d'este naufragio infallivel, não se descuide da sua educação; quem não modificar segundo as exigencias da epocha, quem não der a seus filhos uma educação democratica, póde ficar certo de que *seus netos serão camaradas dos netos dos colonos de seus avós.* Ainda ha poucos dias era feitor na fazenda do meu vizinho o neto legitimo de um barão! E este fidalgo, tão rico, que póde gastar na edificação de uma capella centenares de contos, não teve dinheiro para educar seus netos!

E porque esse *baronete* é hoje um feitor! Porque é ignorante, porque não tem habilitação alguma para uma industria qualquer, porque não tem nem instrucção primaria, que tem o colono allemão e que transmitte a seus filhos!

No procedimento d'este fidalgo encontramos motivos para censurar o clero. Porque não ha de elle esclarecer este pae de familia, e persuadil-o de que empregaria melhor o seu dinheiro creando uma casa de educação, que seus netos poderiam aproveitar, ou estabelecimento de caridade?

Caridade ou philantropia... clero crispa-se contra quem substitue aquella por esta palavra; faz d'isto grande questão.

Mas o que é verdade é que nos paizes onde reina a philantropia os ricos abrem a sua bolça e fazem donativos de milhares de dollares aos estabelecimentos de educação e de caridade; e onde reina a caridade, ou não gastam ou gastam como o fidalgo de quem fallei, com prejuizos da humanidade em geral, e dos proprios filhos em particular.

Em pouco tempo seus netos serão camaradas de seus colonos o não ha de que extranhar; é a lei das aptidões que se manifesta. Os colonos educarão seus filhos, e os descendentes dos fidalgos paulistas só saberão dizer, enfatuados: *Sou neto do barão de...*

Vê-se hoje que um fazendeiro, que possue duzentos contos, é um homem rico, tem boa casa na cidade e na fazenda, é um potentado; tem mulher e oito ou dez filhos; e estes ignoram a arithmetica e as mais simples noções da grammatica e de physica; por conseguinte estão completamente inhabilitados para o commercio e as industrias.

Entretanto, elles vestem do melhor, frequentam os bilhares, theatros, bailes, jogam em corridas de cavallos, brigas de gallos, caçam; emfim, vivem como ricos que são, emquanto vive o pae.

Porém morre este, dividem-se os duzentos contos entre mulher e os filhos, toca a cada um oito ou dez contos.

Para quem tem os habitos que acabo de referir, e que não é uma phantasia minha, no estado actual da industria agricola, unica que elles podem exercer, ainda que materialmente, segundo a rotina de seus paes, o que poderá fazer um pobre moço com oito ou dez contos? Como principiará sua vida, comprando braços e terras pelos preços actuaes?

A experiencia de todos os dias nos mostra que a sua perdição é certa, e a familia do rico fazendeiro decahirá.

Ha pouco tempo existiam em Campinas dois ricos fazendeiros que cobriram seus filhos de galões e descuidaram-se de sua educação!

Hoje já se acha entre os seus descendentes, estalajadeiros, taberneiros e feitores.

Desgraçados moços, cuja educação foi tão mal dirigida por seus paes! Muitas vezes a sua decadencia é o justo castigo do abuso que seus paes, ou elles proprios, fizeram de sua riqueza e importancia de suas familias. Desconfiam sempre da probidade do pobre, julgam sempre incompativel a honra com a pobreza, e por isso muito pouco valor dão á honestidade das mulheres e filhas dos pobres... e jámais lhes passa pelo pensamento que elles e seus descendentes marcham para esse estado. Os filhos pagarão as culpas dos paes até á quarta geração... dizem os livros sagrados.

Setembro, 1870.

ANTONIO AUGUSTO DA FONSECA.

Erratas

Pag. 255, linha 3, onde diz—foram—diga-se—formam.

Pag. 278, linha 14, onde diz—bilhete de passagem—diga-se—conducção.

Pag. 291, linha 12, onde diz—seu pae—diga-se—meu pae.

Catalogo da collecção de moedas e medalhas pertencentes ao Museu do Instituto, estabelecido por E. Hollender, socio fundador e membro da commissão de numismatica.

Meus senhores.

Apresento-vos devidamente classificada e catalogada a bella collecção que o nosso collega Dr. Jaguaribe presenteou ao Instituto.

O catalogo,—que, ora, tenho o prazer de submetter-vos, contém o numero das prendas, datas, valor e subnologia das mesmas: dividido por nações, com observações sobre a mesma e com o nome dos doadores.

Abri espaço a uma columna d'este genero. Ha esperança que outros generosos doadores quererão tambem ver o seu nome figurar no catalogo numismatico do Instituto.

Desejando pôr bem em evidencia o grande valor do presente feito ao nosso museu embryonario, tenho a honra de apresentar-vos o relatorio exacto da collecção Jaguaribe, promettendo-vos em outra sessão, apresentar tambem o relatorio da collecção, offerecido por mim á nossa secção numismatica.

Peço desculpa amolar-vos um pouco com as minhas explicações um tanto fastidiosas, porém ellas são necessarias para poder avaliar-se aquillo que possuimos.

A collecção Jaguaribe compõe-se de moedas catalogos effectivas	3 '4
Duplicatas de varios paizes que servirão para ser trocadas com outros Institutos, paizes, particulares, desejosos de possuir as nossas moedas, dando-nos elles, por sua vez, moedas equivalentes	124
Total	**518**

Para quem tem os habitos que acabo de referir, e que não é uma phantasia minha, no estado actual da industria agricola, unica que elles podem exercer, ainda que materialmente, segundo a rotina de seus paes, o que poderá fazer um pobre moço com oito ou dez contos? Como principiará sua vida, comprando braços e terras pelos preços actuaes?

A experiencia de todos os dias nos mostra que a sua perdição é certa, e a familia do rico fazendeiro decahirá.

Ha pouco tempo existiam em Campinas dois ricos fazendeiros que cobriram seus filhos de galões e descuidaram-se de sua educação!

Hoje já se acha entre os seus descendentes, estalajadeiros, taberneiros e feitores.

Desgraçados moços, cuja educação foi tão mal dirigida por seus paes! Muitas vezes a sua decadencia é o justo castigo do abuso que seus paes, ou elles proprios, fizeram de sua riqueza e importancia de suas familias. Desconfiam sempre da probidade do pobre, julgam sempre incompativel a honra com a pobreza, e por isso muito pouco valor dão á honestidade das mulheres e filhas dos pobres... e jámais lhes passa pelo pensamento que elles e seus descendentes marcham para esse estado. Os filhos pagarão as culpas dos paes até á quarta geração... dizem os livros sagrados.

Setembro, 1870.

ANTONIO AUGUSTO DA FONSECA.

Erratas

Pag. 255, linha 3, onde diz—foram—diga-se—formam.

Pag. 278, linha 14, onde diz—bilhete de passagem—diga-se—conducção.

Pag. 291, linha 12, onde diz—seu pae—diga-se—meu pae.

Catalogo da collecção de moedas e medalhas pertencentes ao Museu do Instituto, estabelecido por E. Hollender, socio fundador e membro da commissão de numismatica.

Meus senhores.

Apresento-vos devidamente classificada e catalogada a bella collecção que o nosso collega Dr. Jaguaribe presenteou ao Instituto.

O catalogo,—que, ora, tenho o prazer de submetter-vos, contém o numero das prendas, datas, valor e subnologia das mesmas: dividido por nações, com observações sobre a mesma e com o nome dos doadores.

Abri espaço a uma columna d'este genero. Ha esperança que outros generosos doadores quererão tambem ver o seu nome figurar no catalogo numismatico do Instituto.

Desejando pôr bem em evidencia o grande valor do presente feito ao nosso museu embryonario, tenho a honra de apresentar-vos o relatorio exacto da collecção Jaguaribe, promettendo-vos em outra sessão, apresentar tambem o relatorio da collecção, offerecido por mim á nossa secção numismatica.

Peço desculpa amolar-vos um pouco com as minhas explicações um tanto fastidiosas, porém ellas são necessarias para poder avaliar-se aquillo que possuimos.

A collecção Jaguaribe compõe-se de moedas catalogos effectivas	3 4
Duplicatas de varios paizes que servirão para ser trocadas com outros Institutos, paizes, particulares, desejosos de possuir as nossas moedas, dando-nos elles, por sua vez, moedas equivalentes	124
Total	518

Finaliso, agradecendo em nome do Instituto inteiro, o bello presente do Dr. Jaguaribe, o valente fundador da nossa Instituição, o qual procura por todos os meios e por todos os esforços dar ao Instituto Historico de São Paulo o maior brilho possivel e uma reputação digna de inveja.

E. HOLLENDER.

CATALOGO

PEDRO I

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 Pedro I, 1695, 640 réis, prata
2 idem, 1696, XX, idem, idem, cunhada em Portugal, rarissima

JOSEPH I

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 Joseph I, 1766, prata, 200 réis
2 idem, 1753, idem, 200 réis
3 idem, 1753, idem, 100 réis
4 idem, 1770, idem, 80 réis
5 idem, 1771, idem, 80 réis
6 idem, 1756, idem, 300 réis, contra estampada em Minas, Villa Rica
7 idem, 1754, idem, 150 réis, mesma observação
8 idem, 1754, idem, 150 réis, recunhada, prata

MARIA I

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 Maria I, 1803, prata, cunhada na Bahia, rarissima
2 idem, 1780, idem, 200 réis
3 idem, 1780, idem, 160 réis
4 idem, 1790, idem, 160 réis
5 idem, 1782, idem, 80 réis
6 idem, 1780, idem, 40, idem (In hoc signo vinces)

DOM JOÃO VI (Principe regente, 1802-1818)

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 Dom João VI, 1810, prata, cunhada no Rio, 960 réis
2 idem, idem, idem, idem, cunhada no Rio sobre peso hespanhol, 960 réis

3 idem, idem, 1814, idem, idem, na Bahia, idem, 960 réis
4 idem, idem, 1817, idem, idem, no Rio, idem, 960 réis
5 idem, idem, 1818, XL, 181 , Rio, (Reinado, cobre
6 idem, idem, 1821, X-L, Bahia, idem, cobre, rara
7 idem, idem, 1819, Reinado, prata, 960 réis, Rio, cunhada sobre peso
8 idem, idem, 1822, idem, idem, 640, Rio, pataca dupla
9 idem, idem, 1818, Regencia, cobre, X réis
10 idem, idem, 1816, idem, idem, cunhada na Bahia, rarissima
11 idem, idem, 1800, idem, prata, 20 réis de prata, sem denominação

DOM JOÃO V

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 200 réis, 1774, prata, cunhada em Portugal
2 100 idem, sem data, prata, Minas
3 100 idem, idem, idem, Minas

PEDRO I, 1822-1831

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 1828, Cuyabá, 20, réis contramarcada de 10 C, rarissimo exemplar, cobre
2 1823, 20 réis, cobre, Rio

DOM PEDRO II (Imperador)

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 1$200 réis, 1834, prata, patacão
2 400 idem, 1834, idem, idem, idem, idem
3 400 idem, 183 , idem, idem, idem
4 200 idem, 1835, idem, idem, idem
5 200 idem, 1837, idem, idem, idem
6 100 idem, 1835, idem, idem, idem
7 100 idem, 1846, idem, idem, idem
8 200 idem, 2 do systema monetario prata, 1863
9 200 idem, idem, idem, 1864
10 200 idem, idem, idem, 1867
11 200 idem, idem, idem, 1868
12 40 idem, idem, cobre, 1880
13 20 idem, idem, idem, 1869
14 20 idem, idem' idem, 1870
15 10 idem, idem, idem, 1869

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 1889, 40 réis, cobre. A Economia faz a prosperidade
2 1889, 20 idem, Ensaio as armas da Republica, Republica dos Estados Unidos do Brazil—Vintem poupados

DOM PEDRO IV (1827)

Offerecida pelo dr. Jaguaribe

N.º 1 Estanho, 1827, Bozaruco, Moeda Colonial, Portugal, rarissima

FRANÇA

Offerecidas pelo dr. Jaguaribe

N.os 1 Napoleon III, 1856, 10 centimos, cobre
2 idem, 1854, 5, idem, idem
3 idem, 1863, 10, idem, idem
4 idem, 1863, 5, idem, idem
5 idem, 1 54, 10, idem, idem
6 Republica, 1877, 2, idem, idem
7 idem, 1877, 1, idem, idem
8 Luiz XVI, medalha de cobre da fonte da Praça da Bastilha, Commemorativa
9 Medalha da Cidade de Pariz, commemorativa da fundação do Hospital da niversidade
10 Napoleon III, 1855, 5 centimos, cobre
11 Luiz XVI. Regne de la Loi, an 3 de la Liberté, 15 sols, prata, rara
12 idem. idem. 1872. cobre. um soldo
13 um soldo de Napoleão III, espalhada antes da sua vinda de Bolonha, cobre, raro
14 um soldo tornese, 12, cobre
15 idem, idem, idem, Luiz XVIII, idem, rara
16 idem, Denier tornese, idem, XIII, idem, idem
17 idem, soldo tornese, Luiz XVI, 5 soldos
18 idem, cinq soldos, Luiz XVI, cobre
19 Republica Franceza, 5 centimos, anno I, cobre
20 idem, idem, idem, idem, idem 2
21 idem, idem, idem, idem, idem; 3 idem
22 idem, idem, idem, idem, idem, 4 da Republica, (collecção rara)
23 idem, idem, idem, idem, idem, 5 idem
24 idem, idem, idem, idem, idem, 6 idem
25 idem, idem, idem, idem, idem, 7 idem
26 idem, idem, idem, idem, idem, 8 idem
27 Napoleão Bonaparte 1.º Consul (prata) cincoenta 56 anno 12 (rarissima)
28 Luiz XV optimo principe, cobre, 1774, commemorativa (rara)
29 Napoleão III, 5 centimos, bronze, 1861
30 idem, idem, 50 centimos, prata, 1867
31 idem, idem, 20, idem, idem, 1860, prata
32 Republica Franceza, 1871, cinco centimos, cobre

HESPANHA

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 Carolus III, 178 , 8 quartos, cobre
2 idem, idem, idem, 4 idem, idem
3 Carlos IIII, 1 00, 8 idem, idem
4 idem, idem, 1785, 4 idem, idem
5 idem, 1793, 4 idem, idem
6 Izabel I, 1844, 4 idem, idem
7 idem, idem, 1867, 2 1[2 centimos de real escudo
8 idem, idem, 1870, 5 idem, idem
9 Alphonso XII, 1 77, 5 idem, idem
10 idem, idem, 5 idem, idem
11 idem, idem, 1879, 5 idem, idem, raro
12 Izabel I, 1 68, 2 1[2 idem, idem de real escudo
13 Hespanha, 1870, 2 centimos, idem
14 Alphonso XII, 1877, 10 idem, idem
15 Charles III, 1 1 00, Reaes, são estes que serviram para o recunhamento da moeda brazileira
16 idem, idem, 1870, 10 centimos, bronze
17 Alphonso XII, 1 78, 10 idem, cobre Lei Constitucional
18 Izabel I, 1846, 8 maravedis, (Roma de las Espanhas) cobre
19 idem, idem, 1849, idem, idem, idem
20 idem, idem, 1847, idem, idem, idem
21 idem, idem, 1843, idem, idem, idem
22 Carolus II , 1773, 8 reaes, prata
23 zabel 1869, 2 pesetas, idem
24 Philippe I, 1737, 2 reaes, idem.
25 Carolus IIII, 1801, 2 idem, idem
26 Joseph Napoleon, 1810, 4 idem, Hespanha, e India, prata e rarissima
27 Fernando VII, 1823, 4 idem, Valencia, i ibiada
28 Fernando VI, 1758, 2 idem, prata
29 Fernando VII, 1 26, 2 idem, idem
30 Carolus III, 1796, 2 idem, idem
3 Barcelona, 1809, 3 pesetas, idem, rarissima
32 Izabel II, 1854, 4 reaes, idem
33 Fernando VII, 1815, 1 idem, idem
34 Philippus V, 1738, idem, idem
35 Fernando VII, 1750, 1 idem, idem
36 Philippus V, 1140, 1 idem, idem
37 idem, idem, 1721, 1 idem, idem
38 idem, idem, 1733, 1 idem, idem
39 Carlos III, 1760, prata, 1 real
40 Carlos IIII, 1808, idem, 1 idem
41 Izabel I, 1853, idem, 2 idem
42 idem, idem, 1848, idem, 2 idem
43 idem, idem, 853, idem, 1 idem
44 Carlos IV, 808, idem, idem
45 idem, idem, 1796, idem, idem
46 idem, idem, 1773, idem, 1 idem

47 idem; idem, 1790, idem, 1 idem
48 Felippe V, 1719 idem. 1 idem
49 Fernando VII, 83 , idem, 1 idem

HOLLANDA

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 Guilherme III de Nassau, cobre, 1883, 1 cento
2 idem, idem, 1878, idem
3 idem, idem, 1881, idem
4 idem, idem, 1823, idem
5 idem, I idem, 1828, idem
6 Guilherme III, idem, 1884, idem
7 idem, idem, idem, 1878, 1[2 idem
8 Zelandia, idem, 1764, 1 idem
9 Indias Balavas, idem, 1808, 5 1[32 stuiver
10 Moeda de 6 stuiver, prata, provincia de Guelder, 1691, rara
11 idem da Westhpha ia 6, stuiver, prata
12 florim, Guilherme II, prata, 1859
13 1[2 idem, idem, idem, 1863
14 1[4 idem, 25 centimos, idem, II idem, 1848
15 1[4 idem, 25 idem, cunhada para as Indias Hollandezas, 1855, prata
16 um centimo, 1737, cobre
17 idem, idem, idem, idem
18 10 centimos, prata, 1873, Guilherme III
19 idem, idem, 1874, idem
20 idem, idem, 1877, idem
21 idem, idem, 1879, idem
22 idem, idem, 18 2, idem
23 idem, idem, 1881, idem
24 idem, idem, 1884, idem
25 idem, idem, 1 85, idem
25 idem, idem, 1 9, idem
27 5 stuiver, cobre, 1752, idem
2 idem, idem, idem, 178 0, idem

PRUSSIA (Confederação allemã)

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 Confederação, 1876, 1 ofennig, cobre
2 idem, 1875, 1 idem, idem
3 idem, 1874, 2 idem, idem
4 idem, 1876, 2 idem, idem
5 idem, 1875, 2 idem, idem
6 idem, 1875, 5 idem, nic el
7 Frederic le Grand, 1782, um thaler, cobre (raro), devia ser de prata, porém de bronze por causa dos canhões tomados na Silesia

N.os 8 Reino de Wureutemberg, 1883, um kreutzer, prata
9 Frederico Augusto, 1843, prata, Wustemberg, um thaler
10 idem, idem, idem, Saxe, idem, idem
11 Frederic Guilherme III, 1818, idem, Prussia, idem, idem
12 idem, idem, 1883, idem, idem idem, idem
13 Frederic Guilherme, (Borus), 1897, idem, idem, 4 groschen
14 idem, idem, idem, 1813, idem, idem, Um Reich thaler, cunhada para os exercitos commandados contra Napoleão I
15 idem, idem, idem, 1804, idem 4, Groscher
16 Guilherme III, 1875, idem, 20 pfeunig
17 idem, idem, 1876, idem, 20 idem
18 Luiz Grande, Duque de Bade, 1828, cobre, um Kreutzer
19 Joseph, idem, idem, idem, 1823, idem, idem, idem
20 Lothaire, 1804, prata, Archiduque, 20 Groschen
21 Belgica, Austria, Moeda Imperial, 8 idem, prata, 1758 (rara)
22 Francisco I, cobre, 3 Groschen, 1800, Imperador Austria, nullo, por engano
23 idem, idem, 3 Kreutzer, 810, cobre, idem, idem
24 Francisco José, 1.º Imperador, 1869, 10 Groschen, prata, idem, idem
25 idem, idem, 1.º, idem, 1885, 1 idem, cobre, idem, idem
26 idem, idem, 1.º, idem, 1868, 1¦4 Kreutzer, idem, idem

SUISSA

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 Helvetia, 1886, cobre, 2 centimos
2 idem, 1889, idem, 1 idem
3 idem, 1879, idem, 2 idem
4 idem, 1859, nickel, 20 idem
5 idem, 1882, cobre, 1 idem
6 idem, 1851, um franc prata
7 5 bátz canton Lucerne, (Extincto 1813, rara, (Domine conserva-nos in pace)

AUSTRIA

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 kreuzer, cobre, Leopoldo, 1790
2 1 idem, idem, idem, Imperio, 1851
3 1 moeda divisoria, bronze, idem, 1859, 1 groschen
4 idem, idem, 1860, 1 idem
5 idem, idem, 1879, 1 idem
6 idem, idem, 1875, 1 idem
7 idem, idem, idem, idem, idem
8 Francisco José I, um florim, idem, 1854, prata
9 idem II, 3 grosche, cobre, 1800
10 idem, idem, 3 kreutzer, idem, 1810
11 Francisco José I, 10 groschen, prata, 1864

TURQUIA

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 Medjidjé de 20 Peaste, 1871, prata
2 Albelik, 1870, idem
3 Bechlke, 1855, cobre
4 Iekicik, 5 idem, 1840, idem
5 Iekilik, 5 idem, 1853, idem
6 idem, 5 idem, 1855, idem
7 idem, idem, idem, 1855, idem
8 Meia Peastra, 1 idem, 1823, idem

REPUBLICA ORIENTAL

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 1853, cobre, 20 centesimos
2 1869, idem, 4 idem
3 1869, idem, 2 idem
4 1869, idem, 1 idem
5 1857, idem, 5 idem
6 1859, idem, 5 idem

SICILIA E CHYPRE

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

Nos 1 Fernando I, 1818, prata, Carlini, 120
2 idem II, 1857, idem, idem, 120
3 idem II, 1836, idem, idem, 60

GRECIA MODERNA

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 1873, um franco, George I, prata
2 1863, idem, idem, idem, idem
3 1882, dez Aefta, idem, 10 cent., cobre
4 1878, idem, idem, 10 cent., idem
5 1869, 2 idem, idem, 2 cent., idem
6 1869, 1 idem, idem, 1 cent., idem

SARDENHA E CHYPRE

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 1826, Principe Pedro, Duque de Saboia, prata, 5 liras extincta pela Confederação Italiana
2 1830, idem, idem, idem, idem, idem, 50 cent., idem

ROMANIA

Offerecida pelo Dr. Jaguaribe

N.o 1 Carlos I, prata, 1880, 5 liras

ESTADOS PAPAES

Offerecida pelo Dr. Jaguaribe

N.o 1 1867, Pius IX, prata, 10 Soldi

ITALIA

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 Victorio Emmanuel, 10 centesimi, cobre, 1866
2 Governo da Toscana, 5 idem, Victor Emmanuel, 1854
3 Victor Emmanuel, 5 idem, idem, 1851
4 Napoleone Imperatore e Ré, 1811, Reino d'Italia, prata, 10 Soldi, rara
5 Victor Emmanuel, 50 centesimi, prata, 1867
6 idem, 20 idem, idem, 1883, rara

SUECIA E NORUEGA

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 5 ore, 1875, cobre
2 1[4 Skilling, idem
3 1 idem, 1856, idem
4 16 Reich. S. P., Oscar I, prata, 1848
5 6 ore, 1877, Oscar I, cobre
6 2 idem, CIX, idem
7 2 Skilling, 1815
8 2 ore, 1881
9 2 Skilling, 1810, norwegua, Fredericus IV, Dei Gratia, cobre
10 1674, 1[4 ore, cobre, B. S.
11 4 feunige, 1810, S. W. E

DANEMARK

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 C. R., 1626, 1 crone, cobre, rarissima
2 Frederic VII, 1853, 1 R. B. S., idem
3 idem, 1862, 20 centos, prata
4 idem, 1859, 10 idem, idem
5 idem, 1862, 10 idem, idem
6 idem, 1856, 16 Skilling, idem
7 idem, 1859, 5 centos, idem
8 idem, 1859, 3 idem, idem

POLONIA

Offerecida pelo Dr. Jaguaribe

N.º 1 Amedeu, bronze, Publica Commodita, 1714

CIDADE HANSEATICA DE HAMBURGO, (Livre)

Offerecida pelo Dr. Jaguaribe

N.º 1 1 Skilling, 1726, prata, Liga Hanseatica, rara

BAVIERA

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 Theod., Principe Bispo, 4 ph.
2 idem, idem, idem
1 idem, idem, idem

REPUBLICA ARGENTINA

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 Confederação Argentina, 1854, cobre, Banco do Thesouro Nacional, 4 centavos.
2 idem, idem, idem, idem, idem, idem, idem, 2 idem
3 idem, idem, 1827, idem, Banco Nacional, 5 idem
4 idem, idem, 1824, idem, Buenos Ayres e a Aguia, 10 idem, (rarissima)
5 idem, idem, 1823, idem, Buenos-Ayres, bonet phrygio, 1 10 idem, idem
6 idem, idem, sem data, Economia es prosperidade, 1 idem, idem
7 Republica Argentina, 1884, Liberdade, cobre, 2 idem
8 idem, idem, idem, cobre, 1 idem
9 Provincia de Buenos-Ayres, 1853, Casa da Moeda, cobre, dois reales, (raro)
10 Casa da Moeda, Buenos-Ayres, 1840, cobre. Viva a Nação, um real, idem
11 Republica Argentina, 1890, 2 centavos, cobre
12 idem, 1891, idem, cobre
13 Povo de la Roja, 1[2 real, Confederação Argentina, peseta, (rara), prata
14 Provincia do Rio da Prata, 1815, Liberdade nel Union, idem, idem
15 idem, Cordoba, 1810, idem, idem

BOLIVIA

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 Aos pacificadores da Bolivia, retratos de Meligorejo e Munhoz, (valor ao talento medalha), 1865, prata
2 Ao vencedor de São Juan, 1361, idem

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA DO NORTE

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 50 cent., 1[2 dollar, prata, 1828
2 25 idem, 1[4 idem, idem, 1853
3 10 idem, 1[10 idem, idem, 1867
4 10 idem, 1[10, idem, 867
5 1 idem, cobre, 1817
6 1 idem, idem, 1826
7 1 idem, idem, 1863
8 1 idem, idem, 1864
9 1 idem, idem, 1878
10 1 idem, idem, 1881
11 1 idem, idem, 1882
12 1 idem, idem, 1883
13 1 idem, idem, 1887

REPUBLICA DO CHILE

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 2 Reaes, 1844, prata
2 Meio duro, 1856, idem
3 20 C. 1861, idem
4 1 Decimo, 1866, idem
5 um Centavo, 1857, cobre, Economia é riqueza
6 idem, idem, 1882, idem, idem

REPUBLICA PERUANA

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 1863, 1|5º de Sold, prata
2 1840, 1|10, idem, idem, idem

REPUBLICA DO PARAGUAY

Offerecidas pelo dr. Jaguaribe

N.os 1 1870, 2 centimos, cobre
2 idem, 1 idem, idem
3 1868, 5 idem, idem
4 1845, 1|12 idem, cobre
5 1870, 5 idem, idem

CASTHMORE

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 1 Wlnik, cobre
2 1 idem, idem
3 1 idem, idem

REINO DE SIAM

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 Teael, 1869, 33 réis, (curiosas)
2 idem, 1870, 33 idem

MOEDAS ROMANAS

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.os 1 1 Moeda Bronze
2 1 idem, idem, idem
3 1 idem, Antoninus Pius, idem, rarissimo
4 1 idem, para Marinheiros, dedicado ao templo de Neptuno, com feixo destinado aos navios em partencia, rarissima
5 1 idem, Romas, com cabra, apago
6 1 idem, cobre, Mario Aurelio, pequena
7 1 idem, Argitus, Ceres

MOEDAS GREGAS

Offerecidas pelo Dr. Jaguaribe

N.º 1 1 Jogo Olympico com quadrigio, cobre

MOEDA HEBRAICA

Offerecida pelo Dr. Jaguaribe

N.º 1 Stekel pequeno, rarissimo, Rabino, Rei Melchisedec

MOEDA PHENICIANA

Offerecida pelo Dr. Jaguaribe

N.º 1 Cunhada em Thecea, antigo nome de Marselha, cobre

NÃO CLASSIFICADAS

N.º 1 Moeda grande de cobre, com imagem de S. J. Baptista, tem as armas dos Bourbons, parece-me de Carolus XI Rei de França

MEDALHAS DO INSTITUTO

N.ºs 1 idem, de Barthélemy Saint Hilaire, 1837. Sociedade d'acclimação, (bronze grande modelo), offerecido pelo socio Loefgren

2 Medalha de bronze, 1843-1894. Instituto dos Advogados no Rio, offerecida pelo Instituto. Exposição de trabalhos juridicos

FAC-SIMILES

N.º 1 Specimen em chumbo de Moeda Grega, sem valor

Moedas obsidionaes do Brazil

O primeiro periodo monetario colonial é de alto valor historico: infelizmente é assumpto muito desprezado pelos historiographos.

Não quero retraçar época por época os differentes systemas monetarios empregados. Não fallarei nem das moedas de ouro da capitania de S. Paulo, nem das de Matto Grosso, nem dos raros productos da casa de fundição de Taubaté, nem das moedas de Piratiny, nem das moedas triangulares obsidionaes dos Farrapos, quero apenas chamar a vossa esclarecida attenção sobre

as tão afamadas moedas obsidionaes, as primeiras genuinamente brazileiras.

Si diariamente achamos em abundancia moedas romanas, gregas ou de outras nações, infelizmente assim não é o caso com as moedas hollandezas, cunhadas precipitadamente em Pernambuco, com fórma sexagonal. Tiveram curso de 1645 a 1654.

Logo depois da restauração da monarchia portugueza em 1640, effectuada pelo Duque de Bragança, João IV, e depois do tratado de Itaque, assignado em 12 de junho de 1641, as dissensões que existiam entre os Paizes-Baixos e Portugal, (dissensões que tinham nascido no tempo da união forçada entre a Hespanha e Portugal em 1580, sendo rei então n'este tempo Philipe II) começaram a acalmar tanto na Europa como nas colonias : a calma, porém, foi de pouca duração ; pouco a pouco as hostilidades reappareceram, e os hollandezes assim como os portuguezes acceitaram-se mutuamente a renovação das dissensões.

Assim ao menos deduzimos, lendo o livro hollandez de Gaspar Barlaens *Historia dos Brazis* e o livro portuguez do Barão de Porto-Seguro : *Historia das Luctas com os hollandezes no Brazil.*

Em 1621, a companhia então formada sob o nome de Companhia Neerlandeza do Este da India, possuia n'aquelle momento uma parte importante do littoral brazileiro, assim como Rio Grande do Norte, Parahyba, Itamarica, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, e ella combatia ora feliz ora infelizmente pela capitulação de Pernambuco em 26 de janeiro de 1654.

Durante esses combates a Companhia achou-se varias vezes, em situação muito precaria, situação esta que a obrigou a cunhar moedas em Pernambuco, a capital da

nova Hollanda Brazileira; as moedas assim cunhadas foram denominadas moedas obsidionaes ou moedas de necessidade.

Lançou mão mais tarde do mesmo recurso uma outra rival da hollandeza (ingleza porém) e conhecida pela nome de West India Companhia.

Até o momento que a Rainha Victoria subiu ao throno, a dita companhia tinha privilegio de cunhagem em todas as Indias inglezas ; a pequena collecção de nosso Instituto possue varios specimens d'estas moedas, conhecidas sob o' nome de «Annas».

O tratado concluido em 12 de junho de 1641 com o novo rei de Portugal, depois d'este reino ter sacudido o jugo hespanhol, especificava uma tregua de 10 annos, durante a qual cada paiz conservaria tudo quanto já possuia, no momento da assignatura do tratado. É curioso de ver que esse facto tão importante é contestado pelo historiographo Van Loon, volume II, pagina 283.

Entretanto os portuguezes, inquietos pela negociação da paz, receiavam que as Provincias Unidas, agora livre de sua guerra com a Hespanha, decidissem depois da liga em cahir sobre elles, com todas as suas forças. Querendo impedir isso, empregaram todos os meios para adormecer no Brazil a vigilancia hollandeza, gabando aos hollandezes a brandura do governo e ao mesmo tempo que se livravam a este manejo, procuravam tambem insufflar aos seus patricios empregados na Companhia idéas de revolta e de insubordinação.

O seu fim era:—1.º um levantamento geral; 2.º massacrar todos os officiaes durante um casamento que em dia marcado tinha de ser realisado; 3.º apoderar-se do Recife, Serenham, Nazareth e de outros lugares importantes.

Os hollandezes, porém, avisados por carta de Amsterdam (em 1645) evitaram esse golpe, aprisionaram varias naús carregadas com armas, e forçaram os inimigos, allegando que estes tinham pegado em armas e formado um corpo de exercito, a fugirem nos mattos.

Visto a conspiração ser mal succedida os portuguezes tornaram a armar-se de novo e abertamente, pilharam as planicies já habitadas, queimaram as plantações hollandezas, mataram os seus trabalhadores e marinheiros, e ameaçaram com a força todos que recusavam reconhecer o rei de Portugal como soberano.

Os subditos da Companhia não obstante fortes para impedir um levantamento tão geral, fizeram publicar uma amnistia em geral e deputaram alguns dos seus ao Vice-Rei portuguez. Porém tão má impressão produziu a deputação, que um dos seus membros levou a perfidia até o ponto de vender aos inimigos, o cabo de São Agostinho do qual era então commandante. Ao mesmo tempo o general Huys soffria uma desfeita em Camerão e teve a felicidade de ver quarenta grandes galeotas trazer um poderoso soccorro aos portuguezes revoltados, os quaes, depois de sitiar a fortaleza de Serinham, anniquillaram as forças hollandezas separadas das do Recife, e espada na mão carregaram com Porto Calvo e o Rio de São Francisco. Teriam-se apoderado do Recife, si por ventura não tivesse entrado e ameaçado poucos dias antes uma flotilha hollandeza, trazendo munições e viveres. A guerra que assim começou n'aquellas regiões continuou dez annos, durante os quaes, os nativos do paiz e os ventos mesmos declaravam-se a favor dos portuguezes de um modo tão pernicioso para a Companhia que esta viu-se obrigada a deixar inteiramente o Brazil, e ficou quasi arruinada

por este motivo. Antes porém de chegar a esta extremidade, defendeu-se em toda parte com muito valor, e para ter em estado de pagar suas tropas resolveu na falta de moeda, de mandar cunhar as seguintes moedas :

Ouro—Uma placa de 12 florins; dentro de um cordão de perolas e algarismo XII e debaixo as iniciaes C. W. C., Companhia privilegiada do Este da India. No verso, Anno Brazil L—A—E—1646. Seu peso era de 7.—60. Inutil dizer-vos a raridade d'esta moeda.

Ouro—Placa de 6 florins identica á 1.ª com o algarismo 6. Peso 3.—70.

N.º 3, Ouro—A mesma com um fio de perolas.

N.º 4, Ouro—Placa de 3 florins igual á 1.ª com o algarismo III, anno 1646, Peso 1,—80.

O unico specimen que eu conheço d'esta moeda se acha no Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco; e acho conveniente que se officiasse ao dito Instituto, pedindo que este enviasse ao menos uma photographia d'este raro documento numismatico.

Em prata, com a data de 1654, temos a placa de 12 stuiver, dentro de um fio de perolas e algarismo XII, data 1654, igual á data da placa de ouro, peso 5 g.

A placa de 40 Stuiver com 4 xxxx, peso 12,—10.
» de 10 » » 2, 85.

As moedas de ouro emittidas em 1645-46 são quasi correlativas em peso e desenho: em quanto às emittidas em 1654, do valor de 12 Stuiver já são mais pesadas que as de 10 e 40 Stuiver.

Houve mais duas emissões uma de 30 sols ou stuivers.

Uma de 20 sols ou stuivers de cobre; 20 de cobre; as de cobre foram cunhadas, quando aos hollandezes veiu a faltar totalmente a prata e o ouro.

Só esta descripção supra, parece um tanto esteril; peço desculpa aos meus nobres e distinctos collegas, porém eu quiz deixar estabelecida uma guia, não sómente para os doadores futuros, como tambem para facilitar ao futuro encarregado da secção numismatica do Instituto, um caminho facil a seguir.

Mas voltamos á parte interessante da historia hollandeza; a necessidade da cunhagem d'estas moedas é demonstrada ainda mais pelo paragrapho que vou ler-vos, paragrapho extrahido de um interessante livro manuscripto em poder do sr. Palm, dignissimo consul geral da Hollanda no Brazil: este livro está escripto em hollandez: sua data é de 1692, na folha 368 encontrei o seguinte a respeito da *necessidade de cunhagem*:

«N'este mesmo anno de 1653, o Sr. Goch que durante 18 annos foi Conselheiro no Brazil, chegou da Hollanda, desembarcando em Cadiz. Teve elle em 20 de julho uma audiencia na Assembléa Geral dos Estados Geraes, onde representou que seria facil tornar a levantar os negocios no Brazil, visto que os hollandezes possuiam ainda 300 leguas de terra no littoral, e que elles tinham medo de penetrar no interior das terras, motivo esse que occasionava grande miseria. Excitados por essas razões, os Estados pensavam em procurar finalmente um allivio aos seus infelizes subditos, e para esse fim mandaram a Lisboa Rodolpho e Vehoeven, munidos de poderes menos limitados, que os que tinham sido dado dantes, anteriormente a outros embaixadores.

Foram recebidos nas Cortes portuguezas com todas as honras imaginaveis, porém, não chegaram a accordo

algum com os portuguezes os quaes pretendiam liquidar no mesmo tempo todas as questões pendentes em relação ás Indias orientaes e occidentaes e lisongeavam-se mais pelo que não sendo os enviados dos Estados auctorisados a entrarem em uma negociação geral, a conquista do Brazil inteiro, far-se-hia, sem que elles tivessem tempo de receber instrucções sobre o assumpto.

De facto, no mez de maio do anno seguinte, 1654, souberam que por falta de reforço sufficiente, os portuguezes no dia 20 de setembro tinham sitiado o Recife, ultima fortaleza da Companhia no Brazil, com uma frota de 60 navios e com um poderoso exercito composto de moradores mulatos, mamelucos, brazis e pretos ajudados por forças regulares, e que apoderando-se da praça obrigaram os Hollandezes a abandonar inteiramente este grande paiz, deixando atraz cerca de 300 peças de canhão. Esta perda foi attribuida á falta de viveres e munições, ao mau estado das fortificações e sobretudo a indisciplina da soldadesca. Esta ultima servindo além do seu tempo, e nada sabendo dos soccorros promettidos, procurou voltar para a patria: afim de pagal-a a Companhia, mandou cunhar as moedas (vide descripção acima e que motivaram o presente escripto.)

Finalisa aqui esta ligeira resenha, chamando a attenção do Instituto sobre dois extrangeiros que muito fizeram para salvar do esquecimento total a Historia numismatica do Brazil. Um bem conhecido, escreveu o melhor livro que ha sobre esse assumpto; é o distincto Conselheiro Teixeira d'Aragão, director actualmente da secção de numismatica da Bibliotheca Nacional de Lisboa; outro é o Dr. Jules Meili, cidadão suisso, advogado em Lausane, o qual publicou um catalogo illustrado das

moedas do Brazil desde 1640 até hoje. Este catalogo contém mais de 2.000 paginas illustradas.

A bem dos interesses do nosso Instituto, requeiro que sejam acclamados membros honorarios.

Peço mais, aos meus distinctos collegas, que observem com attenção qualquer moeda mesmo de cobre, que por ventura, possa passar por suas mãos. Ha hoje, avulsas muitas curiosidades numismaticas: recolhendo-as podemos pouco a pouco, formar e augmentar a collecção do instituto, concorrendo assim pela formação de mais uma base para o conhecimento da Historia da nossa Patria, mãe patria para uns e patria adoptiva para os outros, mas nem por isso menos sagrada nem menos cara.

E. Hollender.

DISCURSO

DO

DR. JOÃO MONTEIRO

NA SESSÃO MAGNA DO 1.º DE NOVEMBRO DE 1897

Vivere... militare est.
Sêneca, carta XCVI.

Senhores:

Em sua soberania, tão coactiva no poder com que me domina quanto acabrunhadora na generosidade com que me honra, deu-me o Instituto ordem para vos falar dos consocios mortos no decurso do anno, que hoje para nós se fecha.

Venho vos falar da morte—dizer-vos o que entre nós foram aquelles dois resplendentes espiritos, que se chamaram Cesario Motta e Aureliano Coutinho, e que, se para sempre desappareceram de nossa vista, tambem para sempre deixaram immaculavel memoria de si: um, qual se houvera sido o Spartacus da fé republicana, o outro, o Cicero do credo juridico. Aquelle, eminente atalaia da Republica, tomba exanime no meio mesmo da temerosa refréga, que os demolidores da patria tão impatrioticamente ora lhe ateiam—e elle, medico eximio, não teve como manter a propria vida para inoculal-a nas veias da Republica exangue; este, inflexivel ministro do Direito, cái fulminado pelo proprio coração, morto de muito ter amado a patria—e elle, jurisconsulto excelso, não teve mais forças para ensinar como

se cultiva o Direito, sem cujo sangue a Republica tem necessariamente de succumbir tambem.

Venho vos falar de mortos.

Mas o que é a morte? Se, como disse o preceptor de Nero, viver é luctar—*vivere, militare est*—será acaso a morte a inteira negação do movimento, da acção, da lucta? por completo, o anniquilamento das individualidades, que sob qualquer envolucro visivel, passam, em curto lapso, pelo intérmino scenario da creação? ou será antes uma das multiplas e variadas fórmas segundo as quaes todos os seres, quer no dominio biologico, quer no dominio chimico, quer no dominio sociologico, luctam consoante a lei fatidica da selecção natural? Longe de ser a desoladora figura da anniquilação derradeira, não será antes a morte a mais natural das transformações de todos os organicos ou inorganicos corpos? Se a vida, qual demonstraram-no os modernos naturalistas, com Darwin á frente, é uma série de relações—é a suprema formula da associação universal, associação que, atravez de qualquer systema philosophico—de Spinosa ou de Lamarck, de Strauss ou de Vico, de Schlesinger ou de Buchner—tem por synthese o principio da unidade cosmica, ou como diz o chefe do moderno monismo, Hœckel—«a inseparavel solidariedade da força e da substancia, do espirito e da materia, ou como tambem se póde dizer, de Deus e do mundo»—(1) em uma palavra, a concepção monistica do universo; associação que, cerrado densamente o inescrutavel manto das ficções mythologicas, tem, no immenso campo dos phenomenos analysaveis, demonstrações positivamente exactas:—no systema sideral, não

(1) Hoec' el, *Le monisme*, Paris, 1897, pag. 12.

é pela reciproca attracção da materia ambiente que se constituem as nebulosas? não é ainda pela attracção do immensuravel acervo de materias condensaveis, que o systema solar infinitamente viverá para imprimir o calor da vida a tudo quanto cresce, a tudo quanto sente? no systema biologico, não é na cohesão das proprias forças e na acção dos choques externos, que em cada corpo se produzo phenomeno da vida? no systema chimico, dada a reacção de um corpo sobre outro, a dilatação daquelle e a absorpção deste não dão como resultante, não o anniquilamento de atomos, pois que a materia é indestructivel, senão a individuação de um novo aggregado integral? no systema psychologico, não fôra inconcebivel o phenomeno das verdades objectivas se as conformidades intellectuaes podessem viver fóra da mutua collaboração das individualidades conscientes —quer dizer, que tal verdade não o é senão porque todos os homens assentem nella? no systema sociologico, tambem impossivel não fôra a vida collectiva sem o internacionalismo em acção: na politica, pelo reconhecimento das soberanias extrangeiras; no direito privado, pela approximação, tão estreita quanto possivel, das normas juridicas; no regimen economico, pela livre permuta das forças industriaes; nas sciencias, pela necessaria expansibilidade das generalisações *in abstracto;* nas artes, pela influencia do bello, esse soberano cosmopolisador da humanidade; em todas as manifestações, emfim, da actividade humana, pela lei convergente da sympathia ecumenica, pois que, como diz Novicow, *o exclusivismo nativista é um suicidio nacional* (1)?—se a vida é tudo isso: phenomeno universal da lucta eterna

(1) Novicow. *Les luttes entre sociétés humaines*, 10ª ed., Paris, 1869, pag. 570.

entre os atomos e as moleculas de todos os corpos, entre as cellulas de qualquer organismo e os differentes membros de uma sociedade qualquer (1); lucta que, por força mesmo da lei cosmica da cohesão e da sympathia, acaba na assimilação geral resultante do systema ou série das complicadissimas relações produzidas pelas leis de crescimento, de reproducção, de hereditariedade e de variabilidade (2)—se tal é a vida, a morte não póde ser a antithese da vida, porque pela morte, a materia não se destróe, mas se modifica, o espirito não se desfaz, mas emigra, a luz não se apaga, mas foge, a idéa não se extingue, mas se transmitte, a côr não se dissipa, mas se altera, o som não se perde, mas se transporta, a vida não acaba, mas se transforma.

Olhae de novo: no systema sideral, o tresmalho de uma estrella não equivale a uma correspondente perda de luz, porque tal estrella augmentou, na razão directa de sua força luminosa, a da outra em cujo seio se foi absorver. Se o proprio sol se mergulhasse em outra estrella, não se apagaria, porque com essa outra estrella formaria nova associação chimica; e se em vez de mergulhar, se lhe pozesse a gravitar em volta, com ella formaria nova associação astronomica (3). No systema biologico, provar-se-ia a these com a simples invocação de Darwin, *On the origin of species:* o homem se nutre de carne de boi, o boi se nutre de trevo, o trevo é fecundado pelas moscas-zangões, estas são devoradas pelos ratos, o gato por seu turno destróe os ratos, e o rato vai depois adubar a terra, e a terra nutre o boi, e o boi alimenta o homem—e o homem, e o boi, e o trevo,

(1) Novicow, *Les luttes entre sociétés humaines,* 10.ª ed., Paris, 1869, pag. 18.

(2) Charles Darwin, *On the origin of Species,* ch. XIV.

(3) Novicow, obr. cit. pag. 4.

e o zangão, e o rato e o gato formam um todo solidario, ou, se quizerem, uma alliança commum (1). No systema chimico, o cobre com que ligaes as partes de ouro ou de prata amoedada não deixa jamais de ser cobre, com elementos tão proprios quanto os componentes do ouro ou da prata. No systema psychologico, a final inercia cerebral de Homero, de Plutarcho, de Franklin, de Calvino, de Montesquieu, de Voltaire, e de tantos outros genios que deixaram assignalados varios cyclos da historia humana, não extinguiu nem extinguirá jámais o magno esforço intellectual que cada um delles deixou impresso no grande cosmos da esthetica ou da sciencia universal. E porque? Porque a intensa vibração da poesia homerica até hoje alenta a alma inteira da poesia mesma; porque foi no vigor estylistico do favorito de Trajano, que ainda neste seculo Macaulay e Agostinho Thierry, rasgando as escuridões da historia, condensaram, avivaram, animaram, na térsa phrase de seu estylo inimitavel, a alma mesma da historia politica dos modernos tempos; porque é ainda o electrico espirito do abolicionista da Pensylvania, que hoje illumina as maravilhosas invenções de Edison; porque a idéa basica do calvinismo—origem democratica da auctoridade religiosa—é hoje a pedra fundamental da religião do futuro, que a macilenta mão do improprio e quiçá pretenciosamente chamado prisioneiro do Vaticano, já cimentou com a impressionadora influencia de seu talento sem macula e de sua sciencia profundissima; porque o espirito philosophico do creador do *Espirito das leis* ahi está dando vida aos codigos modernos, onde o homem figura, qual doutri-

(1) Novicow, *Les luttes ent e sociétés humaines*, 10.ª ed., Paris, 1869, pag. 9.

as velhas e detestaveis composições de Nevio e Ennio não se vasaram na *Eneida*, de Virgilio, e na *Historia*, de Tito Livio, e com o lento volver dos seculos, o latim não se transfundiu no italiano?

Eis ahi o que é a morte: uma novação da vida—uma *transfusio atque translatio*, como diriam os jurisconsultos romanos. Nada se extingue, porque nada se perde—porque tudo revive.

E eis ahi porque, senhores, prestando hoje seu culto de veneração aos dois valentes batalhadores que physicamente para sempre dentre nós se foram, o Instituto, paraphraseando mil vezes repetido versiculo biblico, póde exclamar diante da memoria delles: — *beati qui in amore patriæ moriuntur!*

Sim—porque elles, como os bemaventurados que morrem na graça do Senhor, reviverão no amor da Patria, que muito engrandeceram.

Spartacus da fé republicana—já dissemos que Cesario Motta o foi: deixae-nos repetil-o porque, se o indomito insurrecto thraciano figura na historia como a irreductivel personificação da liberdade contra a oppressão, da luz da consciencia contra a escuridão da ignorancia, da tenacidade na defesa de um credo contra a indolencia dos felizes ou a rebeldia dos obstinados —se tal foi o famoso gladiador de Capua, em Cesario Motta—ardente como o calido sôpro das tempestades equatoriaes, fulgida como o pino solar, resoluta e recta como o fuzilar das nuvens, mas tambem proficua como as chuvas e as bonanças, deleitavel como as raras selvas africanas, abençoada como o roteirado porto para o nauta, que se transviára na perfida mobilidade das ondas—impavida palpitava inteira a alma do capuano heróe. Spartacus foi um homem-synthese, cujo postu-

lado, como escolasticamente diria Hegel, se consubstanciava no supremo verbo do genesis social moderno: Liberdade; Cesario Motta, em quem, como que esculpido pelo cinzel de Phidias ou retratado pelo pincel de Velasquez, se encarnára o substracto da verdadeira democracia: fazer sadio e consciente o povo— fez-se o mais esforçado cultor e estreme guarda das duas mais exigentes e sadias forças das que podem alimentar a vida da Republica: a instrucção e a hygiene. *Mens sana in corpore sano:* tal foi o seu programma.

E elle, com a sciencia medica que lhe opulentava o espirito, excellente discipulo de Claude Bernard, bem viu com o eximio mestre, que sem hygiene não ha physiologia em acção, e, portanto, que sem esta não ha homens capazes, que sem robustos instrumentos vivos de trabalho não ha industrias e, portanto, fontes de riqueza publica, e que sem fortuna definharia a Republica, que só por si é a fortuna maxima a que podem attingir os destinos politicos da humanidade civilisada. E quando, em 1894, esse tenebroso Ashavero asiatico, que se chama o *cholera-morbus*, pairou sinistramente sobre nós, Cesario Motta tal esforço desenvolveu que, barateando a propria vida sem que de tal se acuidasse, bateu resolutamente o tetrico inimigo, que lá se foi em seu eterno caminhar em fóra, emquanto que a vida da cidade retomava o exhuberante afan de sempre, com suas doces frescuras para as calmas estivaes, com os mornos affagos do ridente sol para os dias do tremulante inverno.

Mas ficára elle em meio se não cuidasse tambem da saúde mental da Republica: e neste outro esforço, Cesario Motta tanto nos engrandeceu, que seu nome será sempre, para a historia da instrucção publica paulista, o

que o sol e a chuva são para a nossa maravilhosa lavoura ou o capital para o nosso movimento economico.

«O homem, disse o portentoso poeta da *Legenda dos seculos*, tem duas especies de alimentação supremas: uma sempre bôa—o materno leite; outra, que póde ser pessima—a licção na escola.» E então, perfeito homem de governo, Cesario Motta presentiu que na instrucção estava o futuro da Republica, e tomando por programmo este conceito daquelle mesmo poeta: «Quem diz instrucção, diz governo; ensinar é reinar: o cerebro humano é uma especie de cêra, que toma a marca do bem ou do mal segundo um ideal a toca ou uma garra a aperta (1)», com a mesma sancta prodigalidade com que Deus engastou estrellas no céo, espalhou flôres nos campos, povoou de idéas os cerebros, encheu de amor os corações e de alegrias o lar, levantou elle escolas, e nas escolas pôz o sumptuoso e prazenteiro templo da formosa infancia, que é a massa organica do futuro em que a nossa Republica, saneada dos impatriotas, como o sagrado templo, pela justiceira vergasta do divino Christo, se saneou dos vendilhões que o deshonravam, haverá ainda um dia de se sentar, acreditada e altiva, no faustoso banquete da civilisação internacional.

Taes foram os dous mais brilhantes traços com que se perpetuará entre nós a memoria de Cesario Motta: deu á Republica braços avigorados pela saúde physica, consciencias nobilitadas pelo cultivo da instrucção.

E porque ha de ser, principalmente, no amadurecimento desta força moral—a instrucção—que a Republica achará a seiva da propria vida, é que elle, d'ora

(1) V. Hugo *Cesar que mata e Pedro que mente*. versão port. de Emygdio de Oliveira, pag. 39.

avante o symbolo da instrucção paulista, não se extinguiu para a Republica, mas revive em cada escola, em cada professor, em cada alumno, em cada cidadão instruido, o que quer dizer, em cada consciente titular das relações de direito.

O Direito!... Mas se a Republica não morrerá emquanto no coração do ultimo republicano pulsar o sentimento do direito, jamais o negro véo do esquecimento ingrato ennublará a veneranda memoria de Aureliano Coutinho.

No enxame de virtudes, de sentimentos bons, de idéas sãs, de lavores affectivos, que formaram o caracter daquelle varão illustre, fulge em todas as linhas, com a magestosa nitidez dos symbolos—como nos hieroglyphicos egypcios o segredo do esplendor de Thebas e de Memphis, como nas paginas do Ramayana a mystica força do immortal Manou—o aureo compendio do verdadeiro jurisconsulto.

Juiz—elle foi a correcta personificação da *anchora legum*, de Bacon. E tão fundo, no inconstante mar das demandas forenses, enterrou elle a ancora das leis para estabilidade da justiça, que não houve tentações da facil fortuna politica, por mais seductores que fossem os fulgidos ouropeis das posições offerecidas, capazes de abalar aquella inabordavel capitánea do Direito. Mais feliz do que o philosopho inglez, jamais deixou *queimar as azas no fatal fogo das paixões politicas*, como do auctor do *Novum Organum* disse o seu biographo Riaux (1). E no emtanto, ao extraordinario talento do filho do Visconde de Sepetiba não haveria portas que se não abrissem, estradas que se não franqueassem na politica do segundo imperio...

(1) *OEuvres de Bacon*, Paris, 1845, I pag. IV.

E' que a seu espirito, tão solidamente preparado quanto os que mais o fôssem, retinia constantemente a caustica sentença de Carrara—que *politica e giustizia non nacquero sorelle* (1).

E quão amarga não foi mais tarde—na dictadura de 93 (terrivel coincidencia historica de datas !)—quão amarga não foi a tenebrosa experiencia que elle teve de tão profundo conceito ! E Aureliano, que sincera e devotadamente se dedicára ao serviço da Republica, e com a gloriosa constituinte de 14 de julho de 1891, outorgára a S. Paulo a mais republicana das constituições brasileiras, foi suspeitado de deslealdade politica, elle, a invencivel alva muralha da honra immaculada! Mais patriota, porém, do que Demosthenes diante das estolidas invectivas de Eschines, tragou elle em silencio a corrosiva affronta.

Tambem, que houvera de oppôr ? Repetiu com Laboulaye : *N'ayons pas la déraison de raisonner avec l'autorité qui ne raisonne pas*—e deixou passar a nuvem que toldava o esplendido céo da patria.

Relevae, senhores, que no seio do nosso Instituto, amorpho em politica, tocasse eu em tão encandescente assumpto. E' que, republicano intransigente, quer dizer, tanto mais republicano quanto mais deturparem a Republica, quiz deixar escripto que calumnia quem a Ella imputar aquella atrocissima injustiça, e purificar a historia de Aureliano Coutinho daquella nodoa, com que em má hora lhe tentaram macular o nome. Em má hora, sim, porque ai da Republica, se forem assim tão facil e injustamente suspeitando dos mais capazes em servil-a !

(1) *Programma*, vol. 7.º pag. 636.

Se como juiz foi Aureliano o brilho da propria classe, como advogado concretisou a velha definição romana—*vir bonus dicendi peritus*—definição que até hoje, como, poucos dias faz, escrevia Carraby, o intimo de Lachaud, é do advogado a mais bella e justa definição conhecida (1). Em cada qual dos seus arrazoados se condensava profunda monographia: e nós todos, clientes, collegas e juizes, nos embebeciamos a sorver aquella sciencia, que elle mais a mais opulentava com os esplendores do seu talento e com as plasticas perfeições de uma fórma impeccavelmente correcta e deleitavelmente amena e flórida. Todas, todas as qualidades fundamentaes do bom, do verdadeira advogado, se convizinhavam nelle: probo como Catão, o Grande, eloquente como Demosthenes, purista como Cicero, philosopho como Aristoteles, jurisconsulto como Celso, elle foi no corpo dos advogados brasileiros o *primus inter pares*.

E como professor? Quem havia sido, como juiz, a propria lei em acção, e era, como advogado, o perfeito *patronus* do direito, tinha de ser, e foi, como professor, o modelo vivo dessa, a mais honrosa das profissões sociaes. Uma licção de Aureliano era para elle, como disse Cogliolo, o eminente professor da Universidade de Camerino—*il suo campo di bataglia, e in essa era riposto il suo trionfo*—porque, cerebro de jurisconsulto com alma de apaixonado artista, sabia elle que, *qualunque disciplina s'insegni, anche pratica e sperimentale, la parola puó colorirla, la veritá puó infocarla, perché ogni fenomeno ha il suo lato poetico ed ogni*

---

(1) *La litterature au barreau*, no *Figaro* de 25 de julho de 1897.

cosa ha il suo splendore (1), e que impotente havia sido todo o ridiculo dos *Plaideurs* de Racine contra o conceito dos velhos jurisconsultos: *erubescendum esse jurisconsulto sine colore loquenti.*

E elle, com a precisão de um Maynz e o brilhantismo de um Ihering, fazia de sua aula sumptuoso seminario de triumphos invejaveis.

E como Cesario Motta servira á Republica dando instrucção ás crianças, que amanhan por ella hão de batalhar, Aureliano Coutinho, distribuindo, defendendo e ensinando a Justiça e o Direito, prestava á Patria o mais assignalado dos serviços. E' por isso que, assim como o Spartacus da fé republicana não se extinguirá jamais, o Cicero do credo juridico reviverá na nossa historia emquanto o Direito fôr, e sel-o-á sempre, a propria alma da Republica.

—

E vós, ó soberanos espiritos! symbolos da Instrucção e do Direito—que são os protoplastos da Republica, deixae que vos invoque ao fechar o meu pallido discurso, que só pelo fulgor dos vossos nomes se fez digno do Instituto.

Do seio do incognoscivel, ó almas só formadas de rectidões moraes! estendei-vos até esta patria por cujo amor tombastes, e na ardente fé e nas vivazes crenças que tanto impulsionaram vossos corações, vinde, vinde dizer a nós todos, para que todos nós honremos as vossas licções, celebrando a vossa veneranda e inapagavel memoria:

—Basta! basta de odios, que destróem; basta de invejas, que amesquinham. A Republica deve ser a

(1) P. Cogliolo, *Melanconie universitarie*, pag. 19.

suprema expressão do amor e da solidariedade nacional. Venham todos, brasileiros ou não, collaborar na magnifica empreza do engrandecimento desta maravilhosa terra do Brasil, onde só o homem, no meio das mais opulentas grandezas que Deus architectou, teima em ser pequeno. Sejam os governos os primeiros a fazer baixar a ponte da tolerancia e da brandura, o que quer dizer, da egualdade e da justiça, para que passem todos os capazes de esforços uteis á nossa existencia collectiva. Venham todos : mesmo extrangeiros, sim, porque nestes achareis a prova da verdade deste conceito do auctor d'*As luctas entre sociedades humanas*, o já citado Novicow : *o exclusivismo nativista economico produz a pobreza: o mental, a estupidez; um e outro, o abastardamento da população.* Venham todos, e principalmente aquelles que, menos brasileiros do que o extrangeiro laborioso, vão se deixando mumificar na estupida algidez da abstenção politica. Disse formoso escriptor do classico Portugal : «A abstenção politica é mais do que a morte : é a indifferença pelos males sociaes, é a historia deste torpe individualismo, que nos corrompe, é a gangrena moral desta sociedade em dissolução, é a anasarca symptomatica da lesão organica que despedaça a nossa existencia, é o maior de todos os crimes, porque é uma tranquilidade ficticia, comprada á custa dos legados que nós iamos enthesourando para as gerações futuras» (1). Não vos fieis na apparente inoffensiosidade desses intitulados felizes da fortuna : são dos peiores inimigos da patria, esses, que de tudo mais se dando por satisfeitos porque o ouro lhes paga todos os caprichos da ociosidade vadia, tudo dão de si

(1) D'*Os salões*, do V. de Ouguella, nas *Noites de insomnia*, de C. Castello Branco, tom. IV, pag. 64.

quando, ao repetirem, a cada tropeço levantado contra a Republica, a insidiosa phrase—quanto peior, melhor—desnudam-se tal qual o sordido Shylock, de Shakspeare, que só nestas palavras vasava inteira a alma: *I am well payed, that I am well satisfied.* — Trazei-os para a lucta, que talvez assim se convertam outros não menos perigosos inimigos—os desanimados—aquelles que lamurientamente vivem a comparar o presente com o passado só pelo imbecil prazer de exalçar este para amesquinhamento daquelle. Esses, já o insigne Macaulay os fustigou na sua *Historia da Inglaterra* (1). Venham, venham todos os bons elementos de vossa exuberancia moral, intellectual e material tirar desta triste penumbra de hoje o nosso Brasil, que tanto amámos e servimos. Conciliação geral. Só assim, apagadas as animosidades impatrioticas, anniquilado este presente de vermelhidões sanguineas, de cobiças argentarias impudentemente famelicas, de criminosas tentativas de abordagem contra o misero navio nacional—é que havereis de chegar á baliza dos vossos gloriosos destinos. E então, confraternisados nas doçuras da paz, unidos no grandioso empenho de reconquistar o antigo credito da Patria amada, e reaccender o esplendor de sua passada historia—esplendor e credito que a verdadeira Republica inda fará maiores—vos mantereis na linha das mais ricas, intelligentes e poderosas nações do mundo.

---

(1) *Those who compare the age on hich wtheir lot has fallen with a golden age which exists only in their imagination may talk of degeneracy and decay: but no man who so correctly informed as to the past will be disposed to take a morose or despouding view of the present.» History of England, 1, 283.*

ACTAS DAS SESSÕES

Sessão ordinaria em 25 de Janeiro de 1896

Presidencia do Sr. Dr. Carlos Reis

A's 8 horas da noite, numa das salas do predio em que funcciona o Gymnasio do Estado, á Rua da Boa Morte n. 17, presentes os socios Carlos Reis, Gustavo Koenigswald, Augusto Cardoso, Alexandre Riedel, Antonio Piza, Sacramento Macuco e Pedro Vicente, assumiu a presidencia o 1.º secretario, Dr. Carlos Reis, na falta do presidente e do vice-presidente, que participaram o seu não comparecimento, e declarou aberta a sessão, convidando para servirem de 1.º e 2.º secretarios os socios srs. Drs. Antonio Piza e Augusto Cardozo.

Foram lidas e approvadas as actas das sessões de 25 de Outubro e 1.º de Novembro ultimos.

O 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Telegramma do presidente honorario do Instituto, Dr. Prudente de Moraes, em resposta ao que lhe foi dirigido, agradecendo as congratulações pelo 1.º anniversario da fundação do Instituto em 1.º de Novembro proximo findo.

Do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, enviando diversos numeros de sua *Revista* e duas obras.

Do sr. Dr. Frederico Lisboa, agradecendo a sua nomeação de socio honorario.

Do mesmo, enviando um exemplar do *Correio de Noticias*, em que vem publicado um interessante docu-

*

mento historico sobre propaganda abolicionista em 1794.

Do mesmo, offerecendo um exemplar da lei sobre instrucção publica do Estado da Bahia.

Do sr. Dr. Augusto Freire da Silva, offerecendo diversas obras.

Do sr. Francisco Corrêa de Almeida Moraes, agradecendo a sua admissão como socio correspondente.

Do sr. Dr. Joaquim Francisco de Assis Brazil, agradecendo a sua nomeação de socio honorario.

Do socio sr. Dr. Raymundo Pennaforte Alves do Sacramento Blake, offerecendo em manuscripto a memoria que com o titulo—*Algumas reflexões sobre a viação para matto Grosso* apresentou ao Governo em 1870.

Do Director da Colonia Blasiana, pedindo a *Revista* do Instituto para a sua bibliotheca.

Do socio sr. Dr. Georges Ritt, offerecendo tres obras.

OFFERTAS

Pela Directoria geral dos Correios: *Boletim Postal*—ns. 10, 11 e 12 de 1895.

Pelo sr Dr. Mello Moraes Filho: *Archivo do Districto Federal*—n. 11 de 1895.

Pelo Director do Pedagogium Brazileiro: *Revista Pedagogica* — n. 46.

Pela Directoria do Gymnasio de S. Paulo: *Programmas* de ensino.

Pelo sr. Dr. M. P. Torres Neves: *De Matto Grosso ao littoral.*

Pelo sr. Dr. Guilherme Studart: *Documentos para a historia da pestilencia da bicha ou males.*

Pelo sr. Leopoldo Teixeira Leite: *Relatorio da Camara Municipal da Parahyba do Sul.*

Pelo Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano: Revista do Instituto—ns. 29 e 31 a 47; *Historia da revolução em Pernambuco em 1817; A idéa republicana no Brazil.*

Pelo sr. Dr. Augusto Freire da Silva: *Historia da missão dos Padres Capuchinhos no Maranhão; His-*

toria do movimento politico de 1842 em Minas Geraes —1.º vol.; *Revista dos Estudos Livres*—1.º e 2.º annos; *Revista Brazileira* — 1879 a 1881, tomos 1 a 10; *Grammatica Portugueza*, de que é auctor — 8.ª edição; *Monumento á memoria de Gonçalves Dias* (photographia).

Pelo sr. Dr. Georges Ritt: *Etnologia Centro-Americana; Nahuatlismos de Costa Rica; Journal Asiatique*.

Pelas respectivas redacções: *Diario Official do Estado; O Municipio; O Reporter* (S. Paulo); *Diario de Taubaté; Santos Commercial; O Reporter* (Ribeirão Preto); *S. Paulo e Minas*; *A Instrucção Popular* — ns. 5, 6 e 7; *Revista Brazileira* — ns. 22 a 26; *Revista do Norte*—n. 15; *Revista Agricola*—ns. 6 a 10; *A Madrugada; Revista Postal* (S. Paulo)—n. 1.

São as offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram apresentadas, lidas e remettidas á commissão de admissão de socios para dar parecer as seguintes propostas:

Para socio honorario, o sr. Dr. Augusto Freire da Silva, homem de lettras, lente de Portuguez no Curso Annexo á Faculdade de Direito, auctor de um compendio de Grammatica Portugueza e de outras obras — assignada pelos socios Carlos Reis, Augusto Cardoso e Antonio Piza.

Para socio correspondente, o sr. Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme, engenheiro civil e bacharel em direito, homem de lettras — assignada pelos ditos socios.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 5 de Fevereiro de 1896

Presidencia do sr. Dr. Carlos Reis

A's 8 horas da noite, no logar do costume, presentes os socios srs. Carlos Reis, Arthur Goulart,

Ernesto Goulart, Jorge Maia, Soares Romeo, Horace Lane, E. Vanorden, Orville Derby, Antonio Piza e Theophilo Barbosa, assumiu a presidencia o 1.º secretario sr. Dr. Carlos Reis, na falta do presidente e vice-presidente, e declarou aberta a sessão, convidando para servirem de 1.º e 2.º secretarios os socios srs. Antonio Piza e Arthur Goulart.

Foi lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

OFFERTAS

Pelo sr. Dr. Augusto Freire da Silva: *Estudos historicos brazileiros*, por F. I. M. Homem de Mello; *A Constituição perante a historia*, pelo mesmo.

Pelo socio sr. Dr. Antonio Piza: *Archivo do Estado de S. Paulo-Documentos interessantes* — vols. 15, 16 e 17.

Pela Secretaria do Interior: *Theses sobre instrucção* para conferencias publicas.

Pelas respectivas redacções: *Diario Official do Estado: O Municipio*; *O Reporter* (Ribeirão Preto); *Diario de Taubaté; Revista Postal*—n. 2.

São as offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foi lido e ficou sobre a mesa, para ser discutido e votado na sessão seguinte, o parecer da Commissão de admissão de socios, concluindo no sentido de serem acceitos os srs. Drs. Augusto Freire da Silva e Luiz Gonzaga da Silva Leme como socio honorario o 1.º e correspondente o 2.º

Foram apresentadas, lidas e remettidas á respectiva Commisão propostas para a admissão dos srs. Dionysio Caio da Fonseca, homem de lettras, director do collegio «S. Paulo e Minas» nesta capital, e Carlos Ferreira, escriptor e redactor do «Correio Paulistano,» como socios correspondentes—assignadas a 1.ª pelos socios Carlos Reis, Ernesto Goulart e Arthur Goulart, e

a 2.ª por estes dois ultimos e pelo socio Theophilo Barbosa.

O socio sr. Antonio Piza apresentou um trabalho intitulado «Imprensa Paulista», escripto e offerecido ao Instituto pelo sr. Lafayette de Toledo, fazendo a respeito algumas considerações. Foi deliberado nomear-de uma commissão especial, que ficou composta dos socios Antonio Piza, Arthur Goulart e Theophilo Barbosa, para examinar e coordenar devida e convenientemente este trabalho afim de ser publicado na *Revista*.

Levanta-se a sessão.

Sessão extraordinaria em 13 de Maio de 1896

Presidencia do sr. Dr. Duarte de Azevedo

A's 7 horas da noite, uma das salas do predio n. 59 da Rua Quinze de Novembro, onde passou a funccionar o Instituto, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis, Ernesto Goulart, Carlos Rath, Horace Lane, Tiburtino Mondim, Arthur Goulart, Macedo Soares, Augusto Cardoso, Eugenio Hollender. Antonio Piza, Domingos Jaguaribe, Paula Souza, Wenceslau de Queiroz, Theodoro Sampaio, Alexandre Riedel, Dino Bueno e João Monteiro, foi aberta a sessão pelo vice-presidente, sr. Conselheiro Dr. Duarte de Azevedo, sendo convidado o socio sr. Ernesto Goulart para servir de 2.º secretario.

Foi lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

OFFCIOS

Do Director do Archivo Publico da Bahia, enviando como offerta a copia de uma carta regia dirigida ao Governador geral do Brazil em 1693 sobre a pratica de captivar indios.

Do mesmo, offerecendo um documento publicado no «Jornal de Noticias», da Bahia, sobre o P.e Francisco Agostinho Gomes, homem notavel por sua erudição.

Do Club Litterario Floriano Peixoto, em Queluz, communicando a sua installação.

Do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, declarando conceder auctorização para ser feita uma edição especial da «Nobiliarchia Paulistana», de Pedro Taques.

OFFERTAS

Pelos respectivos auctores: *Campos Salles*, pelo Dr. Antonio Joaquim Ribas; *Esboço historico*, pelo Dr. Constante Affonso Coelho; *Dr. Serzedello Corrêa*, por J. V. Gonçalves Campos; *Petalas*, por Arthur Goulart; *Catechismo municipal*, pelo Dr. Domingos Jaguaribe.

Pelo sr. Alberto Veiga: *Bibliographia da lingua tupi ou guarani*, por Alfredo do Valle Cabral; *Diario de viagem*, do Dr. Francisco José de Lacerda; *L'or à Minas Geraes*, por Paul Ferrand; *Carmen Sæculare*, por Spiridione De Medici.

Pelo socio Dr. Raymundo P. A. do Sacramento Blake: *Catecismo Brasilico*, publicado pelos Padres Jesuitas em 1686.

Pelo Instituto do Ceará: a sua *Revista*—Tomos 9.º e 10.º

Pelo Instituto Geographico e Hitorico da Bahia: a sua *Revista*—Volume de Dezembro de 1895.

Pelo Director do Pedagogium Brazileiro: *Revista Pedagogica*—n. 47.

Pelo Director do Museu do Estado: *Revista do Museu Paulista*—vol. I.

Pela Directoria do Serviço Sanitario: *Boletim de Estatistica Demographo-Sanitaria*—ns. 11 e 12 de 1895 e 1, 2 e 3 de 1896.

Pelo Director da Secretaria da Agricultura do Estado: *Relatorio da Secretaria*—1895.

Pelo Director do Archivo Publico Mineiro: *Revista do Archivo*—Fascic. I.

Pelo Archivo da Camara dos Deputados de S.

Paulo: Parte do *Mappa organizado pelo Brigadeiro Daniel Pedro Müller* e publicado por deliberação da Assembléa Provincial.

Pelas respectivas redacções: *Diario Official do Estado; O Municipio; Diario de Taubaté; O Reporter* (Ribeirão Preto); *S. Paulo e Minas, A Instrucção Popular* — n.os 8 e 9; *Revista Postal* — ns. 3 a 6; *Boletim Postal* — ns. 1 a 4 deste anno; *Revista Pharmaceutica* — ns. 6 a 11; *A Eschola Publica* — n. 1; *Revista Agricola* — ns. 12, 13 e 14: *Archivo do Districto Federal* — ns. 1 e 2 deste anno; *A Paulicea* — ns. 4 e 7 a 10; *A Bohemia* — ns. 1 e 2.

São as offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

O sr. presidente, declarando que um dos fins da presente sessão era commemorar-se a gloriosa data que marcou o termo da grande lucta travada entre a liberdade e a escravidão, proferiu um eloquente e brilhante discurso sobre o facto da redempção dos captivos.

Foi lido, posto em discussão e sem debate approvado o parecer da Commissão de admissão de socios, que ficara sobre a mesa na sessão passada, sendo proclamados membros do Instituto os srs. Drs. Augusto Freire da Silva, na qualidade de socio honorario, e Luiz Gonzaga da Silva Leme, na de socio correspondente.

Foi lido e ficou sobre a mesa o parecer da mesma Commissão opinando pela admissão dos srs. Dionysio Caio da Fonseca e Carlos Ferreira como socios correspondentes.

Foram lidas e remettidas á mesma Commissão propostas para a admissão dos srs. C.el Agostinho José Moreira Rollo, Presidente da Camara Municipal de Iguape, cultor da nossa historia, e Dr. José Estanislau de Arruda Botelho, como socios correspondentes —assignadas a 1.a pelos socios Sacramento Macuco, Carlos Reis e Soares Romeo e a 2.a pelos socios Eu-

genio Hollender, Domingos Jaguaribe e Augusto Cardoso.

O socio sr. Dr. Theodoro Sampaio procedeu á leitura de uma memoria historica sobre a Egreja do Collegio dos Jesuitas, desta capital. Por proposta do socio sr. Dr. Domingos Jaguaribe, foi deliberado que o bem elaborado e criterioso trabalho do socio Dr. Sampaio seja publicado na *Revista*.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 20 de maio de 1896

Presidencia do sr. Dr. Carlos Reis

A's 7 horas da noite, presentes os socios srs. Carlos Reis, Ernesto Goulart, Tiburtino Mondim, Orville Derby, E. Vanorden, Theodoro Sampaio, Alexandre Riedel, Soares Romeo, Horace Lane, Henry White, Antonio Piza e Tancredo Amaral, assumiu a presidencia o 1 º secretario, sr. Dr. Carlos Reis, na falta do presidente e vice-presidente, e declarou aberta a sessão, convidando os socios srs. Drs. Ernesto Goulart e Antonio Piza para servirem de 1.º e 2.º secretarios.

Foi lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do sr. Dr. Augusto Freire da Silva agradecendo a sua nomeação de socio honorario.

Carta do socio sr. Dr. Domingo s Jaguaribe, communicando não poder comparecer á sessão por enfermo e enviando os ns. 228 e 233 do *Municipio* em que vêm inseridos: no 1.º, artigos commemorativos da lei e data de 13 de Maio e no 2.º, um artigo do socio Dr. Ihering sobre os «Guayanazes» para o Instituto elucidar o assumpto.

Toma assento na assembléa o sr. Dr. Augusto Freire da Silva, que é recebido e introduzido no salão por uma commissão.

ORDEM DO DIA

Foi li o, posto em discussão e sem debate approvado o parecer da Commissão de admissão de socios, que ficara sobre a mesa na sessão passada, sendo acceitos membros do Instituto os srs. Dionysio Caio da Fonseca e Carlos Ferreira, na qualidade de socios correspondentes.

Foi lido e ficou sobre a mesa o parecer da mesma Commissão opinando pela admissão dos srs. C.el Agostinho José Moreira Rollo e Dr. José Estanislau de Arruda Botelho como socios correspondentes.

Foi apresentada, lida e remettida á mesma Commissão uma proposta para a admissão do sr. Dr. Bernardo Morelli como socio correspondente.

Por proposta do socio sr. Arthur Goulart, foi deliberado inserir-se na acta um voto de pesar pelo fallecimento do distincto historiador patrio Dr. Americo Braziliense de Almeida Mello.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria, em 5 de junho de 1896

Presidencia do snr. Dr. Carlos Reis

A's 7 horas da noite, presentes os socios srs. Carlos Reis, Augusto Cardoso, Ernesto Goulart, Pereira Guimarães, Arthur Goulart, Antonio Piza, Alexandre Riedel, Domingos Jaguaribe, Orville Derby, Theodoro Sampaio e Tristão Araripe, assumiu a presidencia o 1.º secretario, sr. Dr. Carlos Reis, na falta do presidente e vice-presidente, e declarou aberta a sessão, convidando os socios srs. Dr. Ernesto Goulart, e Alexandre Riedel para servirem de 1.º e 2.º secretarios.

Foi lida, posta em discussão e approvada a acta da sessão antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do sr. J. P. Xavier da Veiga, Director do Archivo Publico Mineiro, agradecendo a remessa da *Revista*.

O socio sr. Dr. Antonio Piza offereceu, em nome do sr. José Honorio de Sillos, residente em Casa Branca, uma collecção de *Ephemerides Paulistanas*, publicadas no «Diario Popular», e alguns numeros do jornal «O Bem Publico.» E' a offerta recebida com especial agrado.

Toma assento na assembléa o sr. Dionysio Caio da Fonseca.

ORDEM DO DIA

Foi lido, posto em discussão e sem debate approvado o parecer da Commissão de admissão de socios, que ficara sobre a mesa, sendo acceitos como socios correspondentes os srs. C.el Agostinho José Moreira Rollo e Dr. José Estanislau de Arruda Botelho.

Foram apresentadas, lidas e remettidas á dita Commissão tres propostas para a admissão dos seguintes srs. como socios correspondentes: Dr. João Alves Corrêa do Amaral, Amadeu Amaral e Candido de Carvalho.

Foi submettida á discussão a proposta de reimpressão da «Nobiliarchia Paulistana» de Pedro Taques, que ficara sobre a mesa em sessão anterior. Encerrada a discussão, na qual tomam parte alguns srs. socios, é approvada a proposta e deliberado o seguinte: 1.º Que a impressão seja feita por meio de assignaturas, incumbindo-se os socios de angariarem-nas, fixado em 20$000 o preço de cada exemplar da obra; 2.º Ficarem nomeados em commissão, com amplos poderes para tratar de tudo que for relativo a este assumpto, os socios srs. Drs. Antonio de Toledo Piza, Theodoro Sampaio, Joaquim de Toledo Piza e Almeida, Augusto de Siqueira Cardoso e Luiz Gonzaga da Silva Leme.

Levanta-se a sessão.

ACTAS DAS SESSÕES

1897

Sessão ordinaria em 25 de Janeiro de 1897

Presidencia do sr. Dr. Duarte de Azevedo

A's 7 horas da noite, no predio n. 2 da rua Marechal Deodoro, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Theodoro Sampaio, Ernesto Goulart, Eugenio Franco, Eduardo Pereira, Domingos Jaguaribe, Eduardo Prado, Antonio Piza, Tiburtino Mondim, Soares Romeo, Miranda Azevedo, José Vicente, Augusto Barjona, Augusto Cardoso, Dionysio Fonseca, Tancredo Amaral e Georges Ritt, foi aberta a sessão pelo vice-presidente sr. Conselheiro Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, que convidou os socios srs. Drs. Ernesto Goulart e Theodoro Sampaio para servirem de 1.º e 2.º secretarios.

Foi lida, e approvada a acta da ultima sessão realizada em 5 de junho de 1896.

O 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do sr. Dr. Carlos Reis, communicando não poder comparecer á sessão de hoje por motivo de fallecimento de pessoa de sua familia.

Do Instituto Geographico e Historico da Bahia, communicando a eleição de sua mesa administrativa para 1896 a 1897.

Do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina communicando a sua installação a 7 de setembro de 1896 e os nomes dos membros de sua directoria.

Da Academia Cearense communicando os nomes dos membros de sua administração.

Da Commissão encarregada de erigir um monumento commemorativo da independencia da Bahia offerecendo um exemplar da lithographia do mesmo monumento.

Do Director do Archivo Publico da Bahia enviando um exemplar dos Estatutos da Sociedade Educadora Trese de Maio.

Do sr. Antonio Villela Junior enviando dois exemplares da Chorographia do municipio da Serra Negra.

Do sr. Secretario do Interior, deste Estado, convidando o Instituto a justificar a sua qualidade de pessoa juridica, afim de se lhe tornar effectivo o auxilio concedido pela lei do orçamento vigente.

OFFERTAS

São consignadas as de livros, mappas, jornaes e estampas feitas por socios e pessoas extranhas ao Instituto, desde a ultima sessão até ao presente, as quaes constam do catalogo annexo ao relatorio da Directoria, sendo as mesmas recebidas com especial agrado.

O sr. presidente, recordando o facto do fallecimento do socio fundador Dr. Severino de Freitas Prestes, diz que julga traduzir perfeitamente o sentimento dos srs. consocios mandando consignar na acta um voto de pezar pelo infausto fallecimento de tão digno membro do Instituto.

ORDEM DO DIA

Foram apresentados, lidos e ficaram sobre a mesa dois pareceres da Commissão de admissão de socios relativos á admissão dos srs. Dr. Bernardo Morelli, Dr. João Alvares Corrêa do Amaral, Candido de Carvalho e Amadeu Amaral.

Foram apresentadas, lidas e remettidas á respectiva Commissão tres propostas para a admissão de socios.

O sr. presidente apresenta o Relatorio da Directoria sobre os trabalhos e occurrencias durante o anno findo em 31 de dezembro ultimo.

O socio sr. Dr. Theodoro Sampaio lê um interessante trabalho sobre a etymologia do nome *Caramurú* ligado á individualidade de Diogo Alvares.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 5 de Fevereiro de 1897

Presidencia do sr. conselheiro dr. Duarte de Azevedo

A's 7 1/2 horas da noite, no salão do Instituto, á rua Marechal Deodoro n. 2, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis, Eugenio Hollender, Augusto Cardoso, Theodoro Sampaio, Dionysio Fonseca, Alexandre Riedel, Antonio Piza, Henry White, Orville Derby, Domingos Jaguaribe, Ernesto Goulart, Tancredo Amaral e Wenceslau de Queiroz, foi aberta a sessão pelo vice-presidente sr. Conselheiro Dr. Duarte de Azevedo, que convidou para servir de 2.º secretario, o socio sr. Dr. Theodoro Sampaio.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do socio sr. Dr. Gustavo Koenigswald, offerecendo os livros e mappas em seguida mencionados.

OFFERTAS

Do socio Dr. Gustavo Koenigswald: *Mappa Geral da America do Sul*, pelo offertante, com indice alphabetico das cidades do Brazil; *Mappa geral da viação ferrea do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Geraes*, pelo mesmo, com a guia; *S. Paulo*, pelo mesmo, edições em Portuguez e Italiano; *Ornithologia Paulista*, pelo mesmo, 1896.

Do socio sr. Dr. Domingos Jaguaribe: Manuscripto intitulado — *Viaje do Capitão Antonio Dias Baptista Prestes e seo irmão desta Provincia de S. Paulo a Provincia de Cuiaba em 1851; Vocabulario Brazileiro*, por Braz da Costa Rubim.

Do socio sr. Alexandre Riedel: *Indice das leis, decretos e resoluções do Estado de S. Paulo*, ordenado pelo offertante.

Do sr. Dr. Guilherme Studart: *Datas e factos para a historia do Ceará*, pelo offertante.

Do Instituto do Ceará: a sua *Revista* — 1.° trimestre de 1897.

Do sr. Dr. Francisco Eugenio de Toledo: *Allegações* em causas forenses, pelo offertante, 4 folhetos.

Do sr. Dr. Antonio Augusto Moreira de Toledo: *Novissimo guia do alistamento eleitoral*, pelo offertante.

Do Pedagogium Brazileiro: *Revista Pedagogica* —*N. 50*.

Do socio Dr. Carlos Reis: *Repertorio da legislação sobre o Serviço Sanitario do Estado de S. Paulo*, pelo offertante.

Das respectivas redacções: *Diario Official do Estado; Correio Paulistano; Estado de S. Paulo; Diario de Taubaté; Ribeirão Bonito; Verdade e Luz; S. Paulo e Minas; O Reporter; A Paulicéa; O Ensaio; Revista Agricola, n. 22; Archivo do Districto Federal*, N. 1 de 1897.

São as offertas recebidas com especial agrado.

O socio sr. Dr. Domingos Jaguaribe declara que faz offerta de uma collecção de moedas nacionaes e extrangeiras, a qual entrega, lembrando a conveniencia de ser feita a competente classificação. O sr. presidente agradece esta importante offerta e nomeia o socio sr. Eugenio Hollender para fazer a classificação e catalogo das moedas.

O sr. Hollender declara que tornará effectivo o offerecimento que fez, por occasião da installação do Instituto, de trezentas moedas, quasi todas nacionaes e antigas, e que acceita a commissão para que foi nomeado

ORDEM DO DIA

Foram approvados os pareceres da Commissão de admissão de socios que ficaram sobre a mesa na sessão passada, sendo admittidos a fazer parte do Instituto na qualidade de socios correspondentes os srs. Dr. Bernardo Morelli, Dr. João Alves Corrêa do Amaral, Candido de Carvalho e Amadeu Amaral.

Foi apresentado, lido e ficou sobre a mesa o parecer da mesma Commissão sobre as propostas apresentadas na ultima sessão.

Foram apresentadas, lidas e remettidas á dita Commissão diversas propostas para a admissão de socios.

Foi lido, posto em discussão e sem debate approvado o seguinte parecer apresentado pelo socio sr. Dr. Antonio Piza sobre o trabalho inedito do socio sr. Dr. Raymundo Blake, relativo a um plano de viação ferrea do littoral a Matto Grosso: «Examinando com « cuidado o trabalho manuscripto que o Engenheiro « Raymundo Pennaforte A. do S. Blake, socio do « Instituto Historico de S. Paulo, offereceu ao mesmo « Instituto, estou de accordo com a opinião do mesmo « Engenheiro, expressa na carta que dirigiu ao Dr. « Carlos Reis, secretario do Instituto, a qual serve de « prefacio ao dito trabalho e vae annexa ao mesmo. « O plano delineado neste trabalho para a construcção « de uma estrada de ferro, que ligasse o littoral do « Brazil ao remoto Estado de Matto Grosso, não tem « mais applicação hoje, que o systema de viação ferrea « tem tomado grande incremento e seguido direcções « sem systema de antemão combinado, sem plano « algum que lige os interesses do momento com os do « futuro. Assim, vemos que, emquanto este projecto, « delineado pelo Engenheiro Raymundo Blake, está « ainda no papel e sem probabilidade de realização « por dezenas de annos, a estrada Mogyana, construi- « da a principio com o fim de satisfazer as necessida- « des agricolas de uma certa região do Oeste de S. « Paulo, transformou-se de repente em uma estrada « nacional, já transpoz por um lado a serra de Caldas

« e do outro já atravessou o Rio Grande, e vae em
« busca das extensas regiões regadas pelo Parnahyba,
« estando hoje a sua terminal já a meio caminho
« entre S. Paulo e Cuyabá. Vemos a Paulista abar-
« cando com seus enormes tentaculos toda a região
« contida entre os rios Mogy e Tieté, atravessar aquel-
« le, margear o seu lado direito e descer em busca
« do Rio Grande, abaixo da Ponte Alta; atravessar
« este em direcção á Serra dos Agudos e dos vastos
« sertões situados entre os rios Tieté e Paranapanema,
« emquanto a sua linha do centro promette estender-se
« de Jaboticabal a Santa Anna do Parnahyba, tendendo
« todos estes tres braços a abarcar toda a região do
« baixo Matto Grosso. Estes factos, nascidos dos inte-
« resses do momento e desdobrados sem outro plano
« que não seja o dos novos interesses que se vão
« creando, tiraram toda a possibilidade da realização,
« em tempo comparativamente breve, do plano ha 27
« annos organizado pelo Engenheiro Blake; porem não
« tiraram o seu interesse historico, e é debaixo deste
« ponto de vista que elle deve ser considerado. Repre-
« sentava esse plano uma necessidade daquelles tempos
« e encerra algumas informações uteis sobre as distan-
« cias dos logares, sobre as maximas altitudes e decli-
« ves, sobre a superioridade do posto da Colonia de
« Cananéa, e sobre a mineralogia do valle da Ribeira
« de Iguape. Estas informações são valiosas até ao
« presente e constituem importante subsidio para o
« conhecimento da geographia e condições physicas da
« região estudada e ainda conhecida do nosso publico.
« Nessas condições, entendo que o manuscripto está
« no caso de ser publicado na *Revista* do Instituto,
« juntamente com a carta-prefacio, que salienta o
« relativo merito do trabalho e explica o motivo da
« sua publicação. S. Paulo, 26 de Janeiro de 1897.
« *Antonio de Toledo Piza.*» De accordo com as con-
clusões deste parecer, é o trabalho do socio sr. Dr.
Blake, remettido á Commissão de redacção da Revista
para publical-o.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 20 de Fevereiro de 1897

Presidencia do sr. Dr. Carlos Reis

A's 7 1[2 horas da noite, no salão do Instituto, presentes os socios srs. Carlos Reis, Domingos Jaguaribe, Ernesto Goulart, Orville Derby, Alberto Löfgren, Gustavo Koenigswald, Dionysio Fonseca, Soares Romeo, Eugenio Franco, Marcellino Souza Franco, Theodoro Sampaio, José Vicente e Eduardo Prado, foi aberta a sessão pelo 1.º secretario sr. Dr. Carlos Reis, que convidou os socios srs. Dr. Ernesto Goulart, e Soares Romeo para servirem de 1.º e 2.º secretarios.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do socio sr. Dr. Antonio de Toledo Piza, offerecendo 38 volumes de diversas obras, que ficam á disposição do Instituto.

Do socio sr. Dr. Domingos Jaguaribe, offerecendo a collecção dos Annaes da Camara dos Deputados e do Senado do tempo do imperio, que ficam á disposição do Instituto.

OFFERTAS

Do socio sr. Dr. Antonio Piza: *Divisão judiciaria e administrativa do Estado de S. Paulo.*

Do socio sr. Manoel Marcellino de Souza Franco: *A melhor directriz da Estrada de Ferro Sorocabana de Botucatú a Tibagy.*

Das respectivas redacções: *Diario Official do Estado; Correio Paulistano; Estado de S. Paulo; Diario de Taubaté; O Reporter; O Ribeirão Bonito; A Paulicéa; A Bohemia; Verdade e Luz.*

São as offertas recebidas com especial agrado.

*

ORDEM DO DIA

Foi approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficara sobre a mesa na sessão passada, sendo admittidos a fazer parte do Instituto na qualidade de socios honorarios os srs. Conselheiro Dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro e Dr. Affonso Celso Junior e na de correspondente o sr. Padre Raphael M. Galanti.

Foram apresentados, lidos e ficaram sobre a mesa dois pareceres da mesma Commissão sobre as propostas apresentadas na ultima sessão, sendo um relativo á admissão de socios honorarios e effectivos e outro á de socios correspondentes.

O socio sr. Dr. Domingos Jaguaribe procede á leitura de um interessante trabalho sobre a cultura da amoreira no Ceará como meio de modificar o clima e estabelecer uma fonte de riqueza para aquelle Estado.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 5 de Março de 1897

Presidencia do sr. conselheiro Dr. Duarte de Azevedo

A's 7 1|2 horas da noite, no salão do Instituto, á rua Marechal Deodoro n. 2, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis, Pereira Guimarães, E. Vanorden, Orville Derby, Alexandre Riedel, Antonio Piza, Alberto Löfgren, Jorge Maia e Theodoro Sampaio, foi aberta a sessão pelo vice-presidente, sr. Conselheiro Dr. Duarte de Azevedo, que convidou o socio sr. Dr. Theodoro Sampaio para servir de 2.º secretario.

Toma assento na assembléa o sr. Dr. João Alves Corrêa do Amaral.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do sr. Dr. Reynaldo Porchat, enviando uma *medalha commemorativa da exposição de trabalhos juridicos* realizada pelo Instituto dos Advogados Brasileiros e por este offerecida ao nosso Instituto.

OFFERTAS

Do socio sr. Dr. Antonio de Toledo Piza, as obras de que trata o seu officio lido na sessão passada, a saber: *Histoire Universelle*, por Cesar Cantú, 19 vols; *Histoire pittoresque des religions*, por Clavel, 2 vols.; *O Rio de Janeiro*, por Moreira de Azevedo, 2 vols.; *Colombo*, (poema), por Porto Alegre, 2 vols.; *L'Etat et ses limites*, por Laboulaye, 1 vol.; *Situation du Brésil*, por Pereira da Silva, 1 vol.; *Histoire des institutions de la France*, por Paul Bondois, 1 vol.; *De l'esclavage*, por Channing, 1 vol.; *Les apotres*, por E. Renan, 1 vol.; *Saint Paul*, pelo mesmo, 1 vol.; *Histoire politique des papes*, por Lanfrey, 1 vol.; *Critical and historical essays*, por Macanlay, 1 vol.; *Conquêtes des Pays-Bas*, por Geslin, 2 me. partie, 1 vol. (broch.); *The Saracens*, por Gibbon, 1 vol.; *La Gréce*, por Louis Combes, 1 vol.; *The life of Horace Grecley*, por James Parton, 1 vol.; *Cartas do Solitario*, por Tavares Bastos, 1 vol.; ao todo 38 volumes, sendo um em brochura e os demais encadernados.

Do mesmo socio: *As minhas crenças e opiniões*, por Francisco Cunha, 1 vol. (encad.); *Revista Brazileira*, 1895, 4 vols. (encad.); *Relatorio da Repartição de Estatistica e do Archivo de S. Paulo*, 1894 e 1895 2 vols. (broch.).

Do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco: a sua *Revista* n. 49.

Do sr. Dr. Francisco Franco da Rocha: *Estatistica e apontamentos*, 2 exemplares.

Da Secretaria do Interior: *Annaes do Senado de São Paulo*, 1896; *Relatorio da Escola Normal*, 1896; *Lei do orçamento do Estado* para 1897.

Do socio sr. Alberto Löfgren: *Boletim da Commis-*

são Geographica e Geologica de S. Paulo, N. 11; *Medalha* da Sociedade de Acclimação de Paris em homenagem ao presidente Geoffroy Saint Hilaire; Fac simile, em chumbo, de uma *moeda byzantina*.

Das respectivas redacções: *Diario Official do Estado; Correio Paulistano; Estado de S. Paulo; Diario Popular; A Platéa: Diario de Taubaté; O Reporter; O Ribeirão Bonito; Verdade e Luz; O Vexillo; A Paulicéa; Archivo do Districto Federal*; *Revista Pharmaceutica*; *Boletim Postal*.

São as offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foram approvados os pareceres da Commissão de admissão de socios que ficaram sobre a mesa na sessão anterior, sendo admittidos a fazer parte do Instituto os seguintes srs.: Jules Martin, na qualidade de socio honorario; Drs. Alvaro Augusto da Costa Carvalho, Francisco Eugenio de Toledo e Antonio Augusto Moreira de Toledo, na de socios effectivos; Drs. Alvaro Augusto de Toledo, Joaquim Monteiro de Mello, Manoel Dias de Aquino e Castro, José Roberto Leite Penteado e José Pereira de Queiroz, na de socios correspondentes.

Foram apresentadas, lidas e remettidas á dita Commissão quatro propostas para a admissão de socios.

Pelo socio sr. dr. Theodoro Sampaio foi apresentado e lido o parecer que elaborou sobre a verdadeira graphia do nome *guayaná*. Finda a leitura do trabalho, deliberou a assembléa que fosse elle publicado na *Revista*.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 20 de Março de 1897

Presidencia do sr. conselheiro Dr. Duarte de Azevedo

A's 7 1|2 horas da noite, no salão do Instituto, presentes os socios, srs. Duarte de Azevedo, Carlos

Reis, Domingos Jaguaribe, Jorge Maia, Eugenio Hollender, Alberto Löfgren, Soares Romeo, Alexandre Riedel, Dionysio Fonseca, Orville Derby, Antonio Piza e Theodoro Sampaio, foi aberta a sessão pelo vice-presidente sr. Conselheiro Dr. Duarte de Azevedo, que convidou o socio sr. Soares Romeo para servir de 2.º secretario.

Tomam assento na assembléa os srs. drs. Antonio Augusto Moreira de Toledo e Joaquim Monteiro de Mello.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do sr. dr. Alvaro Augusto de Toledo agradecendo a sua admissão como socio correspondente.

Do sr. conselheiro dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro, agradecendo a sua nomeação de socio honorario e communicando que o Instituto Historico Brazileiro, de que é presidente, concedeu uma collecção da sua Revista.

Do secretario da Bibliotheca Nacional, agradecendo a remessa do 2.º fasciculo da Revista do nosso Instituto.

OFFERTAS

Do sr. dr. Adolpho Ucho Cavalcanti: *Boletim da Estação Agronomica de Campinas.*

Do socio sr. Domingos Jaguaribe: *O plantio da amoreira no Ceará.*

Do socio sr. dr. Candido Motta: *Classificação dos criminosos.*

Do socio sr. dr. Antonio Francisco de Paula Souza: *Elemento de tacheometria—Cleps*

Do director do Archivo Publico Mineiro: *Revista* do dito Archivo—N. 4 de 1896

Do sr. dr. Euclydes da Cunha: Trecho da *Carta da Bahia* organizada pelo dr. Theodoro Sampaio, ex-

tractado pela Superintendencia de Obras Publicas d'este Estado.

Do socio sr. dr. Carlos Reis: *Historia dos Protestantes da França*, por G. de Félice.

Das respectivas redacções: os jornaes que costumam ser recebidos e mais: *Boletim de Estatistica Demographo-Sanitaria*—Janeiro d'este anno; *Archivo do Districto Federal*—Fasc. d'este mez.

São as offertas recebidas com especial agrado.

O socio sr. dr. Theodoro Sampaio envia á mesa um trabalho, em manuscripto, intitulado—*Esboço historico da fundação da cidade de Iguape*, de que é autor o socio sr. dr. Ernesto Guilherme Young, declarando que este trabalho lhe fôra ha tempos entregue pelo sr. presidente do Instituto para que o lesse e que soube agora ter sido elle enviado pelo auctor como offerta ao Instituto.

ORDEM DO DIA

Foi apresentado, lido e ficou sobre a mesa o parecer da commissão de admissão de socios, pronunciando-se a respeito das propostas apresentadas na ultima sessão.

Foram apresentadas, lidas e remettidas á dita commissão duas propostas para admissão de socios.

O socio sr. Eugenio Hollender apresenta o catalogo da collecção de moedas e medalhas pertencentes ao Instituto, de cuja organização foi encarregado, fazendo a exposição do plano e methodo que seguiu; procede em seguida á leitura do catalogo, salientando a parte relativa ás moedas, que pela sua antiguidade ou raridade, têm bastante valor, dando explicações e fazendo commentarios a respeito das mesmas.

O sr. presidente agradece ao socio Hollender o serviço prestado ao Instituto.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 5 de Abril de 1897

Presidencia do sr. Dr. Duarte de Azevedo

A's 7 1[2 horas da noite, no salão do Instituto, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis, Monteiro de Mello, Alexandre Riedel, Moreira de Toledo, Jorge Maia, Soares, Romeo, Theodoro Sampaio, Antonio Piza, Domingos Jaguaribe, Orville Derby, E. Vanorden, Moura Escobar e Dionysio Fonseca, foi aberta a sessão pelo vice-presidente sr. conselheiro Duarte de Azevedo, que convidou o socio sr. dr. Theodoro Sampaio a occupar o lugar de 2.º secretario.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano communicando os nomes dos membros da sua mesa administrativa do anno social de 1897 a 1898.

Do Instituto Historico e Geographico Brasileiro communicando que concede uma collecção de sua *Revista* ao nosso Instituto.

Do sr. Padre Raphael Galanti, agradecendo a sua admissão no Instituto como socio correspondente.

Do socio sr. Jorge Maia offerecendo duas medalhas de bronze: uma, copia da de ouro que foi offerecida pela Maçonaria Brazileira ao seu illustre chefe Visconde do Rio Branco, commemorativa da lei de 28 de setembro de 1801; a outra, dedicada pelo Marechal Lopez (do Paraguay) aos valentes de Tataiyba. E' recebida essa offerta com especial agrado, assim como o são as seguintes

OFFERTAS

Do socio sr. dr. Orville Derby: *Estado sobre o meteorito de Bendegó.*

Do socio sr. dr. Wenceslau de Queiroz: *Heróes*, collecção de sonetos.

Do sr. general Couto de Magalhães: Setima *Conferencia sobre Anchieta*.

Do socio sr. dr. Carlos Reis: *Uomi e cose del Brasile*, por Alessandre d'Atri.

Das respectivas redacções: os jornaes que costumam ser recebidos e mais: A Escola Publica—N. 5.

ORDEM DO DIA

Foi approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficou sobre a mesa na sessão anterior, sendo admittidos a fazer parte do Instituto os seguintes srs: dr. Francisco Franco da Rocha, Benedicto Galvão de Moura Lacerda e dr. Adolpho Uchoa Cavalcanti, na qualidade de socios effectivos, e dr. Euclydes da Cunha, na de socio correspondente.

Foi apresentado, lido e ficou sobre a mesa o parecer da mesma commissão pronunciando-se a respeito das propostas apresentadas na ultima sessão.

Foi apresentada, lida e remettida á dita commissão uma proposta para a admissão do sr. José Honorio de Sillos.

O socio sr. dr. Antonio Augusto Moreira de Toledo procede á leitura de um seu trabalho critico sobre o projecto de reforma da organização judiciaria do Estado; vai o trabalho á commissão respectiva.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria, em 20 de abril de 1897

Presidencia do sr. Dr. Carlos Reis

A's 7 horas da noite, presentes os socios srs. Carlos Reis, Jorge Maia, Moreira de Toledo, Orville Derby, Alexandre Riedel, Antonio Piza, Dionysio Fonseca, Horace Lane, E. Vanorden, Eugenio Franco e Theo-

doro Sampaio, foi aberta a s ssão pelo 1.º secretario, sr. Carlos Reis, na falta do vice-presidente, occupando os logares de 1.º e 2.º secretarios os socios srs. Alexandre Reidel e Antonio Piza.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do Instituto Geographico e Historico da Bahia, apresentando ao Estado de S. Paulo, por intermedio do nosso Instituto, um voto de profundo pezar pela morte do heroico soldado Moreira Cesar nos desfiladeiros de Canudos. E' nomeada uma commissão, composta dos socios srs. Drs. Theodoro Sampaio, Antonio Piza e Orville Derby, para apresentar ao sr. Presidente do Estado o voto de pezar manifestado pelo Instituto da Bahia.

Do sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, agradecendo a sua nomeação de socio honorario e accusando o recebimento do respectivo diploma.

OFFERTAS

Do socio sr. Jules Martin: *Mappa terrestre e maritimo*—Paraná, S. Paulo e Rio de Janeino; *Illustração Paulista* (jornal publicado nesta capital, em 1881)—Ns. 3 e 4; *Retratos de Carlos Gomes, Luiz de Camões, Luiz Gama, Visconde do Rio Branco e Eusebio Camara.*

Da Secretaria do Interior: *Relatorio* do Secretario de Estado, Dr. A. Dino da C. Bueno, ao Presidente do Estado—1896.

Do socio sr. Dionysio Caio da Fonseca: *Revista Brazileira*—24 fasciculos do anno 1896.

Do socio sr. Francisco Eugenio de Toledo: *Rozões juridicas*, em sustentação de embargos no Tribunal de Justiça.

Da Sociedade de Medicina de S. Paulo: *Boletim*, de Março.

Do Director do Archivo Publico Mineiro: *Revista* do Archivo—N. 1 deste anno.

Do socio sr. Dr. Carlos Reis: *Manifesto* do Dr. Campos Salles ao Estado; *Mensagem* do mesmo ao Congresso em 7 de Abril.

Das respectivas redacções: os jornaes que costumam ser recebidos e mais: *Archivo do Districto Federal*—N. 4, Abril; *Diario Official de Sergipe*—alguns numeros.

São as offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foi approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficou sobre a mesa na sessão anterior, sendo admittidos a fazer parte do Instituto os srs. Dr. José de Campos Novaes e Camillo Cresta na qualidade de socios correspondentes.

Foi apresentado, lido e ficou sobre a mesa o parecer da mesma Commissão, pronunciando-se favoravelmente a respeito da proposta de admissão apresentada na ultima sessão.

Sessão ordinaria em 5 de Maio de 1897

Presidencia do sr. Dr. Carlos Reis

A's 7 1/2 horas da noite, presentes os socios srs. Carlos Reis, Miranda Azevedo, Orville Derby, Antonio Piza, Ernesto Goulart, João Amaral, Alberto Löfgren, Tiburtino Mondim, Theodoro Sampaio, Barros Cruz, Alexandre Riedel, E. Vanorden e Dionysio Fonseca, foi aberta a sessão pelo 1.° secretario, sr. Dr. Carlos Reis, na falta do vice-presidente, que participou o seu não comparecimento, occupando os logares de 1.° e 2.° secretarios os socios srs. Alexandre Riedel e Dr. Ernesto Goulart.

Toma assento na assembléa o socio sr. Dr. Euclydes da Cunha.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Do sr. Dr. Adolpho Uchoa Cavalcanti, agradecendo a sua admissão como socio effectivo.

OFFERTAS

Do socio sr. Dr. Miranda Azevedo: *Le Brésil*, por E. Levasseur—acompanhado de *Album de vistas do Brazil*—2 vols. (broch); *Monographie du théatre antique d'Arles*, por Louis Jacquemin.

Do socio sr. Dr. Antonio Piza: *A Villa de Itanhaem*, por B. Calixto; *Archivo do Estado de S. Paulo —Documentos interessantes*—Vols. 21, 22 e 23.

Do sr. Consul do Paraguay: *La República del Paraguay*, por Carlos R. Santos.

Da Directoria do Serviço Sanitario: *Boletim de Estatistica Demographo-Sanitaria*—Fascic. de Fevereiro.

Da Directoria Geral dos Correios: *Boletim Postal* —Fascic. de Fevereiro.

Das respectivas redacções: os jornaes que costumam ser recebidos e mais: *Republica* (Capital Federal); *Revista Agricola*—N. 23.

São as offertas recebidas com especial agrado.

O socio sr. Dr. Antonio Piza communica que a commissão nomeada para apresentar ao sr. Presidente do Estado o voto de pezar manifestado pelo Instituto Historico da Bahia pela morte do Coronel Moreira Cesar desempenhou a missão de que foi encarregada.

O socio sr. Dr. Miranda Azevedo, numa brilhante allocução, propoz que fosse consignado na acta um voto de profundo pezar pelo passamento do distincto fundador e digno presidente do Instituto, Dr. Cesario Motta Junior, e que se dirigisse á excellentissima familia do illustre finado um officio de condolencias por tão infausto e doloroso acontecimento; foi a proposta unanimemente approvada.

Foi igualmente approvado por unanimidade de

votos, por indicação do sr. presidente da sessão, que se mencionasse na acta um voto de pezar pelo fallecimento do socio fnndador do Instituto e notavel jurisconsulto Desembargador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, dirigindo-se tambem á sua excellentissima familia um officio de pezames.

ORDEM DO DIA

Foi approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficou sobre a mesa na sessão anterior, sendo admittido a fazer parte do Instituto o sr. José Honorio de Sillos na qualidade de socio correspondente.

O socio sr. Dr. Antonio Piza procede á leitura de um seu bem elaborado trabalho sobre questões de limites entre os Estados de Santa Catharina e Paraná, o qual foi muito apreciado, ficando deliberado que seja opportunamente publicado na *Revista* do Instituto.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria, em 5 de Junho de 1897

Presidencia do sr. Dr. Carlos Reis

A's 7 1|2 horas da noite, presentes os socios srs, Carlos Reis, Theodoro Sampaio, Eugenio Franco, Arthur Goulart, Moreira de Toledo, Alberto Löfgren, Euclydes da Cunha, Jorge Maia, Orville Derby, Sacramento Macuco, Soares Romeo e Dionysio Fonseca, foi aberta a sessão pelo 1.º secretario, sr. dr. Carlos Reis, na falta do vice-presidente, occupando os logares de 1.º e 2.º secretarios os socios, drs. Antonio A. Moreira de Toledo e Theodoro Sampaio.

Toma assento na assembléa o socio sr. dr. Francisco Eugenio de Toledo.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Da exma. sra. d. Adelina Moreira da Motta, agradecendo as manifestações de pezar, feitas a seu finado marido dr. Cesario Motta Junior e as condolencias a ella dirigidas.

Do «Centro Catharinense», desta capital, pedindo permissão para publicar o trabalho do socio sr. dr. Antonio Piza, sobre limites entre os Estados de Santa Catharina e Paraná.—E' auctorizada a publicação.

Do sr. Benedicto Galvão de Moura Lacerda, agradecendo a sua admissão.

OFFERTAS

Do socio sr. dr. Domingos Jaguaribe: *Annaes da Camara dos Deputados*, 1823 a 1885—*Annaes do Senado*, 1861 a 1885—81 vols., encadernados; *Mappa genealogico, historico, chronologico, etc. do reino de Portugal.*

Do socio monsenhor dr. Fergo O'Connor de C. Dauntre: *Recuerdos*, pelo general Francisco Burdett O' Connor.

Do socio sr. dr. Manoel A. de Souza Sá Vianna: *Relatorio do Instituto dos Advogados Brazileiros*—1896; *Projecto da organisação da assistencia judiciaria.*

Do socio sr. Manoel Marcellino de Souza Franco: *Almanak Paulistano*—1857; *Almanak do Rio Novo e S. Sebastião do Tijuco Preto*—1888; *Leis municipaes de S. Antonio da Boa Vista*—1894; *Compromisso da Irmandade de N. S. das Dores da cidade do Avaré.*

Da Directoria do Serviço Sanitario: *Boletim de Estatistica Demographo-Sanitaria*—Fascic. de Março.

Da Directoria Geral dos Correios: *Boletim Postal*—Fascic. de Março.

Do sr. Fernando Luiz dos Santos Werneck Junior: *Viagem ao redor do Brazil*, pelo dr. João Severiano da Fonseca.

Do socio sr. Alberto Löfgren: 1 medalha de es-

tanho de D. João IV, de Portugal; 9 moedas de cobre de diversos paizes.

Do sr. Manoel Antonio de Araujo: 1 moeda de prata, portugueza, de 320 rs.—1749.

Do sr. Francisco da Costa Aguiar: 51 moedas de cobre de diversos paizes.

Das respectivas redacções. os jornaes que costumam ser recebidos e mais: *Archivo do Districto Federal*—Maio; *Commercio de S. Paulo; O Imparcial* (S. Paulo); *Revista Agricola*—N. 24.

São as offertas recebidas com especial agrado.

Foram apresentadas, lidas e remettidas á Commissão respectiva quatro propostas para a admissão de socios.

Ficou deliberado que a proxima sessão se effectuasse a 19 do corrente mez.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 19 de Junho de 1897

Presidencia do sr. Dr. Carlos Reis

A's 7 1[2 horas, presentes os socios srs. Carlos Reis, Domingos Jaguaribe, Jorge Maia, Ernesto Goulart, Miranda Azevedo, Arthur Goulart, Moreira de Toledo, Pereira Guimarães, Antonio Piza, Theodoro Sampaio, Dionysio Fonseca e Soares Romeo, foi aberta a sessão pelo 1.º secretario, sr. dr. Carlos Reis, na falta do vice-presidente, occupando os logares de 1.º e 2.º secretarios os socios srs. drs. Ernesto Goulart Penteado e Antonio A. Moreira de Toledo.

Toma assento na assembléa o socio sr. dr. Bernardo Morelli.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Da exma. sra. d. Joanna Delphina Victoria de Oliveira Coutinho, agradecendo as homenagens prestadas pelo Instituto a seu finado marido desembargador Aureliano Coutinho e as condolencias que lhe foram apresentadas.

Do sr. dr. Joaquim Murtinho, ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, remettendo á bibliotheca do Instituto um exemplar do Relatorio da Commissão Exploradora do Planalto Central do Brazil.

Do «Instituto Geographico e Historico» da Bahia, transmittindo a relação dos seus funccionarios para o exercicio de 1897 a 1898.

Do «Pedagogium Brazileiro», communicando achar-se funccionando sob a administração e regimen municipal da Capital Federal e manifestando o desejo de continuar a manter as relações que entretinha com o Instituto.

Da Directoria Geral de Estatistica, Capital Federal, enviando um questionario sobre bibliothecas e pedindo que seja respondido.

OFFERTAS

Da Secretaria do Interior deste Estado: *Revista do Jardim da Infancia*—2.º volume.

Da Secretaria da Agricultura deste Estado: *Relação do secretario apresentado ao presidente do Estado.*—1898.

Do socio sr. dr. Domingos Jaguaribe: *Villa Jaguaribe nos Campos do Jordão; Chronicas do Paiz de Atlantide.*—N. 1.

Do socio sr. dr. Antonio de Toledo Piza: *A provincia do Rio Sapucahy*, pelo senador J. Floriano de Godoy; *O elemento servil e as camaras municipaes da provincia de S. Paulo,* pelo mesmo.

Do socio sr. Arthur Goulart: *A velhice de Camões*, por G. de la Landelle—2 vols. (encad.).

Do socio sr. dr. Ernesto Goulart: *Historia da guerra do Oriente*, por José da Silva Mendes Leal Junior—1 vol. (encad.).

Do sr. dr. José de Campos Novaes, por intermedio do socio sr. Alberto Löfgren: *The Lusiad*, versão de William Julius Mickle—1798—2 vols. (encad.).

Das respectivas redacções: os jornaes que costumam ser recebidos.

São as offertas recebidas com especial agrado.

O socio sr. dr. Domingos Jaguaribe communica que vae fazer uma viagem ao Ceará e pede que o Instituto providencie sobre a sua substituição no cargo de Thesoureiro. E' deliberado que as funcções de thesoureiro sejam exercidas pelo 1.º secretario dr. Carlos Reis durante a ausencia do dr. Jaguaribe.

ORDEM DO DIA

Foi apresentado, lido e ficou sobre a mesa o parecer da Commissão de admissão de socios, pronunciando-se a respeito das quatro propostas apresentadas na sessão anterior.

Foram apreeentadas, lidas e remettidas á dita Commissão tres propostas para a admissão de socios.

O socio sr. dr. Antonio de Toledo Piza, fazendo algumas considerações a respeito dos escriptos que ora apresenta em nome do seu auctor o socio sr. Antonio Augusto da Fonseca, procede á leitura das biographias do tenente Manoel Pacheco Gato e Francisco Alvares Machado de Vasconcellos. Apresenta tambem um interessante trabalho do mesmo socio sr. Fonseca, ainda não publicado, intitulado—Nota á biographia do bispo D. Antonio Joaquim Manoel de Macedo; faz a leitura deste trabalho o socio sr. dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 5 de Julho de 1897

Presidencia do Sr. Dr. Carlos Reis

A's 7 1[2 horas da noite, presentes os socios srs. Carlos Reis, Pereira Guimarães, Ernesto Goulart, Theo-

doro Sampaio, Jorge Maia e Arthur Goulart, foi aberta a sessão pelo 1.º secretario, sr. dr. Carlos Reis, na falta do vice-presidente, occupando os logares de 1.º e 2.º secretarios os socios srs. drs. Ernesto Goulart e Pereira Guimarães.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario communica o recebimento das seguintes:

OFFERTAS

Da Secretaria da Justiça: *Relatorio* do respectivo secretario—1896.

Do Pedagogium: Memorias e documentos escolares—Ns. 9, 10 e 11.

Da directoria geral dos Correios: *Boletim Postal*—Abril e Maio.

Das respectivas redacções: os jornaes que costumam ser enviados.

São as offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foi approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficára sobre a mesa na sessão passada, sendo acceitos para membros do Instituto, na qualidade de socios correspondentes, os srs. drs. Francisco Marcondes de Gouvêa Natividade, Bernardo de Campos, José Gomes dos Santos Guimarães e Antonio Augusto Gomes Nogueira.

Foi apresentado e ficou sobre a mesa o parecer da mesma commissão, opinando pela admissão dos srs. drs. João Baptista de Mello Peixoto, Francisco Malta e Rodolpho Miranda na qualidade de socios correspondentes.

Foram enviados á mesma commissão duas propostas para admissão de socios.

O socio sr. Arthur Goulart, inscreveu-se para na proxima sessão ler um seu trabalho sobre Alexandre de Gusmão.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 20 de Julho de 1897

Presidencia do sr. conselheiro Dr. Duarte de Azevedo

A's 7 1/2 horas da noite, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis, Moreira de Toledo, Orville Derby, Henry White, Euclydes da Cunha, Arthur Goulart, Ernesto Goulart, Eugenio Franco, Jorge Maia, Alexandre Riedel, Augusto Cardoso, Antonio Piza e Pereira Guimarães, foi aberta a sessão pelo vice-presidente, sr. Conselheiro Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, que convidou o socio sr. Dr. Moreira de Toledo a occupar o logar de 2.º secretario.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

Tomam assento na assembléa os novos socios srs. Drs. Alvaro Augusto de Toledo, Francisco Marcondes de Gouvêa Natividade e José Gomes dos Santos Guimarães.

O 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

OFFICIO

Do sr. José Jacintho Ribeiro, submettendo á apreciação e parecer do Instituto o trabalho de que é auctor intitulado «Chronicas Paulistas.» — A' Commissão de historia de S. Paulo.

OFFERTAS

Do Instituto Historico e Geographico Brazileiro: *Revista Trimensal* — Vol.es 1.º a 59, faltando os tomos 11, 19, 20, 21, 22 e 32 parte 2.a; *Estatutos* approvados em 1890; *Catalogos dos livros, biographias, documentos,* etc. — 5 vol.s; *Apontamentos historicos,* por Azevedo Marques — 1 vol.e; *Novo orbe serafico,* por Jaboatão — 5 vol.es; *Homenagem do Instituto a D. Pedro II* — 2 vol.es; *Colombo,* por Porto Alegre —

1 vol.º; *Chile e Brazil* — 1 vol.º; *Christovam Colombo* — 1 vol.º

Da Bibliotheca Nacional: *Annaes* — vol.os 1.º a 18 (collecção completa).

Do sr. Dr. João Baptista de Oliveira Penteado: *Razões juridicas,* (trabalho apresentado para base de sua admissão.)

Do sr. Dr. Luiz Frederico Rangel de Freitas: *Razões juridicas* (trabalho apresentado para base de sua admissão).

Do sr. Dr. Mello Moraes Filho; *Archivo do Districto Federal* — Fasciculo deste mez.

Das respectivas redacções: os jornaes que costumam ser enviados.

São as offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foi approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficara sobre a mesa na sessão antecedente, sendo acceitos para membros do Instituto os srs. Drs. João Baptista de Mello Peixoto, Francisco de Toledo Malta e Rodolpho Miranda, na qualidade de socios correspondentes.

Foi apresentado e ficou sobre a mesa o parecer da mesma Commissão opinando pela admissão dos srs. Drs. João Baptista de Oliveira Penteado e Luiz Frederico Rangel de Freitas como socios effectivos.

Foi enviada á mesma Commissão uma proposta para admissão.

O socio snr. Arthur Goulart, procedeu á leitura do seu trabalho intitulado — «Alexandre de Gusmão —Estudo litterario-biographico sobre o eminente diplomata e inspirado poeta paulista.» Foi o trabalho muito apreciado, sendo enviado á Commissão respectiva para dar seu parecer.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 5 de Agosto de 1897

Presidencia do sr. conselheiro Dr. Duarte de Azevedo

A's 7 1/2 horas da noite, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis, Henry White, Arthur Goulart, Miranda Azevedo, Orville Derby, Alberto Löfgren e Dionysio Fonseca, foi aberta a sessão pelo sr. Conselheiro Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, occupando o logar de 2.° secretario o socio sr. Arthur Goulart.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

Tomam assento na assembléa os novos socios srs. Drs. Manoel Dias de Aquino e Castro e Francisco de Toledo Malta.

O 1.° secretario communica o recebimento das seguintes

OFFERTAS

Do socio sr. Dr. Antonio de Toledo Piza: Autos originaes do *Processo sobre o crime de rebellião em 1894;* Traslado relativo do *Processo do senador Diogo Antonio Feijó* sobre o mesmo crime.

Da Secretaria do Interior: *Relatorio* do respectivo Secretario — 1897.

Da Directoria do Serviço Sanitario: *Relatorio da Secção de Demographia*, 1896; *Boletim de Estatistica*, Abril, Maio e Junho.

Da Camara Municipal de Ribeirão Preto: *Relatorio do Intendente e do Director da Secretaria*, 1896.

Do Director do Archivo Publico Mineiro: *Revista* do dito Archivo, 2.° fasciculos deste anno.

Das respectivas redacções: os jornaes que costumam ser enviados.

São as offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foi approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficara sobre a mesa na sessão

antecedente, sendo acceitos para membros do Instituto os srs. Drs. João Baptista de Oliveira Penteado e Luiz Frederico Rangel de Freitas, na qualidade de socios effectivos.

Foi apresentado e ficou sobre a mesa o parecer da mesma Commissão opinando pela admissão do sr. Dr. João Francisco Malta J.or

Foi enviada á mesma Commissão uma proposta para a transferencia do socio sr. Padre Raphael M. Galanti da classe dos correspondentes para a dos socios honorarios.

O socio sr. Dr. Orville Derby fez uma interessante exposição sobre os diversos mappas que serviram de documentos na discussão da questão de limites entre o Brazil e a Republica Argentina, confrontando-os e analysando-os e occupando-se mais particularmente do denominado *Mappa das Cortes,* organizado em Lisboa, não se sabe por quem, no anno 1749.

O mesmo socio sr. Dr. Derby, que foi felicitado ao terminar a sua instructiva conferencia, inscreveu-se para na proxima sessão ler um trabalho sobre assumpto cartographico.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 20 de Agosto de 1897

Presidencia do Sr. Dr. Carlos Reis

A's 7 1/2 horas da noite, presentes os socios srs. Carlos Reis, Moreira de Toledo, Orville Derby, Francisco Malta, Augusto Cardoso, Emannuel Vanorden, Theodoro Sampaio, Alexandre Riedel, Jorge Maia e Soares Romeo, foi aberta a sessão pelo 1.º secretario, sr. Dr. Carlos Reis, occupando os logares de 1.º e 2.º secretarios os socios srs. Antonio Augusto Moreira de Toledo e Alexandre Ridel.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

EXPEDIENTE

O sr. presidente participa que continúa enfermo o digno consocio sr. Dr. Antonio de Toledo Piza, que por isso não tem comparecido ás sessões. Communica outrosim ter fallecido no Rio de Janeiro, a 13 deste mez, o emerito educador, membro honorario deste Instituto, Dr. Joaquim José de Menezes Vieira; é unanimemente approvado que se insira na acta um voto de pezar por tão sensivel perda.

O 1.º secretario communica o recebimento das seguintes

OFFERTAS

Do socio sr. Dr. Carlos Reis: *As salinas no Estado de S. Paulo.*

Do socio sr. José André do Sacramento Macuco: *O 15 de Novembro;* 27 moedas de prata.

Das respectivas redacções: os jornaes que costumam ser enviados.

São as offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foi approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficara sobre a mesa na sessão antecedente, sendo acceito para membro do Instituto o sr. Dr. João Francisco Malta Junior, na qualidade de socio correspondente.

Foi apresentado e ficou sobre a mesa o parecer da mesma Commissão opinando pela approvação da proposta de transferencia do socio sr. Padre Raphael Galanti para a classe dos honorarios.

Foi apresentado, lido, posto em discussão e sem debate approvado o seguinte parecer: "A Commissão leu com aprazimento o estudo biographico sobre Alexandre de Gusmão, de que é auctor o nosso digno consocio sr. Arthur Goulart, e faz votos para que estudos deste genero, tão descurados entre nós, se tornem mais frequentes e que, entre os trabalhos do

Instituto, avultem os desta especie, enriquecendo a patria litteratura com producções de subido valor. Vive o mundo pelo passado, vive de recordações. Evocar pela historia ou pela biographia a memoria dos homens illustres, luzeiros que foram de uma epoca distante, vale tanto como apontar ás gerações novas a estrada do destino onde se fizeram genios os espiritos superiores, cuja memoria cultivada nos ennobrece; vale tanto como reanimar pelos exemplos bons a fibra patriotica que desfallece, o fogo sagrado que dorme sob as cinzas da hora presente. Edificar pelo exemplo tal é o papel da historia narrada pelos feitos dos grandes homens. Nada, portanto, mais digno dos nossos applausos do que o empenho do nosso consocio escrevendo a biographia de Alexandre de Gusmão. A Commissão abaixo assignada é de parecer que seja esse trabalho publicado na Revista do Instituto. S. Paulo, 19 de agosto de 1897. *Theodoro Sampaio.*—Relator.—*Orville A. Derby.—Francisco Malta.*"

O socio sr. Dr. Orville Derby fez a leitura de um interessante trabalho commentando um manuscripto inedito que trata da descripção de um mappa antigo das capitanias de S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro. E' deliberado que este trabalho, que foi applaudido, seja publicado na Revista do Instituto.

Inscreveu-se para ler um seu trabalho sobre as feitorias das terras do Brazil o socio sr. Dr. Theodoro Sampaio.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 4 de Setembro de 1897

Presidencia do Sr. Dr. Carlos Reis

A's 7 1/2 horas da noite, presentes os socios srs. Carlos Reis, Moreira de Toledo, Dionysio Fonseca, Arthur Goulart, Eugenio Hollender, Jorge Maia, Fran-

cisco Malta, Alberto Löfgren, Henry White, Pereira Guimarães, Orville Derby, Theodoro Sampaio, Alexandre Riedel, Eugenio Franco, Soares Romeo e Pedro Vicente, foi aberta a sessão pelo 1.º secretario, sr. Dr. Carlos Reis, occupando os logares de 1.º e 2.º secretarios os socios srs. Moreira de Toledo e Alexandre Riedel.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Officio do Instituto dos Advogados de S. Paulo, convidando a assistir á sua sessão magna de anniversario em 7 do corrente.—E' acceito o convite com agrado e são nomeados os socios srs. drs. Francisco de Toledo Malta e Manoel Pereira Guimarães para representarem este Instituto naquella solemnidade.

OFFERTAS

Do socio sr. Alberto Löfgren: *Boletim da Commissão Geographica e Geologica de S. Paulo.*—N. 12.

Do Pedagogium: *Educação e Ensino.*—Revista pedagogica.—N. 2.

Da Directoria do Serviço Sanitario: *Boletim de Estatistica.*—Julho.

Das respectivas redacções: os jornaes que costumam ser enviados.

São as offertas recebidas com especial agrado.

ORDEM DO DIA

Foi approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficara sobre a mesa na sessão antecedente, sendo proclamado membro honorario o sr. Padre Raphael M. Galanti.

Foi enviada á mesma Commissão uma proposta para a admissão do sr. Dr. Aristides Salles como socio correspondente.

O socio sr. Dr. Theodoro Sampaio procedeu á leitura do seu trabalho «As feitorias das terras do Brazil» que foi muito apreciado e applaudido, ficando deliberado que seja o mesmo trabalho publicado na Revista do Instituto.

O socio sr. Eugenio Hollender inscreveu-se para na proxima sessão ler um seu trabalho sobre moedas obsidionaes do Brazil.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 5 de Outubro de 1897

Presidencia do sr. Dr. Carlos Reis

A's 7 1/2 da noite, presentes os socios srs. Carlos Reis, Theodoro Sampaio, Miranda Azevedo, Eugenio Hollender, Moreira de Toledo, Antonio Piza, Eugenio Franco, Domingos Jaguaribe, Ernesto Goulart, Alberto Löfgren, Jorge Maia, Georges Ritt e Soares Romeo, foi aberta a sessão pelo 1.º secretario, sr. Dr. Carlos Reis, occupando os logares de 1.º e 2.º secretarios, os socios srs. Drs. Ernesto Goulart Penteado e Antonio Augusto Moreira de Toledo.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do socio sr. Padre Raphael M. Galanti agradecendo a sua transferencia para a categoria de membro honorario e offerecendo as obras de que é auctor abaixo especificadas.

Do Gabinete de Leitura Padre Alburquerque, de Itapetininga, pedindo a remessa da Revista do Instituto.

Da Associação de Socorros Mutuos do Pessoal

da Companhia Mechanica e Importadora de S. Paulo communicando os nomes dos membros da sua directoria.

OFFERTAS

Do socio sr. Dr. Domingos Jaguaribe: *Conferencia em favor da autonomia dos municipios.*

Do sr. Patrocle Campanakh, por intermedio do socio sr. dr. Domingos Jaguaribe: *Atlantide.*

Do socio sr. dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo: *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes,* por Auguste de Saint Hilaire—2 volumes.

Do socio sr. Padre Raphael M. Galanti: as seguintes obras de que é auctor: *Compendio de Historia universal*— 1 vol.; *Compendio de Historia do Brazil*— Tomo I—1 vol.; *Lições de Historia do Brazil*—1 volume.

Do sr. F. B. Marques Pinheiro: *A irmandade do S. Sacramento da Candelaria.*

Do Pedagogium: *Educação e Ensino*— Revista pedagogica, N. 3.

Da Directoria do Serviço Sanitario: *Boletim de Estatistica.*—Agosto.

Da Directoria Geral dos Correios: *Boletim Postal.* Ns. 7 e 8.

Do socio sr. Eugenio Hollender: Seis medalhas commemorativas do jubileu da rainha Victoria, de Inglaterra.

Das respectivas redacções: os jornaes que costumam ser enviados.

São as offertas recebidas com especial agrado.

Por indicação do socio sr. dr. Domingos Jaguaribe, é nomeado membro da commissão de redacção da Revista, o socio sr. dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo.

ORDEM DO DIA

Foi apresentado e ficou sobre a mesa o parecer da commissão de admissão de socios opinando pela approvação da proposta apresentada na sessão antecedente.

E' deliberado que na proxima sessão de 20 do corrente, que será a de encerramento dos trabalhos d'este anno, se proceda á eleição da directoria, de conformidade com o art. 44 dos estatutos.

O socio sr. Eugenio Hollender procedeu á leitura do seu trabalho intitulado—*Moedas obsidionaes do Brazil*, no qual trata especialmente das cunhadas pelos hollandezes em Pernambuco e que tiveram curso de 1645 a 1654. Foi este interessante trabalho muito apreciado.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria e de encerramento dos trabalhos em 20 de Outubro de 1897

Presidencia do sr. Conselheiro Dr. Duarte de Azevedo

A's 7 1/2 horas da noite, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis, Alberto Lofgren, Augusto Cardoso, Antonio Piza, Orville Derby, Theodoro Sampaio, Jorge Maia, Carlos Rath, Alexandre Riedel, Soares Romeo, Pereira Guimarães, Eugenio Franco, Arthur Goulart, Dionysio Fonseca, Miranda Azevedo, Ernesto Goulart, Domingos Jaguaribe, Aguiar e Castro, Alexandre Coelho, João Monteiro, Alvaro de Toledo e Monteiro de Mello, foi aberta a sessão pelo vice-presidente, sr. conselheiro dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, que convidou o socio sr. dr. Theodoro Sampaio para servir de segundo secretario.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

O 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

OFFICIOS

Do socio sr. dr. Carlos Daniel Rath offerecendo os livros, mappas e estampas abaixo mencionados.

Do Gabinete de Leitura Padre Albuquerque agradecendo a remessa da *Revista*.

OFFERTAS

Do socio sr. dr. Carlos Rath: *Um fêtê brésilienne á Rouen*, 1 vol.; *Dicionario portuguez brasiliano*, 1 vol; *Arte da grammatica da lingua do Brasil*, 1 vol.; *Mappa chorographico de S. Paulo*, 1837; *Mappa da capitania de Minas Geraes; Mappa chorographico de parte da provincia de São Paulo; Carta topographica da colonia Surinan* na guyana hollandeza, 1775; *Planta da collina do Ipiranga; Antiga Gloria*, no Cambucy (estampa); *Ruina da povoação de Santo André* (estampa); *Mappa do theatro da guerra do Paraguay*.

Do socio sr. dr. Antonio de Toledo Piza: 2 numeros do jornal «Cidade de Campinas» em que vêm artigos sobre a graphia da palavra *Pirassununga*; 1 moeda de 20 réis—D. João VI.

Do socio sr. dr. Manoel Dias de Aquino e Castro: *Historia da revolução de Minas Geraes em 1842*.

Do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano: a sua «Revista»—N. 50.

Da Directoria Geral dos Correios: *Boletim Postal* N. 9.

Das respectivas redacções: os jornaes que costumam ser enviados.

São as offertas recebidas com especial agrado.

E' deliberado que, na sessão magna a realisar-se a 1.º de Novembro, seja proferido um discurso commemorativo dos socios fallecidos no corrente anno, sendo por unanimidade acclamado orador official o digno socio sr. dr. João Pereira Monteiro.

ORDEM DO DIA

Foi approvado o parecer da Commissão de admissão de socios que ficara sobre a mesa na sessão antecedente, sendo acceitos para membros do Instituto o sr. dr. Aristides Salles, na qualidade de socio correspondente.

ELEIÇÃO DA DIRECTORIA

Procedeu-se á eleição dos membros da directoria, verificando-se o seguinte resultado:

PRESIDENTE--Conselheiro Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo.

VICE-PRESIDENTE—Dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo.

1º SECRETARIO—Dr. Carlos Reis (reeleito).

2º SECRETARIO—Alexandre Riedel.

THESOUREIRO---Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe (reeleito).

O sr. Conselheiro Duarte de Azevedo agradeceu a honra com que o Instituto o distinguiu elegendo-o seu presidente e prometteu empregar seus esforços e boa vontade em prol da associação. Agradeceu igualmente a sua eleição para vice-presidente o sr. dr. Miranda Azevedo.

Levanta-se a sessão.

Sessão magna de anniversario da fundação em 1 de Novembro de 1897

Presidencia do sr. conselheiro dr. Duarte de Azevedo

A's 7 1/2 horas da noite, presentes os socios srs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis, Eugenio Hollender, Pereira Guimarães, Domingos Jaguaribe, Eugenio Franco, Henry White, João Monteiro, Antonio Piza, Candido Motta, Monteiro de Mello, Moreira de Toledo, Orville Derby, Arthur Goulart, Ernesto Goulart, Theodoro Sampaio, Aquino e Castro, Alexandre Riedel, Miranda Azevedo, Dionysio Fonseca, Soares Romeo, José Vicente e Georges Ritt, as distinctas commissões do Instituto dos Advogados, da Sociedade de Medicina e Cirurgia e da Sociedade Pharmaceutica, convidados e

respresentantes da imprensa, o sr. Conselheiro dr. Duarte de Azevedo assumiu a presidencia e declarou aberta a sessão, pronunciando um brilhante discurso analogo ao acto, no qual rememorou os serviços prestados ao Instituto pelo seu finado presidente dr. Cesario Motta Junior e incitou os socios a trabalharem para a realização do fim que aquelle benemerito patriota teve em vista com a fundação do Instituto.

O 1.º secretario communicou o recebimento das seguintes

OFFERTAS

Do socio sr. Dr. Antonio de Toledo Piza: Quatro cartas relativas á fundação dos cursos juridicos nesta capital; 3 numeros do jornal *Cidade de Campinas,* onde vêm artigos sobre a graphia da palavra *Pirasununga.*

Do socio sr. Dr. Frederico Lisboa: Dois jornaes da capital do Estado da Bahia que trazem a descripção das festas alli feitas em honra aos soldados do 1.º batalhão da brigada policial deste Estado no seu regresso de Canudos.

Do Pedagogium: *Educação e Ensino.*—Revista pedagogica—N.º 4.

Do socio sr. Dr. João Pereira Monteiro: *Discursos.*

Da Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo: *Boletim.*—Setembro.

Do Director do Archivo Publico Mineiro: *Revista* do dito Archivo.—Julho a Setembro.

Da Directoria do Serviço Sanitario: *Boletim de Estatistica.*—Setembro.

Do socio Monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre: *Rosas, Francia e Melgarejo.*

Do socio Dr. Carlos Reis: *Preparo das plantas para herbarios,* por Alberto Löfgren.

Das respectivas redacções: os jornaes que costumam ser enviados.

São as offertas recebidas com especial agrado.

Procedeu depois o 1.º secretario á leitura do Relatorio das occurrencias que se deram no corrente anno,

o qual é enviado á Commissão de redacção da Revista para a competente publicação.

Em seguida passou-se ao acto da posse da directoria eleita para o triennio de 1897 a 1900, ficando empossados dos respectivos cargos os srs. Conselheiro Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo —presidente, Dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo—vice-presidente, Dr. Carlos Reis—1.º secretario, Alexandre Riedel—2.º secretario e Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe—Thesoureiro.

Teve a palavra o socio sr. Dr. João Pereira Monteiro, orador official do Instituto, que proferiu um importantissimo discurso, não só pelo brilhantismo da fórma, como pela profundeza dos conceitos, fazendo o elogio historico dos socios fundadores Dr. Cesario Motta Junior e Desembargador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, fallecidos no corrente anno. Esta notavel e bella oração foi applaudida por uma prolongada salva de palmas, sendo o orador vivamente felicitado e abraçado.

O sr. presidente agradeceu o concurso das associações e cavalheiros que vieram abrilhantar a solemnidade e levantou a sessão.

RELATORIO

DOS

TRABALHOS E OCCURRENCIAS

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE S. PAULO

NO ANNO DE 1896

APRESENTADO PELA DIRECTORIA NA SESSÃO DE 25 JANEIRO DE 1897

SRS. MEMBROS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE S. PAULO.

A Directoria do Instituto, em cumprimento ao que dispõe o § 5.º do art. 12 dos Estatutos, vem apresentar-vos o relatorio referente ao anno de 1896.

Este trabalho não foi apresentado em Outubro, como o determina a citada disposição dos Estatutos, devido a causas que alguns dos srs. socios conhecem e passam a ser expostas.

O Instituto, que a principio celebrava suas sessões numa das salas do Gymnasio do Estado, á rua da Boa Morte, passou a funccionar no sobrado da rua Quinze de Novembro n. 59, onde já estava o seu archivo, para attender ás reclamações dos srs. socios que achavam inconveniente o local das sessões por estar retirado do centro da cidade. Aconteceu, porém, que a proprietaria do predio da rua Quinze de Novembro exigiu o pavimento occupado pelo Instituto por precisar delle para si, e em consequencia ficou o Instituto sem local para funccionar, sendo o archivo removido para o predio onde estava a typographia do «Munici-

*

pio» e posteriormente para a casa de residencia do socio sr. Dr. Domingos Jaguaribe. Tratou desde logo a Directoria de providenciar a respeito, mas, apezar da diligencia e dos esforços empregados, só ultimamente (em Dezembro proximo passado) conseguiu obter o local em que nos achamos reunidos. Eis a razão por que o Instituto foi obrigado a interromper seus trabalhos durante os ultimos mezes do anno findo ; d'ora avante, porém, convenientemente installado como se acha, continuará a funccionar com a devida regularidade, esperando a Directoria, que os srs. socios prestarão ao Instituto seu franco concurso para que possa elle proseguir na senda tão brilhantemente encetada.

ADMINISTRAÇÃO

Tendo o digno presidente do Instituto, sr. Dr. Cesario Motta Junior, se retirado para o Rio de Janeiro, em consequencia de ter sido eleito deputado federal, assumiu a presidencia do Instituto o vice-presidente, Conselheiro Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, em cujo exercicio tem estado e se acha.

SESSÕES E TRABALHOS

Pelas razões expostas, poucas sessões foram celebradas. A de começo dos trabalhos foi realizada, de accordo com os Estatutos, a 25 de Janeiro, sendo celebradas quatro sessões ordinarias e uma extraordinaria, a 13 de Maio para commemorar esta data. Devido á falta de local tambem não se effectuou a sessão magna de anniversario.

As sessões ordinarias continuarão a realizar-se a 5 e 20 de cada mez, e a Directoria espera que os srs. socios as abrilhantarão com a sua presença e as tornarão uteis e interessantes com a leitura de seus trabalhos.

O socio sr. Dr. Theodoro Sampaio leu, na sessão de 13 de Maio, uma Memoria historica sobre a Egreja do Collegio dos jesuitas desta capital ; este interessante trabalho será publicado na *Revista*.

BIBLIOTHECA E ARCHIVO

Comquanto pequeno augmento tivessem, não deixaram todavia de enriquecer-se com alguns livros e objectos offerecidos por socios e pessoas extranhas ao Instituto. Pelo catalogo que vae annexo (*), vereis quaes os livros e objectos que o Instituto possue.

A bibliotheca acha-se installada em uma sala contigua á destinada ás sessões e estará aberta em todos os dias uteis, das 7 ás 9 horas da noite, afim de que os srs. socios possam consultar as obras que nella existem. Esta medida, que a Directoria julgou de utilidade adoptar, começará a vigorar a 1.º do proximo futuro mez de Fevereiro.

A Directoria aproveita a opportunidade para, em nome do Instituto, agradecer as offertas que a este têm sido feitas.

SOCIOS

De accordo com a deliberação tomada em sessão de 25 de Outubro de 1895, foram havidas como tendo renunciado o direito de socios fundadores, e excluidas da respectiva matricula, as pessoas que não satisfizeram o dever consignado no § 1.º do art. 10 dos Estatutos, ficando definitivamente considerados como socios fundadores os que cumpriram aquelle dever e constam do annexo (*).

Teve o Instituto a infelicidade de perder um de seus dignos fundadores, o Dr. Severino de Freitas Prestes, que falleceu nesta capital a 10 de Setembro do anno proximo findo. Devido a este lamentavel facto, o quadro dos socios fundadores, em vez de 116, fica constando de 115 membros.

Em annexos (*), são relacionados os socios das diversas categorias.

REVISTA

Já foi feita a distribuição do 2.º fasciculo, relativo aos trabalhos do anno de 1895, ficando completo assim o 1.º volume. Brevemente será organizado e

(*) Vae publicado em separado.—N. da R.

publicado o volume referente aos trabalhos do anno proximo passado.

FINANÇAS

Annexos encontrareis os balancetes organizados pelo thesoureiro, e por elles verificareis qual o estado financeiro da nossa associação até 31 de Dezembro de 1896.

O saldo demonstrado nessa data é, como vereis, de 2:934$320. Acha-se depositado no Banco de Credito Real de S. Paulo, como saldo a favor do Instituto na conta corrente que este ali tem, a quantia de 3:880$800, pelo que é o thesoureiro do Instituto credor de 946$480, que o mesmo forneceu para satisfazer despezas e que se retirará do Banco para seu pagamento.

O thesoureiro está procedendo á arrecadação da 2.ª annuidade dos srs. socios, o que, por diversas causas, não poude ser anteriormente realizado.

Com a actual localização, foi o Instituto forçado a fazer a necessaria despeza com a acquisição de moveis e utensilios imprescindiveis ao seu decente e regular funccionamento e installação de luz e do archivo, despeza essa que, realizada no mez andante, figurará nas contas do primeiro trimestre do corrente anno.

E' com satisfação que a Directoria traz ao vosso conhecimento que o Congresso do Estado concedeu ao Instituto o auxilio de seis contos de réis para o vigente anno; a Directoria vae tratar da respectiva arrecadação. Com este auxilio, que certamente será mantido pelo Congresso nos futuros orçamentos, fica o Instituto habilitado a fazer face ás despezas actualmente tão onerosas de casa e luz, dar maior desenvolvimento á Revista e a trabalhar desafogadamente para a consecução do fim a que se destina. Por tão valioso auxilio, a Directoria, em nome do Instituto, consigna aqui um voto de agradecimento ao patriotico Congresso do Estado de S. Paulo.

ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

Os nossos Estatutos precisam ser alterados em algumas de suas disposições, e a Directoria em uma das proximas sessões ordinarias, terá a honra de submetter á vossa consideração uma proposta para esse fim.

Eis, srs. Membros do Instituto, o que á Directoria occorre trazer ao vosso conhecimento no presente relatorio, estando prompta a fornecer-vos quaesquer outros esclarecimentos, alem dos que ora vos são dados.

S. Paulo, 25 de Janeiro de 1897.

VICE-PRESIDENTE—Dr. M. A. Duarte de Azevedo.
1.º SECRETARIO—Carlos Reis.
2.º SECRETARIO—Manoel Ferreira Garcia Redondo.
TESOUREIRO—Dr. Domingos Jaguaribe.

Balancete da Receita e Despeza do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, no trimestre decorrido de 1.º de Outubro a 31 de Dezembro de 1895.

RECEITA

Saldo do trimestre anterior.	4:893$020
Joias e annuidades de dezoito socios, sendo 14 fundadores, 3 effectivos e 1 correspondente.	1:332$000
	6:225$020

DESPEZA

Porcentagem ao cobrador.	140$600
Gratificação ao porteiro e servente do Gymnasio, seus serviços em Outubro e Novembro.	40$000
Um armario e uma mesa	142$000
A transportar.	322$600

Transporte.	322$600
Expediente da Secretaria e illuminação..	88$040
Despezas com a sessão magna em 1.º de Novembro.	221$000
Encadernação do «Diario Official» . . .	20$000
Impressos e avisos de sessão	34$200
Impressão do 1.º numero da *Revista* do Instituto—1.000 exemplares. . . .	1:235$000
Saldo que passa para o trimestre seguinte.	4:304$180
	6:225$020

S. Paulo, 31 de Dezembro de 1895

O Thesoureiro do Instituto
DR. DOMINGOS JAGUARIBE.

Balancete da Receita e Despeza do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, no trimestre decorrido de 1.º de Janeiro a 31 de Março de 1896.

RECEITA

Saldo em 31 de Dezembro de 1895.. .	4:304$180
Recebido do socio fundador sr. Dr. Gustavo Koenigswald, sua annuidade relativa a 1896	24$000
	4:328$180

DESPEZA

Gratificação ao porteiro e servente do Gymnasio, seus serviços em Janeiro, Fevereiro e Março.	60$000
Expediente e avisos de sessão. . . .	6$500
Encadernação do «Diario Official». . .	10$000
Saldo que passa para o trimestre seguinte.	4:251$680
	4:328$180

S. Paulo, 31 de Março de 1896.

O Thesoureiro do Instituto
DR. DOMINGOS JAGUARIBE.

Balancete da Receita e Despeza do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, no trimestre decorrido de 1.· de Abril a 30 de Junho de 1896.

RECEITA

Saldo do trimestre anterior.		4:251$680
Joias e annuidades dos socios correspondentes srs.:		
Dionysio Caio da Fonseca . .	74$000	
Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme	74$000	148$000
		4:399$680

DESPEZA

Gratificação ao porteiro e servente do Gymnasio, seus serviços em Abril. .	20$000
Expediente da Secretaria..	37$500
Illuminação..	37$800
Impressos e publicações em jornaes.. .	136$000
Saldo que passa para o trimestre seguinte.	4:168$380
	4:399$680

S. Paulo, 30 de Junho de 1896.

O Thesoureiro do Instituto
DR. DOMINGOS JAGUARIBE.

Balancete da Receita e Despeza do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, nos trimestres decorridos de 1.· de Julho a 30 de Setembro e 1.· de Outubro a 31 de Dezembro de 1896.

RECEITA

Saldo do trimestre anterior.	4:168$380
Juros até esta data creditados na conta corrente do Instituto com o Banco de Credito Real de S. Paulo.	157$940
	4:326$320

DESPEZA

Impressão do 2.º fasciculo da *Revista* do Instituto—1.000 exemplares. . .	623$000
Plantas lithographadas para o dito fasciculo da *Revista* e 2 clichés. . . .	130$000
Aluguel do sobrado da Rua Quinze de Novembro, inclusive illuminação. . .	624$000
Transporte do archivo.	15$000
Saldo que passa para o anno vindouro .	2:934$320
	4:326$320
O saldo da conta corrente do Instituto no Banco de Credito Real de S. Paulo é .	3:880$800
O saldo a favor do Instituto acima demonstrado é..	2:934$320
Pelo que é o Thesoureiro credor de.. .	946$480

S. Paulo, 31 de Dezembro de 1896.

O Thesoureiro do Instituto
DR. DOMINGOS JAGUARIBE.

RELATORIO

DOS

TRABALHOS E OCCURRENCIAS

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE S. PAULO

NO ANNO DE 1897

APRESENTADO PELA DIRECTORIA NA SESSÃO DE 1 DE NOVEMBRO DE 1897

SRS. MEMBROS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE S. PAULO.

A Directoria do Instituto, em cumprimento ao que dispõe o § 5.º do art. 12 dos Estatutos, tem a honra de apresentar-vos o relatorio dos factos occorridos durante o presente anno, não o tendo feito na sessão de encerramento dos trabalhos pelos motivos que nella vos foram expostos.

ADMINISTRAÇÃO

Em consequencia do fallecimento do presidente effectivo do Instituto, preclaro cidadão Dr. Cesario Motta Junior, de saudosissima memoria, assumiu definitivamente o exercicio desse cargo o vice-presidente, Conselheiro Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo.

De conformidade com o art. 44 dos Estatutos, procedeu o Instituto, na sessão de encerramento, realizada a 20 do expirante mez de Outubro, á eleição da Directoria para o segundo triennio, tendo ficado a mesma constituida dos seguintes socios:

Presidente—Conselheiro Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo.

Vice-presidente — Dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo.

1.º *Secretario*—Dr. Carlos Reis (reeleito).

2.º *Secretario* — Alexandre Riedel.

Thesoureiro—Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe (reeleito).

A posse será effectuada na sessão magna de 1.º de Novembro p. futuro.

SESSÕES E TRABALHOS

Celebraram-se durante o anno 17 sessões, sendo uma de abertura dos trabalhos, a 25 de janeiro, e 16 ordinarias, inclusive a de encerramento, a 20 deste mez. As sessões ordinarias effectuaram-se regularmente a 5 e 20 de cada mez, tendo apenas deixado de haver as de 20 de Maio e 20 de Setembro. Em quasi todas as sessões foram apresentados e lidos trabalhos dos srs. socios.

Eis a resenha dos trabalhos produzidos :

O socio sr. Dr. Theodoro Sampaio leu os seguintes : na sessão de 25 de Janeiro, um interessante trabalho sobre a etymologia do nome *Caramurú* ligado á individualidade de Diogo Alvares; na de 5 de Março, um bem elaborado parecer a respeito da verdadeira graphia do nome *Guayaná*; na de 20 de Agosto, outro bem elaborado parecer sobre o trabalho do socio sr. Arthur Goulart relativo a Alexandre de Gusmão; na de 4 de Setembro, um trabalho sobre as *Feitorias das terras do Brazil*.

O socio sr. Dr. Antonio de Toledo Piza, na sessão de 5 de Fevereiro, apresentou um bem elaborado parecer sobre o trabalho inedito do socio sr. Dr. Raymundo P. Alves do Sacramento Blake relativo a um plano de viação ferrea para ligar o littoral a Matto Grosso; na de 5 de Maio, leu um importante trabalho sobre questões de limites entre os Estados de Paraná e Santa Catharina; na de 19 de Junho leu

diversas biographias de distinctos ytuanos escriptas pelo socio sr. Antonio Augusto da Fonseca.

O socio sr. Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, na sessão de 20 de Fevereiro, leu um interessante trabalho sobre a cultura da amoreira no Ceará.

O socio sr. Eugenio Hollender, na sessão de 20 de Março, apresentou e fez a leitura do bem organizado catalogo da collecção de moedas e medalhas pertencentes ao museu do Instituto; na de 5 de Outubro, leu um interessante trabalho sobre *Moedas obsidionaes do Brazil*.

O socio sr. Dr. Antonio Augusto Moreira de Toledo, na sessão de 5 de Abril, leu um interessante trabalho a respeito do projecto de reforma da organização judiciaria do Estado.

O socio sr. Arthur Goulart, na sessão de 20 de Julho, leu um interessante estudo litterario-biographico sobre Alexandre de Gusmão.

O socio sr. Dr. Orville Derby, na sessão de 5 de Agosto, realizou uma conferencia sobre a cartographia do Brazil, versando especialmente o seu trabalho na exposição, confronto e observações a respeito dos mappas que serviram de base para a decisão da questão de limites entre o Brazil e a Republica Argentina; na sessão de 20 de Agosto, leu um interessante trabalho commentando um manuscripto inedito onde é feita a descripção das capitanias de S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro.

BIBLIOTHECA E ARCHIVO

A bibliotheca e o archivo do Instituto vão se enriquecendo com os livros e objectos offertados por socios e pessoas extranhas ao Instituto, e a Directoria, em nome deste, cumpre o grato dever de consignar aqui um voto de agradecimento pelas offertas recebidas.

SOCIOS

Soffreu o Instituto no corrente anno a sensivel e dolorosa perda de dois distinctos socios fundadores:

Dr. Cesario Motta Junior, presidente effectivo do Instituto, e Dezembargador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, digno membro da Commissão de historia geral do Brazil. A's illustres familias daquelles conspicuos socios e egregios cidadãos, tão prematuramente roubados pela morte aos nossos trabalhos, á familia e á patria, o Instituto apresentou as suas sinceras condolencias, assim como concorreu por meio de commissões aos actos funebres que nesta capital foram realizados.

Tambem falleceram os socios honorarios Drs. Martinho de Freitas Vieira de Mello e Joaquim José Menezes Vieira.

No correr do anno foram acceitas membros do Instituto as pessoas constantes da relação annexa (*), sendo 4 na qualidade de socios honorarios, 8 na de effectivos e 23 na de correspondentes. O sr. Padre Raphael M. Galanti, acceito membro do Instituto, em sessão de 20 de Fevereiro, na qualidade de socio correspondente, foi considerado socio honorario em virtude de proposta approvada em sessão de 4 de Setembro.

REVISTA

Devido ás circumstancias diversas não poude ser publicado ainda o numero da *Revista* relativo ao anno passado; a Commissão de redacção está se esforçando no sentido de ser dentro de pouco tempo dado a lume.

FINANÇAS

Pelos balancetes annexos, relativos aos trimestres de 1.º de Janeiro a 30 de Setembro, ficareis orientados do estado financeiro da nossa associação até essa data.

Como verificareis do ultimo balancete, o saldo demonstrado em 30 de Setembro é de 7:934$520; desta quantia está depositada a de 7:930$800 no Banco de Credito Real de S. Paulo e 3$720 em mão do Thesoureiro do Instituto.

(*) Vae publicada em separado com a lista geral dos socios.

O Congresso Legislativo do Estado consignou no orçamento para o anno vindouro o auxilio de 6:000$000 ao Instituto, verba igual á que foi concedida para o anno vigente e que foi em tempo arrecadada, como vereis do balancete do primeiro trimestre.

Por este auxilio, mais uma vez o patriotico Congresso do Estado tornou-se credor da nossa gratidão.

Eis o que julga a Directoria dever vos informar.

S. Paulo, 30 de Outubro de 1897.

DR. MANOEL ANTONIO DUARTE DE AZEVEDO—Presidente.

CARLOS REIS—1.º Secretario.

DR. DOMINGOS JAGUARIBE—*Thesoureiro.*

Balancete da Receita e Despeza do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, no trimestre decorrido de 1.º de Janeiro a 31 de Março de 1897.

RECEITA

Saldo demonstrado no balancete fechado em 31 de Dezembro de 1896 .	2:934$320
Annuidade dos socios Drs. Duarte de Azevedo, Carlos Reis e Domingos Jaguaribe, relativa a 1896	72$000
Dita de 68 socios, idem	1:632$000
Auxilio concedido pelo Congresso Legislativo do Estado e recebido do Thesouro	6:000$000
	10:638$320

DESPEZA

Porcentagem ao cobrador	163$200
Despezas com a installação do Instituto na Rua Marechal Deodoro n. 2, transporte do archivo e bibliotheca, installação de luz, compra de diversos objectos, serviço de carpinteiro, etc.	566$000
Um mostrador envidraçado para a collecção de moedas e medalhas, concerto e lustração	467$000
Impressos, avisos de sessão, papel, etc. . .	165$000
Pagamento por conta da mobilia comprada a Pinto, Leal e & C.ª por 700$000 .	450$000
Aluguel do local onde funcciona o Instituto (Janeiro, Fevereiro e Março) .	450$000
Gratificação ao zelador (idem). . . .	90$000
Illuminação (idem).	133$800
Sellos e pequenas despezas de expediente, de Julho de 1896 até esta data. .	58$700
Saldo que passa para o trimestre seguinte.	8:094$620
	10:638$320

S. Paulo, 31 de Março de 1897

O Thesoureiro do Instituto
DR. DOMINGOS JAGUARIBE

Balancete da Receita e Despeza do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, no trimestre decorrido de 1.º de Abril a 30 de Junho de 1897.

RECEITA

Saldo do trimestre anterior	8:094$620
Annuidade de 18 socios, relativa a 1896.	432$000
Joia e annuidade de 15 socios novos . .	1:110$000
	9:636$620

DESPEZA

Porcentagem ao cobrador.	149$400
Pagamento por saldo da mobilia comprada a Pinto, Leal & C.ª e 1 espanador.	260$000
Impressos e avisos de sessão. . . .	36$900
Carretos de livros	13$000
Encadernação do « *Diario Official* » (5 volumes)	50$000
Aluguel do local onde funcciona o Instituto (Abril, Maio e Junho) . . .	450$000
Gratificação ao zelador (idem). . . .	90$000
Illuminação (idem)	111$000
Serviço de segurança no local das sessões e augmento de prateleiras para livros	224$000
1 escada e despezas de expediente durante o trimestre	47$000
Saldo que passa para o trimestre seguinte .	8:205$320
	9:636$620

S. Paulo, 30 de Junho de 1897

O Thesoureiro interino
CARLOS REIS

Balancete da Receita e Despeza do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, no trimestre decorrido de 1.º de Julho a 30 de Setembro de de 1897.

RECEITA

Saldo do trimestre anterior	8:205$320
Joia e annuidade de 5 socios novos . .	370$000
Annuidade de 3 socios, relativa a 1896.	72$000
	8:647$320

DESPEZA

Porcentagem ao cobrador.	36$800
Encadernação do «*Diario Official*» (1 volume).	10$000
Aluguel do local onde funcciona o Instituto (Julho, Agosto e Setembro). .	450$000
Gratificação ao zelador (idem). . . .	90$000
Illuminação (idem)	111$000
Despezas do expediente no trimestre. . .	15$000
Saldo que passa para o trimestre seguinte .	7:934$520
	8:647$320

Do saldo supra, acha-se: Depositado no Banco de Credito Real de S. Paulo .	7:930$800
Em mão do Thesoureiro do Instituto .	3$720
	7:934$520

S. Paulo, 30 de Setembro de 1897

O Thesoureiro interino
CARLOS REIS

Balancete da Receita e Despeza do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, no trimestre decorrido de 1.º de Outubro a 31 de Dezembro de 1897.

RECEITA

Saldo demonstrado no balancete de 30 de Setembro.	7:934$520
Joias e annuidades recebidas de 5 socios.	370$000
Juros creditados pelo Banco de Credito Real de S. Paulo na conta corrente do Instituto.	190$580
	8:495$100

DESPEZA

Aluguel das salas occupadas pelo Instituto no predio da rua Marechal Deodoro n. 2 (relativo aos mezes de Outubro a Dezembro).	450$000
Gratificação ao zelador do Instituto (idem).	90$000
Illuminação (mez de Outubro). . .	37$000
Impressos, carimbo, encadernação do «Diario Official» (1 volume), aluguel de cadeiras para a sessão magna e despeza com a mudança para a nova séde.	82$000
Papel, transporte de livros vindos do Rio de Janeiro e despeza do expediente durante o trimestre. . . .	82$620
Pagamento por conta da impressão do 2.º volume da «Revista do Instituto».	1:000$000
Saldo que passa para o anno de 1898.	6:753$480
	8:495$100

Importancia depositada em conta corrente no Banco de Credito Real de S. Paulo.	6:721$380
Dita em mão do Thesoureiro. . .	32$100
Importancia do saldo.	6:753$480

S. Paulo, 31 de Dezembro de 1897.

O Thesoureiro do Instituto

DR. DOMINGOS JAGUARIBE

ANNEXOS

RELAÇÃO GERAL

DOS

MEMBROS DO INSTITUTO

SOCIOS FUNDADORES

SOCIO FUNDADOR HONORARIO

Dr. Prudente José de Moraes Barros

SOCIOS FUNDADORES EFFECTIVOS

1 Alberto Löfgren.
2 Dr. Alexandre Florindo Coelho.
3 Alexandre Riedel.
4 Dr. Alfredo Ellis.
5 Dr. Alfredo Rocha.
6 Antonio Augusto da Fonseca.
7 Dr. A. Carlos Ribeiro de Andrada M. Silva.
8 Dr. Antonio Dino da Costa Bueno.
9 Dr. Antonio Evaristo Bacellar.
10 Dr. Antonio Francisco de Araujo Cintra.
11 Dr. Antonio Francisco de Paula Souza.
12 Antonio Moreira da Silva.
13 Dr. Antonio Pereira Prestes.
14 Dr. Antonio da Siva Prado.
15 Dr. Antonio de Toledo Piza.
16 Prof. Arthur Goulart.
17 Prof. Augusto Cesar Barjona.
18 Dr. Augusto Cesar de Barros Cruz.
19 Dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo.
20 Dr. Augusto de Siqueira Cardoso.
21 Dr. Benedicto Estellita Alvares.
22 Dr. Bento Bueno.
23 Dr. Bernardino de Campos.
24 Dr. Braulio Gomes.
25 Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Motta.

26 Dr. Carlos de Campos.
27 Dr. Carlos Daniel Rath.
28 Dr. Carlos Reis.
29 Dr. Cincinato Braga.
30 Dr. Clementino de Souza e Castro.
31 Dr. Constante Affonso Coelho.
32 Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe.
33 Prof. Eduardo Carlos Pereira.
34 Emanuel Vanorden.
35 Dr. Ernesto de Moraes Cohn.
36 Dr. Eugenio Alberto Franco.
37 Eugenio Hollender.
38 Dr. Fergo O'Connor de Camargo Dauntre.
39 Dr. Fortunato Martins de Camargo.
40 Dr. Francisco Ferreira Ramos.
41 Francisco Ignacio Xavier de Assis Moura.
42 Dr. Francisco Martiniano da Costa Carvalho.
43 Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo.
44 Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves.
45 Dr. Gabriel Osorio de Almeida.
46 T. C. Gabriel Prestes.
47 Dr. Gabriel de Toledo Piza e Almeida.
48 Dr. Gustavo Koenigswald.
49 T. C. Henrique A. de Araujo Macedo.
50 Henry White.
51 Dr. Hermann von Ihering.
52 Dr. Horace M. Lane.
53 Horacio de Carvalho.
54 Dr. Hypolito de Camargo.
55 Dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane.
56 Dr. Jayme Serva.
57 Dr. João Alvares Rubião Junior.
58 João de Arruda Leite Penteado.
59 Dr. João Nepomuceno Nogueira da Motta.
60 Dr. João Nogueira Jaguaribe.
61 Dr. João Pedro da Veiga Filho.
62 Dr. João Pereira Monteiro.
63 Dr. João Ribeiro de Moura Escobar.
64 Dr. Joaquim Floriano de Godoy.
65 Prof. Joaquim Soares de Oliveira Alvim.
66 Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida.

67 Joaquim de Toledo Piza e Almeida.
68 Dr. Jorge Tibiriçá.
69 Dr. José Alves de Cerqueira Cesar.
70 Dr. José Alves Guimarães Junior.
71 José André do Sacramento Macuco.
72 Dr. José Baptista Pereira.
73 Dr. José Cardoso de Almeida.
74 José Eduardo de Macedo Soares.
75 Dr. José Estacio Corrêa de Sá e Benevides.
76 José Ferraz de Almeida Junior.
77 Dr. José Ferreira Garcia Redondo.
78 José Francisco Soares Romeo.
79 José Maria Lisboa.
80 Dr. José de Sá Rocha.
81 Dr. José Valois de Castro.
82 Dr. José Vicente de Azevedo.
83 Dr. Julio Cesar Ferreira de Mesquita.
84 Dr. Luiz de Anhaia Mello.
85 Dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida.
86 Dr. Manoel Alvaro de Souza Sá Vianna.
87 Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo.
88 Dr. Manoel Ferreira de Campos Salles.
89 Dr. Manoel Ferreira Garcia Redondo.
90 Manoel Marcellino de Souza Franco.
91 Dr. Manoel de Moraes Barros.
92 Dr. Manoel Pereira Guimarães.
93 Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos.
94 Dr. Martim Francisco de Andrada Sobrinho.
95 Dr. Martinho Prado Junior.
96 Dr. Mathias Valladão.
97 Dr. Orville A. Derby.
98 Dr. Oscar Schwenk d'Horta.
99 Dr. Pedro Augusto Gomes Cardim.
100 Dr. Pedro Vicente de Azevedo.
101 Dr. Raymundo Furtado Filho.
102 Dr. Rodolpho Pereira.
103 Cap. Tancredo Leite do Amaral Coutinho.
104 Dr. Theodoro Dias de Carvalho Junior.
105 Dr. Theodoro Sampaio.
106 Theodoro Barbosa.
107 Com. Thomaz Paulo de Bom Successo Galhardo.

108 Tiburtino Mondim Pestana.
109 M.or Tristão Araripe.
110 Dr. Vicente Liberalino de Albuquerque,
111 Dr. Virgilio de Rezende.
112 Dr. Viriato Brandão.
113 Dr. Wenceslau de Queiroz.

SOCIOS HONORARIOS

N.o	NOMES	DATA DA ADMISSÃO
1	Barão Homem de Mello	5 Junho 1895
2	Bellarmino Carneiro	20 » »
3	Barão de Paranapiacaba	4 Julho »
4	Barão do Rio Branco	» » »
5	Dr. Georges Ritt	5 Agosto »
6	Dr. A. J. de Mello Moraes Filho	20 » »
7	Dr. Sylvio Romero	7 Setembro »
8	Dr. Tristão de Alencar Araripe	» » »
9	Dr. Tristão de Alencar Araripe Junior	» » »
10	Dr. J. F. de Assis Brazil	20 Outubro »
11	Dr. Frederico A. da S. Lisboa	25 » »
12	Dr. Augusto Freire da Silva	13 Maio 1896
13	Conselheiro Dr. Olegario H. de Aquino e Castro	20 Fevereiro 1897
14	Dr. Affonso Celso Junior	» » »
15	Jules Martin	5 Março »
16	P.e Raphael M. Galanti	4 Setembro »

SOCIOS EFFECTIVOS

1	Luiz de França Almeida e Sá	5 Junho 1895
2	Dr. Jorge Maia	20 » »
3	Dr. Ernesto Guilherme Young	» » »
4	Dr. Luiz Pereira Barreto	» » »
5	Dr. Alfredo Pujol	20 Setembro »
6	Dr. Leopoldo de Freitas	» » »
7	Dr. Eduardo da Silva Prado	25 Outubro »
8	Dr. Alvaro Augusto da Costa Carvalho	5 Março 1897

N.º	NOMES	DATA DA ADMISSÃO		
9	Dr. Francisco Eugenio de Toledo	5	Março	1897
10	Dr. Antonio A. Moreira de Toledo.	»	»	»
11	Dr. Francisco da Rocha	»	Abril	»
12	Benedicto Galvão de Moura Lacerda	»	»	»
13	Dr. Adolpho Uchoa Cavalcanti	»	»	»
14	Dr. João Baptista de Oliv.ª Penteado	»	Agosto	»
15	Dr. Luiz Fred.co Rangel de Freitas.	»	»	»

SOCIOS CORRESPONDENTES

1	Dr. Oscar Leal	5	Junho	1895
2	Dr. Ernesto Goulart Penteado	»	»	»
3	Dr. Henrique Coelho	»	»	»
4	Dr. José da Costa Rangel Junior	20	»	»
5	Dr. Alfredo de Toledo	»	»	»
6	José Maximino Serzedello	»	Julho	»
7	Dr. Raymundo P. A. do S. Blake.	5	Agosto	»
8	Domingos Leopoldino da Fonseca e Silva	7	Setembro	»
9	Eurico Saldanha	20	»	»
10	Dr. Heitor Peixoto	25	Outubro	»
11	Alfredo Veiga	»	»	»
12	Francisco Corrêa de Almeida Moraes	»	»	»
13	Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme	13	Maio	1896
14	Dionysio Caio da Fonseca	20	»	»
15	Carlos Ferreira	»	»	»
16	Coronel Agostinho José Moreira Rollo	5	Junho	»
17	Dr. José Estanislau de Arruda Botelho	»	»	»
18	Dr. João Alves Corrêa do Amaral	»	Fevereiro	1897
19	Candido de Carvalho	5	Fevereiro	»
20	Amadeu Amaral	»	»	»
21	Dr. Bernardo Morelli	»	»	»
22	Dr. Alvaro Augusto de Toledo	»	Março	»
23	Dr. Joaquim Monteiro de Mello	»	»	»

*

N.º	NOMES	DATA DA ADMISSÃO		
24	Dr. Manoel Dias de Aquino e Castro	5	Março	1897
25	Dr. José Roberto Leite Penteado	»	»	»
26	Dr. José Pereira de Queiroz	»	»	»
27	Dr. Euclydes da Cunha	»	Abril	»
28	Camillo Cresta	20	»	»
29	Dr. José de Campos Novaes	»	»	»
30	José Honorio de Sillos	5	Maio	»
31	Dr. Francisco Marcondes de G. Natividade	»	Julho	»
32	Dr. Bernardo de Campos	»	»	»
33	José Gomes dos Santos Guimarães	»	»	»
34	Dr. Antonio Augusto Gomes Nogueira	»	»	»
35	Dr. João Baptista de Mello Peixoto	20	»	»
36	Dr. Francisco de Toledo Malta	»	»	»
37	Rodolpho Miranda	»	»	»
38	Dr. João Francisco Malta Junior	»	Agosto	»
39	Dr. Aristides Salles	»	Outubro	»

RELAÇÃO DOS SOCIOS FALLECIDOS

NOMES	CLASSE	DATA DO FALLECIMENTO		
Dr. Severino de Freitas Prestes.	Fundador	10	Set.º	1896
Dezemb.or Aureliano de Sz.a e Olivr.a Coutinho.	»	20	Abril	1897
Dr. Martinho de Freitas Vieira de Mello...	Honorario	23	»	»
Dr. Cesario Motta Junior	Fundador	24	»	»
Dr. Joaquim José de Menezes Vieira.	Honorario	13	Agosto	»

RELAÇÃO

dos livros, mappas, jornaes, retratos e estampas existentes na BIBLIOTHECA e no ARCHIVO do Instituto em 1 de Novembro de 1897.

BIBLIOTHECA

LIVROS

Cincoenta annos de existencia, pelo Dr. Manoel Alvaro de Souza Sá Vianna.

Catalogo da exposição de trabalhos juridicos, realizada pelo Instituto dos Advogados Brazileiros.

Estatutos do Instituto Geographico e Historico da Bahia.

Diccionario geographico do Paraná, por Nivaldo Braga.

Revista do Paraná—jornal illustrado.

Revista Brazileira—Edição de Laemmert & C.—1895 e 1896.

Saúvaou Manhu-uára, por A. G. de Azevedo Sampaio.

Estatutos da Sociedade Pharmaceutica de S. Paulo.

Constituição do Municipio de Santos.

Revista do Instituto do Ceará.

Boletim de Estatistica Demographo-Sanitaria.

Uma revelação historica, por B. G. de Moura Lacerda.

Compendio de geographia do Paraná, por L. de F. Almeida e Sá.

Memorias e documentos escolares—publicações do Pedagogium Brazileiro.

Revista Pedagogica, jornal do Pedagogium Brazileiro.

Guia para expedição da correspondencia.

Itinerario de malas terrestres.

Tabellas dos vencimentos (no correio).

Relatorio dos serviços do correio—1880, 1889, 1892, 1893, 1894 e 1895.

Regulamentos do correio.

Instrucções para execução de serviços postaes.

Convenções postaes.

Boletim postal do Brazil.

Archivo do Districto Federal.

Relatorio do Instituto dos Advogados Brazileiros—1894, 1895 e 1896.

O Amazonas, pelo Dr. Oscar Leal.

Revista Moderna (jornal)—ns. 1 a 7.

Saneamento de Santos, pelo sr. I. W. da Gama Cochrane.

Saneamento de S. Paulo, pelo mesmo.

Condições economicas da Companhia S. Paulo e Rio de Janeiro. pelo mesmo.

Resgate da Estrada de Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro, pelo mesmo.

Liquidação da Companhia S. Paulo e Rio de Janeiro, pelo mesmo.

Revista Pharmaceutica (S. Paulo).

Classificação das agencias postaes

Consultor do Commercio, por João Candido Martins.

Indicações sobre a Historia Nacional, pelo Dr. Tristão de Alencar Araripe.

Documentos interessantes, publicações do Archivo de S. Paulo—vols. 1 a 23.

Relatorio da Repartição de Estatistica e do Archivo do Estado de S. Pualo—1893, 1894 e 1895.

Almanak do Estado de S. Paulo para 1895—Edição da Companhia Industrial.

Indicador da capital—Idem.

A Historia de S. Paulo, por Tancredo do Amaral.

Guia de viagem, por J. Maximiano Serzedello.

Do Tejo a Paris, pelo Dr. Oscar Leal.

Viagem a um paiz de selvagens, pelo mesmo.

Leis municipaes de Casa Branca—1.º vol.

Revista Agricola.

As tribolitas do grez de Ereré e Maccurú, por John M. Clarke.

Relatorio da Commissão Geographica e Geologica de S. Paulo—1894.

Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema.

Boletim da Com. Geogr. e Geolog. de S. Paulo.

Dados climatologicos—Da mesma Commissão.

Meteoritos brazileiros, pelo Dr. Orville Derby.

Ferro nativo de Santa Catharina, pelo Dr. Luiz F. G. de Campos.

Rochas nephilinas do Brazil, pelo Dr. Orville Derby.

Os picos altos do Brazil, pelo mesmo.

Limites entre S. Paulo e Minas, pelo mesmo.

A contribution tohe geology of the lower Amazonas, pelo mesmo.

Nephelines rocks in Brazil, pelo mesmo.

Occurence of Xenotime as an accessory element in rocks, pelo mesmo.

Magnetite ore districts of Jacupiranga and Ipanema, pelo mesmo.

The Amazonian upper carboriferous fauna, pelo mesmo.

Relatorio da Camara Municipal de S. Paulo—1893 e 1894.

Escorço biographico do Dr. Alfredo Ellis, por Libero Braga—Vol. I.

A justiça criminal, pelo Dr. Candido Motta.

Intelligencia e moral do homem, pelo Dr. Jaguaribe.

Influence de l'esclavage et de la liberté, pelo mesmo.

Homens e ideias no Brazil, pelo mesmo.

L'art de former des hommes de bien, pelo mesmo.

Revista Util—2.º e 3.º vol., pelo mesmo.

Biographia de Silva Jardim, por José Leão.

A Verdade, jornal publicado em 1832.

A Mutuca picante, idem.

Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia.

Geometria superior, pelo Dr. A. F. de Paula Souza.

Noticia sobre a provincia do Paraná.

Discurso sobre Floriano Peixoto, por Horacio de Carvalho.

Discurso sobre Floriano Peixoto, pelo Dr. Alfredo Pujol.

Direito de intervenção, pelo Dr. Leopoldo de Freitas.

Antonio Conselheiro, pelo padre João Evangelista.

Promptuario commercial, civil e militar, por Luiz de F. Almeida e Sá.

Relatorio da Fazenda de S. João da Montanha.

Relatorio da Secretaria do Interior, S. Paulo—1894, 1895 e 1896.

Relatorio da Secretaria da Agricultura, S. Paulo—1892, 1893, 1894, 1895 e 1896.

Moeda do Brazil, por João Xavier da Motta.

The cosmographic atlas, por W. & A. K. Johnston.

Phonologia Portugueza, por Fernando M. Bonilha Junior.

Memoria sobre o Estado da Bahia, publicação official do governo da Bahia.

Memoir of the State of Bahia, idem.

Album de fac similes das assignaturas dos governadores da capitania de S. Paulo—Organisado por Jules Martin.

Il Brasile al Congresso d'Igiene di Budapest, pelo professor Dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo, Budapest, 1894.

Leis e Decretos do Estado de S. Paulo—1893, 1894 e 1895.

Inscripções em rochedos do Brazil, por Carlos F. Hartt.

Constituição politica do Brazil—1824 (Em uma caixa circular com a effigie de D. Pedro I.)

Relatorio da Secretaria da Justiça, S. Paulo—1894 e 1896.

O Paulista, pelo Dr. A. Cesar de Barros Cruz.

Programma de ensino do Gymnasio de S. Paulo.

De Matto Grosso ao littoral, pelo dr. M. P. Torres Neves.

Documentos para a historia da pestilencia da bicha ou males, pelo Dr. Guilherme Studart.

Relatorio da Camara Municipal de Parahyba do Sul, por Leopoldo Teixeira Leite.

Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano.

Historia da Revolução de Pernambuco em 1817, pelo dr. Francisco Muniz Tavares.

A idéa republicana no Brazil, pelo major José Domíngues Codeceira.

Historia da missão dos padres capuchinhos no Maranhão, pelo padre Claudio d'Abbeville.

Historia do movimento politico de Minas Geraes em 1842, pelo conego José Antonio Marinho.

Revista de Estudos Livres—1.º e 2.º volumes.

Revista Brazileira, 1879 a 1881.

A declaração de maioridade de D. Pedro II, por uma testemunha ocular.

Grammatica portugueza, pelo Dr. Augusto Freire da Silva.—8.ª edição.

Lei do ensino publico na Bahia.

Etnologia Centro-Americana, por D. Manoel M. de Peralta e D. Anastacio Alfaro.

Nahuathismos de Costa Rica, por Juan Fernandez Ferraz.

Jornal Asiatique, por M. Edouard Chavannes.

Estudos historicos brazileiros, por F. I. Marcondes Homem de Mello.

A Constituinte perante a historia, pelo mesmo.

Theses sobre instrucção para conferencias.

Campos Salles, pelo dr. Antonio Joaquim Ribas.

Esboço historico, pelo dr. Constante A. Coelho.

Dr. Serzedello Corrêa, por J. V. Gonçalves Campos.

Petalas, por Arthur Goulart.

Catechismo municipal, pelo dr. Domingos Jaguaribe.

Bibliographia da lingua tupi ou guarany, por Alfredo do Valle Cabral.

Diario de viagem, do Dr. Francisco José de Lacerda.

L'or à Minas Geraes, por Paul Fernand, I.

Carmen Soeculare, por Speridione de Medici.

Catecismo brasilico—publicado pelos padres da Companhia de Jesus—1686.

Revista do Museu Paulista—volume I.

Revista do Archivo Publico Mineiro.

A Escola Publica—1895.

A Escola Publica—1896.

Compendio de Historia do Brazil, pelo padre Raphael M. Galanti.

Conde de Porto Alegre, por Alfredo F. Rodrigues.

Os Hespanhoes no Rio Grande, pelo mesmo.

O presidio do Rio Grande, pelo mesmo.

Escola Superior de Guerra (discurso).

O Parteiro, pelo Dr. Oscar Leal.

Revista do Instituto dos Advogados Brazileiros.

As arvores do Rio Grande do Sul, pelo Dr. H. von Ihering.

Em prol da integridade do territorio de Pernambuco, pelo Dr. F. A. Pereira da Costa.

Relatorio sobre exgottos de Santos, pelo Dr. I. V. da Gama Cochrane.

A urina do doente de febre amarella, pelo Dr. Bonilha de Toledo.

O Estado de S. Paulo, pelo Dr. Veiga Filho.

Estatutos da Arcadia Normalista.

Mudança da Capital Federal, pelo Dr. Domingos Jaguaribe.

Propaganda em favor do municipio, pelo mesmo.

Sociedade cooperativa do bem estar, pelo mesmo.

Estado do Ceará.

Reflexões da luz, pelo Dr. Ed. Xavier.

Traços biographicos de Pericles, Demosthenes e Cicero.

Alargamento da E. F. Central do Brazil.

Documentos para a biographia do fundador do Ceará.

Auxilios á lavoura.

Conflicto de jurisdicção—Rio Grande e Ceará.

Instrucções para os serviços do telegrapho.

A electricidade em relação á arte de curar.

Le Tropicali (poesias).

Geographia elementar, por T. do Amaral.

Estrada de Ferro—Ramal do Banharão.

Exposição da commissão constructora da nova capital de Minas Geraes.

Contabilidade, por H. Berlinck.

Em prol da lavoura, pelo dr. Garcia Redondo.

Mensagens do presidente do Estado ao Congresso Legislativo—1892 a 1896.

Revista do Jardim da Infancia—S. Paulo—Vols. I e II.

Programmas de ensino da Escola Normal de S. Paulo.

Constituição da Republica do Brazil.

Constituição do Estado de S. Paulo.

Indices alphabeticos da lei e regulamento municipal, por J. J. Ribeiro.

Lei e Regulamento do Serviço Sanitario do Estado de S. Paulo.

Regulamento da Secretaria do Interior de S. Paulo.

Regulamento da Escola Normal de S. Paulo.

Regulamento das Escolas Complementares de S. Paulo.

Regimento das Escolas Publicas de S. Paulo.

Regulamento dos Hospitaes de Isolamento de S. Paulo.

Relatorio Fuertes sobre saneamento de Santos.

Relatorio do Ministerio da Industria da União—1895.

Relatorio da Repartição Geral dos Telegraphos—1894.

Relatorio do Ministerio da Fazenda da União—1895.

Relatorio da Camara syndical dos corretores de S. Paulo.

Alfandega de S. Paulo—Representação da Associação Commercial.

America meridional y septentrional, pelo Dr. Manoel Martins Bonilha.

Ineditos sobre o levante na ribeira do Jaguaribe, pelo Dr. Guilherme Studart.

Apreciações sobre o livro «Notas para a historia do Ceará.»

Relação dos manuscriptos da collecção G. Studart—2.º fasciculo.

Notas sobre a Carta geographica do Rio Grande do Sul, por J. Arthur Montenegro.

Monographias historicas, por Juan S. de Godoy.

Carta juridica, por Eugenio Teixeira.

Chorographia do municipio de Serra Negra.

Estatutos da Sociedade Educadora 13 de Maio—(Bahia).

S. Paulo, pelo dr. Gustavo Koenigswald.

Ornithologia Paulista, pelo mesmo.

Vocabulario brazileiro, por Braz da Costa Rubim.

Indice das leis e decretos do Estado de S. Paulo, por Alexandre Riedel.

Datas e factos para a historia do Ceará, pelo Dr. Guilherme Studart.

Novissimo guia do alistamento eleitoral, pelo Dr. Antonio Augusto Moreira de Toledo.

Repertorio da legislação sobre o Serviço Sanitario, por Carlos Reis.

Divisão judiciaria e administrativa do Estado de S. Paulo, pelo Dr. Antonio de Toledo Piza.

A melhor directriz da Estrada de Ferro Sorocabana, por Manoel Marcelino de Souza Franco.

Histoire universelle, por Cesar Cantu—19 vols.

Histoire pittoresque des religions, por Clavel—2 vols.

O Rio de Janeiro, por Moreira de Azevedo—2 vols.

Colombo (poema), por Porto Alegre—2 vols.

L'Etat et ses limites, por Laboulaye.

Situation du Brésil, por Pereira da Silva.

Histoire des Institutions de la France, por Paul Bondois.

De l'esclavage, por Channing.

Les Apôtres, por E. Renan.
Saint Paul, pelo mesmo.
Histoire politique des papes, por Lanfrey.
Critical and historical Essays, por Macaulay.
Conquêtes des Pays-Bas, por Geslin—2me. partie.
The Saracens, por Gibbon.
La Grèce, por Louis Combes.
The life of Horace Greeley, por James Parton.
Cartas do Solitario, por Tavares Bastos.
As minhas crenças e opiniões, por Francisco Cunha.
Estatistica e apontamentos, pelo dr. Franco da Rocha.
O plantio da amoreira no Ceará, pelo dr. Domingos Jaguaribe.
Classificação dos criminosos, pelo dr. Candido Motta.
Elementos de tacheometria — Cleps, pelo dr. Antonio Francisco de Paula Souza.
Historia dos protestantes da França, por G. de Felice.
Estudo sobre o meteorito de Bendegó, pelo dr. Orville A. Derby.
Heroes (sonetos), pelo dr. Wenceslau de Queiroz.
Conferencia sobre Anchieta, pelo general Couto de Magalhães.
Uomini e cose del Brasile, por Alessandro d'Attri.
Mensagem do Presidente do Estado, dr. Campos Salles, ao Congresso Legislativo na abertura deste—1897.
Manifesto do dr. Campos Salles ao Estado de S. Paulo.
Le Brésil e *Album de vistas do Brazil*, por E. Levasseur — 2 vols.
Monographie do théatre antique d'Arles, por Louis Jacquemin — 2 vols.
A villa de Itanhaem, por B. Calixto.
La República del Paraguay, por Carlos R. Santos.
Annaes da Camara dos Deputados — 1823 a 1885.
Annaes do Senado — 1861 a 1885.
Recuerdos, pelo general Francisco Burdett Honnor.
Projecto da organização da assistencia judiciaria.
Almanach Paulistano — 1857.

Almanach do Rio Novo e S. Sebastião do Tijuco Preto — 1888.

Leis Municipaes de Santo Antonio da Boa Vista — 1894.

Compromisso da irmandade de N. S. das Dores do Avaré.

Viagem ao redor do Brazil, pelo dr. João Severiano da Fonseca — 2 vols.

Relatorio da commissão exploradora do planalto central do Brazil e *Atlas* da zona demarcada — 2 vols.

Villa Jaguaribe nos Campos do Jordão.

Chronicas do paiz de Atlantide — N. 1.

A provincia do Rio Sapucahy, pelo dr. J. Floriano de Godoy.

O elemento servil e as Camaras Municipaes, pelo mesmo.

A velhice de Camões, por G. de La Landelle — 2 vols.

Historia da guerra do Oriente, por Mendes Leal.

The Lusiad — 1798.

Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro.

Estatutos do dito Instituto.

Catalogos do mesmo Instituto.

Homenagem do mesmo Instituto *á memoria de D. Pedro II.*

Chile e Brazil — Sessão solemne do mesmo Instituto em homenagem á nação chilena, em 1889.

Christovão Colombo — Idem em 12 de Outubro de 1892.

Apontamentos historicos da provincia de S. Paulo, por Manoel Eufrasio de Azevedo Marques.

Novo orbe serafico brasilico, por Jaboatam — 5 vols.

Colombo (poema), por Porto Alegre — 1 vol.

Annaes da Bibliotheca Nacional — 18 vols.

Processo sobre o crime de rebellião em 1842 em varios pontos da provincia de S. Paulo (manuscripto).

Relatorio da Camara Municipal de Ribeirão Preto — 1896.

As salinas no Estado de S. Paulo, por Adolpho Ovidio.

O 15 de Novembro, por Sacramento Macuco.

Educação e ensino — Revista pedagogica.

Conferencia em favor da autonomia dos municipios, pelo dr. Domingos Jaguaribe.

Atlantide, por Patrocle Campanahk.

Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes, por Auguste de Saint-Hilaire — 2 vols.

Compendio de Historia Universal, pelo padre Raphael Galanti.

Compendio de Historia do Brazil, pelo mesmo—T. I.

Lições de Historia do Brazil, pelo mesmo.

A Irmandade do S. Sacramento da Candelaria, por F. B. Marques Pinheiro.

Une fête brésilienne à Rouen.

Diccionario Portuguez e Brasiliano.

Arte da grammatica da lingua do Brazil.

Historia da revolução de Minas Geraes em 1842.

Discursos, pelo dr. João Pereira Monteiro — 1890-1896.

Rosas, Francia e Melgarejo.

Preparo das plantas para herbarios, por Alberto Lófgren.

MAPPAS

Planta da cidade de S. Paulo em 1810.

Carta chorographica da capitania de S. Paulo—1776.

Mappa da capitania de Minas Geraes — 1778.

Planta da cidade de S. Paulo — 1895.

Mappa topographico da provincia do Paraná.

Carta geographica de S. Paulo (illustrada)—1878.

Mappa da provincia de S. Paulo. (Parte de).

Carta de S. João d'El-Rei.

Carta de Barbacena.

Planta geral da cidade de Minas (Nova capital).

Planta da parte urbana da cidade de Minas.

Mappa geral da America do Sul.

Mappa da viação ferrea do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Geraes.

Carta da Bahia (Trecho relativo a Canudos).

Mappa terrestre e maritimo de Paraná, S. Paulo e Rio de Janeiro.

Mappa genealogico, historico, etc., do reino de Portugal.

Mappa chorographico de S. Paulo — 1837.

Mappa da capitania de Minas Geraes.

Mappa chorographico de parte da provincia de São Paulo.

Carta topographica da colonia Surinan, na Guyana hollandeza — 1775.

Planta da collina do Ipiranga.

Mappa do theatro da guerra do Paraguay.

JORNAES

Diario Official do Estado de S. Paulo.
Correio Paulistano.
O Estado de S. Paulo.
O Commercio de S. Paulo.
A Nação.
Diario Popular.
A Platéa.
Diario de Taubaté.

ARCHIVO

MOEDAS E MEDALHAS

Vão relacionadas em catalogo especial

RETRATOS

Do dr. Prudente de Moraes.
Do Marechal Floriano Peixoto.
De Tiradentes.
Dos Arcebispos da Bahia.
De Frei Germano de Annecy.
De Carlos Gomes.
De Luiz de Camões.
De Luiz Gama.
Dos Visconde do Rio Branco e Eusebio da Camara.

ESTAMPAS E PHOTOGRAPHIAS

Planta e edificios da cidade de S. Paulo — 1810.
Monumento elevado a Varnhagen em Ipanema.
Monumento erigido á memoria do poeta Antonio Gonçalves Dias, no Maranhão.
Monumento commemorativo da independencia da Bahia.
Inauguração do viaducto do Chá — S. Paulo.
Bibliotheca Publica da capital de S. Paulo.
Egreja do Collegio de S. Paulo.
A antiga Gloria — Cambucy, S. Paulo.
Ruinas da povoação de Santo André.